



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

José Américo de Almeida,

Da infância no Engenho Olho d'Água à
campanha presidencial de 1937

Luiz Mário Dantas Burity

Linha de Pesquisa: **Instituições, Ciência e Poder**

Orientadora: **Lúcia Grinberg**

Rio de Janeiro

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Luiz Mário Dantas Burity

José Américo de Almeida,

**Da infância no Engenho Olho d'Água à campanha
presidencial de 1937**

Tese apresentada à banca examinadora
como condição para a obtenção do título
de doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Linha de Pesquisa: **Instituições, Ciência e Poder**

Orientadora: **Lúcia Grinberg**

Rio de Janeiro

2021

Catálogo informatizado pelo autor

B 945 Burity, Luiz Mário Dantas
José Américo de Almeida, da infância no Engenho Olho d'Água à campanha presidencial de 1937 / Luiz Mário Dantas Burity. -- Rio de Janeiro, 2021.
418

Orientadora: Lúcia Grinberg.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

1. José Américo de Almeida. 2. História do Brasil República. 3. História Política. 4. História dos Intelectuais. 5. Era Vargas. I. Grinberg, Lúcia , orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Luiz Mário Dantas Burity

José Américo de Almeida,

Da infância no Engenho Olho d'Água à campanha
presidencial de 1937

Tese defendida no dia **31 de maio de 2021**.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. **Lúcia Grinberg** (UNIRIO)
Orientadora

Prof^a. Dr^a. **Angela Maria de Castro Gomes** (UNIRIO)
Examinadora Interna

Prof. Dr. **Marcelo de Souza Magalhães** (UNIRIO)
Examinador Interno

Prof. Dr. **Antonio Carlos Ferreira Pinheiro** (UFPB)
Examinador Externo

Prof^a. Dr^a. **Lúcia de Fátima Guerra Ferreira** (FCJA)
Examinadora Externa

Prof. Dr. **Thiago Cavaliere Mourelle** (Arquivo Nacional)
Examinador Suplente

Rio de Janeiro

2021

Valem as intenções e as reticências...

Jose Maria

José Américo de Almeida, da infância no Engenho Olho d'Água à campanha presidencial de 1937

Resumo

Em meados do ano de 1937, José Américo de Almeida, devido à sua trajetória pública, às forças políticas em jogo e às contingências do momento, foi escolhido candidato à presidência da República. Como se deu sua ascensão no campo político? E que sentidos ela oferece para a história nacional? O objetivo da tese é narrar a vida de José Américo, da infância no Engenho Olho d'Água à campanha presidencial de 1937, tempo marcado por construções e reconstruções de um projeto político pessoal. Na composição dessa biografia, persegui um caminho do meio entre a sociologia de Pierre Bourdieu (1989), com os conceitos de “campo” e “*habitus*”, e a psicologia de Lev Vigotski (2009[1934]), na noção de intersubjetividade. Arbitrados ambos pelas definições de “lugar” e “espaço” de Michel de Certeau (2013[1980]), “redes de sociabilidade” de Jean-François Sirinelli (1996) e trabalho político de Michel Offerlé (2002[1987]). O meu argumento de tese é que a relevância dos projetos intelectuais e políticos de José Américo na cena pública nacional se devem em muito à sua subjetividade de homem que nasceu, se formou e constituiu relações em e a partir de uma região – o Norte, na divisão oitocentista do país em Norte e Sul, ou Nordeste, categoria que se tornava mais comum na época. Nascido em 1887, herdeiro dos capitais políticos e econômicos de uma família de chefes políticos de longa data, nosso biografado deixou o seminário e se formou na Faculdade de Direito do Recife em 1908. O jovem bacharel se ambientou em um universo de ideias liberais que o levariam a questionar os princípios do sistema patriarcal, embora tenha se valido desses privilégios para conseguir sua nomeação como procurador geral. Envoltos por jovens intelectuais do estado, participou da criação e passou a escrever na revista modernista *Era Nova*, produziu o ensaio *A Paraíba e seus problemas* (1923), em que defendeu que as secas eram antes de tudo resultado da inoperância do poder público, bem como o romance *A Bagaceira* (1928), de rápida aceitação pela crítica. Convidado para ocupar a secretaria geral do governo João Pessoa, participou das articulações da Revolução de 1930 e se tornou governador geral do Norte. Encerrado o conflito, devido à importância política do “Bloco do Norte”, foi nomeado ministro de Viação e Obras Públicas e executou uma ampla reforma política e administrativa, cujo ponto alto foram os recursos mobilizados para as políticas contra as secas. Deixou o ministério em 1934, foi senador e ministro do Tribunal de Contas da União. Nesse entremeio, rompeu relações com algumas lideranças nortistas. Ainda assim, foi devido a esse grupo que se tornou candidato à presidência da República em 1937. Sendo assim, pudemos notar como as pautas e políticas públicas que mobilizaram essa região foram fundamentais para que o personagem ocupasse os espaços estratégicos na sua ascensão política, cujos ganhos se estenderam, de formas variadas, para todo o grupo político.

Palavras-chave: José Américo de Almeida. Biografia. República do Brasil.

José Américo de Almeida, from childhood at Engenho Olho d'Água to the presidential campaign of 1937

Abstract

In the middle of 1937, José Américo de Almeida was chosen as a candidate for the republican presidency. It due to his public trajectory, the political forces at play and the contingencies of the moment. How did his ascend in the political field? And what meanings does it offer for national history? The purpose of the thesis is to narrate the life of José Américo, from childhood at Engenho Olho d'Água to the presidential campaign of 1937, time marked by the construction and reconstruction of a personal political project. In the composition of this biography, I pursued a middle path between the sociology of Pierre Bourdieu (1989), with the concepts of "field" and "habitus", and the psychology of Lev Vigotski (2009 [1934]), in the notion of intersubjectivity. Arbitrated both by the definitions of "place" and "space" by Michel de Certeau (2013 [1980]), "sociability networks" by Jean-François Sirinelli (1996) and political work by Michel Offerlé (2002 [1987]). My thesis argument is that the relevance of José Américo's intellectual and political projects in the national public scene is largely due to his subjectivity as a man who was born, formed and maked relationships in and from a region - the North, in classic division of the country into North and South, or Northeast, a category that became increasingly common at the time. Born in 1887, heir to the political and economic capital of a family of longtime political leaders, our biographed left the seminary and goes to the Law School of Recife in 1908. The young bachelor became accustomed to a universe of liberal ideas that they would lead to question the principles of the patriarchal system, although he used these privileges to secure his appointment as attorney general. Surrounded by young intellectuals from the state, he started to write in the modernist magazine *Era Nova*, produced the essay *A Paraíba e seus problemas* (1923), in which he defended that drought was above all the result of the inoperability of the public power, as well as the novel *A Bagaceira* (1928), quickly accepted by critics. Invited to serve as the general secretary of the João Pessoa government, he participated in the articulations of the Revolution of 1930 and became general governor of the North. After the conflict ended, he was appointed Minister of Transport and Public Works, due to the political importance of the "Northen Bloc". He carried out a wide-ranging political and administrative reform, the highlight of which was the resources mobilized for policies against drought. He left the ministry in 1934, was a senator and minister at the Federal Court of Accounts. In that meantime, he broke off relationships with some northern leaders. Even so, it was due to this group that he became a candidate for the presidency of the Republic in 1937. In this way, we could see how the guidelines and public policies that mobilized this region were fundamental for the character to occupy the strategic spaces in his political ascension, whose gains extended, in different ways, to the entire political group of which he was a member.

Keywords: José Américo de Almeida. Biography. Brazilian Republic.

Agradecimentos

“O beija-flor faz seu ninho aos pés da urtiga”. Nas terras do sertão, é assim que o passarinho protege a sua cria dos bichos que a ameaçam. Aprendi essa metáfora lendo José Américo, que a repetiu muitas vezes em sua literatura e decerto a tinha como uma boa medida de si mesmo. Eu penso que nos últimos anos, de certa maneira, também passei a usar essa métrica. Apresento assim um pouco do meu ninho, onde me guardei para produzir essa tese, cheio de pessoas sem as quais essa tarefa seria impossível.

Meu tempo de doutorado começou com minha mudança para o Rio de Janeiro, em março de 2017, e os bons encontros que esse deslocamento me proporcionou. Tive a felicidade de contar com a orientação da Profa. Lúcia Grinberg. Aprendi com ela muito de História Política, a medida de como usar os conceitos, a coragem para avançar na interpretação e maturidade para saber recuar. Tudo isso em reuniões sempre divertidas, quando descobri que café amargo é muito melhor. Destaco sua atenção para as minhas questões teóricas, burocráticas ou pessoais, que me deu leveza e segurança na escrita.

Ainda no primeiro semestre, foi um prazer enorme cursar uma disciplina com a minha querida Profa. Angela de Castro Gomes. Trago lições preciosas dos encontros de terça-feira a tarde, nos quais nos divertíamos muito lendo cartas, diários, autobiografias e trocando confidências de nossos personagens. E também uma “rede de afetividades”, um grupo de amigas, de diferentes partes do país, com quem me correspondo sempre e, se estamos na mesma cidade, não perco a oportunidade de encontrar e tomar um café: Maria Gabriela Bernardino, Gabriela Miranda, Eveline Almeida e Moema Bacelar.

O Prof. Marcelo Magalhães foi um interlocutor fundamental durante o processo de elaboração da tese, que me recebia sempre com um sorriso feliz nas oportunidades em que estive com ele. Quero destacar as reuniões do Ciclo de Experiências Republicas, coordenado por Marcelo, Angela e Lúcia, que formaram minha banca de qualificação. Agradeço as conversas inspiradoras com Thiago Mourelle, bem como a parceria de Thiago Nunes, das questões acadêmicas às filas dos concursos. Também registro a companhia do meu então colega de casa Marcelo Paiva.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Unirio, pela acolhida a mim e a meu projeto de doutorado, mas sobretudo a Priscila Luvizotto e aos professores Pedro Caldas e Anderson Oliveira, que não mediram esforços para resolver os meus problemas institucionais. Essa pesquisa foi financiada pela Capes e depois pela Faperj,

quando fui contemplado como “Bolsista nota 10”. Que nós saibamos proteger essas instituições tão fundamentais ao desenvolvimento das pesquisas no Brasil.

Precisei consultar uma infinidade de arquivos públicos e privados na elaboração dessa tese. Na maior parte fui muito bem recebido. Devo um agradecimento especial à equipe de funcionários da Fundação Casa de José Américo, sobretudo a Ana Gomes, que me ajudou na busca pelos documentos, Nadígila Camilo e Francisco de Assis Vilar, pela caça aos livros na vasta biblioteca do biografado. Também não posso esquecer de Graça Antes, com a sua agradável recepção no Arquivo Privado Maurílio de Almeida, bem como de Nirvana Sá, uma amiga generosa que conheci pesquisando os jornais.

Eu gostaria de citar cada um dos professores e das professoras que tive ao longo da minha formação, as lições que tive com eles e elas, dos conteúdos às formas que hoje uso no meu exercício enquanto docente. Isso não é possível, mas eu não poderia deixar de destacar a presença constante em minha vida de Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, meu primeiro orientador, que me ensinou os passos da pesquisa em nossas reuniões de sexta-feira, nas quais nunca faltaram boas risadas; e Cláudia Cury, com quem aprendi a gostar de Teoria e Metodologia da História.

Serioja Mariano foi a minha orientadora do mestrado e, entre um café e outro, conselheira dos meus caminhos na universidade. Regina Célia Gonçalves, por sua vez, me lembra sempre porque escolhi a história por profissão e as responsabilidades que esse conhecimento traz na esteira. Agradeço ainda a Lúcia Guerra, minha professora de História da Paraíba na República, com a qual aprendi tanto a respeito de José Américo; Solange Rocha e Cláudia Lago, pelo carinho com que perguntavam da tese e da vida. Fui muito feliz em minha formação na Universidade Federal da Paraíba.

Vânia Cristina é a amiga com quem compartilho a maneira de ver o mundo. Estou certo que ninguém entende tão bem os meus medos, anseios e deslumbramentos. Da janela lateral, nós vemos a mesma paisagem. E assim sacrificamos a geografia em nome do afeto. Para estar com ela, Léo e João, Campo Grande se impôs como parada obrigatória entre o Rio de Janeiro e João Pessoa. Em nossa trupe, não poderia esquecer Evelyanny Cavalcanti, Rosângela Lima, Mariana Marques, Priscila Leandro, bem como duas outras amigas de histórias da educação Maíra Espínola e Shirley Targino.

Das aulas da graduação à turma de mestrado, das viagens de avião e de carro, nas alegrias e amarguras da vida profissional eu tenho o afeto do meu grupo primeiro de historiadoras: Janyne Barbosa, Thayná Cavalcanti, Larissa Bagano, Dayanny Deyse, Myrai Segal e Juliana Dantas. Tenho muito orgulho de vocês, do que nos tornamos.

Ainda por esse caminho, cito os parceiros com quem troquei tanto sobre a universidade e o cotidiano André Feitosa, Ciro Caleb, Lucian Souza.

Aos que dizem que amigo é casa, devo uma rasura, conto que amiga é castelo. Nos últimos três anos, dividi casa com Carla Almeida, fizemos da sala uma biblioteca, conversamos sobre teorias sociais e listas de compras, discutimos normas acadêmicas e a hora da faxina. Em parte desse tempo, tivemos a companhia de nossa diretora Danielly Ventura e, nos últimos meses, de Janyne Barbosa, desde sempre parte dessa irmandade que construímos, dos dias difíceis às horas felizes, como são as boas amizades. Biscoito, nosso gato, também passeia entre nós, com seu afeto disfarçado de indiferença.

Em outra dependência do castelo, temos café feito na hora com pão de queijo, sem hora ou dia marcado, sempre que a necessidade de estar junto superava a urgência das demandas da semana. Gabriela Carreiro é a melhor companhia para uma conversa no final da tarde, de filosofia decolonial aos problemas cotidianos, uma ida ao mercado, uma volta na praia. Também foi com ela que aprendi sobre as pessoas de capricórnio. Danilo Menezes, aquariano, tem o poder de ampliar meus horizontes e me mostra a natureza com atenção. Ceci me faz acreditar que o futuro pode ser melhor. Nosso grupo se completa com Olivia Almeida, com quem compartilho o interesse por psicologia.

Em 2019, me tornei professor substituto no Centro de Formação de Professores em Cajazeiras. Agradeço imensamente aos meus alunos e alunas que me ensinaram a ser professor e tanto ouviram das desventuras de José Américo na República do Brasil. Dessa experiência levei ainda a parceria do professor Francisco Neto. Do meu querido Laércio Teodoro, registro a boa companhia no sertão, no litoral ou pelas estradas que ligam um ao outro e o interesse comum pelos *homens de letras*. Lays Regina foi uma maravilhosa amiga de casa, divertida e com quem aprendi tanto sobre a docência.

Foi com minhas amigas dos tempos de escola Lívia Luna, Taynah Diniz Alves e Ângela Cabral que compartilhei os sonhos de adolescente e da vida adulta. É muito bom ver as profissionais que nos tornamos e o afeto que nos mobiliza apesar das distâncias. A minha psicóloga Rossana Lopes me ensinou a controlar minha ansiedade e definir melhor as fronteiras entre mim e o protagonista dessa biografia. Nessa lista, não poderia faltar o meu grupo de Capoeira Angola, sobretudo meu professor e amigo André Luiz.

Agradeço à minha família, que constituiu a base de apoio, das mais variadas formas possíveis, para que eu pudesse fazer o doutorado. As minhas tias, os meus tios e principalmente as minhas avós Rosália e Maria me acompanharam de perto no caminho. Tia Marilene e Beth foram as companhias nos teatros do Rio de Janeiro. Não posso

esquecer meus primos e minhas primas, pelo carinho e papel na construção da minha personalidade. Amanda, no grupo, por vezes minha antítese, foi sempre minha dupla. Aos meus sobrinhos Rodrigo e Pedro, pelos novos significados que dão ao mundo.

O meu pai e a minha mãe, Saulo e Mônica, cuidaram dos alicerces enquanto eu me ocupava da fachada do castelo. Essa tese é também resultado dos seus investimentos de tempo, dinheiro e afeto, os cuidados com a minha formação e a minha vida, o esforço para atiçar minha curiosidade e enriquecer minha imaginação tão fértil – De “A volta ao mundo em 80 dias” aos sentimentos que mobilizavam as pessoas em tempos de guerra. *Last but not least*, foi com minha irmã Thais, entre brigas e sorrisos, que aprendi a dividir os espaços da vida, compartilhar a infância e viver em sociedade.

Cidade da Paraíba, 2 de abril de 2021.

Lista de Figuras

Figura 1: Audiência do discurso da Esplanada do Castelo em 1937	21
Figura 2: José Américo fala à multidão	21
Figura 3: Casa Grande do Engenho Olho d'Água	39
Figura 4: Josefa Leopoldina, mãe de José Américo	41
Figura 5: Inácio Augusto, pai de José Américo	41
Figura 6: Genealogia de José Américo	50
Figura 7: Igreja de São Francisco, na cidade da Paraíba.....	76
Figura 8: Antigo prédio da Faculdade de Direito do Recife	91
Figura 9: Novo prédio da Faculdade de Direito do Recife	91
Figura 10: José Américo, aos 17 anos, quando entrou para a Faculdade de Direito do Recife.....	98
Figura 11: José Américo na sua formatura em 1908.....	98
Figura 12: José Américo como promotor em Sousa	104
Figura 13: José Américo como procurador geral do estado em 1913.....	110
Figura 14: Casamento de José Américo e Ana Alice.....	115
Figura 15: Reinaldo, Selda e José Américo Filho aos 10, 9 e 6 anos.	116
Figura 16: Redatores e auxiliares do jornal <i>Diário do Estado</i>	120
Figura 17: Capa da revista <i>Era Nova</i>	131
Figura 18: Coluna de José Américo na revista <i>Era Nova</i>	131
Figura 19: Revista <i>A Novela</i> , edição de José Américo	140
Figura 20: Homenagem a Epitácio Pessoa no centenário da Independência	144
Figura 21: José Américo, João Pessoa e Heráclito Cavalcanti ainda no mesmo partido	180
Figura 22: Campanha da Aliança Liberal na Paraíba.....	183
Figura 23: Coronel José Pereira e suas tropas.....	197
Figura 24: Quebra-quebra na cidade da Paraíba depois do assassinato de João Pessoa	201
Figura 25: Militares revolucionários na Paraíba - Juarez Távora e Juraci Magalhães sentados à direita da fotografia.....	206
Figura 26: José Américo e Juarez Távora no comando geral do Norte	209
Figura 27: Juraci Magalhães, José Américo e Juarez Távora, sentados, a bordo do Almirante Alexandrino.....	222
Figura 28: A posse do dr. José Américo de Almeida no Ministério de Viação	223
Figura 29: Casamento de Nair e Juarez Távora	231
Figura 30: José Américo na assistência aos flagelados da seca de 1932.	238
Figura 31: Os destroços do avião no qual viajava José Américo.....	245
Figura 32: Registros da leitura das mãos de José Américo.....	246
Figura 33: Caricatura de Alfredo Storni na revista <i>Careta</i>	256
Figura 34: Recepção de Getúlio Vargas na Paraíba, na companhia do interventor Gratuliano Brito.....	265

Figura 35: Almoço oferecido a Getúlio Vargas, ladeado à esquerda por Juarez Távora, e à direita, Gratuliano Brito e José Américo	265
Figura 36: Discurso na frente do Palácio da Redenção.....	265
Figura 37: José Américo discursando na inauguração do mausoléu de João Pessoa..	265
Figura 38: Caricatura de José Américo como ministro de Viação e Obras Públicas..	271
Figura 39: Desembarque de José Américo no porto de Cabedelo, na Paraíba.....	279
Figura 40: Aspecto da Praça João Pessoa, na frente do Palácio da Redenção	280
Figura 41: Charge impressa em <i>O Globo</i> na época dos conflitos com o padre Inácio de Almeida	290
Figura 42: Charge na revista <i>Careta</i> sobre a renúncia de José Américo do Senado...	301
Figura 43: Charge "Lá no palácio das águias" de J. Carlos	329
Figura 44: Charge dos aliados de Getúlio Vargas escolhendo o candidato à sua sucessão	336
Figura 45: Mapa natal de José Américo pelo astrólogo Ullo Getzel	346
Figura 46: Benedito Valadares e José Américo na Feira de Amostras de Belo Horizonte	347
Figura 47: Multidão no momento da chegada de José Américo	347
Figura 48: Capa de <i>A Redenção do Brasil</i>	350
Figura 49: Charge da revista <i>Careta</i> sobre a campanha presidencial de José Américo	353
Figura 50: Charge em <i>Careta</i> problematizando o discurso da Esplanada do Castelo	363
Figura 51: Aspecto da Praça Senador Florêncio com a chegada de Armando Sales na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.....	369
Figura 52: Carlos de Lima Cavalcanti, Benedito Valadares, José Américo e Juraci Magalhães na inauguração do Conselho Nacional de Propaganda	373
Figura 53: A chegada de Juraci Magalhães e os amigos que o aguardavam	385

Lista de Mapas

Mapa 01: Espaços de influência da família de José Américo na Paraíba	49
Mapa 02: Trânsitos de José Américo nos anos 1910	106
Mapa 03: Meios de transporte na Paraíba e Pernambuco em 1930.....	172
Mapa 04: Conjunto dos estados que formavam o Bloco do Norte.....	221

Lista de Quadros

Quadro 01: Textos publicados na revista <i>Era Nova</i>	132
--	-----

Sumário

Antes que me falem.....	21
Uma filosofia da ação política	26
O <i>corpus</i> documental e as possibilidades da narrativa	30
1. Herdeiro.....	33
1.1 A infância no engenho	37
1.2 Uma tradição política.....	47
1.3 As primeiras letras e o catecismo.....	63
1.4 O Seminário Nossa Senhora da Conceição.....	75
2. Bacharel.....	87
2.1 A Faculdade de Direito do Recife.....	90
2.2 Da promotoria à procuradoria geral do estado.....	103
3. Modernista	125
3.1 De colunista a autor de novela	128
3.2 Do ensaio sociológico ao romance de sucesso	143
4. Reformista	165
4.1 Do governo João Pessoa à campanha da Aliança Liberal.....	168
4.2 Da Guerra de Princesa à Revolução de 1930.....	187
5. Revolucionário	213
5.1 Do Ministério de Viação e Obras Públicas ao Acidente de 1932	217
5.2 Da Guerra Paulista de 1932 à Constituição de 1934.....	244
6. Líder Político.....	273
6.1 Da Embaixada do Vaticano à renúncia do Senado	276
6.2 Do Tribunal de Contas da União à pauta da sucessão presidencial.....	301
7. Candidato	323
7.1 A escolha do candidato à corrida presidencial.....	326
7.2 A campanha presidencial de 1937	342
7.3 O golpe de estado.....	364
Os óculos de José Américo.....	387
Bibliografia de José Américo de Almeida	399

Fontes documentais	403
Referências bibliográficas.....	407

Antes que me falem¹



Figura 1: Audiência do discurso da Esplanada do Castelo em 1937

Fonte: *Correio da Manhã*, 1º ago. 1937, p.1,3.



Figura 2: José Américo fala à multidão

Uma multidão de pessoas amontoadas de ponta a ponta na Esplanada do Castelo, lugar de concentrações públicas no centro do Rio de Janeiro, até então Distrito Federal, aguardava ansiosa pelo discurso do candidato governista à presidência da República. José Américo de Almeida tomou o microfone ao cair da tarde de 31 de julho de 1937, pouco depois da fala de alguns correligionários do seu partido, outras personalidades políticas e representantes da sociedade civil que apoiavam sua chapa. Era oportunidade de revisitar os episódios marcantes de sua vida, destacadamente seu tempo de ministro, e apresentar as ideias que deveriam compor o programa de governo. O momento era apoteótico² na trajetória do intelectual e político. Nunca antes a sua imagem pessoal e suas concepções alcançaram posição tão destacada na opinião pública nacional³:

A oportunidade de concorrer ao posto mais elevado do poder público no país, sobretudo em se considerando a possibilidade real de vencer o pleito, era em tudo bastante singular. Muitos dentre os homens mais respeitados da história republicana jamais estiveram nessa posição. A trajetória política, no final das contas, era apenas um dentre os critérios que interferiam na decisão dos partidos e de suas lideranças por um nome apropriado para representá-los nas eleições majoritárias. Acontecia que, naquele

¹O temo “Antes que me falem” intitula o prefácio do romance *A Bagaceira* (1928), texto no qual o autor apresenta doze máximas que, de certa forma, guiam o que ele pretende abordar em sua narrativa.

²Reinaldo Melo de Almeida, o seu primogênito, em entrevista a Aspásia Camargo *et al* (1984, p.366), observou que esse teria sido “o grande momento político da vida” de José Américo.

³*Correio da Manhã*, 1º ago. 1937, p. 1, 3, 8, 14.

ano de 1937, por uma série de razões objetivas e subjetivas, José Américo foi escolhido candidato governista. Eis que, a partir de então, órgãos de imprensa, líderes políticos, militares e civis passaram a devotar a sua figura toda uma atenção especial. Não apenas a sua carreira, mas também sua vida pessoal foram postas a prova junto com suas ideias, seus valores e seus projetos de governo.

José Américo de Almeida nasceu em 10 de janeiro de 1887, no Engenho Olho d'Água, às proximidades da cidade de Areia, interior da Paraíba. Era filho de um senhor de engenho e uma dona de casa, herdeiro dos capitais econômicos e políticos de uma família de proprietários de terras e comerciantes. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1908, o jovem bacharel se ambientou com um universo de ideias liberais e republicanas que o levariam a questionar os princípios do sistema patriarcal do qual era originário. Dessa maneira, entre os anos 1910 e 1920, passou a dividir o seu tempo de procurador geral e consultor jurídico do estado com as demandas dos jornais e revistas, em que discutia os problemas sociais do regime em vigência. Nessa época, constituiu estudos mais sistemáticos quanto à história das populações sertanejas e ao fenômeno das secas, principalmente a novela *Reflexões de uma cabra* (1922), o ensaio sociológico *A Paraíba e seus problemas* (1923) e o romance *A Bagaceira* (1928).

O literato denunciava em seus livros e artigos na imprensa que a calamidade dos tempos de estiagem era antes produto das desigualdades sociais e inoperância do poder estatal nos sertões brasileiros que um fenômeno meramente geográfico. Eram ideias que se constituíram a partir do repertório de uma geração de intelectuais que prometiam uma ruptura com o passado por meio de uma nova estética, preocupados com os temas da cidadania e direitos sociais – os modernistas. Mas o fez a partir das tradições culturais e do modo como o moderno estava se constituindo e/ou poderia se constituir na região. Leitor assíduo de Euclides da Cunha, Rui Barbosa e Oliveira Viana, José Américo encontrou seu espaço entre os bacharéis de seu tempo pensando a importância da ação estatal na vida da população pobre do país, sobretudo da gente sertaneja. A omissão do poder público implicaria em condenar esses grupos humanos à miséria e, mais que isso, era um entrave moral à consolidação da nacionalidade e do republicanismo no Brasil.

As relações que envolviam o campo intelectual, ainda em construção, todavia, também perpassavam o político. José Américo esteve às voltas com isso, ora negando ora se apropriando de sua origem oligárquica. Mas foi ao aceitar o posto de secretário do governo João Pessoa que ele ingressou de fato no mundo da política profissional. Entre 1928 e 1930, o biografado foi candidato a deputado federal pela Aliança Liberal,

chefiou as tropas governistas na Guerra de Princesa, acompanhou a comoção popular e as homenagens que sucederam o assassinato do presidente de estado e se tornou um dos principais articuladores da Revolução. Tanto que, depois de deflagrado o movimento, ele foi nomeado governador geral do Norte. Enquanto líder civil da região, mas também pelas ideias que defendia em sua literatura, o paraibano se tornaria, nos anos seguintes, um dos representantes nortistas no cenário político nacional.

Vitorioso o movimento revolucionário, José Américo foi nomeado ministro de Viação e Obras Públicas do Governo Provisório. Tratava-se de uma pasta estratégica para os propósitos de desenvolvimento econômico e integração nacional. O intelectual se tornava, dessa maneira, um político com poder de ação e ao qual era devido associar as ideias construídas ao longo de uma vida de discussões literárias às possibilidades concretas de modificar a realidade. Foi nessa oportunidade que ele construiu um projeto político pessoal, assentado principalmente em duas bandeiras que se ancoravam na sua experiência de literato e secretário. Conduziu uma reforma administrativa, que resultou na demissão de centenas de funcionários do ministério, tendo por argumento uma defesa intransigente da moralidade pública. Na oportunidade da Seca de 1932, acionou um programa de assistência às populações atingidas pelas estiagens e consequente retomada das obras contra as secas – o que implicava direcionar recursos para o melhoramento da infraestrutura nos estados do Norte.

Mas o ministro não estava sozinho nessa empreitada, tanto seu cargo quando o respaldo político para essas medidas eram devidas ao seu envolvimento com os tenentes – organizados no Clube 3 de Outubro – mas principalmente com o Bloco do Norte, chefiado por Juarez Távora, ao qual estavam vinculados Carlos de Lima Cavalcanti e Juraci Magalhães. Ao longo da década de 1930, essas relações oscilaram entre rupturas e rearranjos. Mas foi devido a elas que nosso personagem, depois de muita negociação, se tornou o candidato governista à presidência da República em 1937. A sua plataforma, portanto, atualizava alguns dos projetos que ele havia experimentado em seus trânsitos como ministro e escritor, em meio a essa rede de sociabilidades que ele foi constituindo, mas adaptando todo esse repertório às circunstâncias do novo espaço em que ele estava inserido – concorrente em uma eleição majoritária de âmbito nacional.

A experiência de José Américo era assim posta à prova como alternativa para a condução do governo após o término do prazo constitucional do mandato do presidente Getúlio Vargas. As medidas que tornaram essa trajetória interessante ou desinteressante, dessa maneira, são chaves importantes para entender os jogos de poder que contornaram

a história da República no Brasil. Quanto aos marcadores sociais que inscreviam suas possibilidades, falamos de um homem branco, descendente de autoridades eclesiásticas e líderes oligárquicos paraibanos. Mas também se tratou de alguém da primeira geração que cresceu e se formou sob a égide do regime republicado. Além disso, era um nortista, a quem não deixou de incomodar a decadência do prestígio das elites regionais na cena pública nacional. A sua postura de intelectual e político preocupado em baganhar um novo espaço para essa população, por conseguinte, parte desse lugar social, embora não encerre nele. Há outras variáveis – recepção de ideias, sociabilidades, circunstâncias etc. – que mobilizam um sujeito a estranhar seu espaço de origem.

Muito já foi dito da vida e da obra de José Américo. Há milhares de páginas de relatos memorialísticos que o observam direta ou indiretamente. Textos de sua autoria – dentre os quais podemos citar as autobiografias *O ano do Nego* (1968), *Eu e eles* (1970) e *Antes que me esqueça* (1976) – ou escritos por pessoas que o conheceram de perto, como sua secretária Lurdinha Luna (1987)⁴, seus amigos Juarez da Gama Batista (1979) e Joacil Brito Pereira (1987). Ainda nessa categoria, sua entrevista a Aspásia Camargo, Eduardo Raposo e Sérgio Flaksman, em pesquisa vinculada à Fundação Getúlio Vargas, publicada em *O Nordeste e a Política: diálogos com José Américo de Almeida* (1984). A maior parte desses livros, talvez com exceção do último, têm o propósito de exaltar suas ideias e os feitos de seu trabalho político dando a ambos demasiado protagonismo. Essas representações exercem um papel na sociedade ao barganhar a permanência dos valores e atitudes de alguém cujo exemplo seus autores julgam importante.

Um certo número de dissertações e teses se empenharam em discutir a sua vida. Uma parcela desses trabalhos se dedicaram a recortes de sua trajetória, principalmente no que concerne ao tempo de secretário e ministro, pouco antes e depois da Revolução⁵. Mas dois estudos acadêmicos pensaram o conjunto da sua vida a partir de diferentes perspectivas. José Rafael de Menezes (1967) discutiu o que chamou de faixas evolutivas de sua personalidade; e Nilvanda Dantas Brandão (2012) debateu as diferentes faces do

⁴Lurdinha Luna foi secretária do nosso personagem por muitos anos, de modo que no processo de escrita de suas memórias, era ele quem ditava para ela muito dessa produção. Além desse trabalho de mediação, ela também escreveu quatro livros sobre a vida dele – *Rastros de Areia* (1987), *Sucessões governamentais indiretas* (1995), *Na varanda do Cabo Branco* (2013), *Revelações e Perfis* (2003) – uma plaquete para a coleção *Paraíba: nomes do século* (2000) e o texto de *José Américo de Almeida em quadrinhos* (2015). Até os últimos anos da sua vida, manteve-se ativa na escrita de artigos para a imprensa e nas atividades mais variadas que contornavam a figura do ministro, sendo reconhecida como guardiã de sua memória.

⁵Refiro-me às dissertações de Guaracy Medeiros de Assis (2004) e Bárbara Bezerra Siqueira Silva (2015), que discutiram a trajetória política de José Américo do governo João Pessoa ao Ministério de Viação e Obras Públicas; mas principalmente ao mestrado e doutorado de Jivago Correia Barbosa (2012; 2019).

personagem no campo social – homem de ciência, homem público e homem de letras. Uma vasta bibliografia se ocupou de sua produção literária, em particular *A Bagaceira*. A uma fortuna crítica publicada na imprensa, somam-se os ensaios discutidos nos salões das academias de letras e as produções dos universitários. Nesse grupo, eu destaco a tese de Elaine Aparecida Lima (2011), *Perseu contra Medusa: a desconstrução do olhar petrificante sobre A Bagaceira*.

Uma miríade de outros suportes, para além dos livros, também foram utilizados para retratar sua vida. Os mais antigos que encontrei foram um perfil no jornal *A União* de 1908, na ocasião de sua formatura em direito, e um folheto da campanha presidencial de 1937, intitulado *A Redenção do Brasil*, de Zélo Materno. O mais conhecido, contudo, decerto é o documentário *O Homem de Areia*, dirigido por Vladimir Carvalho (1981). Mas também podemos falar dos quadrinhos, exposições, fotobiografia etc. No mais, muitos outros estudos abordam nosso biografado em suas reflexões, embora não o tenham como personagem central. Trata-se sobretudo de pesquisas que buscaram compreender os movimentos modernista e regionalista, as imagens do cotidiano do engenheiro, do sertão e da seca no imaginário dos intelectuais nortistas, as tramas políticas local e nacional dos anos 1930 a 1950, os espaços de recordação no estado da Paraíba.

Esses materiais, cada uma a seu modo, nos interessam pela originalidade ou pela recorrência com que suas interpretações reinventam ou reafirmam as representações do biografado em nossa memória histórica. Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011[1994]) entende a literatura de José Américo como um dos primeiros marcadores na construção de um discurso que inventava o Nordeste – a partir das imagens que inscrevem a região. Em *A Bagaceira*, por exemplo, o que haveria seria uma tentativa de modernizar sem abrir mão das hierarquias tradicionais que envolviam o local, marcadas pela figura do coronel e de seus herdeiros. Eliete Gurjão (1994), ao estudar sua atuação como ministro, tratou dos esforços para reacomodar as oligarquias, que tinham sido alijadas do poder com a Revolução de 1930, destinando recursos para as obras contra as secas em 1932, depois nos acordos durante as eleições de 1933 e 1934. Aspásia Camargo *et al* (1989), enquanto isso, ao estudar a campanha presidencial e o golpe de 1937, entendeu sua candidatura como a tentativa de constituir um “populismo embrionário” no Brasil.

O que essas narrativas e muitas outras tem em comum é a tentativa de acomodar a origem familiar oligárquica com as ideias e as ações de José Américo. Essa pretensa linearidade da trajetória, que condiciona um sentido para suas atitudes a partir de sua classe social, desconsidera os vários deslocamentos que perfazem a vida de um sujeito.

Minha proposta ao escrever uma biografia do intelectual e político paraibano é tensionar as interpretações com um olhar de duração mais longa para sua história. Em sendo assim, é importante entender as intenções com que o nosso personagem tomou suas decisões, bem como a forma como ele agenciou o seu passado nessas oportunidades, enquanto bacharel, modernista, reformista, revolucionário, líder político, e sobretudo, candidato à presidência da República – quando a imprensa escafandrou seu pretérito.

O objetivo da tese, portanto, é narrar a trajetória de José Américo de Almeida, desde a sua infância no Engenho Olho d'Água até a campanha presidencial de 1937, período compreendido por construções e reconstruções de um projeto político pessoal, que significa considerar suas ideias e ações, mas também suas redes de sociabilidade nesses trânsitos entre os espaços que compõem o mundo social. No curso dessa tarefa, se não vale vestir a toga e defender o biografado de todas as acusações que o imputam, também não é o meu papel condená-lo. As biografias, afinal de contas, são um convite para vestir os óculos, sobrepor os ternos, calçar os sapatos do protagonista e vislumbrar o mundo em que ele viveu. O nosso desafio é desvendar as lógicas que contornaram suas escolhas, nas circunstâncias em que foram feitas e as possibilidades que estavam em jogo. Se não concordarmos com ele, um tanto melhor, é no exercício da alteridade que compreendemos a complexidade das relações humanas.

Uma filosofia da ação política

Mediante esse intento, pretendo revisitar a filosofia da ação política proposta por Pierre Bourdieu (2018[1989]). O autor propõe pensar o mundo social como um campo tomado de relações de poder e no qual as pessoas se deslocam a depender dos diferentes capitais que possuem, sejam de natureza econômica, política ou cultural. Nesse terreno, como tudo que envolve uma coletividade, o poder é exercido por meio da linguagem, que não corresponde nem necessariamente nem prioritariamente à comunicação verbal, podendo estar presente no movimento do corpo, no tom de voz e em todo um universo de outras formas de estar na sociedade. A ação dos indivíduos, para o sociólogo francês, estaria condicionada às formas como, em meio às circunstâncias cotidianas, os sujeitos acionam um conjunto de modos de agir aprendidos ao longo de suas vidas – um *habitus*. Entenda-se por *habitus* um conhecimento adquirido, que funciona como uma disposição incorporada, quase postural, com que os sujeitos se deslocam no mundo. Esse conjunto de características duráveis criam identidade e distinção social, levando-os a expressar

quase intuitivamente as estruturas de poder que organizam a sociedade.

A despeito disso, ao caracterizar a comunicação como processo intersubjetivo, Lev Vigotski (2009[1934]) confere um espaço para as experiências dos indivíduos na construção social da linguagem. O autor diz que as pessoas se apropriam dos conceitos que apreendem interagindo socialmente a partir de elementos de suas subjetividades. Desse modo, ao utilizá-los em contextos específicos, os sujeitos o fazem em parte à sua maneira, em parte considerando o que a palavra ou gesto significa para a coletividade. Por essa razão, a linguagem é constituída de forma intersubjetiva, na medida em que ela permite a comunicação entre as pessoas – que compartilham o significado dos índices – mas também a expressão de seu modo de viver e representar o mundo. Assim sendo, enquanto o sociólogo entende a individualidade a partir como uma sucessão de padrões de comportamentos inculcados nos variados espaços onde o sujeito esteve, o psicólogo percebe a construção da subjetividade levando em conta as características cognitivas inerentes a cada fase da vida dos indivíduos. Esse debate, que retoma pontos críticos das discussões entre a sociologia e a psicologia durante o século XX, tomaria ainda outros contornos quando o assunto era a construção das biografias.

A história de uma pessoa, conforme Pierre Bourdieu (1996[1986]), não pode ser compreendida como uma unidade dotada de um sentido, tomado como uma vocação, construído ainda na infância e que perduraria ao longo de toda sua vida – fenômeno que ele chama de “ilusão biográfica”. Ao invés disso, as experiências seriam fragmentárias, os sujeitos exercem múltiplos papéis a depender dos espaços em que ora se encontram, de modo que uma trajetória só poderia ser compreendida enquanto conjunto se pensada a partir da sucessão de posições que os indivíduos acumulariam pelos anos. Os trânsitos não dependeriam de sua vontade, seriam antes desígnios externos que se expressariam enquanto desejo: “acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, nos diferentes estados sucessivos de distribuição de diferentes tipos de capital” (BOURDIEU, 1996[1986], p.81/82).

Essa maneira de entender a ação dos indivíduos, contudo, foi bastante criticada. François Dosse (2015[2005]), ao apresentar algumas questões, destacou a pluralidade de maneiras como um sujeito é capaz de viver no mundo social, sua capacidade de apreciar artefatos da cultura erudita e produtos da cultura popular com o mesmo entusiasmo, exemplo que coloca em xeque a validade do conceito do *habitus* enquanto unificador

das representações e das práticas⁶. Em meio a essas circunstâncias, também o psicólogo Yves Clot (1988) fez suas críticas, dizia tratar-se de uma “outra ilusão biográfica”, dessa vez qualificada como uma ilusão objetivista. O autor defende que os indivíduos, dotados de um poder de escolha em meio ao campo de possibilidades que a sociedade lhes oferece, constroem projetos de vida e os consideram quando decidem os caminhos que desejam seguir: “Ao experimentar as relações sociais que o constituem, o sujeito, livre em si mesmo, e frequentemente sem o saber, faz funcionar as possibilidades e impossibilidades subjetivas que sua história sedimentou” (CLOT, 1988, p.38)⁷.

O que quero com esse diálogo cheio de tensões entre os teóricos é pensar a ação dos indivíduos de maneira menos objetivista. O *habitus* é um conceito imprescindível, na medida em que evidencia como homens e mulheres se adaptam ao *modus operandi* das instituições. Mas o escopo que os sujeitos mobilizam para decidir suas vidas não pode ser pensado apenas como o acúmulo das coerções inculcadas em sua formação. Há uma dimensão subjetiva na relação indivíduo-sociedade. Um caminho interessante para compreender como essas dinâmicas funcionam é o conceito de redes de sociabilidade, que nos permite considerar como as ideias e as decisões de um sujeito se inter cruzam às de outras pessoas com quem ele se relaciona. As redes de sociabilidade se caracterizam como circuitos de comunicação e trocas culturais, ou nas palavras de Jean-François Sirinelli (1996, p.252), “microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais [e políticos] envolvidos frequentemente apresentam traços específicos”. E que se mobilizam, isso é o mais importante, na interface entre as razões afetivas e ideológicas que então se interpenetram.

Ainda nesse ponto, interessa ver a leitura que Michel de Certeau (2013[1980]) fez da teoria de Pierre Bourdieu, chamada por ele “uma economia do lugar próprio”, esboçando uma separação entre as definições de lugar e espaço em termos de duração. O *lugar* seria constituído das experiências acumuladas pelos sujeitos ao longo das suas vidas, a partir das quais eles aprendem códigos sociais, padrões de comportamentos e fomentam as subjetividades. Trata-se de uma bagagem que só cresce com o tempo e que levamos conosco onde quer que a gente vá. Enquanto isso, o *espaço* seria produto das circunstâncias. Tendo vida efêmera, muda a cada deslocamento que fazemos no campo

⁶Essas críticas foram respondidas *a posteriori* pelo sociólogo francês, que falava da funcionalidade heurística do conceito e explicativa para a teoria do espaço social (BOURDIEU, 1996[1989]).

⁷Tradução livre de: “Al experimentar las relaciones sociales que lo constituyen, el sujeto, librado a sí mismo, y frecuentemente sin saberlo, hace funcionar la dialéctica de las posibilidades e imposibilidades subjetivas que su historia ha sedimentado”.

social, a depender da identidade que acionamentos em determinado momento. É quando um projeto, um valor ou uma ideia antiga entra em confronto com as demandas que o presente imediato impõe, aliás, que despontam as crises na consciência do biografado e, por consequência, a oportunidade do biógrafo colocar a sua humanidade em cena.

A depender dos capitais políticos, econômicos e culturais de que dispõem e das circunstâncias que estão em jogo, alguns indivíduos conseguem inscrever as suas visões de mundo, produzidas a partir do seu lugar, no *modus operandi* dos espaços em que se encontram – promovem uma mudança nas estratégias que organizam o mundo social, para usar os termos de Michel de Certeau (2013[1980]). José Américo, de certa forma, fez isso em vários momentos de sua vida, tanto na arenas intelectual quanto na política. Mas o fez particularmente enquanto esteve no Ministério de Viação e Obras Públicas, quando pautou o que entendia como demanda prioritária dessa pasta e conseguiu os recursos de que precisava para fazê-lo. Mas isso dependeu de um jogo de forças que ia além dele próprio, envolvia a tomada de poder na Revolução de 1930 e a coalizão das forças nortistas da qual resultava.

O meu argumento de tese é que a relevância dos projetos intelectuais e políticos de José Américo de Almeida na cena pública nacional, para além das competências de caráter estético e prático que são próprias dos campos literário e político *stricto sensu*, se deve em muito à sua subjetividade de homem que nasceu, se formou e constituiu relações em e a partir de uma região – o Norte. Esse território é uma representação em disputa, que se movimenta ao longo do tempo, com a emergência de outra categoria – Nordeste – e no qual nosso biografado foi um articulador estratégico⁸. Pierre Bourdieu (2018[1989]), nesse quesito, dimensiona que a (re)construção da região é a imposição de um olhar, uma visão, a respeito dessa “di-visão”. Os esforços do personagem para pautar a região nesse ponto, estão presentes desde sua produção intelectual, lançando interpretações sobre o território e a população, seu papel na formação da nacionalidade e subsequentes usos políticos, até a formação da coalizão política do Bloco do Norte, qual foi sua base de apoio do ministério até sua candidatura à presidência da República.

⁸Esse é um momento em que as categorias “Norte” – conforme utilizado no século XIX, em uma divisão do país em Norte e Sul – e “Nordeste” – envolvendo apenas a porção de terras compreendidas entre o Maranhão, a Bahia e a faixa litorânea – coexistem no debate público. Mas costumam envolver domínios diferentes. No âmbito da política *stricto sensu*, se falava em um “Bloco do Norte”, coalizção política comandada por Juarez Távora no imediato pós-1930. Mas quando o assunto era a seca, era o “Nordeste” que entrava em cena, em uma circunscrição territorial marcada pelas secas, inscrita na geografia, conforme Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011[1994]), pela produção cultural que criada a partir dela.

O corpus documental e as possibilidades da narrativa

Passamos assim o tempo a arquivar nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem, para nós mesmos e às vezes para os outros.
Philippe Antières (1998, p.10).

A documentação guardada em um arquivo pessoal possui uma natureza peculiar. Trata-se um material produzido com marcas da personalidade de seu titular e que não é destinado explicitamente ao espaço público, como diz Angela de Castro Gomes (1998), mas nem por isso se pode acreditar que a espontaneidade e a intimidade que marcam a maior parte desses registros os tornaria isentos de jogos de interesses e manipulações. A constituição dos arquivos está condicionada a escolhas cotidianas do que deve ou não ser guardado e de que maneira, passando por novas seleções quando esses papéis são revisitados. Essas triagens, inclusive, nas palavras de Philippe Antières (1998, p.10), “são guiadas por intenções sucessivas e às vezes contraditórias”, mais que isso, “quando não o fazemos outros se encarregam de limpar as gavetas por nós”, de maneira que é imprescindível saber um pouco da história dos arquivos antes de nos apropriarmos das narrativas que eles compõem com os seus papéis e outras coisas.

José Américo constituiu um arquivo com quase doze mil correspondências – mais de cinco mil cartas recebidas, duas mil enviadas e quase cinco mil telegramas – além de documentos pessoais, fotografias, recortes de jornais, certificados e prêmios, manuscritos, blocos de notas e originais dos livros⁹. Os documentos mais antigos são algumas cartas de políticos e documentos administrativos, como a escritura das suas residências e as nomeações. Os outros materiais foram produzidos, de forma cada vez mais volumosa, a partir dos anos 1930. Isso indica, a propósito, que deve datar desse momento uma maior preocupação por parte dele na construção de uma memória de si. A biblioteca, por sua vez, está catalogada em mais de 3.800 livros. Mas essa conta não inclui periódicos e plaquetes, que ocupam outra parte do acervo.

O arquivo pessoal e a biblioteca do nosso personagem estão salvaguardados pela Fundação Casa de José Américo. A instituição foi criada depois de seu falecimento no terreno de sua residência na praia do Cabo Branco em João Pessoa. A casa, com toda a mobília que a constituía, foi transformada em um museu. A biblioteca, a propósito, está

⁹O conjunto de manuscritos foi consultado considerando mais sua materialidade que seu conteúdo. Isso se deu em razão da natureza vária do papel, que envolvia desde blocos de notas até folhas de jornal, o que implicava em uma dificuldade de entender a ordem das folhas, mas também por causa da caligrafia do escritor nos momentos em que escrevia para si mesmo.

localizada no andar superior dessa edificação. Na parte de trás do terreno, onde estão preservadas parte das árvores que ele plantou, foram construídos outros dois prédios. Um primeiro funciona como galeria de arte, tendo uma sala de cinema e um auditório, onde são realizados eventos públicos. O segundo tem três andares, nos quais estão alocados os arquivos pessoais dos ex-governadores da Paraíba, além de uma biblioteca, uma hemeroteca e um acervo da cultura popular.

O *corpus* documental dessa tese também envolveu jornais diários, em particular *A União*, que circulou na Paraíba, mas também *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*, ambos do Rio de Janeiro, e outros consultados pontualmente. Foram bastante utilizadas a *Revista do Foro*, *Era Nova* e *A Novela*, periódicos em que nosso personagem se fez presente de maneiras diferentes. Os livros de memórias – autobiografias e entrevistas – foram importantes não só em razão das evidências que forneciam, mas igualmente dos sentidos que ele e as pessoas com quem ele conviveu conferiram às suas experiências. Fiz uma leitura atenta das poesias, crônicas, artigos de opinião, novelas, ensaio sociológico e romance que ele produziu na tentativa de entender as perspectivas e mudanças de pensamento que o contornaram ao longo dos anos. Ainda nesse caminho, os discursos me permitiram compreender os seus projetos em circunstâncias específicas.

Em meio a tudo isso, consultei correspondências que o tinham como remetente, destinatário ou assunto em arquivos pessoais de alguns políticos como Getúlio Vargas, Juarez Távora, Juraci Magalhães, Benedito Valadares e Artur Neiva – disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea do Brasil (CPDOC). O diário de Getúlio Vargas se inclui nesse grupo como parte do material usado para entender as disputas políticas nos anos 1930. De forma mais pontual, acessei os acervos da Arquidiocese da Paraíba e da Faculdade de Direito do Recife, no qual encontrei os processos de ordenação, documentos de matrícula e exames dos tempos em que nosso biografado passou por essas instituições. Ainda nesse caminho, livros de genealogia e de história local, imprescindíveis para conhecer mais das tradições de sua família¹⁰.

Ao longo da tese, a tessitura dos problemas que movimentaram a pesquisa e das evidências que essa documentação apresentava perpassou uma narrativa, no sentido que

¹⁰Há uma relação entre o efêmero e o durável interessante de ser pontuada nesses tipos documentais. Ao passo em que diários, cartas e jornais perscrutam a multiplicidade dos acontecimentos que fazem o prazo do dia; as autobiografias e discursos, assim como o arquivo pessoal e a biblioteca, acionam os projetos de futuro, nem sempre bem sucedidos. Philippe Lejeune (2014) contrasta as diferenças nos marcos temporais dos diários e das autobiografias – uns escritos no prazo do dia e outros produzidos com muitos anos de distância. Gisele Venâncio (2015), por sua vez, pontua o arquivo e a biblioteca como espaços que guardam os projetos de vida dos sujeitos, ideias de leitura e escrita. Philippe Antières (1998) argumenta que esses espaços armazenam as formas como os indivíduos gostariam de se fazer representar.

Lawrence Stone (2013[1979]) revisita, de um ramo da retórica, por meio da qual muita coisa pode ser comunicada sem que precise ser dita. Paul Ricoeur (1994[1983]), assim, explica que, no exercício de representar o passado, é a narrativa histórica que reconstrói o sentido do tempo experimentado pelas pessoas. A velocidade dos acontecimentos, assim como os sentimentos que eles provocam, a percepção das circunstâncias em que certas decisões são tomadas e o intervalo até que seja possível sentir as consequências, tudo isso depende em muito da cadência das orações. Tendo isso em vista, eu segui o caminho cronológico mais tradicional entre os biógrafos, iniciando em sua infância e o acompanhando no processo de amadurecimento.

Tendo isso em vista, organizei a narrativa em sete capítulos, orientados a partir dos espaços que o biografado ocupou do seu nascimento até os cinquenta anos de idade, mas sempre partindo das experiências anteriores e dos conflitos que o seu lugar social colocava para essas novas posições: *Herdeiro* percorre os anos de formação, da infância à saída do seminário em 1904; *Bacharel* mapeia as experiências de estudante na Faculdade de Direito do Recife, bem como os cargos e as posições que ele conquistou quando voltou à Paraíba; *Modernista* compreende sua atividade intelectual nos anos 1920; *Reformista* entende seu ingresso na política profissional e as articulações da campanha da Aliança Liberal e na Revolução de 1930; *Revolucionário* compreende a construção do projeto político do biografado no tempo em que foi ministro de Viação e Obras Públicas; *Líder político* discute seus deslocamentos da saída da pasta em 1934 até sua nomeação como ministro do Tribunal de Contas da União; *Candidato* apreende os arranjos que fizeram dele o concorrente governista à sucessão presidencial em 1937.

1. Herdeiro

No ano seguinte ao do meu nascimento, veio a Abolição e no outro foi proclamada a República. Ao dar os primeiros passos, ingressei num mundo renovado com seus pregões de fraternidade e liberdade e é o que se vê: um século de sangue e de pânico universal.

José Américo de Almeida (1976, p.15).

Aquele era o começo de um novo tempo e os mais velhos bem sabiam disso, tanto que se anteciparam ao veredito do parlamento e à assinatura da princesa. Enquanto a instituição escravocrata, um dos pilares do regime imperial, ruía a olhos vistos, a elite agrária da cidade de Areia, no interior da província da Paraíba do Norte, alforriou as pessoas que ainda estavam em cativeiro e declarou extinta a escravidão naquela circunscrição municipal. Algum tempo mais tarde, o jornal *A Verdade* noticiaria com entusiasmo a emergência do novo regime político, não era para menos. O pacto federativo concedia maior autonomia para as elites locais, com espaço privilegiado para a discussão política, instrumento que aquela gente sabia manejar. Em pouco tempo, algumas das lideranças do município tomariam as rédeas da política estadual, orquestrando uma oligarquia que se manteria no poder por quase vinte anos.

Aos olhos de José Américo de Almeida, que ensaiava seus primeiros passos, as notícias que arrebatavam o mundo público decerto não passavam de uma agitação estranha que ocupava as conversas e sobressaltava os ânimos dos parentes mais velhos. Ainda assim, as mudanças, mas também as permanências que as envolviam, afetavam a sua vida. Elas estavam postas no cotidiano do engenho, na pobreza dos moradores e das moradoras, na subserviência com a qual eram tratados pelo senhor e pela senhora, na violência que perpassava a economia de relações desses sujeitos – suas condições de vida e trabalho, oportunidades de ascensão social, liberdade para ir e vir, violência dos corpos e dos símbolos etc. Enquanto isso, não fugiram aos seus olhos e ouvidos as conversas na sala da casa de seu tio padre, quando a família e os aliados se reuniam para discutir política. Era uma gente poderosa, articulada com os proprietários da região e com os fazendeiros das paragens mais distantes.

Todo esse universo de práticas que o menino observava no cotidiano da parentela dizia respeito ao comportamento que era esperado dele para a manutenção das estruturas de poder em um sistema patriarcal, o qual tinha entre suas características o mandonismo. Inscrito na maneira como as pessoas eram compreendidas e tratadas no potentado desses chefes políticos, nas palavras de José Murilo de Carvalho (1997, s/p),

o mandonismo “refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder”, o que implica em entender que “o mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política”. As diferenças de raça, gênero e origem social, entre outras, eram agenciadas como critérios de legitimação da superioridade dos chefes políticos e sua descendência.

Esse repertório de atitudes e diferenças era transmitido das gerações mais velhas para as gerações mais novas como condição *sine qua non* para a continuidade do poder político e econômico da parentela. Os descendentes desses sujeitos, de acordo com Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron (2018[1964]; 2014[1968]), seriam herdeiros dos capitais materiais e simbólicos constitutivos da tradição de suas famílias, e que das maneiras mais variadas, fariam com que eles dispusessem de privilégios no mundo social. Mais do que isso, era percebendo o mundo à sua volta, o comportamento das pessoas mais velhas, os valores que cultivavam, os costumes que aprovavam e reprovavam, mas também as diferenças que inscreviam os limites e demarcavam hierarquias, que o menino aprendia o seu lugar naquela sociedade

Em outras palavras, podemos dizer, na esteira de Pierre Bourdieu (2015[1979]), que de forma mais ou menos intuitiva, nesses primeiros anos, nosso personagem estava descobrindo o *habitus* de uma vida aristocrática. Nesse quesito, porém, é preciso ponderar a intensidade com a qual essa alocação acontecia na trajetória do infante. Nesse caso, julgo que a reprodução cultural se deu apenas parcialmente, na medida em que o repertório de ideias e práticas que seus pais e avós construíram teve de enfrentar suas vivências, impossíveis de controlar absolutamente, bem como a construção de sua própria personalidade¹. A aprendizagem, isso posto, eu concordo com Lev Vigotski (2009[1934]), acontece de maneira intersubjetiva – os indivíduos entendem e expressam os códigos sociais em parte conforme sentidos compartilhados socialmente, em parte considerando elementos de sua subjetividade.

Tratava-se de um tempo de grandes mudanças sociais, políticas e culturais, inscritas pela Abolição da Escravidão e Proclamação da República, em meio às quais as

¹Pierre Bourdieu, sobretudo nos livros citados anteriormente, em parceria com Jean-Claude Passeron, *Os herdeiros* (2018[1964]) e *A reprodução* (2014[1968]), não considera a subjetividade dos indivíduos em suas análises do *habitus* que esses exercem no mundo social. Embora as análises que eles constituem tenham sido fundamentais, em particular para a construção desse capítulo, penso que seja necessário fazer um contraponto dessa forma de perceber as coisas.

elites políticas precisavam reorganizar o seu modo de exercer poder. Isso significava revisitar as tradições familiares, fundamentais até aquele momento para a manutenção do poder político daquela gente. Dessa forma, a parentela passou a planejar, de modo cada vez mais sistemático, a formação da sua descendência conforme os marcadores sociais em vigência. Era preciso garantir o capital escolar pelo menos para alguns dos membros da casa, leiam-se os títulos e as competências que só as instituições educativas eram capazes de fornecer. Ao pequeno José Américo, quinto filho da descendência, os mais velhos destinaram o sacerdócio, contrataram uma preceptora, levaram-no para estudar na cidade e fizeram sua matrícula no Seminário Nossa Senhora da Conceição. Ele reagiu a esses espaços da maneira como pode ou como quis quando possível.

O objetivo desse capítulo é identificar como José Américo de Almeida se movimentou em meio às estratégias, ora divergentes ora convergentes, de sua parentela para assegurar a manutenção e planejar a expansão do capital político, *lato sensu*, da família. Foi considerado, para isso, o tempo de sua formação, desde seu nascimento em 1887 até a sua saída do seminário em 1904. Ao longo desses anos, penso ser importante demarcar que ele era compreendido como um infante sem consciência e autonomia suficiente para tomar decisões a respeito de sua própria vida. Entre o final do século XIX e o início do XX, essa mentalidade de um indivíduo dotado de suas vontades e que corria atrás de seu próprio destino estava em construção e operava de maneiras diferentes entre as famílias e localidades. A decisão pessoal de abandonar o sacerdócio representou, dessa forma, um rompimento com essa maneira de entender as coisas, motivo pelo qual esse se tornou o recorte final dessa seção.

A construção desse capítulo envolveu uma documentação de natureza memorial, produzida por ele ou por outrem. Trata-se de livros de memórias como *Antes que me esqueça* (1976), e as entrevistas concedidas a Aspásia Camargo, Sérgio Flaksman e Eduardo Raposo, publicadas em *O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida* (1984[1976]). Mas também foram utilizados relatos de outra natureza, como os manuscritos autobiográficos da sua professora Júlia Verônica dos Santos Leal. Outro instrumento foram livros de história local, *O Brejo de Areia* de Horácio de Almeida (1980[1958]), além das genealogias como *No roteiro dos Azevedo e outras famílias do Nordeste* de Sebastião de Azevedo Bastos (1954). De forma pontual, havia os processos de ordenação dos dois tios padres, jornais publicados em Areia na época, os registros de matrícula e exames do Seminário Nossa Senhora da Conceição.

Em suas memórias, José Américo (1976, p.160) dizia que almejou o tempo todo

um destino diferente daquele que escolheram para ele: “Tinha um pacto com o futuro, não tolerando que me roubassem o direito de seguir o meu caminho”. As reminiscências, porém, são narrativas construídas *a posteriori* e que guardam sentidos que os indivíduos, no momento em que as constroem, conferem às suas experiências pessoais e coletivas – trata-se daquilo que Pierre Bourdieu (1996[1986]) chama de *ilusão (auto)biográfica*. Assim, é mais apropriado pensar que nosso personagem tenha oscilado bastante entre as determinações familiares e suas próprias escolhas ao longo, pelo menos, dos primeiros anos de sua vida. Também merece atenção a construção das imagens do pai e do engenho como fiador e espaço de sua liberdade; e por contraponto, a orfandade, a casa de tio e o seminário como representações do aprisionamento.

Os relatos memoriais, afinal, têm lógicas em seu enredo que não dizem respeito exclusivamente aos acontecimentos relativos à temporalidade à qual eles se referem. Alessandro Portelli (2006[1996]) explica que elas estariam suscetíveis a deslocamentos de natureza temporal e espacial, ou seja, também dispõem dos sentidos que foram construídos entre os eventos e a evocação de suas reminiscências. As descrições do engenho, assim, guardavam muito das representações coletivas que se construíram a respeito desse espaço, como o ensaio sociológico *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre e o romance *Menino de Engenho* de José Lins do Rego. Ainda no que diz respeito às memórias, mas também a outros documentos, há personagens citadas em parágrafos curtos e cantos de páginas, imprescindíveis para que fossem percebidas as relações de violência e afeto que o garoto viveu a sua infância – Rita, Maximiana, Francisca, Joaquim, Luzia – em sua maior parte pessoas negras, mencionadas poucas vezes e com algum desdém. Para conferir a elas o protagonismo que tiveram nessa história, portanto, foi preciso fazer uma história a contrapelo.

Esse capítulo, intitulado *Herdeiro* para comunicar alguns dos sentidos que essa origem social conferiu à trajetória do nosso biografado, foi separado em quatro partes: O primeiro tópico, *A infância no engenho*, conta algumas das vivências desse quinto filho de um proprietário de terras e de uma dona de casa em meio às hierarquias e sociabilidades no engenho de sua família. A segunda parte, *Uma tradição política*, tratou da história de três gerações da ascendência do nosso personagem e suas diferentes estratégias para construir, assegurar e reconstruir seu poder político. O terceiro ponto, *As primeiras letras e a catequese*, discorre os encontros e os conflitos das suas formações laica e religiosa desde as aprendizagens com sua preceptora até a estadia na casa de seu tio padre. A quarta seção, *O Seminário Nossa Senhora da Conceição*,

aborda a educação do corpo e da mente que fez parte da sua rotina quando a família almejava que fosse padre, tendo como momento limite a circunstância na qual ele comunicou à parentela que desistiria da formação teológica.

1.1 A infância no engenho

Às duas horas da madrugada do dia 10 de janeiro de 1887, uma sexta-feira, nasceu o quinto filho de Inácio Augusto de Almeida e Josefa Leopoldina Leal de Almeida. O parto aconteceu no engenho Olho d'Água, às proximidades da cidade de Areia. As mulheres não devem ter tardado em providenciar cobertas que acalentassem o rebento. O pai da criança decerto estava em outro cômodo da casa, com uma jarra da cachaça que produzia em seu engenho e com a qual esquentava o corpo. Talvez tenha comemorado a notícia, era um menino. É provável que fizesse frio, como era comum àquela hora da noite na região. Ainda que fosse verão, a altitude das serras onde a casa grande se assentava era propícia às quedas bruscas de temperatura no período noturno, mesmo que durante o dia o sol varresse a terra com a luz e calor comum aos trópicos².

Chamaram-no José Américo de Almeida. Era esse o nome que deveria ter tido outra criança, de uma gravidez anterior àquela, e que não vingou. Um nome composto, como o de seu pai, o qual combinava a tradição católica do vocativo José com o significado histórico do termo Américo. Essa era uma designação comum em Areia no final do século XIX, por causa do prestígio nacional do pintor acadêmico conterrâneo Pedro Américo de Figueiredo e Melo. Ao que tudo indica, foi uma escolha de sua mãe, sempre muito devota e que achava por bem homenagear o artista. Em contrapartida, economizaram no sobrenome, que restaria fechado à imponente linhagem secular de seu avô paterno, o que não era comum, mas bastava em uma sociedade regida no espaço público pelo poder do pai, em prejuízo do clã maternal, do qual não se podia alegar ausência de tradição e importância política³.

Era uma família de senhores e senhoras de engenho, que vivia dos rendimentos da cana-de açúcar plantada em suas terras e enriquecida na casa de farinha, produzindo cachaça, rapadura e açúcar mascavo. Fazia tempo que aquele negócio não dava lucros

²Disposta 622 metros acima do nível do mar, a vila de Areia costumava dispor da temperatura média de 25°C, variando pouco entre as estações do ano, dada a sua proximidade à linha do equador, oscilando de 34°C a 14°C durante o dia (ALMEIDA, 1980[1958]).

³Linda Lewin (1993) argumenta que a escolha dos sobrenomes pelos pais e pelas mães pais das crianças considerava mais as relações políticas e econômicas que propriamente um critério de patrilinearidade ou matrilinearidade. Nesse caso, no entanto, a opção machista prevaleceu.

vultosos, ainda mais naquela região do brejo, onde as propriedades eram menores e os recursos mais parcos do que era possível encontrar na várzea⁴. Com a derrocada da economia açucareira, os mais velhos aprenderam a diversificar a produção, contar com alternativas para quando os temporais, as flutuações do mercado, um acidente na moenda ou o alastramento de uma praga ameaçasse a receita familiar. Por essa razão, tinham uma fazenda pequena na caatinga, na região do curimataú. Ali criavam gado e era para onde seguiam quando a cheia inundava o brejo de lama e mosquitos⁵.

A propriedade distava meia légua da cidade de Areia, interior da então província da Paraíba do Norte. Tratava-se de uma região brejeira, localizada entre o agreste e o sertão, que havia sido colonizada entre o final do século XVII e o início do XVIII. Naquela ocasião, viviam por aquelas bandas os índios Bruxaxá. O povoado foi assim denominado Brejo de Areia, alçou a posição de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição no dia 22 de junho de 1814, e vila em 30 de agosto de 1818. Tornou-se cidade, finalmente, com a lei provincial de 18 de maio de 1846. A posição geográfica estratégica entre o litoral e do curimataú favorecia o comércio entre essas localidades com clima, vegetação e consistência dos solos tão diferentes, o que rendeu a designação de “celeiro dos sertões”. Entre uma mercadoria e outra também circulavam ideias, o que fez do município um espaço também propício à vida cultural (ALMEIDA, 1980[1958]).

O engenho era um dos maiores da região e ficava ao pé da estrada, onde havia uma quitanda. A casa grande fora construída em uma elevação do terreno, posição estratégica caso fosse necessário proteger a família em um conflito armado ou de um assalto de um bando de ladrões. Não era dada a grandes confortos, “era baixa e feia, com três janelas e uma porta, [...] foi crescendo para caber a família que aumentava”. Tinha duas salas espaçosas, mas cuja mobília não era de luxo, deitava-se nas redes ou sentava-se no chão, para armazenar água havia uma moringa com uma caneca dentada de flandres. O corredor dividia os quartos, dois de cada lado, onde também se dormia em redes. A cozinha ficava ao fundo, com as paredes manchadas pela fuligem do fogão a lenha. Ali a “Velha Rita” preparava as refeições. Havia ainda uma capela e um anexo

⁴A várzea ficava mais próxima geograficamente das praias, sem grandes alterações de relevo, além disso, era entrecortada por rios e contava com um regime de chuvas mais constante. Essas razões tornaram aquele um espaço mais interessante para a elite açucareira, relegando o brejo para os produtores menos abastados. A despeito dos engenhos de produção mais vultosa que ocupavam as planícies, nas serras era possível encontrar com mais frequência os banguês (ALMEIDA, 1980[1958]; BURITY, 2017).

⁵Ao oeste da vila de Areia havia a região do curimataú, onde o solo era mais seco, as chuvas menos frequentes e a vegetação própria da caatinga. Muitos senhores de engenho e comerciantes da região do brejo tinham terras naquela localidade, onde criavam gado. Acredito que essa propriedade tenha sido uma parte diminuta da fazenda Jandaíra, que pertencia à família Santos Leal.

lateral, que servia de depósito de aguardente. No quintal, um jardim e uma horta eram mantidos fora do alcance das galinhas. A uma pequena distância ficava a casa de farinha, os casebres dos moradores e das moradoras. Um tanto mais longe deveria estar o roçado, além de uma mata, uma cascata e um açude (ALMEIDA, 1976, p.21).



Figura 3: Casa Grande do Engenho Olho d'Água
Fonte: Aspásia Camargo *et al* (1984, p.59).

O casal teve onze descendentes, para além dos quatro que não vingaram. Inácio era o primogênito e, talvez por essa razão, tenha estado desde muito cedo aos cuidados do seu tio, o vigário Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque. Jaime foi o segundo filho, ficaria para ele a sina de cuidar do engenho e dos negócios da família. Depois vieram duas meninas, Maria Amélia e Maria das Neves. Algum tempo mais tarde, José Américo. Dos herdeiros mais velhos, de acordo com Sérgio Miceli (2001[1977]), era esperada com maior veemência a continuidade do poder político e econômico da parentela e, com esse propósito, dedicava-se maior atenção e investia-se mais capital na educação deles. As meninas logo devem ter aprendido a cuidar da casa, dos irmãos mais novos e das irmãs mais novas. A despeito disso, os caçulas eram criados de maneira mais solta. Não era o caso de Hermenegildo, que tinha a saúde frágil e despertava certa preferência do pai, mas acontecera com Augusto, Miguel, Arcanja, Júlia e João.

As crianças ficavam aos cuidados da ama seca, ainda que com a supervisão frequente da mãe. Maximiana era uma mulher negra que deveria contar mais de trinta anos quando participou da criação do quinto rebento de sua patroa, é provável que

estivesse na família há mais tempo, talvez desde o primogênito, a julgar pelos anos de vida que ela já tinha e pela pouca idade na qual as criadas costumavam começar nesse ofício. Em verdade, era de sua responsabilidade atentar a todos: a hora de comer, tomar banho e dormir, vigiar para que os menores não ficassem muito longe da casa, repreender as traquinagens. Às vezes, D. Josefa intercedia, aos gritos – “Está chovendo. Não tome sol. Cuidado com o sereno” (ALMEIDA, 1976, p.69) – em outros, era preciso apelar para as histórias daquelas figuras extraordinárias que as enchiam de medo:

Não podendo usar energia, ameaçava a gurizada com a legião imaginária dos malfeitores noturnos, dispondo de uma polícia secreta para fazer comer, sair da chuva, tomar remédio, dormir. Só assim se fazia obedecer (ALMEIDA, 1976, p.30).

D. Josefa não aprovava a estratégia da ama seca e a repreendia sempre que a flagrava contando essas histórias mal-assombradas. Porém, o que se havia de fazer? Faltava-lhe autoridade para censurar as demasias das crianças, não poderia colocá-las de castigo e decerto seria punida se apelasse para a repreensão física. A verdade é que, ainda nos primeiros anos de vida, as meninas e os meninos se davam conta do poder que tinham sobre ela, eram as suas donas e donos, mais tarde patroas e patrões, e com ela ensaiariam essa fronteira tênue entre o mando e o afeto⁶. Restava para si apelar para as vantagens que seu pensamento concreto de adulta levava sobre a abstração infantil e não os poupava desse catálogo de monstros que vagavam pela estrada, se escondiam na mata, bagunçavam o galinheiro e o canavial.

Josefa Leopoldina Leal de Almeida era uma mãe “cuidadosa, mas sem carinhos; menos afetuosa que devota” (ALMEIDA, 1976, p.70), recordava o filho em seu livro de memórias. Casara aos catorze anos e contara quinze gestações, das quais quatro crianças morreram na primeira infância. Não esquecia os anjos que perdera e, por essa razão, era possível dizê-la uma boa mãe para os padrões daquilo que, no século XIX, se esperava de uma genitora católica. Com as sucessivas gestações, engordou bastante entre um filho e outro. Comandava os afazeres domésticos e a educação das crianças. Em suas atividades cotidianas, contava com a mão de obra das criadas, decerto ex-escravizadas

⁶Luiz Felipe Alencastro (1997, p.439) descreve, a partir de uma fotografia do século XIX, a relação complicada de afeto e mando que se constituía entre as crianças brancas e suas amas de leite, a qual podemos estender, moderadas as circunstâncias, às amas secas: “ela era sua coisa, por amor e por direito de propriedade”. Mas é imprescindível pensar as nuances desse afeto que se constrói por meio da violência de um sistema patriarcal ou paternalista. Sandra Koutsoukos (2009) demonstra, dessa maneira, que o sentimento da família branca só durava até o momento em que a escravizada se mostrava grata, submissa e obediente, face essa que escondia a violência que perpassava todo o sistema.

ou filhas de escravizadas, libertas por terem nascido depois da promulgação da Lei Rio Branco de 1871 ou alforriadas no dia 16 de fevereiro de 1888⁷.



Figura 4: Josefa Leopoldina, mãe de José Américo

Fonte: Aspásia Camargo *et al* (1984, p.65).

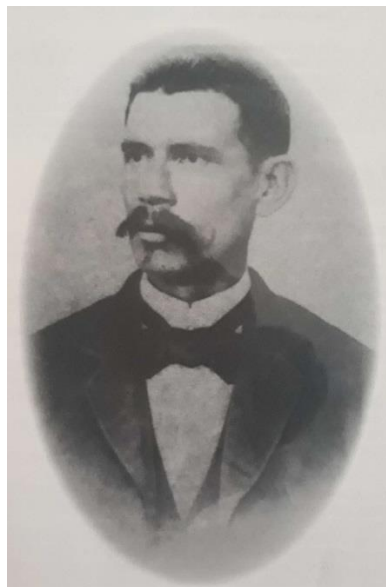


Figura 5: Inácio Augusto, pai de José Américo

Fonte: Socorro Aragão *et al* (2014, p.43).

Inácio Augusto de Almeida vivia de um lado para o outro do engenho, montado em seu cavalo de sela, o “seu único luxo”, como o menino de engenho se acostumara a vê-lo: “tratava-o como se fosse um amigo do peito, alisando-lhe a garupa, penteando-lhe a crina, dando-lhe comida na mão”. Era dele a responsabilidade de administrar o engenho, vigiar o trabalho dos moradores, indicar o que era preciso ser feito, decidir o destino da safra e o que fazer quando ela não dava os resultados almejados. Fazia isso com necessidade, as dificuldades para assegurar uma boa produção eram inúmeras. Um dia, a tacha de cozimento furou, ameaçando parar a moagem. O mestre e o batedor teriam se desesperado: “Vi meu pai queimando as mãos para tapar o furo com uma mecha de estopa e breu”. Além disso, tinha os problemas da cidade, quando se envolveu na política e a questão dos limites das terras com os vizinhos⁸. No mais, a relação com o pai não guardava grandes intimidades: “nunca me tomou nos braços, nem me sentou na perna”, mas “excedia-se em cuidados” à sua maneira (ALMEIDA, 1976, p.58).

⁷Contava Elpidio de Almeida (1946) que, nessa data, os últimos vereadores, dentre os quais devia estar Inácio Augusto de Almeida, como resposta às pressões do movimento abolicionista, alforriaram os escravizados e as escravizadas dos seus engenhos.

⁸Na virada do século, as novas gerações de proprietários rurais passaram a delimitar suas propriedades com cercas de arame farpado. Para tanto, recorriam às escrituras, boa parte das quais feitas por ocasião da Lei de Terras de 1850. Esses documentos, no entanto, eram em tudo imprecisos, faziam referências a riachos, árvores ou simplesmente à vizinhança de outra fazenda. Em meio a esse cenário, despontavam conflitos históricos entre as famílias cujas terras faziam limite umas com as outras (BURITY, 2017).

A instituição familiar, àquele fim de século, vivia uma transformação histórica nos seus padrões de socialização e sentimento. Essa família tradicional, conforme Philippe Ariès (2011[1960], p.X), tinha como missão, sentida por todos, “a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana num mundo em que o homem, e mais ainda uma mulher isolada não podiam sobreviver”, bem como a proteção da honra e das vidas. Esse pacote não incluía necessariamente uma função afetiva. Ainda que houvesse amor entre os entes próximos, a estima não era condição para a existência nem para o equilíbrio de uma família. Aconteceu que, a certa altura dessa história, as crianças se tornaram o centro das atenções da mãe e do pai, objeto de todos os tipos de investimento, “afetivo, claro, mas também econômico, educativo, existencial”. Era preciso ter cuidado e atenção para necessidades mais fundamentais dos infantes, garantir a sua educação e saúde (PERROT, 1991[1987], p.148).

Em uma sociedade agrária de tradição católica, acostumada a fazer da família extensa a célula de sua organização política e econômica, tais transformações tomaram características mais específicas. No engenho Olho d’Água, era possível encontrar crianças vivendo a sua infância – falava-se, é claro, do menino José Américo, seus irmãos e suas irmãs – mas até certo ponto. O tamanho da prole e o ambiente rústico da casa e do seu entorno limitava os cuidados com a saúde e a educação dos rebentos. As enfermidades mais cotidianas eram tratadas com as ervas cultivadas no jardim da casa na forma de garrafadas, chás ou compressas. Os dentes de leite eram puxados com um cordão, já os problemas com os permanentes eram resolvidos com o boticão de Antônio Moisés. Havia, porém, os casos mais graves, que preocupavam o pai e tomavam a mãe de sobressalto. Hermenegildo vivia adoecendo. Arcanja sofreu uma moléstia que a retardou ainda criança. Jaime caiu do cavalo e ficou delirando (ALMEIDA, 1976).

Esperava-se das crianças que fossem cristãs e se comportassem bem. A mãe e o pai eram pessoas devotas. Ainda que não fossem à missa com frequência, tinham uma capela em casa e ensinaram seus descendentes a rezar desde cedo. Não se devia brincar com a religião e os infantes logo aprenderiam isso, tanto que logo incorporaram uma moral católica e um catálogo de pudores. Tratavam-se, afinal, do irmão e da irmã dos vigários das freguesias de Areia e Guarabira. O segundo deles, Walfredo Soares dos Santos Leal, diga-se de passagem, era padrinho de José Américo⁹. Aconteceu que, certa

⁹O nosso personagem contaria em suas memórias que houve certa confusão quanto ao tio que seria seu padrinho: “Sempre considerei como tal meu tio paterno padre Odilon Benvido de Almeida e Albuquerque, enquanto, segundo constatei mais tarde, o batistério dá outra pessoa: padre Walfredo Leal,

noite, Maroquinhas – como chamavam Maria Amélia – tirou o terço para os irmãos maiores. Ela estava compenetrada no papel com um acento piedoso e José Américo insistiu em fazer troça de tudo que falava. Ela parou de rezar e deu parte ao pai:

O velho saltou da rede, arrastou-me até a sala e, tirando o relho do armador, deu-me umas correadas que me cortaram as costas. Horrorizado com a ideia de ter um herege na família, capaz de debochar da religião, o homem de fé, o irmão do vigário da freguesia, surrou-me no duro, como um exorcista (ALMEIDA, 1976, p.55).

A mãe limpou as feridas com vinagre. A surra teve os seus resultados. Naquela noite, ele demorou a dormir pensando no que havia feito e rezou arrependido.

Os descendentes do senhor e da senhora viviam perambulando pelo engenho. José Américo contava que gostava de visitar o partido de cana, onde encontrava os cortadores em sua labuta diária do plantio ou da colheita. Entre uma volta e outra, encontrava o pai a dar ordens aos moradores. Em certa ocasião, o menino se ofereceu para tanger o gado do engenho, o pai não o levou a sério, mas dada a insistência deixou que conduzisse a almanjarra. Ficava, assim, a vigiar os bois que movimentavam a moenda. Fazia-os andar ou parar quando era necessário. Em caso de lentidão excessiva, usava o chicote. Assim, passou a conhecer o comportamento de cada animal e dava-lhes nomes de acordo com os seus temperamentos. Os moradores não o levavam a sério e tinham motivo para entender aquele esforço, tão cheio de significados para o filho do dono de engenho, como uma brincadeira de criança. O garoto não se preocupava com mais nada, não lhe interessava o ritmo da produção. A sua ação estava concentrada exclusivamente nas ordens que definiam o movimento dos animais (ALMEIDA, 1976).

Em todo caso, o pai deu-lhe uma moeda, que devolveu porque não usou para nada. Mais tarde, ganhou um cavalo rosilho por recompensa, um incentivo paterno àquele esforço laboral que servia de laboratório da vida adulta. Aprendia a rotina do engenho ao passo em que incorporava o ofício do mando. Fazia isso com tanta propriedade que se antecipou às ordens do pai – a disposição virava desejo. Dizia que queria ser vaqueiro. Mas essa não era uma possibilidade, como ele, munido do chicote e do grito como instrumentos de trabalho, logo se daria conta. Era uma rotina em tudo muito diferente da que tinham outras crianças de sua idade ou pouco mais velhas, como Marcelino, filho de Maria Mulatinho, que retirava o bagaço da cana-de-açúcar já

irmão de minha mãe”, e apontava uma explicação possível, “presumo que no meu batistério figure como padrinho meu tio Walfredo, em vez do verdadeiro, que era o padre Odilon, porque esse teria evitado ser par de uma moça solteira. Ele era assim” (ALMEIDA, 1976, p.11, 39).

esmagada pela moenda. Chamavam-no por bagaceiro, “entrava e saía com o fardo às costas, encharcado de garapa e de suor” (ALMEIDA, 1976, p.36).

À noite, eram fechadas as portas da casa grande e a família se reunia na sala à luz do candeeiro de querosene, “mais fumo que lume, com uma luz fraca e vacilante”, que sujava o ambiente. O pai tinha seu lugar em uma rede na sala. As meninas pegavam o punho da rede e o embalavam para o primeiro sono. Dormia-se cedo. Às sete horas, nosso personagem diria em suas memórias, começava-se a bocejar, anunciando que já era hora de dormir. Mas antes disso, aparecia a “moleca Francisca”, com uma bacia de água entre as mãos e uma toalha no ombro. Ela era cria da casa e não devia ter mais de doze ou treze anos. Era de sua responsabilidade lavar os pés do senhor e de sua prole, para a qual deveria usar a mesma água, sendo aquele um cuidado dispensado à higiene em um tempo no qual os discursos médicos não eram nem totalmente estranhos nem rigorosamente seguidos pela gente da elite agrária brejeira (ALMEIDA, 1976, p.25).

Francisca era uma das criadas que roubavam a paciência da senhora. D. Josefa vivia a retalhá-la aos gritos. Certo dia, a menina fugiu e, desde então, ninguém mais teria posto os olhos nela: “Só mais tarde pude compreender como essa guria de doze ou treze anos se pervertera”. Ela vivia a tentar o filho do patrão, trazia a mão cheia de cajás apanhados no chão, mas quando ele se aproximava, impunha por condição que mostrasse a genitália. Eram duas formas distintas de compreender e viver a meninice. Ele, um menino de engenho, homem e branco, herdeiro do patrimônio econômico, político e cultural da família, nascido em uma época na qual as crianças de elite tinham espaço para saborear esse tempo de cuidados, brincadeiras e descobertas da infância. Ela, a criada da casa, mulher e negra, desprovida de sobrenome imponente, vulnerável às violências de uma sociedade escravista e machista (ALMEIDA, 1976, p.69).

O menino de engenho deve ter se dado conta desde muito cedo quais as diferenças que separavam a sua trajetória daquela que viveria a menina Francisca. Não era preciso que ninguém lhe falasse da superioridade física e moral das pessoas brancas que tanto se pregava nas teses científicas à época¹⁰. As diferenças estavam nos espaços que cada um ocupava na casa, nas tarefas atribuídas a ela e jamais atribuídas a ele, no tratamento dispensado pela sua mãe e pelo seu pai, nas oportunidades que um e outra

¹⁰A partir dos anos 1870, uma literatura científicista – sobretudo o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo social – passaria a ser consumida pelos intelectuais brasileiros. Esses intérpretes, explicava Lilia Schwarcz (1993), compreendiam uma hierarquia entre as raças ditas civilizadas e aquelas que consideravam primitivas. Com essa régua, naturalizavam as diferentes condições de vida dos povos e legitimavam políticas de discriminação racial.

eram capazes de vislumbrar para suas vidas. Mais do que isso e principalmente, ela tinha a pele negra como a maioria das outras criadas e dos outros criados daquela casa e das casas de elite que ele visitara em sua infância. Aprendia-se por associação, sem precisar pensar muito, quem mandava e quem obedecia.

No dia em que recebiam os seus rendimentos, os moradores aguardavam o senhor na calçada da casa grande recostados à parede, sentados ou de cócoras. O corpo descansava da rotina dura de trabalho ao sol que castigava a pele. O menino observava os seus trajes, os seus gestos e os seus hábitos. Dizia ele que moravam em casas de pau-a-pique, comiam com a mão, bacalhau e carne de charque, urinavam e defecavam no mato, usavam roupas encardidas e sujas, mas dispensavam grande respeito ao patrão, não passava por ele sem tirar o chapéu – nessa descrição, julgava seus comportamentos a partir dos códigos de higiene comuns apenas muitas décadas depois. As suas crianças viveriam a andar nuas pelo engenho para não sujar a pouca roupa que tinham: “meninos e cachorros eram moídos de pauladas. Algumas vezes, a mulher também apanhava do marido, procriando debaixo dessa pancadaria” (ALMEIDA, 1976, p.61).

Joaquim, outra cria da casa, certo dia “tomou liberdades” com o filho do senhor. Pedira que abrisse a boca e fechasse os olhos e, quando este o fez, deu-lhe um soco. A ousadia custou uma surra e o filho do patrão não poupou, por um longo tempo tratou de acusá-lo por qualquer dor que sentisse. Em outra ocasião, o “moleque da bagaceira” o levou para ver as moradoras lavando roupas perto do riacho, ali a roupa molhada deixava ver mais do corpo feminino. A proximidade entre os dois corrompia a infância do garoto da casa grande, cheio de suas preces e seus pudores, desconhecidos no mundo que o seu amigo das aventuras mais perigosas conhecia. Joaquim descobrira desde muito cedo as licenciosidades da vida adulta. Mais tarde, foi flagrado se acostando com Francisca em um valado da propriedade. Teria ele um destino triste, perseguido pela polícia. Matara João Urbano, o destilador de aguardente (ALMEIDA, 1976, p.66).

Em meio a esse universo ambíguo de violência e afeto havia certos acordos, muitos dos quais não precisariam ser ditos. Um desses termos era a segurança das terras. Os moradores deveriam ser fiéis e defender o engenho em caso de um possível ataque, ao passo em que o senhor lhes garantiria proteção. Esse vínculo quase que secular, no entanto, estava sendo ameaçado, àquele *fin-de-siècle*, pelo fortalecimento de uma moral que contornava a vida pública. Em certa ocasião, um dia de feira, o filho de uma antiga moradora chegou correndo da cidade. Ele pedia que o senhor o protegesse da polícia, que estava em seu encalço. Havia matado o vendedor de cocada por uma

questão de troco. Felizardo era o melhor cortador de cana do engenho. A sua mãe Josefa, homônima da senhora, mas conhecida por todos como feiticeira, tinha outros dois filhos que também trabalhavam naquelas terras, João Duda e Antônio Cuíca.

Apesar disso, o senhor negou asilo, dizia não admitir criminoso em suas terras. Quando chegou o destacamento da polícia, “contrariando a tradição de inviolabilidade dos engenhos”, o proprietário permitiu que vasculhassem o engenho. Foram violentos, quando alcançaram o casebre, agrediram a mãe e a cunhada do rapaz. Ele, àquela altura, havia partido para longe: “Diziam os moradores que, com a diligência na ilharga, Felizardo tornara-se invisível por ter virado a camisa pelo avesso”. Inácio ficou indignado, não jantou e dormiu tarde naquela noite. Deve ter pesado a decisão. Era um tempo de mudanças, mas de certa forma rompera com um pacto que fora imprescindível na formação dos capitais político e econômico da família (ALMEIDA, 1976, p.60).

Há duas formas de sociabilidades fundamentais na formação das crianças e que, de alguma maneira, as introduzem no universo da autoridade e das hierarquias da sociedade na qual vivem. Eram elas a convivência com grupos etários heterogêneos e homogêneos. Conforme definição de Shmuel Noah Eisenstadt (1976[1951]), as crianças aprendem a autoridade com o seu primeiro grupo de socialização, que é constituído pela mãe e pelo pai, nesse caso também a ama seca, que lhe garantem a segurança da qual carecem enquanto censuram suas brincadeiras perigosas e menos adequadas. Enquanto isso, a relação com as pessoas da mesma idade, seus irmãos e irmãs, em alguns casos primos e primas, servem para balizar as próprias possibilidades e estabelecer critérios de concorrência. Esses personagens, dizia o autor, costumam ter desejos, necessidades, temores, fraquezas e incertezas semelhantes quanto ao futuro.

Acontecia que, no que dizia respeito aos meninos e às meninas do eito com idades próximas à do garoto, não era possível falar em desejos, necessidades, temores, fraquezas e incertezas semelhantes aos da prole do senhor e da senhora do engenho. Segundo Eisenstadt (1976[1956]), a formação dos grupos etários se dá considerando não só as capacidades biológicas e intelectuais dos sujeitos, mas também a partir de uma construção cultural de potencialidades e obrigações destinadas a cada faixa etária. José Américo era assim tratado com os cuidados que era preciso ter em seus tempos de infância, o que lhe desobrigava de uma rotina de trabalho, mas o fazia emergir em todo um universo de atenções com a sua alimentação, o banho e o sono, compreendidas à época como imprescindíveis ao crescimento saudável das crianças. Fora assim com seus irmãos e suas irmãs. Francisca e Joaquim não tiveram a mesma sorte. As expectativas

que circundavam os dois eram circunscritas por outros marcadores sociais da diferença – classe, raça e gênero – que os limitavam enquanto infantes.

O engenho ficava ao pé da estrada, a poucas léguas da cidade. Aos sábados, era possível ver da janela da casa grande o movimento dos agricultores e das agricultoras que levavam e traziam os produtos da feira na cidade – havia os feirantes, os bêbados, as donas etc. Na venda próxima ao engenho, os caminhantes paravam para tomar um trago de cachaça. Manuel Guarabira atendia os moradores e os passantes. Dentre esses, todos os anos chegavam por aquelas bandas os comboieiros. Compravam rapadura, aguardente, farinha e café, vendiam queijo, carne-seca, peixe-seco e bode-seco. Era um negócio antigo entre a gente do sertão e do brejo. O menino contava que aprendera com aquela gente um pouco da geografia do estado vizinho. Mas passava a conhecer mais do que isso. Era no contato da estrada que, de alguma maneira, ele tinha notícia do que havia algumas léguas dali. Mas esse ainda era um mundo que, o menino tinha ciência, não estava de todo fora dos domínios de sua família. Estou falando de Areia e sua rede de comércio, na qual os Almeida e os Santos Leal consolidaram uma tradição política.

1.2 Uma tradição política

No final do século XIX, as famílias Almeida e Santos Leal eram uma gente poderosa, com uma ascendência cheia de brios. Contava-se histórias de pessoas que mandavam na região desde muito tempo, tinham participado das revoltas que se insurgiam contra os desmandos do governo central e se destacavam nos postos da administração pública. Essas narrativas, que guardavam certa dose de romantismo, constituíam uma tradição política. Entenda-se por tradição política, de acordo com Ann Swindler (1986), um conjunto limitado de padrões analíticos e significados, “noções e conceitos, formas de abordagem, esquemas explicativos, formas estilísticas e fórmulas retóricas a partir dos quais a sociedade pensava a si mesma” (ALONSO, 2002, p.53).

A tradição política que envolvia a ascendência de José Américo de Almeida era definida por valores e práticas, algumas antigas e outras nem tanto, que caracterizavam a forma como essa gente se deslocava nas instituições, fazia articulações com as outras figuras da elite e exercia poder sobre as populações mais pobres. Essas atitudes estavam enraizadas em antigos laços entre grupos políticos, mas também dos senhores de terras com seus moradores, e que seriam, de certa forma, as solidariedades que permitiam a manutenção da ordem e a organização daquela gente na administração local, provincial

e nacional. Eram estratégias para a permanência no poder que, de alguma maneira, seriam aprendidas pelas crianças, por meio das histórias dos ascendentes, as quais conheciam sempre parcialmente, ou pela observação da atitude das pessoas mais velhas.

Essa tradição política fazia referência, pelo menos, à geração dos bisavôs e das bisavós de José Américo, cujas famílias haviam se instalado por aquelas paragens no início do século. Luís José de Almeida e Albuquerque era filho de João Gomes de Almeida, o qual havia pedido terras na Paraíba em 1817 e ocupado alguns postos na administração local. Não há informações quanto ao nome ou ascendência de sua mãe. Sabe-se, no entanto, que esse sujeito desposou Joana, irmã de Francisco Coelho de Albuquerque, o qual era senhor de uma das maiores propriedades da região, o engenho Várzea. Tratava-se do marido de Ana Quitéria de Vasconcelos, filha de Alberto Cabral de Vasconcelos e Tereza de Jesus Maria de Vasconcelos, ele e ela descendentes de proprietários e proprietárias de terras nas proximidades de Areia (BASTOS, 1954)¹¹.

As famílias que se encastelavam em seus engenhos e fazendas de gado entre o final do século XVIII e o início do XIX decerto não contavam com uma vida luxuosa. Eram, antes disso, pessoas de recursos limitados, relativamente isoladas pelas péssimas condições das estradas que ligavam a região ao litoral, em um espaço rústico, segundo Laura de Mello e Souza (1997), onde a vida era o que dava para ser. Uma gente remediada, conforme Victor Nunes Leal (2012[1948], p.46), que “tem propriedades e negócios, mas não possui disponibilidades financeiras”. As oscilações na produção afetavam seus rendimentos, de forma que era preciso, ocasionalmente, recorrer à parentela, com a qual encontrava o apoio necessário às horas mais difíceis. A despeito disso, pesava o prestígio político, com o qual os chefes locais conseguiam arregimentar verdadeiros exércitos em tempos de guerra.

A ascendência dessas pessoas decerto era prioritariamente constituída, desde muito tempo, dos sesmeiros que se assentaram, em princípios do século XVIII, no Sertão de Bruxaxá, paragem que mais tarde seria designada como Brejo de Areia. A colonização daqueles sertões, como se deu em outras localidades, não deve ter passado sem conflitos com os povos indígenas, assaltos de bandos de ladrões ou disputas de poder e terras com outras famílias da região. Era um mundo no qual a segurança do patrimônio da parentela dependia do poder de fogo da descendência. Não era estranho

¹¹Esse texto padece de uma injustiça. Essa genealogia foi observada em documentos que não preservaram os sobrenomes de batismo das mulheres, guardando para elas os seus nomes como casadas, os quais eram, em sua maioria, testemunhos da ascendência do marido.

para esses senhores de terras, em um tempo no qual as forças de justiça e polícia eram parcas nos sertões, defender a vida e os interesses da família com armas em punho.

À ocasião da virada do século XVIII para o XIX, por exemplo, as pessoas que habitavam aquelas paragens se insurgiram contra as tentativas de centralização política da Corte Joanina e, depois, do Primeiro Reinado. Tratavam-se da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador de 1824. Os sobrenomes sugerem que esses personagens, ainda que não tenham estado na linha de frente dessas insurreições, tinham laços de parentesco e solidariedade com as lideranças dos conflitos. A parentela dava suporte financeiro, enviava milicianos e oferecia guarida em tempos de necessidade, o que conforme Serioja Mariano (2013, p.147), “foi uma das estratégias que funcionou como uma forma de preservar o prestígio e o poder político”.



Mapa 01: Espaços de influência da família de José Américo na Paraíba

Fonte: Mapa elaborado pelo autor com o *software* QGIS a partir das bases cartográficas IBGE 2017 – modificados com os topônimos da época.

Organizadas desta maneira, as famílias tinham por necessidade estreitar os laços, o que equivalia a ampliar as redes de influência política, mas não a ponto de dispersar os fortes vínculos que deveriam ser mantidos entre os grupos. Nesse tempo, os matrimônios dentro da mesma família serviam como estratégia política. As instituições administrativas tinham pouco poder diante do potentado dos senhores de terra nas vilas do interior do continente e, sobretudo, no mundo rural. Casavam-se primos e primas, criando um grupo reduzido, mas coeso de sociabilidades. Os laços familiares, conforme Linda Lewin (1993), ficavam ainda mais fortes quando os primos se tornavam também cunhados, estabelecendo uma relação horizontal de confiança e solidariedade, eficiente para a manutenção do patrimônio econômico e político da família.

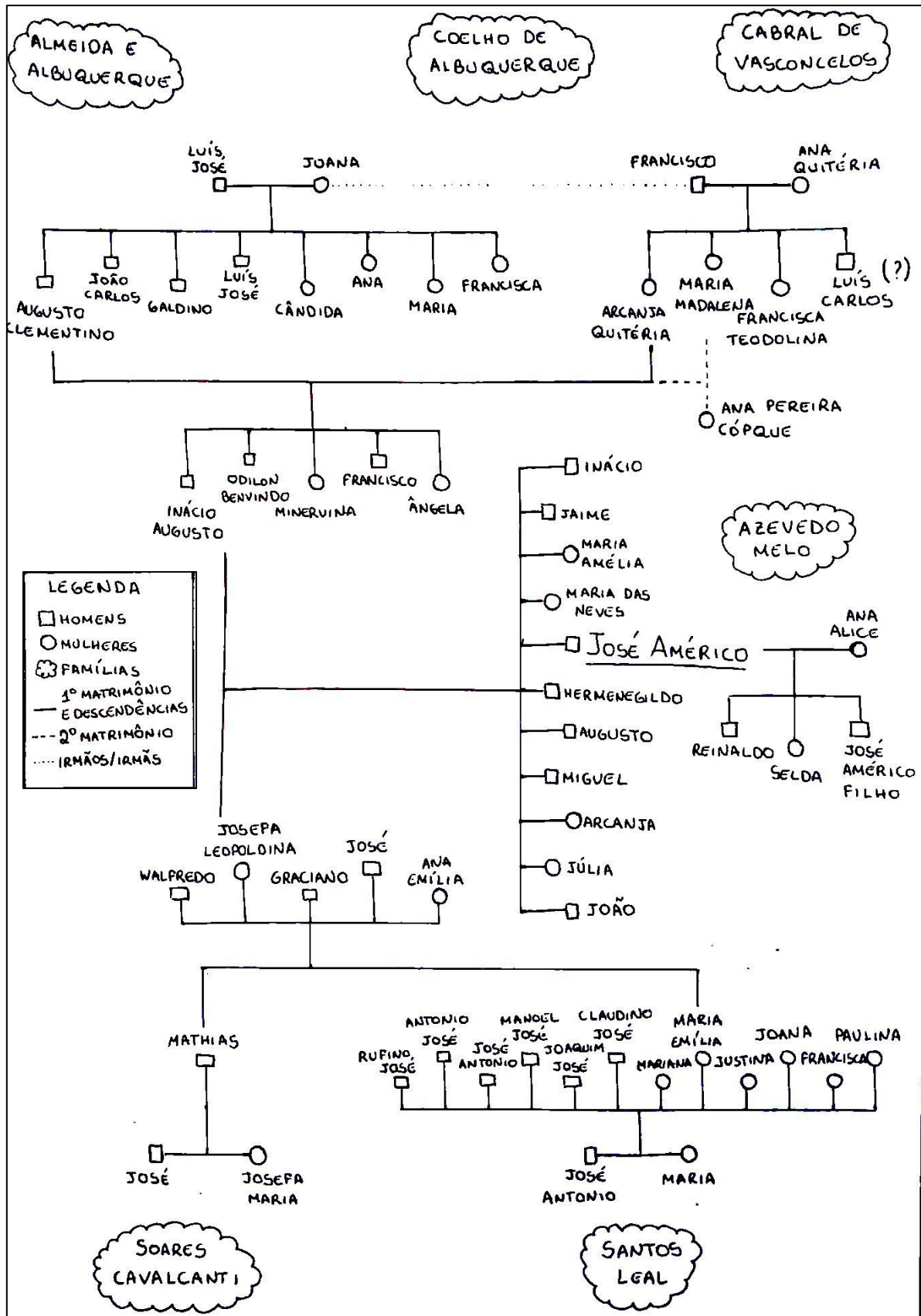


Figura 6: Genealogia de José Américo

Fonte: Desenho do autor a partir de informações de Sebastião de Azevedo Bastos (1954), Horácio de Almeida (1980[1958]) e José Américo de Almeida (1976).

Depois do casamento de Luís de Almeida e Albuquerque com Joana, irmã de Francisco Coelho de Albuquerque, essas duas famílias, que provavelmente tinham laços de parentesco de outras gerações, estreitaram ainda mais os seus vínculos por meio do matrimônio de alguns descendentes: Augusto Clementino, primogênito na linhagem dos Almeida e Albuquerque, contraiu núpcias com a prima Arcanja Quitéria de Vasconcelos e, tendo ficado viúvo muito jovem, desposou também a irmã dela, Maria Madalena de Souto Maior¹²; João Carlos, o segundo filho, foi marido de Francisca Teodulina; Cândida, a quinta filha de Luís e Joana, teve bodas com José; Maria foi esposa de Luiz Coelho de Albuquerque, que se não era filho de Francisco Coelho de Albuquerque e Ana Quitéria de Vasconcelos, devia ser parente próximo, a julgar pelo sobrenome¹³.

Acontecia que, no segundo quartel do século XIX, foram criadas instituições políticas de importância capital na consolidação da unidade nacional brasileira, como as assembleias provinciais, que se tornaram espaços de comunicação e negociação das elites locais. Naqueles estabelecimentos, segundo Serioja Mariano (2014[2010], p.99), era possível “promover, alimentar e dar movimento às conexões no jogo político e às relações do poder local com o poder central”. Em meio a esse novo cenário, outras práticas se consolidaram enquanto estratégias desses grupos políticos para estender suas sociabilidades e garantir a permanência da parentela nos espaços de poder. A partir desse momento, explicava Evaldo Cabral de Mello (2002), os casamentos endogâmicos deram lugar às alianças matrimoniais entre famílias, incluindo elites de outras regiões. O fortalecimento das instituições de poder provincial colocava na agenda do dia a articulação de chefes políticos do litoral e do sertão, ampliando suas redes de influência para além daquela outrora demandada para a manutenção dos potentados locais.

¹²A informação de que Arcanja Quitéria de Vasconcelos e Maria Madalena de Souto Maior eram filhas de Francisco Coelho de Albuquerque constava em Sebastião de Azevedo Bastos (1954). Os sobrenomes delas, no entanto, não foram informados pelo autor, tendo sido encontrados no processo de ordenação de Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque. Em todo caso, é provável que Francisco Coelho de Albuquerque e Ana Quitéria de Vasconcelos tenham denominado as descendentes em homenagem a parentes falecidas, preferindo manter seus sobrenomes. A prática de conferir à descendência sempre o mesmo sobrenome, conforme Linda Lewin (1993), data do final do século XIX e início do século XX.

¹³As notícias dessa descendência, como muitas outras apresentadas nesse tópico, foram consultadas no livro de genealogias *No roteiro dos Azevedo e outras famílias do Nordeste*, produzido por Sebastião de Azevedo Bastos (1954). O autor se aventurou a seguir a trajetória de uma lista extensa de grupos familiares por meio das informações relativas à sua descendência, em alguns casos desde os tempos da colonização, em outros desde a chegada de algum de seus membros à capitania da Paraíba. O trabalho envolve dezenas de sobrenomes em um tomo de mais de 700 páginas. A origem das informações, no entanto, nem sempre é citada. Acreditamos que tenha recorrido bastante a referências memoriais, as quais nem sempre contam com uma orientação cronológica muito precisa. No mais, esse trabalho não deixa de ter como propósito a exaltação da nobreza elite colonizadora, de maneira que os relatos e suas diagramações não podem ser analisados sem que se considerem as relações de poder implícitas a ela, como os prováveis silenciamentos de filhos e filhas bastardas e o privilégio do sobrenome masculino.

As mudanças não se deram do dia para a noite. A família Almeida e Albuquerque, a título de exemplo, usou das duas estratégias ao mesmo tempo. Tanto foi assim que os demais filhos do senhor Luís José de Almeida e Albuquerque e da dona Joana de Almeida e Albuquerque casaram com pessoas oriundas de outras famílias da região. Galdino contraiu matrimônio com Antônia de Souza Almeida, cuja ascendência habitava a região de Pilões de Dentro; Luís José de Almeida Filho desposou Sinhá Trindade; Ana contraiu núpcias com Bento Macambira; Francisca teve bodas com André Pires. Ainda assim, havia uma hierarquia entre as duas práticas, o que assegurava, em primeiro lugar, as estratégias mais tradicionais, de modo que os primogênitos contraíram núpcias endogâmicas, e mesmo os mais jovens casaram com pessoas das famílias de regiões próximas (BASTOS, 1954).

A família Santos Leal não contou muitos entrecruzamentos matrimoniais, talvez porque a descendência não tivesse esse passado tão longínquo nas esferas de poder local. Foi o bisavô e a bisavó por parte da avó materna de José Américo que constituíram o patrimônio daquela gente. José Antonio dos Santos Leal fora criado por um tio comerciante na cidade do Recife, o qual desconfiava de sua inclinação pelo jogo de cartas. Horácio de Almeida (1980[1958]) dizia que esse tio o deportou para Alagoa Grande, onde morou por algum tempo, exercendo o ofício de mascate. Casou-se com Maria José de Santana, da família Espírito Santo Coelho, procedentes de Cabaceiras. Assentou morada em Areia, onde montou uma casa de negócio e adquiriu propriedades no curimataú, dentre as quais a fazenda Jandaíra, com três léguas de terra, e que apanharia “cerca de 400 bezerros por ano” (ALMEIDA, 1980[1958], p.15).

Era uma gente de posses e que logo fez nome no cenário político local. José Antônio dos Santos Leal foi membro da Câmara Municipal e revolucionário na Confederação do Equador de 1824. Faleceu em 1834, ainda moço, mas deixando larga descendência, seis homens e seis mulheres. O primogênito era Rufino José, que também teve uma vida curta, tendo morrido por ocasião da epidemia do *cholera morbus* em 1856. Casara com Rosalina, filha de João dos Santos, um rico comerciante de Areia, e não deixou descendente¹⁴. O segundo filho, Antônio José, não casou, mas teve um filho

¹⁴Horácio de Almeida (1980[1958], p.150) contou do destino de Rosalina dos Santos Leal depois do falecimento do primeiro marido: “Quis o pai casá-la novamente com seu sobrinho Antônio dos Santos, mas a viúva já havia dado preferência a Francisco de Oliveira, caixeiro do futuro sogro, com quem finalmente veio a se casar. Desgostoso, João dos Santos abandonou Areia e foi morar sozinho, numa de suas fazendas no sertão”. Dizia mais, que a filha pediu-lhe perdão de joelhos certa vez, mas ele não se compadecera. Desde então, “torturada pela inquietação de haver causado desgosto ao pai, passou a viver em casa como uma monja, usando hábitos de freira”.

bastardo. Ele e o terceiro, José Antônio, ficaram cegos jovens, com uma moléstia que acometeu a hereditariedade, e ficaram recolhidos na fazenda (ALMEIDA, 1980[1958]).

Ao tempo em que o pai morreu, teria assumido a chefia da família o tenente coronel Joaquim José dos Santos Leal, chamado em toda parte de Major Quincas. Tratava-se de uma das lideranças locais do Partido Liberal e que se envolveu entre os sublevados na Revolta Praieira de 1849. O movimento era resposta às arbitrariedades dos conservadores, que haviam conquistado o gabinete imperial. A ação começou na vila de Goiana, em Pernambuco, mas não tardou em chegar a Alagoa Grande, depois em Areia. Também se envolveram na sublevação seu irmão Manoel José e o cunhado Manoel Joaquim. A artilharia imperial, apoiada pelos conservadores, conseguiu debandar os revoltosos. Joaquim José e Manoel Joaquim conseguiram fugir disfarçados de vaqueiros para a fazenda Jandaíra. Manoel José e Antônio José, porém, foram presos. As tropas do governo invadiram a casa dos revoltosos, em particular do Major Quincas e sua mãe Maria dos Santos Leal (ALMEIDA, 1980[1958]; MACHADO, 1983[1851]).

A Tia Umbelina de José Américo contava, lera nos cadernos de sua Tia Paulina, que Joaquim José vivera, desde 1845, amancebado com Carlota Lúcia de Brito, uma viúva sertaneja que não devia ter trinta anos, ainda que já tivesse uma filha casada. Nessa época, Trajano de Holanda Chacon, uma das lideranças do Partido Conservador vivia a ofender a companheira do adversário. Mais não ficou por isso. Trajano foi morto em uma emboscada. Em consequência, seus aliados assassinaram Manuel Joaquim. Desde então, a família se despedaçou. Joaquim José, Manoel José e Carlota foram condenados como mandantes do crime. Encontrados pela força policial, foram presos na ilha de Fernando de Noronha. A viúva Maria dos Santos Leal, perseguida pelo chefe de polícia, fugiu com as filhas na madrugada para Pedras de Fogo, onde teve guarida¹⁵.

O delegado mandou incendiar os pastos da fazenda Jandaíra com as muitas cabeças de gado que a família tinha por propriedade. A outrora larga fortuna da família era ceivada. O filho mais novo Claudino José terminava o curso de direito e mais tarde se mudaria para a região do cariri, onde constituiu família. Dessa forma, coube às mulheres reconstruir a descendência e a fortuna da parentela. Mariana casou-se com

¹⁵Horácio de Almeida (1980[1958]) afirma categoricamente que teria sido Carlota a mandante da emboscada que assassinou Trajano Alípio de Holanda Chacon. Tendo isso em mente, o autor apresenta todo o desenrolar da história, que inclui as discussões com os atiradores e as tentativas equivocadas. Essa narrativa, contudo, decerto tem muito da imagem que à época os liberais construíram para explicar a sua inocência no processo e limpar o nome do mártir da família Santos Leal. Essa é a versão que sobreviveu na memória dos parentes de José Américo, a mesma que ele contaria em seu livro *Antes que me esqueça* (1976) e que embalaria o seu romance *A Bagaceira* (1978[1928]). Encontrava-se uma saída digna para a família aristocrática. A tragédia da família era atirada ao feitiço de uma sertaneja mal-intencionada.

Francisco Torres, mas não teve herdeiros; Maria Emília constituiu matrimônio com Mathias Soares Cavalcanti; Justina desposou Manuel Mota; Joana era viúva de Manoel Joaquim; Francisca e Paulina foram, respectivamente, a primeira e a segunda esposa de Manoel José Borges, juiz de direito da comarca. Apesar disso, o fracasso político e econômico não persistiu, a geração seguinte voltou ao poder orgulhosa do sobrenome¹⁶.

A respeito da bisavó e do bisavô por parte do avô paterno de José Américo sabe-se muito pouco. José Soares Gondim decerto era filho de José Soares da Costa, mas não foram encontrados registros que dessem notícia do nome ou história de sua mãe. Enquanto isso, Josefa Maria da Purificação deveria ser parenta de José Antonio dos Santos Leal, provavelmente sua irmã. Não se conseguiu apurar se o casal teve outros filhos além de Mathias Soares Cavalcante. Todavia, Horácio de Almeida (1980[1958]) contava que esse também fora herdeiro de parte da fortuna seu tio paterno José Alves de Lima, que não deixara descendência, mas destinou a outra metade de suas posses às suas escravizadas e aos seus escravizados, os quais ele libertou em testamento.

A sina daquela gente da fazenda Jandaíra contava de um tempo de transição entre duas formas de viver a política, em seu sentido mais amplo. José Antonio dos Santos Leal era de uma época na qual as grandes querelas com a Coroa eram resolvidas com armas de fogo em punho e reclames separatistas. Era assim que, em casos extremos, as elites questionavam o excesso de impostos ou os desmandos dos administradores públicos locais. Os debates nas tribunas que sucediam os tempos de guerra eram, ainda assim, inflamados pela lembrança desses conflitos. Havia aliados de longa data e pautas a serem postas com paixão. Os protagonistas desses enfrentamentos eram senhores de terras entrincheirados em suas casas-grandes, que contavam com o apoio de outros proprietários e um exército de moradores e escravizados.

A despeito disso, havia um repertório que despontava com cada vez mais força no cenário internacional. Era o tempo da política no sentido mais estrito do termo, no qual a violência física não deve ser tolerada e todas as pautas precisam ser discutidas nas assembleias e nas câmaras, ou de maneira mais ampla na imprensa e demais espaços públicos. O instrumento político por excelência, nesse novo tempo, era o argumento, com seu poder de convencimento e negociação. Decerto isso não implicava que não houvesse hierarquias e outras formas de violência nesse cenário, mas esses recursos eram apelados de outras maneiras, por meio das redes de influência dos sujeitos,

¹⁶Tão orgulhosa que perpetuou o sobrenome Santos Leal na descendência, em muitos casos, a despeito das referências às famílias dos maridos.

concessão de cargos públicos, poder de mediação, capacidade de arregimentar aliados.

Nesse tempo de transição entre duas formas de fazer política, as figuras com *status* e conhecimento para um melhor desempenho na vida pública decerto eram os bacharéis em suas mais variadas especificidades – os juristas com suas ideias modernas, os engenheiros com as visões de progresso, os médicos com suas teses higienistas, os padres com aptidão retórica. O ensino superior se tornava ferramenta imprescindível para a manutenção do poder familiar. Dessa vez, diga-se de passagem, não era mais o segundo ou terceiro filho que passavam a ter esse destino, mas o primogênito, o que atesta que esse seria o caminho prioritário dos herdeiros do patriarcado. Na ocasião, segundo José Murilo de Carvalho (2013[1975]), o diploma, sobretudo de bacharel em direito, havia se tornado uma espécie de bilhete de entrada para a vida política nacional.

Mas essa formação, por outro lado, implicava na emergência de um repertório liberal que, com o passar do tempo, conforme Gilberto Freyre (2003[1936]), provocaria um conflito entre pais e filhos quanto às maneiras de entender o mundo e as formas de dominação política. Os herdeiros e as herdeiras daquela gente revolucionária, portanto, viveram em um tempo no qual o comando imperial entrava em crise. A geração de 1870, como explica Angela Alonso (2002), colocou na agenda pública alguns temas caros à estabilidade do regime monárquico. Discutia-se o fim do trabalho escravo e a laicidade do poder estatal. Também os mitos de fundação da unidade nacional foram questionados. Ao romantismo indianista insurgia-se o realismo e naturalismo, calcados por uma forma menos arrebatada de pensar o mundo. Em Areia, despontaram instituições culturais e políticas nas quais a elite discutia as questões do novo tempo.

Esse cenário cultural era tributário, em larga medida, de alguns personagens letrados que, no terceiro quartel do século XIX, tencionavam conferir àquela localidade ares mais ilustrados. Ao ano de 1859, era fundado o Teatro Recreio Dramático¹⁷. A partir dos anos 1870, foi criado um gabinete de leitura e uma biblioteca¹⁸. Um grupo

¹⁷Tratava-se de uma iniciativa de uma sociedade de particulares composta de sessenta membros, os quais devotavam àquele projeto algo em torno de cinco mil réis por mês. Augusto Clementino de Almeida e Albuquerque era um dos signatários. Dispondo de espaço adequado, a cidade passaria a receber companhias de teatro, inscrevendo por meio da linguagem dramática outras vias de acesso ao repertório nacional e estrangeiro: “Até companhias de opereta, como a de Helena Balsemão, representaram no Recreio Dramático”, bem como alguns dramas célebres como “Inês de Castro, Milagres de Santo Antônio, Pedro Cem, Anjo da Meia Noite, A Morgadinha”, e constituiria sua própria companhia de arte dramática, composta de rapazes da elite local (ALMEIDA, 1980[1958], p.129).

¹⁸Esses espaços, conforme Maíra Lewtchuk Espindola (2017), eram por excelência lugares de sociabilidades entre pessoas letradas, onde disseminavam valores, posturas e conhecimentos, os quais estavam a serviço da produção de conhecimentos que gerassem novas práticas e hábitos em favor do que, à época, era considerado o progresso da sua gente.

formado principalmente por intelectuais passou a professar o espiritismo¹⁹. Havia discussões inflamadas na botica e nos salões dos chefes locais – os jantares nas fazendas de Francisco Oliveira e da família Cunha Lima. No que tangia à imprensa, tinha o jornal *O Areiense*, fundado em 1877, que durou três anos e foi retomado em 1887; *O Século* surgiu em 1883; *A Educação* em 1886; *A Verdade*, que circulou por oito anos a partir de 1888, divulgando ideias abolicionistas e republicanistas (ALMEIDA, 1980[1958]).

As ideias abolicionistas tomaram assento àquela localidade, sobretudo a partir do ano de 1873, quando foi criada a Emancipadora Areiense²⁰. A proposta, como enaltecia Elpidio de Almeida (1946), foi capitaneada pelo farmacêutico Manuel José da Silva Júnior, cujos esforços atraíram outras pessoas da elite local para a causa libertadora. Além dos esforços pela alforria de pessoas escravizadas, promoviam festas e outros eventos culturais que disseminassem o abolicionismo. Outro articulador fundamental do movimento foi o Padre Sebastião Bastos de Almeida Pessoa. As muitas palestras que ele fazia na sua paróquia conseguia arregimentar simpatizantes à causa, dentre os quais proprietários de pessoas escravizadas, que se comprometiam a alforriá-las de imediato.

Augusto Clementino de Almeida e Albuquerque, mais ou menos por essa época, dizia-se cansado das querelas da vida pública e dos problemas do engenho. Era um octogenário e tinha uma descendência adulta. Havia casado duas vezes, em ambos os casos com suas primas – Arcanja Quitéria e Maria Madalena. Ao tempo em que casara pela primeira vez, morou nas terras do tio e sogro, onde nasceram os seus dois filhos mais velhos. Algum tempo mais tarde, adquiriu ou herdou o engenho Olho d'Água, uma légua de distância dali, onde foi morar com a sua família. Viúvo pela segunda vez, envolveu-se em um rapto consentido que escandalizou as famílias da região: sequestrou Ana, uma das filhas de José Pereira Cópque (ALMEIDA, 1980[1958], p.154).

O primogênito da família era Inácio Augusto de Almeida. Depois dele, nasceram quatro, Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque; Minervina Benevenuta de Almeida Gouveia, como passaria a assinar depois de casada; Francisco Coelho de Albuquerque e Ângela de Almeida Cabral de Vasconcelos. A posição de primogênito pressupunha algumas expectativas e talvez por essa razão ele tenha tomado para si o mesmo destino de seu pai. Seria também senhor de engenho, o que lhe asseguraria

¹⁹Um de seus principais incentivadores era o professor latinista Joaquim da Silva, que fazia experiências mediúnicas com seu filho Júlio Silva. O jornal *A Verdade* (1888-1895) seria um divulgador dessas ideias.

²⁰Lucian Souza da Silva (2016b) mostra que havia outras duas sociedades abolicionistas na Paraíba: a Emancipadora Paraibana, fundada em 1883 na Capital; e a Emancipadora “25 de Março”, criada em 1885 em Mamanguape.

algumas regalias. Ao apresentar o seu avô em seu livro de memórias, José Américo assim descrevia o “Velho Augusto” e a relação deste com Inácio:

Pertencia a uma família de senhores de engenho. Tudo aquilo [o engenho Olho d’Água] fora seu, a terra, a casa, as fruteiras plantadas. Criara os filhos e vendera a propriedade a meu pai [Inácio] para ir pagando em prestações. O novo dono era seu filho e ele não dava voto em coisa alguma, apesar do respeito que lhe tinha meu pai. Mantinha essa reserva, sem se meter em nada (ALMEIDA, 1976, p.19).

A venda da propriedade, parcelada e a ser paga com os rendimentos da produção, era símbolo da transferência do seu capital político e econômico para o primogênito. O *habitus* de senhor de engenho passava de pai para filho, provavelmente quando aquele tinha ciência de que seu sucessor seria capaz de manter o poder político da família e honrar o seu sobrenome. O pai entregava ao mais velho a propriedade com o propósito de não desintegrar seu maior patrimônio, sobre o qual a unidade da terra era requisito fundamental. O filho mais velho dispunha, então, do privilégio de assumir o maior quinhão da herança, no sentido econômico do termo, bem como outras formas de investimento político, cultural e afetivo, mas também recaia sobre ele responsabilidade de garantir a sobrevivência material e política da parentela (MICELI, 2001[1977]).

O patrimônio da descendência foi assim distribuído de maneira nem um pouco igualitária entre os herdeiros e as herdeiras do senhor de engenho, o que também não era necessariamente considerado injusto à época, a julgar pela necessidade de coesão econômica e política da família extensa. Mediante essas circunstâncias, era também flagrante a maior proximidade que Augusto manteria com Inácio e a descendência dele. O patriarca passaria a morar em uma pequena casa no sítio, onde plantava café, e que ficava muito perto do engenho que vendera ao filho, o que permitia que o visitasse sempre. Fazia isso acompanhado de um cachorro amarelo, que tinha o rabo enroscado, “era um velhinho asseado, risonho, conversador e de andar firme”, tinha um corpo saudável e disposto, tanto que, por vezes, nadava carregando nas costas o neto Hermenegildo (ALMEIDA, 1976, p.18).

A família tinha um importante capital político, para além das propriedades. Também nesse quesito, o herdeiro prioritário foi Inácio. Ele que ocuparia, àquele *fin de siècle*, a posição política que outrora pertencera ao pai. Ainda que o título de senhor de engenho não tivesse o mesmo valor da geração pregressa, ele ainda era um indicador importante. Inácio Augusto se tornou uma das lideranças do Partido Liberal, seria vereador, conselheiro municipal e subprefeito. O filho caçula, enquanto isso, ficou em

segundo plano, restou alheio ao mundo público. Francisco Coelho de Albuquerque, homônimo de seu avô, casou-se com Tereza Cabral de Vasconcelos, mantendo a tradição de estreitar os laços de parentesco com as núpcias entre primo e prima.

Assim também se deu com as duas moças. Elas casaram em circunstâncias nas quais o dote não seria indispensável. Minervina Benevenuta de Almeida Gouveia contraiu matrimônio com Benjamin da Cruz Gouveia, irmão de um deputado provincial, porém, em segundas núpcias. Ângela de Almeida Cabral de Vasconcelos, que deveria ser a caçula, fez bodas com Arlindo Olinto Cabral de Vasconcelos, provavelmente seu parente de segundo grau. Aqui é interessante observar uma mudança no uso da prática dos matrimônios endogâmicos, ainda que fosse atestada a sua permanência, nesse caso e no de sua irmã, tratava-se de uma estratégia usada para os descendentes mais novos e não para os primogênitos, restando como alternativa quando outras práticas de poder que exigiam maiores recursos não estavam à disposição (BASTOS,1954).

Um investimento considerável foi dedicado à carreira sacerdotal do segundo filho Odilon. A família devotou a ele, com algum esforço, os recursos necessários para que se formasse no Seminário de Olinda e, mais tarde, exauriu as reservas para adquirir uma propriedade que deveria constituir seu patrimônio canônico – um sítio, no lugar Chã de Bujari, avaliada em quinhentos mil réis – pré-requisito à sua habilitação naquela instituição religiosa. Ele solicitou a abertura do processo de ordenação em 1875, provavelmente quando estava prestes a concluir os estudos de teologia ou filosofia. Isso depois de um tempo no qual o seminário fechou, quando seus colegas, dentre os quais Walfredo Leal, partiram para concluir os estudos em Roma, o que ele não fez por falta de dinheiro²¹. Receberia chancela para atuar como clérigo em 1877, quando foi levada a termo a investigação de origem, moral e patrimônio que precedia a titulação²².

A família Santos Leal, apesar das perdas das décadas pregressas – a vida de vários membros, posição política e provimentos de suas propriedades – dispunha de melhores recursos. A descendência pode gozar das terras e outros meios de produção que os antepassados haviam deixado. Sabe-se que Mathias Soares Cavalcante e Maria Emília dos Santos Leal tiveram ao menos três filhos e duas filhas – Walfredo, Graciano, José, Ana Emília e Josefa – e que dispôs do suficiente para mandar o primeiro deles,

²¹Essa informação consta no livro de memórias de José Américo (1976). Em todo caso, deve-se desconfiar das datas. Ao passo em que Odilon deu abertura em seu processo de ordenação em 1875, Walfredo só o faria em 1880. Mas é provável que o segundo tenha passado mais tempo em Roma.

²²Processo de ordenação de Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque, o qual foi tramitado entre os anos de 1875 e 1877 no Seminário de Olinda. Consultado no Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

provavelmente o mais velho, para estudar teologia em Roma. Walfredo Soares dos Santos Leal tornou-se vigário de Guarabira depois de um processo de ordenação que durou longos dois anos, em parte por culpa da falta da documentação de seu batizado, que se perdeu na paróquia de Areia. A família doou-lhe uma casa na cidade, de tijolos e telhas, com duas portas, uma à frente e outra aos fundos, situada à Rua Direita, avaliada em um conto de réis e que lhe serviria de patrimônio canônico. Além disso, ele foi herdeiro da maior parte da fazenda Jandaíra, onde criaria gado²³.

A respeito de Graciano Soares dos Santos Leal sabe-se muito pouco, apenas que foi procurador do irmão em seu processo de ordenação, enquanto esse se concluía seus estudos canônicos em Roma. É provável que fosse adepto ao trato com as letras e com as questões burocráticas da vida pública, e não deve ter ficado sem recursos depois da morte do pai. José estudava farmácia em Salvador, quando faleceu em um naufrágio. Enquanto isso, Josefa Soares dos Santos Leal casou-se com Inácio Augusto de Almeida. O matrimônio solidificava a aliança entre as duas famílias que circundavam o Partido Liberal e que tinham poder de arregimentação de aliados na localidade, sobretudo depois que os irmãos dos cônjuges se tornaram vigários das cidades mais influentes da região – Odilon em Areia, Walfredo em Guarabira. O casal recebeu como dote ou herança da família dela três escravizados e uma parte diminuta da fazenda Jandaíra.

A despeito do que acontecera com a família Almeida, na qual era possível flagrar um esforço dos patriarcas para assegurar a unidade do patrimônio nas mãos dos primogênitos de cada geração, o que não significava, porém, desassistir aos demais, o patrimônio dos Santos Leal foi retalhado em várias partes, sobretudo a fazenda Jandaíra. Eram duas formas diferentes de organizar a descendência. Enquanto os Almeida tinham o poder senhorial por tradição, o sobrenome e a terra como ferramentas de ação política, os Santos Leal, que constituíram sua fortuna com o comércio, se acostumaram a fazer valer seu poderio econômico. Em todo caso, a aliança das duas famílias era sinal de mudança, quando o poder dos chefes locais já não era o mesmo e a política nas cidades se mostrava imprescindível.

Em meados dos anos 1880, a pauta da abolição da escravidão cobrou mais força na agenda pública nacional. Conforme Angela Alonso (2015), a opinião pública pedia a favor dos abolicionistas, a monarquia estava enfraquecida e o fim da escravidão parecia inevitável, os conservadores perderam espaço, mas o desfecho era ainda incerto.

²³Processo de ordenação de Walfredo Soares dos Santos Leal, o qual foi tramitado entre os anos de 1880 e 1881 no Seminário de Olinda. Consultado no Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

Em Areia, senhores e senhoras de escravos eram cada vez mais raros, mesmo os que insistiam naquela instituição eram mal vistos pela opinião pública. Uma seção do jornal *A Verdade* difamava os que insistiam no cativo. A elite escravocrata pouco a pouco tomava consciência do novo padrão moral. Os primeiros foram bacharéis, comerciantes e padres, depois os proprietários de terras. José Alves Lima, tio avô de José Américo, deve ter sido um dos primeiros que abriram as portas das senzalas, mas fez isso depois de sua morte, por meio de testamento, deixando para eles uma parte de suas terras, a propriedade Olho d'Água dos Negros (ALMEIDA, 1946; ALMEIDA, 1980[1958]).

O major Francisco Cavalcante de Albuquerque Melo e o Dr. Cunha Lima libertaram seus escravizados em eventos solenes. A adesão ao movimento era comemorada pelos proprietários, que passavam a assumir o título de abolicionistas, como se com a atitude da alforria apagasse uma história de exploração da mão de obra escrava. Monsenhor Walfredo Soares dos Santos Leal, influenciado pelo movimento católico internacional²⁴, convenceu o pai a se juntar aos demais. A discussão alcançou a câmara pela primeira vez no dia 8 de agosto de 1887. A pauta era a cobrança de uma multa para cada pessoa mantida em cativo. Ainda que José Américo, em seu livro de memórias, tenha destacado o pai como um abolicionista, Inácio Augusto e outro proprietário de terras votaram contra a proposta (ALMEIDA, 1946; ALMEIDA, 1976).

Apenas no ano seguinte as coisas andariam de fato. Em 16 de fevereiro de 1888, encurralados pela agenda moral do município, os vereadores fecharam acordo em favor do movimento. Aqueles que ainda não haviam alforriado as pessoas escravizadas sob sua custódia, o fizeram nessa ocasião, o que provavelmente foi o caso do primogênito de Augusto Clementino de Almeida. O outro filho, o vigário Odilon, aderiu à causa mesmo dia 22 de abril, quando substituiu o padre Sebastião Bastos de Almeida Pessoa no comando da paróquia foi intitulado sócio da Emancipadora Areiense. O desfecho foi promulgado na câmara apenas em 3 de maio de 1888, dez dias antes da assinatura da Lei Áurea. O conteúdo, porém, era ainda mais restrito, certificando a libertação feita *a priori*, declaravam em letras “Município Livre” e certificavam que os escravizados da localidade restavam “falecidos, mudados ou libertados” (ALMEIDA, 1946, p.33).

Tratava-se de uma transformação histórica, comemorada nas ruas da cidade e

²⁴Ângela Alonso (2015) contou que, no ano de 1887, quando D. Pedro II viajava pela Europa, Joaquim Nabuco, articulado com a *Anti-Slavery Society* britânica, conseguiu falar ao papa Leão III, que prometeu apoiar o movimento com a redação de uma encíclica antiescravagista. O texto tardou, mas o impacto sobre o clero nacional era notável. Entre maio e dezembro daquele ano, os bispos de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Cuiabá e São Paulo lançaram cartas em favor da abolição, o que deu força aos paroquianos mais entusiasmados com a campanha.

nos pátios das fazendas. Ainda que as hierarquias de outrora não fossem desaparecer de todo e que as condições de vida da gente pobre e negra não se alterassem significativamente, era uma grande conquista, a liberdade. José Américo não deve ter entendido exatamente o que estava acontecendo, mas as mudanças afetavam a sua vida. Aos quatro anos, talvez menos, faltou-lhe a ama seca que, até aquele momento, cuidara de suprir suas necessidades infantis:

Maximiana, a mulata trintona que ajudava a criar-me, despediu-se da casa, sem dar satisfação. Foi-se embora, sem mais nem menos, deixando de preparar-me o espírito para o choque que causava. Era desamorosa, mas dispensava-me cuidados que me faziam viver sempre agarrado à barra de sua saia. Eu necessitava de proteção e queria-lhe um bem enorme, porque morava nos seus braços e adormecia com a cabeça no seu colo (ALMEIDA, 1976, p.17).

Não podiam mais impedi-la de ir embora. Maximiana era livre para levar a sua vida ao largo daquele engenho, longe do menino que lhe reclamava afeto. Depois se teve notícia de que encontrara outro menino de criação – relatava com algum despeito a criança abandonada, muitos anos mais tarde, em seu livro de memórias: “Trocou-me pelo moleque Rosendo que não deu para nada. Minha ama-seca, coitada, não tinha boa mão”. O garoto a havia procurado por toda a casa, na cozinha, nos quartos, na despensa, na capela, no terreiro, e na sua falta descobriu os dissabores dessa fronteira complicada de afeto e violência que envolvia uma sociedade ainda tão tomada pelos valores, sentimentos e comportamentos escravagistas (ALMEIDA, 1976, p.18).

Na madrugada do dia 15 de novembro de 1889, foi proclamada a República no Brasil. A notícia chegou à capital da província por meio do telégrafo. Nas primeiras horas, as pessoas restaram reticentes quanto à veracidade e à estabilidade do novo regime, temor que só foi vencido quando as informações da deportação da família real foram confirmadas. Um grupo de republicanos na redação da *Gazeta da Paraíba* resolveu instituir o primeiro governo do estado, constituído por cinco membros. Mas a iniciativa não foi aceita pelos militares que haviam chancelado o golpe no Rio de Janeiro. Foi então nomeado Venâncio Neiva, irmão de um deles. O major Oliveira Cruz assumiria o posto por alguns dias, até que ele, até então juiz de direito na comarca de Catolé do Rocha, interior do estado, chegasse à capital (TRIGUEIRO, 1982).

A primeira constituição estadual foi outorgada no dia 10 de março de 1891, pouco antes de começarem os trabalhos da assembleia constituinte, a qual promulgaria uma nova carta no aniversário da capital em 5 de agosto de 1891. Venâncio Neiva foi

eleito governador, tendo permanecido no posto apenas por quatro meses. Acontecia que, no dia 3 de novembro, o marechal Deodoro da Fonseca deu outro golpe de estado e dissolveu o Congresso Nacional. A decisão desencadeou a Revolta da Armada, quando o almirante Custódio de Melo, liderando um grupo de militares, ameaçou bombardear o Rio de Janeiro. A investida foi certa, o presidente renunciou e o vice-presidente Floriano Peixoto assumiu em 23 de novembro daquele ano. O governador da Paraíba, apesar da tentativa de se manter neutro, foi deposto em 27 de dezembro. Em seu lugar ficou uma junta governativa (TRIGUEIRO, 1982).

Mediante essas circunstâncias, o novo governo substituiu a Intendência de Areia, que havia sido nomeada pela administração anterior, por três nomes de sua confiança, vinculados à família Cabral de Vasconcelos. Tratava-se de Rufino Augusto de Almeida, Francisco Galdino de Almeida e Maximino de Almeida Nobre. O grupo destituído, liderado por José Antonio Maria da Cunha Lima e seu cunhado Manuel Gomes da Cunha Melo, irritado com a situação, atacou o prédio da intendência e transferiu seu arquivo para a propriedade da família, a fazenda Jussara, no dia 5 de fevereiro de 1892. Os aliados dos intendentess cercaram a casa-grande. O vigário Odilon, com um crucifixo em punho em meio ao fogo cruzado, conseguiu parar o conflito. Entre os envolvidos na contenda estava o amigo do dr. Cunha Lima, o jovem Eptácio Pessoa. O conflito, a partir de então, envolveu as tropas do governo. Chegavam notícias falsas no Distrito Federal de que os dissidentes marchavam sobre a capital do estado, o que precipitou a nomeação de Álvaro Lopes Machado (ALMEIDA, 1980[1958]; LUNA, 2003).

O novo presidente de estado trataria, dessa maneira, de conciliar as elites dissidentes com a confirmação da intendência discricionária, a qual seria composta por Manuel Gomes da Cunha Melo, Graciano Soares Cavalcante e Agapito Ponce de Leon. É interessante observar como a parentela de José Américo, para qualquer lado que se olhasse, estava envolvida com a política local e estadual. Algum tempo mais tarde, haveria eleições, no qual seria confirmada a presidência de Álvaro Machado, seguido do primeiro vice-presidente monsenhor Walfredo Leal e o segundo João Tavares de Melo Cavalcante. Mais ou menos por essa época, em respeito à determinação da constituição estadual de 17 de dezembro de 1892, que determinava a autonomia administrativa municipal, aconteceram as eleições do conselho de Areia. Cunha Lima então convidou Inácio Augusto de Almeida, o irmão moderado do vigário da cidade, que era seu opositor, para compor a sua chapa, que foi vencedora (ALMEIDA, 1980[1958]).

As tradições, explicava Eric Hobsbawm (2012[1983], p.9), têm por objetivo e

característica a invariabilidade, impondo práticas fixas, normalmente formalizadas e que pregam uma repetição. Mas nem por isso são alheias às mudanças. Decerto que elas se ancoram em um costume que lhes confere significado. O costume, porém, nas sociedades tradicionais, tem por função “dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade e direitos naturais conforme expresso na história”. As famílias Almeida e Santos Leal viviam práticas e prezavam valores compartilhados parcialmente no espaço local, onde constituíram seu poder, mas também em âmbito provincial e nacional. Cada grupo agia à sua maneira, a partir das experiências dos antepassados e do modo de acessar esse repertório cultural.

O aprendizado político passava a integrar o espaço doméstico no qual o menino estava desenvolvendo suas aptidões psicológicas e sociais. Os parentes envolvidos na vida pública, as diversas posições que ocupavam, tornavam as práticas e o vocabulário político familiar para as gerações mais novas desde cedo. Esse repertório tomava, assim, a forma de uma tradição política, evocava a memória dos antepassados e suas guerras, mas não sem lhes conferir o sentido das disputas recentes e da maneira mais apropriada de agir na ocasião. Em todo caso, cada grupo etário, segundo Eisenstadt (1976[1951]), tem desafios próprios a resolver, em parte por causa das expectativas dos mais velhos, em parte em razão das demandas do novo tempo. Enquanto o seu avô Augusto, criado em meio à “hidra revolucionária”, da qual falou Maximiano Machado (1983[1851]) para tratar dos conflitos do processo de independência, deveria ter visto os ascendentes prepararem as armas para uma peleja, José Américo acostumara-se com as notícias das instituições políticas, debates na imprensa, negociações com opositores e aliados. O instrumento já não era a guerra, mas a política em seu sentido estrito.

1.3 As primeiras letras e o catecismo

Em meados dos anos 1890, a instrução elementar dos infantes era um problema para a família de onze descendentes, cujos mais velhos já passavam da idade na qual as crianças deveriam aprender a leitura, a escrita e as operações matemáticas. A partir dos sete anos de idade, conforme Mary Del Priore (2016[1999]), os meninos e as meninas assumiam pequenas tarefas no espaço doméstico ou no ofício do pai. Era também nessa época que os herdeiros dos capitais econômicos, políticos e culturais das elites poderiam tomar aulas com uma preceptora ou em uma cadeira isolada. José Américo, o quinto filho de Inácio Augusto e Josefa, devia ter essa idade nessa época. Inácio, o mais velho,

já estava na cidade, onde morava com o tio, o vigário Odilon. A despeito disso, Jaime, Maria das Neves e Maria Amélia esperavam a sua vez. A decisão mais aprazível, mediante as condições materiais da família, foi contratar uma professora.

Nas primeiras décadas da República, o conhecimento das primeiras letras era considerado indispensável para o desenvolvimento de qualquer criança, em especial das crianças de elite. Mediante o processo de construção e integração do Estado Nacional Brasileiro, os diagnósticos dos intelectuais e políticos diziam que era preciso civilizar a Nação. Isso significava oferecer para toda gente os rudimentos do saber – ler, escrever e contar. Assim, seria possível tornar toda a população ciente das leis e, dessa maneira, criar condições para que o poder estatal tivesse maior autoridade sobre o modo como indivíduos se comportavam nos espaços públicos e privados²⁵. Mais do que isso, era uma forma de disseminar um discurso higienista que ensinava os hábitos necessários à manutenção de mente e corpo sãos, em particular das crianças, que careciam de maiores cuidados. Reforçava-se o sentimento de infância nas famílias e por parte do Estado²⁶.

A emergência da escola como uma instituição fundamental na vida em sociedade representava, ainda, uma estratégia republicana na qual o poder secular do Estado deveria sobrepor os arbítrios da Igreja. Esses dois mundos, que em certa medida convergiam no propósito de disciplinar os corpos e as mentes, tinham formas muito diferentes de entender e explicar a natureza e os seres humanos – um assentado nos dogmas e em uma moral cristã, outro tomado pelo império da razão e das ciências. Mas ao passo em que o poder público investia na instrução pública, tendo em vista esses princípios fundamentais de uma sociedade civilizada, higienizada e secularizada, os indivíduos viam nas aulas de primeiras letras e nas demais etapas de formação escolar, sobretudo, uma maneira de perpetuar o poder familiar conquistado desde muito tempo ou uma oportunidade de ascender socialmente. Afinal, em tempos republicanos, escolaridade e mérito deveriam ser os únicos critérios possíveis de distinção social.

A notícia de que iria ao engenho uma professora de primeiras letras, por essas e outras razões, foi bastante comentada pelas crianças. A preceptora Germana, todavia, faleceu às vésperas da data de sua chegada, por causas decorrentes do envelhecimento

²⁵Conforme Luciano Mendes de Faria Filho (2011[2000], p.137): “a instrução possibilitaria arregimentar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país”.

²⁶No final do século XIX, explica José Gonçalves Gondra (2003), a educação, tanto a doméstica quanto a escolar, era compreendida como um caminho privilegiado para a disseminação da perspectiva higienista e higienizadora. Ainda por esse caminho, Nayana Mariano (2015) discute como esse discurso médico foi modificando a legislação educacional, arquitetura dos espaços, materiais didáticos, métodos de ensino.

consideradas naturais à época. O tempo das lições foi assim adiado até que aparecesse uma substituta. Júlia Verônica dos Santos Leal foi contratada entre o final do ano de 1893 e o início de 1894, pouco antes de um surto de febre amarela que acometeu a região, e indispsôs Maria Amélia, chamada por Maroquinhas. Também José Américo contraiu a moléstia. Manuel Guarabira, o dono da quitanda, o viu certo dia sentado em uma pedra, com o rosto abatido e o corpo cansado. Levou o menino para casa e de lá para a residência do seu tio vigário, ele tinha febre alta e já delirava²⁷.

Foi só depois de todos esses atropelos que, enfim, a mudança da professora para o engenho pode ser feita no dia 4 de setembro de 1894. Aos vinte e cinco anos, Júlia jamais houvera ensinado nem deveria ter formação em escola normal que a habilitasse para a função, mas era solteira e prima de D. Josefa. Tratava-se da filha do latinista José Berardo, neta bastarda de Augusto José dos Santos Leal, o qual jamais casou, ficou cego e morreu cedo na fazenda Jandaíra. Ela contava que, nessa época, morava com a sua mãe em Areia, e apesar das circunstâncias, tinha boas relações com a família – quando as primas queriam passar um tempo na cidade, seus tios só permitiam caso ficassem em sua casa. Ela seria, ou gostaria de ter sido, reconhecida como uma parenta²⁸.

As crianças tomavam lições sobre uma esteira no terraço da casa grande. Também acompanhava as aulas uma menina do sítio vizinho, chamada por Dondon, mais velha que os demais. A instrução elementar nos espaços domésticos, explicava Luciano Faria Filho (2011[2000]), acontecia em ambientes improvisados e tinha como método mais recorrente o ensino individual. Tão logo começaram as aulas, ela percebeu que José Américo costumava sujar o nariz de tinta enquanto tentava escrever, sinal do esforço para enxergar o papel, dificuldade causada pela miopia. Era preciso arranjar-lhe um bom par de lentes, o que decerto não era das coisas mais complicadas a julgar pelos anúncios dos jornais à época. Eram vendidas junto a acessórios que compunham as modas – relógios, abotoaduras, anéis, gravatas, brincos e pulseiras²⁹. A partir de então, os óculos de lentes grossas passaram a compor sua vestimenta e identidade pessoal. O objeto se colocava entre ele e o mundo, mediando sua forma de perceber as coisas, como ele relataria em outros episódios de sua vida.

As lições decerto tinham como objetivo principal o ensino das letras e dos

²⁷Conforme foi dito no livro de memórias *Antes que me esqueça* de José Américo de Almeida (1976), bem como no relato de memórias de Julia Verônica dos Santos Leal, datado do dia 18 de abril de 1955, caixa 39. Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo.

²⁸Relato de memórias de Julia Verônica dos Santos Leal, provavelmente do ano e 1962, caixa 39. Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo.

²⁹Jornal *A União*, 2 de julho de 1895, p.4.

números, em geral por meio da repetição de palavras e casas decimais, copiadas a partir do modelo escrito pela professora. Tratava-se das primeiras noções do Português, que chegava à conjugação dos verbos e aos fundamentos das operações matemáticas. Além disso, havia leituras coletivas de História Natural. Júlia enumerou, em suas memórias, algumas brochuras usadas, e destacou *O livro do povo*, de Antonio Marques Rodrigues, cuja primeira edição era de 1861. O compêndio, recomendado para o uso nas escolas da província em 1865, dizia-se à época dispor de valor moral, patriótico, religioso e dos cuidados com a higiene considerados indispensáveis (MARIANO; OLIVEIRA, 2015).

O conhecimento fazia diferença na rotina dos estudantes, ampliava a ideia que tinham do mundo, elas descobriam outros continentes, diferenças da fauna e da flora, as palavras deveriam assumir um tom menos coloquial e talvez os números mostrassem uma forma mais racional de entender a realidade. A experiência da cultura letrada, compreendida por Pierre Bourdieu (2015[1979]) como capital escolar, tipo específico de capital cultural, portanto, produziam nesses sujeitos outras maneiras de se comportar e constituir suas relações. Os produtos culturais aprendidos na escola seriam, portanto, expressão de um *habitus* de elite, reforçando as diferenças sociais.

A preceptora pontuaria em seus relatos, muitos anos mais tarde, o interesse de José Américo pelas letras e pelos números. Ela contava que, em seu tempo de intervalo, ele abdicava das brincadeiras, ficando com uma lousa e um giz de cera, reescrevendo os números³⁰. E por essa razão, teria pedido ao pai do garoto que comprasse um livro. Inácio Augusto conseguiu o *Segundo livro de leitura*, de Hilário Ribeiro, publicado em 1869. Decerto que, ao atribuir sentido às suas memórias, tendo ciência da carreira que ele faria como intelectual, a professora pintou com cores fortes seu interesse pelo mundo das letras. Nesse quesito, era ele que fazia um contraponto em suas lembranças, dizia ter má vontade nas cópias da letra dela, pois temia ficar com a caligrafia feminina.

Em outro momento da narrativa, ele também recorreria a um episódio de sua infância que se tornaria mito de fundação na trajetória de escritor:

Eu ainda não começara a estudar, não sabia nem o abc e meu irmão seminarista levou-me pelo sitio, a cavalo, parando, de porta em porta, pelas casas dos moradores.

Chegava em cada terreiro e ordenava:

– Pergunte a esse menino o que é que ele quer ser.

Ficava olhando para mim e eu dava a resposta:

– Homem de letras.

³⁰Relato de memórias de Julia Verônica dos Santos Leal, datado do dia 18 de abril de 1955, caixa 39. Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo.

Esbarrava mais adiante e reproduzia-se a farsa:

– Pergunte...

Ensinado, eu repetia a lição:

– Homem de letras.

Outra parada e a mesma pergunta. Eu dava o recado de cor, gaguejando o que me tinham posto na boca.

Meu irmão mesmo se admirava.

Ficou-me esta mania que tanto bem e tanto mal me tem feito.

(ALMEIDA, 1976, p.52-53).

Não era verdade que, já àquela altura, o menino soubesse de sua vocação de “homem de letras”. Esse relato corresponde ao que Pierre Bourdieu (1996[1986]) denominou de “ilusão biográfica” – quando o personagem, ciente de seu futuro, descreve o passado como se nele já estivesse contido tudo aquilo que ele se tornaria. José Américo, em sua infância, quis ser muitas coisas, a exemplo das suas brincadeiras de vaqueiro. Mas também não podemos perder de vista que alguns interesses podem se constituir como projetos de vida, e ainda que não se inscrevam enquanto certezas, eles poderiam resultar em investimentos pessoais e de outrem para que a sua trajetória tomasse determinados caminhos. Era isso, a propósito, que Inácio estava fazendo quando o incentivava a dizer em voz alta que seria “homem de letras”.

Ao que tudo indica, havia um desejo tanto da família quanto do garoto de que ele seguisse o mundo das letras, o que envolvia uma infinidade de possibilidades, desde a carreira de bacharel e/ou político até o sacerdócio, que era tradição na família. Embora nada fosse certo e esse futuro dependesse de muito do que estava por acontecer na vida de um menino de dez anos, não era incomum, em uma sociedade na qual a posição social dos sujeitos ainda dependia bastante de suas relações familiares, que assuntos dessa natureza fossem debatidos desde cedo e certas possibilidades mais incentivadas que outras. Acontece que tanto os relatos memoriais quanto as atitudes adotadas em algumas circunstâncias apontavam para esse caminho, no qual o quinto filho deveria seguir os rumos do primogênito, que ora se encaminhava para a batina.

Na estrutura de poder patriarcal, conforme Gilberto Freyre (2013[1933]), as famílias arquitetavam o destino da parentela com o propósito de assegurar a coesão da unidade produtiva que representavam. Dessa maneira, era importante que os herdeiros do senhor seguissem carreiras diferentes – sendo o primeiro destinado à vida sacerdotal, com o propósito de assegurar as relações da família com a religião, o outro deveria seguir a vida rural, como o fizeram o seu pai e o avô, havendo mais um, seria caso de encaminhá-lo para a formação de bacharel e então para a política. Mas essas medidas

decerto variavam a depender da parentela e dos indivíduos. No caso das famílias Santos Leal e Almeida, a tradição clerical colocava a formação teológica como prioridade.

Esse empenho esbarrava ainda nas condições materiais da família, sobretudo em uma época de rendas escassas e prole vasta. As meninas e os caçulas, via de regra, ficavam prejudicados em seus projetos de futuro em comparação aos mais velhos. Sérgio Miceli (2001[1977]) argumentou que, enquanto os filhos primeiros eram alvo dos melhores investimentos afetivos e financeiros do pai, para os mais novos, a fortuna se esvaia, restando as funções menos prestigiosas na sociedade. Inácio e José Américo seriam destinados ao mundo das letras, de preferência por meio da carreira eclesiástica. Jaime, o segundo filho, assim, ficou com a responsabilidade de assegurar a continuidade do engenho e, com isso, o sustento maior da família até aquele momento. Isso justifica, a propósito, a sua tardia escolarização se comparado aos demais. No caso das meninas, o casamento, e não a vida pública, era o objetivo dos projetos familiares.

Apesar dos propósitos que já nessa época se desenhavam na vida dos herdeiros, era possível flagrar José Américo desempenhando tarefas de outra natureza. O seu pai havia adquirido, fazia pouco tempo, umas terras a meia légua de distância, entre o brejo e o agreste, da qual se orgulhava em razão de sua pródiga fertilidade, a propriedade Timbaúba. O menino, desde então, tomou por hábito, “sem que ninguém mandasse”, montar em um burro cinza ou preto e trazer de lá o que se plantava, e assim o fez até que um susto no caminho o fez desistir da empreitada. Esses projetos de vida não destituíam o personagem, portanto, de estabelecer vínculos afetivos com o mundo rural no qual viveu sua infância (ALMEIDA, 1976, p.64).

Em suma, naquela primeira década de vida, nada era certo quanto ao destino do jovem filho do senhor de engenho, mas algumas prioridades tomavam cada vez mais força em seu leque de possibilidades. Foi tendo em vista esses caminhos e as condições materiais da família, então, que os mais velhos decidiram que também o garoto deveria continuar sua formação elementar em Areia, onde moraria em casa de seu tio, como fizera seu irmão Inácio. O fato é que, em fevereiro de 1897, como a saúde de sua mãe não andava bem, também Júlia precisou voltar para a cidade³¹. A documentação não esclarece se os dois eventos tinham relações entre si, mas é válido notar como o rapaz, que não era o mais velho dentre os que ficaram desprovidos das aulas de primeiras letras, foi o primeiro a tomar novo rumo e dar continuidade à sua educação escolar.

³¹Relato de memórias de Julia Verônica dos Santos Leal, datado do dia 18 de abril de 1955, caixa 39. Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo.

A decisão de continuar os estudos na cidade foi tomada pelos parentes mais velhos sem que o garoto fosse consultado, ou pelo menos era isso que ele contou em seu livro de memórias. José Américo dizia que, antes de ser informado de seus novos destinos, percebeu uma movimentação estranha dos familiares mais velhos, que já tinham preparado tudo para a sua partida. Areia ficava a meia légua do engenho, mas ainda assim a mudança impactava demasiadamente a rotina do menino, o que também deixou a sua mãe bastante comovida à véspera da partida. Tratava-se, afinal, não apenas de um distanciamento do núcleo familiar, mas também de um estilo de vida muito diferente daquele que levava no engenho. A casa paroquial se tornaria cenário de um controle estrito do corpo e dos pensamentos do menino (ALMEIDA, 1976).

O padre Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque era o vigário da paróquia Nossa Senhora da Conceição em Areia. José Américo foi o quarto dos sobrinhos que moraria em sua casa. Isso aconteceu com Inácio, irmão mais velho dele, mas também outros dois primos. Ao que tudo indica, por trás dessa atitude havia uma intenção do pároco, com a conivência dos pais dos garotos, para que tomassem o sacerdócio por destino, como aconteceu com dois deles, considerando que o terceiro morreu. O projeto de formação dos sobrinhos como padres começava antes do ingresso no seminário. Era na rotina da casa que ele censurava os comportamentos incompatíveis com a postura esperada de um clérigo no final do século XIX. Esse também foi um tempo no qual a Igreja passou a exercer maior vigilância do comportamento dos padres, de maneira que a sua movimentação e de sua casa deveriam seguir um código rígido de conduta.

O cotidiano na casa paroquial era tomado por uma moral religiosa que não necessariamente tinha a forma das palavras. José Américo guardaria na memória a imagem de um lugar recluso em sua arquitetura e no silêncio que pairava sobre os cômodos na maior parte do tempo. O portão fechado à chave, as paredes e as janelas diminutas cerceavam a liberdade do garoto criado ao ar livre. Contava ainda que o tio era um homem de poucas palavras e que prezava pela discrição como uma virtude a ser cultivada. No momento das refeições, a comunicação era restrita ao necessário, o padre não lhe dirigia a palavra. Em caso de comportamento considerado excessivo, um olhar era suficiente para repreendê-lo. Também era assim a sua relação com a criada. Luzia tinha cabelos encaracolados e, dizia ele, “de tão amarela aparentava ser branca”. Em suas poucas palavras, jamais teria sorrido. Decerto havia segredos na casa, sobretudo nos aposentos do tio, que lhe eram proibidos (ALMEIDA, 1976, p.86).

A escola de primeiras letras ficava próxima à casa paroquial, de modo que o

menino não precisava andar mais do que alguns metros para alcançá-la. As aulas aconteciam na residência do professor, que devia ter entre seis e oito estudantes matriculados, funcionava como um internato, mas admitia discentes externos³². Naquela instituição, o menino aprendeu a multiplicar e dividir, talvez tenha conseguido formar as suas primeiras frases. A modalidade de ensino empregada pelo mestre, a julgar pelos relatos do garoto, deveria variar entre o método individual e mútuo. Em algumas atividades ele se orgulhava em dizer que “ninguém me ensinava a lição, nem em casa, nem na aula”, mas havia os momentos de roda de leitura, no qual era preciso soletrar, escrever os ditados, cantar a tabuada (ALMEIDA, 1976, p.88).

Os garotos por vezes se estranhavam pelos motivos mais diversos. José Américo descreveu uma dessas cenas, quando um menino de nome Altino o desafiou para um duelo e ele aceitou, o que lhe custou um galo na cabeça e apesar dos seus esforços não conseguiu revidar. Em outras circunstâncias, quando o professor tomava ciência, os maus comportamentos eram corrigidos com a palmatória. Ao longo desses anos em que morou em Areia, o menino tomou lições com três mestres diferentes, dos quais guardou algumas características: Francisco Cavalcanti “pisava nas pontas dos pés, como se estivesse armando um voo, e voou, antes do tempo”, tendo deixando sonetos inéditos; Antônio Elias era boêmio e também escrevia poemas; Augusto Everton fora desembargador no Piauí, mas fugira por perseguição política (ALMEIDA, 1976, p.90).

O tempo na cidade também foi uma oportunidade, ou pelo menos era dessa maneira que pensavam os mais velhos, para que o menino participasse com mais constância das missas e demais atividades que aconteciam na Igreja. Era parte de sua rotina tocar o sino, entre outras preparações para as celebrações domingueiras. Em certa ocasião, compôs um hino a Nossa Senhora das Vitórias, que depois foi musicado por Manuel Nunes e cantado pela sua primeira professora Júlia Verônica. Em todo o caso, o menino compreendia como liberdade as oportunidades que tinha, em alguns finais de semana, de regressar ao engenho, o que muitas vezes fez a pé (ALMEIDA, 1976).

Ao termo das missas domingueiras, a casa paroquial era convertida em um salão no qual um grupo de intelectuais, políticos e outras personalidades da elite local que partilhavam do ciclo mais próximo de relações do pároco almoçavam e restavam por

³²De acordo com Antonio Carlos Ferreira Pinheiro (2002), o funcionamento das aulas públicas na casa dos professores foi criticado muitas vezes na legislação que tratava da instrução pública, pelo menos desde meados do século XIX. Tratava-se de uma prática considerada “promiscua” por misturar os ambientes escolar e familiar do mestre. Era, portanto, preciso racionalizar os espaços, criando uma ambiência mais apropriada para a ação pedagógica (PINHEIRO, CURY, ANANIAS, 2010).

muitas horas discutindo assuntos vários: “começavam pelo caso do dia, pelos casinhos cacetes. O tempo, os negócios, os preços, as brigas e as doenças tinham maior consumo”. Havia frequentadores mais assíduos. Era o caso de José Berardo, que fora aluno de Joaquim da Silva, sendo também ele professor de latim de gerações de rapazes, sobretudo depois de meados da década de 1860, quando seu mestre se aposentou. A maior parte dos discentes era gente da elite local e que, àquela altura, já ocupava postos de poder na sociedade. O vigário fora seu amigo de infância e costumava conceder a ele a cabeceira da mesa (ALMEIDA, 1976, p.95; ALMEIDA, 1980[1958]).

Outras figuras recorrentes eram o padre José Cabral, parente distante, único dos visitantes que ousava tomar liberdades com o anfitrião; Joca César, com suas histórias contadas com gesticulações nervosas; Antônio Pereira que devia ser um comerciante local, a julgar pelas vestimentas – tinha libras esterlinas nos botões do punho e colete, corrente de relógio e broche de gravata. As portas se abriam para um ateu Ciro Gouveia. Mas o que decerto chamava a atenção era um jovem “político até a medula”, que se tornaria figura obrigatória. Antônio Simeão Leal “tinha olhos orientais e um começo de palidez. Soltava uma risadinha curta, para deixar bem o camarada, tinha trato amistoso, dando-se com todos, abraçando e golpeando as costas com palmadinhas indolores”. Tratava-se de um primo materno de José Américo (ALMEIDA, 1976, p.95-96).

O menino ouvia as conversas, na maior parte das vezes do corredor da casa, porque o salão não era lugar para crianças ou porque já passara da hora de dormir. Ainda assim, vez por outra esbarrava em algum dos convidados e conversava com eles por instantes. Entre outras coisas, dizia impressionar-se com o silêncio de seu tio. Ele não era de falar muito, “salvo para um conselho, uma advertência ou uma simples explicação”. Quando era preciso responder algo, usava gestos discretos. José Américo teria aprendido com ele a ouvir mais que falar. Entre os assuntos mais comentados, era pauta recorrente os caminhos da política estadual, àquela época, orquestrada por uma oligarquia originária da região do brejo, que se manteria no poder por longos vinte anos. Tratava-se do presidente de estado Álvaro Machado, mas também o primeiro vice-presidente, monsenhor Walfredo Soares dos Santos Leal (ALMEIDA, 1976, p.95).

Em meio a essas histórias ouvidas de canto de parede, portanto, o garoto deve ter tomado conhecimento da importância de sua família no regime republicano, em especial da ascendência de seus avós maternos e do tio Walfredo Leal. Era ele amigo de infância e talvez parente próximo de Álvaro Machado, o qual morava no Rio de Janeiro com a família e ia muito pouco à Paraíba, o que exigia que confiasse a gestão ao vigário da

comarca de Guarabira. O menino deve ter se dado conta da maneira como os conflitos internos se processavam dentro do Partido Republicano da Paraíba (PRP) e de como a presença de uma figura do alto clero diocesano no comando da máquina pública criava um aspecto moral prioritariamente conservador no estado (TRIGUEIRO, 1982).

Alguns conflitos roubaram a tranquilidade das pessoas, mais ou menos por essa época, na cidade e nas redondezas de Areia. Aconteceu que em dezembro de 1894, Álvaro Machado esteve no município, mas não houve nenhum empenho de Cunha Lima e seus correligionários para recebê-lo, o que foi entendido como um rompimento por parte daquele chefe político. Alguns dias depois, o velho Simão adoeceu e precisou viajar para tratar-se deixando a sua botica sobre a responsabilidade de seu neto, homônimo dele, que não estava habilitado a exercer o ofício. O acontecimento rendeu discussões no conselho e na imprensa, até o empastelamento do jornal *O Democrata*. Para piorar a situação, o presidente de estado, por meio de uma lei ordinária, datada de 2 de março de 1895, criou o município de Pilões, antes território de Areia, e dissolveu o conselho daquela cidade, nomeando nova intendência (ALMEIDA, 1980[1958]).

Os ânimos pegaram fogo e o estado de anarquia e tensão se mantiveram por algum tempo, pelo menos até a eleição do novo conselho, no dia 22 de abril, no qual, conforme Horácio de Almeida (1980[1958]), nenhuma regra teria sido respeitada. Venceu a coligação partidária de José Cabral de Vasconcelos, a despeito da família Cunha Lima, que se absteve. Ainda no substrato daquela lei, fora decidida a criação dos cargos de prefeito e subprefeito nos municípios. Em sendo assim, foram nomeados para esses postos José Elias de Ávila Lins e Zabulon Jovem Herói da Trindade. Também a promotoria da comarca ficaria com o jovem Antônio Simeão Leal, que na passagem do ano concluiria seus estudos na Faculdade de Direito do Recife. Assim, as discussões na imprensa e a hostilidade nas ruas ficavam cada vez mais acirradas.

Ainda em 1897, ao que indica a documentação, a família de José Américo instalou-se em um sobrado na cidade de Areia. A necessidade mais iminente, àquela ocasião, era escolarizar as outras crianças, tanto quem havia parado as lições no início do ano quanto as mais novas. Mediante as novas circunstâncias, o garoto voltou a morar com a mãe, as irmãs e os irmãos, o que também significava, ainda que parcialmente, fugir ao controle do tio. Ele escreveu nas memórias que foi dessa maneira que passou a conhecer a cidade, as outras ruas para além da que cruzava para ir à escola, o comércio da região, podia inclusive ir à feira pública (ALMEIDA, 1976).

A convivência com a família permitiu que ele partilhasse dos problemas que,

naquele momento, abalaram seu irmão mais velho. Inácio, que devia estar no segundo ou terceiro ano do seminário, contou ao pai de suas incertezas quanto ao desejo de ser padre. Tratava-se de um conflito comum, que acometeu outros colegas, como seu amigo José Cavalcante. O certo é que a notícia de que o rapaz deixaria o sacerdócio correu a cidade e provocou comentários maliciosos. Diziam que o motivo seria o interesse pela professora Júlia Verônica. Ela contou constrangida, em seus relatos, que certa vez os boatos chegaram ao ouvido do pai do garoto, mas esse rebateu – se tratava de um problema espiritual, estaria transtornado de dúvidas e incertezas que só o tempo resolveria. José Américo e Júlia Verônica lembravam que o senhor de engenho não interferiu na decisão, teria inclusive mandado fazer um terno para rapaz. Mas é provável que a família tenha pressionado de outras maneiras. Em todo caso, foi bastante comemorada a notícia de que o primogênito decidiu regressar às aulas no seminário³³.

Foi também mais ou menos por essa época, depois do término do mandato do presidente de estado Álvaro Machado e subsequente posse de Antônio Alfredo da Gama e Melo, em 22 de outubro de 1896, que foram nomeados prefeito e subprefeito de Areia os senhores José Cabral de Vasconcelos e Inácio Augusto de Almeida. O pai do menino assumia responsabilidades políticas maiores no município do que tivera outrora, quando fora vereador e conselheiro. Esse foi um tempo no qual a discussão sobre a República era constante na imprensa, sobretudo no jornal *A Verdade* (1888-1895)³⁴. Mas também se fazia a defesa da liberdade de culto, sobretudo do espiritismo, motivo da oposição do vigário Odilon, que se entrincheirava na paróquia. Havia ainda discussões no âmbito da cultura, com o gabinete de leitura e o teatro; no que dizia respeito às estradas de ferro e à luz elétrica; bem como as epidemias e as estiagens. Em princípios dos anos 1890, foram montadas salvaguardas para assistir à população flagelada nas ruas da cidade.

Aconteceu que, pouco tempo mais tarde, ao apagar do século, uma doença teria acometido o pai, começou com as dores no corpo, que se estenderam para uma febre e, em pouco tempo, estava de cama. Tentaram de tudo, médicos e curandeiros, injeções e sanguessugas, mas não deu certo³⁵. Inácio Augusto de Almeida faleceu em 22 de julho de 1899. O diagnóstico impreciso apontava algo entre o tifo e a malária. Foi enterrado em dia de chuva. O periódico *Cidade de Areia* publicou uma nota como homenagem

³³Conforme memórias de José Américo de Almeida (1976) e relato de memórias de Julia Verônica dos Santos Leal, provavelmente do ano de 1962, caixa 39. Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo.

³⁴Consultado no Arquivo Pessoal de José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo.

³⁵Conforme memórias de José Américo de Almeida (1976).

que ocupou toda a sua página de capa³⁶. A orfandade, tão logo secaram as lágrimas, exigiu dos filhos mais velhos atitudes de adultos que ainda não eram. À véspera de sua morte, ele teria chamado o segundo filho para uma conversa. Era de sua vontade, como fora sinalizado em outros momentos, que Jaime assumisse a chefia da casa. Justificava a escolha dele em detrimento do primogênito alegando que “batina não dá conta de família e sim casaca”. D. Josefa também passaria a contar com o apoio dos cunhados e irmãos, que dariam suporte financeiro e na tomada das decisões mais importantes³⁷.

Pouco tempo mais tarde, José Américo regressou à casa do tio padre, que dessa vez o observava de perto, temendo que se perdesse na falta do pai. Mas àquela ocasião as circunstâncias eram outras e o rapaz, já aos doze anos, não abdicou da liberdade conquistada de andar pelas ruas. Esse voluntarismo, no entanto, tinha os seus limites, sobretudo em relação aos valores e aos propósitos políticos mais caros à família. Passou a circular o jornal *O Comércio*, editado pelos maçons, que tinham atritos com o pároco. O nosso personagem, curioso para saber do que se tratava, foi em busca do impresso, mas o vigário o flagrou tão logo pôs as mãos em um dos números, o que lhe custou uma surra. Era seu sobrinho, morava em sua casa e era muito jovem para tamanha rebeldia. Em um tempo que a sobrevivência das famílias dependia da solidariedade dos membros, não poderia ele trair as convicções políticas e morais do tio (ALMEIDA, 1976).

Àquela idade, começaram a aparecer os primeiros romances do garoto, que sonhava com as moças que via na igreja ou que passavam na janela. Ele falava de uma menina com quem trocava olhares de longe na missa, que ele se esforçava para enxergar com a sua expressão míope. O esforço, outro dia, chamou a atenção de seu tio, era uma profanação à casa de Deus. Outra vez, se tomou de encantos por uma garota de vestido curto, que devia ter treze anos e passeava ao lado da irmã na rua de casa. Aproveitou que o tio saía a cavalo e foi vê-la, mas o vigário o pegou no flagra, correu atrás dele e deu-lhe uma surra. Uma terceira garota foi descrita como “mulatinha, que cheirava a banha de porto e óleo de capim-de-cheiro”, imagem que mostra como ele agenciava seus desejos com os marcadores de gênero, raça e classe (ALMEIDA, 1976, p.132).

A intenção de fazer do menino um padre, seguindo a trajetória que ele mesmo trilhara em sua vida, tomava para o pároco uma forma cada vez mais definida. Tanto era assim que, encerradas as lições de primeiras letras, José Américo passou a tomar aulas

³⁶*Cidade de Areia*, 29 de julho de 1899, p.1.

³⁷Relato de memórias de Julia Verônica dos Santos Leal, datado do dia 18 de abril de 1955, caixa 39. Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo.

com José Berardo. Tratava-se do professor de latim de seu tio Walfredo e de gerações de homens de letras nascido por aquelas bandas, colega e amigo de infância do vigário Odilon. Era parente do menino por causa de sua descendência materna, filho natural de seu tio avô Antonio José dos Santos Leal. Tendo perdido o pai aos cinco anos de idade, foi criado pelo boticário Simão Patrício. Entrou para o Seminário de Olinda, mas abandonou a formação clerical depois das denúncias de suas aventuras amorosas por parte de um médico, doutor José Evaristo. Era pai de Júlia, que nunca falou dele em suas correspondências ou relatos autobiográficos. Um professor severo com os deveres morais e que tinha poucos alunos já fazia algum tempo (ALMEIDA, 1976).

A orfandade tornava os meninos e as meninas mais vulneráveis em uma sociedade ainda regida prioritariamente pelo poder patriarcal. Ao passo em que lhes eram conferidas responsabilidades, também faltava quem os representasse no mundo social e garantisse a estabilidade material, moral e política da qual a família carecia para manter seu prestígio e poderio econômico. Nesse sentido, ficavam à mercê da parentela. Órfãos e órfãs se tornavam, dizia Sérgio Miceli (2001[1977]), ainda mais dependentes na lógica do sistema patriarcal, que ainda tinha um papel predominante na organização das relações sociais. Assim os dois tios clérigos passaram a exercer um poder ainda maior para arbitrar o destino da prole do falecido Inácio Augusto.

José Américo terminara, aos catorze anos, os estudos que podia fazer em Areia. Odilon Benvindo e Walfredo Leal então decidiram, em reunião com D. Josefa, que ele deveria ir para o seminário. Aquela possibilidade decerto já era pensada desde muito tempo por ambos os párocos e compartilhada com o pai do garoto. O nosso personagem não fora consultado e tomou conhecimento da “conspiração” quando Maria das Neves deixou escapar a notícia. Foi um drama, a começar pelo momento no qual contaria de sua partida à namorada, para a qual não deu nome em suas memórias. Ele seguiria, portanto, o destino de seus dois tios, do irmão mais velho e de um primo: “Precisava de um terno novo e davam-me uma batina” (ALMEIDA, 1976, p.139).

1.4 O Seminário Nossa Senhora da Conceição

O leitor cético não conhece o convento de S. Francisco. E se conhece, não sabe o que é viver perdido naqueles corredores sombrios, dentro daquele vazio, refugiado numa visão de amor, aos fogos da puberdade.

José Américo de Almeida (1994[1922], p.20)³⁸.

³⁸Trecho da novela *Reflexões de uma cabra*, publicada em 1922, cujo personagem principal também foi

No dia 3 de março de 1901, José Américo de Almeida foi matriculado no Seminário Nossa Senhora da Conceição. A instituição funcionava no antigo prédio de arquitetura barroca da companhia franciscana na cidade da Paraíba. O menino viajou oito léguas a cavalo até a cidade de Guarabira, onde ficava a paróquia de seu tio materno monsenhor Walfredo Leal. Daquela localidade, embarcou no trem em direção à capital do estado. Era a primeira vez que andava por aquelas paragens: “Chegando, conduziram-me a pé por uma ladeira marginal, que era o caminho mais curto e mais cansativo. Passei pela catedral e não me mostraram a cidade que poderia tentar-me”. E seguia descrevendo como a ornamentação do prédio e do pátio impactaram as suas primeiras impressões do lugar: “Topei com o cruzeiro, um posto avançado que vigiava o adro dos velhos azulejos a contarem suas histórias” (ALMEIDA, 1976, p.144).



Figura 7: Igreja de São Francisco, na cidade da Paraíba
Fonte: Portal do IBGE.

A Igreja de São Francisco e o Convento de Santo Antonio, que funcionava em

seminarista, com um enredo que em certos momentos se mostrou quase autobiográfico.

um prédio anexo a ela, eram as edificações mais altas da cidade colonial. Alocavam-se em uma de suas pontas e, ao longo de sua história, foram ocupadas por diferentes instituições religiosas e seculares, em particular por aquelas de finalidade instrucional ou educativa³⁹. Em princípios do regime republicano, o referido imóvel se tornou objeto de disputa entre a Igreja Católica e o Estado. A alocação do seminário naquele espaço, portanto, não era em nada despropositada, tratava-se de uma maneira de ocupá-lo com os propósitos educativos caros ao novo regime, mas a partir da confirmação das ideias religiosas. Essa instituição que deveria responder pela formação intelectual de um clero que representaria e reafirmaria o poder católico, isso em tempo no qual a Cúria Romana decidiu racionalizar e moralizar as práticas e as imagens do catolicismo no Brasil.

À ocasião da virada do século, mudanças políticas envolveram a organização da Igreja Católica no Brasil. Até a decadência do regime imperial, as coroas ibéricas e, mais tarde, os monarcas brasileiros tinham poder sobre a administração e hierarquia eclesiástica. Em contrapartida, o Reino Português e depois o Império do Brasil seriam oficialmente católicos, o que implicava em uma série de chancelas para as paróquias e os bispados. A Igreja também estava presente nos rituais oficiais, clérigos ocupavam postos de poder e o Estado oferecia subsídios para a manutenção da grandiosa estrutura arquitetônica dos religiosos. O regime do padroado, nome desse espaço jurídico entre os dois poderes, no entanto, acabou com o advento da República – a Constituição de 1891 determinou a laicidade do Estado. Em concomitância a isso, houve uma demanda no interior da Santa Sé que requeria maior controle sobre o clero e as paróquias. Havia denúncias de irregularidades na conduta dos padres – sacerdotes que mantinham mulheres e filhos, agiam como chefes políticos, eram coniventes com bandidos⁴⁰.

A solução decidida pelo alto clero foi a romanização da Igreja Católica. Entre o final do século XIX e o início do XX, foram instituídas dioceses em diferentes estados, às quais era devida submissão direta às autoridades romanas. A Diocese da Paraíba foi

³⁹Antonio Carlos Ferreira Pinheiro (2008, p.11) destaca que, no período colonial, boa parte das escolas da cidade “funcionavam nos conventos, seminários e salões paroquiais”. Mesmo no Império, era possível encontrar escolas, mesmo as que tinham uma finalidade secular, funcionando em alguma das salas de um prédio construído com propósitos religiosos. Assim, a disputa pela posse desses prédios, que tinham em si uma razão material, na medida em que se tratava de patrimônios que valiam bastante, significava também o poder sobre um instrumento simbólico de grande valor na arquitetura da cidade.

⁴⁰Algumas críticas dessa natureza, a título de exemplo, foram direcionadas ao Padre Cícero (1844-1934). Conforme Lira Neto (2009) enumera algumas das acusações que pesavam sobre ele nesse momento: ele seria um mistificador, semeador de fanatismos, que se aproveitaria da crença das pessoas mais simples; tratar-se-ia de um vigário rebelde e desobediente nas vezes em que fora repreendido pelos seus superiores; além disso, falava-se bastante do seu relacionamento com jagunços e cangaceiros, dos quais ele benzia rifles, punhais e bacamartes, como era o caso de Lampião, que se dizia seu afilhado.

criada em 1892 e teve a administração, nas primeiras décadas, de D. Adalberto Aurélio de Miranda Henriques. A proposta, como argumenta Lúcia Guerra Ferreira (2016[1994]), era ampliar os regimes de vigilância e controle das paróquias, inventando novos planos de coesão ideológica entre os membros do clero e os fiéis. Tratava-se de um programa de racionalização e moralização das práticas com base nos preceitos do poder central. Assim sendo, havia um controle rígido de suas atitudes por meio de cartas e visitas pastorais, entre outros instrumentos que normatizavam e fiscalizavam as paróquias. O Seminário Nossa Senhora da Conceição foi criado em 1894 com o propósito assegurar que os próximos clérigos fossem formados mediante esses novos preceitos doutrinários.

Foi em meio a esse cenário que se instrumentalizou o projeto familiar de poder da parentela de José Américo, ao decidir o sacerdócio como destino mais apropriado para que ele constituísse a sua carreira. Os seus dois tios padres ocupavam posições de destaque no interior da elite eclesiástica estadual e, decorrente disso, também tinham projeção no mundo da política. Mas essa também era uma forma de garantir uma quantidade cada vez maior de parentes ocupando os espaços de poder no interior da própria diocese – “os vigários preparavam os seus suplentes”. Assim havia acontecido com seu irmão mais velho Inácio, e ora acontecia com o seu primo materno José Leal, filho de Graciano Soares dos Santos Leal (ALMEIDA, 1976, p.147).

Nos estudos da constituição do campo religioso, Pierre Bourdieu (2004[1971]) explica que esse movimento de racionalização e moralização promovido pela Igreja Católica pode ser entendido como uma reação conservadora aos processos de urbanização, modernização e secularização do mundo, mas também ao individualismo que tomava contornos cada vez mais fortes nas sociedades ocidentais. Era fortalecida, nesse momento, a ideia de que os sujeitos tinham querer e poder, o que lhes permitiria decidir os seus próprios destinos. O seminário, entretanto, representava o oposto disso. Era a afirmação do poder divino e institucional sobre comportamentos e pensamentos, das escolhas da família sobre as vontades dos meninos, das normas sobre os impulsos: “a religião está predisposta a assumir uma função ideológica, função prática e política de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário”, só tendo sentido quando pensada também em termos materiais (BOURDIEU, 2004[1971], p.46).

Era um conflito entre as liberdades individuais que o liberalismo afirmava e os dogmas mais caros de uma ascese católica, que pregava valores como a abnegação e a humildade. A esse respeito, Sérgio Miceli (2009[1988], p.12) argumenta que “enquanto os intelectuais [seculares] dependem da conquista de um nome próprio, da fartura de um

estilo e de um universo temático reconhecíveis, do aplauso dos pares, o êxito dos prelados é julgado com base em indicadores de caráter administrativo”. Esse conflito, a propósito, fez parte da rotina dos seminaristas na virada de século⁴¹. José Américo, em seu livro de memórias, trata da trajetória no seminário como se, desde o momento de seu ingresso, tivesse certeza do desejo de não seguir aquele caminho. Ao que tudo indica, no entanto, embora o dilema “ser ou não ser padre” tivesse aparecido para ele antes, a insatisfação foi de fato construída ao longo do tempo na instituição e isso depois de alguns momentos no qual o rapaz acreditou que aquele seria o seu destino.

O Seminário Nossa Senhora da Conceição dispunha de um currículo estruturado em três etapas diferentes da escolarização dos sujeitos. A primeira eram as aulas de primeiras letras, das quais eram dispensados aqueles que já tinham conhecimento dos fundamentos da língua nacional e operações matemáticas. O estágio subsequente era dividido em quatro anos, ao longo dos quais os estudantes tinham lições de Latim, em quatro classes, uma por ano, Português e Francês, com duas classes cada, ministradas nos primeiros anos, mas também Geografia, História do Brasil, Aritmética, Catecismo, História Universal, Geometria e História Natural. Nessa primeira fase, a educação secular era mais presente do que a educação religiosa no currículo formal, com isso, mostrava-se o perfil do que era esperado dos futuros clérigos. Atentos ao momento político depois da instauração do regime republicano, os gestores inventavam uma instituição na qual, para além de padres, a ideia decerto era formar também intelectuais.

Ao termo dessa etapa, os estudantes que continuassem a formação clerical restariam mais três anos naquela instituição, nos quais poderiam ter matrículas no curso Teológico ou no curso Filosófico. Os discentes do curso Teológico deveriam estudar Teoria Dogmática, Teoria Moral, Literatura Sagrada, Escritura Sagrada, Dogma, Moral, Liturgia, Doutrina Canônica e Canto Gregoriano. Enquanto isso, aqueles que optassem pela formação filosófica teriam lições de Filosofia, História Eclesiástica, Ciências das Religiões, Eloquência e Física. Nota-se, assim, uma forte presença das ideias científicas, sobretudo para os matriculados no Filosófico. A Igreja Católica, na romanização, reagia à laicização do poder público nacional formando um clero que estivesse preparado para as discussões com os *homens de ciência*, bem como para agir no mundo da política⁴².

⁴¹Tendo como base as memórias do próprio José Américo de Almeida (1976), no que diz respeito ao seu núcleo mais próximo de sociabilidades, há notícias de que essa questão atormentou seu irmão Inácio e um amigo dele José Cavalcante, tendo o segundo largado a batina. Isso além do próprio José Américo.

⁴²Essas informações quanto ao currículo dos cursos oferecidos pelo Seminário Nossa Senhora da Conceição foram observadas nos livros de matrículas e resultados dos exames dos discentes do seminário,

As aulas eram ministradas por professores clérigos que haviam se formado no Seminário de Olinda, estudado teologia em Roma ou em outra instituição congênere. Mas o corpo docente também admitia professores leigos e discentes mais avançados do seminário. José Américo falaria de algumas aulas e professores com empolgação, enquanto outros não teriam despertado maiores interesses, ainda que tivesse aprendido com eles alguma coisa. O professor Aristides Ferreira, o primeiro da lista, “ensinava francês e viciou-me (...) a pronúncia dessa língua”. Ele seria morto, alguns anos depois, na passagem da Coluna Prestes por Caicó. O cônego Francisco de Assis, mestre das aulas de História e Geografia, não era bom professor, mas impressionava com sua habilidade para conduzir relacionamentos humanos. Ainda estudante, Odilon Coutinho lecionava Latim, com voz de quem falava ao pé do ouvido (ALMEIDA, 1976, p.153).

O que as memórias sugerem, sobretudo se contrastadas com a bibliografia e a leitura do contexto em questão, é que muito mais do que o conteúdo propriamente ministrado, o aprendizado dos seminaristas passava pela observação das atitudes dos lentes – que corporificavam um *habitus* sacerdotal romanizado – cujo controle passava por outros momentos e de outras maneiras para além das aulas. Em um tempo de mudanças tão profundas na filosofia e na administração que regiam a Igreja Católica, observava-se entre os sacerdotes do alto clero diocesano, mas também entre os mestres do seminário, a afirmação de um comportamento e de uma maneira de pensar que se desejava mais atenta aos preceitos morais e éticos ultramontanos. Essas instituições almejavam promover, e promoviam de fato, uma mudança no *habitus* clerical em meio ao processo de constituição desse campo religioso no Brasil⁴³.

Além das disciplinas, os jovens seminaristas passavam um tempo de seu dia na sala de estudos. Tratava-se de um salão repleto de bancas, ocupadas pelos estudantes com suas leituras e fiscalizado do alto de uma janela pelo vice-reitor Alfredo Pegado. Ele descia repentinamente e surpreendia os discentes em seus relapsos. José Américo contava que foi nessa época que aprendeu a sentar adequadamente, com a postura ereta, sem espreguiçar-se, coçar-se ou bocejar. Isso aconteceu quase que sem perceber diante da banca que, dizia ele, o obrigava a estudar. O controle do corpo, um dos esforços primeiros e mais duradouros dos processos de escolarização das crianças, se tornava mais severo naquela instituição religiosa, no qual se acrescentava a necessidade de que

o qual foi consultado no Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

⁴³Eu entendo, a partir das leituras de Pierre Bourdieu (2004[1971]), que só é possível falar de um campo religioso, sistematizado e racionalizado, no Brasil, com o processo de romanização e consequente estadualização das dioceses, isso no contexto da virada do século XIX para o início do século XX.

os comportamentos atendessem a uma disciplina apropriada para um padre, que deveria ser em sua paróquia um exemplo da moral e dos valores cristãos.

Essa vigilância dos corpos na hora de dormir e estendia-se para o momento do banho. Descia-se a ladeira até a bica de Santo Antonio, onde havia banheiros divididos por tabiques. Não se podia demorar e devia-se controlar a percepção: “os corpos nus não deviam ser contemplados nem pelos próprios olhos”. As refeições aconteciam em um salão, onde havia uma mesa para padres e outra para seminaristas. Antes de servidos, um dos estudantes lia um trecho da História Sagrada. Uma vez, um erro nas páginas, Fenelon Lira começou a frase descrevendo Eva e terminou na Arca de Noé: “Deus deu uma mulher a Adão que tinha... vinte metros de comprimento por trinta de largura e era toda breada por dentro e por fora”. Não puderam controlar a gargalhada. Comia-se em silêncio. O reitor tocava a campainha, “*Deo gratias*”, e conversavam um pouco, na segunda campainha, voltavam à rotina (ALMEIDA, 1976, p.156; 152).

É possível afirmar, dessa maneira, que o *habitus* investido por essa instituição e com o qual os discentes estariam se formando era apreendido, sobretudo, fora das salas de aula, pelo rigor com os horários que deveriam ser cumpridos, pela apreensão dos gestos exagerados, pelos olhares vigilantes dos mais velhos, pela observação dos seus comportamentos e da rotina institucional diocesana. Era isso que se esperava de um intelectual católico em tempos de romanização. As conversas eram evitadas, tanto que andavam em fila, o que favorecia o silêncio e a meditação. José Américo recordaria aquele espaço como alheio a qualquer intercâmbio de sentimentos: “Ninguém era amigo de ninguém”, mesmo os irmãos não teriam liberdade para se falar. E resumia com a expressão – “a casa estava cheia e era vazia” (ALMEIDA, 1976, p.149).

Mas se o silêncio funcionava como estratégia, e havia sempre uma figura responsável por fiscalizar os comportamentos dos estudantes, os discentes logo criaram as suas táticas para sobreviver às normas tão estritas de comportamento e socialização. O que vale observar, sobretudo, é que por meio desses comportamentos desviantes se percebiam as individualidades – “havia de tudo, os mais puros e gabolas, briguentos, falsos, faladores, invejosos, debochados”. Mais que isso, era dessa maneira que se podia ver como cada um vivia suas crises em relação ao controle estrito de seus instintos:

O seminário formava, entretanto, uma escola. A ausência de estímulo preservava as consciências e convivia-se numa atmosfera capaz de sanear os corações mais impuros. Tudo era vulnerável e continha-se a natureza. As maiores crises nasciam da castidade; a continência acendia fogueiras em imaginações exaltadas que sublimavam um ato

mediocre. Mas a disciplina congelava e a carne ia perdendo a sua sensibilidade. Reinava a paz dos sentidos, à prova do sexo, o pecado que infundia mais horror (ALMEIDA, 1976, p.149).

José Américo constituiu a sua própria maneira de viver o seminário. Ele dizia que tinha pouco o que falar ao padre no confessionário. Antes havia um tempo para refletir os pecados e ele não conseguia contabilizar os seus, “faltava-me oportunidade e sobretudo tentação”. Seria um santo, comentou certa vez o padre Gabriel Rocha. O reitor Joaquim de Almeida também fez um elogio enquanto passava no corredor – “Muito bem. Vou mandar dizer a seu tio que está feito um vigarinho”. Essas relações interpessoais no interior da diocese favoreciam o seu reconhecimento pelos professores e pelas autoridades diocesanas e decerto garantiria uma boa posição no interior do clero tão logo terminasse os seus estudos. (ALMEIDA, 1976, p.156; 151)

Nesse sentido, Sérgio Miceli (2009[1988]) explica que o período passado no seminário era um divisor de águas quanto ao caminho que os futuros clérigos tomariam na carreira eclesiástica. Nesse momento eram observados, mas também era quando os seminaristas conheciam a cultura organizacional e as oportunidades que existiam:

Durante esse período, os seminaristas vão aos poucos se dando conta das estratégias de enquadramento, mais ou menos dissimuladas conforme o prestígio e a autoridade dos lentes, do diretor espiritual, dos reitores, mediante as quais os mentores buscam ajustar as expectativas de trabalho de seus pupilos às posições em aberto na divisão do trabalho religioso (MICELI, 2009[1988], p.126).

Contudo, também devem ser levados em consideração os sentidos políticos externos à instituição que, de uma alguma forma, interferiam na maneira como esses estudantes eram percebidos no cotidiano das aulas e demais atividades que envolviam o seminário. Nos dois primeiros anos, nosso personagem fez dois cursos de Latim, dois de Francês, dois de Português, um de Geografia. Em todos os casos, o jovem estudante foi agraciado com o grau de distinção. Isso em um tempo no qual os resultados dos exames eram descritos como aprovado simplesmente, aprovado plenamente e distinção⁴⁴. Por um lado, seria possível compreender a excelência do seu aproveitamento das disciplinas ministradas como uma medida de seu esforço pessoal, o que não deve ser mentira. Ainda que o seminário fosse rigoroso quanto ao tempo de estudo, isso não garantia que o discente concedesse toda a sua atenção para o livro ou caderno. Mas devo concordar com Pierre Bourdieu (2015[1979]) que as aprendizagens prévias em seu ambiente

⁴⁴De acordo com o livro de exames do Seminário Nossa Senhora da Conceição. Consultado no Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

familiar contaram bastante nesses resultados – habilidades já instrumentalizadas e todo um arsenal cultural que devia fazer parte de seu cotidiano.

Ao tempo em que morou na residência de seu tio o garoto teve oportunidade de cursar não só uma cadeira de primeiras letras por muitos anos, como fez aulas de Latim, além de outras referências à cultura eclesiástica e secular que ele provavelmente que ele vivenciara na rotina da casa. Até mesmo a facilidade com a qual moldou seu corpo, aprendendo a andar e a sentar conforme a postura considerada correta, decorria de estímulo prévio. Por essa e outras razões, sua excelência não era resultado exclusivo de sua inteligência. Mas também não se pode desconsiderar que os exames são uma forma de comunicação, no qual são expressos sentimentos e atitudes diante do conhecimento adquirido. Assim, é possível arriscar que, nos dois primeiros anos, o seminário não o contrariava de todo, ou que era o conhecimento erudito que o agradava bastante.

Decerto que José Américo não era visto como um estudante qualquer. Tratava-se do sobrinho do padre Odilon, vigário de Areia, que tinha boas relações no alto clero diocesano, mas principalmente do monsenhor Walfredo Leal, pároco de Guarabira, uma das lideranças do Partido Republicano e, por consequência, da oligarquia que, nesse momento, governava o estado da Paraíba. O desembargador José Peregrino de Araújo, desde o último trimestre do ano de 1901, era o presidente do estado. Ainda que não se tratasse de um membro da parentela dos Machado e dos Santos Leal, como acontecera na década anterior, ele fora indicado por razões políticas pelos chefes da oligarquia em questão. Nesse momento, a propósito, foi nomeado chefe de polícia o jovem bacharel Antônio dos Santos Leal (TRIGUEIRO, 1982).

A presença do monsenhor Walfredo Leal na cúpula da referida oligarquia e do Partido Republicano da Paraíba (PRP), no contexto de romanização da Igreja Católica, não era despropositada. Ela atendia a propósitos políticos específicos daquele sujeito e da sua família, mas não deixava de significar também uma importante representação dos propósitos diocesanos no interior da administração pública. A política republicana havia se tornado, daquela maneira, uma necessidade desse clero desprotegido pela chancela monárquica. A acomodação dos párocos nas freguesias, os recursos necessários e a autorização para os projetos diocesanos, tudo isso dependia de decisões políticas que envolviam a negociação com elites locais e determinações legais das instituições legislativa ou executiva estadual (MICELI, 2009[1988]).

O caso do estado paraibano, nesse sentido, era paradigmático. O bispo e depois arcebispo D. Aduino Aurélio de Miranda Henriques ocupou esse posto por longos

quarenta e um anos, ao longo dos quais, disse Sérgio Miceli (2009[1988]), contou com o apoio do pároco e seu amigo Walfredo Leal e dos irmãos Álvaro e João Machado, com os quais conseguia recursos, subsídios e favores para a organização eclesiástica. Além disso, a presença de um padre, formado já em tempos da afirmação do movimento ultramontano, e bem relacionado com o alto clero romanizado da Diocese da Paraíba, acabava por imprimir um caráter prioritariamente conservador e moralizador, tanto no que tangia às posturas da sociedade quanto ao tratamento da administração pública: “sob o aspecto moral – naquele tempo mais importante que hoje – a política dos Machado foi ilibada. De certo modo, ela podia ser simbolizada na figura de Walfredo Leal – modesto, prudente e econômico” (TRIGUEIRO, 1982, p.36).

No ano de 1897, foi inaugurado um seminário de férias. Era uma recomendação do papa para evitar ao máximo que os estudantes ficassem expostos a influências externas por muito tempo, inclusive da própria família. O retiro acontecia em uma propriedade na Serra da Raiz. Os discentes saíam da capital de trem, faziam uma parada em Guarabira, passavam a noite na igreja matriz, e seguiam no dia seguinte para o casarão onde passariam o resto dos dias. No primeiro ano, José Américo foi acometido por uma febre no caminho, enquanto transitava pela estrada de ferro. Foi deixado com o seu tio vigário, portanto, ainda na primeira parada, o que permitiu que aproveitasse o recesso junto à família. No segundo ano, dizia ele não ter tido a mesma sorte, e teve que se juntar aos colegas no Seminário Ferial. Tratava-se do ano de 1902, no entanto, quando um dos estudantes morreu afogado enquanto todos nadavam no açude, e que resultou no fechamento dessa instituição. (ALMEIDA, 1976; FERREIRA, 2016[1994]).

A experiência impactou o nosso personagem, como aos demais seminaristas. Tanto foi assim que ele relatou esse evento em dois momentos distintos⁴⁵ associando-o à sua tomada de decisão de não mais ser padre. Foi decerto no retorno dessas férias catastróficas que essa ideia se tornou mais firme em sua cabeça e que começou a pensar nos artifícios dos quais poderia se valer para convencer a sua família de sua saída do seminário. Um dos primeiros confidentes com o qual discutiu essa vontade foi um dos monitores. Tratava-se de um aluno mais velho que auxiliava o professor na transmissão do conteúdo e que o apoiou porque faria o mesmo. Nesse tempo, era possível flagrar a crise na qual o menino vivia no rendimento das disciplinas: foi aprovado simplesmente nas disciplinas de Aritmética, Catecismo e na segunda classe de Latim – cursadas da

⁴⁵O livro *Antes que me esqueça* (1976) e a entrevista a Aspásia Camargo, Sérgio Flaksman e Eduardo Raposo publicada no livro *O Nordeste e a política: diálogos com José Américo de Almeida* (1984[1976]).

quarta para a primeira. Além disso, teve distinção em História do Brasil. Em se tratando de bons resultados, não eram tão satisfatórios se comparados a seu histórico⁴⁶.

As férias do terceiro ano ele pode passar em casa por causa do fechamento do Seminário Ferial. Esse também foi o momento em que se deu o casamento de sua irmã Maria das Neves com Josefá César Falcão. Tratava-se do dia 19 de janeiro de 1904, quando toda a família estaria reunida e ele, mais uma vez, sentia-se estranho por não poder ter um par, incompatível com a sua posição de seminarista. No domingo, quando alguém o advertiu da hora da missa, fez uma cena e disse a todos que não voltaria para o seminário. As reações foram as mais diversas. Ele contava que seu tio paterno, o vigário Odilon, escolheu ficar neutro, e quem mais ofereceu resistência foi Inácio: “meu irmão padre trancou-se no quarto, amuado, só aparecendo uma vez para ameaçar-me de suspender os estudos”. A mãe Josefa e o irmão Jaime, que respondia pela chefia dos negócios da família, contudo, apoiaram a decisão. José Américo, aos dezessete anos, não voltaria para o seminário (ALMEIDA, 1976, p.170).

O deslocamento da vida religiosa para a formação laica era resultado de uma escolha, talvez a primeira de grande relevo que o garoto teve a oportunidade de fazer por conta própria. Tratava-se de uma decisão que não implicava apenas no abandono ou não do sacerdócio, mas de toda uma maneira de pensar e de se comportar, estar em sociedade – um *habitus*. Ele abandonava, portanto, a vida solitária dos párocos, que cerceava a possibilidade de contrair matrimônio e constituir uma família nuclear, aos moldes do que era entendido naquela época como família, e também dava limites às amizades que poderiam ser mantidas. Mais que isso, era produto de um desejo de liberdade e autonomia, naquele início de século, quando o imaginário republicano e liberal propunha um mundo com outras oportunidades para os indivíduos.

Apesar disso, devo alertar que a conclusão do curso secundário no seminário não era caminho certo para a ordenação e muitos seminaristas, sobretudo aqueles que ficaram nas aulas secundárias, sem se aventurar no curso superior, em conformidade com Raylane Barreto (2009), se tornaram intelectuais seculares importantes no espaço público, casaram e tiveram filhos, seguiram outras carreiras. O seminário se tornou, no final das contas, uma alternativa de educação secundária para os estudantes que não conseguiam matrícula no Liceu Paraibano, ou para aqueles que vinham das cidades do interior e careciam de um internato para que fosse possível continuar sua formação. Mas

⁴⁶Livro de exames do Seminário Nossa Senhora da Conceição. Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

é possível entender que, para um garoto com essa história na família, tendo dois tios e um irmão padre, a pressão depois da conclusão do curso teria outros significados, de modo que não terminar os estudos no seminário, mesmo que apenas o primeiro ciclo, talvez fosse a maneira mais segura de garantir para si um destino liberal.

A continuidade dos estudos em alguma instância do ensino superior, no entanto, exigia certificação das competências necessárias para a formação do ensino secundário. Não era qualquer instituição que poderia conferir esse título, o próprio Liceu Paraibano demorou muito para conseguir o reconhecimento necessário para que fosse possível garantir aos seus discentes o título em questão, o que só se deu depois de muita negociação no ano de 1896. Isso exigiu, de acordo com Itacyara Viana Miranda (2017), toda uma mudança nos seus métodos de avaliação, para que estivessem em conformidade com os testes do Ginásio Nacional, como passou a ser denominado na República o Colégio Pedro II. José Américo, como acontecia com os discentes de outras localidades do estado, teve de fazer, portanto, os exames de madureza, que àquela ocasião, depois da reforma, estavam muito mais rígidos.

Aprovado, ele poderia seguir os estudos. Não como militar, como ele diria anos depois que era o seu desejo, uma carreira a propósito demasiadamente masculinizada, como mostrava Sérgio Miceli (2001[1977]), o que seria muito apropriado depois de tanto tempo de batina, visto que o sacerdócio era uma função com características mais “femininas”, dotada de maior sensibilidade e sem grandes impulsos de bravura. Ficaria com a Faculdade de Direito do Recife, onde poderia dar sequência à sua relação com os livros e com o conhecimento científico, sobretudo das línguas e das humanidades, que parecia agradá-lo bastante. Foi assim que providenciou com os irmãos e os tios a sua matrícula e o enxoval – no qual deveria constar um terno – bem como os recursos necessários na sua mudança para a capital pernambucana.

2. Bacharel

Lúcio voltou da cachoeira com a toalha enrolada na cabeça, como um turbante.

Levantou o braço num gesto de quem mais parecia dar do que pedir a benção. E foi, por sua vez, sentar-se à mesa.

Não se defrontavam, sequer, nesse ponto de comunhão familiar, onde as almas se misturam numa intimidade aperitiva. Forravam-se, assim, ao constrangimento dos encontros calados ou das conversas contrafeitas e escassas.

José Américo de Almeida (1978[1928], p.4).

Uma nuvem de poeira anunciava a passagem de mais um grupo de retirantes, tomado pela fome e pela sede, que cruzava as estradas do sertão ao litoral em tempos de seca. Os feitores dos engenhos da várzea, a mando dos donos dos canaviais, ofereciam-lhes trabalho em troca de moradia, água limpa e uma diária miserável, que mal dava para a comida e o trato das enfermidades que tivessem acometido algum dos membros da família na longa viagem. Dagoberto e Lúcio assistiam a tudo do alto da janela da casa grande. De um lado, o patriarca, que aprendera no cotidiano do trabalho uma forma de gerir o patrimônio da família, administrar o tempo do plantio e da colheita da cana de açúcar, a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, a venda da produção e todas as outras variáveis que envolviam as suas terras. De outro, seu filho, o jovem estudante de direito, nas férias da faculdade, tomado por “um bando de ideias novas” e que redescobria as misérias do mundo no morgado que constituiria sua herança (ALMEIDA, 1978[1928]).

Ao inscrever essa imagem no capítulo introdutório do romance *A Bagaceira*, José Américo de Almeida anunciava a crise em uma família de elite provocada pela formação do herdeiro do senhor de engenho na Faculdade de Direito do Recife. Ao longo do século XIX, com a criação das faculdades de direito e medicina e a emergência do pensamento ilustrado, as gerações mais novas passaram a questionar o *establishment* do sistema patriarcal. Ao passo em que os filhos dos donos de terras e gente escravizada se formavam bacharéis, imersos na ambiência das cidades e nas leituras do liberalismo compartilhadas nos círculos políticos e intelectuais, era ameaçada a reprodução das hierarquias que o constituíam. Conforme Gilberto Freyre (2003[1939]), insurgia-se, dessa maneira, um conflito silencioso entre o patriarca e seu herdeiro, que não mais concordava com um conjunto de normas, valores e comportamentos esperados para a própria manutenção do patrimônio material e simbólico da família. A sucessão do poder de uma linhagem secular era assim ameaçada no seio de sua própria prole.

Investido desse espírito de mudanças que o novo tempo inaugurou, o autor do romance denunciava que a calamidade pública dos tempos de estiagem era antes produto das desigualdades sociais e da inoperância do poder estatal nos sertões brasileiros que um fenômeno meramente geográfico. Essa postura eminentemente política dizia muito de uma atitude que se tornou comum entre literatos e jornalistas, sobretudo a partir do segundo quadrante do século XIX. Tratava-se do intelectual engajado, que se queria independente das instituições culturais e, dessa maneira, do mecenato monárquico. Também por isso mais convicto dos seus valores e de uma moral pública. Conforme Helenice Rodrigues (2005), essa figura se tornou mais recorrente no ambiente francês após o “Caso Dreyfus”, quando um jovem foi injustamente acusado de fornecer documentos secretos do Exército. Artistas se posicionaram em sua defesa.

Em outros países, fenômenos semelhantes provocaram a reação de intelectuais engajados, foi o caso da *intelligentsia* russa. Sheila Fitzpatrick (2017[1982]) conta que eram letrados que, na segunda metade do século XIX, se empenharam em realizar projetos sociais e políticos críticos à sociedade industrial. Os intelectuais brasileiros, conforme Ângela Alonso (2002), envolveram o repertório ilustrado estrangeiro com a experiência das revoltas locais para empreender uma discussão moral que questionava os alicerces do regime imperial – o idealismo romântico, o catolicismo hierárquico e o liberalismo estamental. Esse movimento resultaria no abolicionismo e republicanism, mas também em teorias científicas, a partir de leituras originais de tendências estrangeiras, como o positivismo e o darwinismo social/racial (SCHWARCZ, 1993).

Essa nova postura dos intelectuais no espaço público impactou a maneira como os bacharéis se posicionavam nessa sociedade republicana que, em seus poucos anos de história, era constantemente reinventada. Em meados do século XIX, de acordo com José Murilo de Carvalho (2013[1975]), o diploma de bacharel era pré-requisito para o ingresso nas instituições de maior poder político do Império. Oriundos de famílias abastadas, conforme Sérgio Adorno (1988), eles tinham de lidar com um repertório liberal que, em certa medida, exigia repensar o sistema patriarcal de poder no qual estavam inseridos. Essa formação plural que as instituições de educação superior ofereciam, em particular as faculdades de direito, menos nas salas de aula que em outros espaços, tornaram fluidas as fronteiras entre os campos jurídico, político e literário.

A formação do campo jurídico brasileiro diz muito do *habitus* dos bacharéis que deveriam conformá-lo. A relação estreita com o poder político desde a origem fez com que a organização do sistema de justiça estivesse submetida a lógicas de funcionamento

cujos critérios eram antes de natureza política que técnica – a competência precedia o mérito em suas avaliações. Frederico Normanha Ribeiro de Almeida (2010) explica que haveria um campo político da justiça. Assim sendo, os bacharéis teriam uma ampla presença em vários espaços da sociedade republicana – em particular nos campos de poder – fenômeno que Alberto Venâncio Filho (1982[1977]) chamou de bacharelismo. Em contrapartida, ficavam enfraquecidos os mecanismos de controle internos ao próprio campo, sobretudo nos preceitos que o caracterizariam como efetivamente jurídico.

O objetivo do capítulo é mapear os deslocamentos de José Américo de Almeida nos campos político, jurídico e literário a partir das relações de parentesco e amizade no primeiro quartel do século XX. Isso implica em observar sua trajetória desde 1905, quando ele ingressou na Faculdade de Direito do Recife, até 1921, momento em que sua produção literária e jornalística conquistou maior visibilidade no cenário cultural do estado. Nesse momento, o nosso personagem dependeu do capital econômico de sua família para conquistar o seu diploma de bacharel e, mais tarde, do capital político de seu tio materno para tomar posse como procurador geral. Foi a partir desse alicerce que ele pode constituir suas próprias sociabilidades e obter o reconhecimento de suas competências intelectuais e políticas. Era preciso lidar com essa herança, marcada por privilégios, diante das ideias novas – que estranhavam, até certo ponto, o mundo em que sua família constituiu seu poderio. Ao longo desse período, ele viveu dos dezoito aos trinta e quatro anos, sendo concebido como um jovem voluntarioso, mas competente, capaz de enfrentar o tio e se deslocar com alguma autonomia entre situação e oposição.

A documentação utilizada para a construção desse capítulo envolveu alguns jornais diários, em particular os que circulavam em Pernambuco e Paraíba. No último, sobretudo *A União* e *O Norte*. Também foram consultadas a *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, para entender o universo de discussões e o cotidiano dessa instituição, e a *Revista do Foro*, qual publicava relatórios e processos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça. Além disso, usei bastante a entrevista concedida a Aspásia Camargo *et al* (1984) e outros relatos memoriais. Os documentos de matrícula e exames importaram para compreender sua passagem como estudante no Recife.

O capítulo, intitulado *Bacharel* para dimensionar os sentidos que o título e a formação em um campo jurídico ainda pouco estruturado possuíam, está organizado em dois tópicos: A primeira parte, *A Faculdade de Direito do Recife*, observa o repertório cultural e o reconhecimento que ele conquistou em seu tempo de formação superior. O segundo ponto, *Da promotoria à procuradoria geral do estado*, percebe a sua ascensão

no campo jurídico e os aprendizados que a experiência como bacharel conferiu à sua maneira de ver o mundo, mas também as redes de sociabilidade que foi constituindo e o trabalho corriqueiro como colaborador da imprensa diária.

2.1 A Faculdade de Direito do Recife

Aos dezoito anos de idade, no verão de 1904, José Américo de Almeida desembarcou na cidade do Recife. É provável que tenha chegado de trem. Àquela altura, esse era o meio mais conveniente para os que almejavam viajar do brejo paraibano para a capital pernambucana. O estudante deve ter embarcado na estação de Alagoa Grande e trocado de linha em Pilar ou Itabaiana. Ele havia sido matriculado por procuração na faculdade de direito e tomava caminho para o início das aulas¹. A Estação Central ficava a poucas quadras da pensão. Tratava-se da casa de Maria Montenegro, uma parenta distante. Ao que tudo indica, tinha por endereço a Rua Coronel Suassuna, n.126, às proximidades da Praça da República, na qual estavam os palácios do governo e da justiça, bem como o Liceu de Artes e Ofícios e o Teatro Santa Isabel².

Em princípios do século XX, discutiam-se projetos de urbanização da capital pernambucana. O “Recife Novo” deveria ser mais iluminado, mais arborizado, com uma estética agradável e, sobretudo, mais salubre, conforme o discurso médico-científico que prescrevia novos hábitos para a população. Mas tratava-se, antes de tudo, de uma cidade cosmopolita, que recebia embarcações de várias partes do mundo e com elas as companhias de teatro e as modas que movimentavam o comércio e a imprensa³. Era por essas ruas cheias de novidades e contrastes que nosso biografado caminhava para chegar às aulas. A academia funcionava à Rua do Hospício, em um prédio de primeiro andar, em tudo inadequado para a instituição que abrigou por meio século. Clóvis Bevilacqua (1977[1923]) conta que o chamavam “pardieiro”. Antes de chegar, porém, o estudante certamente toparia com as obras do novo edifício, uma estrutura de aço e ferro sita à Praça Adolfo Cirne, cuja construção começara em 1889, mas só ficaria pronta em 1911.

¹As informações quanto aos trajetos dos trens de Pernambuco e da Paraíba foram encontrados em *Jornal Pequeno* (24 set.1907, p.3) e *Almanak da Parahyba* (1899, p.90).

²Ao dia 7 de agosto de 1900, informava a parte oficial do *Jornal Pequeno* (17 ago.1900, p.1), Maria Montenegro abriu petição ao Governo do Estado solicitando reclamando a coleta das anuidades de um aparelho que existia na casa de sua propriedade, sita no referido endereço.

³Conforme anúncios de viagens, lojas de roupas e espetáculos teatrais divulgados em vários números do *Jornal Pequeno*, que circulava no Recife, entre 1905 e 1908.



Figura 8: Antigo prédio da Faculdade de Direito do Recife
Fonte: Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife



Figura 9: Novo prédio da Faculdade de Direito do Recife
Fonte: Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife

A Faculdade de Direito do Recife era uma instituição quase octogenária quando o jovem estudante atravessou pela primeira vez os seus portões. Antes dele, outros homens circularam por seus corredores, dos quais decerto ouvira histórias de carreiras brilhantes, sobretudo na política. Funcionando desde 1828, as faculdades de direito de São Paulo e Olinda, depois Recife, segundo José Murilo de Carvalho (2013[1975]), serviram ao propósito de reunir os homens de elite de diferentes regiões no entorno de um projeto político que garantisse a unidade nacional. A concentração geográfica do ensino jurídico em duas províncias promovia certa homogeneidade ideológica e de treinamento que teria sido fundamental para a formação de uma elite imperial. Essa tradição, constituída ainda em tempos de monarquia, de alguma maneira normatizava a vida acadêmica e legitimava o espaço daquele instituto na cena política nacional.

A formação em direito implicava na incorporação de um *habitus*, constituído a partir de um universo de valores e práticas normativas para o campo jurídico à época. Nesse quesito, é importante termos em mente que elas se tornaram centros de difusão do

pensamento liberal. Sérgio Adorno (1988, p.78) explica que as “Academias de Direito fomentaram um tipo de intelectual produtor de um saber sobre a nação, saber que se sobrepôs aos temas exclusivamente jurídicos e que avançou sobre outros objetos de saber”. Tratava-se de “um intelectual educado e disciplinado, do ponto de vista político e moral, segundo teses e princípios liberais”. Esses mesmos estudantes, porém, tinham vínculos materiais e afetivos com a estrutura social e econômica patriarcal, de modo que era possível flagrar a convivência dessas ideias novas com um conjunto de práticas patrimonialistas, as quais marcariam a trajetória profissional dos egressos.

Mas decerto que cada estudante lidava com essa ambivalência à sua maneira. José Américo, apesar da tradição política da parentela, não estava entre os estudantes de maior capital político e econômico da faculdade, antes o contrário. Enquanto os irmãos Arnaud e Aloísio Ferreira Baltazar, por exemplo, hospedavam-se na confortável casa de um tio comendador, o nosso personagem vivia em uma pensão. Em *Eu e Eles* (1970), ele contaria que pegava trem de segunda classe e só tinha uma muda de roupa social. Dispunha, portanto, de recursos limitados, que o impediam de fazer gastos para além do necessário. Em sendo assim, interessa notar os motivos particulares do estudante e de sua família para investir em seus estudos no Recife. No caso da parentela, certamente a ideia seria garantir mais um ente preparado para ocupar os postos de poder no estado.

No âmbito pessoal, contudo, a coisa parece ter tomado outras dimensões. Em entrevista a Aspásia Camargo *et al* (1984[1976], p.78), José Américo descrevia os sentidos de sua formação no Recife: “Fiquei senhor de mim na Faculdade de Direito. Até então, não era dono da minha vontade”. Os relatos quanto ao momento em que decidiu sair do seminário em nome de uma formação bacharelesca corroboram com essa maneira de entender as coisas. De modo mais ou menos consciente, portanto, essa seria uma forma de garantir certa autonomia em relação à influência da família sobre sua vida. A possibilidade de exercer uma profissão liberal, nesse entremeio, parecia interessante, na medida em que garantiria independência financeira por fora dos negócios e, pelo menos em tese, da influência de sua ascendência.

As primeiras disciplinas na Faculdade de Direito do Recife foram cursadas com sacrifício por José Américo. Em dezembro de 1905, ele fez os exames do segundo ano, nos quais teve resultados medianos, sobretudo se considerarmos a sua história como discente. Foi aprovado simplesmente, com grau quatro, em Direito Constitucional, aprovado plenamente, com grau seis, em Direito Civil e Direito Internacional Público

Privado e Diplomacia⁴. Nos anos seguintes, foi possível encontrar resultados melhores. No terceiro ano, foi aprovado plenamente com grau nove em Direito Civil, grau sete em Direito Criminal e em Direito Comercial Terrestre. No quarto ano, os resultados foram de aprovação plena com grau nove em Direito Criminal, Economia Política e Direito Comercial Marítimo, bem como distinção em Direito Civil. Em nenhum momento ele precisou fazer exames de segunda época, que aconteciam em março do ano seguinte.

Ao que tudo indica, no entanto, os resultados crescentes ao longo da trajetória acadêmica faziam parte da dinâmica da instituição. Tomando por base as médias dos estudantes da faculdade descritos na Memória Histórica de 1904, podemos compreender os critérios dos lentes nos processos avaliativos. Havia 164 estudantes matriculados no primeiro ano, turma de José Américo, a maior que a faculdade recebeu naquela década. Desse grupo, apenas 134 fizeram os exames no final do ano. Somados os índices de reprovação e desistência desse grupo de estudantes, era possível contar uma média de 38% de recém-ingressos que ficavam para os exames de segunda época. Enquanto isso, no quinto e último ano, a quantidade de reprovações era ínfima⁵.

Os números, portanto, indicam uma aprovação comumente pouco satisfatória nos primeiros anos de curso, a despeito das melhores classificações quando esse estava sendo levado a termo. Em uma primeira observação, é possível inferir que o corpo docente costumava ser mais criterioso nas avaliações dos discentes mais novos. Essa seria uma forma de garantir a autoridade das normas institucionais sobre a vida acadêmica e, mediante tais circunstâncias, exigir disciplina e alguma rotina de estudos dos formandos. Em um segundo plano, no entanto, é possível pensar que esses bacharelados estivessem, no final do curso, mais adaptados à rotina da faculdade e correspondessem mais prontamente às atitudes que os professores, os colegas e a sociedade esperavam deles. Em todo caso, interessa notar como as avaliações de alguma maneira estavam no cerne dos processos de normatização da vida acadêmica.

Ao discorrer sobre o funcionamento da Academia de São Paulo no Império, Sérgio Adorno (1988, p.119) explica que, durante os exames, os conflitos entre as ideologias dos estudantes e as doutrinas dos professores, expressas também em seus métodos de ensino e avaliação, ficavam mais acirrados. Além disso, continuava o autor, as provas e os concursos para lentes priorizavam a observação dos comportamentos e

⁴Conforme certificação de exames, a despeito das informações constantes na *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife* (1905), que aponta nomenclaturas diferentes para essas disciplinas.

⁵Memória Histórica de 1904 da *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife* (1905).

posturas dos sujeitos às competências jurídicas. Sendo assim, observados em dimensão particular, os resultados crescentes de José Américo testemunhavam a trajetória de um discente que, à sua maneira, se aproximava, ano após ano, do que se esperava de um intelectual formado pela academia jurídica recifense – cada vez mais imerso na vida institucional e, principalmente, mais ambientado com a linguagem daquele espaço.

Mas o *habitus* apreendido durante a formação jurídica não necessariamente seria avaliado apenas pelo currículo formal do curso de direito. Também contava a convivência com professores e colegas em outros espaços de socialização – institutos, agremiações, jornais, cafés, tabernas etc. – e na observação das atitudes dos demais. Apesar das normatizações, era possível identificar diferentes formas dos indivíduos se deslocarem. Alberto Venâncio Filho (1982[1977]) e Sérgio Adorno (1988, p.79) mostraram que a formação da cultura jurídica nas faculdades de direito – produção, tradução e disseminação de ideias – não eram produto, necessariamente, do processo formal do ensino jurídico, mas antes de uma ambiência acadêmica “controvertida, agitada e heterogênea”, para além dos bancos escolares. Envolviam agremiações, grupos de leitura, conversas nos bares, mas principalmente o jornalismo.

[Os periódicos] manifestam a diversidade de opiniões, de ideias, de manifestações políticas e de escolas literárias. Assim, a imprensa acadêmica constituiu-se numa espécie de antessala de profissionalização da atividade política. Responsável pela formação publicista do recém-egresso da vida acadêmica, ela configurou-se *locus* privilegiado da deflagração de campanhas e de movimentos sociais, políticos, artísticos e culturais. Antes de tudo, essa imprensa ensinou ao acadêmico como tomar partido, lutar e apaixonar-se por uma causa, adquirir responsabilidade por atos praticados (ADORNO, 1988, p.165).

E continuava, citando Max Weber (2005[1919]), “esse jornalismo ensinou algo além do aprendido em sala de aula: o princípio de que a política se faz em público e com a utilização desses dois instrumentos que são a palavra escrita e a falada” (ADORNO, 1988, p.165). Ao tempo em que José Américo estudou na faculdade de direito, os debates na imprensa seguiam inflamados e, ocasionalmente, desfechavam em conflitos mais sérios. Em 8 de janeiro de 1907, o *Jornal Pequeno* publicou, em matéria de capa, a notícia de uma contenda que teve vez no *Café Acolá* entre estudantes, jornalistas e policiais. O periódico falava de uma mocidade estragada, que vivia bêbada e acompanhada por *cocottes*, sendo aquele um estabelecimento indigno, “onde era

vendida bebida alcóolica até altas horas”⁶.

Mas certamente esse comportamento não era regra para todos os estudantes. A vida boêmia, a propósito, não fazia o perfil do biografado, que se ressentia de seus poucos recursos financeiros e cuja personalidade também não era dada a grandes eventos sociais: “Eu era um estudante pobre e levava uma vida muito limitada, muito caseira. Só conheci Olinda, por exemplo, muito tempo depois”. Enquanto isso, pelo que contou em suas memórias, nosso personagem parecia ter sido um estudante dedicado às leituras. A despeito da independência na condução os próprios estudos que era marca daquela instituição, e da distância que os lentes mantinham, tentou seguir um caminho mais ortodoxo: “Eu estudava meus pontos, lia muito, acompanhava. Era um curso deficiente, tanto que a gente saía bacharel sem saber fazer nada” (ALMEIDA, 1984[1976], p.78).

Costumava se valer, para isso, dos livros que pegava na biblioteca da faculdade ou na biblioteca pública da cidade. Em algumas ocasiões, porém, a rotina do estudante disciplinado deu lugar a uma ou outra volta pelos bares próximos, mais para socializar com os colegas que pelos prazeres que o espaço oferecia. Tomava um ou outro copo de cerveja, não mais que isso, devido aos recursos limitados. As tentativas paqueras eram frustradas pela falta de traquejo, da qual os colegas riam. Certa vez uma senhora levou a sua filha para conhecê-lo, na intenção de casá-la com o bacharelado. Sem recursos para o encontro, ele se saiu dizendo que precisava regressar à Paraíba (LUNA, 1987).

Em tempos republicanos, a tradição liberal das faculdades de direito haviam sido revestidas de novos significados e tomadas por outras práticas. Desde os anos 1870, conforme Lilia Schwarcz (1993), alguns lentes daquela instituição, destacadamente Tobias Barreto e Silvio Romero, passaram a adotar toda uma literatura estrangeira que pregava a diferença entre seres humanos a partir de suas condições sociais e fisiológicas com base em leituras do positivismo, evolucionismo e darwinismo – assim chamada “Escola do Recife”. Na passagem do século, Clóvis Bevilacqua, redator chefe da *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, fazia circular toda uma bibliografia da escola penal italiana, empenhada em discutir a iminência dos fatos sociais sobre os sujeitos e as razões psicológicas, psiquiátricas e antropológicas do crime, sobretudo a partir das referências de Cesare Lombroso (SILVA, 2016a).

A novidade não se concentrava na evidência do fenômeno, mas no tratamento que lhe era reservado a partir de então. Enquanto “fenômeno antropológico”, desviava-se a lente do crime em si, para

⁶Jornal Pequeno, 8 jan.1907, p.1.

concentrar-se na figura do criminoso, entendido a partir de três ordens de fatores: “físicos, antropológicos e sociais” (SCHWARCZ, 1993, p.166).

Em seu programa de estudos acadêmicos – entre os bancos das salas de aula, os livros da biblioteca, as conversas pelos corredores, a revista da faculdade e outros periódicos que circulavam na época – José Américo deve ter se deparado, mesmo que de forma indireta, com essa literatura criminalista, a qual trazia na bagagem concepções do que deveriam ser os direitos civis. Àquela altura, dizia a autora, “direito civil e criminal desempenham funções privilegiadas: se ao primeiro cabe legislar sobre o ‘direito das gentes e do indivíduo’, ao outro cumpre fixar os limites dessa liberdade, a realidade das punições, o ‘perigo da delinquência’” (SCHWARCZ, 1993, p.159)⁷.

Os resultados sempre melhores em Direito Civil que em Direito Criminal, sobretudo nos últimos anos, portanto, de certa forma, davam notícia de um estudante mais atento ao catálogo de direitos no regime que se prometia uma *res publica*, que ao tratamento dos sujeitos considerados alheios ao contrato social. Em todo caso, vale ressaltar que algumas ideias desse positivismo e darwinismo social, sobretudo para pensar o direito civil, foram usadas nos textos que o nosso personagem publicaria mais tarde, mesmo que a partir de leituras que ele faria *a posteriori*. Ainda assim, é provável que as reflexões correntes na faculdade, de alguma forma, tenham servido bastante.

Um colega, em um relato biográfico do ano de sua formatura, o caracterizava como um estudante disciplinado, que não carecia de grandes esforços para apreender qualquer conteúdo. Isso se deveria, ele continuava, à sua erudição histórica e literária, bem como seu “poder maravilhoso de assimilação, de método e de memória, que lhe dá todo o ano o triunfo das bancas dos exames”, mas também a uma moral espartana que, dizia o biógrafo, seria devida à formação clerical anterior, que marcaria seu rigor de estudante e a relação com outras pessoas. Isso em meio a uma turma na qual, a julgar pelos paraibanos, haveria gente mais ou menos dedicada e com variadas personalidades, das expansivas às mais reservadas. Também eram diversas as condições econômicas, que afetavam as possibilidades e os propósitos. O seu primo Demócrito de Almeida, por exemplo, era descrito como um espírito afável e sempre em festa.

José Américo também dedicou parte do seu tempo na faculdade à produção de

⁷Em entrevista a Aspásia Camargo (1984[1976], p.78), ao ser perguntado das ideias de Tobias Barreto e da Escola do Recife, José Américo respondeu: “Havia essa impressão, mas não eram dominantes como nos anos anteriores; já se tinha esvanecido um pouco. Tobias era admirado, lembrado pelos discípulos dele, mas não exercia mais uma grande influência”.

textos literários em prosa e verso – os quais eu não encontrei no seu arquivo pessoal, nem na imprensa ou qualquer outra parte do meu *corpus* documental – mas sobre o qual tenho referências indiretas. Esse mesmo colega que escreveu um perfil biográfico seu, elogiou seus escritos: “Há nas suas produções literárias, raras como as maravilhosas pérolas marinhas, helênicos labores de Arte, que nascem da voluptuosa tortura do supremamente perfeito e representativo”. Mas para além desses louvores ornamentados de referências clássicas, o autor também deixou entrever que seriam apegados ao bom uso da forma – em um tempo de influências parnasianas – como instrumento necessário para expressar bem sentimentos e ideias: “Prende-se à intuição dos devotos estatutários da frase, que versam sobre toda a estesia opulenta na peça de arte, para que ela seja viva e abençoada como uma criação espontânea da Natureza”. Depois, comparava sua prosa ao realismo de Eça de Queiroz e ao impressionismo de Arno Holz⁸.

Há indícios de que a circunstância de bacharelado e seu trabalho artístico de alguma forma tenham impactado as relações em Areia, sobretudo entre os intelectuais. Em princípios de 1906, um soneto intitulado *Presságio*, assinado por Luiz Maracajá e dedicado ao “José de Almeida”, foi publicado no jornal *A União*. O eu-lírico descrevia seu desejo por uma moça que vira na igreja. Talvez fizesse referência às histórias que nosso personagem viveu antes do seminário e que, tendo contado ao poeta, serviu de inspiração: “Se no teu olhar: uma promessa, um sino/ – Um mundo de gozo, que me alucina”⁹. Esse autor também fez poemas para outras pessoas, o que sugere que houvesse um grupo maior de intelectuais na cidade, no qual o biografado deveria ter alguma inserção. Há registros que, nesse momento, José Américo escreveu o soneto *Eurico*, no qual fazia a trajetória do rei dos visigodos¹⁰.

Em meados do curso, José Américo participou de uma comissão de estudantes que viajou pelo interior pernambucano a fim de arrecadar donativos para as vítimas do Terremoto de Valparaíso, próximo a Santiago, no Chile. A campanha se estenderia pelas cidades atendidas pela companhia ferroviária *Great Western*. O jornal *A Província* noticiou a chegada dos estudantes à cidade de Limoeiro, estação final de uma das linhas. Os jovens foram recebidos pela elite local com festa, fizeram caminhadas pela cidade e discursaram em reunião solene, na qual ele tomou a palavra e agradeceu a recepção¹¹.

José Américo foi contemporâneo na academia de alguns personagens que seriam

⁸A *União*, 26 ago.1908, p.1.

⁹A *União*, 10 fev. 1906, p.1.

¹⁰Poesia republicada em *O Norte* dia 9 de janeiro de 1966, mas com notícia de que fora escrita em 1906.

¹¹A *Província*, 16 set. 1906, p.1.

importantes em sua trajetória, ainda que ele não tenham necessariamente feito parte do seu círculo de relações naquele momento. Demócrito de Almeida, seu primo, se formou no mesmo ano que ele; João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que havia colado grau no ano de 1904, foi sub-bibliotecário a partir de 1907¹²; Augusto dos Anjos se formou um ano antes, morando na mesma pensão; Catarina Moura e Carlos Dias Fernandes ingressaram na instituição quando ele se formou. Entre 1906 e 1912, o quadro de bacharelados da Faculdade de Direito do Recife era constituída prioritariamente de estudantes pernambucanos (49%), depois paraibanos (17%), devido à proximidade geográfica, e seguidos dos discentes provenientes dos demais estados nortistas¹³.

Na definição de Pierre Bourdieu (2018[1989]), para além do comportamento, o *habitus* se inscreve na postura do sujeito, em sua maneira de se vestir, na impostação de sua voz, no modo de se portar em determinadas situações etc. Em sendo assim, vale a pena atentar para três imagens do nosso personagem. As duas primeiras são fotografias do momento de seu ingresso e de sua formatura na Faculdade de Direito do Recife:

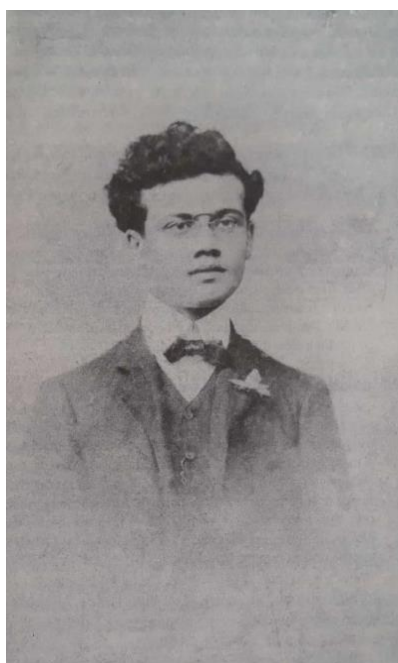


Figura 10: José Américo, aos 17 anos, quando entrou para a Faculdade de Direito do Recife.

Fonte: Socorro Aragão *et al* (2014, p.85).



Figura 11: José Américo na sua formatura em 1908.

Fonte: Socorro Aragão *et al* (2014, p.88).

¹²Memória Histórica de 1904, publicada na *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife* (1905).

¹³José Américo estudou na Faculdade de Direito do Recife entre 1904 e 1908, sendo considerados para o estudo de suas sociabilidades os estudantes que se conviveram pelo menos um ano com ele, ou seja, os que se formaram entre 1904 e 1912. Acontece que, no registro dos bacharelados de 1904 e 1905 da *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife* não foram informadas as origens dos estudantes, dificultando a análise. O ano de 1909 também foi prejudicado por problemas de acesso às fontes.

A outra imagem está em uma descrição, assinada por um colega, em meio aos de perfis biográficos de sua turma:

[...] Desde a mais tenra idade ferido de aguda miopia, não abandona um picinez de aro de ouro, preso de finíssimo retrós e cujos vidros grandes e grossos de grau semelham duas elegantes lentes ovais.

Não há quem não dissipe o juízo que inspira a sua rápida passagem, com o passo miúdo e nervoso, despreocupado de incomodo rigorismo da mora *a outrance* que faz a deliciosa tortura no *curso* da elegância nacional, austero e inacessível à primeira vista não há quem não desfaça esse juízo, com a mais ligeira relação pessoal em que ele pronuncia uma frase à clareza de sua puríssima dicção e aos seus dentes impecáveis de uma leve obturação a ouro. E com o simples fato dessa curta aproximação, contrai ele logo uma amizade, adquire uma admiração.

A corpulência física, o preto bigode nascente, a segurança do raciocínio e a altivez das maneiras traem-lhe os vinte e dois anos com que se vai bacharelar em Dezembro¹⁴.

Os óculos de vidros grossos, devido à gravidade da miopia, pesavam em sua fisionomia, como as fotografias e o relato de seu colega deixavam ver. Entre o tempo de seu ingresso no curso e de sua formatura, ele trocou o modelo e as lentes, também um bigode nascia em sua face. Peter Burke (2010[2001]) caracteriza os retratos como um pacto entre o fotógrafo e o fotografado, no qual são escolhidas as melhores roupas e os melhores comportamentos, mas também o ângulo e a iluminação mais apropriada para disfarçar os defeitos do representado sem correr o risco de descaracterizar. Apesar disso, podemos inferir que ao trocar o terno feito sob medida pela beca, também era com outra postura – mais firme e, por isso, mais incisiva – que ele se deixava representar. Essa mudança, de certa forma, fala de um homem recém-formado, tomado pelo *habitus* que a instituição, o título e a posição impunham, mas corporificados de uma maneira pessoal.

No segundo semestre de 1908, ano em que a turma de José Américo concluía seus estudos na faculdade de direito, como havíamos dito, um dos colegas escreveu um conjunto de vinte e cinco breves perfis biográficos no canto direito da primeira página do jornal *A União*. A coluna intitulava-se *Bacharéis de 1908 (os paraibanos)*. A cada número, descrevia um formando, identificados apenas pelas iniciais, e assinava com o pseudônimo Rembrandt. As características apontadas costumavam ser alguns traços da personalidade, habilidades com os estudos ou com as sociabilidades, a relação que o biografo construía com ele, origem familiar e perspectivas futuras. Nosso personagem – J. A. d' A. – ficou com o perfil de número XV, um dos mais longos e mais detalhados

¹⁴A *União*, 26 ago.1908, p.1.

da série. Foi também um dos poucos em que citou o nome, já nas últimas linhas. Em meio às descrições e elogios, o ponto mais alto foram as habilidades de intelectual:

Somente o conheci na intimidade em 1905, ainda que sempre me preocupasse o seu todo original nos raros encontros dos corredores escuros da Academia e chegasse até mim o eco que a sua inteligência fizera em passados estudos na Paraíba.

[...] Sagrados poderes ocultos da Natureza, misteriosas forças protetoras da inteligência humana, como assim demorásseis as vossas mãos benfazejas no dote desse espírito!

Três anos de convivência e da mais íntima aproximação intelectual que são outros tantos anos de admiração embevecida na fulguração do talento que se manifesta, palpável e vivo, em qualquer dos seus atos e dos seus pensamentos!¹⁵

Em todo caso, interessa notar o destaque com o qual os formandos em direito foram apresentados no principal jornal do estado. Decerto seriam recebidos com pompa, dado o significado do título de bacharel na vida política da Paraíba. Esses sujeitos, muito em breve, deveriam ocupar postos de poder no judiciário, nas letras e no campo político *stricto sensu*. Mas evidentemente, a conquista desses postos dependia das articulações que fariam no âmbito da política local. Em Areia, foi com o título de doutor que anunciaram nosso biografado entre os patronos da Festa da Conceição, padroeira da cidade¹⁶. Na ocasião, foi elogiado pelos oradores principais do evento, diante da mesa de autoridades na qual estavam seus tios¹⁷. Horácio de Almeida (1980[1958], p.187) conta que foi também em sua cidade natal, na sala do júri, que ele teria a sua “trepidante estreia de advogado”. No dia 12 de dezembro de 1908, portanto, José Américo e alguns colegas receberam o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais na secretaria da Faculdade de Direito do Recife. Nas palavras de Sérgio Adorno (1988), a instituição formava um tipo de jurista:

Politicamente disciplinado conforme os fundamentos ideológicos do Estado; criteriosamente profissionalizado para concretizar o funcionamento e o controle do aparato administrativo; e habilmente convencido senão pela legitimidade, pelo menos da legalidade da forma de governo instaurada (ADORNO, 1988, p.91).

José Américo, em entrevista a Aspásia Camargo *et al* (1984), contava que aquele foi um momento no qual pode fazer escolhas políticas a partir de suas ideias. O último ano fora particularmente conturbado no contexto das eleições estaduais. Havia uma

¹⁵A *União*, 26 ago.1908, p.1.

¹⁶O *Norte*, 24 nov. 1908, p.2.

¹⁷Descrição de Maria de Lourdes Luna (1987, p.123), a partir do que lhe relatara José Américo.

insatisfação de alguns membros do Partido Republicano da Paraíba (PRP) quanto à maneira como os chefes da oligarquia vigente, Álvaro Machado e Walfredo Leal, conduziam as negociações políticas com a oposição. Venâncio Neiva mantinha-se no cargo de juiz federal e Eptácio Pessoa, outrora ministro da Justiça, conseguiu uma vaga no Supremo Tribunal Federal, vários dos aliados também estavam sendo substituídos por adversários históricos na administração dos municípios. Além disso, João Machado, irmão caçula de Álvaro Machado, foi escolhido candidato à presidência do estado pelo partido, a despeito de outras lideranças como Coelho Lisboa. A consequência foi uma cisão no partido. Os antigos presidentes de estado Antônio Alfredo da Gama e Melo e José Peregrino de Araújo romperam com o governo (TRIGUEIRO, 1982).

Antonio Simeão Leal, primo de José Américo, aliou-se à dissidência do partido. Ele encontrou em José Peregrino de Araújo um padrinho político de relevo, com o qual vislumbrara maiores oportunidades na vida pública que ao lado do tio, monsenhor Walfredo Leal, então chefe do governo, de postura mais conservadora. No governo daquele, fora nomeado chefe de polícia e devia também a sua eleição de deputado federal às articulações que fizera. Enquanto isso, o tio o observava com desconfiança. Mas também pesariam na escolha suas próprias convicções políticas. Nas discussões da Câmara, ele compôs o bloco aliado do presidente da República Afonso Pena, ao qual foi dada a pecha de *jardim de infância*. De acordo com Giovanni Stroppa Faquin (2007), isso se devia à constituição do grupo, formado prioritariamente por jovens bacharéis que se identificavam com a defesa de probidade e profissionalismo na gestão pública.

Essa disposição para tratar de assuntos inflamados da política era uma prática corriqueira do deputado desde muito tempo. Ainda jovem, havia compartilhado com outros homens de sua geração a redação de jornais declaradamente liberais – *Libertador* (1895) e *Cidade d'Areia* (1899-1900)¹⁸. Nos últimos anos de formação, José Américo passou a ter um convívio mais frequente e uma afinidade maior com o primo, isso tanto em suas batalhas políticas quanto nas posições que assumia como jornalista. Em meados do ano de 1908, portanto, mediante as circunstâncias políticas em que o partido e a família se encontravam, coube também a ele escolher um lado. É provável que tenha considerado as relações que mantinha desde muito tempo com seu tio e com o primo e pesado as consequências. Tomou posição por Antônio Simeão Leal e pela dissidência, o que dizia ter feito por convicção (CAMARGO *et al*, 1984[1977]).

¹⁸Conforme informações de Horácio de Almeida (1980) e alguns números dos referidos jornais que foram encontrados no Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo.

José Américo e Antonio Simeão Leal, nessa época, escreviam para *A República*, órgão de imprensa que serviu aos ataques dos dissidentes do partido. Inflammado pelos debates que se faziam à época, nosso personagem contribuía na redação dos editoriais, conforme ele relataria muitos anos mais tarde a Maria de Lourdes Lemos Luna (2000). Mas não assinava, e quando preciso, usava um pseudônimo: “a solução que foi dada à questão política na qual se acham empenhados os vultos mais eminentes do nosso estado, ainda continua a impressionar o espírito público, e como é natural, a desenhar-se-lhe, algumas vezes, com cores, tons e contornos falsos”¹⁹. Os dois também prestaram homenagens a Coelho Lisboa em eventos públicos, em uma afronta ao líder da família monsenhor Walfredo Leal. Em certa altura dos conflitos, o vigário Odilon Benvindo advertiu o sobrinho de que estava indo longe demais.

A escolha era simbólica. Aliava-se ao primo mais velho em detrimento do tio e de todo o poder que ele havia capitalizado, sobretudo em tempos republicanos, e do qual dependia o prestígio político da família. Tratava-se, portanto, de uma forma de afirmar seu poder pessoal de decisão no que dizia respeito à sua vida e às suas posições na arena pública. Isso a despeito de uma lógica familiar de organizar as estratégias políticas, nas quais os indivíduos estariam submetidos às determinações coletivas, com o propósito de assegurar o capital político da parentela. José Américo, que em seus tempos de infância e adolescência se sujeitou algumas vezes a alocações dessa natureza, naquele momento caminhava na contramão do projeto de poder do irmão da mãe, uma de suas principais referências depois que o pai morrera, e sem que houvesse um interesse pessoal à vista. As ideias liberais entravam, assim, na sua maneira de planejar sua atuação pública.

A associação ao primo também não era despropositada. Sujeitos de um mesmo grupo etário, ou de gerações próximas, como era o caso dos nossos dois personagens, conforme Eisenstadt (1976[1956], p.25), costumam ter questões próximas: “as mesmas fraquezas e incertezas quanto aos seus papéis futuros e têm uma necessidade comum de participação e comunhão”, sobretudo em se tratando da mesma parentela, pesando sobre eles uma tradição política familiar comum. Numa sociedade como essa, a proximidade com o primo mais velho, com quem compartilhava convicções – devido à relativa proximidade das idades e à formação comum na faculdade de direito – era estratégica, na medida em que dividia a responsabilidade do enfrentamento à autoridade do tio. A despeito disso, interessa perceber que caminho tomara seu irmão mais velho Inácio.

¹⁹A *República*, 14 dez. 1907, p.1.

Ordenado em 1900, ele foi designado, anos depois, para substituir o tio presidente de estado na paróquia de Guarabira. A sua trajetória teria ficado, assim, mais limitada aos domínios do chefe da família e interesses da parentela²⁰.

Ainda no ano de 1908, mediante a eleição do presidente João Lopes Machado, os antigos dissidentes perderam a sua capacidade de articulação na máquina pública. Acontecia que José Américo, naquela ocasião, recém-egresso da Faculdade de Direito do Recife, precisava de um emprego que fizesse jus a seu título de bacharel. O primo Antonio Simeão Leal conseguiu para ele a nomeação como promotor público na comarca de Sousa, interior do estado, uma função decerto aquém daquela que o tio poderia agenciar se estivesse ao lado dele. As escolhas dos indivíduos, afinal de contas, pressupõem consequências (TRIGUEIRO, 1982; CAMARGO *et al.*, 1984).

2.2 Da promotoria à procuradoria geral do estado

Em princípios do ano de 1909, aos 22 anos de idade, José Américo de Almeida mudou seu endereço residencial e profissional para a cidade de Sousa, sertão da Paraíba. Lourdinha Luna (1987) conta, a partir do que ele havia relatado, que o bacharel viajou em companhia de seu irmão mais novo Hermenegildo, e com uma carta do mais velho, padre Inácio, a qual abriu as portas para que ele se hospedasse, certa altura, na freguesia do cônego Bernardino Vieira. Também se instalou em hospedarias que custavam pouco. A viagem a cavalo teria levado sete dias e desde o caminho, explicava nas memórias, era possível sentir no comportamento geral o respeito à sua figura, a qual formaria, junto ao pároco e o juiz de direito, o quadro das autoridades locais. Dizia que, perto de seu destino, o cavalo estropiou e não lhe restou alternativa senão uma fazenda:

Perguntei se podia dormir. Chegou a dona de casa dizendo que não, não era possível. Depois, percebi que ela tinha um filho louco. Quando cheguei nessa casa, perguntei se tinha um cavalo para prosseguir viagem. Ela disse: “Infelizmente, não tenho”. E eu não me anunciei. Mas, de conversa em conversa, perguntou-me se eu era caixeiro viajante. Respondi: “Vou para Sousa”, e não disse quem era. Perguntou: “Que vai fazer em Sousa?”. Disse-lhe: “Fui nomeado promotor.” Aí não faltou mais nada. Deu-me o cavalo de sela dela (CAMARGO *et al.*, 1984[1976], p.81).

Conforme a lei n. 256 de 9 de outubro de 1906, era dever do promotor público

²⁰Processo de ordenação de Inácio d’Almeida, o qual foi tramitado no ano de 1900 na Diocese da Paraíba. Consultado no Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

representar o procurador geral na comarca onde exercia suas funções, assim como remeter “minucioso relatório sobre o estado da administração da justiça na comarca”. Tratava-se, afinal, do encarregado nos municípios do Ministério Público. Também era sua função advogar as causas cíveis dos miseráveis; assistir como integrante do júri às sessões de julgamento nos termos; emitir parecer sobre fatos, provas e leis aplicáveis; fiscalizar a escrituração dos registros civis de nascimento, casamento e óbito; declarar prescrição de crime ou liquidação de pena, caso a sentença já tivesse sido cumprida. No termo da sede, cabia a ele responder pelo juízo dos órfãos e massas falidas.



Figura 12: José Américo como promotor em Sousa
Fonte: Socorro Aragão *et al* (2014, p.92).

Ao falar, em suas memórias, das experiências de promotor, nosso personagem disse não ter sido um bom acusador. E ao que tudo indica, sua atuação na promotoria não era mesmo das mais destacadas do estado, o que, diga-se de passagem, não se devia exclusivamente ao seu *métier* nos tribunais. Quando da exposição do funcionamento do Ministério Público ao presidente de estado João Machado, o então procurador geral Trajano Américo de Caldas Brandão reclamava a omissão dos promotores das comarcas de Areia, Pombal, Piancó e Sousa, que não remeteram seus relatórios dentro do prazo estabelecido por lei. Alguns corrigiriam essa falta nos dias subsequentes, não foi o caso

de José Américo, que deixou essa documentação faltante mesmo depois de sua saída²¹.

Em todo caso, a rotina de trabalho na comarca de Sousa não devia ser das mais movimentadas. Embora a falta do relatório não permita que tenhamos informações dos processos julgados naquela localidade, é possível inferir que as estatísticas não tenham sido muito diferentes das comarcas vizinhas. Em Cajazeiras, a título de exemplo, havia sido contabilizado um roubo, um estupro, um defloramento, um incêndio, um homicídio por imprudência, dois ferimentos e um furto. Quase todas as ocorrências foram julgadas procedentes, à exceção de uma. O júri popular foi acionado três vezes, na maioria das quais os réus foram condenados. Além da pouca recorrência de casos que alcançavam os tribunais, portanto, eram contendas sem grande complexidade de exposição.

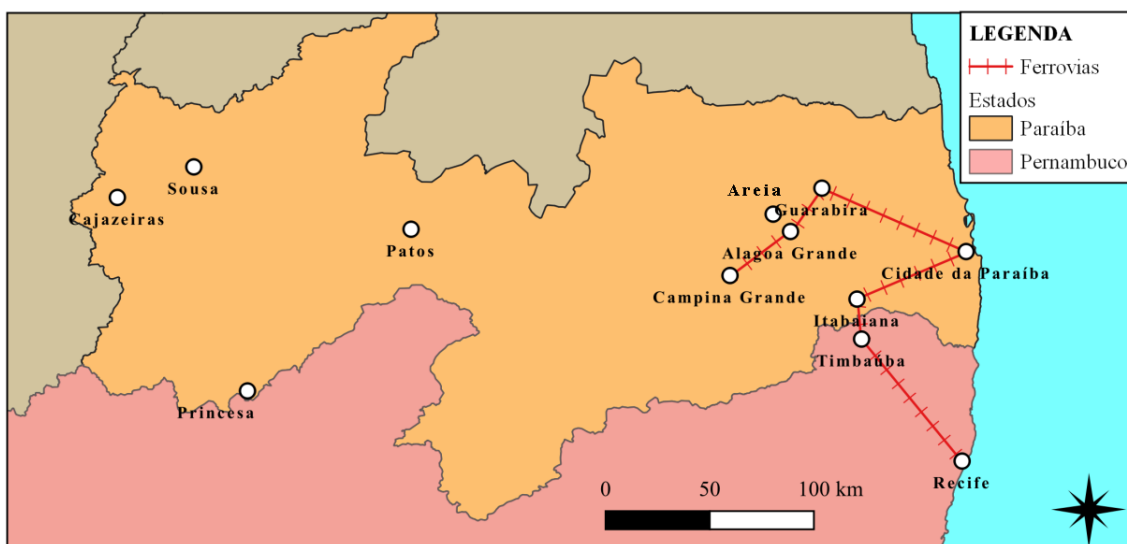
Ainda assim, não eram poucas as irregularidades denunciadas pelo procurador geral do estado quanto à má gestão dos juízes e promotores. Havia uma dificuldade por parte do Superior Tribunal de Justiça de fazer cumprir nas comarcas os devidos critérios de julgamento e procedimentos técnicos legalmente estabelecimentos. Era como se em cada localidade, a depender dos chefes políticos e da personalidade das autoridades competentes, a justiça se comportasse de uma maneira diferente. Em Cajazeiras, trinta e seis exames de corpo de delito foram irregularmente desconsiderados nas audiências com anuência do promotor. Também havia irregularidades na maneira como estavam sendo feitos os registros civis. Era dever do representante do Ministério Público, portanto, empenhar esforços para que a legislação fosse cumprida e a instituição funcionasse conforme prescrito nas instâncias da capital²². Mas não podemos perder de vista que, naquele biênio de 1908 e 1909, a seca abatera o sertão, de modo que as autoridades precisaram lidar com as consequências sociais da estiagem.

José Américo contava que as disputas entre os chefes políticos dos municípios ocasionalmente o afetavam. Foi o que aconteceu certa vez, quando foi a uma festa na casa de um coronel da oposição. Deu-se um escândalo – “uma autoridade, um promotor, se fosse [a uma festa], estaria demonstrando parcialidade”. Ganhava cento e cinquenta mil réis, o que não era muito se considerados os valores da época, nada muito diferente do que ganhava um professor primário, menos da metade do necessário para comprar um cavalo ou um burro: “Pagava pelo aluguel da casa cinco mil-réis e, à cozinheira,

²¹Relatório do Procurador Geral Trajano Américo de Caldas Brandão em 27 de abril de 1910 ao Exmo. Snr. Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Paraíba. In: *Revista do Foro*, ano IV, n.10, ago.1910. p. 85-119.

²²Relatório do Procurador Geral Trajano Américo de Caldas Brandão em 27 de abril de 1910 ao Exmo. Snr. Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Paraíba. In: *Revista do Foro*, ano IV, n.10, ago.1910. p. 85-119.

também cinco mil réis”. Nas horas vagas, fazia viagens pelas cidades próximas com o vigário da cidade. “Eu só podia matar o tédio viajando; Eu saia a cavalo de Sousa para Princesa; dois dias de viagem, passeando. De Sousa para Cajazeiras, e assim por diante” (CAMARGO *et al*, 1984, p.80/81). Nessa ocasião, conheceu o coronel José Pereira, de Princesa, “me ofereceu um belo punhal, que passei a um amigo menos genioso e mais competente para o porte da arma que o promotor público” (ALMEIDA, 1970, p.15).



Mapa 02: Trânsitos de José Américo nos anos 1910

Fonte: Mapa elaborado pelo autor com o *software* QGIS a partir das bases cartográficas IBGE 2017 – modificados com os topônimos da época.

Em seus relatos a Lourdinha Luna (2000), que deveriam compor novo volume de suas memórias *Antes que me esqueça*, um projeto que não chegou a ser concluído, José Américo apresentou mais aspectos de sua vida como promotor no sertão do estado. Depois de algum tempo em Sousa, abriu um curso noturno para rapazes, no qual foi ele próprio o professor. Junto a um grupo de amigos, teria se empenhado em abrir um teatro de vida efêmera. Também tivera alguma incursão pela boemia, levado pela companhia de Milton Marques, um colega da faculdade. Nesse tempo, se tornou alvo de candidatas a esposa do novo promotor da cidade, mas não selou compromisso com nenhuma delas.

Ao termo de um ano no exercício do cargo, o biografado renunciou ao posto de promotor e partiu do sertão em direção ao litoral. Há indícios de que, mais ou menos por essa época, ele tenha se envolvido na redação do jornal *Cidade das Serras*, que circulou em Areia a partir de agosto de 1909, tinha a direção de Eduardo Medeiros, e não rendeu muitos números²³. Mas quer me parecer que, nesse momento, ele ainda

²³Conforme informação relatada por Horácio de Almeida (1980[1954]). Mas também foi encontrado no arquivo do nosso personagem uma cópia xerografada da primeira página desse jornal, o que reforça

morava em Sousa. Em todo caso, em princípios de 1910, José Américo estava de volta ao litoral e passou fazer constantemente o percurso entre Areia, onde moravam a mãe e o irmão Jaime; Guarabira, freguesia em que Inácio era vigário; e a capital do estado, onde vislumbrava oportunidades de emprego.

Na cidade da Paraíba, nosso personagem fez amizade com alguns escritores, o que lhe rendeu certos espaços no circuito intelectual do estado. Em sendo provável que, ainda nos tempos de faculdade, tivesse por hábito discutir com seus amigos, sobretudo os conterrâneos, assuntos relativos a literatura e filosofia, talvez também tenham partido desse círculo as primeiras aproximações com outros sujeitos que logo se tornaram interlocutores fundamentais – não só enquanto referências para a sua produção, mas também como articuladores de sua inserção na redação dos periódicos da época. Ao que tudo indica, foi por indicação desses amigos que se tornou redator do jornal *A União*.

José Américo passou a escrever sistematicamente para o periódico a partir de janeiro de 1910. Tratava-se de uma folha diária criada em tempos republicados como instrumento de divulgação do novo regime, de modo que estampava em seu cabeçalho *Órgão do Partido Republicano* – mais tarde substituído por *Órgão Oficial do Estado* – e contava com financiamento do poder público, sendo impresso na Tipografia Oficial, posto que circulava como parte anexa a ele o *Diário Oficial do Estado*. A julgar pelos números do periódico que foi possível consultar, José Américo deve ter começado a sua rotina de publicações com um poema intitulado *Os corvos*, escrito para a seção *Estrelário*, na qual era disseminada poesia nacional e estrangeira. Era um momento no qual a escrita lírica estava em alta nos circuitos intelectuais, dispondo de posição destacada na arquitetura do impresso – o canto superior direito da primeira página:

OS CORVOS

Se a Fome, a Guerra e a Peste, os alguasis odientos
Da Morte, tudo, a um tempo, uma clareira junca
De cadáveres, saem, quais repteis da espelunca,
Do fundo da floresta, os corvos famulentos.

Como vão à carniça, escuros, voando aos centos!
Ah, nunca eu veja, um dia, essa ânsia voraz, nunca!
Como embebem, depois, a fria garra adunca
No corpo semivivo! Ouvem-se ais e lamentos!

E – ironia do mal! – enfarados alfim,
Carregando, nos pés, febras de carne humana,

Restos sanguíneos do desgraçado festim,

Galgam o Azul, o voo em mágicos tremores,
Qual o enorme albatroz de altivez soberana
E confundem-se no Azul com as águias e os condores!

J. Américo d'Almeida²⁴.

Esse foi um tempo no qual o nosso personagem se deixou tomar por uma estética simbolista, inspirada na poesia de Charles Baudelaire, Cruz e Sousa, Alphonsus de Guimarães e, quem lhe era mais próximo, Augusto dos Anjos. O simbolismo, de acordo com Álvaro Cardoso Gomes (2015), era marcado pelo retorno a uma percepção romântica do mundo, em contraposição ao controle das palavras, da sonoridade e das emoções dos parnasianos. Os temas variavam do grotesco ao trágico, para afirmar que a beleza não era efeito da harmonia, mas das irregularidades próprias do mundo sensorial. Deixava-se a métrica romanesca em nome de sons, metáforas e versos mais livres.

Os corvos encaixava-se bem na proposta do movimento. Mas o tema também constituía um instrumento de crítica social. Os urubus, assim, seriam aqueles que ganham com a morte de grandes parcelas da população e se confundem em meio à multidão no céu azul das aves mais poderosas. Quer me parecer, no entanto, que esses animais formavam uma alegoria tão paradoxal quanto a carne semiviva que comiam. Muitas vezes representados na mitologia clássica como forma de punição para quem desrespeitasse a vontade divina, os abutres também significavam a continuidade da vida para além das tragédias que a guerra, a peste e a fome provocavam. Era por meio dessa fronteira da grandiosidade do pensamento, a profundidade dos sentimentos e a fragilidade do corpo, que o nosso poeta refletia a condição humana.

Nos poemas subsequentes, ele voltaria ao tema. Em *Pulvis Es*, o eu-lírico era um sujeito míope, tal qual o próprio poeta, diante de um enigma que a esfinge o apresentava quanto à vida e à natureza humana²⁵. Esses eram textos de mais difícil compreensão por parte do público cotidiano dos jornais. Domingos Guimaraens (2009) explica que era possível falar de certo hermetismo nos textos simbolistas, presos antes às suas lógicas internas que a qualquer esforço de se fazer compreender pelas pessoas comuns. Em todo caso, talvez tenha sido em decorrência da recepção desses sonetos que, nos próximos números, apareceram temas mais leves, como em *Versos antigos* e *Mal do amor*²⁶.

²⁴A *União*, 11 jan. 1910, p.1.

²⁵A *União*, 25 jan. 1910, p.1.

²⁶A *União*, 6 abr. 1910, p.1; 8 abr. 1910, p.1.

Por tratar da morte de Joaquim Nabuco, o poeta assumiu a missão de escrever em prosa e retomou a reflexão da condição humana para homenagear o político e intelectual pernambucano. Falava, assim, de um *Redivivo*, a figura do “velho Adônis”, em analogia à sua postura de dândi, que restaria para sempre na memória nacional²⁷. Depois disso, fazia outros ensaios, em geral com assuntos mais cotidianos e em uma posição de certo destaque, o quartel inferior da página de capa. No domingo de Páscoa, abordaria a ressurreição de Cristo em *Treva e Luz*, oportunidade em que o repertório canônico do seminário foi de grande valia. Leitor de Hegel, porém, não deixou de recorrer à dialética em sua análise: “É a afinidade do objetivo com o subjetivo, é a simpatia do abstrato com o concreto, é a atração das antíteses, é o mistério de tudo”²⁸.

Em todos esses textos, nosso biografado subscreveu “J. Américo de Almeida”. Isso a despeito da forma como, até então, era tratado quando a alguém se referia a ele na imprensa – preferiam a designação “José d’Almeida”. Esse não foi um deslocamento aleatório. O nome “José” era mais genérico que “Américo” para alguém que almejava reconhecimento. Agenciava, assim, um denominador que demarcasse a particularidade da sua assinatura. Também não seria estratégico abdicar de “Almeida”, numa sociedade marcada pelo poder dos sobrenomes e quando o seu estava em boa conta.

Foi ainda nessa ocasião que ele estreitou relações com Augusto dos Anjos: “Estirávamos as pernas da Igreja da Misericórdia à Praça do Palácio, daqui para lá, de lá para cá, trocando ideias, falando de tudo, menos do que estava à nossa vista, e pouco de poesia”²⁹. Nesse tempo, ele já era um poeta frequente na imprensa e reconhecido nos circuitos intelectuais, o que se dava pelos poemas que saíam na imprensa, porque sua antologia *Eu* só seria publicada em 1912. Era também professor do Liceu Paraibano, mas só até 1910, quando em decorrência de um desentendimento com o presidente de estado – solicitara afastamento para receber um prêmio no Rio de Janeiro, e ele não concedeu – pediu exoneração daquela função. O nosso biografado, que costumava fazer exames com os alunos na falta dos professores, foi convidado para ocupar o seu posto. Mais tarde, houve boato que nisso houvesse influência do monsenhor Walfredo Leal, interessado em abrir vaga para seu sobrinho. José Américo, todavia, recusou o convite: “Deixei de aceitar o oferecimento feito em atenção ao amigo que largara o lugar em circunstâncias chocantes” (ALMEIDA, 1970, p.182).

²⁷A *União*, 20 mar. 1910, p.1.

²⁸A *União*, 27 mar. 1910, p.1.

²⁹Conforme conferência de José Américo em homenagem a Augusto dos Anjos proferida no cinquentenário de seu falecimento. Publicada posteriormente no livro *Eu e Eles* (1970, p.168).

Os custos de vida na capital do estado, àquela ocasião, deveriam estar altos demais para um sujeito que, ao que tudo indica, recebia pouco ou nada pelos textos que publicava no jornal oficial. É provável que tenha sido esse o motivo de sua rápida mudança para Guarabira. Isso explica, também, porque nos meses subsequentes os seus escritos, outrora frequentes, se tornaram raros no jornal *A União*. Em todo caso, o seu irmão Inácio era o vigário daquela freguesia, o que tornava as suas possibilidades de advogar mais apazíveis que na cidade da Paraíba, onde a concorrência era mais alta para um bacharel recém-formado. Em seu tempo no interior, embora bem mais próximo da capital e com serviço constante dos correios³⁰, dizia ele ter lido bastante: obras completas de Camilo Castelo Branco e Antônio Feliciano de Castilho, ambos literatos portugueses românticos, que teriam influenciado sua escrita, “afetado a forma, no sentido de torná-la mais clássica” (CAMARGO *et al*, 1984, p.87).



Figura 13: José Américo como procurador geral do estado em 1913

Fonte: Socorro Aragão *et al* (2014, p.96).

Em 13 de fevereiro de 1911, João Machado designou José Américo, aos vinte e quatro anos, procurador geral do estado da Paraíba. Não dispondo de longo currículo de serviços prestados ao poder judiciário, tudo leva a crer, e assim assumiria o bacharel em suas memórias, que a nomeação tivesse por conta a influência de seu tio – o então presidente de estado era aliado do monsenhor Walfredo Leal. Antes desse convite – diria ele décadas mais tarde – andava pensando em fazer carreira no Rio Grande do Sul. Talvez tenha dado, em sua narrativa, mais certeza a essa decisão do que ela tenha tido

³⁰Informação constante nas notas do jornal *A União* que informavam os dias em que chegariam correspondências em algumas cidades.

na época, mas essa seria uma maneira de se afastar mais da influência de sua família, àquela altura, inescapável nas relações com a política estadual, necessária para ocupar postos públicos e ser reconhecido como profissional liberal. A ascendência, todavia, era contra, e a intervenção do tio teria contribuído para que a viagem não se concretizasse. Assim, o conforto do posto de elevada conta e o bom ordenado, pelo menos naquele momento, venceram a insatisfação com a ordem das coisas (CAMARGO *et al.*, 1984).

O procurador geral tinha *status* de desembargador, ainda que a sua função fosse diferenciada e que representasse, em primeiro lugar, o Ministério Público nas sessões do Superior Tribunal de Justiça. A lei n.256 de 9 de outubro de 1906 determinava que o procurador geral fosse nomeado entre os desembargadores em exercício. A despeito disso, conforme interpretação da lei n.338 de 8 de outubro de 1910³¹, a partir daquele momento, essas duas funções deveriam ser separadas, motivo pelo qual teria se dado a nomeação de uma figura até então alheia ao tribunal. O salário, porém, provavelmente era o mesmo dos juízes daquele tribunal, acrescido da gratificação de um conto de réis. O primeiro nomeado nessas condições fora José Rodrigues de Carvalho, que pedira exoneração no mesmo ano, abrindo vaga para José Américo. Não foi citada a causa, mas era estranho, posto que viria a substituir seu sucessor algumas vezes mais tarde.

As atribuições de um procurador geral incluíam produzir ofício a respeito de todos os recursos criminais; dizer de fato e de direito das apelações civis em que fosse interessada a Fazenda do Estado; requerer *habeas corpus* em favor dos ilegalmente presos; impetrar o recurso de graça em favor dos condenados por falsa prova e dos condenados em processos evidentemente nulos; remeter relatório anual quanto ao movimento do ministério público ao presidente de estado; mandar que os promotores públicos denunciasses os crimes que tenham sido praticados sob sua competência; sustar conflitos entre as autoridades judiciárias; e dar parecer nas causas referentes ao estado das pessoas, casamentos, divórcios e falência³².

Nas primeiras sessões do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba, José Américo deve ter sentido o tamanho da responsabilidade que o trabalho em uma instituição como aquela demandava. Os desembargadores estavam empenhados, já havia alguns anos, em estabelecer um maior controle sobre as comarcas, principalmente as de primeira entrância, mais distantes geograficamente e cujo acesso ou comunicação também era

³¹Lei n.338 de 8 de outubro de 1910. In: *Revista do Foro*, ano V, n.13, dez.1911. p.399-401. Interpretada dessa maneira no relatório do presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, Cândido Soares Pinho, remetido ao presidente de estado João Lopes Machado. In: *Revista do Foro*, ano VI, n.14, jun.1912.

³²Lei n.256 de 9 de outubro de 1906. In: *Revista do Foro*, ano I, n.3, dez. 1907. p.583-587.

mais complicado. Uma primeira evidência desse esforço, talvez a mais significativa, foi a criação da *Revista do Foro* em 1907. O periódico era dirigido pelo tribunal, ainda que tivesse um corpo específico de colaboradores. José Américo, a propósito, em razão do posto que ocupava e do reconhecimento de intelectual que já tinha, logo assumiu as funções de redator e editor. Talvez essa fosse das tarefas que mais o agradava, posto o trânsito com o mundo das ideias, do qual ele não queria se afastar.

O impresso deveria ser dividido em três seções. A primeira delas intitulava-se *Doutrina*, na qual eram divulgados os argumentos de um jurista a respeito de alguma norma ou tema clássico do direito, como era o caso do *habeas corpus*, dos bens das ordens religiosas, dos crimes de incesto entre outros. A segunda tinha por propósito publicar a *Jurisprudência* daquele tribunal, ou seja, fazia circular os *acórdãos* com as decisões do tribunal nos processos que alcançavam a segunda instância. Enquanto isso, a terceira seção, *Legislação*, disseminava leis que envolviam mais diretamente o poder judiciário, bem como relatórios anuais do procurador e do presidente do tribunal.

Ao passo em que as seções de doutrina e legislação poderiam ser compreendidas como uma espécie de formação continuada para os juristas das comarcas, não se pode perder de vista a abordagem prática e o caráter corretivo da jurisprudência. Naquele espaço, os desembargadores explicavam como deveriam ser interpretadas as leis no caso de crimes e alegações específicas, de forma que, se observadas com atenção, poderiam constituir padrões para a atividade judiciária no estado. Raymundo Faoro (2012[1957]) discute que em tempos de Primeira República, sobretudo por inspiração de Rui Barbosa, redator do anteprojeto da Constituição de 1891, havia como que um “sonho judiciário”, discutindo temas caros à sociedade como o *habeas corpus*, dispositivo importante, entre outras coisas, para evitar prisões políticas. Isso a despeito das oligarquias que tentavam controlar a máquina pública, por dentro e por fora dessas instituições.

O procurador geral tinha um papel importante nesse processo, na medida em que cabia a ele elaborar relatórios e responder pelos promotores das comarcas, que ficavam sob sua direção. Em seus relatórios, ele reclamava o fato das nomeações de promotores e juízes das comarcas do interior se darem antes em razão de negociações políticas que por competência, em muitos casos desprezando a exigência de que fossem bacharéis em direito³³. Nessa esteira, também acusava a incidência de erros na condução dos julgamentos, sobretudo em decorrência da parcialidade dos juízes, não raro inimigos

³³Reclamação encontrada, por exemplo, no relatório do procurador geral do estado referente ao ano de 1911. In: *Revista do Foro*, ano VI, n.15, dez./1912, p.303-338.

declarados dos réus ou parentes destes e julgavam de forma arbitrária. Para esses casos, ele informava, a medida mais recorrente que os desembargadores estavam tomando era a nulidade do processo e concessão de *habeas corpus* do acusado³⁴.

Uma observação da jurisprudência daquele tribunal nos permite observar que o nosso personagem não era tão creditado pelos desembargadores em seus primeiros anos de exercício. Enquanto os bacharéis que o antecederam no posto ou o substituíram circunstancialmente eram citados com recorrência na discussão dos processos – o que indica que suas opiniões eram relevantes para o encaminhamento das decisões – o mesmo não acontecia com José Américo, salvo raras exceções. Esse cenário só mudou de fato a partir de 1913, quando seu nome se tornou mais constante no corpo do texto dos *acórdãos*. Também nesse ano, o presidente da casa fez questão de elogiar, de forma entusiasmada, diferente dos contextos anteriores, a atuação do biografado. Os elogios, inclusive, se repetiriam depois, o caracterizando como “operoso e inteligente”³⁵.

O procurador geral também se tornou uma figura importante para a reforma da legislação estadual no que tangia à organização do trabalho do poder judiciário. A partir dos anos 1910, foi se tornando mais constante o incômodo dos desembargadores com certa ineficiência do regime legal em vigência. O nosso personagem daria uma atenção especial em seus relatórios à avaliação dos limites dessas normas para o trabalho do judiciário. Ainda no começo de sua gestão, ele registrava o que julgava ineficaz ou desinteressante nas leis estaduais n.256/1906 e n.336/1910, mas também parabenizava o chefe do executivo pela promulgação da lei estadual n.365/1911, “que veio satisfazer as lacunas e reformar os defeitos do Código do Processo Criminal do Estado”. A esse respeito, explicava, “a absolvição *in limine* ao réu, que tinha extensa restrição, tornou-se extensiva a todos os casos dos artigos 27 a 32 do Código Penal”³⁶.

O mesmo não se diria do código do processo civil, bastante defasado. As normas eram antigas, os cartórios, sem fiscalização, desacreditados. Mudanças nessa legislação só seriam conseguidas anos depois, por meio das leis estaduais n.458/1916, n.459/1917, e n.472/1917³⁷. As suas funções, porém, também incluíam atividades extraordinárias. Era o caso da elaboração de parecer quando solicitado pelo presidente de estado, em

³⁴Relatório do procurador geral do estado referente ao ano de 1913. In: *Revista do Foro*, ano VIII, n.17, dez./1914, p.315-360.

³⁵Relatórios do presidente do Superior Tribunal de Justiça referente aos anos de 1913 e 1917. In: *Revista do Foro*, ano VIII, n.17, dez./1914, p.362; *Revista do Foro*, ano IX, n.18, 1918, p.147.

³⁶Relatório do procurador geral do ano de 1912. In: *Revista do Foro*, ano VI, n.15, dez. 1912, p.304.

³⁷Seção da legislação estadual. In: *Revista do Foro*, ano IX, n.18, 1918, p.259-266.

casos de contenda judicial que tivessem especial importância para o poder público³⁸. Além disso, ele seria uma das autoridades nomeadas para as juntas de recursos eleitorais e, depois da promulgação da lei n. 3.207/1916, participaria das juntas apuradoras nas eleições³⁹. Em 1912, por exemplo, ele foi um dos juízes que decidiram pela anulação do alistamento de Areia. A alegação era de que a comissão de revisão fora sorteada apenas entre os comerciantes e profissionais liberais, deixando de fora os proprietários rurais⁴⁰.

O *status* de procurador geral conferiu novo espaço para o nosso personagem na arena pública estadual. Ele logo figuraria entre os muitos senhores e senhoras que contribuíram com a construção de um novo hospital no estado, participava dos salões dessa elite, sobretudo em momentos de maior importância política, como o espetáculo de mágica que teve vez no Teatro Santa Rosa em homenagem ao monsenhor Walfredo Leal⁴¹. Naqueles primeiros anos, como disse a Maria de Lourdes Luna (2003), ele morou no Hotel Luso Brasileiro, no Varadouro, perto da estação de trem:

José Américo recebia os amigos no quarto [...] para as tertúlias literárias que iam até tarde. Delas participavam: Leonardo Smith, Celso Mariz, Gervásio Gambarra, Alfeu Domingues e outros. A sessão só terminava quando a senhoria mandava o serviçal ‘Mané-pé-fino’ prover os palestrantes com xicaras de café, acompanhadas de generosas fatias de bolo (LUNA, 2003, p.68).

Esses mesmos amigos intelectuais dedicavam a ele os textos que publicavam na imprensa, caso do artigo de opinião “Uma preta filósofa” de Celso Mariz e “A Calúnia” de Genésio Gambarra, entre outros⁴². Também foi nessa época, no dia 18 de junho, que ele tomou posse como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. No final do expediente no tribunal, o biografado usualmente seguia para a Casa Maia – instalada na Rua Maciel Pinheiro, que vendia secos e molhados, mas dispunha de um pequeno bar ao fundo, onde se discutia assuntos jurídicos, políticos e literários (LUNA, 1987).

Em uma visita à casa do seu tio monsenhor Walfredo Leal, segundo relatou a

³⁸É o caso do parecer emitido ao presidente de estado João Machado e datado do dia 14 de novembro de 1912, no caso da concessão a Manoel Henrique de Sá Filho do privilégio de explorar a indústria do serviço telefônico no estado isento de impostos. In: *Revista do Foro*, ano VII, n.12, jun. 1913, p.207-216.

³⁹Paolo Ricci e Jaqueline Zulini (2013) explicam que se até a promulgação da lei n. 3.207/1916, a contagem dos votos acontecia nos municípios e uma Comissão de Revisão Eleitoral, formada na capital, revisitava as atas para julgar possíveis distorções, depois dela, a apuração passaria a acontecer de maneira centralizada por meio da ação de uma Junta Apuradora. Há indícios da presença de José Américo nessas instituições tanto nos recursos eleitorais, publicados em vários números da *Revista do Foro*, quanto em notas divulgadas na imprensa à época.

⁴⁰Conforme seção de recursos eleitorais. In: *Revista do Foro*, ano VI, n.14, jun.1912, p.175.

⁴¹*O Norte*, 11 jan. 1912, p.1; 6 fev. 1912, p.2.

⁴²*A União*, 1º jul. 1911, p.1; 1º set. 1911, p.1.

Lourdinha Luna (1987, p.130), José Américo conheceu uma moça de cabelos ondulados que chamou sua atenção. Tratava-se de Ana Alice de Azevedo Melo amiga de sua prima Priscila Freire. Desde então, não a perdeu de vista. Esperava para assisti-la saindo do Colégio Nossa Senhora das Neves, e na esperança de vê-la na janela do casarão colonial de sua família, ele “punha-se (...) todas as noites, num movimento de vai e vem pelo leito da rua, da Igreja da Misericórdia ao Cruzeiro de São Francisco das 19 às 21 horas”. Celso Mariz recorrentemente o acompanhava nessa função. A autora conta ainda que esse último lhe teria dito de uma senhora casada, mais ou menos nessa época, a qual tratava o procurador geral com demasiados agrados, e que ele tratou de despistar para não atrapalhar seus esforços para fazer a corte da jovem estudante.



Figura 14: Casamento de José Américo e Ana Alice
Fonte: Aspásia Camargo *et al* (1984, p.91).

A estudante era filha da senhora Alexandrina de Azevedo Melo e do português Pedro Jacinto de Melo, que falecera acometido pela varíola em 1902. Tinha um irmão mais velho Reinaldo, e três irmãs Maria Adelina, Aline e Laura, a última criada pela avó em Portugal. Nascida em 21 de abril de 1893, era secundarista e tinha aulas de costura e piano. José Américo e Ana Alice contraíram matrimônio no dia 22 de fevereiro de 1912, quando ela passaria a assinar Ana Alice Melo de Almeida. O casamento religioso se daria meses mais tarde, em 5 de outubro. As bodas aconteceram na intimidade da casa da família, em oratório privado à Rua Direita, n.110, mas não faltou prestígio político. Ocupou-se da celebração o bispo Dom Adauto de Miranda Henriques. A cerimônia civil teve por testemunhas os desembargadores Cândido Soares Pinho e Heráclito Cavalcanti, e a cerimônia religiosa o padre Mathias Freire, na época presidente da assembleia

legislativa (FIGUEIREDO, 2003; RAMOS, 2007).

Dona Alice ficou ainda um tempo, mesmo depois de casada, morando na casa de sua mãe. Foi só em dezembro de 1913 que os dois compraram uma casa na Rua das Trincheiras, n.84, por seis mil réis, que ela recebera de herança de sua avó paterna⁴³. Também adquiriram uma propriedade em Barreiras, na cidade de Santa Rita, onde passavam temporadas, e um cabriolé, “que D. Alice fazia questão de dirigir, temendo qualquer acidente, em virtude do defeito de visão que José Américo apresentava”⁴⁴. Nesse momento, o procurador precisou viajar para o Acre. Reinaldo, irmão de Alice, formado na Faculdade de Medicina da Bahia com uma tese sobre doenças tropicais, dedicara-se a exercer o ofício na Amazônia, contraiu malária e faleceu. O cunhado, sendo assim, se incumbiu de tratar do seu espólio.



Figura 15: Reinaldo, Selda e José Américo Filho aos 10, 9 e 6 anos.
Fonte: Maria de Lourdes Luna (2003, p.266).

O primeiro filho do casal nasceu depois de seu retorno, em 11 de maio de 1914, no sítio, sendo batizado Reinaldo em homenagem ao tio morto. Teve por padrinho o tio paterno Jaime e a avó materna Alexandrina. Depois disso, veio Selda, em casa, dia 18 de agosto de 1915, apadrinhada pelo monsenhor Walfredo Leal e pela avó paterna Josefa Leopoldina. Em 23 de agosto de 1918, seria a vez de José Américo Filho. Esse último foi amparado pela parteira formada D. Clarice Justa, a primeira da cidade com esse *status*, que dirigia o seu automóvel Ford (RAMOS, 2007; LUNA, 1987).

O posto de procurador geral também conferiu a José Américo um novo espaço

⁴³Escritura de compra e venda, 4 dez. 1913. Tabelião Inácio Evaristo. Livro 18, folhas 48v a 50v. (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).

⁴⁴Relato da amiga Ofélia Gondim Pessoa de Figueiredo na plaquete *Anna Alice de Mello Almeida* (2003).

no campo político do estado. A partir daquele momento, para além das circunstâncias de herdeiro político e bacharel, ele também dispunha da postura de uma autoridade pública, o que exigia certa cautela no envolvimento com as querelas da política *stricto sensu*, e na posição de procurador geral, no qual compromisso com os interesses do Estado era ainda maior que dos desembargadores. Por outro lado, fora colocado nesse posto por nomeação – cujo trâmite burocrático, diga-se de passagem, ainda não tinha se efetivado – de modo que não se podia estar alheio ao processo político partidário. Em meados de 1912, talvez preocupado com o fim do mandato de João Machado, nosso personagem solicitava ao novo governo o decreto que legitimava seu exercício na função⁴⁵.

Esse foi um episódio particularmente conturbado da história política paraibana. Há vinte anos no poder, a oligarquia conduzida por Álvaro Machado e Walfredo Leal andava em crise. Nos últimos dois governos, a estratégia para manter o domínio fora aproximar líderes da oposição, o que desagradou alguns dos aliados, provocando uma cisão no partido. As coisas ficaram mais complicadas com a vitória de Hermes da Fonseca nas eleições de 1910 para a Presidência da República. Eptácio Pessoa, que desde o início do século atuava como ministro do Supremo Tribunal Federal, havia se tornado um aliado importante. Ele foi uma peça fundamental, inclusive, em meio às investidas militares do governo federal nos estados do Norte, as chamadas “salvações”, para que a intervenção não acontecesse na Paraíba. Pouco depois, Walfredo Leal seria vetado pelo Palácio do Catete de concorrer à chefia do estado (TRIGUEIRO, 1982).

Na tentativa de uma coalizão, foi eleito presidente de estado João Pereira de Castro Pinto⁴⁶. Formado na Faculdade de Direito do Recife na turma de Eptácio Pessoa, ele foi ascendendo na carreira política nas últimas décadas, tendo ocupado postos de deputado e senador. Mas seu reconhecimento na vida pública se dava mesmo em função do seu prestígio como intelectual. Reconhecido como bom orador e circulando bem entre escritores da época, uma de suas primeiras atitudes foi nomear para redator chefe do jornal *A União* o jornalista Carlos Dias Fernandes. A decisão foi comemorada entre os “homens de letras”, que conforme Osvaldo Trigueiro (1982), passaram a contar não só com maior espaço na imprensa oficial, mas também para publicar livros pela tipografia oficial. José Américo participou de eventos solenes em

⁴⁵Petição datada de novembro de 1912, à Secretaria de Estado do presidente Castro Pinto. Caixa 06. (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).

⁴⁶Ver dissertação *Primeira República, intelectuais e educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1886-1915)*, de Maíra Lewtchuk Espinola (2012).

sua homenagem⁴⁷. Também no primeiro ano do governo dele saiu o aguardado decreto de nomeação do biografado como procurador geral pelo prazo de nove anos⁴⁸.

Ao que tudo indica, José Américo continuou a escrever na imprensa periódica, sobretudo depois que Carlos Dias Fernandes assumiu a chefia da redação do jornal *A União*. Eu não consegui ter acesso aos números do periódico publicados nos anos 1910, mas tenho a informação do jornal *O Norte*, de que ele seguia produzindo poemas para a seção “Estrelário”⁴⁹. Mas também produzia textos em prosa, como fez em homenagem a Augusto dos Anjos, na ocasião da missa do trigésimo dia do seu falecimento em 1914. O jornal oficial publicou em matéria de capa, página inteira. Falava da trajetória e da obra do escritor, discutindo aspectos estilísticos e psicológicos. Esse texto, inclusive, foi citado por jornais de outras localidades: “A poesia de Augusto dos Anjos não tem escola: é um grito estrangulado de fatalidade psicológica, é o eco de uma alma sombria e funda como um mistério, [...] são as obsessões de sua psicologia incompreendida”⁵⁰.

Ao longo desses anos, o nosso personagem fez algumas viagens. A primeira delas ao Acre, para atender a questões familiares, mas que também serviu de laboratório na sua compreensão da diversidade social e geográfica do território brasileiro, talvez inspirado pelo livro *O rio Purus* de Euclides da Cunha. Ele tinha a primeira edição, de 1906, em sua biblioteca e há referências, em suas obras posteriores, de que a leu muitas vezes. No primeiro semestre de 1913, ele pediu quatro meses de licença do tribunal para cumprir com esse propósito⁵¹. Em 1916, alegou questões de saúde, mas fez uma viagem ao Rio de Janeiro. Três anos depois, repetiria o trajeto, nos dois casos com a família. Não sabemos se a passeio ou para algum compromisso intelectual ou político⁵².

A coalizão durou pouco. Ainda em 1912, abriram duas vagas para o senado – uma deixada por Castro Pinto e outra decorrente do falecimento de Álvaro Machado. A primeira foi pleiteada por Eptácio Pessoa e a segunda, conforme acordaram, deveria ficar com João Machado, que não poderia concorrer ao posto imediatamente, em razão do cargo de presidente de estado que estava deixando. Pedro da Cunha Pedrosa, portanto, assumiria circunstancialmente, devendo renunciar na primeira oportunidade, mas não foi o que ele fez. Os atritos entre os grupos ficaram ainda mais sérios em 1915,

⁴⁷*O Norte*, 24 out. 1912, p.1.

⁴⁸Decreto de nomeação de José Américo como procurador geral do estado, 8 de outubro de 1913. Caixa 06. (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).

⁴⁹*O Norte*, 19 jul. 1913, p.1.

⁵⁰*Gazeta de Notícias*, 15 dez.1914, p.5; *Jornal do Comércio*, 13 dez.1914, p.2; *O País*, 15 dez.1914, p.4.

⁵¹*O Norte*, 13 fev. 1913, p.2; 26 jun.1913, p.3; 1º jul. 1913, p.1; ALMEIDA, 1970.

⁵²*O Norte*, 30 abr. 1916, p.1; *O País*, 20 mai. 1916, p.5; *Diário de Pernambuco*, 21 set. 1919, p.2.

ocasião das eleições gerais para os deputados e um terço do senado, quando expirava o mandato de Cunha Pedrosa. Epitácio Pessoa, que conseguira ter um amigo de faculdade presidente de estado, seu irmão Antonio Pessoa vice-presidente e duas vagas no Senado, apostou alto e exigiu a reeleição de Cunha Pedrosa (TRIGUEIRO, 1982).

As tentativas de conciliar os dois grupos não deram certo, as eleições foram disputadas voto a voto e, mais tarde, renderiam muita discussão quanto à apuração e confirmação dos resultados. José Américo se empenhou na campanha. Das primeiras cartas guardadas em seu arquivo, há uma mensagem que ele remetera a um conhecido de Areia, a quem cobrava o apoio no processo eleitoral em vigência⁵³. Não foi suficiente. Epitácio Pessoa e seus aliados, mais articulados, venceram o pleito. Em meio ao fogo cruzado, Castro Pinto renunciou à presidência do estado, deixando o cargo para Antonio Pessoa. Era o início da oligarquia epitacista, na qual estavam os assim chamados “condores”, a despeito dos opositores walfredistas, que receberiam a pecha de “bacuraus”. José Américo, dessa vez, ficou ao lado do tio, como também faria o seu primo Antônio Simeão Leal.

As disputas políticas renderam debates também entre os intelectuais. Um caso emblemático foi a discussão do nosso biografado com o escritor Carlos Dias Fernandes, mais velho do que ele, e redator chefe do jornal *A União*⁵⁴. Posicionados em lados opostos, José Américo teria chegado até ele às bengaladas quando o encontrou pela frente. Mas antes que as coisas desandassem em uma briga de murros, o jornalista apelou à sensatez do oponente – a quem se referia como “o cego” em alusão à sua miopia: “José Américo, nós somos pessoas de alto nível intelectual. Isso de andar trocando murros é negocio de arruaceiros do cais do porto. Vamos acabar com isso. Eu dou as satisfações que você quiser” (GOMES, 1989, p.38).

Nesse momento, muitos dos servidores walfredistas foram exonerados, sendo discutida a demissão do procurador geral do estado:

Antonio Pessoa chamou para secretário um advogado que tinha sido companheiro de Epitácio [Pessoa] no governo de Venâncio [Neiva]. Ele caiu na tolice de publicar um artigo dizendo que minha nomeação dava estabilidade. E eu, para me divertir, mantive polêmica com ele. Enchia o jornal todo com essa polêmica. Quando Epitácio tomou conhecimento do meu argumento, disse: “Esse não pode ser demitido” (CAMARGO *et al.*, 1984, p.108).

⁵³Carta de 16 jan. 1915, de José Américo a Elvis Monteiro (Arquivo Pessoal de José Américo. Fundação Casa de José Américo).

⁵⁴Ver dissertação *Atuação educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913-1925): jornalismo, literatura e conferências*, de Amanda Galvêncio (2013)

Não consegui acessar os números do jornal em que essa querela se desenvolveu. Mas interessa notar que o biografado atribuiu à polêmica a sua permanência no cargo. A presença na arena pública teria chamado a atenção do opositor, que achou por bem mantê-lo por perto, ainda que em uma posição importante da administração política do estado. Mas eu penso que outras variáveis devam ter contado a seu favor, como as sociabilidades entre os intelectuais, para os quais a amizade e a competência literária eram de grande valia. Antes de senador, conforme Eduardo Martins (1978), Cunha Pedrosa fora redator chefe do jornal oficial e deveria conhecer nosso personagem de perto. Carlos Dias Fernandes, seu amigo, seguia como diretor do jornal *A União* e da *Tipografia Oficial*. Isso para além da intimidade que partilhava com Celso Mariz, que tinha boas relações com o sobrinho do chefe da oligarquia Antônio Pessoa Filho.

A postura de José Américo na imprensa, pelo menos naqueles primeiros anos, seguia combativa. No primeiro semestre de 1916, por exemplo, ele figurava entre os redatores do jornal recém-criado para fazer oposição ao governo – o *Diário do Estado*. Em uma fotografia publicada na revista ilustrada *O Malho*, ele aparecia sem óculos, e por isso com os olhos esbugalhados do esforço para não fechar as pálpebras, ao lado do cônego Mathias Freire, Heráclito Cavalcanti e Isidro Gomes, e abaixo de Leonardo Smith, Manuel Neves, Ulysses de Oliveira e Manuel Joaquim Batista.



Figura 16: Redatores e auxiliares do jornal *Diário do Estado*. Estão na foto, em pé, Leonardo Smith, Manuel Neves, Ulysses de Oliveira e Manuel Joaquim Batista, e sentados, José Américo, cônego Mathias Freire, desembargador Heráclito Cavalcanti e Isidro Gomes.

Fonte: *O Malho*, 20 mai. 1916, p.32.

A cisão entre os grupos políticos também impactou a rotina dos julgamentos no

Superior Tribunal de Justiça. Uma observação dos *acórdãos* nos permitiu perceber uma maior incidência de casos em que os desembargadores Heráclito Cavalcanti e Gonçalo Aguiar Botto de Menezes, quando não eram relatores, faziam seus votos em separado, em franco desacordo com os demais, em particular quando as figuras denunciadas eram pessoas da elite, como aconteceu na acusação do juiz de direito da comarca de Piancó Irineu Alves de Oliveira de ter colaborado na fuga de um prisioneiro⁵⁵. José Américo, por sua vez, dizia manter a posição de antes: “estava servindo à justiça, e não queria ter partidarismo”, o que também aparece nos autos, em que seus relatórios costumavam ter a aprovação dos demais desembargadores, tanto que no julgamento supracitado, fora ele o denunciante. Essa sua postura, ao que me parece, provocou certo incômodo nos juízes walfredistas, que passaram também a questionar seus relatórios e a consistência das provas apresentadas⁵⁶ (CAMARGO *et al.*, 1984, p.108).

A oligarquia epítacista não era coesa em seus propósitos e logo se dividiria em dois grupos. De um lado, havia os antigos venancistas, mais conservadores, e do outro, os “jovens turcos”. Tratava-se de um grupo de escritores que passou a ter bastante influência no estado. A sua organização inicial, de acordo com Linda Lewin (1993), teria se dado na fazenda de Solon de Lucena, onde estiveram Antônio Pessoa Filho, João Suassuna, Celso Mariz e Demócrito de Almeida. O nome “jovens turcos” remetia a um grupo de militares que pretendia modernizar as forças armadas, entendiam que os militares não deviam se envolver na política individualmente, só enquanto corporação, em dados momentos, de forma decisiva para garantir transformação política ou estabilização social do país. Nesse propósito, fundaram a revista *A Defesa Nacional*⁵⁷.

Também em meados de 1916, Francisco Camilo de Holanda foi eleito presidente de estado para o próximo quadriênio. Era um nome que agradava, sobretudo, o grupo venancista. Antônio Pessoa, no entanto, teve de deixar o posto antes do previsto, em decorrência de problemas cardíacos. No intervalo de um trimestre, Solon de Lucena assumiu o poder. O governo de Camilo de Holanda deu continuidade à modernização da capital iniciada por João Machado, fez uma reforma administrativa e investimentos em desenvolvimento agrícola, mas na política não foi bem. Acreditou no boato de que os “jovens turcos”, em particular Antônio Pessoa Filho, planejavam seu assassinato e pediu

⁵⁵Acórdão n.2, de 23 de fevereiro de 1916. In: *Revista do Foro*, ano IX, n.18, jun. 1918, p.157-169.

⁵⁶Heráclito Cavalcanti declarava as provas do procurador geral inconclusivas, a despeito da maioria dos desembargadores, que endossavam seus argumentos e davam provimento ao processo. *Acórdão* n. 57, de 28 de abril de 1916. In: *Revista do Foro*, ano IX, n. 18, jun. 1918, p.178-179.

⁵⁷Verbete “Jovens Turcos”, de Cristina Monteiro de Arruda Luna (ABREU, 2010).

apoio dos chefes do sertão, dentre os quais José Pereira, de Princesa. Esses foram a Umbuzeiro tratar com o coronel Antônio Pessoa, que não resistiu à afronta e morreu subitamente. O fato acirrou ainda mais os ânimos. Solon de Lucena, indicado para secretário geral, não tomou posse em sinal de protesto (TRIGUEIRO, 1982).

José Américo, que já era amigo de alguns dos “jovens turcos”, destacadamente Celso Mariz e Demócrito de Almeida, aparecia cada vez mais ao lado deles, tanto na imprensa quanto em eventos de intelectuais. Era evidente que, embora não dissesse isso, partilhava das ideias políticas do grupo. Um exemplo é que, certa vez, os “jovens turcos” rebateram uma crítica dos walfredistas, publicada no jornal *Diário do Estado*, de que Antonio Pessoa era um oligarca, ao indicar seu filho para prefeito de Umbuzeiro. Dessa forma, eles enumeraram, em *A Notícia*, as muitas nomeações que Walfredo Leal conseguira para a parentela. Mas pegaram leve com José Américo e o cônego Mathias Freire. Celso Mariz escreveria ainda outro texto, dessa vez para *O Norte*, salientando os “méritos intrínsecos” de ambos: “não lhes diminuimos com isto a carreira e o valor”⁵⁸.

O fato é que a oposição à oligarquia epitacista havia perdido muito espaço na arena pública naqueles últimos anos. Tendo encerrado o mandato de senador em 1918, Walfredo Leal não conseguiu reeleição. Algumas fissuras também foram ficando mais constantes entre os seguidores do monsenhor, que tinham uma postura menos radical de enfrentamento, e o grupo liderado por Heráclito Cavalcanti. Em meio a esse processo, José Américo foi se afastando cada vez mais dessas figuras, cujos vínculos eram antes motivados pela origem familiar que efetivamente por ideias compartilhadas. Segundo Linda Lewin (1993), ele aderiu em 1917 ao grupo dos “jovens turcos”, mas não tenho evidência das razões que a levaram a essa conclusão.

Em princípios de 1919, as notícias da arena pública nacional surpreenderam os políticos paraibanos. As negociações no entorno da sucessão presidencial, iniciadas na segunda metade do ano anterior, indicavam um acordo das elites estaduais no entorno de Rodrigues Alves. O agravamento de seu estado de saúde e posterior falecimento, porém, inviabilizaram a candidatura. O mais habilitado dos políticos da velha geração era Rui Barbosa, mas havia resistências ao seu nome, sobretudo do Rio Grande do Sul. Em meio aos desarranjos, Epitácio Pessoa surgiu como um possível consenso, angariou apoio e venceu a eleição, tomando posse no dia 28 de julho. A escolha de um nome entre os estados pequenos – de menor representação no Congresso Nacional – era uma

⁵⁸*O Norte*, 11 out. 1918, p.1.

novidade que, conforme Cláudia Viscardi (2001), surpreendera até o próprio candidato. Em face da oportunidade ímpar, a oposição local baixou a guarda e apoiou o presidente.

Às vésperas do término do mandato de Camilo de Holanda, Eptácio Pessoa escolheu Solon de Lucena para seu sucessor na presidência do estado. Era uma aposta arriscada. Ele era símbolo de um grupo dissidente na oligarquia epitacista, de modo que essa escolha, eu concordo com Osvaldo Trigueiro (1982), desagradava a velha guarda. Mas era um sujeito de sua confiança e em um momento de que ele próprio dispunha de especial prestígio político, em razão do posto de presidente da República. A essa altura, José Américo já contava com a simpatia do novo administrador do estado, de modo que o novo governo, sem dúvida, representaria um momento particular de aproximação sua com a máquina pública epitacista e também uma oportunidade como escritor, na medida em que, seus amigos intelectuais passaram a dispor de maior acesso ao poder.

3. Modernista

Foi encontrado, o outro dia, às portas do Espírito Santo, um automóvel parado e, dentro, em atitude composta, apenas com a cabeça pendente, o *chauffeur* morto. Esvaíra-se-lhe a vida no ponto de parar o carro ou, por outra, como a morte o surprelesse, na carreira, praticara esse ato por um gesto automático do último alento.

Atreita às velocidade do ofício, sua alma desferira o voo num repente que, se não da ansa às contrições, poupa a angustiosa saudade dos que se desvinculam, a pouco e pouco, dos encantamentos mundanários.

O fato, naturalmente, só sugeriu aos circunstantes o pensamento da remoção do cadáver e da restituição do veículo à *garage*.

Entretanto, à minha imaginação adulta, mas traquinas, acudiu uma visão macabra.

Não cuidem que me afeiçoou a esse gênero de literatura, muito caroável de arrepiar históricas, que, a espaços, o nosso intelectualíssimo Monteiro Lobato ainda se compraz em cultivar.

É uma fantasia que não teve forma palpável por uma circunstância pouco conchegada às leis naturais.

Faço de conta que o *chauffeur* se findou na vertigem da corrida, primeiro que pudesse deter o movimento. E o *auto* vai à matroca.

É um curso desabalado e sinuoso, ao longo da estrada areenta.

Abeira-se dos precipícios. Afigura-se que descamba num boqueirão. Como causaria lástima o acidente!... Como se apiedaria a gente da vítima do triste sucesso!...

Antes está a pique de atropelar os transeuntes. Praguejam ameaças e maldições contra o imprudente que, pelos modos, pouco se dá da vida de seus semelhantes.

José Américo de Almeida¹

A fronteira entre a morte e a vida seria “a vocação das grandes velocidades”. José Américo de Almeida, em um artigo de sua coluna na revista ilustrada *Era Nova*, imaginava o passado de um homem encontrado sem vida em um automóvel parado e perguntava as razões do incidente peculiar. Os mortos não eram personagens recentes em suas reflexões, sobretudo na circunstância de quem, já sendo defunto, mantinha-se presente no cotidiano das pessoas por meio das memórias, lições, boatos e outras formas de representação. Em mais de um texto – certa vez para lamentar o falecimento de Joaquim Nabuco – ele usara o título *Redivivo*. Também não era novidade que se falasse do mistério da morte entre os vivos. O próprio autor se ocupou de apresentar narrativas que tentaram explicar o fenômeno, dos antigos egípcios a Inês de Castro em Portugal. Mas o mundo moderno tinha suas novidades, se a pulsão vital poderia se esvaír na vertigem da velocidade, também era possível perpetuar a existência, como no cinema,

¹*Era Nova*, 1º mai. 1921, p.1.

sempre que artistas falecidos apareciam: “por trás das negras cortinas da modernidade, tem ela renegado essa arte que perpetuou (...) os requintes de sua vaidade terrena”.

O fascínio da potência da máquina, que representava o moderno, misturava-se ao medo dos efeitos sobre o comportamento das pessoas. Nicolau Sevcenko (1992, p.73) observa que esse se tornou um tema constante dos cronistas dos anos 1920, mas também um problema que convulsionava a sociedade – dizia-se da imprudência dos motoristas, em um divertimento de sadismo deliberado, quase uma caça aos pedestres. “A máquina, afinal, alimentava mais desejo pelo corpo humano do que podia presumir a ingenuidade da consciência”. A novidade dos meios de transporte e comunicação simbolizavam os tempos modernos e o anseio das possibilidades que eles ofereciam. Os modernismos são movimentos intelectuais que produzem e resultam desse interesse de mudança que acelera o ritmo da vida em sociedade, sobretudo nas grandes cidades.

Há uma narrativa canônica quanto à história do modernismo entre os intelectuais nortistas que condiciona seu surgimento à viagem do pernambucano Joaquim Inojosa, no segundo semestre de 1922, às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, quando esse teria conhecido o grupo de artistas que haviam construído a Semana de Arte Moderna, pensavam e publicavam essa nova estética a partir da recém-criada revista *Klaxon*. Entusiasmado com tudo que vira, o escritor se empenhou em divulgar as novas ideias nos circuitos culturais do Recife, Paraíba, Natal. Neroaldo Pontes de Azevedo (1984), em sua tese de doutorado, nos conta que foi em reação a esse processo que se constituiu, sobretudo a partir das relações de Gilberto Freyre, um outro movimento, empenhado em valorizar as referências culturais tradicionais da região – o Regionalismo.

Eu entendo que as relações e o repertório produzidos a partir das referências do modernismo paulistano importados por Joaquim Inojosa afetaram a trajetória intelectual de José Américo. Mas a renovação temática e estética que os novos tempos pulsavam estava presente em seus textos desde antes – como atesta a citada crônica *O morto-vivo*, impressa em maio de 1921. Deste modo, concordo com Angela de Castro Gomes (1993) que apesar da importância simbólica da Semana de Arte Moderna, que “tocou o sino”, dando forma e dimensão nacional a um projeto de renovação cultural, os modernismos, no plural, foram múltiplos e se estabeleceram de maneiras muito variadas nos circuitos culturais das cidades. Mais que isso, tomaram fôlego pelo menos desde os anos 1910 – Mônica Velloso (2010), argumenta antes, na virada do século XIX para o XX.

Os intelectuais modernistas seriam, dessa forma, nas palavras de Carl Schorske (1988[1961], p.13), uma geração que “proclamou orgulhosamente sua independência

em relação ao passado”. No início dos anos 1920, portanto, José Américo e o grupo de escritores que fazia parte de sua rede de relações pensaram uma renovação cultural por meio dos temas e da estética de seus textos, decerto tomados por referências nacionais e estrangeiras, mas assentados em problemas e tradições que perfaziam a sociedade em que se encontravam – a capital paraibana de forma imediata e o estado de maneira geral. Nas palavras de Peter Gay (2009), os modernistas eram artistas, cientistas e filósofos que, tomados pelo fascínio da heresia, tinham o compromisso de examinar a si mesmos para construir com uma linguagem nova o mundo que se queria diferente – *make it new*.

Não é estranho perceber, por conseguinte, que os principais agentes promotores dessas mudanças foram os herdeiros de uma elite com longa história na tradição política e cultural da região, os quais nas mais variadas posições também ocupavam espaços na oligarquia republicana. Néstor García Canclini (2000) observa que, na América Latina, montou-se uma relação complexa entre tradições e modernidades, com o propósito de elaborar novas respostas para questões sociais mal resolvidas. Há uma originalidade no modo como o moderno é concebido em cada localidade, Walter Mignolo (2020[2000]) chama esse processo de diferença colonial e pensamento liminar. Ainda nesse ponto, Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011[1994]) defende que o modernismo se apropria do regionalismo que o antecede em sua construção discursiva. Tendo isso em mente, penso que foi antes a partir do caldo cultural local, mais que pela influência dos projetos do modernismo paulista e do regionalismo pernambucano que o biografado produziu os seus textos – em particular os livros publicados nos anos 1920.

O objetivo desse capítulo é compreender o repertório cultural a partir do qual José Américo de Almeida constituiu seus textos e seus posicionamentos políticos nos anos 1920. Isso significa acompanhar a sua trajetória de 1921, quando ele participou da fundação e se tornou colunista da *Era Nova*, até a publicação do romance *A Bagaceira* no começo de 1928. Tratou-se de um período marcado por sua ascensão no circuito literário nacional, ao longo do qual nosso personagem passou dos trinta e quatro aos quarenta e um anos de idade. Ainda assim, era percebido como um jovem que prometia modernizar o estado, cada vez mais atuante na imprensa e mais envolvido em política. As novas ideias eram incorporadas ao cotidiano das pessoas, mas com o aval de que os seus criadores e transmissores eram originários da elite oligárquica do estado.

O *corpus* documental composto para esse capítulo envolveu várias edições da revista ilustrada *Era Nova*; os quatro números de *A Novela*, periódico em que publicou *Reflexões de uma cabra*; diversas folhas disponíveis no sítio da Hemeroteca Digital da

Biblioteca Nacional, assim como o jornal *A União*. *A Revista do Foro* permitiu perceber sua atuação no campo jurídico estadual – como procurador geral e consultor jurídico. Também foram acessadas as nomeações do presidente de estado e outros documentos públicos e pessoais. As entrevistas concedidas a Aspásia Camargo *et al* (1984), relatos memoriais de outras pessoas – os livros de Lourdinha Luna (1987) – e correspondências guardadas em seu arquivo pessoal foram imprescindíveis nessa elaboração.

O capítulo, intitulado *Modernista* para entender a posição dessa renovação do mundo em sua percepção da sociedade, está dividido em dois tópicos: O primeiro ponto, *De colunista a autor de novela*, discute o seu esforço como autor de crônicas da revista *Era Nova*, posição privilegiada que ele conquistou em meio aos intelectuais do estado, escrevendo nas primeiras páginas, mas também sua posterior publicação em *A Novela*, quando compôs um texto de ficção longo e de recepção mais ampla. O segundo quesito, *Do ensaio sociológico ao romance de sucesso*, compreende o laboratório das ideias, bem como as sociabilidades políticas e literárias do nosso biografado para a elaboração, publicação e recepção de *A Paraíba e seus problemas* (1923) e *A Bagaceira* (1928).

3.1 De colunista a autor de novela

“Era Nova”

Deverá sair na próxima semana o primeiro número da revista *Era Nova*.

Dirigido por um grupo de jovens intelectuais, apresentando um programa na altura das possibilidades da moderna imprensa, o novel magazine está naturalmente destinado a alcançar todos os sucessos devidos aos periódicos sensatos, de ideias novas e aceitáveis².

O número inaugural da revista ilustrada *Era Nova* chegou às mãos do público no dia 27 de março de 1921. Tratava-se de um periódico requintado, impresso com letras coloridas, em papel *couché* e cheio de fotografias. O propósito anunciado pelos seus editores era estimular o desenvolvimento literário com uma multidão de novas ideias fecundas, “o apanágio intelectual dos povos cultos”. Faria isso por meio de contos, poemas, reportagens, ensaios sociológicos, artigos de opinião. Eram textos em prosa e poesia que, diziam eles, interessariam toda a gente – “ao industrial e ao comerciante, ao leitor burguês e ao leitor letrado e incentivando ao mesmo passo o amor dos jogos desportivos com ilustrações e aplausos”³ – ainda que o preço das assinaturas e números

²*A União*, 8 mar. 1921, p.1.

³*Era Nova*, 27 mar.1921, p.1.

avulsos não fosse acessível a todos os bolsos⁴.

A iniciativa partira de um grupo de jovens intelectuais que teriam por missão dilatar “novos horizontes” ante os olhos da sociedade. Eram jornalistas e literatos vinculados à agenda política dos “jovens turcos”, mas também outras figuras, como Carlos Dias Fernandes, José Américo e o cônego Mathias Freire. Filhos de uma elite açucareira ou comercial, formados nas escolas de educação secundária e/ou superior e ocupando postos de poder no estado, eles tinham como marca de sua ação política uma mudança na ordem das coisas. Os anos 1920, afinal de contas, seriam abalados pelo envelhecimento dos republicanos de primeira hora e consequente amadurecimento de uma geração de jovens que reivindicava mais espaço na política.

Esses colaboradores do “*novel magazine*” prometiam, ao seu modo, lutar com “coragem e abnegação” por uma renovação do mundo que conheciam. O título, aliás, não era em nada despropositado. Ao anunciar uma *Era Nova*, ficava implícito o desejo de abertura de novos tempos, desse futuro ainda desconhecido e em cuja construção aquele material seria instrumento imprescindível⁵. Propomo-nos a pensa-lo, portanto, como um periódico modernista, sobretudo em razão do projeto estético que ele constrói, na esteira de Mônica Velloso (2010, p.20), “que modifica indelevelmente a consciência e a percepção de mundo; consequentemente, a própria compreensão da cultura”, tendo se estabelecido no início dos anos 1920, depois do término da Primeira Guerra Mundial, da gripe espanhola e de outros eventos que mudaram a forma de se viver no século XX.

De certa forma, as tentativas de desconstrução da estética canônica já haviam sido ensaiadas fazia algum tempo, pelo menos desde o auge do simbolismo. Mas a institucionalidade que o lançamento de um periódico estabelecia era imprescindível para que fosse possível falar da efetiva emergência de um movimento modernista na Paraíba. Nesse quesito, as revistas se tornaram um suporte privilegiado, ainda que não exclusivo, para a difusão desse movimento em diferentes localidades. Ainda que dispusessem de uma circulação menor e menos frequente que os jornais, seus autores e editores tinham maior autonomia para tratar dos temas que os interessavam e maior controle sobre a

⁴As assinaturas anuais custavam 14\$000 (catorze mil réis) na capital e 18\$000 (dezoito mil réis) no interior, as semestrais saíam por 7\$000 (sete mil réis) na capital e 10\$000 (dez mil réis) no interior e o número avulso por \$600 (seiscentos réis) na capital e \$700 (setecentos réis) no interior. Tomando como base o preço da diária de um camponês que variava entre 1\$000 e 2\$000 (mil e dois mil réis). Apesar disso, sabe-se que o preço não era de todo um impedimento à leitura dos periódicos, na medida em que existiam outras maneiras de consulta-lo, adquirindo coletivamente, lendo o número comprado por outra pessoa, vendo-o em uma biblioteca ou qualquer outro lugar público.

⁵Os editores explicavam que esse fora o nome de periódicos que circularam em outros estados, mas também de um impresso que saiu em Bananeiras algumas décadas antes e que já estava extinto.

estética do impresso. Mais do que isso, conforme Angela de Castro Gomes (1999, p.58):

As revistas são classicamente lugares de sociabilidade intelectual. Lugares de articulação de pessoas e ideias que precisam de suportes materiais e simbólicos para fazer circular seus projetos, sem o que eles perdem significado. Os ganhos, portanto, são de ordem não instrumental, estando fora da lógica dos cálculos de custos e benefícios materiais, e inserindo-se no universo das paixões, crenças e vaidades intelectuais, como nos lembra Mário de Andrade.

O grupo contou com a subvenção estatal para viabilizar a circulação da revista. Tratava-se de um projeto caro, em razão do preço do papel e das tintas, também dos custos de impressão. E que não se sustentaria apenas com o arrecadado pelas vendas e pelos anúncios. Mediante esse intento, pudemos notar, por meses, a presença recorrente dos redatores em audiência com Solon de Lucena no Palácio do Governo. Celso Mariz, Carlos Dias Fernandes e Alcides Bezerra estiveram em quase todos os expedientes. Celso Mariz se ausentou durante a viagem ao Recife de 29 de janeiro a 03 de fevereiro⁶, Carlos Dias Fernandes compareceu até quando ficou resfriado e teve de faltar trabalho na redação de *A União*⁷. Também se alternavam Álvaro de Carvalho, Flávio Maroja, Manuel Tavares, Lauro Montenegro, José Américo. E menos vezes, Diógenes Caldas, Sá e Benevides e monsenhor Pedro Anísio. Alguns deles faziam isso por causa de outras funções, mas o assunto decerto foi bastante discutido⁸.

A *Era Nova* seria impressa, portanto, com recursos públicos na maquinaria da Imprensa Oficial. Alguns números do jornal *A União*, publicados no dia posterior à impressão da revista, a propósito, apareciam com as páginas manchada de vermelho ou amarelo, a depender da cor utilizada na edição da revista⁹. Dessa forma, a iniciativa também se incorporava ao programa de governo de Solon de Lucena. Era parte de um projeto de modernização que incluía o saneamento das cidades, a construção de prédios públicos¹⁰, que também se percebia na prefeitura, com administração de Guedes Pereira. Houve severa regulamentação para as novas construções na urbe, proibindo que fossem erguidas casas ou palhoças fora dos padrões estéticos¹¹. A revista passava a compor esse cenário de mudanças com seu propósito de disseminar ideias e hábitos novos.

⁶*A União*, 3 fev. 1921, p.1.

⁷*A União*, 8 mai. 1921, p.1.

⁸O expediente do presidente era divulgado na seção “O dia no palácio” de *A União*.

⁹Conforme as folhas consultadas no Arquivo Pessoal Maurílio de Almeida.

¹⁰*A União*, 5 jan. 1921, p.3.

¹¹*A União*, 18 jan. 1921, p.1.

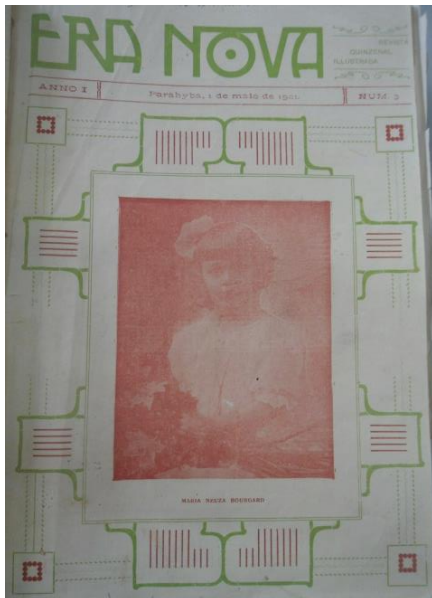


Figura 17: Capa da revista *Era Nova*



Figura 18: Coluna de José Américo na revista *Era Nova*

Fonte: *Era Nova*, 1º mai. 1921.

A novidade dos tempos entrava, assim, entre os assuntos mais constantes nas páginas do impresso. Discutia-se a modernização das cidades, em particular da capital, velocidade dos meios de transporte, mudança de comportamento, os problemas políticos do estado republicano. O momento, aliás, era apropriado para assuntos dessa natureza. Conforme Raymond Williams (2011[1989], p.22), é preciso pensar que “o fator cultural chave na mudança do modernismo está no caráter da metrópole”. Nesse caso, a cidade moderna e as experiências que ela proporcionava. A socialização nos espaços públicos, a tentação das vitrines, as notícias que chegavam de longe, a velocidade dos meios de transporte e comunicação (SEVCENKO, 1992).

Mas em âmbito local, o periódico mantinha seus compromissos com a política oligárquica. Fotografias do presidente de estado Solon de Lucena e outros políticos de relevo ocupavam suas páginas e mobilizavam pautas. Uma figura de destaque em meio a essas homenagens era o então presidente da República – e chefe da oligarquia que ora comandava o estado – Epitácio Pessoa. Em 15 de janeiro de 1922, a revista *Era Nova* havia estampado na primeira página o retrato dele e o editorial intitulado *Filho amado*, no qual exaltava o empenho do estadista que não fechara os olhos para a “inclemência climáticas das secas periódicas e impiedosas”, pondo fim ao “assassinato calmo e frio e cínico de uma população”¹². Era uma referência à ampliação de recursos para a política contra as secas em sua administração.

¹²*Era Nova*, 15 jan. 1922.

Nos dois primeiros anos de circulação, a revista *Era Nova* publicou, na primeira página, uma coluna assinada por José Américo. Tratava-se de uma posição de prestígio, que também implicava em certas responsabilidades, como a possibilidade de inscrever um viés político para uma revista, apesar das diferenças entre os autores. A sua função de procurador geral, com certa ideia do poder judiciário como um lugar para a mediação dos conflitos e busca da verdade, aliado a sua postura diplomática e moral devem ter pesado na escolha. Nosso personagem usou o espaço para abordar assuntos de política e cultura, mas sem esquecer as questões sociais. E foi construindo uma assinatura pessoal com base em suas experiências e no seu olhar para o campo político.

Quadro 01: Textos publicados na revista <i>Era Nova</i>		
Número	Título	Observações
27 mar. 1921 Ano I, n.1	–	Não publicou. Espaço ocupado pelo editorial.
15 abr. 1921, Ano I, n.2	O tonel das danaiades	–
01 mai. 1921, Ano I, n.3	O morto vivo	–
15 mai. 1921, Ano I, n.4	O fantasma da glória	–
01 jun. 1921, Ano I, n.5	Poetas doutores	Nesse mesmo número foi publicada a sua conferência “Poetas da abolição” proferida no dia 13 de maio para o Grêmio 24 de Março.
15 jun. 1921, Ano I, n.6	Apologia do burro	–
01 jul. 1921, Ano I, n.7	Sonetos célebres	–
15 jul. 1921, Ano I, n.8	Cabeça e estômago	–
01 ago. 1921, Ano I, n.9	Tota Polchra	–
15 ago. 1921, Ano I, n.10	Os que se foram	–
01 set. 1921, Ano I, n.11	A desmoralização do nome	–
15 set. 1921, Ano I, n.12	–	Não publicou. Espaço ocupado por Coriolano de Medeiros com “As festas do Imperador”.
01 out. 1921, Ano I, n.13	A Corte de Justiça Internacional	–
22 out. 1921, Ano I, n.14	A florescência do ouro	–
01 nov. 1921, Ano I, n.15	A mais bela	–
15 nov. 1921, Ano I, n.16	Governo dos analfabetos	–
01 dez. 1921, Ano I, n.17	Simeão Leal	–

25 dez. 1921, Ano I, n.18	Pai e filha	–
15 jan. 1922, Ano I, n.19	–	Não publicou. A revista inseriu o editorial “Filho Amado” em homenagem a Eitácio Pessoa.
01 fev. 1922, Ano I, n.20	–	Não foi encontrado o referido número nos arquivos consultados.
15 fev. 1922, Ano I, n.21	O veto	–
01 mar. 1922, Ano I, n.22	O problema da barba	–
26 mar. 1922, Ano I, n.23	Os simuladores de talentos	–
15 abr. 1922, Ano II, n.24	Psicologia do sonho	–
01 mai. 1922, Ano II, n.25	Invasão do coco	–
15 mai. 1922, Ano II, n.26	–	Não publicou. O espaço foi ocupado por Coriolano de Medeiros com o texto “Um governo jurídico e democrático”.
01 jun. 1922, Ano II, n.27	Lágrimas não mentem	–
15 jun. 1922, Ano II, n.28	Fragmentos de poesia sertaneja	–
01 jul. 1922, Ano II, n.29	O aboio	–
15 jul. 1922, Ano II, n.30	–	Não publicou. O espaço foi ocupado por Castro Pinto com “Impressões do momento”. Em outra parte foi publicada a fortuna crítica da novela “Reflexões de uma cabra”.
01 ago. 1922, Ano II, n.31	Jeca menino	Em outra parte do número foi publicada a fortuna crítica da novela “Reflexões de uma cabra”.
15 ago. 1922, Ano II, n.32	Pratos do dia	Em outra parte do número foi publicada a fortuna crítica da novela “Reflexões de uma cabra”.
01 set. 1922, Ano II, n.33	A galinha e os patos.	Em outra parte do número foi publicada a fortuna crítica da novela “Reflexões de uma cabra”.
01 out. 1922, Ano II, n.34	Anna Bolena	–
(...)	–	–
07 set. 1922, Número especial	A Independência na Paraíba	Edição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil.
23 mar. 1923, Ano III, n.42	Redivivo	Nesse mesmo número, ele publicou o poema “A vida e a morte”.
Fonte: <i>Era Nova</i> . Fundação Casa de José Américo.		

O seu primeiro artigo, publicado no segundo número, dia 15 de abril de 1921, era simbólico desse intento. Tratava-se de uma reportagem jornalística, qual denunciava as condições de vida da gente sertaneja que, fugindo da existência miserável em suas terras de origem, era atraída pelo *eldorado* da produção de borracha na Amazônia. Esquecida pelo poder público, partia em busca de fortuna e restava presa nos seringais.

O título *O tonel das danaiades* fazia alusão ao mito grego das filhas do rei Dánao, condenadas a encher de água um balde sem fundos pela eternidade. O texto também tinha razão circunstancial. No último mês, a imprensa havia noticiado a pobreza das populações amazônicas e instituições fizeram campanhas por donativos¹³.

Ao longo do texto, ele chamou atenção para a figura do seringueiro, tratado no singular para qualificar um “tipo humano” – suas características raciais, seus hábitos e sua fisiologia moral, “pernóstico, fanfarrão, manirroto”. Leitor de Euclides da Cunha, nosso colunista estava preocupado com a influência das condições geográficas e raciais no destino desses novos habitantes da Amazônia. O tema, a propósito, o interessava havia algum tempo, tanto que fizera uma viagem anos antes para conhecer a realidade da região *in loco*. Era comum às gerações de ambos, no início do século, a referência ao darwinismo social e ao positivismo na observação dos fenômenos sociais¹⁴.

José Américo teve um espaço cativo nas primeiras páginas da revista *Era Nova* por quase dois anos, fazendo-se ausente em poucos momentos, geralmente em razão de questões cotidianas. Em todo caso, nesse tempo, os assuntos discutidos por ele variavam bastante. A modernização entrou para a agenda no segundo artigo, com *O morto-vivo*, momento em que retomou uma estética sombria, quase simbolista. Havia publicações que tratavam de questões literárias, *Poetas doutores*, *Sonetos célebres* e *Fragments da poesia sertaneja*. Também discutia as proximidades e as distâncias entre o saber popular e o conhecimento científico com *Apologia do burro*, *Cabeça e estômago*, *Governo dos analfabetos* e *Jeca menino*. As novidades da ciência apareciam em *Psicologia do sonho*. E abordava questões do dia. Às vésperas da Festa das Neves, publicou *Tota Polchra*, um concurso nacional de beleza promovido por um consórcio de periódicos foi o *start* para *A mais bela*. Em meio às comemorações natalinas, saiu o texto *Pai e filha*.

Assuntos linguísticos serviram para tratar de valores cidadãos. *A desmoralização do nome* começava com a crítica de Gilberto Amado da “desmoralização do adjetivo”, que se tornara uma moeda comum nos últimos tempos, usava-se “valeroso, venerado, talentoso, prestigioso” para qualquer pessoa. O colunista, no entanto, discordava que esse fosse um problema: “qualificativos que eram atributo dos senadores do império e

¹³A mobilização tomou a opinião pública, tanto que o presidente de estado Solon de Lucena, no início de abril, protagonizou uma campanha, que contou com a participação de instituições como a Associação Comercial e a Maçonaria, para arrecadar donativos em favor dos famintos da Amazônia. Dentre os eventos, também a companhia dramática “25 de Dezembro” promoveu um espetáculo no Teatro Santa Rosa, cujo lucro seria revertido para a campanha. (*A União*, 8 mar. 1921, p.2; 1º abr. 1921, p.1).

¹⁴José Américo era leitor de Euclides da Cunha, em sua biblioteca, foram encontradas uma edição de *Os Sertões* de 1911 e outra de *O rio Purus* de 1906. À *Margem da História*, publicado postumamente a partir dos artigos na imprensa em 1909, não constava no acervo, mas foi citado no texto em questão.

de outros poucos magnatas não desmerecem, hoje em dia, em sua aplicação a todas as camadas sociais”, e concluía defendendo os valores que julgava indispensáveis no regime vigente – “A República não admite privilégios”. Não parava por aí, efetivamente grave seria a “desmoralização do nome próprio”, civil ou de batismo, esse sim “símbolo de nossa personalidade”. E falava da importância do designador rígido para o exercício das responsabilidades civis e penais. Depois fez um histórico do modo como os nomes eram escolhidos – o santo do dia, a era dos romances e dos estrangeirismos, quase uma metáfora da volubilidade das personalidades modernas¹⁵.

Alguns temas da política partidária local e nacional não escaparam à sua caneta. *A Corte Internacional de Justiça*, por exemplo, foi uma homenagem ao “pontífice de nossa intelectualidade”, como nosso autor descrevia Rui Barbosa, recém-eleito membro da Suprema Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia pela Liga das Nações. Havia outros motivos. Tratava-se de um republicano de primeira hora, articulador decisivo entre os constituintes e um dos reformadores do Código Civil de 1916, que apresentou mais de mil emendas ao texto de Clóvis Beviláqua. O senador baiano também tinha na agenda a ampliação da cidadania e direitos sociais¹⁶. Esse repertório servira de inspiração ao cronista nas posturas de jurista e político. Mas interessa notar que o homenageado, ainda que não fosse um desafeto, na eleição presidencial anterior, fora adversário de Epitácio Pessoa, e teve grande espaço na opinião pública. A atitude poderia ser entendida, assim, como uma afronta ao líder paraibano.

Mas a admiração pelo pensamento político de Rui Barbosa, se não era unânime, era ao menos hegemônica entre os editores de *Era Nova*. Uma observação dos índices denunciava a predileção daquele grupo pelas ideias do baiano, tanto que o periódico divulgou sua renúncia ao mandato de senador, e publicou, em várias partes, uma conferência na Faculdade de Direito de São Paulo, para além dos artigos de opinião e editoriais que o tinham por tema. É possível inferir que, de certa maneira, a sua figura pública também representava esses intelectuais: “Todos nós folgamos de ver o pontífice de nossa intelectualidade deslocado de uma asfixiante esfera de ação, em que os seus poderosos recursos se apoucavam, às vezes, na verbiagem das contendas estéreis, para as culminâncias de uma magistratura de jurisdição mundial”¹⁷. Apresentados por vezes lado a lado, no mesmo número da revista, Epitácio Pessoa e Rui Barbosa apontavam as

¹⁵*Era Nova*, 1º set. 1921, p.1.

¹⁶Verbete “Rui Barbosa”, de José Almino de Alencar (ABREU, 2010).

¹⁷*Era Nova*, 1º out. 1921, p.1.

contradições entre as permanências e as mudanças que perfaziam o *modus operandi* e o conteúdo da revista, por conseguinte, as ideias e as carreiras dos seus redatores.

Apesar da aproximação com os “jovens turcos” e do prestígio que conseguira na revista financiada pelo governo, a posição política de José Américo continuava confusa. O fato é que, pelo menos desde setembro de 1921, ficara mais acirrada a ruptura do grupo oposicionista. Uma nota de *O País*, do Rio de Janeiro, noticiava a divergência de posições das lideranças quanto à sucessão presidencial. Walfredo Leal, Irineu Joffily, Antonio Simeão Leal e José Américo apoiaram Artur Bernardes e Urbano Santos, que também fora a linha de Epitácio Pessoa, encurralado no Palácio do Catete pelos estados maiores¹⁸. Enquanto isso, os aliados de Heráclito Cavalcanti reivindicaram liberdade para apoiar outro candidato, o que significa que não havia consenso entre eles quanto à fórmula Nilo Peçanha e J. J. Seabra, encabeçadas por Rio de Janeiro e Bahia¹⁹.

O artigo publicado no dia 1º de dezembro de 1921 intitulava-se *Simeão Leal* e trazia um depoimento emocionado a respeito do seu primo, o qual havia falecido alguns dias antes, depois de algum tempo convalescendo²⁰. Dizia José Américo:

Tenho forcejado por tornar esta página útil, como concessão às preferências de nossa atualidade literária. Mas, hoje, venho tarjá-la de dó e de saudade, porque, por mais que o quisera, não lograria desviar o espírito para um motivo estranho ao império deste sentimento²¹.

O escritor tratou do espírito altivo e das batalhas aguerridas travadas na Câmara em defesa dos interesses de seu estado, também exaltou suas virtudes morais: “Teve ele, na mocidade as descaídas da condição humana. Teve as paixões que a inexperiência dos anos deixa à solta tanto para os desvios do mundo, como para as mais nobres conquistas”, e concluía dizendo, “foi combativo”. Disse dos laços familiares e atestou que o amadurecimento o deixara mais assertivo, embora munido do mesmo sentimento de justiça. Era mais uma vez um líder de oposição, dessa vez no âmbito político local, homenageado nesse periódico. Mas havia comoção social, tanto que Epitácio Pessoa teria pedido aos seus que se abstivessem de concorrer à sua vaga de deputado, a única dos aliados do monsenhor Walfredo Leal (TRIGUEIRO, 1982).

¹⁸Cláudia Viscardi (2001) explica que na sucessão do governo Epitácio Pessoa houve, pela primeira vez, um acordo por meio do qual dois dos maiores estados, Minas Gerais e São Paulo, decidiram o candidato hegemônico, acompanhado só depois de batido o martelo, pelos demais estados. Por ser de um estado pequeno, o então presidente da República Epitácio Pessoa teve pouco poder de arbítrio, sendo dispensada a ele a escolha do candidato à vice-presidência.

¹⁹*O País*, 15 set. 1921, p.4.

²⁰Conforme notas publicadas no jornal *A União* (21 ago. 1921, p.1; 23 ago. 1921, p.1; 15 nov. 1921, p.1).

²¹*Era Nova*, 1º dez. 1921, p.1.

Em meio a esse cenário amistoso do walfredismo com a oligarquia epitacista, embalado por esses espaços de socialização dos “jovens turcos” com os intelectuais vinculados *a priori* com a outra corrente política, era possível ver nosso personagem oscilando de posição. Em dezembro de 1921, ele foi um dos autores da miscelânea em homenagem ao deputado e sobrinho do presidente Joaquim Pessoa de Albuquerque²². Também José Américo publicou um texto saudando o chefe de Estado pelo veto do orçamento do Exército, tomado de escândalos de corrupção – cumprimentava a sua coragem de tomar uma decisão militarmente arriscada como aquela, mas coerente com o que julgava ser justo na gestão administrativa nacional²³.

À ocasião do aniversário da Lei Áurea, em 13 de maio em 1921, José Américo proferiu uma longa conferência no Liceu Paraibano a convite do Grêmio 24 de Março. Tratou-se de uma tarde prestigiosa, com música e a presença de figuras importantes, como seu ex-professor Odilon Coutinho. A apresentação coube ao padre Pedro Anísio. A palestra durou quase uma hora e teve por tema os *Poetas da Abolição*. A sua proposta era contar a história da escravidão aos estudantes, “nascidos depois do 13 de maio”, como dizia Olavo Bilac. Nessa conversa entre brancos, ele tratava do peso de ter uma mucama “que os acalentasse com as toadas plangentes de nostalgia africana”, tomada de sentimentos que o cotidiano de violência pregava. Nesse sentido, acionou a bibliografia que tinha em mãos. Leitor de Spencer e Auguste Comte, o escritor mostrava-se crédulo das hipóteses eugenistas bastante usuais na época: “Antes, por certos gostos ancestrais, a escuridade original vem-se diluindo, pouco a pouco, até as faces de jambo”²⁴.

O autor tinha como mote um problema. Advindos de séculos de escravidão, era preciso construir a República. Isso implicava conceder a igualdade social prometida, regular os comportamentos dessa gente “degenerada”, mas também pensar nos vícios que essas práticas horrendas deixaram de herança. E propunha uma solução otimista – ao invés de abrir mão da democracia, que fossem corrigidos os costumes. O texto foi publicado em três páginas do jornal *A União* e como opúsculo em agosto de 1921²⁵.

O que deprime e desmoraliza o regime são os seus monstruosos desvios: a política vesga; os governos aladroados; a orgia das injustiças; a preterição dos valores; o favoritismo exclusivista; a mão de ferro dos mandões!...

Tentemos ainda conjurar as correntes reacionárias pelo

²²*Correio da Manhã*, 6 dez. 1921, p.6.

²³*Era Nova*, 15 fev. 1922.

²⁴*A União*, 24 mai. 1921, p.3.

²⁵*A União*, 15 mai. 1921, p.1; 24 mai. 1921, p.3-5; 10 ago. 1921, p.2.

exercício das virtudes republicanas. Restaurando-se a moralidade administrativa, suprimindo-se o monopólio dos cargos remunerados, conciliando-se as tendências, estabelecendo-se um sistema de compensações, poderá subsistir o nosso estado social e político.

Mas, se continuarem a falhar esses princípios, venha o espírito inovador, em sua feição reconstrutiva, para que a geração dos moços realize, irmãmente, os seus destinos!

Depois da liberdade, a igualdade – senão absoluta, pelas desproporções acidentais, mas compatível com a origem comum, ao sopro de Deus, e com o fim comum que nos reserva a morte²⁶.

Ainda em meados do ano de 1921, o jornal *O Norte* noticiou a entrada do nosso biografado para seu quadro de colaboradores, por meio do “novo e valioso concurso [...] nessa nova fase” do periódico²⁷. Ainda antes do anúncio, dois artigos assinados por ele saíram na folha. Em *A poesia do Nordeste*, na edição de 1º de junho de 1921, ele dizia, citando o autor italiano Giuseppe Borgese, que o nacionalismo brasileiro era antes um desejo dos políticos que uma realidade social, mas agradava-lhe a literatura nacionalista, especialmente o “folclore”. O outro artigo, *A constituição do estado*, só foi a público no final do mês seguinte, para destacar, mais uma vez, as mudanças que os homens de sua geração defendiam, o que ele fazia a partir do campo jurídico, espaço em que tinha mais autoridade até o momento. Na data aniversária da carta estadual, propunha reformas nesse texto de “estrutura tão imperfeita”²⁸.

O texto seguinte demoraria mais alguns meses para sair – *Dante profeta* compôs o número de 14 de setembro – depois não foram encontradas novas publicações com sua assinatura. Ao que parece, enfiara os pés pelas mãos com esse comprometimento. Não era a primeira vez que ele fazia isso. Decerto as demandas de texto quinzenal para *Era Nova* e as atribuições do cargo de procurador geral tinham pesado na sua agenda. Foi nesse meio tempo que o presidente de estado o nomeou para a comissão de revisão do regimento de custos do poder judiciário²⁹. Também teve o pedido de *habeas corpus* preventivo sobre o processo criminal decorrente das irregularidades na declaração de falência da firma T. Barbosa Gouveia, que lhe deu especial dor de cabeça. Tendo ele emitido relatório a favor da negação do benefício, foi acusado pelo advogado solicitante José Rodrigues de Carvalho de não ter observado adequadamente os autos³⁰.

Essa presença mais destacada no circuito intelectual decerto impactou sua rotina

²⁶A *União*, 24 mai. 1921, p.5.

²⁷*O Norte*, 31 jul. 1921, p.1.

²⁸*O Norte*, 30 jul. 1921, p.1.

²⁹*O Norte*, 3 set. 1921, p.1.

³⁰Trata-se do *acórdão* n.250, de 22 de novembro de 1921. In: *Revista do Foro*, ano XIII, n.21-22, mai. 1924, p.554-556. Mas também de nota publicada em *A Notícia* (27 fev. 1921, p.1).

em casa. Ofélia Figueiredo (2003, p.2), que era amiga e ouvira as histórias de D. Alice, nos conta que, no tempo em que morava na Rua das Trincheiras, “José Américo passava os dias elaborando seus discursos e escritos, no quarto do quintal, só entrando em casa para comer e dormir”. Esse comportamento se tornou mais constante nos anos 1920, tanto que a esposa acrescentou aos afazeres da casa, que não eram poucos – “fazia-lhe a barba, aparava-lhe as unhas, dava-lhe em mãos a toalha de banho, a roupa para mudar e, à mesa, preparava-lhe o prato” – uma tarefa de ordem intelectual. Tendo ele uma letra quase ilegível, ela passou sistematicamente a copiar seus originais “com sua letra bem nítida e distinta para que pudessem ser publicados” (FIGUEIREDO, 2003, p.2).

Também deve ter sido por essa época que José Lins do Rego, então estudante da Faculdade de Direito do Recife, ganhou a amizade do nosso biografado e passou a frequentar sua casa, quando estava de férias e ficava alguns dias na capital paraibana. Ele contava que o jovem estudante foi logo tomando intimidade “dera para aparecer-me, de portas adentro, entrando com a mesma intimidade com que saía, todo íntimo ou abstrato, num jeito de quem sabia o que aliam os momentos, o que interessava e o que não interessava, sem dar satisfação”, e não tardou a escolher a biblioteca por atração preferida da casa, “pela gula como que se deixava ficar a revistar os livros, levando para ler os que eu apontava”. O nosso personagem foi logo se tornando uma espécie de tutor de sua formação intelectual, como seria de outros. Muito esperto, o jovem bacharelado se tornou redator da revista *Era Nova* e de alguns jornais do Recife, ganhando novos espaços no circuito intelectual da região (ALMEIDA, 1970, p.204).

Naquele ano, José Américo foi convidado para compor uma coleção de novelas com a direção de Ademar Vidal e a coordenação do jovem Antenor Navarro. Tratava-se de um periódico de divulgação mensal, com a tiragem ousada de cinco mil exemplares, que deveria receber a colaboração dos escritores, que enviassem originais, recebendo direitos autorais em casos de publicação. O primeiro número de *A Novela* saiu em maio, com o texto inédito *O algoz de Branca Dias* de Carlos Dias Fernandes. Depois da estória, havia anúncios, notas políticas e literárias, uma biografia do autor, e o epílogo “As letras na Paraíba: nomes feitos e novos”, no qual Alcides Bezerra mapeava o cenário intelectual do estado³¹. Por fim, uma sinopse da novela do próximo número, *Reflexões de uma cabra*, de José Américo. A terceira edição seria *Maria da Glória*,

³¹O autor fez uma longa descrição, cheia de autores e títulos, mas não citou José Américo. Uma ausência estranha, dado o seu reconhecimento na época, já sendo tratado entre os escritores mais destacados do estado por outros intelectuais. Mais do que isso, era o autor que ocuparia o próximo número, o que tornava seu nome particularmente mais difícil de esquecer.

escrita por Alcides Bezerra, e a quarta *Fome*, por Ademar Vidal, a última do periódico.

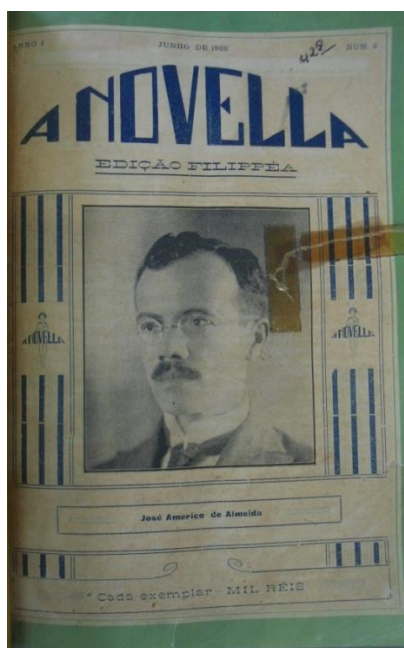


Figura 19: Revista *A Novela*, edição de José Américo
Fonte: *A Novela*, jun.1922, capa.

José Américo dizia que pretendia escrever uma novela histórica, mas não pode terminá-la em razão da falta dos documentos para a reconstrução dos fatos, prometeu para outra ocasião. No lugar, “improvisou um estudo dos nossos costumes sertanejos”. Ele havia se dedicado à escrita desse texto pouco mais de uma semana, em sua primeira experiência com uma narrativa de ficção com mais de duas páginas. Era a história de José Fernandes de Melo Azedo, único homem em uma família de dez descendentes, ao qual fora designada a sina de ser padre. O enredo encostava, assim, na vida do escritor. Mas era, antes de tudo, uma sátira, “uma caricatura de novela”, como descreveria, e da vida dos meninos da hinterlândia, na qual jogava com a forma – fazia interferências metalinguísticas para explicar os ajustes que a sua trama exigia nas normas do gênero, citava textos literários famosos e referenciava alguns de seus amigos intelectuais:

Mostrei a Celso Mariz uma fotografia antiga de Maria Anunciada. E ele, com aquele desdém que lhe reside na ponta dos dedos, e, às vezes lhe muda para a ponta da língua fez pouco: “Isto é lá tipo de novela...”³².

O seminarista José Fernandes apaixonou-se por Maria Anunciada. O sentimento foi motivo para que enfrentasse o pai dela e a pedisse em casamento. A seca de 1903, porém, arruinou as terras do tio e ele migrou para o interior de São Paulo. Cinco anos

³²*A Novela*, 1922, p.18.

depois estavam ambos casados, Maria Anunciada com um homem da região e ele com uma moça rica que “passava da idade de casar”. José Fernandes e D. Irma tiveram um filho, ao qual deram o nome Amaril. Este pegou uma febre que só sarava com leite de cabra. Essa cabra virou, assim, um ente pelo qual a família tinha demasiada gratidão. Aconteceu, contudo, que escolhido para padrinho do garoto um ilustre amigo do sogro, convidaram-no para jantar, cientes de que apreciava bastante a carne caprina, que não encontraram à venda em parte alguma. Sacrificaram, portanto, o filhote da cabra. Como desfecho, o convidado rejeitou o pedaço de carne e o protagonista tomou-se de remorso. No *post-scriptum*, o autor anunciava a moral da história e explicava o título:

Não pretendo, como os antigos fabulistas, fazer um animal falar. Mas, isto de pensar, eles pensam. A sabedoria popular diz do cavalo que levanta a cabeça da manjedoura, despercebido da ração, contemplativo, que “está rezando”. E rezar é uma forma nobre de pensar.

A cabra não falou. Não direi tal. Mas baixou a cabeça. Refletia. Ora levantava as patas, ora se descompunha, num esgar; ora agitava a cauda curta. Sempre com a cabeça baixa. Refletia, naturalmente, e dizia de si consigo:

– “Como são maus os homens! São piores que as onças! As feras nos comem porque não têm outro remédio: nós somos o seu sustento. E não nos criam. Não nos veem nascer!... Esse Zé Fernandes veio ao mundo com os meus irmãos: cheira ainda a bode, tem *budum*, como lá diz a mulher. Eu criei seu menino, sou mãe de leite do seu primogênito, salvei-o; e ele, no batizado de seu filho, de meu filho, na festa de todos nós, em vez de levar-me à beira da mesa, para experimentar os restos do banquete, ele comeu meu filho! (...)”³³.

Notas de leitura de *Reflexões de uma cabra* foram publicadas na *Era Nova*, que não poupavam aplausos ao “jurista sociólogo [que] vem de se estrear brilhantemente na literatura de ficção”, como dizia a resenha da escritora pernambucana Débora Monteiro. Também foram citados Pereira da Silva, Afrânio Peixoto, Monteiro Lobato, Gustavo Barroso, Mário Sette, Olívio Montenegro. Jorge d’Altavilla disse, no *Jornal do Recife*, que se tratava do “Monteiro Lobato do Norte”. Luís da Câmara Cascudo elogiava sua escrita: “*Reflexões de uma cabra* destoa da literatura convencional, amenizada e frívola anilha as livrarias. Daí o encanto que tive lendo-a”³⁴. A recepção era de fato notável. Joaquim Inojosa escreveu um artigo a seu respeito em *A Província*. José Lins do Rego dedicou ao tema um longo texto publicado na página de capa do *Jornal do Recife*³⁵. Houve investimento dos editores de *A Novela* para que a circulação tivesse resultado,

³³*A Novela*, 1922, p. 38.

³⁴*Era Nova*, 15 jul. 1922; 1º ago. 1922; 15 ago. 1922; 1º set. 1922; 1º out. 1922.

³⁵*A Província*, 18 ago. 1922, p.3; *Jornal do Recife*, 18 jun. 1922, p.1.

sobretudo por meio do envio de exemplares para literatos reconhecidos.

Entre os dias 13 e 21 de maio, com o patrocínio do governo do estado, a Paraíba sediou o VII Congresso Brasileiro de Geografia. O evento contou com a presença de representantes de diversas instituições políticas e científicas, dentre as quais vale a pena destacar, como a revista *Era Nova* o faria, o jovem jornalista e literato potiguar Luís da Câmara Cascudo. O nosso biografado contaria mais tarde que foi nessa ocasião que o conheceu³⁶. Em todo caso, os intelectuais paraibanos se engajaram na realização do evento. Houve uma abertura no Teatro Santa Rosa e, no dia seguinte, várias comissões foram montadas no Liceu Paraibano. A de “Etnografia e Etnologia” teve a presidência do cônego Pedro Anísio, a secretaria de José Américo e os integrantes Simões da Silva, Botto de Menezes e Paulo Magalhães. Importa destacar, uma vez mais, o interesse do procurador geral por esse tema que, à época, envolvia projetos de eugenia³⁷.

Mais ou menos por essa época, José Américo registrou a intenção de reunir suas melhores crônicas publicadas em *A União*, *O Norte* e *Era Nova* em um livro intitulado *Sem me rir, sem chorar*³⁸. A proposta era que saísse em meio às comemorações do centenário da Independência do Brasil, constando como o primeiro número da coleção de títulos com a chancela *Era Nova*. Mas o volume nunca saiu³⁹. Ele seguia publicando textos regularmente na revista até outubro de 1922. Nesse momento, um convite do presidente de estado o desviou dessa demanda em prol de um projeto intelectual de outra monta. Ele só voltaria a escrever no periódico na circunstância do falecimento de Rui Barbosa, em março de 1923. Deu ao texto o mesmo título que usara anos antes para tratar da morte de Joaquim Nabuco – *Redivivo*.

É possível arriscar que, entre os anos de 1921 e 1922, José Américo constituiu seus textos com base em três pontas de sua vida profissional – os interesses literários, filosóficos e sociológicos; a inserção na política estadual; o *savoir-faire* de jurista. As fronteiras entre esses mundos, que já não eram tão firmes, se tornaram cada vez mais fluidas ao passo em que a escrita fazia mais cotidiana e a habilidade para tratar com ela mais instintiva – o *habitus* de escritor trazia consigo uma maneira pessoal de ver e apresentar as coisas a partir do seu lugar no mundo social. Isso tudo em um tempo no

³⁶ José Américo contou a Aspásia Camargo *et al* (1984) que, anos depois, Câmara Cascudo levaria um tempo para reconhecer que o “sujeito um pouco ranzinza, que usava fraque” era ele.

³⁷ *Era Nova*, 1º jun. 1922.

³⁸ Conforme nota publicada na revista ilustrada *Era Nova* (15 mai. 1922, p.4). Não confundir com o livro *Sem me rir, sem chorar*, no qual foram publicadas as crônicas da coluna de *O Cruzeiro* dos anos 1950 (ALMEIDA, 1984).

³⁹ Conforme divulgado pelos editores da *Era Nova* (01 jul. 1922, p.2).

qual era preciso experimentar outras formas de expressão, novos suportes e linguagens. Mônica Velloso (2010, p.20) observa que os modernismos foram responsáveis por uma conciliação entre as ciências e as artes, na medida em que o novo tempo carecia de intercâmbio entre esses conhecimentos. Era como se, de alguma maneira, a coexistência deles fosse imprescindível para a construção da especificidade do nosso escritor.

José Américo costurava, em seus textos, mas também em sua trajetória política, as referências do moderno e do tradicional. Os símbolos que marcavam a vida moderna, o papel da ciência na organização das sociedades, a redescoberta da política a partir da arena pública, como espaço para discussão e criação de projetos sociais, conviviam com a manutenção dos privilégios que asseguravam a ele o acesso a esses espaços de poder. Esse lugar a partir do qual ele construiu suas visões de mundo, inclusive, permitiu que ele defendesse a presença da assistência estatal na vida das populações mais pobres ao passo em que lia e corroborava com as teorias do darwinismo racial. Era a forma como o herdeiro dos capitais político e cultural da família, mas que também barganhou certa autonomia para se movimentar no mundo social ao se fazer bacharel, revisitava sua trajetória para pensar, em meio às questões que ocupavam o cotidiano dos jornais e das revistas, novos caminhos possíveis para a República.

3.2 Do ensaio sociológico ao romance de sucesso

O centenário da Independência do Brasil, no ano de 1922, foi largamente comemorado em todo o país. Estudantes desfilaram nas principais ruas das cidades, políticos e intelectuais proferiram discursos emocionados; jornais dedicaram números inteiros à cobertura das festas e artigos de opinião que entoavam a importância da data. José Américo escreveu sobre o episódio para o jornal *A Província*, oportunidade em que tratou das revoltas que teriam antecedido a emancipação, mas ponderou a importância do herdeiro do trono para viabilizá-la. A revista *Era Nova* lançou um número especial comemorativo. Em seu texto de abertura, nosso autor exaltou os homens que lutaram pela emancipação política na então capitania da Paraíba, sobretudo na Revolta de 1817. Em ambos os casos, empreendeu esforços historiográficos e mostrou conhecimento da bibliografia, sobretudo a referência *História Geral do Brasil*, de Francisco Varnhagen. Mas tão logo se abriu a sessão seguinte, o que se via era uma fotografia do presidente

Epitácio Pessoa, ao lado da *Marianne*, essa personagem símbolo da República⁴⁰.

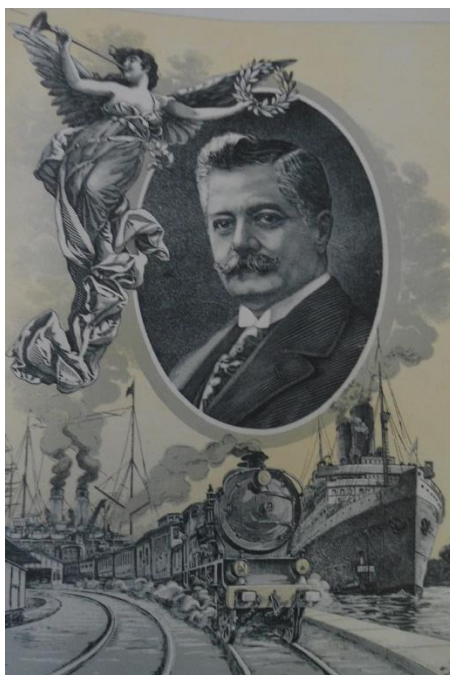


Figura 20: Homenagem a Epitácio Pessoa no centenário da Independência
Fonte: Era Nova, 1922, edição comemorativa.

Aconteceu que as comemorações calharam de cair no tempo de mandato do estadista paraibano no Palácio do Catete. Alguns intelectuais nortistas, em particular os paraibanos, acharam por bem homenageá-lo associando a sua imagem à dos “mártires” da Independência. Na capa do jornal *A Província*, por exemplo, ele aparecia ao lado de D. Pedro II. Era a oportunidade de elevar a importância do presidente e da região na agenda de discussões da unidade política que o tema provocava na arena pública. Havia motivos para isso. Essa era a primeira vez que um paraibano ocupava a chefia da nação, isso depois das poucas vezes em que lideranças do estado foram nomeadas para os ministérios ou outra posição de relevo no poder central⁴¹. E também por isso, fora um momento particular de investimento em obras contra as secas.

Esse era um debate antigo na opinião pública e que fora alvo de iniciativas de outros governos. Nilo Peçanha decretou a criação do Instituto de Obras Contra as Secas em 1909, Delfim Moreira acrescentou “Federal” ao seu nome e aprovou a mudança no estatuto em 1919. Mas Epitácio Pessoa foi o primeiro, conforme Lúcia Guerra Ferreira (1993, p.96), “a investir em larga escala e iniciar simultaneamente um grande número

⁴⁰*A Província*, 7 set. 1922, p.1; *Era Nova*, edição especial, set. 1922.

⁴¹Em tempos de Primeira República, a formação das coalizões que formavam as maiorias eleitorais e garantiam a estabilidade do regime implicava num jogo de forças que priorizava os grandes aos pequenos estados. Em sendo um estado pequeno, a Paraíba dispunha de menor fôlego para barganhar cargos em um ministério, de modo que isso aconteceu poucas vezes.

de obras na região”. Era uma conquista importante para os estados. Tanto que provar sua eficácia se tornou prioridade das lideranças. A determinação do governo federal de destinar parte do orçamento para as obras contra as secas afetava os interesses de outras bancadas na Câmara – em particular os produtores de café, que reivindicavam subsídios cada vez maiores – gerando disputas no plenário. Os recursos destinados ao Norte, diziam os deputados e a imprensa paulista, estariam sendo apropriados pelas elites nortistas – discussão, inclusive, que lhes renderia a pecha de *indústria da seca*⁴².

As obras contra as secas envolviam um conjunto complexo de investimentos, com açudes de médio e grande porte, mas também com melhoramentos na infraestrutura dos meios de transporte e comunicação, visando o desenvolvimento da economia local. Estradas de rodagem, ferrovias e portos representariam a modernidade nesses sertões, entendida à época como condição para uma melhoria na vida coletiva. Por essa razão, Epiácio Pessoa era representado junto do trem e navio a vapor. A mistura dos símbolos do antigo e do moderno – o passado e o futuro da pátria – inscreviam um sentido para a história que pensava o Norte como espacialidade basilar do desenvolvimento nacional e o chefe político paraibano como o mártir necessário à condução dessa política.

Em meio a isso, talvez como consequência da discussão, às vésperas do término do mandato de Epiácio Pessoa, o presidente de estado Solon de Lucena decidiu seguir as homenagens com um relatório que atestasse como sua administração impactou a vida da população da Paraíba. A proposta não só deveria render bons frutos para a imagem de ambos, como seria material estratégico para a ação política nacional, por meio do qual seria possível atestar, com informações de pesquisa empírica, no tempo em que a ciência ganhava fôlego, a importância das obras contra as secas para o desenvolvimento social e econômico da região. Pensando dessa maneira, ele convidou dois intelectuais do circuito literário paraibano, habilitados em temas históricos e sociológicos, para realizar a tarefa – Celso Mariz e José Américo de Almeida.

As pesquisas tiveram início em novembro de 1922. Naquela ocasião, os dois escritores tomaram um carro em direção ao interior do estado numa viagem de caráter

⁴²Lúcia Guerra Ferreira (1993) dimensiona, em seu livro *Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba*, a magnitude do orçamento dedicado aos estados nordestinos, particularmente à Paraíba, durante o governo Epiácio Pessoa. Também consta que o próprio presidente tenha reconhecido a prioridade concedida a esses gastos em relação aos subsídios aos cafeicultores. Em resposta às críticas, o presidente nomeou uma comissão – chefiada pelo marechal Cândido Rondon – para avaliar o uso desses recursos. A comissão concluiu que tais investimentos eram imprescindíveis para o desenvolvimento da região, mas barrou várias das obras em execução, acusando a sua ineficácia. José Américo defendia que o alarde dos desvios, ainda que pontualmente eles tenham acontecido, tinham um sentido prioritariamente político por parte das elites paulistas (ALMEIDA, 1980[1923]).

exploratório. O propósito era observar *in loco* a natureza do fenômeno das estiagens e suas especificidades locais, mas principalmente os impactos das obras contra as secas. Ao que indicam as fontes, as primeiras paradas foram nos municípios do sertão. Não eram destinos estranhos aos dois. José Américo havia sido promotor em Sousa e não deixou de perceber, quinze anos depois, os contrastes entre uma viagem e outra: “Em 1909, venci a distância que vai de Areia a Sousa, a cavalo, em nove dias de penosa travessia. Em novembro de 1922, realizei a mesma viagem, de automóvel, em 24 horas, sendo o percurso, ordinariamente, mais rápido” – vale ressaltar que, nesse momento, linhas de trem chegaram a Sousa, embora não pelo entroncamento de Campina Grande, mas a partir de uma ligação com o sertão do Ceará⁴³ (ALMEIDA, 1980[1923], p.372).

A pesquisa exploratória não abdicava de hipóteses que os pesquisadores levaram na bagagem. Leitor de Euclides da Cunha, impressionado com as notas sociológicas de *Os Sertões*, mas também uma bibliografia sobre miscigenação e eugenia, nosso autor tinha duas variáveis constantes em seu diário de bordo – questões geográficas e raciais. Essa pauta, em certa medida, conduziu o roteiro de viagem, no qual estavam inclusas as obras contra as secas – sobretudo açudes e estradas – bem como acidentes geográficos como o Pico do Jabre, ponto mais elevado do estado, que não subiram, mas puderam ver da serra de Teixeira. Também se encantaram com um grupo de tropeiros de algodão a caminho de Campina Grande⁴⁴. Ele registrava: “Colhemos a impressão do centro dos grandes melhoramentos. Por toda a parte, até nos pontos mais segregados da vida civilizada, se mudava a feição primitiva” (ALMEIDA, 1980[1923], p.37).

O retorno foi tempo das pesquisas na bibliografia e nos arquivos, a respeito dos quais o biografado tecia críticas – “São notórias as dificuldades dessas aquisições. As repartições públicas são, ordinariamente, inacessíveis. Os elementos eram incompletos, porque as publicações estavam retardadas” – e nesse ponto ele falava das vantagens de ter como companheiro um historiador experiente. As fontes advinham, em um tempo no qual “cada qual só dispõe de sua biblioteca”, de arquivos privados que, em razão das boas sociabilidades que mantinham, acessavam com maior facilidade. Atendendo a um chamado da imprensa, entretanto, Celso Mariz desligou-se do compromisso, voltando suas energias para a escrita do livro *A Paraíba no Parlamento Nacional*. José Américo, dessa maneira, continuou sozinho a tarefa, cujo resultado, depois de um ano intenso de trabalho, seria um livro com mais de 700 páginas (ALMEIDA, 1980[1923], p.37/38).

⁴³De acordo com Rivaldo Amador de Sousa (2011).

⁴⁴Descrição de Lourdinha Luna (1987).

O material consultado incluiu uma diversidade de referências, sobretudo em se julgando o padrão das pesquisas da época e a documentação que estava ao alcance dos escritores. O autor se valeu de uma infinidade de relatos de viagem, em particular dos que atentaram ao fenômeno das secas, mas também de um conjunto enorme de mapas, registros pluviométricos e amostras de solo. Os relatórios de presidente de província e presidente de estado tiveram um papel central em suas análises, assim como ditos populares e notícias de jornal. A certa altura do texto, revestidas do imaginário de evidência realista, ele se ressentia da falta de boas fotografias, que ilustrassem melhor o que estava sendo apurado. E abusou da historiografia paraibana – Maximiano Machado, Irineu Joffily, Irineu Pinto, Celso Mariz, Coriolano de Medeiros. Ao longo das páginas, no entanto, a narrativa perdia sua característica de relatório, ainda que fosse constante a referência aos documentos de natureza variada, e tornava-se uma tese sociológica.

O argumento central do livro era que as condições naturais e as características raciais da população do estado forneceriam potencialidades para o seu desenvolvimento social e econômico, mas que a ausência histórica de investimentos por parte do poder público na região minava suas possibilidades de progresso. Em outras palavras, não era possível acreditar nas secas como um fenômeno meramente climático, era antes produto do descaso do Estado. Tratar-se-ia, dizia o escritor, de uma resposta do pouco espaço que os políticos nortistas, em particular os paraibanos, haviam tido no poder central ao longo da história. Em um país ainda carente de sentimento nacional, que colocasse os interesses da nação à frente das particularidades dos estados (ALMEIDA, 1980[1923]).

As tragédias climáticas, afinal, não eram exclusividade do Norte – como se via nas inundações de São Paulo, nas ondas geladas e chuvas elétricas de certas regiões dos Estados Unidos – e as obras hidráulicas foram recorrentes na história do mundo:

Entrando nessa convicção, o sr. Sampaio Correia assegurou, com a consciência de seu valor profissional, abeberado em elementos positivos: “O nordeste brasileiro, ao contrário do que em geral se supõe, apresenta tais condições de clima e de solo, que as obras reclamadas pelos seus habitantes jamais poderão ser consideradas como de mero socorro público; constituirão, de preferência, serviços de desenvolvimento econômico” (ALMEIDA, 1980[1923], p.157).

O povo nordestino, portanto, não seria “inconstante, volúvel e sem ambição”, como dissera Paulo Morais de Barros, mas “experimentado lutador” e “incessantemente laborioso” (ALMEIDA, 1980[1923], p.44/45). Ele seguia, dessa maneira, o argumento mais famoso de Euclides da Cunha no clássico *Os Sertões*, conforme o qual “o sertanejo

é, antes de tudo, um forte” (CUNHA, 2009[1902], p.95). Fazia mais, usava-o enquanto metodologia, como podemos notar no sumário. Nos primeiros capítulos, “Terra ignota” e “O clima”, fez uma descrição das condições geográficas do estado. Em “O martírio” e “O abandono”, tratou da psicologia racial dessa gente e suas potências em contraponto à ausência do poder público. Depois caracterizava a mudança histórica, cuja ruptura seria a eleição de Epitácio Pessoa no capítulo “O homem do Norte”. E finalmente, os efeitos: “A redenção”, “O problema das distâncias”, “O porto”, “O saneamento”, “A ação dispersa”, “Consequências sociais”, “Consequências econômicas” e “Impressão geral”.

O autor interessava-se particularmente em apresentar, por meio das descrições, as peculiaridades da formação morfológica e climática da região, por consequência também racial, e desmentir, com isso, uma máxima muitas vezes repetida no parlamento e na opinião pública. Dizia-se que a população cearense seria a mais drasticamente assolada pelas secas, o que teria tornado o estado alvo prioritário dos investimentos do poder central. José Américo defendia que, apesar da porção de várzea e brejos, as terras paraibanas também foram cenário para verdadeiras tragédias. Ele narrava, dessa forma, com certa dose de dramaticidade e tomado de recursos literários naturalistas, a história dos migrantes famintos e doentes que deixavam crianças e idosos pelo caminho e invadiam as cidades. Os socorros montados de maneira improvisada nos corredores dos mosteiros, das escolas e das santas-casas não eram capazes, portanto, de dar conta das demandas por saúde e assistência social, de modo que o caos se instalava.

Era dessa forma que ele explicava a maior incidência nos casos de banditismo, consequência da ausência de uma ação efetiva do poder judiciário. Também era nas estiagens que aumentavam os casos de estupro – “infundiam as perversões sexuais” (ALMEIDA, 1980[1923], p.196). E atentou ao acontecido com Dionísia dos Anjos, que no auge do desespero da fome, matou e comeu os restos mortais de uma menina de cinco anos, chamada Maria. Apesar disso, José Américo concluía, com o orgulho e baseado em toda uma tradição intelectual eugenista, que a população paraibana tinha uma boa formação racial. Seria produto da mestiçagem prioritária de gente branca e indígena, com poucos casos de “degeneração”. Tratava-se de um “ambiente saneável”, que teria outro destino se o Estado empreendesse os investimentos necessários:

A população sertaneja é quase toda clara. Parece que, além de tudo, sempre se forrou ao cruzamento com o africano, por essa repugnância que caracteriza o índio. É tão clara, até nas classes inferiores, que não pode constituir os “caribocas puros”, apresentados por Euclides da Cunha como tipo normal desse povo (ALMEIDA,

1980[1923], p.524).

O livro foi publicado pela Imprensa Oficial em 1923 com o título *A Paraíba e seus problemas*. O argumento inscrevia um lugar para a gente paraibana em meio a uma historiografia preocupada em entender os problemas da nacionalidade. Nesse momento, nosso autor andava fascinado pela obra de Oliveira Viana. E citou alguns livros, *Populações meridionais no Brasil* (1920) e *Pequenos estudos de psicologia social* (1921). Mas surpreende notar o caso de *Evolução do povo brasileiro* (1923), publicado naquele mesmo ano e que ele já tinha lido e usado na análise. Era com essa perspectiva, portanto, que compreendia os efeitos da miscigenação na psicologia das populações brasileiras – entendidas como plurais – e a sua maior ou menor adaptabilidade em uma ou outra região. A despeito disso, tratava com desconfiança das teses do determinismo geográfico de Friedrich Ratzel. Era um tempo de transição entre duas maneiras de lidar com os controversos conceitos de raça e miscigenação – ora falava-se na mistura como degeneração, ora como a forma mais apropriada de vida em um país tropical⁴⁵.

Ao tratar do termômetro tênue entre o relatório proposto e a tese apresentada, José Américo discutiu sua homenagem ao ex-presidente: “Levantei algumas questões que exorbitam, talvez, dos limites propostos. Mas o sr. Epitácio Pessoa gostará de ver que me impressionei mais com a sua obra do que com o seu nome e menos com a sua obra do que com sua terra”. Ele estava em alta na opinião pública, com o falecimento de Rui Barbosa, foi escolhido para substituí-lo na Corte Internacional de Justiça de Haia. No ano seguinte, nosso autor se engajaria em favor a eleição do conterrâneo uma vez mais para o Senado, ocasião na qual o estadista o escreveu para agradecer a gentileza e acrescentou uma nota quanto sobre o livro publicado (ALMEIDA, 1980[1923], p.48).

Só há poucos dias pude encetar a leitura da – “A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS”. Não tenho avançado muito, porque outras preocupações me tomam o tempo. Pelo que já li, porém, pressinto ser obra que faz honra aos seus já consolidados créditos de escritor. Comoveu-me sobremodo o pensamento que a inspirou ao Governo, assim como muito me desvaneceu a ideia deste de confiá-la à pena tão capaz⁴⁶.

⁴⁵Solange Rocha (2009) defende que a publicação do livro *A Paraíba e seus problemas* de José Américo foi crucial na consolidação de uma cultura histórica conforme a qual haveria pouca expressividade na presença da população negra na Paraíba, em particular entre as pessoas sertanejas. Concordo com a observação da autora, sobretudo se ponderarmos os demais momentos em que esse livro apareceu na cena pública, a publicação da segunda edição em 1937 e da terceira em 1980, quando leitores de outras gerações tiveram acesso ao texto e novas interpretações a seu respeito se espalharam na opinião pública.

⁴⁶Carta de 7 mar. 1924, de Epitácio Pessoa a José Américo (PESSOA, 1962, p.350-351).

A Paraíba e seus problemas tomou ampla circulação, efetivamente, a partir de março de 1924⁴⁷. A despeito dos muitos elogios que teve à época, a recepção foi menor do que tivera a novela *Reflexões de uma cabra* no ano anterior, o que decerto se devia à extensão do material apresentado. Mas teve boas críticas. O cônego Florentino Barbosa deu destaque ao livro em seu artigo sobre escritores paraibanos na revista *ABC*. Gilberto Freyre e Odilon Kestor fizeram longos comentários para o *Diário de Pernambuco*⁴⁸. Notas mais extensas saíram nos periódicos paraibanos *A União*, *O Norte* e *Era Nova*. Nesse momento, nosso biografado estava mais próximo dos intelectuais jovens conquistaram espaços centrais nos periódicos dos estados vizinhos, particularmente em Pernambuco e no Rio Grande do Norte.

Gilberto Freyre havia retornado de seus estudos nos Estados Unidos em 1923. Em 5 de abril de 1924, ele fez uma conferência no Teatro Santa Rosa, na cidade da Paraíba, que depois seria publicada na imprensa local. José Américo provavelmente o conheceu nessa ocasião, por intermédio do amigo comum José Lins do Rego. Mas ele decerto tinha outros contatos no Recife, os quais construíra em seu tempo de estudante. Luís da Câmara Cascudo foi um correspondente estratégico na ocasião. De acordo com Giuseppe Oliveira (2016), a primeira missiva entre os dois que se tem notícia fora de maio de 1922, uma resposta que o biografado remeteu à solicitação do interlocutor que pedira sua opinião sobre seu livro de estreia *Alma Patrícia*. As outras cartas datam de 1924, quando o escritor potiguar cobrou uma cópia de *A Paraíba e seus problemas*.

José Américo, nesse momento, passou a se corresponder com Joaquim Inojosa. O autor pernambucano, no final de 1922, passara uma temporada entre Rio de Janeiro e São Paulo, tendo conhecido Menotti Del Picchia, Mário de Andrade, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, artistas que organizaram, alguns meses antes, a Semana de Arte Moderna. Voltou de viagem tomado pelas ideias do grupo e decidido a divulgá-las entre intelectuais nortistas. Neroaldo Azevedo (1984) conta que foi tendo isso em vista que ele criou, ainda naquele ano, a revista *Mauricéia*. A proposta foi recebida com entusiasmo por alguns escritores e jornalistas, mas teve a rejeição de figuras como Gilberto Freyre e José Lins do Rego. Eles temiam que o “futurismo” de São Paulo descaracterizasse os valores tradicionais e a realidade da região.

Joaquim Inojosa, com esse intento, trocava cartas com o diretor de *Era Nova*, Sinésio Guimarães Sobrinho, que registrava seu entusiasmo com a nova revista e com a

⁴⁷*O Jornal*, que circulou na Paraíba, 28 fev. 1928, p.1.

⁴⁸*ABC*, 9 ago. 1924, p.13; *Diário de Pernambuco*, 15 mai. 1924, p.2; 20 mar. 1924, p.5.

possibilidade de divulgá-la na Paraíba. Dessas missivas, deu-se o convite, no primeiro semestre do ano seguinte, para que o intelectual pernambucano passasse a figurar entre os colaboradores de *Era Nova*, ao qual ele respondeu com uma longa carta. Aceitaria com a condição de que o periódico acertasse o passo com o modernismo – leia-se o modernismo paulista. Essa missiva seria posteriormente publicada na plaquete intitulada *A Arte Moderna*, com 39 páginas, tendo repercussão maior no meio intelectual. Recebeu elogios, por exemplo, de Luís da Câmara Cascudo, com o qual o referido autor também passou a se corresponder. O editorial de *Era Nova* de 15 de maio de 1924, dessa forma, noticiava a incorporação do novo colaborador Joaquim Inojosa (AZEVEDO, 1984).

José Américo, de acordo com Giuseppe Oliveira (2016), foi um dos primeiros intelectuais que escreveriam para Joaquim Inojosa em resposta às questões propostas em *A Arte Moderna*. Em um primeiro momento, a sua crítica assumiu um tom reticente. Elogiava o texto do interlocutor, mas não sem assegurar a importância do que chamou de “inteligência cosmopolita”. O movimento modernista deveria se dar com respeito às tradições de outras localidades, incluindo a sua própria:

Recebi A ARTE MODERNA, que é mais uma expressão de seu talento e de sua cultura. (...) Não sou infenso ao espírito novo. Compreendo a necessidade de subordinar a arte às outras formas de vida que as conquistas do progresso vão impondo. Penso, porém, que para ampliar essa tendência não é preciso destruir o patrimônio da inteligência cosmopolita. É arriscado conjurar, de uma vez, as fórmulas consagradas. Daí as demasias das reações que resultam ridículas⁴⁹.

Em uma missiva remetida no ano seguinte, contudo, embalado pela recepção das teses do amigo, tomou-se de maior entusiasmo por suas iniciativas. Mas dizia, quase como recado, “aprecio, também, especialmente, a moderação do seu modernismo”:

Já estou enfiado da literatura pela literatura. Estamos em tempo de passarmos do sonho à ação. E, ainda utilizando os padrões do progresso material e cultural de outros povos, devemos construir obra nossa, isso é, atender às exigências de nosso ambiente físico e social, como condição de conformidade e de permanência dessas conquistas⁵⁰.

Ainda no primeiro semestre de 1924, um grupo liderado por Odilon Nestor

⁴⁹Carta de 9 ago. 1924, de José Américo a Joaquim Inojosa. A correspondência original compõe o arquivo pessoal de Joaquim Inojosa na Fundação Casa de Rui Barbosa. Mas também foi publicada no volume *José Américo de Almeida – algumas cartas* (1980), organizado por Joaquim Inojosa depois da morte do amigo, quando concorreria à sua vaga na Academia Brasileira de Letras (*apud* OLIVEIRA, 2016, p.181).

⁵⁰Carta de 10 nov. 1925, de José Américo a Joaquim Inojosa (*apud* AZEVEDO, 1984, p.81).

fundou, em Recife, o Centro Regionalista do Nordeste. O propósito era promover uma ação intelectual que animasse o sentimento de pertencimento e o desenvolvimento das artes dessa região marcada, diziam, por raízes históricas e naturais que se entrelaçavam. Gilberto Freyre foi se tornando, ao longo do tempo, um de seus principais divulgadores. A ação do grupo desembocou na organização do I Congresso Regionalista do Nordeste, que aconteceu entre 7 e 11 de fevereiro de 1926. Apesar dos estranhamentos de ambos, Joaquim Inojosa esteve no evento, representando o presidente da Paraíba. Em meio às conversas, diga-se de passagem, houve a proposta de que a próxima edição acontecesse na capital paraibana, a que ele agradeceu. José Américo não compareceu, mas foi citado como um dos intelectuais paraibanos mais destacados do momento (AZEVEDO, 1984).

A essa altura das discussões, havia certo consenso no uso de alguns conceitos. “Modernismo” faria referência ao movimento intelectual específico, cuja origem seria a Semana de Arte Moderna de São Paulo, irradiado em solo nordestino por Joaquim Inojosa. Isso a despeito de uma concepção mais ampla do modernismo, aquela que compreende esse movimento como um fenômeno global e concomitante em diferentes localidades desde o início do século. O “Regionalismo”, por sua vez, teria sido montado como reação ao “Modernismo” naquela primeira acepção, enquanto uma investida em favor de valores e necessidades regionais. Mas não deixava de ser também um “modernismo”, na segunda perspectiva, a mais ampla, de renovação do mundo. Esse grupo aderiu parcialmente ao desejo de renovação do mundo, fazendo-a ao seu modo, o que equivalia colocar na agenda muitos de seus valores tradicionais.

Observa-se entre os regionalistas pernambucanos o uso do termo “Nordeste”. Essa já era uma nomenclatura usada para configurar a espacialidade atingida pelo fenômeno das estiagens no Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Mas de acordo com Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011[1994]), os intelectuais dariam a ele uma forma mais específica, baseada nas tradições comuns dessa região, entendidas à época como impressão da geografia nos comportamentos humanos. José Américo, no entanto, não a usava, ou pelo menos não frequentemente, mantinha-se ainda atento à “di-visão” oitocentista em Norte e Sul, preocupado com as populações do Acre, por exemplo, e as consequências desses intercâmbios enquanto impasse para desenvolver econômica e culturalmente uma nacionalidade.

José Américo tentou manter equidistância da polêmica e a geografia o ajudou nesse intento. Ainda que os escritores dos dois estados estivessem em constante diálogo, eram dois circuitos intelectuais específicos, com periódicos próprios, e lógicas próprias

de editoração e filiação política. Mas não se pode negar que nosso autor tenha se influenciado por ambas as propostas. O fato é que, terminado o livro *A Paraíba e seus problemas*, ele passou a se dedicar mais à literatura. Fazia tempo que tinha a intenção de escrever um romance e dizia andar com um na cabeça. Neroaldo Azevedo (1984, p.25) conta que o número um do semanário *Dom Casmurro*, fundado por José Lins do Rego e Osório Borba em 1922, anunciou para breve *A Bagaceira* de José Américo de Almeida. Outra nota com esse intento, mas sem citar título, teve vez na revista *ABC* em 1921⁵¹. José Lins do Rego (1977) dizia que ele ficara impressionado com o livro *Senhora de Engenho*, de Mario Sette (1921). Tratava-se de um romance de repercussão à época e que colocou o engenho como um cenário fértil para a ficção.

Ainda em 1922, esgotaram os nove anos para os quais o nosso personagem fora nomeado procurador geral, além dos dois anteriores, nos quais trabalhara sem decreto. Ao que tudo indica, era sua intenção ocupar um cargo que demandasse menos trabalho, o que permitiria uma dedicação maior à carreira de intelectual. Tanto foi assim que os desembargadores, nessa ocasião, lançaram nota em agradecimento à excelência de seu trabalho, assinada por Cândido Pinho⁵². O presidente de estado, contudo, achou por bem estender seu prazo nessa função. Ele seguiria como procurador geral até 8 de maio de 1924, quando assumiu o posto de consultor jurídico. O Superior Tribunal de Justiça, então, emitiu nova nota registrando os méritos da atuação.

Terminado o mandato de Solon de Lucena, o partido lançou a candidatura de João Suassuna, que não sendo a figura de maior agrado de seu antecessor e nem dos antigos venancistas, fazia boa fita com os sobrinhos de Epitácio Pessoa da parte de Umbuzeiro. Ao longo do mandato, porém, de acordo com Osvaldo Trigueiro (1982), desentendeu-se com os demais “jovens turcos”, sobretudo em razão da escolha de um desafeto para a direção do jornal *A União*. Em todo caso, José Américo seguiu no cargo. Enquanto consultor jurídico, se tornou membro do Conselho Penitenciário⁵³, e voltou a advogar, função para a qual, dizia ter conferido um sentido social:

Uma vez, em Campina Grande, foi preso um sujeito que se chamava João Vermelho. Depois, descobriu-se que ele fez uma confissão coagido. Davam-lhe bacalhau para comer e não davam água. No meu tempo de advogado, a assistência social era a defesa dos humildes, dos pobres. Gostei muito de ser advogado, pela liberdade da profissão, pela independência: achava que servia a boas causas (CAMARGO *et*

⁵¹*ABC*, 8 out. 1921, p.3.

⁵²*O Norte*, 27 out. 1922, p.1.

⁵³Decretos de nomeação. Caixa n.6 (Arquivo Pessoal de José Américo. Fundação Casa de José Américo).

al., 1984, p.92/93).

A princípio, dividiu escritório com três colegas – Irineu Joffily, João da Mata e João Dantas. José Américo esquivava-se dos processos criminais, o que dizia fazer por princípio, defendeu poucos homicidas em sua carreira, limitando-se a quando acreditava na inocência do acusado. Mais tarde, decidiu se afastar dos sócios por razões morais, não concordava com as posturas sociais de João da Mata, que vivia cercado por muitas mulheres em festas particulares. João Dantas tentou mediar os conflitos, sem sucesso. Nosso advogado seguiu atendendo em sua casa. Entre os mais frequentes clientes estava a fábrica de tecidos de Rio Tinto (LUNA, 1987).

Quer me parecer que foi por essa época que nosso personagem passou a se dedicar com maior assiduidade e disciplina na feitura de um romance. Ele conta em suas memórias que foram três anos de trabalho intenso, e que exigiu muita leitura do que estava sendo produzido no país. A sua proposta estava inscrita em meio às estéticas modernistas e regionalistas, no sentido amplo dos tempos, e que por isso mesmo se inter cruzavam. Acompanhava, assim, o que estava aparecendo na cena pública – como *O estrangeiro*, de Plínio Salgado, em 1926⁵⁴. José Américo escrevia à noite, com seus garranchos, no escritório dos fundos da casa. Alice passava tudo para sua letra, que era perfeitamente legível, durante o dia, pelo menos até 1927, quando terminou o curso de datilografia e comprou uma máquina de escrever. Reinaldo, tendo aprendido a usá-la desde cedo, também se ocupava vez ou outra dessa função (LUNA, 2003).

Nesses anos, nosso escritor ficou mais reservado. Ele contaria a Lourdinha Luna (1987, p.100), anos depois, que conservara apenas os hábitos sociais considerados mais relevantes: “as reuniões socioculturais do Clube Astréa, um encontro da intelectualidade paraibana e a visita à redação dos jornais”. Ainda assim, poucas vezes viu seus amigos, e quando acontecia, ele se mantinha introspectivo. José Lins do Rego (1977, p.55/56), inclusive, contava: “parece que as forças de intuição se afinam com essas continências espontâneas, e, quando voltam a agir, agem com muito mais intensidade”. Seu romance *A Bagaceira* finalmente saiu pela Imprensa Oficial em fevereiro de 1928.

O livro começava com um prelúdio – “Antes que me falem” – no qual anunciava doze expressões, ou doze teses, que diziam muito do que ele, o romancista, como assinou abaixo, trataria ao longo da obra. A mais famosa e, em minha opinião, mais expressiva delas, era a quinta: “Há uma miséria maior do que morrer de fome no

⁵⁴Ele falava brevemente de seu processo criativo em alguns relatos (CAMARGO *et al.*, 1984, p.99).

deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã”. Foi tomado por essas máximas que suas leitoras e seus leitores adentravam a narrativa e conheceram os cenários e as personagens que faziam a trama: o sol acompanhava os retirantes pela estrada. Vinham de suas terras no sertão, “expulsos do paraíso por espadas de fogo”, para a várzea, onde havia fartura, mas imersos em uma profunda desigualdade social. Os engenhos estavam abarrotados de gente trabalhando por água e comida. A maior parte dos “redivivos”, explicava, não conseguiam abrigo em lugar algum (ALMEIDA, 1978[1928]).

Dagoberto Marçau era senhor de engenho, tomado pelo exercício cotidiano de garantir a ordem social em suas terras. Lúcio, seu filho, estudante de direito, guardava consigo o ideal de liberdade e justiça que aprendera nos livros. Havia entre eles um conflito de gerações. Soledade chegou entre os retirantes e pediu um copo de água ao coronel, conseguiu assim que ele abrigasse sua família – Valentim, seu pai, Pirunga, afilhado dele – em troca do serviço no canavial. Essa gente, porém, era discriminada entre os trabalhadores brejeiros, que os viam como intrusos. Desenhavam-se, portanto, algumas das fronteiras entre os mundos que compunham essa história – o marcador de classe decerto era o mais proeminente, mas também apareciam diferenças de geração, região e, de forma mais ingênua, gênero (ALMEIDA, 1978[1928]).

Lúcio tomou-se de encantos por Soledade. Via nela as heroínas dos romances que lera e a possibilidade de um amor romântico. Ela retribuía o interesse, mas com propósitos afogeados. Tentava-o com os apelos da carne, e frustrada com os seus recuos, censurava-o certa de que um sertanejo em seu lugar já teria tomado uma atitude mais assertiva – “Brejeiro! Não nega que é brejeiro...” (ALMEIDA, 1978[1928], p.67):

E ele esforçava-se para persuadi-la da consciência do lar. Mostrava-lhe o jenipapeiro sobrecarregado, sem uma folha: – Olha, aquilo é como a mãe de família: despe-se de todos os ornatos, renuncia a todas as vaidades, para ficar só com os seus frutos.

Ela redarguia: – Eu não vou nisso. Gente deve ser como o pau-d’arco, que fica sem uma folha pra se cobrir todo de flores.

E indicava ainda o mulungu. Na verdade, toda a árvore sangrava. Toda borrifada de sangue fresco, numa palpitação de carne viva. Vendo que a casaca-de-couro compunha o ninho com espinhos e gravetos, Lucio censurava: – Passarinho cabouqueiro!...

Só compreendia o amor conchegado em plumas. E Soledade lembrava o beija-flor que nidifica, de preferência, nos pés de urtiga (ALMEIDA, 1978[1928], p.72).

Acontecia que Dagoberto também andava de olho na moça, tentava atrai-la com presentes baratos e propostas indecorosas. Isso a despeito do ciúme de Pirunga, confuso

com o parentesco circunstancial. Em um momento, ela sugeriu ao filho do coronel o que estava acontecendo. Certa vez, ele entrou no quarto dela e viu “papelitos fechados como para tirar à sorte: o *moço*, o *velho*, o *carrapato*”, aos quais deu nome, “o *moço*, não digo; o *velho* é seu pai; o *carrapato* é Pirunga”. O jovem não entendeu, ou não quis entender do que se tratava. Algum tempo mais tarde, voltou para a faculdade. A história então atingiu seu clímax. Valentim, suspeitando que a filha fora desonrada, matou o feitor. Disposto a casar-se com Soledade, Lúcio voltou ao engenho e descobriu o que havia sucedido. Dagoberto confessou ter deflorado a moça, que perseguira no canavial depois de um banho de açude (ALMEIDA, 1978[1928], p.81/82)⁵⁵.

Lúcio fez carreira como advogado. Dagoberto tomou a sertaneja por companhia. Pirunga fingiu-se de amigo e tornou-se seu vaqueiro, observava-o de perto à espera da oportunidade de vingança e assim o fez, algum tempo mais tarde, atijando o cavalo que o patrão montava enquanto corria a vaquejada. Depois da sua morte, o filho voltou para tomar posse da herança e defendeu Valentim no júri: “Quem é mais criminoso – o réu que matou um homem ou a sociedade que deixou por culpa sua morrerem milhares de homens?”. Acusava a seca e, com isso, conseguiu a absolvição. O Engenho Marzagão mudou de figura com as novas técnicas agrícolas que empreendeu. Também se casou e teve filho. Deu assistência à população atingida pela seca em 1915 e, nessa ocasião, reencontrou Soledade. Apresentou-a para a esposa como uma prima e disse que o filho dela era seu irmão (ALMEIDA, 1978[1928], p.130).

Era uma tragédia. Muito mais do que ambientada em um universo marcado pelas estiagens, tinha a seca como uma personagem fundamental, que interferia no destino das pessoas. Tristão de Ataíde (1978[1930]) descreveria esse como um romance da seca, que provocava a dramaticidade do enredo e levava a história para um desfecho infeliz. A crítica insistiu nesse ponto e associou essa imagem ao enredo. Elaine Lima (2011), porém, discorda da interpretação. Ela argumenta que o sertão não é o cenário principal do livro e lembra que a palavra “bagaceira” representava o brejo. Devemos considerar, entretanto, que em *A Paraíba e seus problemas* (1923), José Américo defendia a seca não como um fenômeno circunscrito ao sertão, mas que envolvia o brejo e a várzea, no campo e nas cidades. Era esse também o entendimento sobre as “obras contra as secas”, que tinham recursos para estradas e portos. Aliás, é válido lembrar que Valentim

⁵⁵Manuel Cavalcanti Proença (1978[1963]), em uma longa observação dos símbolos e das metáforas que constituem *A Bagaceira*, mostra como as intenções de Dagoberto por Soledade vão sendo sugeridas ao longo da trama. Destaca, sobretudo, as expressões que denotam o horror do estupro.

“culpava a seca desse desfecho: – Foi a bagaceira!” (ALMEIDA, 1978[1928], p.129).

A narrativa estava tomada de símbolos, do sol que representava poder à lista de cores – amarelo e vermelho remetiam à secura da terra, castigo do sol, mas também às paixões, em oposição ao verde da natureza pródiga dos brejos⁵⁶. A história também dava um enorme espaço para o assim chamado “folclore” – falava das danças como forró, maracatu e coco, das crenças e tradições locais – assim como para o vocabulário e as metáforas dessa gente do sertão e do brejo. Metáforas que, diga-se de passagem, guardavam filosofias que importavam para o desenvolvimento do enredo. Algumas das expressões, inclusive, seriam usadas outras vezes em seus textos: “o beija-flor que nidifica, de preferência, nos pés de urtiga” (ALMEIDA, 1978[1928], p.72).

José Américo recorreu a uma ampla gama de referências na composição de seu romance. Algumas delas diziam respeito à sua própria trajetória, o cenário do engenho, às proximidades de Areia, mas antes de tudo, o personagem Lúcio, espécie de *alter ego*. Também ele era estudante de direito, apostava no moderno como caminho e advogaria a favor da justiça social⁵⁷. Mais que isso, vivera um conflito de geração – em seu caso, trocando o pai pelos tios padres. Soledade também representava uma mulher sertaneja, Carlota, símbolo de tragédia na sua família materna. Outras ideias também apareceram. A linguagem é um ponto importante nesse quesito, apontada pela crítica ora como prova de sua aproximação do Modernismo Paulista, na discussão do dialeto nacional, ora com o Regionalismo Pernambucano⁵⁸, por causa do esforço para entender os particularismos da região, de certa forma, ela já estava presente em sua novela *Reflexões de uma cabra*.

Havia um esforço generalizado para compreender melhor a linguagem nacional. Elaine Lima (2011), nesse quesito, chama atenção para o fato de que, em *A Bagaceira*, não há separação, como fizeram alguns realistas, entre o vocabulário do narrador e do personagem, misturando expressões cultas e coloquiais em ambas as circunstâncias.

⁵⁶Os sentidos do sol foram observados por Silvino Santiago e o tema das cores foi explorado por Marcos Madeira, conforme levantamento da crítica realizado por Elaine Lima (2011). Outros símbolos presentes na obra, bem como os sentidos que ela desperta – tonalidades, cheiros, sabores – foram destacadas na crítica de Manuel Cavalcanti Proença (1978[1963]).

⁵⁷Tanto *Reflexões de uma cabra* (1922) quanto *A Bagaceira* (1928) flertam com o autobiográfico, dimensão que nos permite explorar mais da maneira como nosso autor testou possibilidades para sua trajetória, formas de pensar e agir, escolhas que poderiam ter levado a outros caminhos. Mas isso não nos permite acreditar que ele efetivamente tenha pensado ou agido como seus personagens. Na esteira de Philippe Lejeune (2014[1975]), vale lembrar que em nenhum dos dois casos havia pacto autobiográfico. Ao fim e ao cabo, trata-se de ficções.

⁵⁸Ao usar o termo “regionalismo” como substantivo comum, eu me aproprio dele enquanto um exercício de valorização da região, que nesse momento tomava cores mais fortes em reação ao propósito universalista dos “modernismos”, no plural. “Regionalismo Pernambucano”, assumia assim uma conotação mais específica lançada pelos intelectuais daquele estado entre 1924 e 1926.

Mas também interessa notar, como escreve a autora, que diferente de outros intelectuais, a exemplo de Mário de Andrade e Câmara Cascudo, não há indícios que José Américo tenha se detido em um estudo específico do vocabulário e expressões da população brasileira. Essa construção léxica, em seu caso, partiu antes de suas experiências como sujeito nascido no brejo e que, no cotidiano de seu trabalho e de outras pesquisas, se aproximou dessa gente. O que é paradoxal, mas contribui para pensar no conflito que de certa forma se deu entre o autor e a obra e, dentro do enredo, entre Lúcio e Soledade, é que ele também se utiliza de referências clássicas, sobretudo no título de dois capítulos: “Nem dríades nem hemadriades” e “*Mouritur et ridet*” (ALMEIDA, 1978[1928]).

Eu não quero, com isso, negar que o Modernismo Paulista e do Regionalismo Pernambucano tenham sido referências importantes. Decerto foram. Mas me parece não ter havido, em nosso autor, a intenção de se filiar de forma exclusiva a um dos grupos. Se de fato houve todo um esforço para afirmar os valores da região no livro – entender suas características e possibilidades naturais e sociais, assim como dar visibilidade aos costumes, ao vocabulário e às metáforas locais – também é verdade que a emergência do moderno é abordada com otimismo⁵⁹. O enredo não trata dos meios de comunicação e transporte, metáforas comuns para a mudança, e faz isso de propósito, um silêncio que sinaliza a falta de investimento do Estado. Mas inscreve Lúcio como portador desse progresso. Ele evoca o imaginário liberal e o sentimento de justiça social, aposta no desenvolvimento das técnicas agrícolas e na mudança das relações de trabalho. Era como se nosso biografado tomasse partido pelos homens de sua geração no conflito entre patriarcas e bacharéis que marcara a passagem do século (FREYRE, 2013[1939]).

Eu compreendo a oposição de Elaine Lima (2011, p.316) a uma interpretação hegemônica na crítica literária de que *A Bagaceira* seria um romance tese e, portanto, não dispunha do apreço estético que qualificaria uma boa trama. Tratava-se de um texto, como os de outros escritores regionalistas, bastante documentado, “mas isso não o faz deixar de ser literatura”. Ele fora pensado, afinal de contas, e dispunha dos elementos que o configuravam, como uma ficção. Apesar disso, não podemos perder de vista que a ficção esteve, em certa medida, a favor de um enunciado que já havia sido posto, em um texto argumentativo de não ficção – o ensaio sociológico *A Paraíba e seus problemas*. A primeira máxima do prólogo “Antes que me fale”, na abertura do romance, a

⁵⁹Conforme Giuseppe Oliveira (2016), um exemplo disso é o esforço de Joaquim Inojosa, nos anos 1960, para fazer uma genética de *A Bagaceira*, para afirmá-la antes como decorrência do Modernismo Paulista que do Regionalismo Pernambucano. Mas também é possível encontrar questões dessa natureza em outros momentos da crítica (LIMA, 2011).

propósito, evidenciava essa intenção de usar a literatura em defesa de uma ideia: “Há muitas formas de dizer a verdade. Talvez a mais persuasiva delas seja a que tem a aparência de mentira” (ALMEIDA, 1978[1928], p.2).

O enredo de *A Bagaceira* foi construído em meio a um ambiente social, histórico e político que vinha disputando espaço na arena pública desde algum tempo. A seca não era fenômeno exclusivamente climático, os grupos sociais e o poder público tinham um papel decisivo quanto às consequências que o tempo das estiagens provocaria na vida das pessoas. O capítulo “Uma história que se repete” é simbólico quanto ao esforço do autor de reafirmar essa tese. Valentim conta, ao longo das páginas, episódios da vida de um retirante e cita casos reais, um estupro e um canibalismo, os quais nosso autor abordara no estudo pregresso. Mas para além do propósito de alavancar uma discussão política no entorno desse problema social – mais tarde seria dos principais elementos que o qualificariam como precursor do “romance social de trinta” – havia também uma tese raciológica, presente em seus outros livros, e que ele reafirmava em sua literatura.

O autor sugere ao longo de sua narrativa que, apesar da condição próxima à animalidade em que a circunstância de retirante lhes colocava, e do desdém que isso provocava quando chegavam ao brejo, os sertanejos e as sertanejas seriam pessoas de melhor formação racial – miscigenação de branco com índia – que a população brejeira. Soledade, irritada com a cultura do brejo, censurava – “terra de negro”. Ela própria é tratada como um melhoramento da raça: “parecia uma pomba branca extraviada num banco de anuns eretos”. José Américo não fugia à discussão raciológica que impactou os intelectuais da primeira metade do século XX, presente em outros textos. Conferia posição de relevo para a gente sertaneja na história nacional, mas tendo por instrumento a desumanização da população negra (ALMEIDA, 1978[1928], p.64,18).

O rápido esgotamento da primeira edição, cuja tiragem não deve ter sido grande, em razão das demandas que envolviam a Imprensa Oficial, fez com que saísse outra dois meses depois. Ao que tudo indica, José Américo se empenhou no envio de volumes a intelectuais com os quais mantinha amizade ou com quem vislumbrava estreitar laços. Em seu arquivo, há correspondências que atestam o recebimento do livro no Amazonas, Piauí e Rio de Janeiro⁶⁰. Mas a resposta também viria pela imprensa. O jornal *A União* foi bastante usado para promover o romance, mostrou opiniões positivas inéditas ou já

⁶⁰Carta de 18 mai. 1928, de Leôncio de Salignac e Souza a José Américo; Carta de 26 mai. 1928, de José Pozzoli a José Américo; Carta de 15 jun. 1928, de Ney Ferraz a José Américo; Carta de 5 jul. 1928, de Agnelo Bittencourt a José Américo (Arquivo Pessoal de José Américo. Fundação Casa de José Américo).

publicadas e divulgou trechos para atrair o público⁶¹. Os paraibanos saíram à frente na crítica. Carlos Dias Fernandes se antecipou à publicação do material, que deveria ter lido no prelo. Entusiasmado, destacou sua posição intermediária entre ciência e ficção para *O País*: “caberia (...) não esquecer o sociólogo, insisto no romancista, que tão altamente se define no transunto e transparência das suas conclusões”⁶².

Coriolano de Medeiros, pondo-se como veterano no “regionalismo”, saudou o romancista em um artigo de primeira página em *A União*, e fez uma sugestão, adotada a partir da edição subsequente – que incorporasse um glossário ao texto, no qual os termos com sentido muito local tivessem entendimento maior. Ademar Vidal divulgou sua resenha na revista *ABC* e em *O Jornal*, ambos do Rio de Janeiro. José Lins do Rego publicou um texto, com duas partes, na página de capa de *A União*. Fez comentários sobre a escrita, destacando o sentido de algumas personagens, e tratou de sua amizade com o autor – as muitas conversas sobre literatura e sociologia, discutindo bibliografia e possibilidades de enredo. Também deixava interposto que fora ele o responsável pelo estreitamento dos laços do romancista com Gilberto Freyre⁶³.

A crítica ganhou pernas próprias, além dos esforços de divulgação empreendidos pelo autor e seus amigos, nos meses subsequentes. *O País* publicou vários artigos de opinião a respeito – Pereira de Carvalho, Alfredo Severo e Daniel Carneiro. *O Jornal do Brasil* deu visibilidade ao livro na coluna de João Ribeiro⁶⁴. O romance teria ainda uma análise, bastante elogiosa, na seção de Humberto de Campos para o *Correio da Manhã*: “revelou um observador inteligente e perspicaz, e uma das mais opulentas imaginações da moderna geração brasileira”⁶⁵. As maiores polêmicas, porém, circundaram as leituras de dois autores célebres. Alceu Amoroso Lima, que colaborava para *O Jornal*, havia dez anos, com a assinatura Tristão de Ataíde, intitulou sua crítica como “Uma revelação”:

Temos um grande romancista novo. Não sei se velho ou novo de idade. Sei apenas que autor de um livro sensacional.

Tomei desse volume com desconfiança. Livro feio, mal impresso, em papel ordinariíssimo, repelindo o contato com as mãos e com os olhos. A dedicatória, escrita numa letra tremida, de velho ou de doente, numa letra de homem abalado e de nervos exaustos. O título provocando troças. “O livro deve ser como o título” não deixei

⁶¹*A União*, 19 fev. 1928, p.1.

⁶²*O País*, 31 jan. 1928, p.1,

⁶³*A União*, 8 mai. 1928, p.1; *ABC*, 3 mar. 1928, p.14; *O Jornal*, 6 mai. 1928, p.9; *A União*, 21 mar. 1928, p.1; *A União*, 1º abr. 1928, p.1.

⁶⁴*O País*, 4 nov. 1928, p.5; 8 jun. 1928, p.4; 10 mai. 1928, p.4; *Jornal do Brasil*, 4 abr. 1928, p.8.

⁶⁵*Correio da Manhã*, 29 nov. 1928, p.2.

de dizer de mim comigo⁶⁶.

Entretanto, o escritor o surpreendera: “Até minutos antes a literatura estava vazia desse livro. E de agora em diante já não pode viver sem ele”. Então, comentou os seus pontos, o sentido das personagens, a importância da natureza no enredo, e as convergências com o autor de *Os Sertões*: “O romance que Euclides da Cunha teria escrito se fosse romancista”⁶⁷. Essa interpretação, de acordo com Elaine Lima (2011), assumiria posição importante na história daquele livro. Ela seria retomada, muitas vezes, tanto pela crítica jornalística quanto acadêmica, fosse para reafirmar ou questionar seus pressupostos.

Agripino Greico, comentador do mesmo *O Jornal*, no entanto, escreveria uma impressão oposta a essa, com comentários negativos da obra. Para começo de conversa, dizia ele, não se tratava de um autor estreante, “é quarentão e já publicou dois volumes”. Desautorizava, assim, a imagem jovial recorrente sobre nosso personagem na opinião pública e desqualificava sua produção anterior. *A Paraíba e seus problemas* teria “robustas páginas de antropogeografia, com razoável base de erudição científica, mas com ênfase meio confusa que caracteriza um tal gênero de escritos em plagas do Norte”. A tão falada linguagem de *A Bagaceira* seria questionável, alternava bruscamente entre norma cultura e gírias sertanejas; outro problema seria o excesso de termos científicos, que atropelariam o leitor comum; mesmo as frases de amor seriam banais.

Dois pontos particularmente impactantes da crítica foram o aspecto violência, diria ele, muito presente em toda a obra, e o que tratou como excesso de visualidade, que não faria jus ao modernismo de Plínio Salgado ou Mário de Andrade. Concluía:

O sr. José Américo de Almeida é, mais que um pensador, um descritivo. Mais que um cerebral, um voluptuoso e, acima de tudo, um visual. Em seu livro, o que vale é a paisagem impregnada de sensibilidade, o fervor entusiasta diante da natureza. Os jogos de luz e sombra, o sol e o silêncio peneirados nos verdes da folhagem: eis o que ele exprime como ninguém. Quando ele diz de uma gameleira que era o “céu verde da cidade”, foi como se desse um fundo arranhão em nossa memória e nesta marcasse para sempre aquele recanto, na sua nota mais pitoresca, mais característica. Difuso e confuso que seja, só valendo no primeiro toque e em geral retocando para estragar, sendo mais dos detalhes que da continuidade narrativa, avesso à boa coordenação lógica dos fatos, é, entretanto, alguém à altura de justificar a repetição do grito do velho crítico: “Romancista ao Norte”!⁶⁸.

⁶⁶*O Jornal*, 18 mar. 1928, p.4.

⁶⁷*O Jornal*, 18 mar. 1928, p.4.

⁶⁸*O Jornal*, 22 abr. 1928, p.5.

José Américo respondeu, no mesmo *O Jornal*, ao que julgou uma injustiça de alguém preocupado com “acacianices”. Tratava-se, conforme definição do próprio Agripino Greico, de um substantivo, “banalidade, coisa ramerraneira [inimiga do progresso], tolice, frase feita, chavão”⁶⁹. O nosso escritor começava o revide com uma expressão que seu amigo Gilberto Freyre usara certa vez: “Agripino Greico anda numa decadência visível”, e tratou dos méritos desse jovem pernambucano que estava sendo reconhecido em outros países, uma réplica ao pouco apreço que o crítico demonstrara pelos autores nortistas. Fez, então, um longo tratado das boas avaliações que suas obras haviam recebido e agradeceu, com ironia no conteúdo e na forma, a comparação com Mário de Andrade e Plínio Salgado:

Você é o primeiro crítico a incluir-me entre os vanguardistas (obrigadinho!) e eu influído por essa promoção, ainda exijo mais: chego a dizer-lhe que fui precursor do modernismo brasileiro... Veja como escrevo MODERXISMO BRASILEIRO: alto, grosso, como um pai que fala ao filho⁷⁰.

Explicava o motivo de se dizer precursor do modernismo: “Em maio de 1922 (eu gosto muito de indicar as datas, ‘como nos passaportes’) precisamente no ano de 1922, publiquei uma novela, coisa, muito chinfrim, mas reacionária, uma ‘caricatura dos processos de ficção’, conforme está escrito” – referia-se a *Reflexões de uma cabra*. Ficava em aberto, contudo, a razão do uso da letra “X” na palavra “MODERXISMO”, em caixa alta. Considerada a atenção dada ao termo, não deve ter sido despropositado. Agripino Greico publicou uma tréplica, mas só citou o destinatário no final do artigo: “Não, (falesmos-lhe diretamente), não, você, meu caro José Américo de Almeida não vale mais que um artigo”⁷¹. E o citaria novamente um ano depois, como exemplo do que chamou de “falência de uma geração de pensadores”⁷².

Interessa notar que, foi nessa época, e só nessa época, que nosso autor escreveu dois textos que seriam publicados em periódicos simbólicos do Movimento Modernista de São Paulo e de Minas Gerais – os quais eram bastante próximos, com a circulação dos mesmos autores – talvez devido à influência de Joaquim Inojosa, correspondente do grupo no Recife, também como um reconhecimento dessa produção literária moderna. Em outubro de 1928, saiu o texto “Como me tornei escritor brasileiro”. Exagerou nos

⁶⁹De acordo com definição de Agripino Greico no livro “Carcaças gloriosas” (1937, p.175), citado pelo *Jornal do Brasil* (17 ago. 1937, p.6).

⁷⁰*O Jornal*, 10 mai. 1928, p.4.

⁷¹*O Jornal*, 13 mai. 1928, p.12.

⁷²*O Jornal*, 28 abr. 1929, p.3.

pontos, em uma forma que acelerava a leitura, para tratar das formas e temas que pautariam o modernismo:

Lendo os escritores estrangeiros (E note-se que detesto o paradoxo, a ironia e todas as deformações de sentido). Lendo e pensando no Brasil. Lendo e comparando. Era ver a descrição de uma paisagem exótica, vinham-me à ideia as nossas paisagens. Achava logo a diferença. Para fixar os traços diferenciais não há como por uma coisa defronte da outra.

E assim os costumes, as paixões, etc.

Quis adotar o mesmo método no cinema, mas o cinema tem pouca variedade. É a arte dos diretores. Só os quadros noturnos servem de pontos de diferenciação.

É um processo pouco original tem dito que só faz por conhecer países estrangeiros para ficar amando cada vez mais o seu país. Mas dá certo, a menos que o sujeito não tenha senso objetivo nenhum nem discernimento. Ou seja daqueles que, cuidando estarem pensando no Brasil, estão pensando é na Grécia antiga ou no mundo da lua.

O método é, porém, de aplicação difícilíssima. Quem se acha embebido em obra-prima da estranha não tem nenhuma vontade de alternar a atenção, desse modo, porque perde o tempo e perde ainda mais se, por isso, se tornar nacionalista. E para ser escritor brasileiro ainda me faltava escrever em brasileiro.

Ora, eu nasci num tempo em que ainda se falava português no Brasil.

Inventei, assim, outro sistema: ler os clássicos (porque não posso deixar de ler Bernardes, frei Luís e Sousa, etc.) por cima, como quem está traduzindo, fazendo de conta que é castelhano, procurando apenas o sentido.

(Língua pega como visgo).

Não sei se dará resultado. Mas o diabo é que, além das palavras, não acho nada dos clássicos...

(Parafba do Norte)⁷³

Na mesma *Revista de Antropofagia*, os editores se empenhariam em divulgar a 4ª edição de *A Bagaceira*. O outro caso foi a revista *Verde*, de Minas Gerais, em que ele mandava recado para os escritores de Campos dos Goytacazes, dizendo que o Brasil espiava o que esse grupo andava fazendo naquela “cidade pequena”⁷⁴.

A Bagaceira ganhou mais duas impressões ainda naquele ano, ambas contendo um glossário em anexo, e impressas pela Livraria Castilho. A terceira e a quarta edição, de acordo com a carta na qual aceitava o contrato com a editora, renderam ao autor três contos de réis cada com a tiragem de três mil exemplares. Na última, foram feitas alterações: “Suprimi alguns termos chocantes para que a leitura se tornasse mais acessível a todas as pessoas. Introduzi muitos vocábulos novos no glossário que ficou,

⁷³*Revista de Antropofagia*, out. 1928, p.3.

⁷⁴*Verde*, mai. 1929, p.5.

assim, mais útil”. Acrescentava ainda um pedido, que lhe reservassem 30 exemplares, “sendo 20 para o concurso da Academia [Brasileira de Letras] e 10 destinados à crítica do sul do país”, acrescentava, “estou pensando no concurso porque alguns acadêmicos me animam para isto, o que lhe digo com a necessária reserva”⁷⁵. O ingresso naquela instituição demoraria ainda algumas décadas e é de se arriscar que não seria um páreo fácil, em razão dos critérios estilísticos adotados pelos acadêmicos à época. Mas o livro fora um sucesso e apontava para um caminho promissor se almejasse seguir no circuito literário. Naquele momento, aliás, parecia ser esse o seu objetivo.

⁷⁵Carta de 11 ago. 1928, de José Américo a A. J. Castilho (Arquivo Pessoal de José Américo. Fundação Casa de José Américo).

4. Reformista

Supremo Tribunal Militar
Capital Federal, 27 de setembro de 1928.
Prezado dr. José A. de Almeida,
Saudações.

Estou organizando o meu governo. Muito estimaria ter a sua preciosa colaboração. Diga-me se posso contar com ela no cargo de secretário.

Dê-me sua resposta pelo telégrafo. Basta dizer no despacho “sim” ou “não”.

Peço-lhe guardar reserva deste convite, até que se dê o meu reconhecimento, porque, só então, deverei dar a conhecer os nomes dos meus auxiliares.

Com amizade,
João Pessoa¹

A posse do novo presidente de estado aconteceria no dia 22 de outubro de 1928, data em que tradicionalmente era celebrada a transição de governo na Paraíba. O eleito João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque era membro de uma família de chefes políticos de longa data, a qual ascendera, nas últimas décadas, ao primeiro escalão do poder estadual e nacional. A escolha do seu nome, inclusive, devia-se antes de qualquer coisa, à influência e à capacidade de negociação do seu tio, o ex-presidente da República Epiácio Pessoa. Tratava-se da transição do capital político familiar de uma geração mais velha para a mais nova, dizia Linda Lewin (1993), uma prática usual entre as oligarquias locais para se perpetuarem no poder. Mas também foi uma oportunidade para a emergência de novas ideias e práticas que poderiam mudar a maneira como se exercia o poder no estado. O sobrinho do chefe político dispunha de sociabilidades mais estreitas entre intelectuais e homens públicos mais jovens e, apesar de herdar a base política do tio, decerto não tinha com ela os mesmos compromissos que aquele havia constituído. Ao seu lado, José Américo assumiria o posto de secretário geral do estado.

A escolha do autor de *A Bagaceira* decerto não foi em nada aleatória. Tratava-se de um sujeito dotado de um sobrenome condizente com o poder que lhe era conferido, a julgar pelos marcadores sociais em vigência, mediante os quais pesava que pertencesse a uma família de longa tradição oligárquica. Mas também contavam a seu favor as sociabilidades no grupo de escritores e políticos aliados de Epiácio Pessoa – os “Jovens

¹Carta de João Pessoa a José Américo de Almeida de 27 de setembro de 1928. Enviada do Rio de Janeiro (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).

Turcos”. A chamada para participar do governo era atributo, dessa forma, dos capitais políticos herdados e adquiridos em sua vida, decerto devido à sua origem familiar, mas também à trajetória como jurista e intelectual, bem como à sua participação na cena política do estado. Isso além da personalidade e das amizades, variáveis importantes na hora de tomar decisões. Foi nesses termos, aliás, que ele justificou o aceite do convite:

Dedicando-me à advocacia, esqueci, completamente, a política. Só voltei à cena para atender ao chamado de João Pessoa que me confessava sua disposição de fazer um governo apolítico:

No seu discurso de posse, ele fizera questão de acentuar: “Procurei cercar-me de elementos partidários de matizes diferentes e de não partidários. A escolha, pode-se dizer, foi mais vossa do que minha” (ALMEIDA, 1968, p.26).

Governo apolítico não existe. O que o ex-secretário geral parecia estar falando mesmo, em suas memórias, é que se almejava um governo não oligárquico, mas isso também complica se pensarmos na sua composição: o chefe do executivo era o sobrinho de Eptácio Pessoa, e seu secretário sobrinho do ex-presidente de estado Walfredo Leal. Michel Offerlé (2002[1987]), no entanto, observa que, mesmo a família sendo o meio de acesso e treinamento desses sujeitos para a política, eles poderiam constituir seus próprios capitais. E foi o que fizeram. Em outras palavras, para além das estruturas que condicionam o campo de poder, é preciso atentar as intenções dos seus protagonistas. José Américo contava que a razão pela qual se dispôs para o novo cargo foi o programa de ação proposto – “dar uma vassourada”. Ou seja, empreender uma reforma política e administrativa, o que implicava principalmente em rever o sistema eleitoral e reorientar os instrumentos de organização fiscal do estado².

Nas memórias, nosso personagem construiria um enredo que tomaria o governo João Pessoa como mito de fundação da Revolução de 1930, e conferiu cores fortes às reformas e *modus operandi* da gestão. Como veremos, entretanto, o discurso radical e a articulação que estruturaram a ruptura institucional não estavam contidos no convite, mas foram se constituindo entre marchas e contramarchas a partir de 1929. O que havia antes era o desejo de mudança. José Américo compartilhava dessa vontade e viu na secretaria a oportunidade para operá-la. Em todo caso, aceitar a proposta do presidente de estado era uma decisão ousada, sobretudo se ponderada sua posição confortável de consultor jurídico, em que dispunha de prestígio, bom ordenado e tempo para escrever.

²Conforme termos que ele utilizou em sua entrevista a Aspásia Camargo *et. al.*, no livro *O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida* (1984).

Enquanto isso, o trabalho de secretário, assim como de ministro, na esteira da teoria de Max Weber (2005[1919]), é de natureza eminentemente política, na medida em que cabe a ele por em prática o projeto que envolve um mandato. Aceitar a Secretaria Geral, por conseguinte, implicava em abdicar de uma postura relativamente exterior de jurista e literato por um cargo efetivamente político.

Aconteceu que, no tempo em que ficou como secretário, uma articulação política entre lideranças das oligarquias de alguns estados, em particular Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, criou a oportunidade para que o programa de reformas tomasse um espaço maior na opinião pública nacional, primeiro com a chapa da Aliança Liberal na campanha presidencial, depois com a Guerra de Princesa, assassinato de João Pessoa e Revolução de 1930. Nesse entremeio, de amigo e secretário do presidente de estado, José Américo se tornou candidato a deputado federal, chefe das tropas governistas no conflito estadual e líder civil do movimento revolucionário no Norte. Essas posições no campo político representaram uma projeção do seu nome na arena nacional, embora em uma circunstância arriscada de quem, junto a outros, enfrentava o regime vigente. Essa ascensão e a construção desse repertório, em todo caso, se devia tanto ao seu lugar social – leia-se à sua origem oligárquica e aos deslocamentos que fez a partir dela – como às relações que foi construindo com políticos de todo o país.

Pierre Bourdieu (2011[1999]), nesse sentido, argumenta que o ingresso em um campo político autônomo exige que os indivíduos operem uma conversão – dominem as propriedades, as relações, as ações e os processos que, embora em alguma dimensão envolvam todo o mundo social, dotam-se de características específicas. De toda forma, interessa perceber que, no tempo em que foi secretário, José Américo seguiu pedindo licenças do cargo de consultor jurídico do estado. Guaracy Medeiros de Assis (2005), que chamou a nossa atenção para esses documentos, interpreta que essa medida era uma forma do personagem, em meio às incertezas da vida política, manter a possibilidade de um retorno à função de jurista. A decisão, portanto, não era pensada como sem volta. Foi com o passar do tempo que a política foi se tornando mais forte não só enquanto mais um espaço, mas como elemento definidor de seu lugar no mundo social.

O objetivo desse capítulo é entender os arranjos e as circunstâncias da ascensão de José Américo de Almeida no campo político desde a sua posse como secretário até a vitória do movimento revolucionário. Isso implica observar a sua trajetória ao longo de dois anos bastante conturbados, entre 1928 e 1930. No tempo recortado por essa seção, nosso biografado viveu dos quarenta e um aos quarenta e três anos e, mesmo assim,

ainda era representado como um jovem que pretendia mudar a ordem das coisas – imagem cara também a João Pessoa. Talvez isso se devesse a uma mentalidade que vincularia juventude às ideias progressistas, que não necessariamente se correspondem, ou à predominância de homens mais velhos em postos de poder na Primeira República. Cláudia Viscardi (2001), aliás, fala desses anos 1920 como um momento de emergência de uma geração mais jovem de republicanos nos postos de poder, com destaque para os paraibanos, mineiros e gaúchos, em que a passagem de uma geração de chefes políticos para outra se deu de forma pacífica.

O *corpus* documental constituído para esse capítulo envolveu alguns jornais, sobretudo *A União*, mas também outras folhas que estamparam o nome do biografado, as quais buscamos por termo no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Usei os livros de memórias, principalmente *O ano do Nego*, de José Américo (1968), mas também a entrevista concedida a Aspásia Camargo *et al* (1984), e as reminiscências de Juarez Távora (1973), Juraci Magalhães (1996) e Ademar Vidal (1978). Além disso, as correspondências armazenadas em seu arquivo pessoal, os relatórios administrativos, a legislação da época e os diários da Câmara dos Deputados foram imprescindíveis para compreender os movimentos políticos que estavam em curso.

O capítulo, intitulado *Reformista* para pensar o propósito intelectual e político que movimentou os deslocamentos do nosso personagem nesse momento, foi separado em duas partes: O primeiro tópico, *Do governo João Pessoa à campanha da Aliança Liberal*, discute a organização administrativa do mandato e a maneira como ele esteve envolvido nos conflitos que permeavam a figura do presidente de estado, esse foi o tempo da sua candidatura a deputado federal, cargo para o qual foi eleito, mas teve a posse cassada. O segundo ponto, *Da Guerra de Princesa à Revolução de 1930*, observa as negociações e as circunstâncias em que se desenrolou o processo revolucionário – com destaque para o assassinato do presidente João Pessoa – em que o nosso biografado teve um papel decisivo como articulador e liderança do movimento.

4.1 Do governo João Pessoa à campanha da Aliança Liberal

Em meados de 1928, quando a sucessão do governo estadual entrou na agenda das elites paraibanas, um impasse se colocou entre o presidente de estado João Suassuna e o ex-presidente da República Epitácio Pessoa – ainda que este negasse qualquer ação política devido às suas atividades na Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia.

Acontecera que, à frente do governo, João Suassuna desagradou muitas das lideranças do Partido Republicano da Paraíba, os demais “Jovens Turcos”, chegando a se estranhar com a própria família Pessoa. A despeito disso, teria consolidado alianças importantes no sertão, devido à boa relação que ele mantinha com os chefes locais, como o coronel José Pereira, de Princesa. Tanto era assim que, dizia, pouco se demorava na capital: “gosta mais de ficar no interior sertanejo” (VIDAL, 1978, p.44).

Era intenção dele indicar como seu sucessor o então chefe de polícia Júlio Lira. Mas a proposta não agradou Eptácio Pessoa, que preferia alguém de maior confiança e tinha por necessidade retomar a base de apoio no estado. Nos últimos anos, conforme Linda Lewin (1993), a oligarquia epitacista havia perdido muito de seu poder. Isso se devia aos rompimentos no interior da família, com o acirramento dos conflitos entre primos; desentendimentos com alguns aliados históricos; e a perda de prestígio com o término do mandato no Palácio do Catete. Naquela ocasião, inclusive, não contava com a simpatia do presidente da República Washington Luís. Assim, era preciso negociar mais – em particular, com o presidente de estado – o nome do futuro candidato. Essa decisão, todavia, pelo menos naquele momento, transcorreu sem maiores conflitos.

Ao tempo em que vetou o nome de Júlio Lira, Eptácio Pessoa sugeriu que o escolhido fosse alguém de fora, sem vínculos políticos imediatos, mas que dispusesse de pré-requisitos, a seu ver, fundamentais: tivesse amor à terra, uma folha de serviços interessante, conhecimento dos negócios, intuição dos interesses estaduais e lealdade partidária – qualidades então atribuídas a, e ele mesmo trataria de sugerir, seu sobrinho João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Em verdade, só vivera na Paraíba sua infância, tendo constituído a vida como magistrado, primeiro no Recife, quando se formou na faculdade de direito, depois no Rio de Janeiro, onde o tio conseguira sua nomeação para o Supremo Tribunal Militar. Na mesma circunstância, foram escolhidos os dois vice-presidentes do estado: Álvaro de Carvalho e Júlio Lira. (TRIGUEIRO, 1982).

A eleição confirmou a escolha dos quadros do partido – os chefes políticos e o eleitorado não descreparam dos acordos feitos em instância estadual³. De acordo com Osvaldo Trigueiro (1982), o novo presidente de estado, sobrinho de Eptácio Pessoa,

³Em tempos de Primeira República, as elites políticas se esforçavam para garantir a característica oligárquica do sistema de representação política, de modo que os acordos entre as lideranças dos partidos políticos prevalessem no resultado das eleições. Wanderley Guilherme dos Santos (2013, p.13) fala, nesse quesito, de uma espécie de “colégio informal” ou de um “conflito altamente regulado entre as elites” e com “extensa exclusão nos direitos à participação”. Mas isso não garantia que, no transcorrer do processo, não houvesse discrepâncias do que estava previsto, na medida em que, como afirma Victor Nunes Leal (2012[1947]) e reafirmam Paolo Ricci e Jaqueline Porto Zulini (2016), era no âmbito das disputas municipais que as eleições eram decididas.

teria sido menos obediente que os anteriores. José Américo (1978), em suas memórias, dizia que o acordo entre tio e sobrinho incluía carta branca para que esse exercesse suas funções da maneira como lhe apetecia. Linda Lewin (1993), por sua vez, insiste que, mediante o seu objetivo de controlar as oligarquias e manter o poder público nas mãos da família, o chefe mais velho tentara domar o jovem – conhecido por suas explosões de temperamento. Fez isso remetendo cartas, em que orientava suas decisões. Resta saber, entre uma interpretação e outra, como os sujeitos se movimentaram.

A escolha do secretariado é um bom indicador do grau de autonomia com o qual o presidente pretendia governar o estado. No primeiro momento, o que havia era uma secretaria geral, para a qual convidou José Américo. Ainda que não se conhecessem de longa data – João Pessoa morava desde muito tempo na Capital Federal – as missivas e os relatos memoriais sugerem que se constituiu muito rapidamente entre eles uma amizade. Uma correspondência de 18 de fevereiro de 1928 tratava de assuntos políticos anteriores à confirmação do candidato⁴. Mas se conheceram de fato no Rio de Janeiro, para onde nosso biografado viajara para acertar pontos da nova edição de *A Bagaceira*. Andando pela Rua do Ouvidor em companhia de Caio de Lima Cavalcanti, toparam o ministro do Superior Tribunal Militar. Assim souberam da candidatura. Noutra ocasião, estiveram na Biblioteca Nacional, quando o convite para a secretaria foi mencionado e José Américo recusou, outra vez, na Confeitaria Colombo (CAMARGO et al., 1984).

A nomeação de José Américo, via de regra, foi bem recebida pelos intelectuais. José Lins do Rego, no jornal *A Província*, que circulava em Pernambuco, elogiava o convite do presidente de estado. Enquanto “todo mundo andava dizendo que com a escolha do secretário geral, procurara ele premiar o intelectual, hoje de renome brasileiro”, ele alertava, “estou certo que escolhendo para seu secretário o sr. José Américo de Almeida foi mais o homem prático e senhor dos problemas e possibilidades de sua terra que o sr. João Pessoa quis para junto de si”⁵. Em outra ocasião, saiu uma nota no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, na qual se falava dessa nomeação como um “tributo à inteligência”, afinal, tratava-se de “um grande nome literário do país”. Por fim, celebrava esse trânsito entre a capacidade técnica de um intelectual versado nos problemas nacionais e a política: “Os períodos da administração João Pessoa nos vêm dizer se o sr. José Américo de Almeida não será apenas um teórico das nossas grandes

⁴Carta de João Pessoa a José Américo de Almeida de 18 de fevereiro de 1928. Enviada do Rio de Janeiro. Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo. (CRp1, doc.5).

⁵*A Província*, 20 nov. 1928, p.3.

questões – como tantos e tantos outros que existem através desse imenso Brasil”⁶.

O presidente de estado mostrava, nos primeiros momentos de sua administração, a intenção de formar um governo independente, pouco disposto a qualquer tipo de coalizão. No entanto, ele não contava com uma autoridade política forte o suficiente para silenciar os quadros partidários insatisfeitos – o epitacismo já não tinha o mesmo prestígio. Confiava, assim, em certo incômodo com o processo de representação política vigente na opinião pública, no prestígio do sobrenome e no poder de comando que o controle da máquina pública lhe garantia. Ainda assim, era uma aposta arriscada. O fato é que, fosse como expressão da política epitacista ou por força de suas ideias, o governo João Pessoa tinha como prioridade a moralização política e administrativa do estado. E esse desígnio, de acordo com o que foi relatado nas mensagens enviadas à Assembleia Legislativa e majoritariamente confirmado pela historiografia, seguiu amparando as decisões e as medidas que foram tomadas no curso de sua administração:

Não alcançando, com reiteradas exortações amigas, acomodar alguns elementos responsáveis pela nossa orientação política a esse programa de moralidade pública, não hesitei em destituí-los dos seus postos de direção, sobrepondo-me, desse modo, a velhas amizades pessoais que não poderiam prevalecer sobre o interesse geral (PARAÍBA, 1929, p.12).

No âmbito da correção das práticas consideradas pouco ou nada republicanas, foi se acentuando o conflito com os chefes dos municípios, dentre os quais os coronéis do sertão. No relatório emitido por ele à assembleia, referente aos seus dez primeiros meses de governo, o presidente de estado enumerava alguns de seus feitos: a garantia da isonomia nas eleições para os conselhos municipais; o combate ao banditismo, com punição severa daqueles que acobertavam os bandos; a regulamentação do alistamento militar, do qual costumavam estar isentas os homens das famílias poderosas; a repressão ao jogo do bicho; a exoneração de juízes com vínculos políticos; a exigência de que os promotores dessem celeridade aos processos em que foram concedidos *habeas corpus*, e que tivessem – juízes e promotores – residência fixa na comarca (PARAÍBA, 1929).

A agenda seguia com a redistribuição do policiamento pelo estado, cujo propósito seria garantir a ordem pública e punir os desvios de conduta. João Pessoa, aliás, emitiu uma circular exigindo que fossem confiscadas as armas encontradas em posse de civis, dando curso a uma política de desarmamento que ameaçava o poder bélico dos chefes políticos mediante a subtração da força de seus capangas. Prefeitos

⁶*Jornal do Brasil*, 27 out. 1928, p.5.

foram substituídos por “figuras mais representativas de cada sociedade local, médicos, sacerdotes, bacharéis, homens capazes de colaborarem numa vida nova de organização e progresso” (PARAÍBA, 1929, p.33). Essas medidas, entretanto, não alcançariam todos os chefes políticos da mesma forma, figuras próximas ficaram protegidas. Linda Lewin (1993) chama atenção, nesse sentido, para o que teria ocorrido no município de Areia, no qual Antônio Suassuna, irmão do ex-presidente de estado, foi destituído do cargo, mas teria como substituto Jaime de Almeida – irmão do nosso personagem.

O ponto crucial das medidas, em razão de sua função estratégica e das polêmicas nas quais se desdobraria, todavia, dizia respeito à reforma fiscal e tributária. Tratava-se de um conjunto de decretos, expedidos entre o novembro de 1928 e fevereiro de 1929, que tinham entre seus propósitos retirar a máquina fiscal da influência dos chefes locais, o que se daria com a extinção das mesas de rendas, submetendo-a ao controle da Secretaria da Fazenda; e alterar as taxas sobre importação e exportação de mercadorias. O objetivo era estabelecer uma barreira alfandegária que obrigasse os produtores do sertão a vender suas cargas pelo porto da capital. Devido à proximidade e à melhor estrutura de transporte de Pernambuco e Ceará, os fazendeiros dos municípios de divisa preferiam despachar por Recife ou Fortaleza (RODRIGUES, 1976; GURJÃO, 1994).



Mapa 03: Meios de transporte na Paraíba e Pernambuco em 1930

Fonte: Mapa elaborado pelo autor com o *software* QGIS a partir das bases cartográficas IBGE 2017 – com informações da dissertação de Inês Rodrigues (1976)

Comerciantes da capital, representados pela Associação Comercial da Paraíba, reivindicavam, desde muito tempo, uma postura do poder público. O desvio na rota das mercadorias atrapalhava a arrecadação de impostos, prejudicando a economia do estado – sempre em crise. Linda Lewin (1993) explica que a inclusão desses setores médios em

sua base de apoio era uma estratégia de João Pessoa para dinamizar o setor econômico e equacionar o poder político do estado. No que tangia à coesão oligárquica, da qual dependia a manutenção do poder da família Pessoa, contudo, era um tiro no pé. As medidas fiscais prejudicavam os negócios dos coronéis do sertão, que em virtude da ineficiência da estrutura viária paraibana, seguiam fazendo comércio pelos meios tradicionais, ainda que pagando impostos mais altos. A tensão entre esses homens e o governo só piorava (FERNANDES, 1999[1988]; RODRIGUES, 1976).

Aliado a essas medidas, tornava-se emergencial promover maior interconexão no estado. Dessa forma, foi expandida a malha de estradas carroçáveis e de rodagem. Essa despesa, a propósito, deveria ser dividida com os usuários, que pagariam pedágio para transitar nesses trechos, o que rendeu ao presidente os apelidos de “João Porteira” e “João Cancela”. Também houve expansão da linha rádio-telegráfica, permitindo uma comunicação mais rápida entre as cidades do sertão e do litoral. Essas eram medidas fundamentais no exercício de centralização administrativa, ao passo em que permitiam maior controle das práticas políticas das lideranças sertanejas, além de assegurarem que tivessem conhecimento das decisões tomadas na capital (RODRIGUES, 1976).

Entrelaçados a essa proposta, estavam os incentivos à produção agrícola, que incluíam a disposição de crédito, redução de impostos específicos, criação de campos de demonstração, mecanismos de controle de qualidade etc.; mas também um programa de reformas na capital, que envolviam a construção e reforma dos palácios, parques e praças públicas, bem como a extensão dos sistemas de água e esgotos e fornecimento de energia elétrica. Outra parte dos recursos foram destinados à manutenção das obras contra as secas, em decorrência do descaso do governo federal – e os documentos oficiais insistiam em frisar esse ponto – desde o término do governo Epitácio Pessoa. Essa seria uma reivindicação constante das lideranças nortistas. Entrava na lista, entre outras iniciativas, a construção do Porto de Cabedelo (PARAÍBA, 1929).

Também foi preciso fazer cortes de despesas, a começar pela exoneração de funcionários fantasmas e extinção de cargos subutilizados. Em contrapartida, houve aumento de salários, que estavam defasados. Mas outras restrições orçamentárias se deram. Era o caso do recolhimento de automóveis, franquias telefônicas, passagens terrestres e navais, exceto para casos específicos. E esses casos específicos dependiam do crivo do secretário, nesse caso, José Américo. Seria devido a ele regular os usos que os funcionários públicos, independente do escalão e compromissos políticos envolvidos, faziam dos serviços, impedindo abusos e gastos desnecessários. Essa definitivamente

não era uma das tarefas mais fáceis, na medida em que a concessão de cargos públicos e o uso dos recursos advindos deles era um meio para a consolidação das bases eleitorais em um sistema político oligárquico⁷. Esse conjunto de medidas acionava, de alguma maneira, um enfrentamento com as estruturas de poder consolidadas desde muito tempo, e que diga-se de passagem, haviam constituído o capital político de sua família.

Essa seria, portanto, uma maneira de lidar com os jogos das políticas e da administração pública distante daquela acionada por outros outros membros da família Almeida e Santos Leal. Fosse no caso específico do funcionalismo público ou nas reformas mais amplas que a gestão estava empreendendo, dada a sua convergência com a maior parte das atitudes do presidente de estado, o que se pode notar é que o repertório da parentela havia perdido espaço para as sociabilidades horizontais que nosso personagem constituira. Isso não significava que o capital familiar não contasse a seu favor, porém as ideias e as práticas compartilhadas com outros homens de sua geração tomavam cada vez mais espaço na condução de sua carreira política. Nesse sentido, Linda Lewin (1993) nos explica que, em meio a essa crise do regime oligárquico, as solidariedades da parentela deram lugar às relações de amizade como instrumento prioritário de arregimentação política, como era o caso de José Américo e João Pessoa.

Guaracy Medeiros de Assis (2005), em sua dissertação *“A Paraíba pequenina e doida”*: José Américo e a Revolução de 30, disse ter notado um silenciamento, tanto na historiografia quanto na documentação, da atuação de José Américo no primeiro ano da administração João Pessoa. Até o próprio secretário, anos mais tarde, em seu livro de memórias *O ano do Nego* (1968), apesar de algumas retrospectivas, iniciou a narrativa em uma temporalidade posterior a essa. Esse “não-dito”, argumentou o pesquisador, estaria recheado de sentidos políticos, sobretudo no que tangia à elaboração da famigerada agenda do presidente de estado. Ele argumenta, comparando o programa de governo com a produção intelectual anterior do biografado, que “quase toda ação levada a cabo pelo governo paraibano, de 1928, foram respostas a problemas identificados e formulados pelo pensamento americista”, e conclui: “é em José Américo que vamos encontrar as bases das ações implementadas por João Pessoa” (ASSIS, 2005, p.81).

⁷A formação de um eleitorado, durante a Primeira República, era um processo complexo. Paolo Ricci e Jaqueline Zulini (2014) explicam que o processo eleitoral acontecia em quatro etapas – o alistamento eleitoral, a votação, a apuração e a verificação. Tomando essa explicação como norte, Cláudia Viscardi e Vítor Fonseca Figueiredo (2019) mostram que não eram poucas as dificuldades de levar os eleitores – que já não eram muitos dadas as restrições constitucionais – às urnas. Os mesmos autores mostram a complexidade da fase do alistamento e como a formação das mesas eleitorais também interferiam bastante para que as coisas funcionassem bem.

As similitudes entre o programa de governo adotado pelo presidente de estado e a produção intelectual do nosso personagem são de fato inegáveis e o autor fez uma bela exposição dos muitos inter cruzamentos de um com o outro. A sintonia ideológica entre José Américo e João Pessoa decerto foi estratégica na condução do governo. Mas quer me parecer que, em sua argumentação, o pesquisador tomou consequência como causa. Se por um lado essa sintonia ideológica foi produto da relação estreita e da parceria política que eles desenvolveram, não se pode negar que deva ter sido essa a causa, e não a consequência, da aproximação dos dois – digo, as ideias já eram parecidas antes, ainda que tenham se tornado mais afinadas com a convivência. O erro decorre, portanto, de acreditar em um excesso de inovação no pensamento de José Américo, que sem dúvida tinha seus méritos de criador e pesquisador, mas que também traduziu em suas obras muito do que outros intelectuais estavam disseminando na opinião pública.

Em outras palavras, eu acredito que José Américo tenha sido um consultor fundamental no governo João Pessoa. Ele tinha a seu favor um vasto conhecimento do estado, decorrente de suas pesquisas sociológicas e das viagens que fizera para conhecer a realidade dos municípios *in loco*, mas também da experiência com os processos civis e criminais, suas informações sobre os chefes políticos entre outras coisas. Mais que isso, a sua imagem pública de intelectual era capital em favor do objetivo de promover uma mudança estrutural no estado. Enfim, isso tudo deve ter servido de repertório para a administração, assim como é provável que ele tenha proposto muito das medidas adotadas, mas João Pessoa não era passivo em suas decisões. Essas diferenças entre os dois, a propósito, foram pontuadas nas memórias de José Américo:

Acossada pelo governo central, a Paraíba precisava acomodar-se, resolvendo seus casos com certa habilidade. Só João Pessoa não olhava as consequências; faltava maleabilidade para contemporizar (ALMEIDA, 1978, p.41).

No que tangia à dupla presidente e secretário, portanto, havia muitas similitudes, mas também persistiam diferenças – sobre as quais, a palavra final era de João Pessoa. Enquanto um tinha por estilo o enfrentamento direto, o outro adotou postura reformista – preferia a negociação ao conflito. Em todo caso, o que se sabe, segundo José Américo, é que o presidente de estado foi, cada vez mais, deixando as decisões burocráticas mais corriqueiras nas mãos da secretaria, enquanto pensava questões políticas mais amplas. Tanto foi assim que o biografado logo passou a reclamar da sobrecarga de trabalho. Não era para menos. As funções burocráticas e políticas incluíam a presença em eventos

públicos; posição na Santa Casa de Misericórdia⁸; a presidência do Banco do Estado da Paraíba⁹. Em decorrência disso, ainda nos primeiros meses, pediu a divisão da secretaria em duas pastas: ficou com a Secretaria de Segurança e Assistência Pública e Ademar Vidal com a Secretaria de Interior, Justiça e Instrução Pública (ALMEIDA, 1978).

Ademar Vidal, mais ou menos nessa época, estava sendo cotado para assumir Procuradoria Geral da República. Acontecia que, devido aos estranhamentos que se anunciavam do presidente de estado, que ele apoiava, com o Palácio do Catete, mais próximo de seus opositores, sobretudo em meio às incertezas da sucessão presidencial, resultou na suspensão da nomeação. O convite para a secretaria do governo apareceu logo em seguida. João Pessoa, na ocasião, teria explicado a maneira como pretendia organizar o secretariado: “Quero avisá-lo que a administração é inteiramente minha; enquanto à política municipal, dela se ocupa o Dr. José Américo de Almeida, por conhecê-la em suas particularidades”. Mas permitiu que indicasse o delegado geral de polícia, cargo que ficou com Severino Procópio (VIDAL, 1978, p.73).

Apesar das muitas demandas, era do intento de José Américo manter-se no trabalho intelectual, mas nem sempre foi possível. As prometidas colaborações para o jornal *A Província*, que circulava em Pernambuco, por exemplo, se restringiriam a um único texto¹⁰. Também por essa época, conheceu Mário de Andrade. Giuseppe Oliveira (2016) acredita que essa aproximação deva ter se dado quando o intelectual paulista visitou a cidade da Paraíba, entre fins de janeiro e fevereiro de 1929, José Américo o recebeu na capital com Ademar Vidal e Silvino Olavo. A viagem tinha propósitos de pesquisa, queria conhecer melhor a cultura da região, e a companhia dos demais homens de letras parece ter contribuído bastante nesse sentido. Os registros em seu diário de viagem dão notícia da amizade construída ao longo daqueles dez dias:

Pela tarde visitei por acaso o presidente de estado, dr. João Pessoa, simpático, topetudo e falador. Depois pela ultima vez fui à praia de Tambaú me despedir [da] mulher [de] José Américo. Jantar [na] casa [de] A. Vidal. José Américo foi pra praia fatigado. Passamos pela casa do Antenor Navarro e por acaso ele estava chegando do Recife. Conversa e licor de maracujá (ANDRADE, 2015[7 fev. 1929], p.239).

Mário de Andrade escreveria, nos meses seguintes, aos amigos que reconhecera na Paraíba. As correspondências faziam parte de um projeto coletivo de compreensão da

⁸Almanak Laemmert, 1929, p.756, 761, 762.

⁹O banco se tornou oficial a partir de 11 de julho de 1929 (*Diário Carioca*, 12 jul. 1929, p.1).

¹⁰O jornal *A Província* (14 ago. 1921, p.1) prometia a colaboração de José Américo em sua nova fase. O texto em questão era *Festa de mau humores*, sobre a Festa das Neves (*A Província*, 21 ago. 1928, p.3)

nacionalidade, que ocupava algumas horas na rotina do escritor, sendo assim tratada por ele com tanta “responsabilidade moral e literária quanto escrever poemas ou estudos”¹¹. O fato é que não foram poucas as cartas endereçadas a José Américo e Ademar Vidal. Em 27 de dezembro, ele dizia ao primeiro: “Jurei para mim não incomodar você, porém não venço a saudade, banco o amante sem brio e mando essas linhas. Se não tiver tempo, não responda, não faz mal, não zango não. Mas você deve se interessar pelo que eu trouxe aí do Nordeste”, e seguia tratando de um futuro livro *Na Pancada do Ganzá*, no qual estaria trabalhando¹². Enviaria outras missivas, reclamando não ter respostas¹³. José Américo não deu a atenção esperada pelo paulista, embora tenha guardado a carta, numa época da qual sobraram poucos papéis em seu arquivo pessoal. Ademar Vidal, todavia, se não respondeu de imediato, devido aos imperativos políticos do biênio, faria isso posteriormente. Eles tinham interesses comuns e ganhariam muito dessa relação¹⁴.

A insatisfação que movimentava o governo João Pessoa, orientara a escolha do seu secretariado e promovera aquele programa de reformas, decerto tinha a ver com a circunstância da aliança de Minas Gerais e São Paulo, nos mandatos de Artur Bernardes e Washington Luís. As eleições de ambos se deram sem que fosse necessário consenso com os demais grandes estados, por isso negociavam menos na condução do governo e reduziam os investimentos em setores que não lhes eram prioritários, como as obras contra as secas. Uma outra razão foi a emergência de uma geração de novas lideranças, herdeiras das oligarquias tradicionais, mas que cresceram em tempos republicanos. Não mais preocupados com a consolidação, almejavam a reforma do regime vigente. Eram jovens críticos ao sistema político – como João Pessoa e José Américo – que ocupariam postos no qual outrora estiveram republicanos históricos (VISCARDI, 2001).

Essa renovação dos quadros políticos, conforme Cláudia Viscardi (2001, p.335), se deu de maneira particular nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Ao invés de compor as oposições, com os partidos democráticos, nessas localidades, os grupos oligárquicos “renovados” conseguiram o poder estadual mediante o apoio – dado com reservas – dos chefes políticos tradicionais. Nesses casos, Antonio Carlos, Borges de Medeiros e Eptácio Pessoa. A autora acrescenta uma observação quanto ao cenário

¹¹André Botelho (2012; 2015) recorre à reflexão de Antonio Cândido, autor da citação em questão, para compreender a obra de Mário de Andrade (*apud* BOTELHO, 2015, p.416).

¹²Carta de 27 dez. 1929, de Mário de Andrade a José Américo (Arquivo Pessoal José Américo. Fundação Casa de José Américo).

¹³Carta de 27 jul. 1930, de Mário de Andrade a José Américo (Arquivo Pessoal José Américo. Fundação Casa de José Américo).

¹⁴Maria Nilza Rosa (2012), em *Usos, costumes e encantamentos: a cultura popular em Ademar Vidal*.

ideológico que envolvia essa renovação. Além do liberalismo, trazia-se à tona a doutrina organicista, na qual destacavam-se autores como Alberto Torres, mas também Oliveira Viana e Francisco Campos, para os quais era preciso “aproximar o ‘Brasil legal’ do ‘Brasil real’” – José Américo era leitor dessa bibliografia, como é possível notar em sua biblioteca e nas suas citações.

Em meados de 1929, as negociações para a sucessão presidencial ficaram mais acirradas e entraram para a agenda do governo paraibano. Acontecera que, em razão dos desentendimentos das elites, a aliança de Minas Gerais e São Paulo se tornou impraticável, também afastando a possibilidade de uma candidatura de consenso. Osvaldo Aranha e João Neves da Fontoura, dois jovens políticos e amigos de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, tentaram acordo com o Palácio do Catete. Washington Luís, porém, não abria mão do nome do também paulista Júlio Prestes. Foi quando se deu a aproximação de Osvaldo Aranha com o mineiro Antonio Carlos, presidente da Câmara. As negociações resultaram na formação de uma chapa alternativa, encabeçada por Getúlio Vargas. A vice-presidência foi oferecida a Epiácio Pessoa, que recusou temendo derrota, mas sugeriu o nome do sobrinho João Pessoa (VISCARDI, 2001).

Em julho de 1929, representantes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul lançaram a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Líder da bancada paraibana na Câmara, Manuel Tavares Cavalcanti ficou responsável por transmitir o convite oficial a João Pessoa (TRIGUEIRO, 1982). Depois de mais um aconselhamento com o tio, ele tomaria posição, como descreveria José Américo:

O Presidente do Estado, João Pessoa, mandou chamar-me em casa, muito cedo ainda, como costumava fazer, a qualquer hora, quando havia alguma novidade. Dei-me pressa em atender ao seu chamado, movido pela curiosidade de uma decisão já esperada, até pelo homem da rua, com verdadeira ansiedade.

Fui dar com ele, nessa hora matinal, sumido entre os móveis, num desvão do Palácio que passava por uma nova reforma.

– Alguma coisa? – perguntei-lhe, ainda sôfrego pela definição retardada.

Com um ar meio alegre, meio preocupado, sem dizer palavra, mal levantando a cabeça, passou-me a tradução de um telegrama cifrado, recebido já tarde, depois da minha saída. Era a resposta de Epiácio Pessoa à consulta que lhe dirigira para Haia, onde se achava, como membro da Corte Internacional de Justiça, sobre a posição que devia tomar a Paraíba no caso da sucessão presidencial da República (ALMEIDA, 1978, p.13).

O parecer foi favorável, como era de se esperar. A Paraíba se tornou, portanto, o terceiro estado a negar apoio a Washington Luís na candidatura de Júlio Prestes. Isso

em 29 de julho, que ficaria marcado como o dia do “Nego”¹⁵. José Américo estava temeroso. Em sua avaliação, aquela era uma decisão perigosa – “não significa que eu não entre na luta com entusiasmo e decisão, mas uma coisa eu digo: a Paraíba vai sofrer horrores, o futuro dirá”. Era, afinal, de um estado pequeno, sem poder de barganha caso o projeto fracassasse, e por isso, mais sujeito a retaliações (ALMEIDA, 1978, p.14).

Àquela altura, contudo, as articulações dos aliancistas já estavam avançadas. Cientes do *modus operandi* do sistema político republicano, as lideranças envolvidas sabiam que a vitória nas urnas era improvável. Uma parte considerável delas, inclusive, mostravam-se desde já pouco dispostas a aceitar a derrota – era muito provável que a dissidência desembocasse em revolta armada. O certo é que, nesse momento, Osvaldo Aranha deu início às negociações com os tenentes, sobretudo os exilados na Argentina. A aproximação envolveu o paulista Paulo Nogueira Filho e os irmãos pernambucanos Caio e Carlos de Lima Cavalcanti. (TÁVORA, 1973).

Ao longo dos últimos anos, o movimento tenentista havia constituído uma força radical de resistência ao regime político oligárquico. O primeiro conflito armado foi a Revolta do Forte de Copacabana em 1922, à qual sucederam a Revolta Paulista de 1924 e a Coluna Miguel Costa-Prestes. Em meio a isso, conforme Fabrícia Viviani (2009), constituía-se uma agenda pública de reprovação ao projeto político liberal, alimentada pelas leituras de autores como Oliveira Viana, que o acreditava ineficaz no ambiente sociocultural brasileiro. Nesse sentido, os tenentes apresentavam medidas práticas que deveriam ser capazes de “republicanizar a República” – reforma do sistema eleitoral, com voto secreto; reforma da justiça, com mudanças nas formas de recrutamento; e investimento em educação pública, mediante novos métodos de ensino; bem como uma maior atenção no âmbito da economia para a chamada “vocação agrícola do país”.

Acontecia que, naqueles últimos meses do ano de 1929, os tenentes não estavam coesos no propósito de fazer acordo com as oligarquias dissidentes. Luís Carlos Prestes estava convicto de sua oposição a qualquer concessão às elites tradicionais brasileiras, ideia que se tornara mais forte quando passou a estudar a teoria marxista. Ele não só se opôs à aliança como lançou manifesto. Siqueira Campos e João Alberto, no entanto, seguiam as negociações. Juarez Távora logo se empolgou com a ideia e, em reunião com os demais, decidiu voltar clandestinamente ao Brasil. Em 10 de outubro de 1929, ele se colocava a caminho do Norte, mas não sem antes passar pelo Rio Grande do Sul e

¹⁵Conforme Osvaldo Trigueiro (1982, p.230), “o telegrama de João Pessoa não empregou a palavra NEGO, que adquiriu consagração histórica e está escrita na bandeira do estado”.

Rio de Janeiro. Um descuido na última parada, contudo, provocaria um contratempo. No dia 10 de janeiro de 1930, foi preso na Fortaleza de Santa Cruz, onde já se achava Eduardo Gomes (REIS, 2014; TÁVORA, 1973).

Tomada a decisão pessoal de João Pessoa de compor a chapa da Aliança Liberal, era preciso ouvir o diretório do partido, o que se deu a portas fechadas na mesma tarde. A escolha foi confirmada, mas algumas lideranças, como Júlio Lira, demasiado próximo do ex-presidente de estado João Suassuna, e Inácio Evaristo, “chefe da capital e velha raposa da política” pareciam desconfiados. Decerto já era esperado que esses e outros chefes políticos, incomodados com as medidas econômicas e administrativas que o presidente de estado havia tomado no início do mandato, mantivessem o pé atrás diante daquela escolha. José Américo conta que “daí a pouco, estariam quase todos contra”. Em todo caso, ao sair do palácio naquele dia, tendo encontrado um grupo de pessoas ansiosas para tomar notícia dos últimos acontecimentos, ele se valeu de uma máxima muitas vezes usada por Epitácio Pessoa para descrever a sua terra natal – “A Paraíba pequenina e boa” – como trocadilho para anunciar os novos tempos: “Agora não se diz mais pequenina e boa: é Paraíba pequenina e doida” (ALMEIDA, 1978, p.16).



Figura 21: José Américo, João Pessoa e Heráclito Cavalcanti ainda no mesmo partido

Fonte: José Joffily (1979, p.41).

Naquele momento, José Américo e João Pessoa mantinham entre si uma relação de amizade mais estreita. A julgar pelas memórias de nosso personagem, era comum que andassem juntos pela cidade, trocando ideias íntimas. Esse hábito também ajudava

a construir a imagem pública de José Américo. No que dizia respeito ao dia do “Nego”, por exemplo, contou: “À noite, João Pessoa convidou-me para irmos juntos à avenida General Osório, onde se celebrava a festa de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade”, e continuava, “Tinha ele, por hábito, procurar contatos com o povo: entrava nos cafés, frequentava cinemas, assistia a retretas. Chegava a parar no meio da rua para conversar com desconhecidos” (ALMEIDA, 1978, p.17).

A proximidade entre os dois se desdobrou, depois, em novas parcerias políticas. Às vésperas da indicação dos candidatos às vagas de deputado e senador no partido, João Pessoa insistiu no nome de José Américo. Nosso biografado contava que recusou a proposta para concorrer ao Senado, a qual ficou com Manuel Tavares Cavalcanti – então líder da bancada paraibana na Câmara. O convite, de certa maneira, mostrava a importância que seu nome estava conquistando entre os círculos políticos do estado. Apesar disso, ele alegava como razões para a negativa o seguinte: “[Eu] não tinha sido, sequer, deputado estadual, por ter recusado duas vezes essa representação”, e completava, “as assembleias não me seduziam” (ALMEIDA, 1978, p.41).

O posto confortável de procurador geral ou consultor jurídico decerto devem ter contribuído nessas recusas de outrora. Mas aquele era um momento diferente, marcado por um contexto no qual a política tomou novo significado em sua vida – seu nome e suas ideias estavam menos associadas ao capital familiar que às sociabilidades políticas e intelectuais que ele constituiu nos últimos anos. Assim sendo, mediante a tréplica de João Pessoa do quão ele seria necessário no Rio de Janeiro, aceitou a indicação para deputado federal. Dessa forma, deveriam concorrer à deputação federal: Carlos Pessoa, José Américo, Antônio Galdino Guedes e Demócrito de Almeida. Isso depois de um longo duelo pelo telégrafo do presidente de estado com seu tio Eptácio Pessoa, que tentava conter o seu ímpeto sugerindo cautela em suas decisões, que desagradavam os coronéis do sertão pela falta de um nome que os contemplasse – dentre os quais, o mais provável seria João Suassuna. (ALMEIDA, 1978; TRIGUEIRO, 1982).

As mobilizações da Aliança Liberal tomavam fôlego em todo o Brasil. Houve movimentos na cidade da Paraíba, com pronunciamento de João Pessoa. José Américo se afastou da função de secretário durante a campanha, ao que tudo indica, retomou o cargo de consultor jurídico do estado. As duas pastas ficariam, assim, na condução de Ademar Vidal. No dia 21 de outubro, os dois foram ao Recife, onde participaram do comício no Teatro Santa Isabel em apoio aos irmãos Caio e Carlos de Lima Cavalcanti. O advogado João da Mata, na ocasião, fez um discurso brilhante, e seria lembrado como

o melhor orador da noite. José Américo foi convidado a falar, mas ainda sem o traquejo que a experiência daria, era “nesse tempo, um orador desigual, ora torrencial, ora perro, conforme a disposição do momento. Discurssei, com sobriedade de forma e de imagens, pelo respeito devido ao meio intelectual e por minha disciplina de escritor, deixando por isso de produzir efeito”. No caminho de volta à cidade da Paraíba, porém, João da Mata sofreu um acidente fatal e se tornou símbolo na campanha (ALMEIDA, 1978, p.29).

No final do ano, o candidato à vice-presidente viajou para a Capital Federal, onde participaria, com Getúlio Vargas e outras lideranças do comício na Esplanada do Castelo no dia 2 de janeiro de 1930. A Aliança Liberal estava empenhada em fazer uma campanha cada vez mais voltada à mobilização do eleitorado, o que coadunava com a sua denúncia dos arranjos que perfaziam o sistema político vigente, apelando para uma maior participação popular, o que se dava, conforme Angela de Castro Gomes (2017), por meio de comícios, viagens, caravanas. O evento conquistou um público de aproximadamente 100 mil pessoas: “Era muita gente. Um bom indício de como aumentava a insatisfação com os procedimentos eleitorais vigentes, e de como as campanhas estavam se alterando. Ao menos, na oposição” (GOMES, 2017, p.162).

Uma comitiva chefiada por Batista Luzardo, acompanhando João Pessoa em seu retorno do Rio de Janeiro, chegou à cidade da Paraíba no dia 1º de fevereiro de 1930. Nessa ocasião, houve mais um comício. Era intenção do deputado gaúcho fazer uma caravana pelo Norte, divulgando o programa da Aliança Liberal, mas também, nos bastidores, sondar aliados quanto a uma provável revolta armada depois das eleições. Ficaram instalados na praia de Tambaú. A incumbência de recebê-los, como noticiado nos jornais, coube a José Américo: “Todas as manhãs ia fazer-lhe minha visita e dar um dedo de prosa”. Certa vez, encontrara lá João Pessoa, que depois de muita conversa, teria soltado algo que espantara seu interlocutor: “Prefiro mil vezes Júlio Prestes a uma revolução!”. José Américo tentou apaziguar, pediu que o falastrão se explicasse, mas pouco depois lá estava repetindo tudo. O nosso personagem, no esforço para demarcar seus contrastes com o presidente de estado e destacar seu protagonismo no movimento revolucionário que então se planejava, seguia sua exposição dizendo que, desconcertado com a situação, foi ele quem se comprometeu com Batista Luzardo: “Deixe por minha conta; eu respondo por tudo” (ALMEIDA, 1978, p.37-40)¹⁶.

¹⁶Ademar Vidal (1978, p.88) também cita esse episódio, chegara mais tarde que os demais, mas ouvira o presidente de estado falar: “Prefiro dez Júlio Prestes a uma Revolução”. As expressões divergem na forma, questões de memórias, mas assemelham-se no conteúdo. Em sua versão, no entanto, como era de

Antes disso, desde meados de janeiro, foram organizadas quatro caravanas que percorreram o interior do estado. A Caravana João Pessoa começou sua trilha pelas cidades sertanejas; a Caravana José Américo seguiu do brejo para o curimataú – Areia, Alagoa do Remígio, Barra de Santa Rosa, Picuí, Guarabira – localidades de onde ele era originário e que decerto constituiria sua base primeira de apoio eleitoral. Esse grupo era presidido pelo jornalista potiguar Café Filho, e contava com os seguintes membros – Dustan Miranda, Orris Barbosa e João Lelis. Havia, ainda, as caravanas João da Mata e Epitácio Pessoa. Interessa notar que em nenhum dos casos os sujeitos que davam nome estavam presentes. A Caravana João da Mata, por exemplo, era uma homenagem ao correligionário que morrera no comício do Recife. Em todo caso, dava-se seqüência ao objetivo de estabelecer aproximação com o eleitorado, além de reafirmar compromissos com os quadros políticos dessas regiões¹⁷.



Figura 22: Campanha da Aliança Liberal na Paraíba
Fonte: José Joffily (1979, p.249).

Àquela altura, José Américo ia se firmando não só como o candidato favorito à deputação federal pelo estado, mas como principal articulador da Aliança Liberal na região. Uma notícia publicada no jornal oficial *A União*, periódico bastante usado como instrumento eleitoral, explicitava essa proeminência: foi promovida, em 22 de janeiro, uma homenagem conjunta das quatro caravanas à figura do “ex-secretário do Interior e

se esperar, José Américo não teve o mesmo protagonismo mediando os conflitos.

¹⁷Conforme várias notícias do jornal *A União* (11 jan. 1930 p.3; 21 jan. 1930, p.3; 22 jan. 1930, p.1).

líder da Aliança Liberal na Paraíba”¹⁸. Nas comemorações, na sede do jornal *Correio da Manhã*, fora improvisado um palanque. Interessa notar que o nosso personagem, em razão não só da amizade com João Pessoa, mas também de seu estilo, mais afeito à negociação que ao conflito, ascendia no campo político paraibano e nacional, ao passo em que ampliava sua rede de sociabilidades – que ora incluía figuras como Batista Luzardo. Arrisco afirmar também que, pouco a pouco seu reconhecimento pessoal distinguia-se mais do nome do presidente de estado, e por isso mesmo, tornava-se mais autônomo para fazer valer a sua forma de pensar e agir.

João Pessoa contava uma lista de desafetos, alguns explícitos, entrincheirados desde o início do governo na oposição, outros disfarçados, que seguiam no partido, agindo ora a favor ora contra. O desembargador Heráclito Cavalcanti, constantemente criticado por manter sua atividade política sendo magistrado, era a principal liderança da oposição. Fora ele parte da base de apoio da oligarquia alvarista que não se rendera ao poder epitacista. Otacílio de Albuquerque, por sua vez, havia rompido com o epitacismo quando da eleição de João Suassuna, oportunidade na qual fundou o Partido Democrático da Paraíba. Com a adesão do governo à Aliança Liberal, que teve o apoio dos partidos democráticos nacionalmente, contudo, este último voltou para a situação, participando da campanha (A UNIÃO, 23 jan. 1930, p.1; TRIGUEIRO, 1982).

Outra figura proeminente, e por isso mesmo mais difícil de compreender nesse cenário, era o coronel José Pereira, chefe político de Princesa. Os seus estranhamentos com o epitacismo datavam de antes. Era ele próximo aos sobrinhos de Eptácio Pessoa da parte da parentela que morava no Recife – os Pessoa de Queiroz. Ainda no ano de 1924, Eptácio Sobrinho Pessoa de Queiroz havia assassinado o marido de sua prima Clarice Pessoa, filha do coronel Antônio Pessoa, por motivos pessoais. O conflito resultou em um rompimento na família. O chefe sertanejo, entretanto, ofereceu guarida ao assassino, que em seus domínios não seria preso facilmente. Mas as relações com João Pessoa tomaram proporções mais sérias depois das medidas fiscais do governo, que prejudicavam a economia dos fazendeiros do sertão (LEWIN, 1993).

Guaracy Medeiros de Assis (2005), nesse sentido, chama atenção não só para as diferenças entre as oposições do governo João Pessoa como para a maneira como elas agiram durante a campanha da Aliança Liberal. Heráclito Cavalcanti ampliava situações que justificassem uma intervenção federal, como a demissão de um telegrafista que ele

¹⁸A *União*, 23 jan. 1930, p.1.

dizia ocasionada por perseguição política. Manteve em circulação o *Diário do Estado*, no qual fazia campanha contra os aliancistas. As acusações dirigidas a José Américo, por exemplo, falavam de sua volubilidade política – tendo vínculo consanguíneo com o walfredismo e alinhando-se ao epitacismo – diziam também que teria se sujeitado a Solon de Lucena pelo cargo de consultor jurídico; por fim, julgavam sua obra de má qualidade. *A Paraíba e seus problemas* seria um compilado de relatórios¹⁹. Outra vez, alardearam que um opositor do secretário teria sido agredido por seus aliados em Areia. José Américo, segundo Ademar Vidal (1978, p.97), se esforçou para elucidar os fatos. Mas ele também provocava. Em Campina Grande, mais tarde, dissera do adversário: “sua estatura física de gigante disfarça-lhe a estatura moral de pigmeu”.

A vida do secretário, principal aliado de João Pessoa, era assim passada a limpo – o que voltaria a acontecer muitas outras vezes ao longo de sua trajetória de político. Não saíam de sua bagagem, como não saíam jamais, a origem familiar e a produção literária, ambas então julgadas como parte de seu programa. O nosso biografado tinha uma relação ambígua com a sua filiação oligárquica. Em algumas situações, usou esse capital político a seu favor para conquistar espaços no mundo social. Enquanto isso, tinha de se haver com o rigor de suas ideias republicanas, que colocavam o bem público e o saber técnico à frente desses privilégios. Ao longo de sua vida política, no sentido estrito do termo, não foram poucas as vezes nas quais teve que revisitar sua relação com a parentela e com a história de sua família. Por outro lado, a sua posição de intelectual, via de regra, costumava contar a favor. Reconhecido por escritores célebres em outros estados, críticas dessa natureza não ganhavam maior repercussão na opinião pública.

José Pereira era oficialmente aliado do presidente de estado, a despeito das antipatias que, àquelas circunstâncias, não eram segredo para ninguém. Em fevereiro de 1930, João Pessoa decidiu montar uma viagem para o sertão, na qual o acompanharam José Américo e Antenor Navarro, diretor do Serviço de Saneamento da Capital. Ainda no primeiro dia, percorreram mais de 200 quilômetros de carro, em estradas de barro, em más condições de deslocamento. Alcançaram São João do Cariri, onde pernoitaram. Na manhã seguinte, partiram para Alagoa de Monteiro, onde foram recebidos por coronéis da região. A banda de música da cidade, apesar da surpresa da visita, preparou uma apresentação. Depois do almoço, o presidente autorizou algumas obras, tomaram um lanche e seguiram viagem. Ao lembrar do episódio, José Américo contou da tensão

¹⁹A resposta a essas acusações foram publicadas em um longo artigo intitulado “Um pouco de história política” em dois números do Jornal *A União* (25 jan. 1930, p.1,8; 31 jan. 1930, p.1,8).

da viagem, sobravam razões para isso, dados os estranhamentos com o coronel²⁰.

Àquela altura, as notícias da visita da comitiva já haviam chegado a Princesa e, apesar das desconfianças, a comitiva foi recebida com festa:

Ao aproximar-se o chefe do governo de Princesa, formidável girandola de foguetes estrugiu ao ar, ouvindo-se verdadeira ovação ao presidente João Pessoa, e aos demais proceres da Aliança Liberal.

Na rua Coronel Marcolino Barreto, as árvores estavam ornamentadas de flores vermelhas, destacando-se na multidão as senhoritas usando gorros vermelhos e os rapazes acenando lenços também vermelhos, podendo-se observar um espetáculo de rara vibração patriótica.

Era um verdadeiro delírio. A multidão aplaudia incessantemente o presidente João Pessoa num único fervor²¹.

João Pessoa foi recebido pelo coronel José Pereira na frente de sua residência, onde proferiu um discurso de agradecimento. Em seguida, os visitantes entraram na casa do chefe político, na qual ficariam hospedados. José Américo contava, tomado pelos sentidos que o futuro atribuía ao passado, da postura desconfiada com a qual teria se portado ao longo daquele dia: “Pus-me a estudá-lo, examinando-lhe a boca um tanto grossa, o bigode aparado, o semblante moreno e cheio. Faltava-lhe ar. E, junto de João Pessoa, mantinha maior reserva”, e continuava, “Não lhe pegava a aba do paletó nem lhe levava a mão ao ombro, como fazia com todos os outros. Guardava distância e tinha o sorriso frio. Notando-se bem, estava contrangido” (ALMEIDA, 1968, p.48).

A descrição demasiadamente detalhada dos gestos denuncia que ele dedicou algum tempo àquela observação. Mas surpreende, sobretudo, a atenção que havia dado à fisionomia de seu anfitrião – “a boca um tanto grossa, o bigode aparado, o semblante moreno e cheio”. Era como se, nesse ponto, o estudioso do darwinismo social tivesse falado mais alto. Tentava entendê-lo pelo fenótipo, como se a partir dele pudesse antever seus gestos. Não era a toa que destacava em sua expressão os elementos de uma ascendência negra. Reduzia suas atitudes a um atributo racial. Interessa perceber que, mesmo nos anos 1970, não se constrangia em expor essa maneira de julgar pessoas.

À noite foi servido um banquete para os visitantes e os fazendeiros da região, oportunidade na qual várias pessoas pediram a palavra. José Américo foi a última delas, exaltando a figura do ex-presidente Epitácio Pessoa e os feitos de sua administração no sertão paraibano²². Houve música, alguns convidados e algumas convidadas dançaram.

²⁰Conforme memórias de José Américo (1978) e notícias do jornal *A União* (20 fev. 1930, p.1,8).

²¹*A União*, 20 fev. 1930, p.8.

²²*A União*, 20 fev. 1930, p.8.

O nosso personagem contou também que, a certa altura da noite, chamou o coronel em um canto para consultá-lo quanto ao possível desfecho militar da campanha eleitoral: “Está se falando aí numa revolução. Não sei nada a respeito. Mas uma coisa espero de você: se chegarmos a esse ponto, queremos contar com o seu apoio. Esta fronteira é sua”. Ele não respondeu. O episódio mais intrigante, contudo, foi quando se recolheram. José Pereira trancou por fora o quarto de João Pessoa. Depois diriam que fora sua intenção matá-lo. José Américo discordava, o propósito seria antes defendê-lo de um possível atentado. Em todo caso, os correligionários teriam cobrado que aproveitasse a oportunidade para prendê-lo, dando início a um conflito, mas não foi o que aconteceu. Desconfiado, nosso narrador passou a noite em claro (ALMEIDA, 1978, p.49).

Finda a visita a Princesa, a caravana seguiu por Conceição, Misericórdia, Piancó, Santa Luzia e Patos. Encerrada a viagem no dia 22 de fevereiro, João Pessoa recebeu um telegrama do coronel José Pereira anunciando o rompimento com a chapa aliancista. Alegava o desprestígio de não ter entre os nomes que concorriam a deputado ou senador um que representasse os sertanejos. Por consequência a esse ato, o presidente de estado tratou de esvaziar a máquina burocrática do município, isso no dia 24 de fevereiro, menos de uma semana antes do pleito. Também alertou os corpos de polícia e enviou tropas na tentativa de assegurar o cumprimento das regras eleitorais. Os primeiros foram escorraçados e as últimas recebidas com fogo enquanto cruzavam o município de Teixeira, em cuja linha de frente estava a família Dantas. José Pereira partiu para acudir os aliados. Começava dessa forma a Guerra de Princesa (RODRIGUES, 1976).

4.2 Da Guerra de Princesa à Revolução de 1930

As vésperas das eleições foram conturbada em todo o país. Houve tumulto em comícios – a “chacina de Vitória”, como foi noticiada, no Espírito Santo, terminou ao som de tiros que atingiram pessoas presentes²³. O dia de votação, 1º de março, foi ainda mais agitado. O jornal *A União* tomou nota, a partir do dia seguinte e durante o processo de apuração, das arbitrariedades nas mesas eleitorais e evidências de fraude. Chegavam telegramas, de muitas localidades, relatando restrições ao livre exercício do sufrágio ou improbidades no processo de fiscalização ou apuração, dentre os quais a interdição de fiscais aliancistas, sobretudo em outros estados, onde a máquina pública não estava a

²³A *União*, 23 fev. 1930, p.5.

favor da chapa oposicionista. Para provar que essas arbitrariedades não teriam ocorrido na Paraíba, pelo menos não por parte do governo, o periódico destacou os resultados dos municípios onde os aliados do presidente de estado perderam²⁴.

Antes mesmo de encerradas as apurações, foram confirmadas a vitória da chapa governista à presidência e vice-presidência da República – Júlio Prestes e Vital Soares. Na Paraíba, entretanto, os números das atas das seções eleitorais eram favoráveis à Aliança Liberal. Embora essa estatística, divulgada pelo presidente de estado no jornal *A União*, não contabilizasse os votos de Princesa, Teixeira e nem da seção de Mogeiro no município de Itabaiana. Alegava-se que, nessas localidades, as mesas eleitorais não funcionaram adequadamente, em razão do estado de guerra. Assim, Getúlio Vargas e João Pessoa teriam conseguido mais de 32 mil votos cada, a despeito dos quase 10 mil dos adversário. A mesma margem garantiria a vitória de Manuel Tavares Cavalcanti para o Senado. Entre os deputados federais eleitos, todos aliancistas, José Américo seria o mais votado, com 29.108 cédulas. Os demais ficaram com aproximadamente 28 mil: Carlos da Silva Pessoa, Antônio Galdino Guedes e Demócrito de Almeida²⁵.

As lideranças aliancistas, em âmbito nacional, tinham posições distantes quanto ao reconhecimento do resultado. No Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros garantia, em entrevista concedida ao jornal *A Noite*, que os gaúchos aceitariam a derrota e, acrescentava, se convidado, colaboraria com o novo governo. A declaração deixou os mais jovens empolvorosos. Assis Brasil, que fora oponente dele em outras contendas, desautorizou o líder a falar pela Aliança Liberal. Batista Luzardo, Osvaldo Aranha e João Neves da Fontoura também seguiram essa linha, logo seguida pelos articuladores de outros estados como Virgílio de Melo Franco. Mas enquanto a juventude segurava uma posição radical em oposição às arbitrariedades do Palácio do Catete, os mais velhos mantinham-se reticentes – Epitácio Pessoa e Antonio Carlos só fecharam questão depois de uma longa sondagem de apoios possíveis. Getúlio Vargas, entre uma possibilidade e outra, parecia tentado a aceitar um acordo com Washington Luís (LIRA NETO, 2012).

Na Paraíba, talvez em razão do estado de guerra ou da dificuldade de conseguir acordos com o governo, os aliancistas assumiram tom mais radical. O Palácio do Catete, diga-se de passagem, havia imposto duras sanções ao estado durante as eleições, com a retirada de funcionários e o boicote de recursos. Em uma entrevista concedida ao jornal *A União*, João Pessoa afirmava: “Seja, porém, como for, pode declarar que a Paraíba,

²⁴A *União*, 3 mar. 1930, p.3.

²⁵A *União*, 30 mar. 1930, p.1 e 5.

sem ambições e sem vaidades, está onde sempre esteve desde o primeiro dia, mantendo inalterados todos os compromissos assumidos”, e continuava atentando para o apoio que precisava dos até então aliados, “Continua serena e sozinha, com os seus próprios recursos, batendo-se contra o cangaço, agora ao serviço do adversário comum. E que, sendo, como foi, a última a entrar na luta, será a última a sair dela”. O periódico oficial, aliás, seguia incitando as críticas que movimentaram a campanha da Aliança Liberal²⁶.

Paolo Ricci e Jaqueline Zulini (2013) explicam que, depois a promulgação da lei n. 3.207/1916, a contabilização do resultado das eleições passou a acontecer na capital, por meio de uma junta de apuração, composta por um juiz federal e o procurador geral do estado, que avaliavam as atas das mesas eleitorais. Aconteceu que, os dois juristas indicados para compor a junta se afastaram, um por viagem e outro atendendo ao ministro da Justiça. Assim, assumiram Eugênio Carneiro Monteiro e Porfírio Monteiro, aliados de Heráclito Cavalcanti. Essa era uma etapa importante do processo, conforme o autor e a autora, dependente da força política dos envolvidos. Uma composição complicada para a Aliança Liberal. A contabilização oficial pulou várias seções, priorizando municípios onde a oposição fora bem, como a capital e Princesa. O resultado ficou assim registrado: Manuel Tavares Cavalcanti com 2.943 perdendo para José Gaudêncio com quase 12 mil; deputados aliancistas contabilizariam entre dois e três mil votos e os adversários seriam diplomados²⁷. Era a chamada “degola”²⁸.

Nesse quesito, os grupos políticos dos três estados que sustentaram o projeto da Aliança Liberal tiveram tratamentos diferentes por parte do governo federal e da chapa vencedora. Em razão dos acordos que Getúlio Vargas e Borges de Medeiros estavam fazendo com Washington Luís, os deputados e o senador eleito pelos Rio Grande do Sul foram preservados. O paulista não era ingênuo e deveria saber das possibilidades de um conflito armado. Minas Gerais era um caso a parte, as elites estavam divididas durante a campanha e, para atender aos interesses dos aliados, 17 deputados foram degolados. Em todo caso, eram estados grandes, com representação expressiva na Câmara. O corte mais abrupto, dessa forma, ficou com a “pequenina” Paraíba – sem fôlego para causar maiores prejuízos, o que evitaria parlamentares incomodos e serviria de exemplo.

²⁶A *União*, 25 mar. 1930, p.1.

²⁷A *União*, 8 abr. 1930, p.1.

²⁸Paolo Ricci e Jaqueline Zulini (2013) apresentam dois usos para a palavra degola no que tangia ao *locus* em que ela acontecia. Enquanto parte da bibliografia, destacadamente José Murilo de Carvalho (2005) e Boris Fausto (2015[2006]) se referia à degola como o processo de alteração dos resultados eleitorais que acontecia na Câmara, outros autores, como Renato Lessa (1988), minimizavam essa instância superior indicando que esse processo acontecia localmente. Eu penso, em conformidade com o autor e a autora supracitada, que é preciso considerar as duas instâncias.

José Américo esteve presente no início da apuração, que deveria ser pública, mas não ficou muito tempo – “não consegui suportar a farsa” – dizia ele em suas memórias. Mais tarde, soube do primo e também deputado eleito Demócrito de Almeida que as pessoas estavam sendo revistadas na entrada do prédio: “Tomei-me de tal revolta que corri até lá e penetrei armado, sem me deixar desfeitear. Ainda subi e lavrei meu protesto”. Encontrou João Pessoa assustado. Eles provavelmente não esperavam que o jogo virasse daquela forma, ainda mais em razão da disparidade dos números. Nessas circunstâncias, é interessante perceber, o presidente de estado, antes reticente à ideia de revolução, tornava-se partidário dessa solução para a crise política, talvez porque já não houvesse outra saída possível. As sanções do governo federal e a Guerra de Princesa exauriam recursos e perder o apoio dos aliancistas – que vislumbravam acordos – era o pior dos cenários. Decidiram que José Américo viajaria ao Rio de Janeiro para tentar reverter a degola. Lá também se achava Manuel Tavares Cavalcanti, líder da bancada paraibana, mais bem articulado na Capital Federal. (ALMEIDA, 1978, p.59).

Àquela altura, os preparativos para o conflito armado, acordado entre os tenentes e lideranças jovens da Aliança Liberal, que receberiam a alcunha de “tenentes civis”, avançavam. Juarez Távora fora preso em janeiro na Fortaleza de Santa Cruz em Niterói. Ele seria uma peça chave na preparação da revolta. Enquanto isso, Juraci Magalhães, seu conterrâneo, aos vinte quatro anos, com a patente de tenente, havia se aproximado de Eduardo Gomes e Siqueira Campos. Alocado nos últimos anos no Rio de Janeiro, fora convidado para servir no 22º Batalhão de Caçadores na Paraíba, cujo propósito seria debelar a Guerra de Princesa. O jovem militar foi, assim, consultar Juarez Távora a respeito do convite e planejar a fuga (TÁVORA, 1973; MAGALHÃES, 1996).

Meses depois, residindo na Paraíba, Juraci Magalhães estreitou relações com José Américo, decerto por intermédio dos irmãos Caio e Carlos de Lima Cavalcanti. Esses mantinham contato com os tenentes desde os primeiros acordos. Às vésperas da viagem ao Rio de Janeiro, portanto, nosso personagem foi ao encontro do jovem militar, que poderia ter notícias a remeter para a Capital Federal²⁹. Comprou passagem em um vapor que saíria do Recife, para onde seguiu de carro com Antenor Navarro. Aproveitou a breve estadia na cidade para encontrar correligionários e angariar apoio. Também deu entrevista ao jornal *Diário da Manhã*: “Vou ao Rio [de Janeiro], menos defender os direitos que denunciar à nação o monstruoso crime da Junta Apuradora da Paraíba”³⁰.

²⁹Conforme José Américo de Almeida relata em seu livro de memórias *O ano do Nego* (1968).

³⁰A *União*, 15 abr. 1930, p.1.

Caio de Lima Cavalcanti o procurou para dar as boas novas: “Sabe quem está na terra?”, respondeu ele mesmo, “O chefão”. Tratava-se de Juarez Távora, que conseguira fugir da Fortaleza de Santa Cruz e, depois de longa peregrinação, alcançou as terras dos irmãos Lima Cavalcanti – uma figura estratégica no projeto revolucionário que se montava, pelo conhecimento militar, mas também pela fama heróica de tenente, sobretudo em decorrência da participação na Coluna Miguel Costa-Prestes. Os usineiros entregavam-lhe o foragido, que certamente estaria mais protegido na cidade da Paraíba, onde a polícia fosse controlada pelos aliados. Impossibilitado de seguir com ele, dada a iminência de sua viagem, apresentou Antenor Navarro, que se encarregaria da missão de transportá-lo à residência de Juraci Magalhães na Praia de Tambaú. Enquanto isso, nosso personagem soube de um avião com saída próxima e descida no Rio de Janeiro. Adquiriu passagem e perdeu a outra, assim chegaria mais rápido (ALMEIDA, 1978).

É interessante observar que, poucos dias antes, ele pedira licença do cargo de consultor jurídico – estava afastado da secretaria em razão das eleições. A causa alegada foi uma crise de miopia, como vê-se no atestado da Diretoria de Saúde Pública, documento apresentado por Guaracy Medeiros de Assis (2005, p.9): “Após cuidadoso exame, estando o mesmo sofrendo de uma miopia bastante acentuada, acompanhada de perturbações visuais, sendo, portanto, de parecer que lhe sejam concedidos dois meses de licença para repouso e tratamento de acordo com o respectivo laudo”. Essas crises, como bem sabemos, o afetavam desde longa data. O diagnóstico, porém, não o impediu de seguir viagem, aliás, largamente noticiada na imprensa. Penso que a crise provocada pela miopia deva ter, de fato, incomodado bastante, a julgar por seu histórico de saúde oftalmológica, e deixado a viagem penosa, mas o afastamento das funções burocráticas – menos urgentes em momento de excepcional movimentação política – veio a calhar.

José Américo encontrou na Capital Federal o clima político mais ameno do que gostaria, talvez devido à sua urgência em tomar medidas que reverteressem o jogo do poder a favor de seus compatriotas. Assistiu a uma reunião da Aliança Liberal, “vi todos murchos, apáticos, falando baixo”. De lá foi ao Palácio Tiradentes, onde funcionava a Câmara. Encontrou aliados que ainda não conhecia pessoalmente e alguns leitores de seu romance, que logo trataram de trazer a sua identidade de intelectual à tona: “O poeta Frederico Schmidt não me deixava” (ALMEIDA, 1978, p.60).

Fui à Câmara e na sala do café fizeram roda ao autor de “A BAGACEIRA”. Altino Arantes recebeu-me, recitando uma passagem do romance: “Saber sofrer, moço, isso é que é ter coragem”.

Fiz amizade com Virgílio de Melo Franco que demonstrava uma firmeza de passional. Avistei-me com Batista Luzardo que andava conspirando, numa dobadoura, com tiras atrás. Tive também uma conversa com Lindolfo Collor que achei, à primeira vista, solene e rebarbativo, mas logo se revelou resoluto e caloroso. Fez-me uma saraivada de perguntas. Procurei, enfim, Francisco Campos que acabava de chegar de Porto Alegre. Estava de cama, gripado, com a cara enjoada, nada adiantando.

A espoucar, como um girândola estouvada, vi Assis Chateaubriand tão engajado na causa que não falava noutra coisa (ALMEIDA, 1978, p.60).

Na Câmara dos Deputados, reuniam-se as comissões de inquérito, julgando os processos contestatórios aos resultados eleitorais. Manuel Tavares Cavalcanti, munido das procurações dos candidatos paraibanos pela Aliança Liberal, andava firme na defesa dos compatriotas. Em 17 de abril, havia requerido que fossem solicitados os livros das mesas eleitorais da Paraíba para que pudessem construir ato contestatório³¹. No dia 27, já com a presença de José Américo no plenário, encaminharam a petição, reivindicando o reconhecimento dos resultados conforme divulgados ao término da apuração pelos boletins eleitorais e no *Diário Oficial do Estado*³². Foram muitas páginas de processo, com direito a réplicas e tréplicas, argumentos embasados nos livros das mesas e outros documentos. O esforço era validar os votos nos municípios onde venceram, a despeito do esforço da contra-constestação de invalidar esses números, movimento que decerto demandou grande trabalho, jurídico e político, dos dois candidatos degolados.

Nosso personagem, em meio às confusões do inquérito, conseguiu se pronunciar na tribuna, fez um discurso improvisado que causou rebuliço no plenário e na imprensa. Acusava a justiça de subversão, com a substituição do juiz à véspera da reunião da junta apuradora e perguntava se, em uma eleição na qual foram registrados mais de quarenta mil votos, era justo que o resultado oficial declarasse vitoriosos candidatos com menos de três mil. Acrescentava que “deixaram de ser apuradas as atas de 36 municípios dos 39 de que se compõe o estado” e apontava para o sentido moral daquele resultado:

Que é que deve vingar? Esse papelucho indecente ou a soberania do eleitorado!? Que deve prevalecer? Essa cédula falsa ou a vontade da Paraíba consciente? Que deve salvar-se? Esse corpo de delito ou a majestade do Congresso Nacional (ALMEIDA, 1978, p.62).

Encerrou apelando para o caráter anti-democrático da decisão: “Srs. da maioria, quereis fulminar nossas pequenas vitórias, o que resta de uma campanha de sacrifícios

³¹*Diário do Congresso Nacional*, 18 abr. 1930; 21 abr. 1930.

³²*Diário do Congresso Nacional*, 28 abr. 1930; 29 abr. 1930.

cívicos, de tensão popular e sangue derramado?”³³. José Américo questionava, dessa forma, o *modus operandi* da representação política. Era imprescindível que se pensasse o processo civil – em vigência ou por construir – tendo como centro absoluto a vontade das massas e não dos quadros partidários. Em outras palavras, a estabilidade do sistema precisava ser deslocada de um pacto entre as elites políticas – o que o caracterizava como oligarquia – para um processo focado no eleitorado. Apesar de todos os esforços, no entanto, a batalha estava perdida. A Comissão de Inquérito da Câmara confirmou a decisão da junta de apuração e diplomou os candidatos perrepistas. No dia seguinte, José Américo foi barrado na entrada do Palácio Tiradentes.

Nas semanas em que estive na Capital Federal, nosso personagem concedeu entrevistas para *O Globo*, publicada no dia 17 de abril, e *O Jornal*, que chegou às mãos dos leitores em 20 de abril. Em ambos os casos, foi apresentado como figura ilustre, fora o candidato mais votado de seu estado, e sobretudo, era um intelectual respeitado, autor de *A Bagaceira*, “livro de sucesso real e por diversos títulos merecido”. Editores de *O Jornal*, a propósito, exageravam no elogio ao dizer que “nenhum [outro] chega[va] ao Rio [de Janeiro] com o prestígio intelectual tão firmado”. Nos dois periódicos, usou o repertório dos debates na Câmara. Tratou da parcialidade dos juízes, do absurdo dos resultados, dos livros das mesas eleitorais sequer manuseados pela junta – “Juro! A ata foi levada feita. E tenho documentos e prova testemunhal de toda essa aberração”³⁴.

Em *O Jornal*, nosso personagem foi mais descritivo. Tomou o município de Areia como exemplo, onde era ele próprio o chefe político e disse ter consultado os coronéis opositores quanto ao alistamento de eleitores e funcionamento das mesas de votação. Falava de um compromisso do governo paraibano em fazer eleições limpas. Nessa mesma linha, a certa altura, chamou atenção para as possibilidades diminutas de vitória do partido de oposição, ao tratar do esvaziamento de suas lideranças:

Acha-se o partido do desembargador Heráclito [Cavalcanti] desfacelado de todos os chefes prestigiosos da campanha de 1915 – Felizardo Leite, os Marizes, monsenhor Walfredo Leal, Paula Cavalcanti, os elementos do saudoso [Antonio] Simeão Leal, a parte mais valiosa dos Rochas de Bananeiras, os Veloso Borges etc.³⁵.

Essa era uma maneira de desprestigiar as lideranças que, dizia ele, não teriam a mesma competência das figuras que outrora comandavam a facção opositora. Mas é de

³³Transcrito por José Américo no livro *O ano do Nego* (1968, p.61/62).

³⁴*O Globo*, 17 abr. 1930, p.1; *O Jornal*, 20 abr. 1930, p.2.

³⁵*O Jornal*, 20 abr. 1930, p.2.

se pensar os sentidos desse elogio às tradicionais oligarquias de uma geração anterior à sua como argumento para reivindicar o seu espaço na política. O entrevistado oscilava quanto à contestação da máquina eleitoral vigente e apelava para uma moral que sustentava a política oligárquica. Entre os elogiados, diga-se de passagem, estavam dois dos parentes mais prestigiosos, o mosenhor Walfredo Leal e o deputado Simeão Leal. E ainda que ele não citasse a relação que tinham, era uma maneira de acionar, outra vez, em um momento limite, o capital familiar a seu favor.

Também merece atenção especial outro trecho que, tendo proferido, os editores do jornal *O Globo* trataram de estampar em sua manchete. Tratava-se da passagem na qual dizia ter vergonha, como paraibano, de ver que sua terra teria produzido “o maior escândalo eleitoral da República”³⁶. Há controvérsias na historiografia no que tange à recorrência com a qual a degola era aplicada³⁷. Mas há consenso de que esse artifício fora usado outras vezes. Estudando esses casos, Paolo Ricci e Jaqueline Zulini (2013) mostram que uma maioria deles se dava em razão de duplicadas nos resultados das seções eleitorais, de maneira que o exercício era também contornar as falhas das etapas anteriores – alistamento, votação e apuração. A discrepância dos números denuncia que não foi isso que aconteceu com os deputados paraibanos em 1930. Em outras palavras, ainda que nosso personagem estivesse exagerando em sua declaração, essa medida era um indicador de que as tensões políticas estavam mais fortes e que o sistema eleitoral estava se esgotando enquanto mecanismo estabilizador do regime.

No Rio de Janeiro, José Américo teve a oportunidade de alguns encontros, frequentou a casa de Epitácio Pessoa e esteve com dois amigos. Edmundo da Luz Pinto garantia que Washington Luís o pouparia se tivesse lido *A Bagaceira*. A despeito desse gracejo, o nosso romancista replicava: “Se leu, não gostou”. O poeta Raul Machado, enquanto isso, preferiu não tocar no assunto. Ainda na segunda metade do mês de abril, políticos aliancistas e tenentes retomaram a conspiração: “garantiram-me que estava na hora e deram-me poderes para ativá-la no Norte”. Ele assumiria o comando civil e Juarez Távora o comando militar do movimento (ALMEIDA, 1978, p.62/63).

A rede de sociabilidades de nosso político se expandia para além do respeito no

³⁶*O Globo*, 17 abr. 1930, p.1.

³⁷Usando apenas os dados em que a Câmara dos Deputados alterava o resultado das Juntas Apuradoras, Paolo Ricci e Jaqueline Zulini (2013) concluíram que 8,7% dos deputados federais não tiveram seus diplomas reconhecidos por aquela última instância. Cláudia Viscardi (2017), no entanto, alerta que esses dados não bastam para entender o poder de interferência do processo de verificação na regulação do processo eleitoral e na estabilidade do regime, na medida em que eles desconsideram degolas como a dos deputados da Paraíba e Minas Gerais em 1930. Essas “degolas” aplicadas ainda na instância estadual pelas juntas apuradoras, a propósito, parecem ter sido mais comuns depois da reforma de 1916.

campo intelectual que conseguira com a publicação de *A Bagaceira* e dos encontros que tivera durante a campanha da Aliança Liberal. A situação limite da degola permitiu o conhecimento de apoiadores e a disseminação de uma insatisfação na opinião pública que seria estratégica mais tarde. Também foi uma oportunidade de afinar as relações entre as lideranças que conduziriam a revolta no Sul e no Norte. O fato é que nosso personagem ganhava um protagonismo na condução das negociações revolucionárias que ultrapassava os limites do estado. Ele passou a representar as forças insurgentes do Norte e ganhava uma importância para além de sua relação com João Pessoa.

Notícias inquietantes chegaram da Paraíba. O emissor Vítor do Espírito Santo, correspondente dos *Diários Associados*, que fizera a cobertura do conflito de Princesa, contava de suas circunstâncias: “o reduto rebelde surpreendeu-me por sua organização e pelo espírito combativo, ao passo que do outro lado tudo era sinal de derrota”. Estaria nos planos do coronel José Pereira atacar Patos e Piancó, descer a serra da Borborema, marchar sobre a capital. Do outro lado do *front*, só na última semana, trezentos homens haviam desertado. O jornalista trazia consigo um chamado do presidente João Pessoa para que José Américo regressasse o quanto antes (ALMEIDA, 1978, p.68).

Nosso personagem se despediu de Eptácio Pessoa, que mandou recomendações para o sobrinho – era preciso remeter o dinheiro que os revolucionários precisavam. Embarcou em um avião da Condor, que fazia paradas no caminho, e chegou na cidade da Paraíba dia 8 de maio. Tomou um bonde no Varadouro e encontrou João Pessoa na Cidade Alta, fiscalizando as obras no palácio do governo. Combinaram uma reunião na sua residência da Praça da Independência. Na ocasião, disse ao presidente de estado a que pé andavam as negociações – “creio que a coisa vai” – e discutiram seu retorno para a secretaria. Nas memórias, o biografado diria ter ficado reticente, preferia voltar ao posto de consultor jurídico. Mas essa possibilidade era tão estranha quanto improvável, dada sua posição nas negociações de uma possível revolução. Mais uma vez, ele se valia de um argumento retórico – um *mise en scene* – para reafirmar seu compromisso de sobrepor os interesses públicos acima das vontades pessoais (ALMEIDA, 1968).

José Américo, contudo, não retomaria a pasta que deixara na campanha eleitoral, ao invés disso, assumiria Secretaria de Segurança Pública. Assim sendo, Ademar Vidal ficaria com a Secretaria de Interior e Justiça. Em suas memórias, ele diria que essa decisão teria partido de João Pessoa. Havia motivos para isso. Mediante à urgência em reprimir a Guerra de Princesa e ao peso das articulações políticas para o sucesso da empreitada – na medida em que os recursos para as tropas dependia do apoio de estados

aliados e das barganhas na arena pública com o Palácio do Catete – o traquejo político, os contatos e o nome do biografado seriam melhor aproveitados. Antes de assumir o posto, seu prestígio já havia sido usado com esse propósito. Ademar Vidal recordava: "Mande o José Américo de Almeida entender-se com o general comandante da Região sobre o fornecimento da munição que carecemos. O homem ficou simplesmente assombrado, deixando parecer que tinha ordem para não dá-la" (VIDAL, 1978, p.132).

Mais ou menos por essa época, o presidente de estado parecia ter mudado a sua postura quanto à condução do regime político. Conforme Ademar Vidal (1978, p.215), ele passara a repetir em bom som "A administração quem faz sou eu, e a política dela está incumbido o Sr. José Américo de Almeida". Vale a pena lembrar que entregar a segurança pública em suas mãos também seria uma forma de garantir um maior controle sobre a polícia, força importante caso os planos de revolução tivessem sequência. Nosso biografado, em meio a isso, achou por bem comandar as tropas governistas direto do teatro de operações, nesse caso, do acampamento militar em Piancó. Isso à revelia de João Pessoa, que preferia tê-lo por perto no gerenciamento das muitas negociações que o momento político exigia. A distância deve ter atrapalhado e ele se ressentia disso, como contou em seus depoimentos. Mas eu penso que Ademar Vidal (1978, p.215) tinha razão ao dizer que, se achando desligado da capital, ele seguia "bem informado", o presidente nunca o deixaria "sem conhecimento dos menores fatos". Antes de partir, inclusive, visitou os tenentes, oportunidade na qual conheceu Juarez Távora.

Tendo terminado recentemente o secundário no Liceu Paraibano, o primogênito Reinaldo dividia-se entre as possibilidades da formação jurídica e os encantamentos da carreira militar. Em meio a essas questões e ao conflito em voga, decidiu se alistar nas tropas governistas, deixando a mãe preocupada e aumentando as responsabilidades de seu pai, que além de comandante da tropa, responsabilizava-se pelo rebento³⁸. A viagem a Piancó não foi tranquila. Os adversários, dispendo do telégrafo e com informantes na capital, sabiam do trajeto, e não faltaram emboscadas no caminho, dispositivo que, diga-se de passagem, seria usado largamente pelos revoltosos durante toda a campanha. O chefe de polícia Severino Procópio, anos depois, rememorava o quanto a presença de José Américo elevou a moral da tropa e agilizou as decisões (RODRIGUES, 1976).

O fato é que o contingente estava defasado, contavam com 590 soldados mal armados, sem soldo e, em alguns momentos, sem alimentação adequada. Muitos já

³⁸Lourdinha Luna (2003) conta esse episódio, no capítulo "Reinaldo Melo de Almeida", do seu livro *Revelações e Perfis*.

tinham desertado. A despeito disso, quanto aos adversários, falava-se em 2.000 homens bem armados, bem pagos e bem alimentados. Os motivos da discrepância era o envolvimento do líder da revolta com o Palácio do Catete. Washington Luís não só negou apoio militar ao governo estadual como também tratou de embargar, extra-oficialmente, as armas que a administração comprara com recursos próprios. Os presidentes dos estados vizinhos também boicotaram. As tropas paraibanas não tiveram, por exemplo, autorização a avançar sobre o território pernambucano, mesmo sendo esse um deslocamento estratégico na tentativa de sitiar Princesa (RODRIGUES, 1976).

Essa rede de apoio do coronel José Pereira, à qual somavam-se os comerciantes do Recife, sobretudo os Pessoa de Queiroz, mandava recursos para contratar milicianos, armar civis e pagar o soldo da tropa. O chefe político de Princesa, aliás, só ousou começar o conflito porque sentiu que estava bem calçado. O seu objetivo, conforme José Américo (1968) era não só afirmar seu poder pessoal, mas também provocar uma situação calamitosa que levasse o próprio governo do estado a pedir intervenção federal. As tropas governistas, enquanto isso, contavam com algum apoio do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Os aliancistas mandavam munição contrabandeada em caixas de banha. Muitos civis também se engajaram, nas “Semanas da Bala”, moças presenteavam o presidente com munição. Antonio Carlos enviou dois aviões para o *front*. José Américo adquiriu, no Ceará, armamentos obsoletos usados na Revolta do Juazeiro de 1911.



Figura 23: Coronel José Pereira e suas tropas
Fonte: Aspásia Camargo *et al* (1984, p.153).

Em outras palavras, o conflito servia como termômetro militar do acirramento político instaurado no país. A campanha teve avanços e recuos. Os primeiros três meses foram mais penosos para o governo, que a bem dizer só conseguira de fato uma vitória, a conquista de Tavares, nas proximidades de Princesa. Um episódio particularmente trágico aconteceu em Água Branca. Cento e cinquenta homens das tropas governistas atacariam ao mesmo tempo, contando que pegariam os adversários de surpresa. Esses, no entanto, os esperavam no *front*. Atacados nos dois flancos, foram mortos vários combatentes. Aspásia Camargo *et al* (1984) registraram em uma nota de rodapé que Reinaldo Melo de Almeida, primogênito de nosso personagem, estava presente nesse conflito. Esse fato, no entanto, não foi narrado pelo próprio José Américo, um silêncio importante, com possíveis significados do que pode ter significado para ele ter um filho em batalha sob sua responsabilidade, ou mesmo de seu compromisso de homem público de não se deixar contaminar, nem em suas memórias, por assuntos de ordem privada.

Em outra circunstância, o exército já havia ficado por dezoito dias à mercê de uma dieta de pouco feijão e milho que ainda tinham na bagagem, chegando nos últimos dias restrito a água salgada e pipoca. Enquanto isso, os adversários avançavam em direção ao litoral, o que assustava mediante a possibilidade de que chegassem à capital, e circundavam Piancó, quartel das tropas governistas. O cenário começou a mudar de fato em meados de junho, quando o jogo virou a favor do governo, com a conquista de mais alguns territórios, só Princesa restava nas mãos dos revoltosos. Um telegrama de José Américo para João Pessoa, dia 12 de junho, noticiava: “Nossas forças acabam de ocupar o povoado São José, a quinze quilômetros de Princesa, estando assim completo sítio àquela cidade”³⁹.

José Américo diria em suas memórias que, no final do mês seguinte, as tropas governistas estavam nos preparativos para o ataque final. Há controvérsias. Mesmo que a conquista de alguns territórios tivesse se dado, avançar em território inimigo não seria tarefa fácil. Essa declaração me parece, antes de qualquer outra coisa, uma tentativa do nosso personagem de controlar a maneira como a memória do conflito seria contada. O que se sabe é que, naquele momento, estava sendo construído um campo de pouso em Sousa⁴⁰. Os governistas, a partir de então, usariam o avião como máquina de guerra. Serioja Mariano (2010, p.132) conta que o episódio impactou Princesa: “Foi divulgado, no jornal *A União*, a notícia do bombardeamento aéreo: um avião sobrevoaria a cidade,

³⁹A *União*, 13 jun. 1930, p.3.

⁴⁰A *União*, 18 jun. 1930, p.2.

lançando bombas, sem piedade”, não era pra tanto, na verdade, “apenas um velho avião sobrevoou Princesa, lançando o boletim de rendição, no que foi um momento mágico para os princesenses, que nunca tinham se deparado com uma invenção tão moderna”.

É possível observar nos jornais, contudo, que os ânimos estavam arrefecendo em âmbito nacional. Getúlio Vargas emitira nota dizendo que, tendo ocorrido as eleições, nada mais restava a fazer senão aceitar o resultado. Antonio Carlos abrandava em suas declarações. Com essas posições dos aliancistas, o Palácio do Catete também recuava. Roberto Moreira, líder do governo na Câmara, reconhecia as atitudes de José Pereira como desrespeito às leis do país – postura que também era resposta da mobilização na imprensa e apoio dos comerciantes⁴¹. Aos inconformados, porém, restava a violência, Carlos de Lima Cavalcanti, a título de exemplo, fora preso no Rio de Janeiro. Em meio a isso, José Américo precisava voltar à capital do estado para acordar com João Pessoa os rumos da Guerra de Princesa e da improvável revolução (ALMEIDA, 1968).

Enquanto isso, crescia a perseguição a Juarez Távora. Juraci Magalhães, que servia no 22º Batalhão de Caçadores da Paraíba, contava que recebeu ordens para prendê-lo em Patos – os comandantes não desconfiavam que esse tivesse estado em sua casa. Em meio à perseguição, mudariam o esconderijo, o foragido seria recebido pelos irmãos Veloso Borges. Manuel Veloso Borges o hospedaria na Rua das Trincheiras, depois, Virgínio Veloso Borges na Fábrica de Tibiri em Santa Rita. Esse era marido da prima de José Américo e grande amiga de Alice, Priscila Freire. Mas antes da mudança, recebiam sempre um grupo de conspiradores, seletos evidentemente: Antenor Navarro, Borja Peregrino, padre Mathias Freire. Juraci Magalhães e sua esposa, enquanto isso, mudaram-se para o Hotel Luso-Brasileiro e depois para a pensão de D. Antonieta, onde o secretário aparecia para discutir novidades e estratégias⁴².

João Pessoa viajara, na manhã de 26 de julho, para o Recife. José Américo dizia que fora a primeira vez, desde o início do governo, que ele fizera aquele percurso sem a sua companhia. Entendo as coisas dessa forma, sugeria aos leitores de suas memórias que o projeto que envolvia a figura do presente de estado – por razões tanto afetivas quanto políticas – tinha muito de si. Também contou que amanheceu tomado por um pressentimento estranho e decidiu ir para a capital, isso apesar das recorrentes ameaças de emboscada. Lourdinha Luna (2000) dizia que, nesse dia, também chegou mensagem

⁴¹Conforme notícias publicadas no jornal *A União* nos meses de junho e julho de 1930.

⁴²Interessa registrar que, nas suas memórias, Juraci Magalhães (1996) destacou a presença constante de José Américo, mas Juarez Távora (1973) quase não o citou – trataria dele apenas *a posteriori*, quando sua participação nos eventos ficou de fato intransponível.

do irmão Augusto, pedindo que regressasse à capital, decerto para resolver uma questão familiar. Em todo caso, se pôs a caminho. Chegando em Campina Grande, ele soube do prefeito Lafaiete Cavalcanti de uma notícia que chegara por telegrama: “Mataram João Pessoa”. Seguiu viagem atônito, ainda desconfiado da veracidade da informação. Na cidade da Paraíba, contudo, pode se certificar do acontecido. Encontrou a capital empolvorosa (ALMEIDA, 1968, p.154).

O assassino fora João Duarte Dantas. Tratava-se de um advogado residente na capital e opositor do governo, mas também oriundo de uma das famílias sertanejas que apoiavam o coronel José Pereira – Os Dantas de Teixeira. A rixa começara mesmo quando, preso na capital, seu irmão Joaquim Dantas foi levado a Piancó, onde serviria de prisioneiro de guerra. José Américo conta que esse ficou sob sua responsabilidade, mas que outras figuras da região tinham a intenção de matá-lo, e teria ele evitado que isso acontecesse. João Dantas, nessa ocasião, teria escrito ao presidente alegando a arbitrariedade do encarceramento. O fato é que o desentendimento alimentou disputas na arena pública, sobretudo entre os periódicos *A União*, oficial do governo da Paraíba, e *Jornal do Comércio*, de Recife (ALMEIDA, 1978; RODRIGUES, 1976).

Aconteceu que, a partir da edição de 22 de julho, o jornal *A União* – que sendo um periódico oficial, era ainda largamente usado como instrumento político partidário – publicou documentos de João Dantas apreendidos pela polícia em um apartamento na Rua Duque de Caxias. A alegação da polícia é que o imóvel já havia sido violado por gaturmos e, portanto, tudo que teria sido feito pelas autoridades fora o transporte dos papéis e posterior divulgação quando percebidos os crimes aos quais o material remetia. Era possível encontrar a cópia de telegramas remetidos a Princesa, dando conta do que estava acontecendo na capital do estado, dos planos das tropas governistas; mas também correspondências de seus familiares, em que se falava dos desvios de recursos públicos para a construção de açudes; tentativas de manipulação do resultado das eleições etc⁴³.

O ponto mais polêmico das reportagens, no entanto, era a passagem na qual os editores diziam ter em sua posse cartas amorosas e um diário pessoal, com passagens não publicadas por serem amorais, mas que estariam à disposição do público na redação do jornal – tratava-se do caso amoroso do advogado com a poetisa Anayde Beiriz. Encolerizado pelos escândalos e sabendo que João Pessoa estava no Recife, João Dantas se dirigiu à Confeitaria Glória, se anunciou aos presentes e matou a tiros o adversário,

⁴³Conforme reportagens publicadas no jornal *A União* na segunda metade do mês de julho de 1930.

que ali se reunia com Caio de Lima Cavalcanti, Agamenon Magalhães e Alfredo Dias. O motorista da vítima, ao vislumbrar o ocorrido, reagiu dando um tiro em sua cabeça. Esse ferimento, porém, não era letal e ele foi socorrido (TRIGUEIRO, 1982).

A cidade da Paraíba ficou sobressaltada. Uma multidão de pessoas perseguia os adversários do presidente de estado, que fugiram para não morrer, prédios e armazéns foram queimados. A desordem estendeu-se pela madrugada. José Américo recordou alguns episódios em que teve de agir pessoalmente, mediando tensões entre as forças policiais e os manifestantes para evitar mais fogo cruzado e mais vítimas. Em meio ao caos, quase duzentos presidiários, que tinham apego a João Pessoa em razão de algumas medidas que tomar em seu governo, fugiram e se juntaram aos demais civis emocionados na condução da horda pública. Manifestantes reivindicavam a retirada do retrato dos adversários das instituições públicas, destruição dos bens etc. Ademar Vidal conta que o biografado tomou de “um popular uma dinamite de cinco quilos, toda revestida de grosso cordão vermelho”. Muitas vezes, a intervenção não fora suficiente, restando a ele tentar reduzir danos (VIDAL, 1978, p.309; ALMEIDA, 1978).



Figura 24: Quebra-quebra na cidade da Paraíba depois do assassinato de João Pessoa
Fonte: José Joffily (1979, p.283).

José Américo passou de madrugada na casa de Ademar Vidal e os dois seguiram de carro para Itabaiana, primeira estação de trem na divisa da Paraíba com Pernambuco, para receber o corpo de João Pessoa. Encontrado o comboio, subiram no vagão que

trazia o morto e ficaram de pé à sua cabeceira: “Começa o espetáculo mais dramático que é possível imaginar-se. O povo quer entrar para ver o corpo. O povo chora. Faz preces. Ajoelha-se. Grita. Ninguém fica calado. Ninguém se entende”. O espetáculo tomado pela comoção popular e dos dois políticos, que se despediam do amigo, também capitalizava a favor de ambos, que apareciam uma vez mais como os figuras públicas com quem o presidente de estado compartilhava ideias e afeto (VIDAL, 1978, p.310).

No livro *O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida* (1984), a entrevistadora ou um dos entrevistadores perguntou ao personagem se João Pessoa pretendia fazer dele seu sucessor. A questão capciosa mereceu uma resposta que dizia muito da forma como ele imaginava o projeto político que ele construiria de forma mais independente a partir de então e suas proximidades no afeto, mas diferenças no *modus operandi* do chefe do estado: “Durante a luta de Princesa, o palácio estava em obras e o governo funcionava num prédio da Imprensa Oficial. Ainda me recordo. Um dia, ele chegou à janela e apontou o palácio, dizendo: ‘Será sua casa’. Eu era o candidato dele a sucessor. Eu disse: ‘Não; eu não penso nisso’”. O fato é que, em meio à comoção popular, José Américo foi se tornando, em razão da relação que mantiveram entre si e que ele manteve com os outros, o herdeiro do capital político simbolizado por ele, que morto tinha um significado ainda maior no campo político nacional. Isso a despeito de seus familiares – como Joaquim Pessoa – que reclamariam o tempo todo essa posição, e dessa forma perdiam o controle da oligarquia estadual (CAMARGO et al, 1984, p.164).

Em decorrência da morte de João Pessoa, o primeiro vice-presidente de estado Álvaro de Carvalho assumiu o governo. A tarefa não era das mais fáceis, as lideranças do partido cobravam dele a continuidade do projeto político-administrativo do falecido, que tomava assim o caráter de “missão”, e cada um que interpretasse o sentido da gestão pregressa à sua maneira. Epitácio Pessoa emitira um telegrama: “A Paraíba espera que o novo governo continue a ação do anterior, na defesa da ordem e da sua autonomia”⁴⁴. José Américo conta nas memórias que, nessa ocasião, pedira exoneração do cargo – não havendo mais João Pessoa, com quem tinha compromisso, seria findo seu dever com a política⁴⁵. O novo chefe, contudo, não aceitou a saída, “disse ao sr. José Américo e aos demais auxiliares do meu antecessor, que o afastamento deles do governo levar-me-ia à renúncia imediata”, que resultaria na posse do opositor Júlio Lira. Diferente de como recordava o biografado, aquele dava sentido antes político que técnico ou pessoal à sua

⁴⁴Telegrama de 27 jul. 1930, de Epitácio Pessoa a Álvaro de Carvalho (CARVALHO, 1978[1932], p.29).

⁴⁵Conforme José Américo, no livro *O ano do Nego* (1968).

atitude⁴⁶. Assim, ficaram ambos e assinaram juntos o decreto de luto oficial por 8 dias⁴⁷.

Ao longo dos dias subsequentes, a comoção pública com a morte de João Pessoa continuou presente no cotidiano da população e foi alimentada por uma parcela dos políticos mais próximos a ele, sobretudo os entusiasmados com uma possível revolução. O corpo chegou à capital paraibana ainda no dia 28 de julho e ficou exposto ao público na catedral até o dia 1º de agosto. No dia 17 de agosto, o jornal *A União* dava notícia de uma iniciativa popular de mandar construir uma estátua em homenagem ao presidente assassinado. Em pouco tempo ela estaria erguida na “Praça João Pessoa”, à frente do Palácio do Governo, que passaria a se denominar Palácio da Redenção. A assembleia estadual recém-empossada, tratou de dar sequências às homenagens mudando o nome da capital de Paraíba para João Pessoa. Mais tarde, seria a vez do hino e da bandeira, tingida de vermelho e preto, simbolizando sangue e luto, e estampada a palavra “Negro”. Além disso, por quase um mês, o jornal oficial dedicou páginas inteiras às exéquias⁴⁸.

Isso tudo à revelia de Álvaro de Carvalho (1978[1932], p.52), que em meio a tamanho alarde na opinião pública, dizia-se impossibilitado até mesmo de organizar um corpo de funcionários: “Durante quase dois meses nada pude fazer. Os meus auxiliares opunham-me toda sorte de embaraços”. Falava de Antenor Navarro, Ademar Vidal, mas também padre Mathias Freire e, principalmente, José Américo. É de se desconfiar que aquela agitação não fosse em nada desinteressada. Os desentendimentos do presidente de estado com o personagem ficaram mais fortes, conforme Monique Cittadino (2020), devido à ação do Exército para garantir a ordem na capital, que estava desguarnecida com o deslocamento da força policial para Princesa. Era um ponto delicado, na medida em que uma intervenção federal poderia minar os preparativos da revolução. Mediante as circunstâncias, o secretário exigia que os soldados ficassem sob seu comando. Nas memórias, José Américo disse ter tentado integrar esse chefe nos planos de insurreição: “mais por questão de lealdade, pela amizade, do que por qualquer outro motivo”:

Procurei-o em casa, uma manhã, para poder falar-lhe com mais liberdade. Depois de impressões gerais – conversa vai, conversa vem – iniciei a sondagem:

– Tenho a ideia de que isso não acaba bem. Pelo rumo que os acontecimentos vão tomando...

⁴⁶De acordo com Álvaro de Carvalho, no livro *Nas vésperas da Revolução* (1978[1932], p.30).

⁴⁷*A União*, 29 jul. 1930, p.6.

⁴⁸José Luciano de Queiroz Aires (2013), no livro *A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)* discute como a construção desses lugares de memória foi orquestrada por essa elite política que estava na máquina pública, capitalizando a imagem do presidente assassinado a favor da agenda política deles.

– O quê? – falou, meio surpreso, meio distraído, como era de sua aparência. (...)

– Não duvide que, quando menos se esperar, se veja a Revolução na rua. Tem de vir e, nesse caso...

Sentara-me a seu lado para observá-lo melhor com a minúcia visual de que os míopes são dotados. Tinha o rosto meio contraído, com as sobrancelhas ruivas unindo-se. Demonstrava preocupação.

Ainda avancei: – Eu sei. Se vier será por nossa causa, para salvar a Paraíba. Estou certo disso. E você?

Positivamente, o assunto não agradava. Quis desconversar. Finalmente colocou as coisas nestes termos: – Meu caro, estou com o dr. Epitácio. É ele quem decide. Só se ele...

Foi tamanha a minha alegria que não deixei terminar. Revelei-lhe cheio de animação: – Pois aí está. Posso assegurar-lhe que, se ele não apoia o movimento, não lhe é infenso. Conversamos a respeito.

Fui mais incisivo, certo de não perder a partida: – Apoia. Mandou até...

Ja fazer referência ao seu recado sobre o dinheiro pedido para a Revolução. Preparava-me para contar essa história, quando notei que ele mordida os lábios, incomodado com a minha confissão.

Interrompeu-me com palavras secas e um gesto rápido de repulsa: – Absolutamente. Não será comigo que contem. Não me meto em badernas.

Foi isso que ele me disse. Vi o terreno em que pisava e parei. Abrir-me mais seria expor a causa. Não que fosse capaz de delatar, mas poderia arrebatar-me alguns meios de ação (ALMEIDA, 1968, p.201/202).

Anos mais tarde, Álvaro de Carvalho (1978[1932], p.24), quando já se sabia vitorioso o movimento, explicaria sua posição: “Era político; estava com o meu partido; mas acima desses deveres secundários de ética partidária, estavam os inerentes à alta magistratura”. Mas ao que tudo indica, se não era seu intento evitar que a insurreição se desse, também não parecia disposto a se indispor com Washington Luís, ao qual remetia correspondências constantemente⁴⁹. Nesse meio tempo, o general Lavènere Wanderley, comandante da 7ª Região Militar, sediada no Recife, chegou à Paraíba para comandar a ação do Exército para sufocar a Guerra de Princesa. Nessa oportunidade, teve alguns encontros com o Álvaro de Carvalho e José Américo (CITTADINO, 2020).

Outras decisões posteriores, quanto à invasão, porém, desagradaram o presidente de estado, que acusava o governo federal de estar interferindo no estado. A investida ficou marcada para 10 e 11 de agosto. Mas por forças das circunstâncias ou das táticas do secretário, as forças estatais só entrariam em Princesa dia 2 de outubro. A data não era em nada despropositada, interessava ao secretário que a força policial e do Exército estivessem, nos próximos dias, ocupadas longe da capital. Em paralelo a isso, constituiu

⁴⁹Ele próprio transcreveu muitas dessas cartas e telegramas em seu livro (CARVALHO, 1978[1932]).

boas relações na guarda, as quais já tinha em parte desde sua presença no *front* durante a Guerra de Princesa, que ele se empenhou em preservar e fortalecer⁵⁰. O fato é que, em razão da proximidade e do momento político, com ou sem sua interferência, os policiais estamparam um lenço vermelho no pescoço, homenagem a João Pessoa, a desespero de Álvaro de Carvalho que dizia não ser o papel da guarda (CARVALHO, 1978[1932]).

Acontecia que a comoção pública do assassinato do candidato à vice-presidência da República pela Aliança Liberal, que teve seu rompante na capital paraibana, também impactou a população em outros estados⁵¹. O fato é que o crime, da forma como se deu, à vista de toda a gente, cuidadosamente elaborado nos jornais, celebrações e discursos políticos, nas palavras de Angela de Castro Gomes (2017, p.163), teve “o efeito de um restilho de pólvora em terreno preparado para explodir”, a partir de então, “a revolução entrou em marcha irreversível”. As lideranças mineiras e gaúchas, em vias do momento, tomaram novo ânimo ou se viram impelidas a fazê-lo. Getúlio Vargas, pressionado por Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura e Flores da Cunha, decidiu pela conspiração e avançaram na preparação da ofensiva. O comando militar ficou com o tenente-coronel Góis Monteiro no Sul e o tenente-capitão Juarez Távora no Norte. A liderança civil maior do movimento era Getúlio Vargas, aliado ao qual, duas outras figuras passaram a despontar em meio às negociações, Osvaldo Aranha no Sul e José Américo no Norte.

O objetivo primeiro do levante era o assalto aos quartéis gerais e subsequente marcha pela cidade com a ocupação de outros postos militares e de polícia, para o qual já contavam previamente com aliados infiltrados que facilitariam a empreitada. Os focos principais da revolta eram as cidades de Porto Alegre e João Pessoa, mas também o Recife. Era imprescindível que os ataques se dessem concomitantemente. Isso porque, se avisadas a tempo, as forças governistas, muito mais numerosas, poderiam reforçar seus contingentes, tirando de cena o elemento surpresa, indispensável para o sucesso da operação. Um erro de comunicação, no entanto, impediu que as coisas se dessem dessa forma. Arranjados o plano de ataque e as negociações necessárias para o movimento no Rio Grande do Sul, Osvaldo Aranha enviou um telegrama cifrado a Juarez Távora, ainda no dia 20 de setembro, perguntando a melhor data. Recebeu três dias possíveis como resposta. No dia 25 de setembro, então, o gaúcho remetia mais uma mensagem:

⁵⁰Ademar Vidal (1978[1932]) recorda que José Américo mantinha “ligações diretas com o cel. Elísio Sobreira e alguns oficiais graduados da polícia”.

⁵¹Genes Duarte Ribeiro (2009), na dissertação *Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa*, discute como o assassinato do presidente foi narrado pelos jornais e como os políticos se empenharam em construir lugares de memória para esse personagem em várias regiões do país.

“às 5 horas e meia da tarde do dia 3 de outubro” (TÁVORA, 1973, p.300).



Figura 25: Militares revolucionários na Paraíba - Juarez Távora e Juraci Magalhães sentados à direita da fotografia

Fonte: José Joffily (1979, p.315).

O final da tarde era estratégico em Porto Alegre, dada a movimentação que se fazia no quartel general. O momento, entretanto, era péssimo em João Pessoa, onde contavam com o apoio do tenente Agildo Barata Ribeiro, que facilitaria os acessos no 22º Batalhão de Caçadores, e que estava escalado para a madrugada. Juarez Távora, dessa forma, respondeu pedindo autorização para atrasar o levante. Osvaldo Aranha, pensando se tratar do movimento nas ruas e não do assalto ao quartel general, autorizou. E assim se deu. O assalto do Quartel General do Exército de Porto Alegre começou por volta das 17 horas. Ainda no início da noite, Góis Monteiro comunicou Getúlio Vargas que quase todas as unidades militares da capital já haviam sucumbido à Revolução. As tropas nortistas, contudo, só começaram o ataque muitas horas mais depois. Na Paraíba, o atraso não gerou maiores problemas, Agildo Barata conseguiu interceptar telegramas. No Recife, contudo, a conquista do 21º Batalhão de Caçadores foi menos rápida e mais sangrenta do que se esperava (TÁVORA, 1973; LIRA NETO, 2013).

Para além do planejamento militar, no qual Juarez Távora, Juraci Magalhães e Agildo Barata foram figuras fundamentais, algumas lideranças civis tiveram atuação importante no ataque e nos bastidores da ofensiva. José Américo seguia confabulando com políticos daquele e de outros estados que, mesmo sem estarem tão bem informadas do andamento dos planos, tomariam partido a favor dos revoltosos tão logo o conflito fosse deflagrado. No início da noite de 3 de outubro, Antenor Navarro foi à casa de

algumas famílias amigas recrutar jovens – Mirocem Navarro, Rui Carneiro, José Mariz, Odon Bezerra, Artur Sobreira, Borja Peregrino, entre outros. O assalto ao batalhão de João Pessoa teve liderança do tenente Juraci Magalhães. Em poucas horas, fecharam o cerco e conseguiram a rendição do quartel. Enquanto isso, José Américo passou na chefiatura de polícia, fez isso a pé para não chamar atenção. Era sua missão garantir que a força policial não fosse mobilizada. Os jovens recrutados fizeram ronda na porta dos comandantes para impedir que atendessem os chamados do quartel. Juarez Távora, que liderava o ataque no Recife não teve sucesso imediato e precisou recuar⁵².

Álvaro de Carvalho (1978[1932], p.74) contou que acordou ao som da descarga de metralhadora, ligou para a central de polícia e um soldado informou – “é a revolução, sr. presidente” – e tomou as medidas que lhe estavam às mãos: “resolvi banhar-me, barbear-me e mudar de roupa, temendo, talvez, uma prisão de pijamas”. Mas ela não aconteceu. José Américo e Ademar Vidal, por volta das quatro horas, foram à sua casa tranquilizá-lo. No dia seguinte, reassumiu sua cadeira no Liceu Paraibano, mas depois achou melhor deixar o *locus* do conflito, se refugiando em Santos, interior de São Paulo. O número do jornal *A União* de 5 de outubro de 1930, dessa forma, exaltava a vitória da Revolução na Paraíba – “uma fatalidade consequente do estado a que chegara a Nação Brasileira” – evocava a memória de João Pessoa e apresentava, com direito a fotografia, o novo chefe do governo revolucionário no estado – José Américo. Juarez Távora, comandante militar, o empossaria naquela tarde, às 15 horas, no Palácio do Governo:

Prezado amigo dr. José Américo. Como chefe militar da revolução no Norte do Brasil, venho impor-lhe, nesta hora decisiva para os destinos do Brasil, como pátria de cidadãos livres, a tarefa, simultaneamente pesada e honrosa, de assumir, logo que tenha se realizado o levante das tropas de João Pessoa, o governo do Estado da Paraíba.

Penso que essa missão será transitória – pois, é minha intenção confiar-lhe, mais tarde, as funções de Governo Central a que se subordinem todos os governos revolucionários do norte do país.

É uma merecida homenagem que a revolução vai restar à Paraíba, na pessoa do mais devotado e destemido dos auxiliares do presidente João Pessoa.

E estou certo que o sr. saberá honrar essa minha resolução – primeiro não se furtando a aceitar as responsabilidades do cargo – depois, tratando de desempenhá-las com a honradez, inteligência e energia que tem dado sobejas provas neste quadro sombrio que vimos atravessando.

Cogite pois de ir escolhendo seus auxiliares entre os homens de valor de todos os Estados do Norte do Brasil.

Sem outro motivo, confesso-me seu pat^o. sincero admirador –

⁵²Conforme relatos memoriais de José Américo (1968), Juraci Magalhães (1993) e Juarez Távora (1973).

JUAREZ TÁVORA – J. P. 3/10/930⁵³.

José Américo tornava-se presidente provisório da Paraíba, apresentado como “continuador vigilante e itemerato do programa que o Grande Morto traçava para a sua administração”⁵⁴. O capital político do presidente assassinado, mais uma vez, aparecia como instrumento importante na construção de sua imagem pública e para o sucesso do projeto revolucionário. O nosso personagem tinha ciência disso, tanto que um de seus primeiros decretos à frente da administração do estado foi tornar obrigatória a aposição de retratos do morto – ora alçado à posição de herói – em uma posição de destaque no interior dos prédios escolares⁵⁵. Mas quer me parecer que essa transposição simbólica, por si só, não seria suficiente para que ocupasse os cargos aos quais ora tinha acesso. Mais do que isso. Não foi à toa que ele, e não outros, como os familiares do falecido, passou a dispor dessa posição. O biografado foi uma figura central nas negociações que tornaram o movimento viável – mais do que João Pessoa havia sido – e dispunha de sociabilidades que seriam imprescindíveis em sua alçada política, além do *savoir faire* e de elementos da personalidade – ora conciliadora ora combativa.

O presidente provisório nomeou Irineu Joffily na Secretaria de Segurança Pública e Antenor Navarro na Secretaria de Interior e Justiça. O primeiro havia sido deputado federal nas duas legislaturas anteriores e um aliado importante no governo João Pessoa. O segundo ainda não completara trinta anos, mas se tornou uma peça fundamental nas articulações do movimento revolucionário na Paraíba. Eram duas figuras estratégicas para a articulação na tomada do poder público pelos tenentes em lugar das oligarquias. Ademar Vidal se tornou procurador da República no estado e Virgínio Veloso Borges fiscal do governo no Banco do Brasil. Mas também designou Joaquim Pessoa, irmão do presidente morto, prefeito da capital, o que era uma forma de alimentar essa figura histórica tão poderosa e silenciar qualquer contestação da família, que perdia o domínio de mais de quinze anos sobre o estado. Ainda nessa ocasião, tomou medidas como a concessão de licença aos funcionários públicos que se engajassem na luta⁵⁶. E montou uma comissão com engenheiros civis e agrônomos, empresários, professores, médicos para pensar os problemas do estado e reorientar a administração (CITTADINO, 2020).

No dia 6 de outubro, chegaram notícias mais empolgantes. Juraci Magalhães escrevera contando as conquistas de suas tropas no Recife. Em Minas Gerais, estradas

⁵³A *União*, 5 out. 1930, p.8.

⁵⁴A *União*, 6 out. 1930, p.1.

⁵⁵A *União*, 8 out. 1930, p.1.

⁵⁶A *União*, 9 out. 1930.

de ferro e rodagem estavam sob domínio de Olegário Maciel. Getúlio Vargas marchava perto do Paraná, até então, sem grandes resistências. Assim foram os dias seguintes: conquistas importantes em Pernambuco, Piauí, Pará, Santa Catarina e Espírito Santo. Depois foi a vez do Maranhão, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia. O momento mais esperado estava previsto para 14 de outubro, a entrada das tropas revolucionárias em São Paulo pela divisa com o Paraná – a famosa Batalha de Itararé: “Tropas dos dois lados se preparavam para uma luta que decidiria os rumos do Brasil”, dizia Angela de Castro Gomes (2017, p.164). Mas esse grande confronto não aconteceu, o governo recuara, “a prudência mandava aguardar o desenrolar dos acontecimentos”.



Figura 26: José Américo e Juarez Távora no comando geral do Norte
Fonte: Aspásia Camargo *et al* (1984, p.363).

Juarez Távora e José Américo, em 7 de outubro, viajaram ao Recife, onde deram posse ao novo presidente de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti. No dia seguinte, tiveram notícia da morte de João Dantas, que se achava preso. Os documentos da época registraram como suicídio, mas há hipóteses que tenha sido assassinado. Com o passar dos dias, controlados os estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, o comandante militar das forças revolucionárias nortistas designou José Américo governador geral do Norte. Ele teria em mãos, dessa forma, as funções do poder executivo na circunscrição dominada pelo movimento, a qual acumularia com a presidência da Paraíba. Na semana seguinte, andaram pela região. Empossaram Irineu Joffily no Rio Grande do Norte, com o apoio de Borja Peregrino. Foram também a Maceió, celebrar Hermílio de Freitas Melro presidente de Alagoas (TÁVORA, 1973).

Enquanto chefe do Governo Geral do Norte, José Américo passou a avaliar as melhores medidas para a condução do movimento revolucionário e a garantia da ordem

nas cidades já conquistadas. Uma questão importante, nesse sentido, era o fechamento dos poderes legislativo e judiciário. Mas antes de decidir, ele escreveu a Juarez Távora, o qual respondeu cauteloso: “Desaconselho dissolução imediata do Poder Judiciário que nesta fase transitória deverá continuar funcionando normalmente apenas se reservando o Executivo Revolucionário direito de se discutir suas decisões contrárias ao espírito da Revolução”, entretanto, “todo o Poder Legislativo deverá ser considerado inexistente desde a data do início da Revolução dupla medida moralização e economia”⁵⁷.

Os dois também começaram a trabalhar na composição de um ministério para o Governo Provisório do Norte. A proposta era formar um corpo burocrático republicano assentado em um regime de moralidade que se tornara argumento das lideranças do movimento nos estados nortistas. Raimundo Hélio Lopes (2014) observa que havia nessa iniciativa, ainda que ela tenha durado pouco, a preocupação em empreender uma reforma administrativa e, por consequência, mostrar que já havia um projeto político na região. A escolha dos nomes para o ministério, a propósito, deveria ser descentralizada, com figuras de vários estados, mas também obedecer a critérios técnicos e atentos às peculiaridades locais: o ministro da Justiça seria de Pernambuco, pela tradição jurídica; o Ministério de Viação e Obras Públicas, a cargo de um engenheiro cearense, por ser a região mais afetada pelas secas. Na falta de um nome, a propósito, Fernandes Távora, presidente do Ceará, pediu indicação a uma comissão de engenheiros (LOPES, 2014).

Em posse de sua função de presidente provisório, no curso de um movimento armado, o nosso personagem mandou que se fizesse cópia de toda a correspondência que passasse pelo telégrafo na cidade de João Pessoa. O propósito, de acordo com Deusdedit Leitão (1985), seria munir-se desse material no futuro, quando fosse preciso escrever a história da Revolução de 1930. Eu arriscaria que, para além dessa razão de ordem memorial e intelectual, havia um possível uso prático imediato desse telegramas. Em primeiro lugar, militar e político, permitindo a vigilância dos adversários em caso de necessidade. E o segundo ponto era que, se os revolucionários perdessem a guerra, talvez houvesse nessas correspondências provas, em sua posse, que incriminassem as figuras com quem seria possível barganhar uma posição favorável em um tribunal. Esse autor conta ainda que ouvira de José Américo que, de passagem pela Bahia, emitiu a mesma ordem, mas não podendo levar a documentação consigo no avião em que viajou ao Rio de Janeiro, pediu que o Arcebispo Dom Álvaro Augusto da Silva o guardasse.

⁵⁷A *União*, 22 out. 1930, p.1.

Esse volume, porém, desapareceu quando o chefe em questão voltou para buscá-lo⁵⁸.

Em 24 de outubro, uma junta militar depôs o presidente da República e tomou o comando do Palácio do Catete. Washington Luís foi preso no Forte de Copacabana, depois se exilou na Europa. Encerrava-se a Revolução. Em alguns dias, as tropas do Norte e do Sul chegariam ao Rio de Janeiro. O jornal *A União* comemorava a notícia estampando, na primeira página, a foto de João Pessoa, uma maneira de reivindicar o protagonismo da Paraíba no movimento e acenar para a disposição do futuro governo. No dia 28, Juarez Távora e Mirocem Navarro chegaram de avião ao Rio de Janeiro⁵⁹, onde aguardariam o trem que trazia as tropas do Sul. Getúlio Vargas desembarcou em 31 de outubro e tomou posse no Palácio do Catete dia 3 de novembro de 1930. Tinha início um novo comando e com isso o desafio de apaziguar a multiplicidade das forças que garantiram aquela vitória, condição *sine qua non* para estabilizar o regime e aplicar as reformas almejadas – restava saber quais, dada a diversidade do grupo vitorioso.

⁵⁸A documentação da Paraíba, que foi a única que ficou preservada, a certa altura, foi guardada em seu arquivo pessoal. Ela foi publicada em *O arquivo José Américo e a Revolução de 1930*, no ano de 1985, pela Fundação Casa de José Américo, com coordenação de Ana Isabel de Sousa Leão Andrade e prefácio de Deusdedit Leitão (ANDRADE, 1985).

⁵⁹*A União*, 25 out. 1930, p.1; 29 out. 1930, p.1.

5. Revolucionário

A Revolução assumiu grandes responsabilidades perante o país e precisa atender às esperanças com que toda a população brasileira acompanhou o seu desenvolvimento e colaborou para a sua vitória.

(...) Libertámo-nos de um regime em que só se respeitava essa coisa ridícula que é o direito adquirido, sobreposto à própria honra funcional. Tudo mais era a subordinação do interesse público a paixões e apetites, personalismos.

(...) Só uma ditadura civil, que vigiada pelo exército revolucionário, seja um órgão de idealismo patriótico e de ação imediata, poderá corrigir essa mentalidade viciada.

José Américo de Almeida¹

Depois de conquistadas as capitais dos estados do Norte e do Sul do Brasil e destituído o presidente da República, declarou-se vitorioso o movimento revolucionário. Enquanto era aguardada a chegada das tropas sulistas ao Rio de Janeiro – sobretudo de Getúlio Vargas, que seria empossado alguns dias depois – José Américo de Almeida, que estava na Paraíba, tratando da administração do governo provisório do Norte, emitiu uma declaração ao *Diário de Notícias*, na qual reafirmou as suas críticas ao regime oligárquico deposto e defendeu a implementação imediata de uma ditadura civil. A Revolução teria um compromisso primordial com o interesse público e a saída para realizá-lo efetivamente seria um estado de exceção, fiscalizado de perto pelas lideranças revolucionárias, que deveriam fazer valer um regime de moralidade, o que equivalia a colocar o interesse público acima das “paixões e apetites” individuais.

Essa mudança exigiria uma transformação complexa: “Muito mais fácil será simplificar e moralizar os serviços públicos com uma organização econômica de pronta execução e da mais seleta idoneidade”, o que implicava na construção de um Estado burocrático, que deveria se fazer mais racional, aparelhado por um corpo de funcionários escolhidos em decorrência de sua capacidade técnica. Para isso, seria imprescindível que cada homem que “lutou pela mudança no cenário nacional, relegado de qualquer atividade pública, não se [deixe] contaminar [pela] perversão dos costumes políticos”. Nesse ponto, contornava a memória histórica para evocar, mais uma vez, a figura de João Pessoa em favor de seu argumento. Afirmava que a sua administração fora o melhor exemplo de ditadura civil idônea e concluía anunciando que seguiria em luta até que a Revolução atingisse seus objetivos: “A nada aspiramos senão à concordia e à autonomia integral que já desfrutamos”.

¹*Diário de Notícias*, 29 out. 1930, p.5.

As críticas tinham como seu alvo principal o liberalismo político e econômico, então afundado em uma crise internacional, e cuja ineficácia para a realidade social brasileira era discutida há muito tempo por uma bibliografia de vasta recepção no país, conhecida desde muito tempo pelo nosso personagem, e compartilhada pelos tenentes – de autores como Alberto Torres, Oliveira Viana, Francisco Campos etc. Mas também se ancoravam em discussões e experiências políticas corporativistas que foram tomando corpo em outras partes do mundo, com grande destaque para o fascismo italiano de Benedito Mussolini. Os escritores viam a saída autoritária como possibilidade imediata para o problema e, não por acaso, se tornariam os ideólogos do novo regime: “o que tais transformações de referências de análise e de valores indicavam era a importância da criação e/ou do fortalecimento de instituições e práticas políticas estatais, algumas já conhecidas, outras nem tanto, como mecanismo de *start* pra o estabelecimento de um novo modelo político de Estado e de modernidade” (GOMES, 2009, p.153).

Há nesses termos uma posição nas disputas que nessa primeira hora se colocava no interior do grupo vitorioso quanto aos rumos do que seria essa “Nova República”. José Américo se inseria nesse cenário ao lado dos tenentes, que tinham em mente um catálogo de mudanças políticas e administrativas, dentre as quais uma transformação do *modus operandi* do poder estatal. Essa postura o qualificava como um “tenente civil”, como o eram Osvaldo Aranha, Virgílio de Melo Franco, Carlos de Lima Cavalcanti e Pedro Ernesto. Isso em contraste aos chefes políticos locais que apoiaram a Revolução – as “oligarquias dissidentes” – a exemplo de Antonio Carlos, que preferiam pensar o movimento como uma reorganização de forças, mas sem transformações significativas em sua rotina. Em todo caso, a solução do estabelecimento imediato de uma ditadura civil era consensual como medida prática para estabelecer e estabilizar o novo regime.

É importante ressaltar que a ideia de regime de exceção assumia, no momento, um caráter provisório. Raimundo Hélio Lopes (2019), nesse sentido, observa que os termos “governo discricionário” e “ditadura” não tinham, nos anos 1930, o sentido histórico associado a elas depois do golpe civil-militar de 1964. Tratava-se, antes disso, de uma forma de poder transitória – ainda que, muitas vezes, esse trânsito dependesse de muita barganha política para ser levado a termo – na qual um sujeito, ou um grupo, dotava-se de poderes absolutos para estabelecer a ordem em momentos de construção ou crise dos regimes políticos. Em sendo assim, as suas bases foram estabelecidas pelo decreto de n.19.398, de 11 de novembro de 1930, dando sequência à numeração dos textos legais precedentes até que viesse a constituição, que se manteve no horizonte.

O momento em que uma nova carta seria elaborada e passaria a vigorar no país, porém, também se tornou tema dissonante entre os tenentes – que via de regra tentaram retardá-la o quanto possível até que as mudanças políticas e administrativas propostas pelo Governo Provisório estivessem mais firmes na máquina e na opinião pública – e as oligarquias dissidentes – que almejavam o retorno das eleições e maior autonomia para os estados e municípios. No centro das discussões, estava a própria ideia da Revolução. Conforme Gianfranco Pasquino, a Revolução é uma tentativa violenta de “derrubar as autoridades políticas existentes e as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica”. Essa definição, porém, não explica bem o que teria sido a experiência do movimento de 1930, para o qual seria mais apropriado “golpe de estado reformista”, em que “os insurretos têm em vista mudanças mais ou menos importantes na estrutura da autoridade política e transformações socioeconômicas limitadas, a participação popular é escassa, a duração da luta breve e o nível de violência bastante baixo” (BOBBIO, 1998, p.1121).

O termo Revolução, nesse caso, é uma categoria nativa, amplamente usada na época e com grande valor para os protagonistas – que discutiam seu sentido e seu destino. José Américo não só se reconhecia como um revolucionário como pautou, em seus anos como ministro de Viação e Obras Públicas, sua gestão como sequência da luta revolucionária. Seria esse entendimento, aliás, que o guiaria em muitas das medidas imediatas para reformar a máquina pública e planejar as ações do ministério, bem como os acordos políticos que se tornariam indispensáveis no cenário competitivo que se insurgia quando a constitucionalização se colocava enquanto horizonte. Sendo assim, embora eu concorde com Boris Fausto (1991[1970]), pensando em termos de classe, que a Revolução de 1930 foi um conflito interoligárquico, há outros marcadores que envolveram as intenções das suas lideranças políticas – bastante diferentes entre si.

Tendo isso em mente, eu penso que não dá para reduzir a atividade política de José Américo no Ministério de Viação e Obras Públicas à construção de uma oligarquia a partir do seu comando – “americista” – como defenderam Eliete Gurjão (1994) e Martha Falcão Santana (2000), mas também uma ampla bibliografia que as referencia. Evidentemente ele precisava de base política na Paraíba, que assegurasse a ordem social e o apoio eleitoral necessário para garantir a continuidade da política revolucionária, e fez acordos de diversas ordens com os chefes municipais para tanto. Era assim que se fazia política nos anos 1920. E apesar das mudanças ideológicas e na legislação da Revolução de 1930, os procedimentos e mentalidades não mudaram da noite para o dia,

a chancela dos chefes locais seguia importante na condução do poder público. Mas no pacote das reformas que entravam em cena não estavam considerados como fim da ação política os interesses desses homens de elite, mas um amplo projeto de assistência do poder público – em seu sentido amplo – para a população sertaneja nortista.

Há um trabalho político envolvido nessas negociações, com propósitos de mais longo prazo, sem os quais não se reforma um regime nem se faz política. Os acordos foram o caminho que o ministro, em seu tempo e a partir do seu lugar social, acreditou mais efetivo para a implementação das obras contra as secas e, depois, para assegurar a maioria do grupo revolucionário na campanha para a Assembleia Nacional Constituinte. Haveria, assim, um equilíbrio entre o que se queria fazer e o que era possível ser feito. De acordo com Michel Offerlé (2002[1987]), o trabalho político *stricto sensu* deve ser pensado como uma confluência entre propósitos coletivos e pessoais, na medida em que se tratam de pessoas que dedicam uma parcela de suas vidas à política. Nesse quesito, há três tipos de ganho envolvidos: os bens públicos, os bens privados e os bens públicos divisíveis (empregos públicos etc.). O mesmo autor nos ensina que os partidos políticos – como podemos entender de forma ampla o grupo que se constituiu “revolucionário” – são construídos e simultaneamente constroem os projetos pessoais dos membros.

O objetivo desse capítulo é compreender como José Américo de Almeida construiu um projeto político em meio à agenda revolucionária da primeira metade da década de 1930. Em sendo assim, nós acompanharemos sua trajetória como titular do Ministério de Viação e Obras Públicas, entre os anos de 1930 e 1934. Esse projeto se assentava em sua postura de administrador público, mas também em amplo programa de construção de estradas de ferro e de rodagem, portos, linhas de telégrafo, no propósito de intercomunicar o país, mas sobretudo as obras contra as secas. Vale ressaltar que ele foi o único ministro que permaneceu em exercício e no mesmo cargo durante todo o Governo Provisório. Nesse período, ele viveu de seus quarenta e três aos quarenta e sete anos, quando passou a ser percebido como um homem adulto, velho o suficiente para as responsabilidades que os cargos que então ocupava exigiam, mas ainda moço para sinalizar o tempo de progresso que fazia representar pela juventude.

Os documentos consultados para a elaboração dessa seção foram periódicos, particularmente o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã*, ambos do Distrito Federal, escolhidos em decorrência de suas posições políticas e da aparição estratégica do nosso ministro em seus noticiários. Além deles, outra vez, foi observado o jornal *A União*, com o propósito de compreender sua relação com o governo e com as elites paraibanas.

Os dois relatórios que ele escreveu a respeito da sua gestão ministerial – *O Ministério de Viação no Governo Provisório* (1934) e *O ciclo revolucionário do Ministério de Viação* (1935) – assim como as memórias dele, em diversos livros, e de outras pessoas que constituíam suas redes de relações também foram imprescindíveis – principalmente Juarez Távora (1974) e Juraci Magalhães (1996). Além disso, tomaram nossa atenção as correspondências e as fotografias guardadas no arquivo pessoal, bem como os diários de Getúlio Vargas e, pontualmente, a legislação produzida à época.

O capítulo, intitulado *Revolucionário* para elaborar a dimensão simbólica do projeto político que nosso biografado se empenhou em construir, foi dividido em dois tópicos: O primeiro ponto, *Do Ministério de Viação e Obras Públicas ao Acidente de 1932*, compreende seus primeiros anos à frente do ministério, envolvendo suas relações políticas com os tenentes, em particular os nortistas, os projetos comuns e dissidentes, assim como a sua imagem pública. Um destaque deve ser dado às políticas de combate às secas, que se tornaram o carro chefe de sua gestão, aos investimentos em transporte e comunicação e aos conflitos com servidores. O segundo quesito, *Da Guerra Paulista de 1932 à Constituição de 1934*, percebe a circunstância do ministro em meio à crise do Governo Provisório, quando teve de articular os projetos de constitucionalização com as elites nortistas e enfrentou conflitos no interior da base política do governo e por parte de setores dos funcionários do ministério em greve.

5.1 Do Ministério de Viação e Obras Públicas ao Acidente de 1932

Em um telegrama enviado no dia 30 de outubro e divulgado no jornal *A União*, publicidade que interessava no jogo político, José Américo comunicou ao comandante Juarez Távora algumas de suas preocupações imediatas. Ainda no exercício do comando civil do governo provisório do Norte, o biografado falava da necessidade de remessas de recursos aos bancos, os quais foram surpreendidos pelo movimento revolucionário em plena colheita do algodão, momento em que seria preciso liberar financiamentos para os produtores rurais. A pauta mais urgente do seu expediente ao chefe militar, que havia se tornado nessa campanha um amigo e maior aliado político, no entanto, circundava a disputa que teriam de enfrentar em âmbito nacional, era preciso garantir a representação nortista no governo central que ora se constituía:

Sendo dissolvido o Congresso Federal, lembro [a] ideia [de] cada

Estado ter um representante junto [a] cada Ministério: Interior, Viação, Renda, Agricultura, pessoa [de] confiança [do] presidente e conhecedor [das] necessidades regionais².

A vitória no conflito armado conferiu a oportunidade para que os vencedores constituíssem não só um plano de governo, mas toda a orientação de um novo regime a partir do sempre em disputa programa revolucionário. Os dias subsequentes à posse de Getúlio Vargas, portanto, foram tempo para pesar as forças que compunham a sua base, definir diretrizes e organizar o ministério. A tarefa não era das mais fáceis, era preciso acomodar em um mesmo programa de governo os projetos de país de tenentes, políticos e intelectuais – oligarquias dissidentes – de estados distantes e com propósitos bastante distintos. O Norte tivera uma atuação importante no curso da campanha revolucionária, foi onde a guerra tomou cores fortes e de onde saíra um grupo político coeso sob a liderança de Juarez Távora. Dessa maneira, em suas primeiras decisões, o presidente ofereceu a ele o cargo de ministro de Viação e Obras Públicas.

O Ministério de Viação e Obras Públicas fora uma conquista importante para os revolucionários nortistas. Tratava-se de uma instituição estratégica na organização da infra-estrutura do país. A pasta respondia pela construção e administração de portos, estradas de rodagem e ferrovias, os serviços de correios e telégrafos, aviação civil e obras contra as secas. Em sendo assim, observa Jivago Barbosa (2020) que o presidente Getúlio Vargas, desde seu discurso de posse, destacava seu desejo de ampliar seu raio de atuação, fazendo dela uma instituição fundamental no projeto de desenvolvimento autônomo, tendo como caminho modernização e integração nacional. Estaria, portanto, entre os principais ministérios do governo. Mais do que isso, era o setor com a maior folha de serviços, dispunha dos empregos – bens públicos divisíveis, de acordo com Michel Offerlé (2002[1987]) – que também faziam parte do jogo político.

A divulgação do convite empolgou revolucionários e simpatizantes da causa, sobretudo nos estados do Norte. Chegavam telegramas e cartas de endereços variados: “o sentimento comum”, de acordo com Raimundo Hélio Lopes (2014, p.87), era de que “o programa revolucionário seria efetivamente executado”. O convite, porém, esbarrava em dois valores caros ao comandante militar da Revolução no Norte. Ele acreditava que a interferência política dos militares deveria acontecer enquanto corporação e não como indivíduo assumindo postos no governo, da mesma maneira, não valia usar o prestígio político para ascender na carreira militar. Esse trânsito na política, ainda que estratégico,

²A *União*, 31 out. 1930, p.1.

não era interessante em seu plano de ação, cujo propósito seria manter a coesão da região – era preciso uma alternativa militar para sua participação no poder estatal.

Juarez Távora escreveu para Getúlio Vargas ainda no dia 4 de novembro, declinando do convite e sugerindo o nome de José Américo:

Telegrafo-lhe de pleno coração do Nordeste onde povo vibra de entusiasmo e esperanças [pela] obra reivindicadora [da] revolução nacional. Estudando conscienciosamente [a] situação geral desta zona [do] país tenho concluído ser necessária minha assistência imediata junto [aos] governos recém estabelecidos afim [de] mais prontamente consolidar [o] regime revolucionário. Venho, por isso, declinar irrevogavelmente da honra [que] vossência me conferiu incluindo-me no seu Ministério, pois estou convencido [que] poderei prestar melhores serviços [ao] seu governo e [à] revolução conservando-me em contato com meus camaradas [do] Exército, de cujo seio não desejo afastar-me nesta quadra difícil de transição revolucionária. E já que vossência em sua última entrevista comigo externou o desejo de, na hipótese de eu renunciar a pasta da Viação, confiá-la a um representante do Norte, tomo a liberdade de lembrar-lhe para substituir-me o nome do Dr. José Américo de Almeida, não só como um pócito de justiça ao seu mérito pessoal, mas também como uma merecida homenagem à Paraíba gloriosa de João Pessoa (TÁVORA *apud* LOPES, 2014, p.90).

A sugestão foi aceita pelo presidente, que assim reconhecia não só o significado da nomeação de um paraibano do círculo mais próximo de relações de João Pessoa, como também concedia poder de arbítrio ao remetente da correspondência nos assuntos políticos e militares que tangiam o Norte. Juarez Távora (1974, p.12) contou que ficou ele próprio, de viagem à capital paraibana, encarregado de transmitir esse convite: “Embora inicialmente relutante, ele o aceitou, diante da irrevogabilidade de minha renúncia e da conveniência, para a Paraíba e para o Nordeste, de terem um representante no Ministério da Revolução”. Em entrevista ao *Diário da Manhã*, jornal pernambucano, José Américo explicava o recuo inicial e aceite posterior do cargo:

Eu vinha no propósito de recusar o convite para ocupar o ministério, porque, além de reconhecer no general [Juarez] Távora todas as aptidões para o desempenho daquele cargo, entendo que, como legítimo chefe do Norte, era ele o representante indicado dessa região num posto de tamanhas responsabilidades.

Encontrei-o, porém, no propósito deliberado de não assumir nenhum cargo na administração civil do país. Aliás, essa sua intenção já decorria de reiteradas declarações públicas³.

³A *União*, 11 nov. 1930, p.3.

Decerto havia certo charme em recusar o convite⁴. Fazia parte da construção da imagem de político preocupado antes de tudo com o bem público. Tratava-se de uma retórica comum aos políticos e bastante usada por nosso personagem. Mas havia outro sentido na recusa – Juarez Távora era de fato mais apropriado para representar o Bloco do Norte no Governo Provisório. Entenda-se por Bloco do Norte, o conjunto dos estados conquistados por suas tropas: Acre, Amazonas, Pará, Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. Desse modo, é preciso ter em conta que, apesar de sua participação estratégica na tomada de poder, José Américo não dispunha da mesma força política para falar pela região, sobretudo no instável imediato pós-Revolução. Havia resistência dos presidentes provisórios, depois interventores federais, como Fernandes Távora do Ceará, em atender demandas do governador geral sem intermédio do comandante militar (LOPES, 2014).

Em sua entrevista, nosso personagem se empenharia em exaltar as qualidades que o autorizavam naquele posto, falou de sua produção intelectual, como *A Paraíba e seus problemas*, e do empenho para se interar das questões desse posto: “já me tenho voltado para o estudo dos problemas regionais do Norte, das questões de transporte, do exame das obras contra as secas etc. penso que talvez não esteja inteiramente deslocado das responsabilidades que me serão cometidas, como aconteceria relativamente a outras pastas”⁵. Ele voltaria a isso algumas vezes. Dias depois, anunciaria no jornal *A Tarde*, “apesar de bacharel, sempre estudei os problemas que interessam o Nordeste como a açudagem, ferrovias e estradas de rodagem”⁶. Era como se sua verve de intelectual justificasse a posição antes de qualquer outra coisa – o político viria depois do homem de letras, esse sim habilitado a tomar medidas técnicas imprescindíveis.

Acontecia que Juarez Távora continuava sendo um articulador fundamental do Bloco do Norte, figura imprescindível na garantia da coesão política, na barganha dos

⁴Nas entrevistas a Aspásia Camargo *et al* (1984), José Américo nega ter sido indicado por Juarez Távora para o Ministério de Viação e Obras Públicas. Usa como prova dessa informação uma carta que este havia lhe remetido em 1950, rememorando o fato. Na correspondência, Juarez explicava que imediatamente depois do convite, tendo ele recusado o posto, sugeriu o nome de um engenheiro cearense – diga-se de passagem, apesar dos dois não enfatizarem isso, essa era a linha de pensamento que movia a ambos em tempos do Governo Geral do Norte – que teria sido vetado por Osvaldo Aranha. Foi quando Juarez aceitou o convite que logo em seguida recusaria de novo, dessa vez sim citando José Américo. Para esse, em meio às batalhas de memórias que o tomariam nas décadas seguintes à Revolução, essa não teria sido essa uma indicação, mas um reconhecimento de seu mérito. Diferente disso, seria a nomeação, anos depois, de Juarez Távora no Ministério da Agricultura. Essa sim, ele enfatizava, fora uma indicação sua. Também negava a iniciativa do capitão tenente não ocupar um posto que deveria ficar com um civil, essa seria uma exigência dos revolucionários. Eu penso que há muito ressentimento nessa interpretação e que os dois personagens, muito próximos à época, ganharam muito com essa relação.

⁵*A União*, 11 nov. 1930, p.3.

⁶Transcrito no jornal *A União* (21 nov. 1930, p.1).

interesses dos tenentes e das oligarquias dissidentes, que dependiam dessa coalisão para assegurar seus interesses junto ao poder central, mas também para o Governo Provisório. Essa seria uma base de apoio fundamental para Getúlio Vargas, arrisco dizer que até o golpe de 1937, e o presidente logo encontrou uma fórmula institucional para o impasse – a Delegacia Militar do Norte. Dulce Pandolfi (1980) chama atenção para seu decreto de criação, publicado em 12 de novembro, dando a ela as funções de propor nomeações, demissões, transferências ou qualquer outra sugestão de interesse público necessários ao desempenho da missão revolucionária na região. Deve-se atentar, ainda, para o caráter *sui generis* desse espaço – era uma “Delegacia”, não um ministério ou secretaria, rótulo à parte na administração estatal, “Militar”, como queria Juarez Távora, e principalmente “do Norte” (LOPES, 2014).



Mapa 04: Conjunto dos estados que formavam o Bloco do Norte

Fonte: Mapa elaborado pelo autor com o *software* QGIS a partir das bases cartográficas IBGE 2017 – modificados com os topônimos da época

O Ministério de Viação e Obras Públicas não seria, portanto, o espaço de reunião dos interesses dos estados nortistas, com pretendia Getúlio Vargas – isso caberia à delegacia. Entretanto, ele seguia como uma peça chave, tanto por seu poder de decisão, a caneta do ministro, como de barganha com o governo federal em meio à disputa pelos investimentos públicos para a região. Entre uma instituição e outra, José Américo decerto não era um nome qualquer que atenderia às demandas do comandante militar da

Revolução no Norte. Pesava a seu favor o capital simbólico herdado de João Pessoa, que fora crucial na campanha revolucionária, bem como sua relação com outros líderes e suas habilidades de intelectual e burocrata. O que seria bastante para que seguisse no cargo de interventor ou que conseguisse um ministério, mas quer me parecer que a associação com Juarez Távora, e por consequência o peso político do Bloco do Norte, fora indispensável para que tivesse uma pasta de tamanha relevância.

Na segunda semana de novembro de 1930, José Américo deixou o governo da Paraíba – ficou sob responsabilidade de Antenor Navarro – e viajou com Juarez Távora pelos estados do Norte. Consolidavam uma prática de aproximação com as lideranças locais e com a população que se empenharia em manter. Voltaram dia 16, devido aos compromissos na capital do estado, José Américo tomou um empréstimo com seu irmão Augusto, deixou uma parte com Alice, e seguiu para o Recife. Embarcou no paquete Almirante Alexandrino, no qual conheceu o jovem médico Juscelino Kubitschek, que regressava de sua viagem pela Europa. Na Capital Federal, o ministro hospedou-se provisoriamente no Hotel América (LUNA, 2000).



Figura 27: Juraci Magalhães, em pé na lateral esquerda, José Américo e Juarez Távora, sentados, a bordo do Almirante Alexandrino.

Fonte: *Careta*, 29 nov. 1930, p.8.

Alice iria mais tarde com os filhos. Nos meses subsequentes, o casal adquiriu uma residência na Rua Getúlio das Neves n. 25, Jardim Botânico, com financiamento da Caixa Econômica Federal. Aquela seria a casa da família por muitos anos. Reinaldo, primogênito, se matriculou na Escola Militar do Realengo; Selda e José Américo Filho

também viajaram com eles. O caçula, no entanto, apesar dos esforços do pai, não se agradou do Rio de Janeiro. Pouco tempo mais tarde, ele regressaria à cidade de origem, com a anuência do seu tio Augusto, que escrevera ao irmão ministro pedindo “Américo emprestado, por um ano”, o que ele não negou. E assim continuou seus estudos no Liceu Pernambucano (RAMOS, 2007; LUNA, 2003).

Em um discurso, o biografado pode estampar, nas entrevistas aos jornais da Capital Federal, seu compromisso com a solução dos “problema do Nordeste”, os quais ele conhecia de muito tempo. E explicava:

Havemos de fazer alguma coisa, mas tudo está condicionado na situação geral. Não sei como o governo federal poderá arcar com as responsabilidades financeiras que essas obras impõem. Estou certo que não deixaremos de ir em socorro do Nordeste e faremos o que permitir o momento [...] Há muitos outros problemas a ventilar num ministério: a Central do Brasil, o problema dos transportes, a navegação e comunicações em geral⁷.



Figura 28: A posse do dr. José Américo de Almeida, terceiro da esquerda para a direita, no Ministério de Viação

Fonte: *Diário de Notícias*, 25 nov. 1930, p.1.

A posse aconteceu na tarde de 24 de novembro, depois de uma reunião com o presidente e da publicação do decreto de nomeação, em cerimônia simples. Envoltos de revolucionários, José Américo, “com energia moça”, dizia saber das responsabilidades que estavam em suas mãos. É interessante notar como, naquele momento, a juventude

⁷A *União*, 25 nov. 1930, p.1.

do nosso personagem era mais uma vez exaltada na imprensa e nas fotografias, apesar dos quarenta e três anos de idade e da calvice bastante avançada. A imagem juvenil importava como demarcador político, que o colocava ao lado dos tenentes, fossem eles militares ou civis, via de regra muito mais jovens que ele, e de alguma forma anunciava um dos motes prioritários do novo regime – apontava para o futuro como ruptura com o passado e apostava nos mais jovens como caminho para o moderno⁸. Na ocasião, escolheu para seu secretário o também paraibano Rui Carneiro.

Ao assumir o posto de ministro de Estado, José Américo imergia na vida política de maneira mais profunda e constituía laços que tomava essa decisão cada vez mais incontornável. Esse movimento impôs um interregno à sua atividade literária, a agenda política e burocrática não deixava espaço para o trabalho com as letras. Vez ou outra, ele publicava um texto na imprensa, mas de não-ficção, tratava de assuntos políticos com algum requinte intelectual, assim como nas cartas aos amigos, nas quais esse verniz cultural de um homem de letras não deixava de se fazer presente. Um movimento interessante nessa direção foi um perfil do autor publicado por Mário de Andrade:

José Américo de Almeida que “foi” o célebre autor e justamente célebre, da “Bagaceira”, agora se viu transformado inteiramente na finalidade, “é” o presidente do Nordeste e agora “é” o novo ministro da Viação. Tendo passado assim de homem público das Letras, pra homem público do Brasil, já muito mais gente terá interesse em saber como ele é. Ora posso contar alguma coisa porque José Américo de Almeida é meu amigo [...] Aliás fazia muitos meses que José Américo estava afastado já de mim. Desque rebentou o caso de Princesa [...] Me desmanchava no papel em carícias apaixonadas, indiscretas demais pra mestiçagem bamba e educadinha dos paulistas. Me limitei por isso a cultivar o meu pombal de cartas amantes, buscando os amigos paraibanos que sofriam. De minha casa sei que as pombas partiram. Se chegaram aos destinatários não sei. Falava-se que havia censura no Correio de lá. José Américo de Almeida nunca que respondeu. Mas não zanguiei porque ele inda sofria mais do que eu⁹.

O escritor paulista falava da mudança na trajetória do amigo literato que investia na trajetória política e reclamava das cartas que o amigo não respondia. Era indicador que o espaço em sua vida para a produção literária ficara mesmo para depois. Apesar disso, a visibilidade de seu novo *status* recobrou o interesse de escritores e jornalistas, mas também do público leitor, por seus livros, sobretudo *A Bagaceira*, mas teve quem revisitasse *A Paraíba e seus problemas*. As resenhas se multiplicaram, na maioria dos casos fazendo paralelos com sua atuação de ministro, como em “‘A Bagaceira’ de José

⁸*Diário de Notícias*, 25 nov. 1930, p.1.

⁹*A União*, 26 nov. 1930, p.3.

Américo de Almeida: uma história que se repete”, publicada no *Diário de Notícias*¹⁰. Devemos observar que, morando no Rio de Janeiro, nosso biografado ficaria próximo – ao menos geograficamente – dos intelectuais cariocas, e de outros estados que passavam pela Capital Federal. Mas é provável que, em razão das demandas ministeriais, tenha sido diminuto o seu contato com os salões que perfaziam a arena cultural fluminense.

Lourdinha Luna (2003), conta que, nessa ocasião, ele foi convidado por alguns acadêmicos para concorrer a uma vaga na Academia Brasileira de Letras. Mas preferiu não fazê-lo, temendo que a posição política interferisse em uma escolha que deveria partir de critérios próprios do campo literário – sobretudo a sua habilidade na escrita e as obras que havia publicado. Esse não era um argumento estranho ao seu repertório, dizia muito do modo como ele construiu sua identidade de homem público – para si e para os outros – mas talvez ele também tenha pesado o risco de uma eleição como essa. Não ser escolhido poderia abalar seu prestígio em um momento estratégico de ascensão no campo político, e a imagem de intelectual reconhecido pela crítica literária tivera um certo valor nessa escalada.

Uma das primeiras medidas do ministro foi uma ampla reforma administrativa, dizia ele que no propósito de moralizar a gestão e regularizar os serviços. Esse processo teve início com a demissão de funcionários e funcionárias fantasmas e da supressão de atividades defasadas – 338 cargos foram eliminados, dos 46 auxiliares de gabinete, ficaram apenas 12, dos servidores emprestados a outras pastas, 432 foram reintegrados e realocados nas inspetorias do ministério, gerando economia de quase seis mil contos de réis ao ano. Também houve restrição no uso dos automóveis, 49 carros foram recolhidos – leiloados, emprestados a outros setores ou efetivamente parados – incluindo o veículo oficial do ministro, como ele fazia questão de enfatizar, restando apenas seis transportes de passageiros para funções emergenciais. Linhas de telefone também foram cortadas, de 174 aparelhos, das secretarias e residências particulares, ficaram apenas sete. Assim também se deu com a concessão de passagens navais ou ferreas (ALMEIDA, 1933).

Nos relatórios e nas entrevistas que concedeu à época, José Américo pegava pesado na crítica ao funcionalismo público:

Frustra-se todo o esforço constitutivo sem a colaboração efetiva do fator humano. E faltando ao funcionário o sentimento do interesse do imediato, foge-lhe a preocupação de eficiência do serviço público.

Mal remunerado; vítima de preterições reincidentes;

¹⁰*Diário de Notícias*, 22 nov. 1930, p.5.

trabalhando, de ordinário, num ambiente impróprio – encara ele a função como um onus inatural, visando a libertação ambicionada da aposentadoria prematura. (...)

Temos, de fato, escolas para tudo, menos para o funcionalismo público. Daí a enxurrada dos pretendentes a emprego; uns, por necessidade, como único título de habilitação; outros, por permuta do voto, no chamariz de eleitores; outros, por filhotismo, buscando a proteção do Estado como refúgio da indolência improdutiva; raros, finalmente, pela vocação do sentimento público.

E, assim, se formou a perra máquina administrativa. Há organizações incomuns de capacidade de trabalho e de zelo funcional. Há classes de devotados, pela própria natureza do serviço. Mas esses elementos seletos são sacrificados na proliferação dos protegidos e incapazes que “vegetam nas repartições com o olho no relógio” (ALMEIDA, 1982[1934], p.31/32).

O que estava sendo pautado era a construção de um Estado burocrático no país. A formação dessa burocracia, de acordo com Max Weber (1990[1919]; 1999[1919]), implica na adoção de um modelo racional de administração na qual seus servidores são escolhidos levando em conta a sua formação e capacidades técnicas – o mérito. Ela implica na compreensão dos funcionários estatais como funcionários públicos, não mais a serviço de um monarca ou chefe político, como aconteceria em um regime de modelo patrimonial, mas do povo, e por isso, prezando pela eficiência e prestação de contas – *accountability*. Os esforços nesse sentido faziam parte, de forma mais ampla, da agenda que mobilizava diversas esferas do governo de Getúlio Vargas, com investimentos estatais e alargamento da máquina pública. O próprio José Américo entendia a sua função no ministério como burocrática – em se tratando de um intelectual na posição de titular da pasta, ele seria um “técnico das ideias gerais”:

Tenho a visão panorâmica dos problemas da nossa salvação pública (...) o especialista tem a limitação preconcebida pela sua especialização: o construtor de estradas de ferro não compreende a significação social e econômica das estradas de rodagem e *vice-versa* (ALMEIDA, 1933, p.III).

O ministro dizia nas entrevistas concedidas à época ter preterido seus amigos e correligionários às figuras efetivamente capacitadas para as funções que coordenava, atitude que ele tratava como parte de seu projeto de “moralização pública”. Esse discurso implicava em uma separação entre o trabalho técnico e o trabalho político, como se a eleição dos setores prioritários para o desenvolvimento da infra-estrutura e o próprio modo de executá-las não estivessem também submetidos a decisões políticas. Em todo caso, é possível notar a nomeação prioritária de profissionais especializados, sobretudo engenheiros, para as funções mais cruciais da pasta.

As medidas de maior impacto decerto foram as reformas administrativas na companhia de navegação Lloid Brasileiro e na Central do Brasil. O ministro designou sindicâncias para avaliar o funcionalismo nesses serviços, que resultou na demissão em massa, só nessa última, de cinco mil pessoas. A notícia pegou mal na opinião pública. Mesmo os jornais favoráveis ao governo deram visibilidade. E não faltaram entrevistas nas quais nosso biografado tentou explicar suas atitudes. Em todo caso, o fato ficou marcado na memória coletiva dos operários do Rio de Janeiro. Essa imensidão de pessoas desempregadas, apesar das justificativas, pesaria em sua imagem pública por muitos anos. Nas memórias, ele explicava: “a Central do Brasil sempre serviu de ponto de apoio para as campanhas eleitorais. Chefes políticos como Paulo de Frontin por exemplo, pediam duzentas nomeações de uma vez” (CAMARGO *et al*, 1984, p.198).

O ministério também esteve empenhado na revisão dos contratos com empresas que prestavam serviços. Os casos foram inúmeros, mas um dos mais emblemáticos foi a campanha da *Light*, companhia de energia elétrica. Em desacordo com os empresários, o ministro derrubou a variação do preço da energia com base no padrão ouro e exigiu que fosse adotada a moeda nacional. A meta era reduzir a tarifa, que da forma como estava, flutuava com o câmbio internacional. Acontecera que, mesmo depois de muita negociação, o acordo parecia não andar. Era um impasse complicado, porque sendo um serviço essencial, uma empresa não deveria ter tanto poder sobre ele: “Quando constituí a primeira comissão para rever as tarifas, Juarez, que era um de seus componentes, retirou-se dizendo que não podia ser, que a *Light* era um Estado dentro do Estado. Ele chegou a dizer ‘A *Light* é quem manda no Brasil’” (CAMARGO *et al*, 1984, p.200).

Assis Chateaubriand armou uma ampla campanha em seus Diários Associados – *O Jornal, Diário da Noite, O Cruzeiro, Estado de Minas, Diário de São Paulo* etc. – se opondo ao ministro, em defesa dos empresários que, como ele defendia, estariam investindo no país, cujo nome de maior poder era o americano Percival Facquar, o qual corria o risco de perder licença para explorar siderurgia no Brasil. De acordo com Fernando Morais (1994, p.270), ele acusava os tenentes, particularmente José Américo, de levarem o presidente Getúlio Vargas e a Revolução no caminho de um nacionalismo “truculento, inumano e ferocíssimo”. De fato, os próprios empresário das comunicações via o poder dessa burguesia, da qual era grande representante, perder o fôlego diante do avanço do poder estatal depois da tomada de poder pelos revolucionários.

Ao término da campanha, o poder político ministerial falou mais alto e as tarifas foram reduzidas com a força de um decreto-lei assinado pelo presidente Getúlio Vargas.

Mas a guerra não parou por aí. As empresas tinham capital e poder de articulação na imprensa, o que implicaria na formação de uma oposição cada vez mais contundente ao ministro. José Américo, porém, decerto só encabeçou esse conjunto de medidas porque sentiu que estava bem calçado. A Revolução havia mobilizado uma parcela importante das forças armadas e da opinião pública, mais do que ter crédito para adotar medidas radicais, havia de fato uma expectativa de que elas fossem tomadas. Thomas Skidmore (2010[1967], p.39) argumenta que, no esforço para legitimar o novo regime e demarcar diferenças com o precedente, os revolucionários empenharam uma espécie de “zelo reformista”. Mas não se pode perder de vista que muitas dessas novidades que entrariam para na agenda de reformas estatais faziam parte havia algum tempo dos debates travados na Primeira República¹¹.

A criação de uma burocracia de Estado, conforme Max Weber (1999[1919]), é um forma de dominação, um modo de institucionalizar um projeto de poder político. Pierre Bourdieu (1996[1991]), nesse quesito, demonstra que as filosofias do poder estatal correspondem, em verdade, a programas de ação, havendo uma interconexão entre a sua dimensão técnica e a sua dimensão política. Isso nos leva a pensar que todo esse esforço para moralizar o serviço público por parte dos tenentes e, mais especificamente, do ministério de José Américo, traz em seu bojo o exercício de consolidar um certo projeto político revolucionário, muito mais atento às suas demandas específicas que ao de outros grupos envolvidos com o movimento, e que tinha a ver com certas leituras do mundo social que estavam se tornando mais comuns à época.

Eu falo de um pensamento autoritário que já havia ganhado espaço as obras de Oliveira Vianna e Alberto Torres, mas que se tornavam mais operativas nos anos 1930 com uma recepção em nada desprezível da literatura e de uma experiência política corporativista. Esse era o caso de Benedito Mussolini, na Itália, no poder desde 1922, com a proposta de estabelecer uma tecnocracia da administração pública, de acordo com Pierre Milza (2011[1999]), tornando o poder estatal mais eficiente, mas que guardava como pano de fundo um projeto autoritário que relegava o poder político. José Américo não só esteve atento à ascensão desse líder, como também citou-o em um de seus relatórios, trecho que ele subtrairia dos textos seguintes: “Todo o homem inteligente – diz Mussolini – pode representar e administrar a nação” (ALMEIDA, 1933, p.IV).

¹¹Angela de Castro Gomes (2005[1988]), no livro *A invenção do trabalhismo*, discute a apropriação das reivindicações dos trabalhadores pelos revolucionários no pós-1930. Nesse caminho, Paolo Ricci (2019), em *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932*, também argumenta que o programa de reforma eleitoral revolucionário apropriou muito dos debates em voga na década anterior.

Também consta na biblioteca do ministro um livro simbólico na implementação de uma nova ideia de administração pública e de representação política no Brasil. Tratava-se de uma edição da primeira edição da tradução para o português de *Teoria do Proteccionismo e a Permuta Internacional* de Mihail Manoilescu, publicada em 1931 por iniciativa do empresário paulista Roberto Simonsen. O autor mostrava a competição desigual dos países exportadores de matéria-prima e importadores de industrializados, ao passo em que pregava que esses estados só se desenvolveriam com uma política de proteção ao setor manufatureiro. Essa literatura, dizia Angela de Castro Gomes (2012), causou impacto no Brasil pós-Revolução de 1930 e que sofria com as consequências do *crash* de 1929. O volume fora um presente para o ministro, que aparentemente não leu, a julgar pelas páginas ainda não abertas encontradas em seu arquivo. Podemos dizer, em vias disso, que as ideias antiliberais – tanto no sentido econômico quanto político do termo – circulavam com cada vez mais força e de alguma forma chegavam a ele.

Ainda nos primeiros meses, as diferenças entre os grupos revolucionários foram se tornando mais fortes. Os tenentes tentaram, dessa forma, criar uma instituição com o objetivo de pensar a nação e oferecer direcionamentos ao poder estatal, o que equivalia a sobrepor seus interesses aos demais envolvidos, sobretudo as oligarquias dissidentes, apostando em uma ruptura mais radical com o regime anterior. Uma das primeiras iniciativas foi a reunião, em dezembro de 1930, em Poços de Caldas, para a criação da Legião Revolucionária de São Paulo. Estiveram presentes muitos dos principais líderes do movimento, que formalizaram um pacto envolvendo a prioridade do bem coletivo sobre interesses de pessoas, classes ou partidos; saneamento da administração pública; garantia da ditadura. Escrito por Juarez Távora, Osvaldo Aranha e Góis Monteiro, esse compromisso visava, sobretudo, oficiais das forças armadas. No ano seguinte, lançaram um *Manifesto à Nação*, nos quais os pontos foram reforçados, com o acréscimo de temas como a modernização, nacionalismo e vocação agrária do país (VIVIANI, 2009).

Os trabalhos da Legião Revolucionária de São Paulo, no entanto, não teriam um andamento posterior a esse, diferente do que aconteceria com o Clube 3 de Outubro. Essa instituição foi criada no Rio de Janeiro em fevereiro de 1931. O propósito era, mais uma vez, reunir os tenentes – entenda-se nesse grupo os militares, mas também civis como José Américo e Osvaldo Aranha – para discutir propostas e garantir apoio forte ao Governo Provisório. O desafio era encontrar agenda comum entre figuras de interesses distintos. Juarez Távora, por meio de sua correspondência, seria um dos principais articuladores. Mas também havia esforços fundamentais de Osvaldo Aranha,

mais próximo a Getúlio Vargas; Góis Monteiro, empenhado em não deixar que os tenentes de baixa patente tomassem espaços indevidos na hierarquia do Exército; e Pedro Ernesto, presidente do clube e um articulador político importante na cidade do Rio de Janeiro. José Américo diria não ter participado das reuniões, embora tivesse ocupado o conselho deliberativo nas primeiras gestões¹². De toda forma, ele certamente não estava alheio ao que se discutia (VIVIANI, 2009; GOMES, 1980b).

A despeito disso, a Delegacia Militar do Norte, enquanto órgão do governo e comandado por Juarez Távora – não por uma associação colegiada como as demais – tinha um projeto de intervenção mais estruturada. O objetivo principal era estabelecer a unidade política e militar da região, e isso a partir de um domínio dos tenentes sobre as oligarquias – inclusive sobre as elites dissidentes que apoiaram a Revolução de 1930. O trabalho consistia em receber demandas locais, mediar conflitos, aconselhar questões de ordem política entre outras coisas. Isso acontecia por meio de um manancial de correspondências, sobretudo telegramas, que chegavam todos os dias e, via de regra, eram gerenciados por duas figuras da confiança do capitão tenente, os também militares Juraci Magalhães e Delso Mendes da Fonseca. A função mais importante, no entanto, era a indicação dos interventores federais nos estados ao presidente, dada a importância do cargo, que para além das funções burocráticas da chefia do Executivo, também tinha por função política apaziguar os ânimos dos chefes locais (LOPES, 2014).

Havia um trânsito entre a Delegacia Militar do Norte e o Ministério de Viação e Obras Públicas, na medida em que, ocupado por um nortista, também estava em suas funções políticas atender aos interesses da região. Em alguns casos, o delegado e seus secretários mediavam uma solicitação de um interventor ou chefe político local junto ao ministro, encaminhando demandas e pedindo mais atenção para um problema. E não se pode perder de vista que, no que tangia à política paraibana, as indicações da delegacia também envolviam consultas ao nosso personagem. Ele seguia ocupando a chefia do partido estadual, sendo também o paraibano revolucionário mais próximo ao presidente da República e ao comandante militar do Norte. Mas quer me parecer que, nesse ponto, a amizade e o respeito mútuo que havia entre José Américo e Juarez Távora contavam bastante. Tendo lutado na mesma fronteira e pensado um poder estatal juntos, eram duas lideranças importantes, ainda em em posições distintas, da Revolução do Norte.

A mudança para o Rio de Janeiro, não só de José Américo e Juarez Távora,

¹²Carta de José Américo a Pedro Ernesto, publicada no jornal *Diário de Notícias* (30 dez. 1931, p.1).

como também de outros revolucionários, propiciou sociabilidades entre esses sujeitos, que passaram a conviver mais de perto tanto no cotidiano do trabalho como nos salões. Em 22 novembro de 1930, o médico carioca Pedro Ernesto organizou uma recepção com ex-combatentes da Revolução. A presença de Juarez Távora foi destacada no *lide* da notícia, a despeito de outras figuras ilustres – Osvaldo Aranha, Afrânio e Virgílio de Melo Franco, Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, Nereu Ramos, Lindolfo Collor, Eduardo Gomes, Estillac Leal e Ernani do Amaral Peixoto Filho. Menos afeitos a festas, “o dr. José Américo de Almeida e o general Juarez Távora não tomaram parte no jantar. Estiveram presentes durante uma meia hora, em palestra, e depois se retiraram”¹³.



Figura 29: Casamento de Nair e Juarez Távora. Em pé, José Américo, general Leite de Castro, Alice Almeida, Vidinha Aranha, baronesa Zeferina Carneiro Leão, Maria Jales, Miguel Couto, Osvaldo Aranha e Dom Carloto Távora, e sentados, Getúlio Vargas, Nair Távora, Juarez Távora e Darcy Vargas.

Fonte: Arquivo Pessoal Juarez Távora (CPDOC/FGV).

O matrimônio de Juarez com sua prima Nair Távora aconteceu dia 14 de janeiro de 1931. O casal estava prometido desde muito tempo, mas os imperativos das revoltas, as prisões e as perseguições políticas atrasaram os preparativos. As cerimônias civil e religiosa estiveram repletas de autoridades. Miguel Couto e sua senhora Maria Jales, paraninfos dela; o ministro Osvaldo Aranha e a esposa Vindinha, paraninfos dele. General Leite de Castro, ministro da Guerra, e dona Zeferina Carneiro Leão, Baronesa do Paraná, padrinho e madrinha dela; José Américo e dona Alice, padrinho e madrinha

¹³*Correio da Manhã*, 23 nov. 1930, p.3.

dele. Mesmo sem lugar no altar, presidente e primeira-dama, Getúlio e Darcy Vargas, estiveram presentes e tomaram posição de destaque na foto (TÁVORA, 1974).

A agenda do Ministério de Viação e Obras Públicas envolveu um conjunto de reformas que seriam fundamentais no programa de ação do regime revolucionário. Era preciso pensar no problema das distâncias, que se constituía como um entrave não só ao desenvolvimento do mercado interno, mas também à administração do país enquanto unidade e ao sentimento de pertença ao Estado Nacional. Em sendo assim, foram pensadas medidas estratégicas para otimizar a gestão e a ampliação de recursos para obras de infra-estrutura nos setores de comunicação e transporte. Correios e Telégrafos, que antes funcionavam separados, foram fundidos em um mesmo órgão, o que implicou no estabelecimento de uma nova logística para suas atividades. Houve investimento em maquinário e extensão das redes telegráficas e telefônicas, ficou determinado um tempo máximo para a entrega e condições para trabalhar com ele (ALMEIDA, 1982[1934]).

Dois outros serviços foram reunidos no Departamento de Portos e Navegação, ainda que nele tivessem inspetorias separadas. Também mudaram a administração da companhia de navegação Lloid Brasileiro. No que tange às ferrovias, a construção de novas estradas, numa média de 229 quilômetros ao ano, priorizando regiões ainda carentes desse serviço, imprescindível para o desenvolvimento econômico, sobretudo em áreas sem acesso a vias fluviais e marítimas. A Central do Brasil, para além de uma ampla reforma administrativa, contou com a expansão de sua malha, construção de novas estações e eletrificação das locomotivas. Foram realizadas melhorias na aviação civil, marinha mercante, serviços de iluminação pública e, pela primeira vez, ficou instituído o horário de verão no Brasil (ALMEIDA, 1982[1934]).

A prioridade em termos de transporte, contudo, foram as estradas de rodagem. Parte dos recursos foi intermediado pela Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, que ficou responsável pela região Nordeste, o que compreendeu “1.810 kms. de estradas tronco e 652 de ramais, num total de 2.462 kms. de rodovias de primeira ordem, nas classes correspondentes, com 2.112 boeiros e 441 pontes e pontilhões”. No mais, “foram construídos ainda 180 kms. de boas carroçáveis”¹⁴. Isso além da edificação e reforma de estradas nas demais regiões do país, sempre no propósito de ligar capitais e ampliar as possibilidades de interconexão nacional. Jivago Barbosa (2020) mostra que José Américo começou a elaborar, em seus relatórios e com referências a experiências

¹⁴ *O ciclo revolucionário do Ministério de Viação*, de José Américo de Almeida (1982[1934], p.99).

estrangeiras, o que seria mais tarde o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e a pensar a malha rodoviária em três planos – municipal, estadual e federal.

José Américo sugeriu ao presidente a eliminação de impostos que dificultavam a expansão dessa rede e, conseqüentemente, a integração nacional. Assim ele expediu o aviso n. 1.106, de 17 de novembro de 1931, a supressão das taxas para transporte em vias férreas. De acordo com Jivago Barbosa (2020), essa resolução seria parcialmente acatada com o decreto n. 21.418, de 17 de maio de 1932, que em seu primeiro artigo vedava a criação de impostos, taxas ou tributos “que incidam sobre o comércio interestadual ou intermunicipal”, por qualquer bens ou veículos¹⁵. Essa foi uma medida importante para alavancar o mercado interno, e assim também reduzir a dependência dos produtores e consumidores do mercado externo, o que era também uma forma de diminuir os impactos de uma nova crise economica mundial no território brasileiro.

Mas é válido pensar que, apesar dessas inter-relações institucionais e afetivas, José Américo dispunha de certa independência política. O presidente, nesse momento, dependia do apoio dos tenentes, em particular, das lideranças nortistas, para garantir sua permanência no poder. E nosso personagem também dispunha de certo trânsito com os demais ministros, em particular com Osvaldo Aranha, e de uma posição de fronteira interessante entre civis e militares, devido à sua proximidade com Juarez Távora. Além disso, havia toda a ousadia que as promessas de mudança da agenda revolucionária autorizava. Isso permitiu que sua atitude na gestão do ministério tivesse como norte, antes de qualquer coisa, suas próprias convicções de como deveria funcionar a pasta de Viação e Obras Públicas. Foi usando esse peso político que ele sabia ter em mãos que nosso biografado conseguiu afirmar alguns projetos que seriam marcantes do ponto de vista de sua trajetória pessoal e dos interesses regionais, como as obras contra as secas.

As obras contra as secas eram uma marca de sua trajetória intelectual e política, sobretudo no esforço para demarcar a continuidade dos esforços de Epitácio Pessoa na presidência da República. A crise economica e as reformas na administração, entretanto, impediram o ministro de avançar nessas medidas nos primeiros momentos da gestão. A partir de fevereiro de 1932, no entanto, se tornaram mais constantes as notícias de que as chuvas esperadas para o sertão nordestino não chegavam, anunciando uma seca longa que abateria a gente daquela década. Era previsível que isso acontecesse. As estiagens possuem certa regularidade, que o ministro conhecia bem pelo menos desde a pesquisa

¹⁵Decreto n.21.418, de 17 de maio de 1932.

de *A Paraíba e seus problemas*. A mobilização na opinião pública, porém, tinha um papel importante a cumprir para que as prioridades fossem revistas e novos recursos pudessem ser mobilizados para a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas.

SECAS E ASSISTÊNCIA

Chegam novos telegramas do Rio Grande do Norte noticiando que a capital do estado começa a ser invadida por levas de sertanejos, que vêm batidos de suas terras pela seca desoladora e cruel.

Não são diferentes as informações vindas do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, de todos os estados nordestinos.

Estamos, assim, diante de mais uma seca. Não é a primeira, não será a última. Trata-se de um fenômeno cósmico, a cuja fatalidade é impossível fugir.

Possível é, porém, atenuar os seus tremendos efeitos.

O remédio estará em que os governos se disponham a agir com segurança, obedientes a um plano sistemático, a um programa traçado com firmeza.

Se assim fizer, e assim acreditamos que se vai fazer, pois o sr. José Américo de Almeida é filho do Nordeste, e bem conhece o problema em todos os seus aspectos, as secas futuras poderão vir, certamente virão, mas as populações sertanejas não se deslocarão, não emigrarão, aparelhadas que estarão para resistir-lhes aos efeitos dolorosos.

A hora é a dos socorros imediatos, é a da assistência aos que já estão passando fome e sofrendo de sede.

Mas indispensável é que não se fique nessa fase do socorro, e se trace o programa do conjunto¹⁶.

As notícias davam tom de emergência e a opinião pública requeria uma postura do ministro, mas também o autorizavam a pressionar outros ministérios para colaborar consigo na resolução da calamidade pública. A justificativa, aliás, era estampada nos relatórios e daria tom às entrevistas: “Se me perguntassem pelos 317.136:569\$947, de verbas orçamentárias e créditos especiais, dispendidos em assistência às vítimas da seca, eu poderia dizer simplesmente: Matei a fome de dois milhões de brasileiros, no maior cataclismo que já se abateu sobre todo o Norte, pela sua força destruidora e por seus reflexos em zonas isentas desses acidentes do clima”. A guerra para conseguir recursos teve início no apelo ao Ministério da Fazenda. Osvaldo Aranha, titular da pasta, no entanto, negava qualquer aumento de gastos no orçamento do governo, o que levava projetos maiores de assistência por água abaixo. Aconteceu que tendo ele saído de férias pouco depois, Getúlio Vargas designou o próprio José Américo para assumir o posto interinamente. Foi assim que ele conseguiu articular a abertura de crédito especial de dez contos de réis, o presidente não se opôs (ALMEIDA, 1982[1934], p.161).

¹⁶*Diário de Notícias*, 1 mar. 1932, p.3.

Em todo caso, era uma aposta arriscada, tratava-se de um investimento alto em uma programa emergencial específico, que não prometia retorno a curto prazo. Um empreendimento mais expressivo do que fora feito em qualquer outra oportunidade, incluindo os polêmicos esforços do governo Epitácio Pessoa. Tudo mais ficou, então, secundarizado diante da medida emergencial. Entretanto, os resultados foram bons, em termos de assistência social, mas principalmente com as obras que teriam efeito a mais longo prazo na vida da população sertaneja – equacionariam o impacto das estiagens subsequentes. Além disso, conferiam novo patamar ao problema das secas na política nacional, o que também servia para integrar o país em termos de agenda cívica, e no âmbito pessoal, agregou capital político ao nosso biografado. A imagem de “ministro das secas” colaria de maneira incontornável em sua figura pública¹⁷.

O programa de assistência à população atingida pelas estiagens contou com um desenho arrojado. Havia agendas prioritárias de atendimento às pessoas em situação calamitosa, mas também investimentos de mais longo prazo, visando uma infraestrutura para que esses problemas não se repetissem. Mediante esse propósito, foram construídos açudes com maior capacidade de armazenamento, que exigiu um plano gestor em quatro eixos a partir de quatro grandes bacias hidrográficas – Acaraú e Jaguaribe no Ceará, Alto-Piranhas na Paraíba e Baixo-Assu no Rio Grande do Norte. Muitas dessas obras, eram realizadas em propriedades privadas, por meio de parcerias com seus senhores. O ministro justificava a escolha com a redução dos custos e eficiência na manutenção. Argumentava a existência de um reservatório de água servia à alteração das condições hídricas locais. Houve ainda um esforço para construir estradas e melhorar a situação dos portos das capitais, com o propósito de facilitar a exportação de mercadorias e desenvolver a economia da região (ALMEIDA, 1933; ALMEIDA, 1982[1934]).

As atitudes mais imediatas para assistir à população tinham três pontos de ação. A primeira frente foi criar emprego para essas pessoas, inclusas mulheres e crianças¹⁸ – o que justificava a realização das obras nesse momento. A segunda proposição foi o

¹⁷Jivago Barbosa (2020) argumenta, a despeito do que costuma ser apresentado pela historiografia, que a gestão de José Américo no Ministério de Viação e Obras Públicas não se limitou às obras contra as secas. Eu concordo com o autor, mas penso que essa imagem de “ministro das secas” tem muito da memória que o próprio personagem quis construir a seu respeito e que se expressou dessa forma na escrita da história a respeito dele e de seu mandato.

¹⁸Fernanda Lucchesi (2017), em sua tese *O feijão de Zé Américo: terra, trabalho e deslocamentos nas políticas contra as secas, o caso Coremas*, discute que, em sendo verdade que a construção dos açudes garantiu água perene e mudou a situação calamitosa de secas anteriores aos anos 1930, problemas sociais sérios foram desprezados. As indenizações das terras inundadas se limitaram aos proprietários, ficando de fora os moradores desses terrenos. A concentração dos afluentes em uma região tirou água de áreas onde outrora era abundante. Também as condições de trabalho nessas obras foram por vezes desumanas.

abastecimento das regiões afetadas pelas secas, para que não faltasse água e comida, garantindo que aquela gente não padecesse de inanição e evitando os crimes comuns nessas circunstâncias – saques, estupros, canibalismo, etc.¹⁹. Isso também exigiu do governo uma política de controle dos preços. Em momentos emergenciais como aquele, não raro os mercadores seguravam produtos para inflacionar o valor. Como derradeira possibilidade de ação, foram criados campos de concentração para retirantes, sobretudo no estado mais afetado pelas estiagens. A ideia é que essa população retirante, atraída em troca de água e comida, não seguisse para Fortaleza, poupando a capital do assalto: “Não foi, entretanto, possível evitar os campos de concentração, que chegaram a conter, num só dia, no Ceará, 105 mil pessoas”. Mas devemos pontuar o pesar com que o biografado anunciou essa medida (ALMEIDA, 1982[1934], p.163).

A política de assistência às populações atingidas pela seca do biênio 1931-1932, conforme Frederico de Castro Neves (2001), foi a primeira na qual o Estado Brasileiro agiu de forma coordenada e centralizada. Isso se devia ao fato de que, para além de um programa de ação pensado para as especificidades da região – no qual eu julgo que a experiência intelectual do ministro pesou bastante – também contou a gestão direta do ministério e das interventorias com a população, sem para isso contar com o intermédio das elites locais, que costumavam usar esses recursos em causa própria. Nesse aspecto, é interessante notar a presença do ministro na região, seu primeiro destino foi o Ceará, depois visitou outros estados, nos quais pretendia conhecer a situação *in loco* e tomar algumas medidas mais imediatas a partir dos problemas encontrados, que eram dos mais diversos – populações migrando, epidemias etc. Fazia os seus translados a bordo de um avião da esquadrilha italiana que Getúlio Vargas havia comprado a Benedito Mussolini pouco depois de sua posse (CAMARGO, 1984; LIRA NETO, 2012).

A viagem aconteceu na segunda quinzena de abril de 1932, para observar os problemas mais urgentes e a execução das obras – integravam a comissão um jornalista e um fotógrafo. O ministro registrava em sua correspondência, em particular nos relatos ao presidente, que encontrara no “teatro das secas” um cenário desolador, no qual seus esforços nem sempre eram suficientes para dar conta das urgências da população – mais de uma vez, ele teria se deparado com grupos imensos de retirantes famintos e doentes pelas estradas e os parques donativos que trazia consigo não davam conta de satisfazer as

¹⁹Em *A Paraíba e seus problemas*, José Américo (1980[1923]) descreveu muitos desses casos. O mais emblemático foi o homicídio cometido por Dionísia dos Anjos, que depois comeu a menina morta.

provisões mais imediatas²⁰. É certo que a maneira de registrar os eventos tinha em sua esteira a intenção de causar comoção no destinatário imediato – presidente e ministros – e na opinião pública de maneira geral. A continuidade da campanha, afinal de contas, dependia dos recursos que conseguiria mobilizar.

Alguns jornais se engajaram na campanha de assistência ampla às populações atingidas pelas secas, como o jornal *A União*, que fez uma cobertura extensa dessas atividades, sempre que possível exaltando a figura do ministro – apresentado algumas vezes como “redentor”. Em reportagem de 22 de abril, data posterior às celebrações de Tiradentes como mártir da República²¹, foi publicado quanto a José Américo:

[A] sua presença no próprio cenário do flagelo, pondo-se em contato direto com as vítimas da calamidade, demonstra que os propósitos do eminente homem público se rumam decididamente para o êxito da obra de salvação coletiva que está empreendendo um nobre espírito patriótico²².

Mas a atuação do estadista no *locus* da calamidade pública tinha outros sentidos para além da mobilização da opinião pública. Havia todo um trabalho político que não pode ser perdido de vista. Em telegramas de muitas páginas, ele dava conta de algumas das providências que tomara: equacionar os recursos distribuídos para os interventores e os prefeitos a depender das urgências mais imediatas e ações mais estratégicas, no que o conhecimento do problema na região seria fundamental; pensar medidas de contenção dos retirantes, campos de concentração, colônias agrícolas e o incentivo à migração para a Amazônia, o que ele fez registrando enorme pesar e dizendo encaminhar recursos públicos para que tivessem a assistência do Estado; também fez trabalho cooperativo com a Cruz Vermelha; e tentou sensibilizar chefes locais e proprietários de terras para colaborarem com os esforços públicos nas obras e na assistência²³.

Uma parcela da historiografia têm observado na ação do ministro durante as obras contra as secas – entrega de donativos, mobilização na imprensa, fotografias etc. – um esforço para a construção de uma política paternalista²⁴. Essa leitura, no entanto,

²⁰Em um desses casos, ele encontrou um grupo de 500 flagelados no caminho de Caicó, no Rio Grande do Norte, a Brejo do Cruz, na Paraíba (*A União*, 23 abr. 1932, p.1).

²¹Também data do “descobrimento” do Brasil, como era designado o evento à época, mas que não foi registrado no jornal, o que diz muito da narrativa construída na República para a história nacional.

²²*A União*, 22 abr. 1932, p.1.

²³Telegrama do ministro ao presidente (*A União*, 26 abr. 1932, p.1).

²⁴Jivago Barbosa (2020, p.208), a título de exemplo, diz: “enfeixando grande prestígio e poder em torno de sua figura, José Américo passou a dominar o cenário político de grande parte da Região Nordeste e, mais especificamente, do estado paraibano. Se os princípios da “Revolução” de 1930 estavam ligados, principalmente, à ideia de superar as práticas políticas desenvolvidas durante a República Velha, o que se

desconsidera o sentido complexo do trabalho político da campanha de infraestrutura e assistência à população, incluso o esforço de divulgação das realizações do ministério, importante para alargar a presença do tema na arena pública. Nesse quesito, interessa lembrar que, desde a campanha da Aliança Liberal, havia um empenho dos políticos profissionais em aproximar eleitores e repensar a relação da sociedade civil com Estado. A passagem do ministro – um agente do primeiro escalão do governo – no *locus* do problema e a divulgação do seu trabalho na imprensa estimulava o aprendizado político e a formação de um eleitorado – na definição de Michel Offerlé (2005) – no entorno de sua figura, mas em certa medida também do presidente e demais revolucionários.



Figura 30: José Américo na assistência aos flagelados da seca de 1932.

Fonte: *Careta*, 28 mai. 1932, p.31.

Em seu arquivo pessoal, há um arsenal de fotografias datadas desse momento. Uma quantidade expressiva representava as obras em execução – açudes, estradas, etc. Também havia uma parcela delas com a população flagelada recebendo donativos, em muitas das quais José Américo aparecia com destacado protagonismo, trajado em seu

viu, na verdade, foi a continuidade dessas práticas tão peculiares das velhas oligarquias”, mas dessa vez, continuava, tendo os recursos nas mãos do ministro, que consolidava o “americismo”. Bento de Sousa Neto (2016, p.197) por sua vez, diz “para José Américo, as obras empreendidas favoreciam sua imagem de benfeitor junto à população nordestina e concretizava seu domínio político-oligárquico na Paraíba, tendo em vista que por meio delas era possível atender aos anseios clientelistas dos coronéis do estado”.

paletó branco no meio da poeira do sertão seco, o que é marcava bem seu contraste com os mais pobres, com suas vestes encardidas. E mais, ele olhava para a câmera²⁵. Nosso personagem sabia da importância daquele equipamento na excursão e do poder daquelas fotografias para a construção de sua figura pública, tanto que escalou um fotógrafo e certamente combinou com ele o que deveria ser priorizado na composição. Mas quer me parecer que essas imagens não tinham como objetivo primeiro o uso político imediato.

Nem durante a viagem e nem depois, quando chegou à capital da Paraíba, e tinha condições técnicas para isso, elas foram publicadas na imprensa local – ao menos não no jornal *A União*, um dos mais empolgados na campanha do ministro. Ao invés delas, aparecia um retrato, talvez mais interessante para promover a familiaridade do leitor. Poucos periódicos o fariam, todos do Distrito Federal, como a revista *Careta*. O fato é que, desde sua pesquisa para escrever *A Paraíba e seus problemas*, ele reclamava a falta de fotografias nos relatórios de estudiosos, políticos e fiscais das obras, comprometendo a avaliação da viabilidade de tais empreendimentos²⁶. Em outras palavras, as fotografias teriam um valor de prova do seu trabalho e justificativa dos recursos públicos, o que era bastante caro a ele. Mais que isso, antes de qualquer outra coisa, seriam parte de um compromisso intelectual seu com a produção de documentação que serviria a futuras pesquisas, não deixando de ser uma maneira de se autoinscrever na história da região. Ele próprio usaria esse material, posteriormente, na composição dos seus relatórios.

Quer me parecer de fato que os esforços empenhados nas obras contra as secas seriam o mote principal de um projeto político para visibilizar a região Norte, como parte fundamental da nacionalidade, dotado de força política, e que não poderia deixar de ser alvo de investimentos públicos. Essa lógica esteve em disputa não só em relação ao plano nacional quanto no interior do próprio Bloco do Norte. No plano geral das obras hídricas, observamos uma concentração geográfica de investimentos a partir de três estados – Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba – que o ministro não justificava diretamente, talvez no esforço de não dar destaque à escolha, mas para a qual havia uma razão técnica percebida por ele desde a pesquisa *A Paraíba e seus problemas* (1923). Tratar-se-iam, em sua concepção, das áreas mais afetadas pelas secas, tanto por razões geográficas quanto pela infra-estrutura dos transportes e das comunicações que

²⁵Roberto Ventura (2003), no livro póstumo e inconcluso *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*, tratou dos sentidos das vestimentas do escritor fluminense no sertão de Canudos. Nesse sentido, ver prefácio de Mário César Carvalho.

²⁶Trato, mais especificamente, dos números publicados na segunda quinzena de abril de 1932.

dinamizavam a economia nas outras localidades²⁷.

Nesse aspecto, penso que os investimentos nas obras contra as secas inscrevem novos limites dentro de um território mais amplo – o Bloco do Norte. Os estados mais afetados pela estiagem, conforme o ministro, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, marcação que se torna motivo de entraves políticos posteriores, com reivindicações sobretudo de Pernambuco, se tornam um recorte mais específico. Nesse entremeio, vai se conformando um outro debate no entorno do Nordeste, nomenclatura cada vez mais recorrente, a qual envolveria a porção de terra compreendida entre o Maranhão e a Bahia, acompanhando a costa marítima. Mas no âmbito da política *stricto sensu*, ainda era a coalizão montada na Revolução de 1930 sob o comando de Juarez Távora que dava as cartas e seguiria dessa forma ao longo de toda aquela década.

No fim do ano de 1931, a pauta da constitucionalização tomou espaço na opinião pública. A Frente Única Rio Grandense e os democratas de São Paulo se lutavam pelo projeto liberal enquanto os tenentes assumiam posição pela manutenção da ditadura. Nesse momento, José Américo concedeu entrevista ao *Jornal do Brasil* declarando-se contrário ao término do regime discricionário: “esclareci que o tempo para que se apelava não era uma dilação calculada, mas o fator necessário para a organização de um novo espírito capaz de nos aparelhar outros destinos”, e continuava, “deveria operar-se a infiltração do idealismo revolucionário nos velhos quadros de nossa vida partidária, para expurgo dos elementos imprestáveis e criação das normas e dignidade pública de que tanto carecemos”²⁸. Em 26 de dezembro, os tenentes lançaram o *Manifesto à Nação* no *Correio da Manhã*: “o Clube 3 de Outubro quer a Constituição. Pedi-la-á, quando quer notar ser possível a adoção de um sistema, se não perfeito, pelo menos assegurador da ordem, por período razoavelmente longo, e depois de verificar as medidas imediatas e indispensáveis à sua execução já foram tomadas” (TÁVORA, 1974, p.60).

Aconteceu que, nessa época, João Neves da Fontoura, um dos expoentes liberais, foi agraciado cidadão paraibano e José Américo, remeteu um telegrama a ele com seus cumprimentos pela homenagem. A correspondência foi mal compreendida e se tornou assunto nas reuniões do grupo, gerando polêmicas quanto à sua posição. Como também por essa época estourou o escândalo da companhia Itabira Iron, empresa que fazia

²⁷José Américo (1980[1923]) defende que o Ceará não era o estado mais afetado pelas estiagens, mas tem como argumento uma série de evidências que incluem apenas Paraíba e Rio Grande do Norte nessa lista. Há um farto uso de documentos que remetem ao impacto das secas nos dois estados nos capítulos “O Clima”, “O Martírio” e “O Abandono”.

²⁸Correspondência de José Américo a Pedro Ernesto, publicada no *Diário de Notícias* (30 dez. 1931, p.1).

transações com capital estrangeiro, em prejuízo do capital nacional na exploração das minas de ferro, acusaram-no de condescendência com os criminosos. Em sua defesa, nosso personagem dizia ter montado comissão para discutir a nacionalização das minas, o presidente teria assinado o decreto por sua indicação. Em virtude disso, ele remeteu uma carta ao presidente da agremiação Pedro Ernesto, na qual pedia seu desligamento do Clube 3 de Outubro. Nos meses seguintes, outras polêmicas envolveriam a associação com novas saídas – polêmicas entre Assis Chateaubriand e Carlos de Lima Cavalcanti e o empastelamento do *Diário Carioca*, cuja suspeita recaiu sobre eles²⁹.

No final de 1931, o Bloco do Norte passava por redefinições. Juarez Távora escreveu a Getúlio Vargas, em carta do dia 22 de dezembro, pedindo sua renúncia da Delegacia Militar do Norte. Ele dizia que instituição já não tinha sentido, os estados nos quais o poder revolucionário estivera instável haviam sido controlados com a nomeação de interventores militares – o último fora Juraci Magalhães na Bahia. Era estranho que pensasse dessa forma em um momento no qual a reconstitucionalização tomava fôlego. O presidente acatou a medida e extinguiu a delegacia. Mas antes que isso se efetivasse, pediu que fizesse uma viagem pela região. Em todo caso, os interventores não deixaram de reconhecer a liderança do comandante, que continuaria a ser consultado nas decisões importantes. Destituído do cargo, voltaria à carreira militar, na posição de capitão, sua patente antes das revoltas, exílio e prisões. Apresentou-se ao ministro da Guerra e foi designado secretário de seu gabinete (LOPES, 2014; TÁVORA, 1974).

Durante o ano de 1931, Antenor Navarro comandou a interventoria da Paraíba com uma agenda de centralização administrativa e controle fiscal do estado. Determinou a exoneração de funcionários públicos e reviu isenções concedidas pelos presidentes de estado que o antecederam. Também adotou uma série de prerrogativas visando tirar as máquinas administrativas municipais das mãos dos chefes locais, mantendo-as sob seu controle: demissão de servidores; controle de despesas; reorganizou as mesas de rendas, removendo fiscais subordinados aos chefes locais; expurgou prefeitos³⁰. Eram medidas que, apresentadas como continuação do programa de João Pessoa, também faziam parte do projeto dos tenentes, em particular os nortistas, que tentavam manter o controle político da região por meio do desaparecimento das oligarquias, com o comando centralizado e autoritário do Estado. Em março de 1931, a propósito, convocavam a

²⁹Conforme memórias de Juarez Távora (1974) e correspondência remetida por José Américo a Pedro Ernesto e publicada no *Diário de Notícias* (30 dez. 1931, p.1).

³⁰Martinho Guedes dos Santos Neto (2007) detalha essas iniciativas em sua dissertação *Os domínios do Estado: a interventoria de Antenor Navarro e o poder político na Paraíba (1930-1932)*.

população para as mobilizações da “Legião de Outubro”, cujo delegado estadual era o “Conego Major Mathias Freire”, como assinava, mantendo a posição de clérigo, mas associada à de tenente-civil, de patente superior, apropriada da hierarquia militar³¹.

Aconteceu que, depois de um ano de governo, as insatisfações da elite paraibana só cresciam e desgastavam, cada vez mais, a imagem do interventor Antenor Navarro. Chefes políticos poderosos, aliados ou opositores da Aliança Liberal, perdiam sua rede de influência nos municípios – exemplos disso, Flávio Ribeiro Coutinho em Santa Rita e Joaquim Pessoa na cidade de João Pessoa. Segundo Martinho dos Santos Neto (2007), a mudança atingia em cheio a base de apoio do epitacismo, alcançando a própria família do ex-presidente da República. Alguns dos seus sobrinhos, inclusive, teriam remetido correspondências a Juarez Távora questionando a nomeação e reivindicando o posto que seria herança política de João Pessoa. Em janeiro de 1932, a facção do grupo dissidente liderada por Antonio Boto de Menezes e Joaquim Pessoa organizou um comício na Praça Vidal de Negreiros e aclamaram o último como “futuro presidente constitucional da Paraíba”. Em outras palavras, a situação ficava cada vez mais insustentável com antigos aliados engrossando as fileiras da oposição (SANTANA, 2000, p.79).

José Américo, mais ou menos nessa época, escreveu ao interventor alguns desses conflitos e sugeriu moderação no trato da oposição. Contava que o problema chegara a Getúlio Vargas, o que soubera por outrem, porque o presidente não falaria ao ministro: “Esse rapaz, a quem nomeei contrariando a vontade expressa de todos os irmãos de João Pessoa, para atender às indicações de José Américo e do [Juarez] Távora, parece não me estar compreendendo”. E dizia dos boatos que se espalhavam na Capital Federal – ele seria proprietário de uma casa de mulheres e teria nomeado seu pai secretário do Interior – mas também dos esforços que fizera para desmentí-las, como na entrevista a *O Jornal*, de Assis Chateaubriand. Certamente, nos primeiros momentos, o presidente e o ministro aprovaram o programa de governo do interventor, que coadunava com a estratégia de Juarez Távora. Mas àquela altura dos eventos, os três líderes nacionais perceberam que o regime não se sustentaria sem encontrar acordo com as oligarquias³².

Talvez devamos entender também nesses termos a posição de nosso biografado com João Neves da Fontoura. Antes de marcar posição – a sua era contrária à dele no tema da constitucionalidade – parecia ser a expressão de um amigo e companheiro de

³¹A *União*, 8 mar. 1931, p.1.

³²Carta sem data, de José Américo a Antenor Navarro (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida, Fundação Casa de José Américo).

luta, relação que se estendia para além das diferenças, mas sobretudo a declaração de alguém que sabia a necessidade de negociar. As polêmicas renderiam na arena pública e na base de apoio. No diário, ao passo em que registrava o rompimento de José Américo com o Clube 3 de Outubro e o desligamento de Juarez Távora da Delegacia Militar do Norte, Getúlio Vargas dizia: “o grupo revolucionário parece perder terreno”, dias depois completava, por ocasião do ano novo, “Sinto o meu declínio político, ou por falta de capacidade para abrir novos horizontes, ou por falta de apoio para transformações mais radicais”. O Governo Provisório balançava com as crises entre políticos do alto escalão. Mas ele teria notícia, posteriormente, que os ânimos haviam melhorado: “O interventor Pedro Ernesto disse-me que o [Clube] 3 de Outubro acomodou-se com o ministro José Américo”. Esperto como era, no entanto, sentia que as coisas não estavam tão bem: “Parece-me, porém, que o rasgão foi mal costurado” (VARGAS, 1995a, p.83/84).

As fissuras entre os tenentes também revelavam muito das pressões que sobre o governo na pauta da reconstitucionalização do país. Entre uns e outros, Getúlio Vargas tentava equilibrar a unidade política do governo e garantir a continuidade do regime. Era preciso rearranjar a maneira como o poder revolucionário estava organizado. Uma cartada importante, em dezembro de 1931, sinalizou uma possível mudança na postura do presidente. De acordo com Jaqueline Zulini (2019), na tentativa de reduzir conflitos, ele transferiu Osvaldo Aranha, tenente-civil opositor da reconstitucionalização, para o Ministério da Fazenda. A pasta da Justiça, enquanto isso, ficou com Maurício Cardoso, legalista, que deu celeridade à reforma eleitoral. Na mesma época, todavia, vale a pena lembrar, o ex-delgado militar Juarez Távora viajara pelo Norte, que diziam na imprensa ser uma rearticulação de forças pela continuidade do regime discricionário.

Em abril de 1932, depois de longa viagem pelo sertão nordestino, José Américo chegou a João Pessoa, de onde telegrafou ao presidente dando notícia de sua jornada e das providências que tomara. Dois dias mais tarde, subiu na aeronave Savóia Marchetti com destino à Capital Federal. Estiveram a bordo, o engenheiro Lima Campos, chefe do Serviço de Obras Contra as Secas, e o interventor Antenor Navarro. O último, em meio ao impasse com as elites locais, principalmente a família Pessoa. Era um problema para nosso personagem, Juarez Távora e Getúlio Vargas. O fato é que, antes que qualquer resolução fosse tomada, um acontecimento precipitou seu desfecho. Tentando aterrisar em Salvador, o avião caiu na Baía de Todos os Santos.

5.2 Da Guerra Paulista de 1932 à Constituição de 1934

O avião saiu de João Pessoa no dia 26 de abril de 1932. Na primeira parada em Maceió, foi percebido um desarranjo, mas feitos alguns reparos a tripulação tranquilizou o ministro e o interventor e seguiram viagem até a Bahia. Em suas memórias, nosso biografado relatava aspectos da viagem. O voo não estava tranquilo. Antenor Navarro, a certa altura, levantou da caixão de gasolina em que estava e comentou que escurecia. Os três passageiros seguiram em silêncio. José Américo, segundo contava, pensava em como aperfeiçoar os trabalhos de assistência às populações atingidas pelas estiagens:

Dominavam-me essas preocupações. E, de súbito, surpreendeu-me o baque, como o estrondo de um vagalhão. Percebi o desastre já no fundo do mar, onde fui projetado pelo choque violento. Abri-se, não sei como, sob meus pés, debaixo da cadeira, uma brecha que mal me cabia, por onde, sem me sentir, dilacerando as carnes, escorreguei até o abismo. Foi esse rasgão que me salvou [...].

Foi tudo uma fração de segundo. Antes de operar-me, fazendo a correção da miopia, eu era quase cego. Usava os óculos caricaturais, de lentes espessas que pouco adiantavam. E perdi-os na descida.

Não sabia nadar. O medo que eu tinha da água que sempre fora minha inimiga, ameaçando tragar-me, quando me aventurava a dominá-la! [...] Bracejava, já sem fôlego, no último alento. E deu-se o impossível. Vim à tona, sem nenhum esforço, como empurrado debaixo para cima. O mar que me engolira vomitou-me.

Poderia, nesse instante, ter batido com a cabeça no casco avariado, indo, outra vez, ao fundo. Mas emergi de um lado sob um céu que me cobria as sobras. Estava escuro e eu não distinguia nada. [...] Foi quando dei com um fio a que me agarrei. Conduziu-me esse guia ao arcabouço que boiava e eu não enxergava [...].

Ao galgar a asa, senti que me faltava a perna direita. Sofrera a fratura do fêmur, uma torção que triturara meus ossos (ALMEIDA, 1978[1970], p.42/43).

Os relatos seguiam intercalados por conclusões que comunicavam a sua surpresa por ter continuado vivo, sendo ele miope e péssimo nadador, mas também exaltando sua importância quase redentora para o poder público, que poderia ter se findado naquela tragédia: “Como explicar não sei. Houve um equívoco no acidente; não era o meu dia. Ou Deus não quis interromper minha missão”³³. Antenor Navarro, interventor do estado da Paraíba, não teve a mesma sorte. Distando três palmos do ministro, ele foi ferido por destroços ainda dentro da aeronave. O engenheiro Lima Campos e o radiotelegrafista Braz também não conseguiram se libertar das ferragens. O oficial de gabinete Nelson Lustosa, o comandante Dante de Matos e os demais tripulantes Luiz Tenan, Pedro Góis

³³Relato do livro *Eu e eles*, de José Américo (1978[1970], p.43).

e Bertholino Pizzato sobreviveram³⁴.

O socorro às vítimas começou com um saveiro pequeno que passava pela região. Juraci Magalhães, interventor da Bahia, que estranhara a demora na descida do avião e fora esperá-los no campo de pouso, próximo ao mar, foi encontrá-lo na praia. Ele logo tomou parte das operações de salvamento e resgate dos corpos. Os feridos foram levados ao Sanatório Manuel Vitorino. Em telegrama a Getúlio Vargas e Juarez Távora, o tenente dava notícias do estado de saúde do ministro de Viação e Obras Públicas:

Chefe [do] governo, ministros e interventores – Nota do governo – 26, de Bahia. Resultado [do] exame médico [do] ministro José Américo [é o] seguinte: escoriações ao nível da região parietal esquerda – Estado geral animador – Há lesão [no] fêmur direito cuja natureza será verificada pela radiotelegrafia – Temperatura 36,8 e pulso 110. Encontrado [o] cadáver [de] Antenor. Condolências – (a) Juraci Magalhães, interventor³⁵.

José Américo escreveu para a esposa: “Alice, Deus testemunha de todo bem que fiz compadeceu-se de você e de nossos filhos e preservou-me a vida. Salvei-me na escuridão da noite”. Getúlio Vargas designou um navio para levá-la junto com Augusto, que se encontrava no Rio de Janeiro, para Salvador, sem paradas que atrapalhassem o percurso. Na Bahia, foram recebidos pela esposa de Juraci Magalhães. Alice e Lavínia se conheciam dos tempos dos preparativos da Revolução de 1930 (LUNA, 2003, p.85).

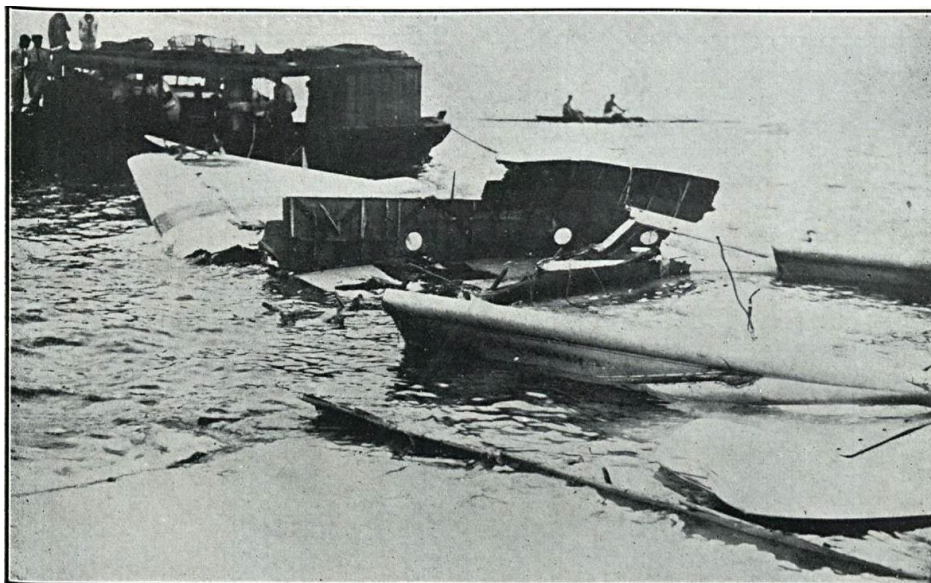


Figura 31: Os destroços do avião no qual viajava José Américo.
Fonte: *Careta*, 7 mai. 1932, p.25

³⁴*Diário de Notícias*, 27 abr. 1932, p.1.

³⁵*Diário de Notícias*, 27 abr. 1932, p.1.

A experiência do acidente aéreo, vendo a morte tão de perto e, por conseguinte, a sobrevivência improvável, sem que o amigo tivesse a mesma sorte, impactou a sua maneira de pensar vida. No arquivo pessoal, próximo aos documentos de identificação civil, encontrei o registro da sua consulta a um ou uma quiromancista, que associou a tragédia com elementos de sua vida política em uma interpretação da sua trajetória:

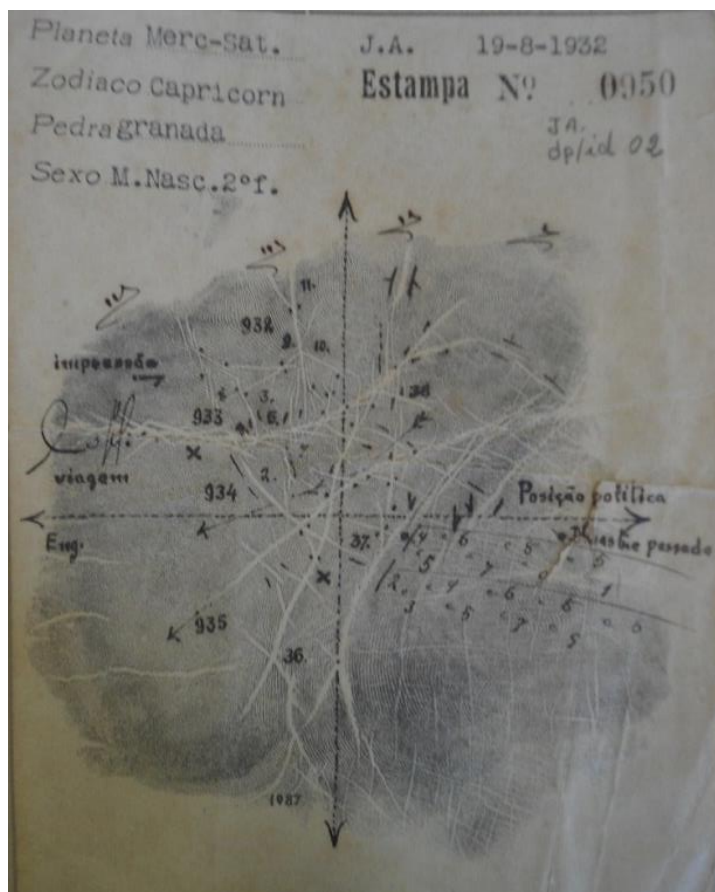


Figura 32: Registros da leitura das mãos de José Américo
Fonte: Arquivo Pessoal José Américo (Fundação Casa de José Américo)

José Américo precisou de três meses para se recuperar dos traumas mais graves, tempo no qual esteve internado na Santa Casa de Misericórdia da Bahia: “Nada faltou, sem precisar que o governo a quem eu servia gastasse um real com o tratamento. Ainda paguei do meu bolso a massagista”. Ao longo do tempo em que esteve enfermo, recebeu inúmeros telegramas e cartas de interventores, ministros e outras lideranças lamentando o ocorrido e desejando melhoras. Nesse entremeio, circulou o boato que Getúlio Vargas faria uma visita ao ministro, mas a notícia foi logo desmentida pelo Palácio do Catete. Em todo caso, nosso biografado preferiu continuar deliberando de seu leito no hospital. Tomar licença do posto prejudicaria o andamento das obras contra as secas, que se tornara o principal legado de sua gestão. Foi com esse argumento, a propósito, que ele

pediu que o presidente o mantivesse no cargo (ALMEIDA, 1978[1970], p.44).

Em todo caso, poucos dias depois do acidente ele voltou ao ritmo de trabalho, transformando o quarto de hospital em gabinete do ministro: “BAHIA, 6 (A. B.) – Acentuam-se, dia a dia, as melhorias do dr. José Américo, que ainda hoje pela manhã se mostrou extraordinariamente bem humorado, conversando com animação sobre os problemas administrativos da sua pasta”³⁶.

BAHIA, 9 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS) – O sr. José Américo recebeu informações do interventor do Ceará, também transmitidas ao sr. Getúlio Vargas, de que o número de flagelados da seca que se encontram nos campos de concentração aguardando trabalho eleva-se a quarenta mil.

O ministro de Viação, não obstante o seu estado, tem desenvolvido pasmosa atividade, tomando as medidas que o caso requer. Ontem, domingo, trabalhou quase ininterruptamente, tendo ao seu lado o seu oficial de gabinete sr. Rui Carneiro³⁷.

O ministro havia se tornado, naquele primeiro semestre de 1932, um articulador político estratégico do presidente Getúlio Vargas. Essa sua atuação pode ser percebida em várias passagens do diário do estadista. Era notável a constância com a qual ele se fizera presente em audiência no Palácio do Catete e aparecia ao seu lado nos eventos, para além das habituais visitas às obras públicas. Na reunião ministerial de 19 de março, estratégica para os rumos do governo revolucionário, ele tomara a iniciativa de convidar interventores, o que foi visto com bons olhos pelo chefe de Estado. Em outra discussão, na madrugada de 20 para 21 de abril, quando revolucionários foram ao encontro do presidente para confabular novo adiamento da Assembleia Constituinte, Getúlio Vargas disse que não decidiria sem consultar Osvaldo Aranha e José Américo, que saberiam da força política do governo no Sul e no Norte (VARGAS, 1995a).

Getúlio Vargas não negou recursos sempre que o ministro o solicitou. Em 23 de dezembro, registrou: “Os créditos abertos até o presente pelo Governo Provisório para atender às secas do Norte atingem cerca de 150 mil contos”. Adiante, seria necessário mais dinheiro. Mas essa era uma medida importante para selar bases de apoio na região. José Américo e o presidente, nesse momento, estavam alinhados quanto aos propósitos políticos do governo, o que quer me parecer ter se dado sem que nosso personagem tenha submetido seu programa ministerial à ingerência do chefe. Isso se devia tanto a certa proximidade ideológica, os dois pareciam entender as grandes questões daquele

³⁶*Diário de Notícias*, 7 mai. 1932, p.1.

³⁷*Diário de Notícias*, 9 mai. 1932, p.1.

ano de maneira parecida, quanto a uma gestão do estadista gaúcho muito no sentido de jogar com as forças políticas díspares que formavam o seu governo. Mas a convivência deve tê-los feito aprender um com outro, gaúcho e paraibano, mais de política nacional. Em 20 de novembro, com as esposas Darcy e Alice, jantaram em casa de Maria Luísa, um ano após, passearam de automóvel com Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, “Epitacinho”³⁸, viúva e filho de João Pessoa (VARGAS, 1995a, p.166).

Mas é importante pontuar que essa relação não se dava sem desconfianças. Quanto às atividades de 3 a 5 de abril, Getúlio Vargas anotou:

Os ministros da Fazenda e da Viação procuraram intervir no Clube 3 de Outubro, para modificar suas tendências. O ministro da Guerra previne-me que isso é uma tendência política partidária para apressar a Constituinte, na qual o ministro de Viação aspira à Presidência da República (VARGAS, 1995a, p.99).

A morte de Antenor Navarro no acidente aéreo conferiu urgência ao problema da sucessão na interventoria da Paraíba. Na vacância do posto, em medida emergencial, Getúlio Vargas nomeou como interventor interino Gratuliano de Brito, então secretário de Interior e Segurança Pública. De acordo com Bento de Sousa Neto (2016, p.36/37), uma série de características contavam a seu favor: “tinha formação jurídica, já vinha acumulando certa experiência ao passar por alguns cargos, havia colaborado com a Aliança Liberal”, fazia parte da gestão e estava familiarizado com as atividades administrativas. “Ainda por cima”, continuava o autor, “era primo de José Américo”.

De toda forma, a escolha do titular para o cargo precisava ser melhor elaborada, sem a pressa que a circunstância do acidente impôs ao governo. As elites regionais pressionavam por um nome de perfil conciliador. O presidente e Juarez Távora, que trataram do problema nesse primeiro momento, decerto não podiam dissuadir do programa revolucionário na região, ainda mais em um estado simbólico como a Paraíba. Ainda assim, era imprescindível que a decisão passasse por José Américo. Era ele quem entendia mais prontamente das questões locais. Nosso biografado, no entanto, restava impossibilitado de fazer articulações e tomar decisões dessa natureza nos primeiros dias de sua intersetoriação. Gratuliano de Brito seguiria na condição de interino por dois meses.

Ao ser consultado quanto à permanência desse no posto de interventor federal,

³⁸Martinho dos Santos Neto (2007) nos conta que, em 7 de abril de 1931, Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque havia publicado uma carta no jornal *A União*, condenando a nomeação de Antenor Navarro como interventor da Paraíba. Ele seria uma das figuras centrais na oposição ao governo do tenente-civil no estado. É interessante notar, anos mais tarde, essa aproximação, talvez reaproximação entre eles.

dessa vez não mais na condição de interino, o ministro se eximiu da decisão, alegando se tratar de um primo seu, o que decerto soou ao presidente como ratificação da escolha. Em 28 de junho, Getúlio Vargas remeteu telegrama ao Palácio da Redenção na Paraíba informando ao chefe do governo estadual sua decisão de nomeá-lo titular. José Américo escreveu logo em seguida, dando nota das responsabilidades que o posto exigia:

SÃO SALVADOR, 28 – Interventor Gratuliano Brito – João Pessoa – Não venho felicitá-lo pela sua efetivação na interventoria do nosso estado porque sei quanto os cargos de direção superior são para quem tem o discernimento do dever público cheio de espinhosas responsabilidades. Falo-lhe com o coração de amigo e de paraibano exortando-o à compreensão do sacrifício de que foi investido e dos compromissos que nos assistem na orientação dos destinos de nossa terra. São extraordinárias as suas responsabilidades para corresponder à expectativa dessa unidade que se formou em torno de seu nome, num verdadeiro caráter de aclamação. Governe sobretudo com o povo. Seja como é próprio de sua formação moral e jurídica, justo, tolerante, resistente aos interesses privados e intransigente no sentimento público, que a sua tarefa, se não for suave, será pelo menos condigna da confiança dos que o indicaram ao governo da Paraíba, num expressivo movimento plebiscitário. Nas minhas forças prometo ajudar os seus esforços de administrador junto aos altos poderes da República, procurando obter para nosso Estado todo concurso a que tiver direito. Abraços – (as.) José Américo³⁹.

Telegramas, via de regra, carecem de frases sucintas. Mas não foi essa a escolha do ministro, que demandou muitas folhas para transmitir sua mensagem. Tratava-se de uma narrativa importante, tanto para o seu destinatário oficial, que deveria tomar nota da missão que o aguardava, quanto para a opinião pública do estado. O remetente sabia que, como era de praxe, a correspondência seria publicada no jornal *A União*, como de fato aconteceu. Era um recado, a bem dizer, para todos. A julgar pelo cuidado com que ele construía sua imagem de político preocupado antes de tudo com o bem público, em detrimento de qualquer interesse privado – que ele não deixou de frisar, com o acento professoral de político experiente – é muito provável que tenha pesado os pronomes de tratamento e o tom com que se dirigia ao interventor⁴⁰. Ficou com a postura de amigo, nem distante nem próximo demais, como poderia soar um tratamento familiar, e de toda forma, exterior à escolha. A relação ficaria, assim, como de um bom colega de trabalho.

O conteúdo da mensagem tinha caráter dúbio. Tratava da responsabilidade de corresponder às expectativas da unidade que, “num verdadeiro caráter de aclamação”,

³⁹A *União*, 29 jun. 1932, p.1.

⁴⁰Angela de Castro Gomes (2004) discute a importância dos pronomes de tratamento, das saudações e das despedidas nas correspondências nas estratégias de aproximação e distanciamento dos sujeitos.

fizera a Revolução de 1930, sinalizando um acordo para as oligarquias dissidentes. Mas também tratou das obrigações morais da administração, alusão ao programa tenentista. Entre um ponto e outro, uma expressão que a mim não pareceu meramente retórica, ao dizer “governe sobretudo com o povo”, penso que nosso biografado indicava um projeto de mais longo prazo, que ele próprio se empenhava nas suas viagens pelo sertão e que fora estratégia importante na campanha da Aliança Liberal – uma maior aproximação entre o poder público e a população civil.

Gratuliano de Brito compôs, assim, uma política de pacificação. A disposição do secretariado é um indicador desse esforço. Escolheria o tenente Ernesto Geisel para a Secretaria da Fazenda e Obras Públicas e Argemiro de Figueiredo, vinculado aos chefes políticos de Campina Grande, para a Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Assim, segundo Bento de Sousa Neto (2016, p.211), ele manteria o projeto de “modernização autoritária (...) encetando políticas inovadoras e desenvolvendo obras estruturantes para o desenvolvimento econômico e social”, com investimentos nas áreas de instrução, saúde, justiça, obras públicas etc. Entretanto, fez concessões no que tangia à máquina pública municipal – com sua rede de empregos públicos, principalmente a indicação do prefeito. O autor fez levantamento de 23 prefeitos nomeados durante a gestão e notou a presença de sobrenomes vinculados às famílias mais poderosas das regiões.

Uma observação das correspondências nos arquivos pessoais dos dois políticos mostra que interventor e ministro discutiram os termos dessa política de pacificação o tempo todo. Bento de Sousa Neto (2016), que chama nossa atenção para isso, mostra que a escolha da secretaria foi bastante debatida. As cartas são testemunho de que foi José Américo quem indicou Argemiro de Figueiredo, mas no que tangia à outra pasta, Gratuliano de Brito bateu o pé no nome de Ernesto Geisel, nosso personagem preferia o chefe de polícia Severino Procópio. Mas também discutiam questões mais específicas, como a nomeação dos prefeitos, peça fundamental nos acordos políticos em Sousa: “José Gomes e os Pires mostram-se satisfeitos com [Antonio] Pinto [de Oliveira], embora o velho não esconda as suas simpatias pessoais pelo Eptácio [Pessoa]. Entretanto, em qualquer hipótese, não constitui elemento ponderável”⁴¹.

O debate no entorno da constitucionalização recrudescia em âmbito nacional. Em 24 de fevereiro, foi outorgado o Código Eleitoral, com decreto n. 20.076, de 1932. O texto normatizava o voto secreto, obrigatório e proporcional, que de certa maneira,

⁴¹Carta de 14 mai. 1934, de José Américo a Gratuliano de Brito (*apud* SOUSA NETO, 2016, p.181).

eram parte da plataforma da Aliança Liberal; explicitava a legalidade do voto feminino, embora facultativo. Uma decisão complementar, dois meses mais tarde, determinava um prazo para o alistamento dos candidatos à Assembleia Constituinte até maio de 1933. Mas a constitucionalização ainda era entendida por muitos como uma decisão arriscada, a liberalização do regime, explicava Angela de Castro Gomes (1980a, p.31), “sempre oferece margens de risco, uma vez que é praticamente impossível abraçar todo o espaço político que então se abre para articulações e debates”. Os tenentes eram contra – dentre os quais José Américo – acreditavam que estava cedo para entregar a política ao sistema eleitoral, ainda tomado pela rede de influência dos coronéis.

Em 9 de julho, eclodiu um movimento contestatório no estado de São Paulo. Tratava-se de uma guerra civil, conduzida pelo general Isidoro Dias Lopes, que tinha como proposição principal a constitucionalização do país, e conseqüente abertura de um meio institucional para que a oligarquia paulista voltasse a ter participação nas esferas do poder estatal. Esse era um conflito, portanto, que já se forjava desde algum tempo. Ainda em princípios do Governo Provisório, Getúlio Vargas entregou a administração do estado aos tenentes, no caso à chefia João Alberto Lins de Barros. Mas esse, apesar dos esforços, não conseguiu constituir uma base de apoio. Em pouco tempo, as bases situacionistas civis no estado – representadas pelo Partido Democrático – se afastariam do tenentismo e ensaiariam uma reaproximação com o Partido Republicano Paulista.

Os impasses políticos, no entanto, haviam piorado bastante desde maio de 1931, quando diversos grupos civis passaram a organizar proclamas e *O Estado de S. Paulo* iniciou uma campanha sistemática pela reconstitucionalização do país. Foi nesse cenário que, impossibilitado de governar, João Alberto pediu demissão do cargo. Em meio aos conflitos entre as lideranças governistas e dessas com a elites paulistas, que reivindicavam um interventor civil e paulista, foi nomeado o coronel fluminense Manuel Rabelo. O novo interventor conseguiu reestabelecer a ordem por algum tempo, mas voltaria a ser abalada com as denúncias de corrupção do primeiro interventor no Instituto do Café, depois com o empastelamento do *Diário Carioca*. Nesse entremeio, Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista conseguiram negociar a formação da Frente Única Paulista. Em 23 de maio de 1932, estouraram manifestações nas ruas, jornais foram empastelados e quatro acadêmicos findaram mortos – Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo. Suas iniciais serviram de símbolo para a constituição do MMDC,

grupo secreto responsável pela articulação do movimento⁴².

Diante da notícia da deflagração do movimento paulista, José Américo antecipou seu retorno ao Rio de Janeiro. Em 13 de julho, dava notícias por telégrafo ao interventor do Ceará da decisão de retomar as atividades na Capital Federal e nos estados do Norte:

BAHIA, 13 – Seguirei amanhã para o Rio de Janeiro, a bordo do “Almirante Alexandrino”, afim de tomar providências a favor dos flagelados, providências essas que estão falhando por falta de recursos, que ainda não nos foram concedidos. Atenderei, então, aos seus últimos apelos. Voltarei esse mês, imediatamente se for preciso e se o governo favultar recursos para levantarmos o norte em massa contra a rebelião dos reacionários. Abraços – (a) JOSÉ AMÉRICO⁴³.

A eclosão do movimento contestatório exigiu atitudes imediatas dos tenentes, base de apoio do presidente na chamada “guerra paulista”, em particular revolucionários nortistas, que logo trataram de arregimentar soldados que pudessem ser deslocados para o teatro de operações, bem como proteger as demais regiões do país de outros focos possíveis do movimento. Foi iniciada, então, uma campanha de voluntários, que tinha como objetivo aumentar o efetivo das tropas e mobilizar a opinião pública a favor do governo. A iniciativa teve sucesso no Norte, de onde saiu dois terços do voluntariado. Juarez Távora contava, nas memórias, que era desejo de alguns de seus correligionários que ele se deslocasse para o *front*, mas teria se negado. Em respeito à hierarquia militar, não assumiria a posição que não lhe cabia, mas também por suas divergências com o general Góis Monteiro, comandante da região, que não gostava da ideia da campanha, preferindo contar apenas com soldados bem treinados (LOPES, 2014; TÁVORA, 1974).

Depois de quase três meses de batalha, os revoltosos paulistas não conseguiram apoio suficiente para que o movimento fosse deflagrado em outras localidades e nem pode expandir suas fronteiras além do próprio estado. Isolados, assinaram a rendição dia 1º de outubro de 1932. Mas apesar da derrota militar, a pauta da constitucionalização tomou fôlego na opinião pública, pressionando as lideranças governistas a mobilizar os esforços políticos e burocráticos que a viabilizassem. Em 11 de novembro de 1932, Getúlio Vargas assinou o decreto n. 22.040, que regulamentava o funcionamento de uma subcomissão no Palácio do Itamaraty, a qual ficaria responsável por elaborar o anteprojeto da futura Carta Constitucional (GOMES, 1980b).

Em meio às reacomação das forças políticas e retaliações posteriores ao conflito,

⁴²Verbete “Revolução de 1932”, de Carlos Henrique Davidoff (ABREU, 2010).

⁴³*Diário de Notícias*, 15 jul. 1932, p.1.

mas também dos acordos que o novo interventor Gratuliano de Brito andava fazendo na Paraíba, dois sobrinhos de Eptácio Pessoa foram demitidos de seus cargos, vinculados ao ministério. Carlos Pessoa, que era tabelião no Rio de Janeiro, e Gilvandro Pessoa, inspetor de Caixas de Aposentadorias e Pensões. Esse último fora oficial de gabinete do governo João Pessoa e lutara junto ao então secretário na Guerra de Princesa. Dessa vez, o ex-presidente não ficou calado. Remeteu um telegrama ao ministro e antigo aliado pedindo explicações e cobrando atitudes⁴⁴. Em resposta, José Américo usou a máxima de sempre, dizia não ter arbitrado nas demissões e usou critérios técnicos para explicá-las, mas não foi suficiente. Eptácio Pessoa, na tréplica, explicava o seu ponto: “Apenas me surpreendi de que o Sr. não tivesse tentado evitar a violência e, se isto não fora possível, dela se houvesse aproveitado uma pessoa sua”⁴⁵. Indignava-se o antigo oligarca com os modos de se fazer política na assim chamada Nova República – sobretudo no que dizia respeito à postura do ministro em nome daquilo que ele chamava “moralidade pública” – sacrificavam-se aliados em nome do bom uso do bem público.

Foram nomeados para ocupar suas cadeiras revolucionários de 1930 – ministros, interventores e intelectuais – em uma tentativa de direcionar a pauta da Assembleia Constituinte. Afrânio de Melo Franco foi nomeado presidente, Temístocles Cavalcanti, secretário geral. Os demais membros eram José Américo, Assis Brasil, Antônio Carlos, Carlos Maximiliano, Artur Ribeiro, Prudente de Moraes Filho, Agenour de Roure, João Mangabeira, Oliveira Viana e Góis Monteiro. Artur Ribeiro e Oliveira Viana saíram antes da conclusão, substituídos por Castro Nunes e Solano da Cunha. José Américo também se retirou, “quando vi que não funcionava”, contava, “não teria tempo, ficaria como uma obra inacabada e sem unidade”. (CAMARGO *et al.*, 1984, p.240).

Os tenentes haviam fechado acordo, em princípios do ano de 1932, na defesa da representação classista como alternativa ao modelo liberal-democrato de representação política. A proposta consistia em reservar uma parcela das vagas no poder Legislativo para pessoas recrutadas não pelo voto popular, mas por meio dos sindicatos. Essas cadeiras seriam ocupadas tendo em vista antes interesses de categorias de trabalhadores e empregadores que a expressão individual da posição política de um eleitor. Era uma estratégia para dirimir o controle dos chefes locais sobre os processos de alistamento e votação no âmbito dos municípios, mas também uma forma de pensar o exercício da cidadania de uma maneira alternativa, sobretudo em um momento decisivo como a

⁴⁴Carta de 8 out. 1932, de Eptácio Pessoa a José Américo (PESSOA, 1962, p.414).

⁴⁵Carta de 11 out. 1932, de Eptácio Pessoa a José Américo (PESSOA, 1962, p.414).

construção de um texto constitucional. A proposta estava prevista no Código Eleitoral, mas foi à votação na subcomissão do Palácio do Itamaraty em 6 de janeiro de 1933, e perdeu por 7 votos a 5. Depois, submetida ao Superior Tribunal Eleitoral, foi rejeitada por unanimidade. Um mês antes das eleições, 1º de abril de 1933, contudo, uma reunião ministerial fechou questão em favor da representação classista (GOMES, 1980b).

Mediante esse cenário, os tenentes se empenhavam em fortalecer a política revolucionária nos estados do Norte. Era importante formar nesses estados, onde tinham maior controle político e militar, bancadas favoráveis ao governo, leia-se a pauta da centralização, para que pudessem fazer frente, sobretudo, aos estados de Minas Gerais e São Paulo. Nos últimos meses de 1932, começaram as articulações para a nomeação de Juarez Távora no Ministério da Agricultura. A iniciativa teria partido de José Américo, que explicava as razões da decisão:

Fui eu quem procurei Getúlio [Vargas], sugerindo o nome dele para o Ministério da Agricultura. Getúlio autorizou o convite. Juarez [Távora] voltou então ao plano político, pois já estava retirado. Um dia fui procurado por um parente dele que era também militar, o major Assis. Ele disse: “Veja a situação. Fizemos a revolução. Juarez teve aquele papel e agora está no ostracismo, sem coisa nenhuma. O que se pode fazer?”. Eu disse: “Vou agir”. Procurei Juarez. Ele não estava em casa. Perguntei à senhora dele – aliás, era muito amigo dela; fui testemunha do casamento deles – se ele aceitaria a direção de um departamento que passava a ter certa importância. No Ministério de Viação, eu tinha promovido a fusão do Correio com o Telégrafo, como promovi também a fusão de Portos com Navegação, que eram repartições diferentes. Perguntei se ele aceitaria, e ela disse: “Ele é quem pode responder”. Eu fiquei um pouco animado, porque diziam que ele não aceitaria mais nada. Procurei Getúlio e disse: “Quero pedir-lhe isso. Juarez ficou sem posição nenhuma, isso não causa uma boa impressão. Porque não o convida para ministro da Agricultura?” Assis Brasil, que era o ministro, tinha pedido demissão (CAMARGO *et al*, 1984, p.194).

Getúlio Vargas o autorizou a fazer o convite: “Se ele aceitar, está convidado”. Nessa ocasião, Juarez Távora estava presidindo uma reunião com os revolucionários no Palácio Tiradentes. José Américo o chamou em canto reservado, transmitiu o recado e ele aceitou. O capitão tenente, na época, exercia funções que eram próprias a sua baixa patente no Exército. Embora arbitrasse circunstancialmente pelos bastidores da política. O convite, assim, vinha a calhar. Mas havia outras razões para isso, tanto o ministro de Viação quanto o presidente ganhariam com sua nomeação. Nas memórias, era assim que ele explicava seu aceite: “primeiro, colaborar, ao lado de José Américo, com os leais companheiros de revolução que, no Nordeste, enfrentavam os horrores de uma das secas

mais cruéis, que já haviam flagelado essa região do país”, e seguia, “em segundo lugar, poder participar, como membro nato da Constituinte – cuja eleição já fora fixada para outubro de 1933 – da elaboração da futura Carta” (TÁVORA, 1974, p.89).

Os dois líderes da Revolução no Norte – o chefe civil e o comandante militar – reunidos novamente, dessa vez como ministros, de alguma maneira representava o peso do Bloco do Norte na sustentação política do Governo Provisório. As eleições próximas ameaçavam o comando revolucionário na região, na medida em que deslocavam a legitimidade política do governo central para os candidatos eleitos, e com ele o domínio da máquina pública. Assim sendo, para que o projeto revolucionário tivesse eficiência, era fundamental formar maioria entre os deputados. Em meio a isso, era preciso criar estratégias para mobilizar o eleitorado e movimentar os quadros, para não permitir que as antigas oligarquias dominassem o processo e derrubassem a hegemonia dos tenentes. Juarez Távora, aliás, havia encaminhado uma circular: caberia “a cada interventor criar honestamente, em seu estado, um ambiente eleitoral capaz de permitir a representação condigna dos elementos revolucionários na Assembleia Constituinte”, o propósito seria “garantir a eleição de um futuro governo constitucional que assegure a continuidade da obra administrativa ora em realização” (TÁVORA *apud* PANDOLFI, 1980, p.360).

A partir de então, os tenentes passaram a discutir com urgência a formação de um partido nacional que garantisse a unidade política dos revolucionários, coordenando as estratégias, conferindo a legitimidade de uma articulação nacional e vendendo uma proposta de centralização. Todavia, essa coesão não era tarefa fácil. Manter essa estrutura era ao mesmo tempo arriscado e profícuo, na medida em que permitindo uma direção local para as eleições, abria mais espaço para as oligarquias, mas também confiava aos interventores, figuras fundamentais desse trabalho, autonomia para fazer as articulações que acreditavam mais eficazes. A proposta de uma instituição partidária única também implicava em reunir antigos desafetos em uma mesma agremiação, o que deixaria essas coalizões mais complicadas em algumas regiões (PANDOLFI, 1980).

José Américo era um dos entusiasmados na proposta de um Partido Nacional. Essa sua posição, inclusive, rendeu uma caricatura na revista ilustrada *Careta*, na qual faziam analogia entre o político paraibano e o ditador alemão Adolf Hitler:



Figura 33: Caricatura de Alfredo Storni na revista *Careta*.

Fonte: *Careta*, 23 abr. 1932, p.15.

Em fevereiro de 1933, um grupo de tenentes fundou a União Cívica Brasileira, uma coligação dos autointitulados “líderes revolucionários autênticos” para a formação de um programa doutrinário mínimo. No mês seguinte, em uma reunião na sede do Partido Autonomista do Distrito Federal, esses integrantes definiriam os contornos do movimento, assim chamado União Cívica Nacional, que deveria reger e disciplinar as correntes revolucionárias no processo de constitucionalização – ação dos interventores nas eleições, postura das lideranças em discursos e entrevistas, posição dos tenentes frente à subcomissão no Palácio do Itamaraty. Luís Aranha, irmão de Osvaldo Aranha, assumiu a secretaria. José Américo não estava presente, talvez devido ao rompimento com o Clube 3 de Outubro, mas se engajou depois, substituindo Hugo Napoleão⁴⁶.

Tratava-se de uma união cívica e não de um partido efetivamente, organização que não deveria ter uma organização partidária imediata, com candidatos filiados a ela, mas como instituição que deveria oferecer direcionamento. Assim também se deu com a Liga Eleitoral Católica, fundada pelo cardeal Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima para orientar votos do eleitorado católico. A União Cívica Nacional teve atuação maior nos estados do Bloco do Norte, região sobre a qual os tenentes tinham mais influência. Juarez Távora participou das negociações dos tenentes com as oligarquias dissidentes em São Paulo. Mas a presença não era a mesma. Essa agremiação organizaria uma convenção entre os dias 15 e 18 de abril no Recife (PANDOLFI, 1980, p.367).

A organização político-partidária às vésperas das eleições assumiu diferentes

⁴⁶Verbete “União Cívica Nacional” (ABREU, 2010).

características nos estados nortistas. Janilson Lima (2020) observa que, mediante a incapacidade dos governistas e opositores em formar acordo, a Liga Eleitoral Católica lançou candidatos e conseguiu formar maioria no Ceará. Fernandes Távora, líder do Partido Social Democrático, amargou a derrota nas urnas, que respingava em seu irmão Juarez Távora, cujos esforços para mediar conflitos por meio da União Cívica Nacional deram errado. O enfrentamento, porém, funcionou na Bahia, embora tivesse sido o estado que os tenentes mais demoraram a pacificar – por meio da nomeação de um interventor militar, Juraci Magalhães. Ele montou uma campanha de filiação ao Partido Social Democrático com foco não nos chefes locais, mas em profissionais liberais – médicos, advogados, dentistas. Fez isso através de cartas, viagens entre outros meios: “Conseguí eleger vinte representantes de vinte e dois deputados federais no pleito de maio de [19]33, a bancada mais numerosa que qualquer líder da Revolução tinha podido levar à [Assembleia] Constituinte” (MAGALHÃES, 1996, p.151).

No estado da Paraíba, o grupo político governista fundou o Partido Progressista dia 12 de abril de 1933. O manifesto anunciava de início “a coesão do espírito público”, herança do presidente João Pessoa, o primeiro daqueles homens públicos dedicados ao enfrentamento do “mandonismo local”. Apesar disso, o interventor Gratuliano de Brito, o ministro José Américo e o secretário Argemiro de Figueiredo estiveram empenhados nos acordos com os chefes políticos para assegurar maior controle sobre os processos de alistamento e votação nas eleições próximas⁴⁷. Martha Santana (2000) conta que, antes, o governo organizou reuniões com os prefeitos nas quais lançava diretrizes das eleições ao passo em que concedia crédito rural e inaugurava obras públicas. O jornal *A União* exaltava o partido governista e fez campanha para que as pessoas fossem votar.

A oposição fundou, dia 10 de abril de 1933, o Partido Republicano Libertador, presidido por Joaquim Pessoa. Também houve influência da Liga Eleitoral Católica e da Liga Pró-Estado Leigo. Na mobilização dos partidos, José Américo e Juarez Távora estiveram na Paraíba. O grupo governista conseguiu, com mais de 80% dos votos, eleger os cinco deputados constituintes da bancada paraibana – Manuel Veloso Borges, Irineu Joffily, Odon Bezerra Cavalcanti, José Pereira Lira, Heretiano Zenaide. Interessa perceber que essas eram figuras próximos aos interventores desde a Revolução de 1930, de modo que não houve grandes concessões na escolha dos seus nomes. Isso deve ter dificultado as negociações, mas era capital aos governistas, para garantir a coesão do

⁴⁷*A União*, 13 abr. 1933, p.1 (2ª Seção).

grupo em um momento central para o futuro político do país, a Assembleia Constituinte. O estado também elegeu um deputado classista, Vasco de Toledo.

A historiografia paraibana convencionou certa narrativa que compreende os acordos entre tenentes-civis e oligarquias dissidentes posteriores à Revolução de 1930 como um processo orquestrado por José Américo para consolidar uma nova oligarquia, dessa vez tendo ele como chefe – o assim chamado “americismo”. O ponto nevrálgico dessa virada seria a política de combate às secas de 1932. O ministro, entendido como “quem dava as cartas do jogo político no estado”⁴⁸, aproveitaria a calamidade para construir em torno de si mesmo a imagem de um herói, ao passo em que negociava com os latifundiários a construção das obras públicas, cuja parte considerável fora feita em terras privadas. Mais que isso, ele teria tomado proveito do prestígio para indicar a parentela aos principais postos de poder no estado e com isso orquestrar os acordos que, no contexto das eleições, resultariam em uma nova composição oligárquica.

Eliete Gurjão (1994, p.112), em sua dissertação *Morte e vida das oligarquias (Paraíba, 1889-1945)*, dizia que o ministro teria se desentendido com Antenor Navarro, esse representante dos tenentes no estado, mas com o governo de Gratuliano de Brito, que era seu primo, tivera como agenciar “a integração das chefias políticas ao controle do governo central, ao mesmo tempo que garantia a efetivação de sua liderança sobre essas chefias, encaminhando, assim, a recomposição das oligarquias”. Enquanto isso, Martha Falcão Santana (2000), em *Poder e intervenção estatal (Paraíba, 1930-1940)*, tem uma interpretação distinta, ela entende que mesmo como figura central do partido, José Américo compartilhava do projeto tenentista. Mas também na interpretação dela, nosso biografado teria, senão orquestrado, pelo menos compactuado com a “reprodução das tradicionais relações de produção”, e em outras palavras, “relações pessoais de dominação política, subordinaram a massa explorada e as oligarquias locais ao controle do aparelho estatal, nos marcos dos estados regionais” (SANTANA, 2000, p.145)⁴⁹.

⁴⁸Essa expressão foi usada por Bento de Sousa Neto (2016, p.38).

⁴⁹A maior parte dos trabalhos produzidos posteriormente reforça a posição de uma ou outra das autoras. Guaracy Medeiros de Assis (2005), na dissertação “*A Paraíba pequenina e doída*”: José Américo e a Revolução de 30, corrobora a posição de Martha Falcão Santana (2000) e faz uma releitura das fontes usadas por Eliete Gurjão (1994). Bárbara Silva (2015), em *O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americismo (1928-1935)*; Martinho dos Santos Neto (2007), em *Os domínios do Estado: a interventoria de Antenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)*; Bento de Sousa Neto (2016), em *Governo interventorial e relações de poder na Paraíba pós-1930: a administração de Gratuliano de Brito (1932-1934)*, têm leituras alternativas desse processo, mas não muito distante dessa narrativa. Jivago Barbosa (2019), na tese *A integração dos “Brasis”: José Américo de Almeida e o Ministério de Viação e Obras Públicas durante o governo provisório (1930-1934)*, diz que embora nosso personagem tivesse um projeto político de integração nacional, ele haveria se rendido ao jogo oligárquico, mas suas

Essa maneira de entender o processo político devia-se muito às críticas que a oposição fazia ao nosso personagem na época, e que em grande medida foi usada em outros momentos de sua vida, mas dessa vez com peso e significado maior, devido ao cargo que ocupava e à liderança política que dispunha. Figuras como Joaquim Pessoa diziam que, apesar do discurso antioligárquico, ele estaria se associando aos coronéis, em particular os do sertão, muitos deles inimigos de João Pessoa – com isso o aspecto da “traição” pesava na opinião pública. E seguia-se a narrativa da parentela empregada, ou com outros benefícios. Esse seria o caso do primo interventor Gratuliano de Brito; mas também do irmão Jaime de Almeida, prefeito de Areia; e de seu tio monsenhor Walfredo Leal, que teria requerido pensão em 1932 – 600 mil réis devidos aos serviços prestados na vida pública, entendida como favor do sobrinho⁵⁰.

Eu penso que há um uso equivocado do conceito de oligarquia nessas análises. Esse é um conceito difícil de operar devido ao valor negativo associado a ele desde a antiguidade clássica⁵¹, razão pela qual é importante situar o sentido histórico mais específico, nesse caso, a experiência política da Primeira República. Em sendo assim, Wanderley Guilherme dos Santos (2013) fala de um regime de representação restrita. As estratégias de José Américo para lidar com o poder eleitoral dos chefes políticos precisa ser pensada em meio aos acordos possíveis naquele momento. Ainda que o Código Eleitoral de 1932, as eleições de 1933 e 1934 estivessem muito marcadas pelo poder desses sujeitos nos municípios, e não tendo condições de garantir uma vitória apenas pela mobilização popular – apesar do sucesso de Juraci Magalhães na Bahia – restava a ele, sob risco de perder a hegemonia – o que aconteceu com a família Távora no Ceará – fazer acordo com os quadros políticos.

Mas nesses acordos não valia tudo. Foi para pensar esses termos mínimos, aliás, que os tenentes pensaram ao criar o Partido Nacional e depois a União Cívica Nacional. Em todo caso, nesse momento, me parece haver uma mudança importante na trajetória do ministro, se até então ele tivera legitimidade para fazer em sua gestão quase tudo que acreditava importante, a partir de então era preciso negociar mais, o que não significava de todo mudar de ideologia política. Nesse quesito, penso que é importante considerar as suas intenções, que continuavam sendo um projeto de país a mais longo prazo e não a liderança de uma oligarquia de coronéis. Tanto foi assim que, em paralelo às barganhas

“contradições” nada mais seriam que o corriqueiro em um “desenvolvimento nacional capitalista, a partir de um desenvolvimento regional desigual” (BARBOSA, 2020, p.216).

⁵⁰*Diário de Notícias*, 18 ago. 1932, p.2.

⁵¹Conforme verbete “Oligarquia”, de Norberto Bobbio (BOBBIO, 1998).

com as elites, era possível percebê-lo preocupado em construir, para eleições vindouras, a promoção de sua imagem, aproximação das pessoas comuns, discurso voltado às suas necessidades etc. Também não me parece justo pensá-lo como único articulador do partido. Gratuliano de Brito e Argemiro de Figueiredo agiram considerando suas próprias forças e interesses – públicos, do grupo e pessoais.

No que tange à nomeação dos seus parentes, também é interessante questionar até que ponto ele teve participação nisso. José Américo era membro de uma família de senhores e senhoras de engenho que tinha, sobretudo no século XIX, o casamento como estratégia para se perpetuar no poder. Isso significa que o ex-ministro tinha parentes espalhados por várias localidades e recorrentemente com capital político suficiente para alcançar postos de poder. Mais do que isso, que esses laços seriam imprescindíveis para a formação de alianças políticas naquele momento. Tanto é assim que, à exceção do coronel Jaime de Almeida – que de fato deve ter se beneficiado do nome de prestígio do irmão mais velho para alçar a prefeitura – os demais eram primos distantes. O que eu penso, conhecendo suas ideias e observando a documentação, é que ele tentou não agir pessoalmente para beneficiar ninguém, embora saibamos que só a proximidade já era suficiente para as redes de influência funcionassem.

José Américo e Juarez Távora deixaram a cidade dia 14 de abril, quando fizeram passagem pelo Recife, hospedados na residência de Mirocém Navarro, isso na época em que aconteceu o comício da União Cívica Nacional⁵². Era estranho. Diziam na imprensa que nosso biografado fora contra o evento, opondo-se ao que lhe parecia uma separação Norte e Sul⁵³. Gratuliano de Brito lembraria, mais tarde, que ele teria aconselhado a não participar da agremiação⁵⁴. O jornal *A União* também não fez alarde do evento, embora algumas lideranças tenham sido recebidas depois dele na Paraíba⁵⁵. Não consegui mais informações dos bastidores desse posicionamento. Talvez houvesse respingo do desentendimento com os tenentes. Mas isso também complica, posto que Juarez Távora, principal articulador da facção, viajava com ele. Eu penso que ele tinha efetivamente outro jeito de pensar a coesão política dos revolucionários. De toda maneira, a proposta que ele encampara do Partido Nacional, que não vingou, deveria ter uma faceta mais abrangente e talvez institucionalmente mais eficiente, e assim, mais autoritária.

⁵²*A União*, 16 abr. 1933, p.1.

⁵³*Diário de Pernambuco*, 2 abr. 1933, p.1.

⁵⁴Conforme Bento de Sousa Neto (2016), na dissertação *Governo interventorial e relações de poder na Paraíba pós-1930: a administração de Gratuliano Brito (1932-1934)*.

⁵⁵*A União*, 19 abr. 1933, p.1.

Apesar dos esforços conciliatórios, José Américo seguia intransigente na pauta do que ele chamava “moralidade pública” em sua agenda ministerial. Fazia parte do seu pacote mínimo de valores com os quais seria intransigente. Em carta remetida a ele, Trifino Correia, um das lideranças revolucionárias em Santa Catarina, pedia a nomeação de um conhecido, mas também reclamava: “fui ao ministério e não consegui entrar para lhe falar sobre o assunto. É o ministro mais difícil para se falar”⁵⁶. Em outra ocasião, José Américo que escreveu a Juraci Magalhães, tratava o destinatário com intimidade, pelo primeiro nome e sem títulos, mas o fazia para negar um pedido. O interventor queria a demissão do chefe dos Correios e Telegrafos da Bahia, opositor do governo. Nosso personagem argumentava: “maior mal decorre da exploração feira em torno de qualquer ato de represália, do que dos danos políticos que lhe possam causar, individualmente”, e seguia, “no entanto, estou disposto, como tenho feito, a punir todo aquele, [que] com essa atuação facciosa prejudique o interesse público”⁵⁷

Essa postura renderia a ele a alcunha de “Censor da Revolução”, com alusão à sua intransigência quanto à moralidade pública e mais algumas posturas discutidas entre os revolucionários. Entrevistado por Aspásia Camargo *et al* (1984, p. 237/238), explicou o contexto no qual surgiu esse título:

Eu sempre pensei que a Revolução cometia erros; tanto que, uma vez, João Neves da Fontoura publicou um artigo dizendo uma coisa estranha: “O ministro José Américo é o censor da Revolução”. Eu criticava muito a Revolução em entrevistas, discordava muito. Às vezes, o pessoal ficava descontente e ia para Osvaldo Aranha; ele, que era muito meu amigo, dizia: “Não se importem com isso: José Américo é contra. Agindo, ele é a favor mesmo”.

Outra polêmica envolveu seu companheiro nas confabulações da Revolução, Carlos de Lima Cavalcanti. Os motivos do desentendimento esbarravam na aplicação dos recursos das obras contra as secas, nas quais o interventor pernambucano alegava estar sendo desprestigiado. O seu secretário de Agricultura e Viação explicitava que dos dez mil contos de réis investidos na região, o ministro prometera pelo menos mil para o estado, mas na realidade, pouco mais de 200 contos teriam sido recebidos, isso a despeito dos demais governos, que tiveram saldos mais vultosos. Nessa altura, contudo, a polêmica já devia andar mal nos bastidores. O interventor declarava para a imprensa

⁵⁶Carta de 7 jan. 1931, de Trifino Correia a José Américo (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).

⁵⁷Carta de 24 mai. 1933, de José Américo a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).

que se mantinha calado sobre o que sabia da vida de José Américo em respeito aos amigos correligionários, que apelaram para que não o fizesse. Não pegou bem. Nosso personagem remeteu-lhe um telegrama, em que dizia ter tido notícia pela nora, desafiando seu difamador a publicar imediatamente o que quer que fosse:

Meu passado de independência e de renúncias, desde que iniciei a vida pública, ainda na Academia, combatendo o governo de meu tio, até que, deixando a mais vantajosa clientela de advogado em Paraíba, fora das graças do oficialismo dominante, aceitei o lugar de auxiliar de administração de João Pessoa, anseia por essa devassa.

Dou-lhe minha palavra de honra que renunciarei imediatamente o Ministério de Viação, se conseguir apurar qualquer deslize meu na vida privada ou nas funções que exerci na Paraíba, de promotor público, procurador geral e consultor jurídico do Estado, advogado, presidente do Conselho Penitenciário, presidente do Banco da Paraíba, secretário geral, secretário do Interior e Justiça, secretário da Segurança e finalmente, presidente revolucionário do mesmo estado e chefe do governo provisório do Norte, com seus desbordantes aplausos, de que guardo documento⁵⁸.

A escalada na vida pública colocou a trajetória do ministro sob vigilância da oposição. Ele não deixava por menos, na sua defesa, criava narrativas cheias de méritos, a despeito dos privilégios que tivera. Mas esse rompimento decerto foi especialmente doloroso para ambos, a amizade era usada como argumento de propriedade para falar mal da trajetória do novo adversário, era com ressentimento que ambos se expressavam. Dessa forma, o *Diário de Notícias* voltou a publicar, em página inteira, a resposta de Carlos de Lima Cavalcanti ao desafio:

Não tenha receio de que o seu passado, desde o tempo em que foi chefe político de Areia, tão cheio de deslizes, um dos quais veio logo citado no seu telegrama, com antecipação somente aplicável em quem sente ainda culpa, não será devassado. Somente pode interessar a sua atuação depois de vitorioso o movimento de 1930, quando conseguiu iludir-me, o que deu motivo aos meus telegramas de aplausos, e iludir o povo que, já hoje, o conhece um pouco⁵⁹.

E seguia falando das contas das obras contra as secas, de cujos investimentos Pernambuco andava sendo preterido, sobretudo em relação ao Ceará e à Paraíba, o que, concluía o interventor, mostrava que o ministro priorizava a sua terra. José Américo pegou pesado em sua defesa, com riscos ao próprio regime descricionário: “Em Areia, minha cidade natal, os presos não tem as unhas arrancadas, nem os adversários são mandados morrer de beriberi em Fernando de Noronha”. E explicava, de forma evasiva

⁵⁸*Diário de Notícias*, 9 set. 1932, p.5.

⁵⁹*Diário de Notícias*, 11 nov. 1932, p.5.

e curta, que não tinha como averiguar o que foi gasto em cada estado, mas que deveria equivaler-se. Devia ser mentira, pelos relatórios e relatos das viagens, sabe-se que ele registrava tudo, desde o início da gestão. Essa era uma ruptura importante. Os irmãos Carlos e Caio de Lima Cavalcanti foram aliados estratégicos seus na Revolução de 1930 e eram lideranças relevantes no Bloco do Norte, que saía da polêmica fragilizado.

Mas também interessa observar que a iniciativa da publicação partira do próprio José Américo. Considerando outros momentos, é possível entender melhor a relação que ele estava construindo com a imprensa. Em um de seus relatórios, ele explicava: “tenho procurado suprir o regime de irresponsabilidade dos poderes descricionários, pelo regime de integral publicidade, afim de que o espírito público possa julgar do acerto ou desacerto da minha ação ministerial” e assim foi possível rastrear algumas iniciativas nos periódicos. Em um primeiro momento, dispo de um dia da semana para atender aos jornalistas e, mais tarde, criando uma sala de imprensa no ministério para responder a esse projeto de divulgação do seu trabalho. Essa ideia, posteriormente, foi ratificada em suas memórias, nas quais ele dizia ter tentado estebelecer uma espécie de democracia direta por meio da opinião pública (ALMEIDA, 1982[1934] p.3).

Selda Melo de Almeida casou-se, no dia 8 de junho de 1933, com o bacharel Alcides Vieira Carneiro. Ele era filho do coronel Vicente Vieira Carneiro e de D. Maria de Azevedo Carneiro, donos de terras em Princesa, não por acaso tinha como padrinho de batismo o coronel José Pereira Lima. O matrimônio aconteceu em oratório privado na Rua Epitácio Pessoa, n.736 – como foi nomeada, um tempo, a Rua das Trincheiras – e teve entre as testemunhas Augusto de Almeida, Gratuliano Brito, Severino Procópio, Borja Peregrino etc. Tiveram duas filhas, nascidas no Rio de Janeiro, Sônia e Solange, nos anos de 1934 e 1935. Mais ou menos nessa época, Reinaldo terminou seus estudos e se tornou Aspirante Oficial da Arma de Artilharia (RAMOS, 2007; LUNA, 2003).

Em meados do ano de 1933, chegaram aos ouvidos do presidente Getúlio Vargas o boato de que um grupo de tenentes poderia estar armando um golpe contra ele e contra o processo de constitucionalização então em andamento. Os principais suspeitos seriam José Américo, Juarez Távora e o general Góis Monteiro. O alerta vinha de João Neves da Fontoura, um dos principais defensores do fim do regime descricionário. Todo caso, foi tomado dessas desconfianças que o presidente decidiu fazer uma viagem aos estados do Norte. Alegava que precisava conhecer melhor a realidade do país, mas decerto deve ter pesado também a necessidade de reafirmar suas bases de apoio político. Ele partiria,

dessa forma, dia 22 de agosto, a bordo do “Almirante Jaceguay” do Lloyd Brasileiro⁶⁰, e escolheu os três por companhia: José Américo, ministro de Viação e Obras Públicas; Juarez Távora, ministro da Agricultura; general Góis Monteiro. Começou em Vitória, seguiu para Salvador, Aracajú, Maceió, outras capitais em 44 dias (LIRA NETO, 2013).

José Américo embarcou no “Almirante Jaceguay” com os demais, mas encerrada a passagem por Alagoas, não seguiu com a comitiva para Pernambuco. O previsto é que desviasse de avião direto para a Paraíba, mas na última hora fez um incursão pelo sertão. Era uma estratégia para evitar o Recife, por consequência, não estar com o interventor Carlos de Lima Cavalcanti, nem correr riscos de represálias de possíveis aliados dele⁶¹. No mais, a viagem foi largamente noticiada na imprensa e representou um esforço do presidente de agenciar uma aproximação direta com o eleitorado da região. Não a toa se acompanhava de Juarez Távora e José Américo. Conhecido por uma parte da população pelos retratos na imprensa e por outra nem dessa forma, estar junto com os dois, que percorreram várias vezes a região, conheciam coronéis e pessoas comuns, capitalizaria a seu favor. Em certa maneira, era uma oportunidade de reunir a imagem dos três líderes em um projeto comum de país na região, mas nem por isso destituído de hierarquia – o presidente aparecia sempre como chefe primeiro.

A comitiva chegou à Paraíba no dia 7 de setembro, data previamente escolhida, apontando que esse seria seu ponto alto. A viagem foi marcada por homenagens ao presidente João Pessoa, mas também a Antenor Navarro e João da Mata, indivíduos cuja imagem remetia à Revolução de 1930. O valor simbólico do movimento e dos “heróis” que tombaram pelo caminho atualizava a narrativa que conferia legitimidade aos propósitos revolucionários. Em um evento na frente do Palácio da Redenção, depois do discurso do presidente, conforme o jornal oficial, o público clamou pela fala de Juarez Távora e José Américo, mas esses teriam preferido silenciar, em luto pela morte do interventor de Minas Gerais Olegário Maciel. Getúlio Vargas, nesse momento, exaltou os dois ministros, mas falou sobretudo do paraibano, em reconhecimento à terra em que estava, “inteligência lúcida, caráter sem jaça, perfeitamente familiarizado com as necessidades ambientes e digno continuador do programa, ideias e métodos administrativos de João Pessoa”⁶².

⁶⁰Conforme notícia publicada em *Diário de Notícias* (20 ago. 1933, p.1).

⁶¹Informações publicadas no *Diário de Notícias* (24 ago. 1933, p.1; 4 set. 1933, p.1).

⁶²*Diário de Notícias*, 9 set. 1933, p.5.



Figura 34: Recepção de Getúlio Vargas na Paraíba, na companhia do interventor Gratuliano Brito



Figura 35: Almoço oferecido a Getúlio Vargas, ladeado à esquerda por Juarez Távora, e à direita, Gratuliano Brito e José Américo



Figura 36: Discurso na frente do Palácio da Redenção



Figura 37: José Américo discursando na inauguração do mausoléu de João Pessoa

Fonte: *A União* (8 set. 1933; 9 set. 1933).

Os trabalhos da Assembleia Constituinte tiveram início, no Palácio Tiradentes, dia 15 de novembro de 1933. Foi eleito presidente da casa, depois de muitas barganhas, o político mineiro Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Havia um total de 214 cadeiras ocupadas pelos deputados⁶³. O regimento, publicado com o decreto n. 22.621 de 5 de abril de 1933, permitia a participação dos ministros, ainda que sem direito a voto, mas com a possibilidade de pedir a palavra. José Américo, contudo, só esteve presente uma única vez, a julgar pelas registros das atas, e o fez em razão de uma polêmica que envolvia a sua gestão no Ministério de Viação e Obras Públicas. O oficial da Marinha Luiz Tirelli, deputado pelo Partido Trabalhista do Amazonas, em discurso na tribuna fez defesa do que chamou de “nacionalização da cabotagem”, tema caro em outros países que estaria sendo negligenciado pelo governo e pelo anteprojeto constitucional, os quais teriam dedicado parques investimentos à Marinha Mercante. Não pegou bem. O deputado paraibano Manuel Veloso Borges, pediu um aparte: “V. Ex. não ignora que o Sr. Ministro da Viação, trabalhador, como se tem revelado no seu ministério, tem sido o

⁶³Verbete “Assembleia Nacional Constituinte de 1934”, de Angela de Castro Gomes (ABREU, 2010).

primeiro a manifestar o desejo dessa organização, isto é, da nacionalização da marinha mercante”. O palestrante treplicava que, se o ministro desejava, em três anos nada fez.

O assunto gerou burbúrios no salão, o plenário ficou agitado e vários deputados pediram a palavra, o presidente tocou insistentemente o sino para chamar a atenção. Alguns dos presentes tomaram a defesa do ministro. Leopoldo Tavares da Cunha Melo, do Partido Socialista do Amazonas, reconhecia em nosso personagem o maior defensor da nacionalização da cabotagem, que estaria dando tão certo em outros países como a Itália Fascista, depois disso, apelou para uma instância local da representação política: “V. Ex. está fazendo essas reclamações e queixas contra o ministro José Américo, esquecendo-se de que ele tem sido o titular que maiores favores prestou ao Estado do Amazonas”. Defender o ex-governador geral do Norte, portanto, em sua concepção, seria como tomar partido por uma região do país e não pensar em uma pauta nacional específica sobre a qual todos poderiam discordar⁶⁴.

Luiz Tirelli bem que tentou manter sua posição, colocou mais lenha na fogueira, apontando que a Marinha de Guerra padecia do mesmo descaso, mostrou os cortes nos recursos que a gestão revolucionária empreendera e em que situação se encontrava a companhia de navegação Lloid Brasileiro. Mas os deputados nortistas, sobretudo os paraibanos, entrincheiravam-se em defesa do ministro. Em outra sessão, Irineu Joffily pediu a palavra para dar explicações. Foi em meio aos impasses dessa pauta e alertado pelos correligionários que José Américo tomou parte na tribuna do Palácio Tiradentes. Juarez Távora também esteve presente. O discurso do nosso personagem abriu a sessão em tom agressivo: “o Deputado Tirelli, por se ter arrogado técnico, devia ter, pelo menos, atenção mais vigilante”⁶⁵.

Estaria, afinal, tudo na imprensa, como ele declarava sempre que pressionado. Seguiu com os dados, explicou os cortes que precisou fazer em razão da crise em que encontrou o ministério e concluiu apontando os resultados da companhia de navegação, que saíra de um saldo devedor para um *superavit*. O deputado amazonense recuou sua posição, mas o ministro continuou o acusando de despropério. O plenário recebeu com entusiasmo sua defesa, um deputado não identificado nos anais da casa, a certa altura, teria gritado “V. Ex. foi a redenção do Norte do Brasil!”, outro acrescentaria tratando-o como reserva moral da nação, foram ambos aplaudidos. Houve quem o interpelasse de outras formas, pesava muito a demissão em massa de funcionários da Central do Brasil.

⁶⁴Informações dos *Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1933 e 1934* (1935, v.5, p.487).

⁶⁵*Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1933 e 1934* (1935, v.5, p.530).

Mas interessa notar outros momentos que nosso biografado foi citado em meio aos trabalhos daquela casa. O deputado baiano José Joaquim Seabra usou telegramas de José Américo e Olegário Maciel, dos tempos da Revolução de 1930, para expressar os ideais do movimento que teriam se perdido com o autoritarismo do Governo Provisório, exemplo disso era a falta de liberdade de imprensa. Em outro contexto, Agenor Monte, do Partido Nacional Socialista do Piauí, citou as obras contra as secas, ao passo em que elevava produção literária do ministro, seguidor de Euclides da Cunha, autor dos livros *A Paraíba e seus problemas* e *A Bagaceira*⁶⁶. Os discursos invariavelmente associavam as críticas ao ministro e ao Governo Provisório. Eram como peças de um mesmo jogo, sobretudo quanto ao Norte – os deputados envolvidos nas polêmicas eram nortistas, desde Luiz Tirelli a J. J. Seabra.

Isso provavelmente se deu porque o ministro, desde que teve início o governo Getúlio Vargas, representava as forças nortistas no poder central e se consolidava como uma liderança importante da região. Associar o seu nome ao autoritarismo do regime discricionário era uma tentativa de minar esse capital político. Mas também interessa notar que, em tempos de constitucionalização, a conta da escolha autoritária de antes pesava na opinião pública – ficava cada vez mais evidente que o ministro precisava se reinventar como político. Mas até lá tinha muito a ser feito. Em meio a esses esforços, José Américo produziu o relatório *O Ministério de Viação no Governo Provisório*, documento que chegou às mãos do público em julho de 1933.

Justificava, a princípio, por que não fizera, nos anos anteriores, outros relatórios como esse, que dessem conta do que estava realizando na condução do ministério. Dizia que preferiu a transparência das entrevistas cotidianas em coletivas de imprensa, na qual nunca teria se negado a tratar de suas atitudes. Não era, contudo, suficiente. Uma entrevista no jornal e um relatório oficial cumprem papéis distintos na formação da opinião pública. Os jornais tem a função de divulgar, discutir ideias gerais e procedimentos, que pela amplitude de sua circulação, podem chegar a número elevado de pessoas. Os relatórios oficiais, por sua vez, são documentos detalhados, com informações precisas a respeito dos investimentos destinados a cada departamento do ministério e seus subsequentes usos. A sua finalidade é oferecer instrumento para os interessados – presidente, em tempos democráticos, deputados, cidadãos – em entender o que foi feito, e que assim acaba tendo impacto mais restrito.

⁶⁶Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1933 e 1934 (1935, v.5, p.226, 251, 536).

Ele prometia um texto técnico – “uma exposição de dados” – mas em vários momentos parou a narrativa para lançar uma interpretação. Era uma maneira de se autoinscrever, justificar suas atitudes e apresentar sua contribuição à frente da pasta. Assim barganhar, em meio às batalhas de narrativas que marcaram esse momento, uma representação da sua figura pública e uma leitura dessa história imediata condizente com aquilo que pensava de si mesmo: “Nenhum homem público será capaz de realizar uma obra notável sem ter por ela o entusiasmo acionado pela exaltação patriótica. Sem, sobretudo, ter fé na sua ação para poder ter a coragem das suas responsabilidades”. Vale destacar que foi nessa ocasião que ele citou o ditador fascista Benedito Mussolini como exemplo de administrador público, isso apesar da abertura do regime político brasileiro. Além disso, o relatório não deixa de ter certo caráter literário, não tanto pelo conteúdo, mas pelo uso das palavras, que mais do que um sentido político, explícito na maneira de apresentar o programa e “contar” essa história – aliás esse impresso seria apresentado no rol de sua obra literária posteriormente (ALMEIDA, 1933, p.V).

Interessa notar que também nesse momento foi publicada pela editora Andersen a quinta edição do romance *A Bagaceira*, dessa vez com ilustração de capa assinada por M. Bandeira, figulrando um cacto em tons de vermelho e preto, cores que tinham significados na narrativa e na bandeira do estado de origem do autor. Fazia cinco anos desde que saiu a impressão última, ainda no ano de estréia do romance, aspécto que aponta novo interesse na figura do ministro, dessa vez com foco mais específico na sua face como intelectual e em uma obra de ficção. Os momentos em que crises políticas se anunciavam, ainda que a imagem do ministro não estivesse em um bom momento, despertavam curiosidade e conferiam maior recepção para sua obra. Esse movimento tímido em um primeiro momento, no entanto, tomaria maior fôlego no ano seguinte.

Em meio a isso, outras contendadas o tomavam no cenário político. Era o caso da pauta da sucessão presidencial, que começava a pesar na agenda dos revolucionários e do Palácio Tiradentes. Não sendo possível evitar a constitucionalização, os tenentes fecharam questão quanto à necessidade de Getúlio Vargas na presidência da República. Mas havia um entrave para isso, o impedimento à reeleição. Isso fora regra durante a Primeira República e assim estava no anteprojeto constitucional e nas leis eleitorais em vigência. A eleição do presidente era entendida como a fórmula mais segura para garantir certa unidade aos revolucionários, com interesses diversos e desentendimentos. José Américo trataria dos bastidores desse acordo nas memórias. Dizia que discutiu a possibilidade com Antunes Maciel, que ficou ao seu lado nos acordos. Flores da Cunha

não queria Getúlio Vargas, mas preferia a Góis Monteiro, que era outro nome possível. Foram, então, ao presidente, que depois da tradicional relutância retórica, teria aceitado o posto. A missão de levar essa proposta à assembleia, no entanto, coube ao líder da maioria, o deputado baiano Medeiros Neto (CAMARGO *et al.*, 1984).

Nosso personagem teve a oportunidade que a memória confere aos sujeitos de acentuar na narrativa algumas atitudes a despeito de outras. Em sendo assim, talvez tenha apresentado a si mesmo com um protagonismo maior do que efetivamente tivera no momento. Mas é provável, efetivamente, que o ministro tenha sido um personagem chave nessas negociações, em razão do peso de representação do Bloco do Norte, sobretudo a bancada baiana, que tivera resultados muito positivos na última eleição. Apesar disso, o cenário ainda estava muito incerto. O consenso era difícil mesmo entre os aliados tenentes – tanto que a disputa alimentou boatos de toda ordem. Em 27 de março de 1934, o médico baiano Artur Neiva, deputado pelo Partido Social Democrata, que não estava entre os mais votados, mas dispunha de contatos estratégicos na Capital Federal, escreveu notícias ao seu amigo correspondente, interventor Juraci Magalhães, das falácias que corriam pelos corredores do Palácio Tiradentes:

Eis os boatos: – São candidatos contra o Getúlio [Vargas], o Góis [Monteiro], o José Américo e Protógenes [Guimarães]. Há conspirações em Pernambuco, Minas, S. Paulo e Rio Grande. O José Américo não voltará enquanto o [Oswaldo] Aranha for Ministro. A grande parte da Constituinte esta conspirando, entre estes Maurício Cardoso, Virgílio [de Melo Franco] etc., com a preocupação de implantar uma ditadura militar no Brasil. Foi preso o Luiz Carlos Prestes, em Belo Horizonte, quando descontava um cheque de 1.400 contos. Que o Antunes Maciel irá para a Fazenda com a saída do Oswaldo [Aranha]⁶⁷.

Os boatos são narrativas que jogam com o real e produzem efeitos políticos. Góis Monteiro era uma possibilidade concreta nas negociações dos revolucionários, mas o nome de José Américo foi cogitado pelos deputados. Ele chegou a ser citado em uma sessão da Assembleia Nacional Constituinte. Manuel Paulo Filho, deputado baiano, leu um artigo cuja publicação, dizia ele, teria sido censurada no *Correio da Manhã*. Nesse texto, ele fazia prognóstico da vitória de Getúlio Vargas, mas argumentava que melhor seria um governante que não tivesse sido chefe do regime discricionário. Nosso personagem seria, assim, “uma clareira guiadora”, sobretudo em razão do compromisso com a coisa pública. Não é de se estranhar, portanto, que uma possibilidade como essa

⁶⁷Carta de 22 mar. 1934, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva. CPDOC).

tivesse sido empatada na imprensa, poderia sugerir uma discordia entre o presidente e o ministro, o que não interessava aos tenentes. O certo é que os parlamentares nortistas, em particular os paraibanos, não poderiam ficar alheios a uma consideração como essa. Irineu Joffily, pediu a palavra, na qual reforçou os méritos do conterrâneo, mas apontou que devido à lealdade deste com o presidente, aquela candidatura seria inviável⁶⁸.

Acontece que essa também era a ideia da redação do *Correio da Manhã*, como faziam questão de enfatizar em um de seus editoriais: criticavam a revolução da maioria dos revolucionários, incluindo os tenentes e o Bloco do Norte, “O ‘Correio da Manhã’ não aplaudiu, nem poderia aplaudir, a ideia do sr. Getúlio Vargas se fazer candidato de si mesmo à presidência da República”, e seguia a solução que julgavam mais adequada, “Na devida oportunidade, entendíamos que, se a Revolução vitoriosa tinha o direito de levar ao supremo governo constitucional uma das suas figuras mais representativas, essa, em melhores condições, seria o sr. José Américo”⁶⁹. Apesar de mal visto por boa parte da imprensa, que o condenava abertamente, nosso biografado era uma liderança importante, certamente um perfil competitivo, teria apoio de uma parcela do eleitorado mais pobre fora dos principais centros urbanos e dos quadros nortistas.

As conversas que se espalhavam pelos corredores, a julgar pelo que contava o deputado baiano ao interventor, embora fossem boatos, traduzia o equilíbrio de forças entre as lideranças revolucionárias do Norte e Sul. Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul representavam o conjunto dos cinco maiores estados, consultados em primeiro lugar na hora das decisões políticas estratégicas do presidente. A suposição de uma briga entre José Américo e Osvaldo Aranha era tentativa de pregar uma fragilidade do Governo Provisório. A notícia que Luiz Carlos Prestes – na época, instalado na União Soviética – tivesse sido preso no Brasil, por sua vez, caminhava no lado oposto do jogo político, mais parecia uma tentativa de aterrorizar todo mundo dos perigos do fim do regime discricionário, leia-se a falta de ordem entre os políticos e o comunismo, em um momento que o anticomunismo se insurgia.

No primeiro semestre de 1934, Medeiros Neto, do Partido Social Democrático da Bahia, líder do governo na assembleia, propôs uma reforma no regimento interno – inverter a ordem dos trabalhos, antecipando a eleição indireta do presidente para antes da aprovação do texto final da Constituição. Depois foi proposta a fórmula do gaúcho Augusto Simões Lopes para acelerar os trabalhos – o texto base fosse logo aprovado,

⁶⁸Conforme *Anais da Assembleia Nacional Constituinte* (1935, v.9, p.100).

⁶⁹*Correio da Manhã*, 25 jul. 1934, p.4.

deixando os substitutivos para depois. Nenhuma das fórmulas deu certo efetivamente. Getúlio Vargas oficializou a candidatura dia 21 de abril e minou possíveis adversários, restou o chefe político gaúcho Borges de Medeiros, que não tinha chance. Seria eleito em 17 de julho, um dia depois de promulgada a Constituição de 1934⁷⁰. A articulação da bancada baiana havia sido capital para o andamento dos propósitos revolucionários, avaliava Artur Neiva em carta a Juraci Magalhães: “A atuação do Medeiros [Neto] [...] na segunda fase foi brilhante, [...] decisiva para a solução dos magnos problemas da Constituição e quiçá da própria candidatura do Getúlio [Vargas]”⁷¹. Em outra ocasião, acrescentou, “PSD não mediu sacrifícios; o bloco não se desfez; ninguém discrepou”⁷².

A partir de março de 1934, as acusações a José Américo se tornaram mais constantes na imprensa. Até o *Diário de Notícias*, periódico que surgira como palanque para os revolucionários, mudara de postura com o ministro⁷³. Cobrava-se a prometida eletrificação da Central do Brasil, que demorava a sair, ao passo em que era lembrado o muito explorado caso dos trabalhadores demitidos. Além disso, novas demissões foram noticiadas nos Correios e Telégrafos: “Cento e oito clamurosas preterições”. Os editores não perdoavam. Publicaram uma reportagem de capa com uma longa retrospectiva das polêmicas que envolveram sua atuação no ministério. No centro do artigo, imprimiram uma caricatura. Exageravam na testa, nas orelhas e nas bochechas, diminuíam nariz e olhos, para além dos óculos, que eram uma marca pessoal. Assemelhava-se a um rato, com o bigode característico, despindo-o de sua carapaça de intelectual⁷⁴.



Figura 38: Caricatura de José Américo como ministro de Viação e Obras Públicas
Fonte: *Diário de Notícias*, 12 abr. 1932, p.1.

⁷⁰Conforme Lira Neto (2013) e verbete “Medeiros Neto”, de Amélia Coutinho (ABREU, 2010).

⁷¹Carta de 29 mai. 1934, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva. CPDOC).

⁷²Carta de 22 jun. 1934, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva. CPDOC).

⁷³Verbetes “Diário de Notícias”, de Marieta de Moraes Ferreira (ABREU, 2010).

⁷⁴*Diário de Notícias*, 12 abr. 1934, p.1.

Em 26 de junho, deu-se nova polêmica na Assembleia Nacional Constituinte. Rui Santiago, do Distrito Federal, acusava o ministro, a quem faltaria a inteligência de homem público – “V. Ex. já iludiu demais os ferroviários da Central”. José Américo pediu a palavra e acusou seu adversário de usar a plenária para fazer política pessoal. Mas a denúncia tomaria contornos mais sérios. Um dos expectadores daquela sessão, João Ferreira Ariosa, falava em voz alta durante os discursos do deputado e do ministro, aplaudindo o primeiro com expressões de “muito bem”, enquanto fazia comentários indecorosos para o segundo. Essa atitude incomodou dois funcionários do ministério – Paulo Sebastião Maciel, dos Correios e Telégrafos, e Antônio Ramos Duarte, das Estradas e Rodagens – que discutiram com ele e o desafiaram a continuar a conversa fora do prédio. Diante da tentativa de fuga de João Ariosa, os dois atiraram em sua coxa na frente da Igreja do Carmo. O *Diário de Notícias* os noticiaria simplesmente como funcionários de José Américo, diferente do *Correio da Manhã*, que informou os nomes, as funções, e os endereços dos envolvidos⁷⁵.

Estouraram greves dos marítimos e telegrafistas e, o que era pior, o movimento começou na Paraíba. Alguns políticos como João Neves da Fontoura, dizia a imprensa, estariam simpáticos à causa. Isso além dos deputados classistas que tomaram posição a favor⁷⁶. Era um impacto para a figura pública do ministro e do presidente, às vésperas da eleição. Eles decerto já pressentiam esse desgaste. Em uma carta de José Américo a Juraci Magalhães, que este transmitiu a Getúlio Vargas, o remetente tratava do seu sucessor no posto que, dizia ele, deveria ser um homem da Bahia, para garantir o espaço que os representantes desse estado mereceram pela atuação na Assembleia Constituinte. Mas outros ministros também renunciariam. A Constituição que seria aprovada tornava ministros inelegíveis por um ano depois da exoneração da pasta. Dessa forma, todos os instáveis com suas posições, se retirariam antes. José Américo renunciou no prazo final, encurralado pela opinião pública. O seu tempo no ministério acabava com o regime discricionário – ele fora o único ministro a permanecer do início ao fim na mesma pasta. Os novos tempos, marcados pelos direitos trabalhistas e pela liberdade de expressão, por melhor que fossem as intenções, colocavam em cheque sua gestão autoritária.

⁷⁵*Diário de Notícias*, 27 jun. 1934, p.6/7; *Correio da Manhã*, 27 jun. 1934, p.7.

⁷⁶*Diário de Notícias*, 13 jul. 1934, p.1/3; 15 jul. 1934, p.2.

6. Líder Político

Prezado e eminente amigo embaixador José Américo de Almeida.

Ao conceder a Vossa Excelência a exoneração, que me solicitou, do cargo de ministro de Estado dos Negócios da Viação, quero significar-lhe, mais uma vez, os sentimentos de particular apreço pelos relevantes serviços que prestou à nação, durante sua fecunda e esclarecida gestão naquela pasta.

Pela retidão de caráter, pela perfeita lealdade da sua conduta, pela grande inteligência e rara compreensão dos nossos mais sérios problemas administrativos e sociais, Vossa Excelência conseguiu realizar, no alto posto que lhe confiou o Governo Provisório, uma obra que honra e dignifica os postulados da Revolução brasileira. As populações da zona flagelada do Nordeste guardarão, para sempre, o nome de Vossa Excelência. Filho daquelas regiões, antes desamparadas, Vossa Excelência teve a fortuna de contribuir, decisivamente, para minorar os sofrimentos dos sertanejos nordestinos, pondo em prática, sábia e seguramente, o programa de utilização econômica das terras devastadas pelas secas. Administrador escrupuloso, com larga visão política, espírito dedicado ao estudo e análise minuciosa das questões nacionais, Vossa Excelência tornou-se merecedor da simpatia dos seus concidadãos.

Seguro de que Vossa Excelência, na chefia da embaixada brasileira junto à Santa Sé, continuará a elevar o renome do Brasil, formulo os mais sinceros votos para que tanto nesse como em outros cargos, sejam sinceros os talentos aproveitados em benefício do progresso de nossa pátria.

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe as minhas saudações mui cordiais.

Getúlio Vargas¹

A carta do presidente, na segunda quinzena de julho de 1934, encerrava o tempo de José Américo de Almeida no Ministério de Viação e Obras Públicas. A sua renúncia estava planejada de antes, como a imprensa enfatizava, e devia acontecer nas vésperas da conclusão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte². Também deixaram os cargos os ministros Osvaldo Aranha, assumiria a Embaixada do Brasil em Washington, Estados Unidos; Salgado Filho e Juarez Távora. Era preciso criar a sensação de ruptura com o regime discricionário, embora o chefe de Estado fosse o mesmo, e a permanência no cargo depois de promulgada a Constituição de 1934 os tornaria inelegíveis. A greve dos funcionários dos Correios e Telégrafos, porém, deixou a saída de nosso personagem particularmente mais difícil. Os jornais diários preferiam enfatizar a demissão em massa

¹Carta de julho de 1934, de Getúlio Vargas a José Américo. Consultei a versão publicada nos anexos do livro organizado por Aspásia Camargo *et al.* (1984, p.492).

²*Correio da Manhã*, 27 jun. 1934, p.4.

de servidores à reforma administrativa empenhada em seu ministério e, dessa forma, escancaravam sua postura autoritária de político e intelectual, que em nome de suas ideias de administração pública e justiça social, não negociava seu programa ministerial com os quadros partidários e com a população civil de maneira geral.

A correspondência guardava muito de uma retórica que circunstâncias como aquela – o pedido de exoneração de um ministro aliado – exigiam. Era preciso que o remetente fosse sensível ao político revolucionário que estivera naquele posto nos últimos quatro anos e ainda era uma referência política importante entre os estados que haviam constituído o “Bloco do Norte”. Getúlio Vargas, que bem sabia como proceder nesses casos, escreveu o que nosso biografado gostaria de ler, pontuou sua capacidade administrativa e o empenho na assistência à população afetada pelas estiagens, aspectos que coadunavam com a imagem que a imprensa aliada e o próprio guardariam como legados de sua gestão no ministério. Não deixou de falar de seus valores morais – caráter, lealdade e compromisso – e de um traço considerado fundamental da trajetória de seu interlocutor – a *expertise* de intelectual. Mas se essas frases tinham a intenção de reafirmar os laços políticos e afetivos entre dois estadistas, não podemos perder de vista que o presidente, ainda que as tenha temperado com tons mais fortes, em alguma medida acreditava nas coisas que estava falando.

Tão logo foi acertada a demissão conjunta dos ministros, Getúlio Vargas mobilizou esforços com o propósito de encontrar um novo espaço de atuação, pelo menos provisoriamente, para o político paraibano, como ele registrou em seu diário, entre os dias 27 e 31 de junho de 1934:

Os ministros não foram declarados elegíveis pela Constituinte. Na incerteza de continuarem, alguns pretendem abandonar o cargo antes da promulgação. Entre eles, o ministro José Américo procurou-me para dizer que teria de deixar, para pleitear um lugar de representante no Conselho Federal, embora não fosse propriamente esse o seu desejo, e sim o de uma função fora da política, onde pudesse descansar. Não tendo, porém, recursos para ficar sem uma colocação, pleitearia um cargo de representante no Conselho Federal. Respondi-lhe que já havia pensado no seu caso, nos escrúpulos de sua permanência como ministro, dadas as declarações anteriores, que tinha em alta conta suas colaborações e serviços, e havia-lhe reservado a representação no Vaticano. Ficou encantado com a oferta e aceitou-a imediatamente, ficando assentada esta combinação, guardadas as necessárias reservas (VARGAS, 1995a, p.304).

José Américo era um político de prestígio no governo federal, em muitos dos estados do Norte, e principalmente no estado da Paraíba. Não seria difícil encontrar um

posto político ou jurídico que resolvesse tranquilamente seus problemas financeiros. A questão era mesmo de outra ordem. O nosso personagem usava constantemente as carreiras de jurista e intelectual – em ambos os casos, bem sucedidas – como argumento de quem dispunha de alternativas de vida pública. Ele não precisaria da política para viver. A política seria uma resposta do arroubo de suas ideias para mudar o mundo, nas palavras de Max Weber (2005[1919]), “colocando-se a serviço de uma causa”. Mas esse discurso tornava-se complicado naquela circunstância. A saída do ministério era um momento de inflexão em sua trajetória, implicava em um tempo no qual ele podia escolher outro rumo a seguir, mas dentre esses rumos possíveis, apesar de expressar o desejo de deixar a política *stricto sensu*, ele escolheu um caminho político com o Conselho Federal. Ou pelo menos, era isso que dizia ao presidente, que teria poderes para mudar a situação, como fez, nomeando-o para a Embaixada no Vaticano.

Acontecia, no entanto, que o Estado da Santa Sé ficava muito longe da Paraíba. Isso aparentemente não era um problema para o nosso biografado, que ficou animado com a proposta e tratou imediatamente das articulações necessárias para dar efetividade ao seu novo cargo. Mas o grupo político revolucionário se ressentiu da possibilidade de afastar a sua principal liderança no momento da política partidária, o que poderia abrir espaço para que os opositores tomassem fôlego e dispersassem a hegemonia constituída. Foi assim que, depois de muita polêmica, em meio aos arranjos do partido estadual para lançar as candidaturas e subsequente campanha da Assembleia Constituinte Estadual, José Américo desistiu da viagem em troca da eleição para o Senado. Um tempo depois, ele renunciaria a essa função, pedindo ao presidente sua nomeação como ministro do Tribunal de Contas da União. A decisão o afastava do primeiro plano da cena política, mas ele seguia suas articulações pelos bastidores.

O objetivo desse capítulo é discutir as tentativas de José Américo de Almeida de reelaborar o seu projeto político em tempos de reabertura política. Isso implica pensar a trajetória a partir de 1934, com sua saída do Ministério de Viação e Obras Públicas, passando pelos desentendimentos e rearticulações que envolveram suas relações com os antigos aliados, sobretudo os líderes do Bloco do Norte e em particular os paraibanos, para os quais exercia o papel de importante articulador político. Isso até o final de 1936, quando seu nome passou a ser cogitado com mais consistência como possível candidato governista à presidência da República. No recorte desse capítulo, ele viveu de seus quarenta e sete aos cinquenta anos, quando aparecia como um político experiente, com larga bagagem no exercício da vida pública.

O material consultado para a elaboração desse capítulo incluiu alguns jornais, sobretudo o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã*, em circulação no Rio de Janeiro, e *A União*, que era publicado na Paraíba. Os livros de memória foram especialmente ricos em razão da pluralidade de perspectivas. Além das recordações publicadas de nosso biografado, apareceram relatos de Juraci Magalhães e Juarez Távora, assim como os diários de Getúlio Vargas. Também foram acessadas as correspondências disponíveis no arquivo pessoal de José Américo, bem como as publicações que ele fez no momento, as suas duas novelas, *O boqueirão* e *Coiteiros*; o relatório *O ciclo revolucionário do Ministério de Viação*, todos impressos em 1935, e as novas edições de *A Bagaceira*.

Esse capítulo, intitulado *Líder político* para dar dimensão das responsabilidades que a posição destacada na cena política nacional conferiu a ele na condução de suas escolhas, foi organizado em duas partes: O primeiro tópico, *Da Embaixada do Vaticano à renúncia do Senado*, observa um ano de intensos deslocamentos do nosso personagem e das mutações na sua imagem pública enquanto o governo construía uma agenda constitucional. Esse foi um tempo de rupturas no Bloco do Norte – o seu rompimento com Juarez Távora – assim como de um intenso trabalho político na Paraíba e no Ceará, que demandaram mudanças em sua trajetória pessoal. O segundo ponto, *Do Tribunal de Contas da União à pauta da sucessão presidencial*, discute a crise política que sucedeu o Levante Comunista e os decretos de estado de sítio e estado de guerra de 1935, assim como os acordos e desconfianças que precederam a escolha do candidato governista nas eleições para a Presidência da República de 1938.

6.1 Da Embaixada do Vaticano à renúncia do Senado

Em 24 de julho, antes da posse do novo ministro, José Américo de Almeida concedeu uma última entrevista coletiva para a imprensa. O *Correio da Manhã* publicou a reportagem com o seguinte lide “É essa obra que eu quis e não pude realizar, mas deixo iniciada”. Ele tentava, dessa forma, amarrar na opinião pública um legado de sua atuação como ministro e inscrever qual seria o sentido dos propósitos revolucionários naquela pasta: falava mais uma vez do programa de investimentos na comunicação e transporte – rádio, navegação, viação e aviação civil – com o propósito de possibilitar a intercomunicação do país e dele com o mundo. Além disso, acentuou a importância da

assistência às populações atingidas pelas secas³. Tentava, assim, construir uma memória pública de sua administração a partir de um programa fundamental, tomado pela agenda de modernização nacional que era plataforma do Governo Provisório.

Os três ministros que deixaram as suas pastas às vésperas da promulgação da Constituição de 1934 estiveram na posse dos novos titulares. Deve-se ter em nota, diga-se de passagem, que eles participaram da escolha dos nomes que os substituiriam. No caso do Ministério de Viação e Obras Públicas, o primeiro foi Juraci Magalhães, mas ele preferiu o governo da Bahia⁴. A pasta ficaria, portanto, com o deputado baiano João Marques dos Reis. Era uma maneira de manter o cargo com o Bloco do Norte. Esse grupo ainda era, apesar dos desentendimentos, uma parte importante da base apoio do presidente. A presença dos três ex-ministros na cerimônia, aliás, simbolizava que, apesar da perda dos postos, eles seguiam na ala governista. Enquanto isso, a notícia que José Américo assumiria a Embaixada do Brasil no Vaticano corria na imprensa. Em um artigo de opinião publicado no *Diário de Notícias*, Ricardo Pinto comentava: “Domingo próximo, seguirá para a Paraíba, a fim de reunir os cacarecos e abraçar a parentada e breve embarcará, (...), no transatlântico que o conduzirá a Roma” e seguia com ironia, falando do quão esperto era “esse nordestino” que conseguira enganar a todos⁵.

Em outro artigo no mesmo periódico, intitulado “O destino do embaixador”, Renato Alencar pesava ainda mais sua mão na crítica ao ex-ministro e revisitava a trajetória conturbada com a Igreja Católica. Tratou dos seus estudos no seminário, no qual teria ficado “durante dez anos” – na verdade foram três – e “quando todos o julgavam a receber as ordens sagradas, o seminarista surgiu guapo a envergar o seu jaleco de casineta e burzeguina de couro de carneiro”, e continuava, “Areia inteirinha comentou a rebelião do futuro vigário da paróquia”. O jornalista seguia comentando a trajetória de escritor com algum sarcasmo para as heresias de alguns textos. Dizia que, em sendo *Reflexões de uma cabra* um texto com características autobiográficas, melhor seria dizê-lo *Reflexões de um bode*. E encerrava consternado com a declaração que ele tivera dado à imprensa de que na Itália melhoraria o seu latim e aprenderia o italiano. Nada teria que fazer, concluía a polêmica nota, o representante brasileiro no Vaticano, que bem poderia conhecer essas línguas contratando um professor no Brasil⁶.

A primeira previsão era que ele partisse na embarcação “Bagé” dia 30 de julho,

³*Correio da Manhã*, 25 jul. 1934, p.2.

⁴Diário de Getúlio Vargas (1995).

⁵*Diário de Notícias*, 19 jul. 1934, p.3.

⁶*Diário de Notícias*, 31 jul. 1934, p.2.

desceria no Recife, de onde seguiria por terra para a Paraíba. Mas a viagem foi adiada por questões políticas. Em sendo assim, ficou mais alguns dias no Rio de Janeiro, visitou aliados, teve audiência com seu substituto no ministério e participou de eventos públicos com o cardeal Sebastião Leme. Essa aproximação com o prelado máximo da Igreja Católica no Brasil seria estratégica para as atividades de seu novo posto. Tomaria assento a bordo, portanto, junto a aliados da bancada paraibana no “Almirante Jaceguai” dia 3 de agosto, ocasião na qual se fizeram presentes no cais o general Góis Monteiro; Protógenes Guimarães, da pasta da Marinha; e os três ministros: João Marques dos Reis, da pasta de Viação e Obras Públicas; Agamenon Magalhães, deputado por Pernambuco, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; e José Carlos de Macedo Soares, paulista, das Relações Exteriores⁷. Enquanto isso, nos bastidores, outras negociações tomavam corpo entre os políticos paraibanos e presidente Getúlio Vargas.

Acontecia que estava marcada para outubro a eleição para a Câmara e para a Assembleia Constituinte Estadual – essa escolheria por voto indireto o governador do estado e os senadores. A discussão a respeito do candidato ao governo pelo Partido Progressista da Paraíba, no entanto, causou disputas entre suas principais lideranças. Argemiro de Figueiredo e Odon Bezerra apoiavam o nome do interventor em exercício, como aconteceu na maioria dos outros estados, Gratuliano de Brito. A antiga base de Antenor Navarro, insatisfeita com as concessões às elites sertanejas, no entanto, preferia Virgínio Veloso Borges. Essa oposição passou a fazer frente ao governo na imprensa, por meio do jornal *Liberdade*. José Américo despontava como uma espécie de chefe do partido⁸, como ele próprio se colocava em suas memórias: “fiquei dirigindo a política da Paraíba até (...) 1935”. Ao que tudo indica, seu desejo era que Virgínio Veloso Borges fosse governador, mas isso poderia comprometer a unidade política tão importante nas eleições próximas, era preciso um nome de consenso (CAMARGO *et al*, 1984, p.248).

As coisas estavam nesse pé quando se deu a renúncia de José Américo do Ministério de Viação e Obras Públicas e subsequente escolha de seu nome para a Embaixada do Brasil no Vaticano. O afastamento do maior nome do partido da arena política afetava as lideranças do partido, que temiam perder com isso o controle sobre

⁷*Correio da Manhã*, 4 ago. 1934, p.3.

⁸Eu penso que há uma confusão no entorno daquilo que se entendia na época e posteriormente quanto ao que era ser chefe de um partido. Uso essa designação por ela ter sido apropriada largamente na época, mas quer me parecer que, embora o chefe em questão tivesse muito poder de decisão, essa liderança não acontecia sem muita negociação. Em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, a propósito, José Américo tentou dissuadir dessa imagem: “É preciso não esquecer que não sou chefe do partido, mas apenas um patrono dos interesses gerais da Paraíba. Um orientador como costumam chamar-me os meus correligionários” (*A União*, 17 ago. 1934, p.1).

os símbolos que mobilizavam a Revolução de 1930, abrindo possibilidades para um fortalecimento da oposição. O ministro também havia se tornado, nos últimos tempos, uma figura importante para capitalizar votos com a população sertaneja, em virtude da campanha de assistência e obras contra as secas. E foi com essa tônica que nosso personagem encontrou seus aliados no estado, a narrativa construída do episódio decerto tinha seu sentido estético – o bom comum mais uma vez se sobressaía na sua trajetória: “Quando voltei, passei pela Paraíba, e os paraibanos me disseram que não permitiriam que eu me ausentasse, que eu aceitasse a embaixada” (CAMARGO *et al.*, 1984, p.249).



Figura 39: Desembarque de José Américo no porto de Cabedelo, na Paraíba

Fonte: *A União*, 11 ago. 1934, p.8.

Ainda em suas paradas pelo caminho, o ex-ministro declarava à imprensa que não pretendia deixar a política de seu estado⁹. Desembarcou dia 11 de agosto na Paraíba e foi recebido com um banquete, noticiado ao longo de muitos dias na primeira página do jornal *A União*, sempre com muitas fotos. Nessa oportunidade, ele teria proferido uma máxima muitas vezes repetida, o que é uma prática importante no processo de formação de um eleitorado, quando ao significado do processo partidário-eleitoral na continuidade do projeto político revolucionário, mas principalmente fazia sinal para a oposição: “O Partido Progressista não é apenas uma agremiação de homens, mas uma doutrina, nasceu com a Revolução e pertence a toda a Paraíba, quem ingressar nele, venha donde vier, ingressa de cabeça erguida, porque não adere a indivíduos, mas a um

⁹*Correio da Manhã*, 10 ago. 1934, p.5.

corpo de ideias”¹⁰. Também nessa ocasião, passou a circular o boato de que ele seria candidato a senador. Entrevistado pelo *Diário de Pernambuco*, não confirmou nem desmentiu, mas deu certo tom transitório ao posto em que estava: “Em política não sou, por ora, coisa alguma. Por enquanto, sou embaixador junto à Santa Sé”¹¹.

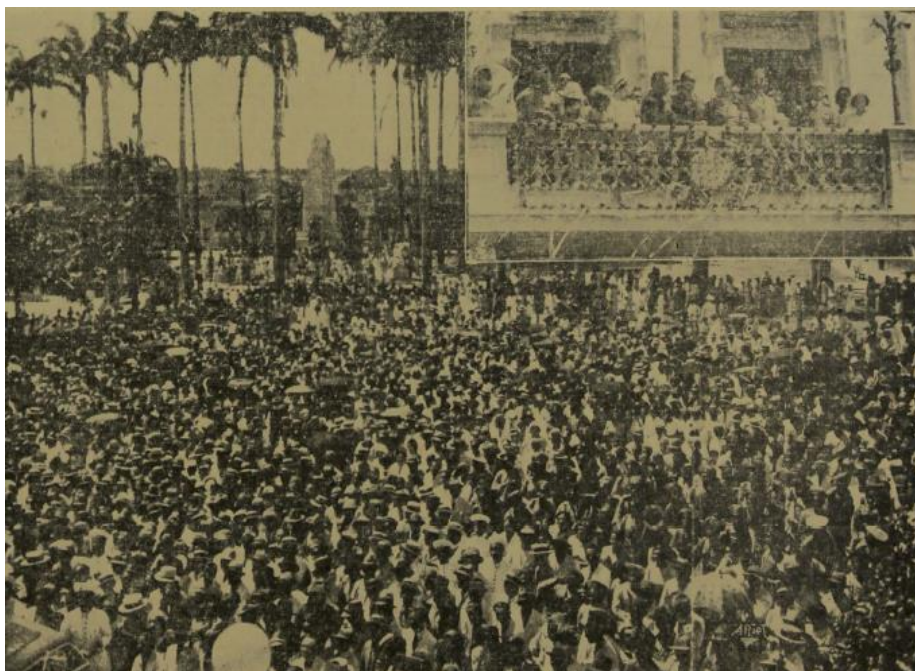


Figura 40: Aspecto da Praça João Pessoa, na frente do Palácio da Redenção
Fonte: *A União*, 10 ago. 1934, p.1.

Apesar do pretense distanciamento da política, José Américo não só articulou as negociações entre quadros e a campanha eleitoral na Paraíba, mas também participou da elaboração das estratégias de outros estados do Bloco do Norte. O caso certamente mais preocupante foi o do Ceará – estado de origem de Juarez Távora, onde seu irmão Fernandes Távora fora interventor e chefiava o partido situacionista. Em se tratando de um estado especialmente beneficiado com o advento das obras contra as secas entre 1932 e 1934, a figura de José Américo teria uma importância considerável entre as elites e a população local. Acontecia que a Liga Eleitoral Católica, que se constituía como partido oposicionista, havia formado maioria na eleição de 1933 e esse resultado triunfante ameaçava o controle tenentista no estado com a proximidade do pleito para a Assembleia Constituinte Estadual, a qual deveria escolher o futuro governador.

As estratégias em disputa promoveram estranhamentos entre as lideranças do movimento revolucionário. Getúlio Vargas, que havia sido eleito com os votos de toda a

¹⁰A *União*, 11 ago. 1934, p.1.

¹¹A *União*, 17 ago. 1934, p.1.

bancada cearense, deputados do PSD e da LEC, insistia na necessidade de um candidato de conciliação no governo. Juarez Távora, porém, não concordava com essa fórmula. Janilson Lima (2020) argumenta que ele apostava na disputa eleitoral como única saída possível para reaver o prestígio político do grupo tenentista e, conseqüentemente, de sua família no estado. Mas para isso era importante garantir o controle da máquina pública. O interventor Carneiro de Mendonça não só tinha se isentado das disputas partidárias como havia indícios que também contribuísse com os opositores. O “vice-rei do Norte” reivindicava, assim, que o presidente o substituísse por um nome mais aprazível aos interesses de seus correligionários e que tivesse maior efetividade na corrida eleitoral. Getúlio Vargas, todavia, não estava certo que essa fosse a melhor saída. Em seu diário, tratou da dificuldade de sua escolha ao passo em que lamentava desapontar um amigo:

Terei ainda que desgostar a uma das facções da bancada cearense, pela insistência do interventor Carneiro de Mendonça em deixar o cargo. Impossível um candidato de conciliação: os católicos querem um neutro; os democráticos querem um simpático; Juarez [Távora] está interessadíssimo no caso, e isto é o que mais me embarça a solução (VARGAS, 1995a, p.309).

O presidente adiou a decisão o quanto pode, mas a renúncia do então interventor Carneiro de Mendonça tornou aquela uma decisão urgente. O fato é que não interessava ao Palácio do Catete entrar em conflito com a LEC nem em âmbito nacional nem no Ceará, onde as lideranças sinalizavam possíveis acordos. Uma carta de Valdemar Falcão a Getúlio Vargas, a propósito, sinalizava um reconhecimento do projeto revolucionário mediante a política contra as secas do ex-ministro José Américo – “fez jus à gratidão do Nordeste redento e assistido carinhosamente na desolação de suas crises climatéricas” – e exaltava outras medidas como tornar o ensino religioso facultativo¹². O problema é que essa aliança afetava um aliado histórico e amigo, Juarez Távora.

Vale a pena ponderar que, em tendo sido recentemente escolhido embaixador do Vaticano, José Américo andava fazendo boa figura com as lideranças da Igreja Católica, em particular com o Cardeal Sebastião Leme, uma das lideranças nacionais da LEC. Decerto foi tendo isso em vista, ponderando o fato de que o maior empreendimento do Governo Provisório na região – a política contra as secas – aconteceu sob sua condução e reconhecendo o afeto pelo amigo comum de tanto tempo, que o presidente convidou o nosso biografado para mediar a “questão do Ceará”:

¹²Carta de 6 jul. 1934, de Valdemar Falcão a Getúlio Vargas, transcrita por Janilson Lima (2020, p.108).

Ele prontificou-se a auxiliar, respondendo pela aceitação dos elementos da Liga Católica, que lhe haviam delegado poderes para tratar do assunto. Disse que também o penalizava a situação do Juarez [Távora], que era um elemento em cuja fortaleza e lealdade não se podia confiar. Antes de retirar-se José Américo, recebi Carneiro de Mendonça, com quem tratei também do assunto cearense, retirando-se ambos combinados a agir no sentido conciliatório (VARGAS, 1995a, p.312).

José Américo e Carneiro de Mendonça trabalharam em parceria na empreitada, tanto foi assim que, dali a dois dias, apareceram juntos – “Juarez mantém-se irredutível em sua atitude”. Entre as negociações, chegou-se a cogitar a nomeação dele próprio como interventor e candidato ao senado, mas o ex-ministro da Agricultura negou as duas saídas, seriam ambas inviáveis para sua figura pessoal e para o projeto que tentava levar a frente. Depois de muita negociação, chegou-se ao coronel Felipe Moreira Lima, nome que pacificaria os ânimos entre os muitos envolvidos, mas tão logo o presidente comunicou sua decisão, por pressão dos lecionistas, Carneiro de Mendonça voltou atrás na posição, comunicada por meio de um telegrama assinado por José Américo: “Tenho prazer de informar [que o] Interventor Carneiro de Mendonça, cedendo a pressão irresistível [do] povo cearense, manifestada unanimemente [das] formas mais tocantes, se conforma [em] permanecer [no] seu posto até [as] próximas eleições”¹³.

A atitude de seu aliado de luta em tempos revolucionários foi entendida por Juarez Távora como uma traição. Os dois certamente já andavam se estranhando fazia algum tempo, pelo menos desde o Clube 3 de Outubro e a União Cívica Nacional, mas até então a amizade havia prevalecido às diferenças. Mas isso não aconteceria outra vez. Em carta a Getúlio Vargas, o “vice-rei do Norte” se referia a ele como “Sr. Embaixador José Américo” e explicava sua posição:

Prefiro que a julguem a sua consciência, a dele próprio e a do candidato que V. Exa. já convidou para substituí-lo no posto que ele renunciará. Julgo, porém, do meu dever esclarecer-lhe, desde já, que de um lado o apelo a que se refere o Sr. Embaixador José Américo traduz apenas o desejo da maioria dos que aqui combatem o Partido Social Democrático, por isso mesmo, de outro lado, a solução que ele ensaia não terá, sequer, a virtude de ser neutra, pois pugnada e obtida pelos adversários daquele Partido, ela representará, antes de tudo, mais um desestímulo com que, nas vésperas do pleito eleitoral, V. Exc. brindará seus leais defensores nessa terra¹⁴.

¹³Telegrama 22 ago. 1934, de José Américo a Getúlio Vargas. (Arquivo Pessoal Getúlio Vargas/CPDOC). Transcrito por Janilson Lima (2020, p.111/112).

¹⁴Carta de 24 ago. 1934, de Juarez Távora a Getúlio Vargas (Arquivo Pessoal Getúlio Vargas/CPDOC). Transcrito por Janilson Lima (2020, p.112).

As duas principais lideranças do Bloco do Norte – Juarez Távora e José Américo – se distanciavam na condução dos processos eleitorais em 1933 e 1934. Um apostou no enfrentamento por meio da disputa eleitoral e controle da máquina pública – o que não sabemos de todo se daria certo, posto que o presidente não lhe permitiu efetivar sua tentativa – e outro propunha uma conciliação, ainda que entendida como provisória enquanto encaminhava a aposta em uma aproximação direta com a população civil ainda não era possível. Mas nem por isso deixou de investir na formação do eleitorado, talvez como um projeto político que deveria ter efeito em longo prazo.

O fato é que era preciso retomar as bases políticas com os quadros partidários e com o eleitorado. Foi nesse propósito, certamente, apesar de não ser mais ministro ou ter qualquer outra função que o sugerisse tal medida, José Américo fez duas viagens pelo sertão. A primeira delas ao Ceará – devido às articulações que ele andava fazendo por lá – na companhia de Carneiro de Mendonça. Foi nesse trajeto, inaugurando açudes e estradas iniciados em tempos de ministro, que ele conseguiu o recuo do interventor quanto à sua renúncia. Depois disso, percorreu o interior da Paraíba, acompanhado da esposa Alice de Almeida, do interventor Gratuliano de Brito e alguns deputados, para visitar obras do ministério. A excursão tinha a dupla função de reafirmar imagem de “Redentor do Nordeste” e divulgar os nomes dos candidatos nas eleições próximas. Nas páginas dos jornais apareciam as notícias da aclamação do eleitorado em sua passagem pelos municípios – era um novo investimento, depois das viagens de 1932, em uma aproximação do eleitorado¹⁵. Em Cajazeiras, foi entoado um hino em sua homenagem, composto pelo padre Fernando Gomes e musicado pelo professor Silva Meirú:

Homem do povo, filho do Nordeste
Simples e bom, modesto, inteligente
Subiu, subiu bem alto com nobreza
Fez-se ministro salvador de uma gente!

Alerta Paraíba
Contempla os filhos teus
Lembra João Pessoa
Modelo de heroísmo
Segue o teu ministro
Exemplo de civismo!

Pobres famintos mendigando o pão
Tentos filhos vestidos de orfandade
Flagelados, sem lar, sem esperança
Todos salvos, ministro da bondade!

¹⁵*Correio da Manhã*, 14 ago. 1934, p.2.

Recebe agora toda a gratidão
De que o sertão inteiro se reveste
De coração a ti felicitamos
Embaixador – Ministro do Nordeste!¹⁶

A agenda seguia mais ou menos o mesmo eixo – era um ministro inteligente, exemplo de civismo e preocupado com as questões sociais, sobretudo a pauta das secas. Dessa vez, no entanto, ganhava cores mais apropriadas para sua atuação política nesse espaço. Era “Homem do Norte”, origem que dizia tanto para uma gente acostumada com o discurso de que fora essa região relegada ao segundo plano dos investimentos federais por tanto tempo. Esse título, assim, fazia toda a diferença. Mas vale a pena observar a maneira como o evento se organizou. Embora a composição do hino e ordem dos festejos tenha sido pensada pela elite local, há nele um discurso direcionado à gente mais pobre do estado, sobretudo nas últimas estrofes, apelando para a sua gratidão a quem lhes teria dado teto e comida em tempos de seca. Fazia-se uso dessa memória coletiva – centrada na figura do ex-ministro – para a eleição dos candidatos governistas.

Em 11 de setembro, finalmente, às vésperas do prazo final para registro das candidaturas, realizou-se a convenção do Partido Progressista, que definiu a sua chapa: Argemiro de Figueiredo, candidato ao governo; José Américo e Gratuliano de Brito, senadores; Júlio Pereira Lyra, Virgínio Veloso Borges, Odon Bezerra, Mathias Freire, Heretiano Zenaide, José Gomes, Samuel Duarte, Rui Carneiro e Isidro Gomes para concorrerem como deputados federais¹⁷. Em suas memórias, José Américo explicava a sua participação nos acordos políticos que resultaram nessa configuração:

Havia uma espécie de cisão no partido; uma grande corrente era contra a indicação de Gratuliano [de Brito] e indicava um outro parente meu, Virgínio Veloso [Borges]. Os dois foram afastados. Quem me pareceu equidistante foi Argemiro [de Figueiredo], e, com grande esforço, com grande trabalho, posso dizer que impus sua candidatura (CAMARGO *et al.*, 1984, p.250).

A escolha de Argemiro de Figueiredo para a candidatura ao governo do estado implicava na decisão por um terceiro nome intermediário entre as facções do partido. Tratava-se também de um sujeito vinculado ao grupo da região de Campina Grande, isso de certa forma abria novas frentes de negociação com esses grupos antes distantes dos revolucionários. Uma parcela da historiografia considera essa decisão – dando a ela,

¹⁶A *União*, 1º set. 1934, p.1.

¹⁷*Correio da Manhã*, 12 set. 1934, p.3.

em alguns casos, um sentido monocrático de um chefe, desconsiderando o complexo jogo de interesses envolvido nisso tudo – como a concretização do projeto oligárquico de poder do biografado, que assim entregava a administração estadual a um coronel. Essa me parece uma conclusão precipitada. O candidato havia sido um dos fundadores do Partido Democrático na Paraíba em 1929, e junto com Otacílio de Albuquerque e João da Mata se aliaram ao presidente de estado João Pessoa na montagem da chapa da Aliança Liberal. Nessa ocasião, teria rompido com seu pai, coronel Salvino Figueiredo. A sua atitude, até esse momento, parecia coadunar com o propósito preponderante no partido de estabelecer uma conciliação, e não constituir nova oligarquia (TEJO, 2001).

Ao que tudo indica, no entanto, também havia entre Argemiro de Figueiredo e José Américo uma relação de amizade e talvez de admiração recíproca que deveria ter pesado a favor dessa decisão. Em um discurso proferido na ocasião, nosso personagem falava das qualidades que capacitavam o então secretário ao posto – “Conheceis a sua organização de homem público; a sua visão dos problemas de nossa terra. Dotado de faculdades que logo o impuseram à consciência pública pelas virtudes republicanas de seu espírito, a sua escolha à suprema magistratura do Estado”. Era como se ele falasse de si mesmo. Em entrevista a William Tejo (2001, p.32), Argemiro de Figueiredo contou da ocasião em que o ex-ministro teria lhe inquirido a aceitar a candidatura para o governo. Viajavam de Campina Grande para a capital, “me pediu para acompanhá-lo e ouvi-lo no entendimento que ia ter com Gratuliano de Brito”, e disse, “– Gratuliano não pode ser o candidato. Seria um golpe em Virgínio [Veloso Borges]. E o candidato é o senhor, Dr. Argemiro”. Diante da recusa, argumentara, “– Coloco a questão no terreno da disciplina partidária. O candidato é o senhor”¹⁸.

Enquanto isso, nosso personagem deixava o convite do presidente para ocupar a Embaixada do Brasil no Vaticano por uma vaga no Senado. Em suas memórias, muitos anos mais tarde, ele lamentava e justificava a escolha – “Eles ainda precisavam de mim. Caí na tolice de renunciar à embaixada, e foi o maior erro da minha vida política, porque perdi a oportunidade de viajar”. Gratuliano de Brito, no telegrama ao presidente, também dizia da contrariedade dele: “Apesar da relutância do embaixador José Américo não foi possível evitar a apresentação do seu nome para senador federal, em virtude de a indicação resultar de imperativo da consciência cívica dos conterrâneos”. O ex-ministro

¹⁸Em entrevista a Aspásia Camargo *et al* (1984, p.250), José Américo sugere que Argemiro de Figueiredo tramava para que aquele fosse o desfecho dos acontecimentos, mas silencia quanto ao que efetivamente teria feito: “Hoje sei de fatos muito graves: até se conspirou, preparou-se movimento para ele não tomar posse. Sei, mas não quero divulgar mais”.

decerto já tinha usado muitas vezes em sua trajetória o *topos* de recusar primeiro para aceitar depois as posições oferecidas, sempre com o argumento de que o fazia em prol do bem comum. Mas dessa vez a decisão era mais complexa.

José Américo sabia dos embates que teria de enfrentar no parlamento nacional em virtude da posição no Governo Provisório. Ele parecia de fato empolgado com a proposta de morar um tempo fora do país, estudar línguas e ampliar o seu repertório, que decerto contabilizaria em sua carreira de intelectual – a qual ele mantinha sempre em vista como um caminho público possível. O fato é que os quadros de seu partido não devem ter dado muita escolha e ele próprio tinha uma maneira de pensar a atuação pública, colocando o bem coletivo – melhor dizendo, o que ele entendia como bem coletivo – acima dos interesses particulares. Assim sendo, não havia muito que elaborar. Esse seria um sacrifício, embora em um posto importante, em nome de seu compromisso com os revolucionários históricos e com a memória de João Pessoa – “Dessa vez eu não queria, mas me elegeram” (CAMARGO *et al.* 1984, p.249).

A decisão, aliás, demorou muito a ser tomada. A escolha de Gratuliano de Brito para o Senado foi noticiada pela imprensa ainda no início dos trabalhos da convenção do partido na primeira quinzena de setembro. Enquanto isso, José Américo seguia sendo tratado como embaixador no jornal oficial do estado. Apenas no dia 14 de outubro que foi confirmada a sua candidatura – nos dias anteriores chegava-se a falar no nome de Virgínio Veloso Borges, embora uma circular publicada no jornal em nome do partido por Argemiro de Figueiredo defendia o nome do ex-ministro. Em fins de outubro, nosso personagem enviou um telegrama ao presidente da República com cópia para o cardeal Sebastião Leme renunciando ao posto de Embaixador do Brasil no Vaticano¹⁹. O fato é que essa decisão, em um tempo que os ex-ministros do Governo Provisório eram amados ou odiados, foi novamente perseguida na imprensa oposicionista.

O *Diário de Notícias*, em sequência à sua campanha contra os ministros tenentes dos tempos do Governo Provisório, publicou um editorial na parte superior esquerda da sua primeira página com o título em nada despretensioso de “Robespierre de Gelatina”. Nesse texto, fazia menções à sua trajetória. Teria ele, afinal de contas, entrado para a política não por mérito próprio, mas pelas facilidades que a influência familiar de outrora concedera. Dessa maneira, portanto, acionava com ironia os três marcadores recorrentes de sua imagem pública – moralidade administrativa, assistência contra as

¹⁹A *União*, 27 out. 1934, p.1.

secas e expertise intelectual:

As últimas notícias políticas da Paraíba vieram do avesso da personalidade moral do sr. José Américo e mostram o áspero nordestino na crueza brutal da sua exata realidade.

Trata-se de um homem que surgiu no tumulto revolucionário sob uma verdadeira carapuça de puritanismo. Como o sr. Getúlio Vargas, despido de idealismo e intoxicado de politicagem, ele entrou na revolução empurrado por circunstâncias pessoais incoercíveis.

Não sofreu, como os verdadeiros revolucionários de tantos anos, nem a proscricção, nem o cárcere, nem o simples incomodo da vigilância policial dos dominadores da época. E foi com essa camada superficial de verniz subversivo que o sr. José Américo apareceu no cenário do triunfo outubrista arvorado em vestal de regeneração dos costumes, dos hábitos e dos vícios do regime republicano.

Durante mais de três anos, foi a mulher de César dos poderes discricionários. Híspido, hirsuto, áspero e agressivo, fez da honestidade um cartaz, da austeridade um pregão, da virgindade política um preconício, da dignidade funcional uma tuba.

Outros que derrapassem, arrolando-se no atascadeiro das traições aos postulados insurreccionais. Outros que abjurassem, renegassem, poluíssem crenças, ideias, princípios compromissos. Eles, não. Jamais.

Das suas exterioridades espalhafatosas se inferia uma intransigência agreste, na preocupação de se apresentar como o melhor dos melhores, o mais puro dos puros. Era teatral e impertinente no seu cabotinismo de mostruário de virtudes. E parecia apostado em salvar o seu único exemplo de sanidade a revolução esboroada pela mistificação e avidez dos apóstolos prosaicos.

De tal sorte, criou-se uma lenda. Apelou-se para o paralelismo histórico, afim de melhor se lhe exaltar a pulcritude incorruptível. Vestiram-no de Robespierre. O obscuro advogado de Arras, quando ainda não rimbombavam os primeiros trovões da Grande Revolução, reencarnara-se no apagado leguleio de Areias, quando os rumores da arrancada de outubro ainda não atroavam os ares.

Assemelhavam-se na paixão da egolatria, na obsessão da desconfiança, na volúpia da hostilidade gratuita, no desvario jacobinista, nas “poses” mórbidas para a história. Só não se pareceram no fim; Robespierre, na véspera do 9 Termidor, acabou na guilhotina; a José Américo, extinta a ditadura, aquinhoaram com a embaixada do Vaticano.

Pois bem: se não bastassem atos e atitudes anteriores para arrebatá-lo a máscara, os últimos acontecimentos da política da Paraíba evidenciariam à farta que, enquanto Robespierre de Arras acabou firme e rijo na sua gravidade fanática, o Robespierre de Areias tomou a consistência da gelatina para implantar na terra de João Pessoa sua politicagem carcomida.

Aí está a escolha dos candidatos do seu partido ao Senado e à Câmara federais. A representação vai ser uma verdadeira maloca, com singularidade de achar-se o tuxaua atado por vínculos de vária sorte aos demais tabajaras.

Já o DIÁRIO DE NOTÍCIAS acentuou a feição patriarcal do combinado legislativo paraibano. O sr. José Américo que não parece disposto a ir assombrar o papa com o seu latim do Baixo Império,

acomodou-se numa senatoria e distribuiu a outra ao seu honrado primo Gratuliano Brito, insignificante mancebo que aspira sentar-se na cadeira ocupada outrora por um Epitácio Pessoa²⁰.

Não era a primeira vez que se fazia um uso alegórico da figura de Robespierre para tratar da imagem pública de José Américo. Em outras ocasiões, os apoiadores do ex-ministro tomaram-na com o propósito de exaltá-lo²¹. O editorial, porém, agenciava a figura romântica do herói revolucionário, marcado pelas privações de toda ordem antes do seu triunfo, para acusar o biografado de falso moralismo. O “Robespierre de Areia” não teria, dessa forma, nada de verdadeiramente heroico. Ele seria antes, como outros, mais um herdeiro de um capital político familiar de longa data e do qual continuaria a se valer para permanecer no poder, com sua longa lista de parentes empregados no serviço público – Gratuliano de Brito, os irmãos Manuel e Virgínio Veloso Borges e o padre Mathias Freire tinham relações de parentesco com ele; o seu irmão Jaime de Almeida era prefeito de Areia desde 1929. O problema maior, porém, seria o discurso moralista do ex-ministro que, apesar do “teto de vidro”, andava jogando pedra nos outros.

Esse texto seria publicado mais algumas vezes nas demais edições, e pelo tom quer me parecer que a crítica vinha dos antigos aliados, a quem o discurso moralista deveria ter afetado mais. A postura de “Censor da Revolução” causou estranhamentos entre os tenentes do Clube 3 de Outubro, além das oligarquias dissidentes, sobretudo em seu estado de origem, mas também empresários e outros personagens cujos interesses podiam esbarrar na sua gestão do Ministério de Viação e Obras Públicas. As críticas tomaram novo fôlego, entretanto, quando a polêmica alcançou seu irmão primogênito, cônego Inácio Leal de Almeida. Esse tinha se mudado para a Capital Federal em 1930²². Em meados de setembro de 1934, correu a notícia de que também ele seria candidato a deputado federal pelo Partido Progressista da Paraíba.

O problema é que José Américo aproveitou a chamada para fazer uma boa cena, talvez com o propósito de desconstruir o argumento da oposição quanto a seus vínculos familiares com os demais candidatos. Nesse ensejo, ele teria dito que, cogitado o nome de seu irmão para deputado federal, tratou ele mesmo de censurar essa possibilidade – além de parente seu, não teria serviços pela Paraíba. Inácio não gostou do comentário. Irritado com as constantes interpelações que chegavam até ele, remeteu uma carta para o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, e decidiu engrossar as fileiras da oposição ao irmão:

²⁰*Diário de Notícias*, 15 set. 1934, p.1.

²¹*Correio da Manhã*, 29 jun. 1934, p.2.

²²*Diário da Noite*, 1º jul. 1931, p.2.

“Está bem contadinha a história, mas lamentavelmente muito longe da verdade. Não pedi nem me interessei por um posto no Palácio Tiradentes. Desafio quem quer que seja a apresentar as provas”:

Não fui nem sou político militante, mas, posso ter simpatias por esse ou aquele homem das regiões políticas.

O que não posso é seguir o sr. José Américo porque é meu inimigo gratuito, porque desorientado em política, porque brigão e imaginário entendedor de que todos o adorem como ídolo, porque às vezes oscilante entre pontos antagônicos e às vezes de uma franqueza rude.

Vivo na minha obscuridade sem se me importar com as grandezas e posições do sr. José Américo, vivo com a minha pobreza nas mais precárias condições econômicas, mas tenho honra e dignidade para dizer ao sr. José Américo: vá brigar com quem quiser e me deixe em paz – P. I. Almeida Leal²³.

As querelas políticas e o espaço familiar se invadiam mutuamente abrindo uma brecha que seria largamente usada pela oposição do ministro tanto no estado da Paraíba quanto na imprensa nacional. É provável que os dois irmãos tivessem estranhamentos de antes e talvez o primogênito da família se incomodasse com a maneira como o *status* de seu irmão o afetava. Também ele seguiu uma carreira promissora na Igreja Católica, foi vigário da freguesia de Guarabira, depois foi transferido para o Rio de Janeiro. Nesse deslocamento, talvez tenha pesado a influência do irmão, mas isso não era tudo, havia um caminho no interior da hierarquia eclesiástica que ele parece ter galgado com os critérios que a instituição exigia para tanto. Em princípios dos anos 1930, portanto, ele fora nomeado inspetor de ensino, um posto de interferência dos clérigos na educação pública. A exposição que o parentesco proporcionava, nesse quesito, não era bem vinda, na medida em que estava alheia ao que era considerado adequado no *habitus* católico.

O ex-ministro deu uma declaração posterior à carta de seu irmão reafirmando suas posições, na qual reduzia a questão à impossibilidade da candidatura do cônego pelo parentesco e pela falta dos serviços: “Perca-se tudo, até a solidariedade da família, mas salvem-se os mais puros sentimentos da vida pública”²⁴. Enquanto isso, a oposição ampliava os seus quadros, dizia-se, mais uma vez, que o Partido Progressista da Paraíba e seu líder estariam formando uma nova oligarquia no estado. O jornal oficial *A União* foi largamente usado pelo Partido Progressista em favor do seu quadro de candidatos. Eram publicadas fotografias e discursos dos candidatos, notícias contra os opositores e

²³*Diário de Notícias*, 20 set. 1934, p.3.

²⁴*A União*, 15 set. 1934, p.3.

manifestações de apoio dos governistas. Interessa notar como, nos vários números publicados nessa ocasião, a figura de proa da propaganda era José Américo. O candidato ao governo Argemiro de Figueiredo, até esse momento, aparecia na esteira dos seus feitos. Não foram poucas as oportunidades em que o retrato do nosso personagem ilustrava o centro das chamadas, rodeado pelos demais com seu tamanho reduzido, hierarquia também disposta nos nomes das manchetes.

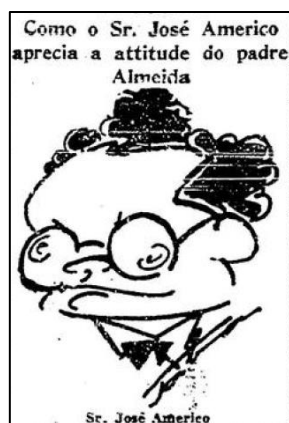


Figura 41: Charge impressa em *O Globo* na época dos conflitos com o padre Inácio de Almeida
Fonte: *O Globo*, 18 set. 1937, p.1

As eleições para deputado federal e deputado constituinte estadual aconteceram dia 15 de outubro. A apuração durou mais de um mês. Enquanto isso, espalhavam-se boatos de um desentendimento entre José Américo e Argemiro de Figueiredo no que tangia à composição de seu governo – que ainda não havia sido eleito. O ex-ministro desmentia na imprensa: “Nossas vontades ajustam-se, espontaneamente, no mesmo objetivo patriótico”, e dizia mais, a sua posição seria a mais livre possível, “organize seu governo com elementos de sua confiança”. Em todo caso, assumia nesse momento a posição de chefe político, que teria poder para interferir se assim desejasse, mas não o faria por força de suas ideias e valores. Interessante notar que o nosso personagem oscilava no significado de sua “chefia política”, conferindo ora demasiada ora simplória importância à sua liderança – às vezes, fazia as duas coisas ao mesmo tempo.

A campanha deu certo. O Partido Progressista conseguiu 80% dos votos e elegeu oito dos nove deputados da bancada paraibana na Câmara: Isidro Gomes da Silva, Heretiano Zenaide, José Pereira Lira, José Gomes da Silva, Odon Bezerra Cavalcanti, padre Matias Freire, Samuel Vidal Duarte e Gratuliano de Brito, que não pode seguir campanha como senador porque, aos 29 anos, não tinha a idade mínima para o cargo. Foi assim substituído por Manuel Veloso Borges. O único não eleito dessa legenda foi Rui Carneiro, ex-secretário de José Américo no Ministério de Viação e Obras Públicas.

A oposição fez apenas um deputado federal – Antonio Boto de Menezes. O coeficiente também foi esse para a Assembleia Constituinte Estadual. Os governistas elegeram 27 dos 30 deputados, a despeito dos três formados pela oposição. É importante registrar, nesse caso, a presença de um e quatro representantes classistas nas respectivas casas. Em 26 de dezembro, Gratuliano de Brito deixou a interventoria, assumida interinamente por José Mariz, e partiu com José Américo e demais eleitos para o Rio de Janeiro²⁵. Argemiro de Figueiredo foi eleito governador, José Américo e Manuel Veloso Borges senadores pela Assembleia Constituinte da Paraíba em 24 de janeiro de 1935²⁶.

No segundo quartel de 1934, não por acaso quando as críticas à sua gestão no Ministério de Viação e Obras Públicas foram se acentuando na opinião pública e os trabalhos se aceleravam na Assembleia Constituinte, José Américo disse em entrevista ao jornal *O Globo* que andava trabalhando em três romances – *O Boqueirão*, *Coiteiros* e *Mulher de Ninguém*:

O primeiro é o conflito de sentimentos que operou nos sertões do Nordeste, em 1922, entre uma civilização primitiva, de virtudes graníticas, e a invasão da onda nova de estrangeiros e brasileiros de toda parte, desfigurando, momentaneamente, o meio fóssil que procurou reagir, depois, nas alternativas de paixões bárbaras e complacentes que construíram um ambiente à parte; o segundo é o fenômeno do cangaceirismo, na sua forma mais natural e menos estudada da proteção a essa criminalidade específica, com um poder de observação que procura diluir-se, o mais possível, na ficção, para não formular teses; o terceiro, finalmente, é a história da desquitada, sem o exame do divórcio, que fica reservado aos tratados e aos debates parlamentares, mas como uma crise moral que outros dirão se é ou não sanável²⁷.

Os editores não tardaram em entrar em contato com ofertas quanto à publicação dos propalados romances. Em abril de 1934, escreveu-lhe José Olympio, um jovem que havia fundado há pouco tempo uma casa de editoração e livraria, mas que dispoñdo de bons contatos, já tinha grande prestígio no campo literário nacional – havia publicado, como o próprio enfatizava, os originais de Humberto de Campos, Gustavo Barroso e Plínio Salgado. Em sua carta, propunha pagamento de direitos autorais à razão de 10% sobre o preço de capa e corrigiu, com a mesma caneta com a qual assinou, a informação datilografada da tiragem, ao invés de “1.000” exemplares seriam “10.000”²⁸. As outras

²⁵A *União*, 27 dez. 1934, p.1.

²⁶A *União*, 25 jan. 1935, p.1.

²⁷Trecho do jornal *O Globo* publicado na *Revista da Semana* (14 abr. 1934, p.28).

²⁸Carta de 10 abr. 1934, de José Olympio a José Américo (Arquivo Pessoal de José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).

empresas, mais especificamente a Livraria do Globo e a Companhia Editora Nacional, julgando pela data da correspondência, demoraram mais tempo para mostrar interesse, entre dezembro e janeiro do ano seguinte.

Autor e editor, desde então, trocaram novas correspondências. José Américo demorava na escrita. Em resposta a um telegrama, requeria mais um mês de prazo: “demais, a miopia exagerada, já atingida de lesões não me ajuda, ora o trabalho corre, ora se retarda”, mas dizia que, se fosse intenção lançar nova edição de *A Bagaceira*, informasse para proceder “limpeza geral”²⁹. Nosso personagem parecia ter pretensões maiores de imersão no campo literário, tanto era que escreveu a Alfeu Domingues, mediante o falecimento de Humberto de Campos, sondando a recepção de uma possível candidatura à Academia Brasileira de Letras. Esse amigo se mobilizou em fazer visitas, sobretudo a Olegário Mariano. A resposta é que seria mais provável sua escolha para substituir o também recentemente falecido Coelho Neto. Ao que tudo indica, preferiu não participar da disputa e as vagas ficaram para Mucio Leão e João Neves da Fontoura.

No primeiro trimestre de 1935, foram publicados dois dos textos nos quais nosso escritor andava trabalhando – *O Boqueirão*, pela Casa José Olympio Livraria e Editora, e *Coiteiros*, pela Companhia Editora Nacional. Essa era uma volta do homem de letras, que teria ficado de lado no tempo febril de homem público – dizia Assis Chateaubriand em sua coluna de críticas literárias no *Diário de Notícias*³⁰. Interessa notar que, embora apresentadas nesse momento como romances, essas narrativas ficaram classificadas para a posteridade no gênero literário da novela, decerto devido à recepção da crítica literária que estranhava o tamanho do texto e suas características semânticas. As duas brochuras saíram com 219 e 190 páginas respectivamente, mas tirados pré-textuais e pós-textuais, observando formatações posteriores, caberiam tranquilamente em 80 páginas cada.

O Boqueirão tratou da história de Remo Fernandes, nordestino que se formava na Universidade de Ohio, Estados Unidos. Àquela localidade, ele viu as grandes obras hidráulicas que haviam transformado a vida da população daquele país e lamentava por seu povo, ainda castigado pela seca. Em meio a isso, teve notícia de uma companhia que andava contratando engenheiros para trabalhar na construção de açudes e estradas no Nordeste do Brasil. Sem pensar duas vezes, partiu nessa missão de volta à sua terra na companhia de seu amigo americano Frank White. A história seguia nesse espaço onde o

²⁹Carta de 17 dez. 1934, de José Américo a José Olympio (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).

³⁰*Diário de Notícias*, 17 fev. 1935, p.17.

arcaico dava lugar ao moderno e o progresso mudava a vida de toda uma população:

Os fazendeiros, senhores do sertão, encolhiam-se à beira do caminho, para darem passagem a essa investida do progresso. Saltavam, humildemente, segurando os cavalos famosos, “marchadores” e “equitadores” insígnies, em toda a redondeza, que se exasperavam com as patas nos peitos dos seus donos.

Mandões que haviam interceptado as estradas, empiquetando-as, com a sua milícia privada, tombavam dos animais passarineiros (ALMEIDA, 1994[1935], p.87).

A chegada dos engenheiros provocava alvoroço no sertão. Eram pessoas com costumes estranhos aos daquela gente. O convívio com eles despertaria uma mudança na psicologia coletiva de um povo. O eixo da narrativa, porém, era o flerte de Remo com três mulheres em idade de casar – Irma, Elsa e Gracinha. Elas esperavam que as pedisse em casamento, mas ele não queria saber de compromisso. Acontecia que os engenheiros traziam consigo a imagem das *girls* que conheceram nos Estados Unidos. Essas teriam o direito de dançar como quisessem, sem que precisassem “amar” um homem e a liberdade de deixar o cabelo curto. E assim o moderno fazia seu papel – uma transformação moral se processava: “O espírito de um povo é uma formação que se eleva acima dele próprio. É uma essência filtrada de geração em geração. O que fica embaixo é a escória inútil” (ALMEIDA, 1995[1935], p.80).

O enredo tratava, assim, de outra terra. Diferente daquela marcada pela seca e pela miséria que o autor apresentara no romance *A Bagaceira*. Ambientada em 1922, em meio às obras contra as secas do governo Epitácio Pessoa, o moderno operava suas mudanças. Mas o final da história era trágico. Os engenheiros recebiam um telegrama informando que o governo cortara a verba das obras contra as secas, com ela se encerravam as possibilidades de modernizar o espaço e os costumes daquela gente. Desgraçavam-se também os destinos das três mulheres que haviam sonhado com uma vida melhor. Elsa foi desonrada por Remo; Gracinha fugiu com Frank White, que depois a abandonaria; Irma pulou de um abismo. Era um recado, em forma de literatura, para os políticos de seu tempo, que não deviam deixar que o seu legado enquanto ministro percesse por falta de novos investimentos (ALMEIDA, 1995[1935]).

O término do mandato do presidente paraibano e conseqüente derrocada dos investimentos nas transformações que teriam impacto de longo prazo na economia e na psicologia coletiva. De certa forma, ao contar essa história, José Américo também justificava sua própria atuação no Ministério de Viação e Obras Públicas, que entendia como uma continuidade – melhorada – do programa de investimentos do governo de

Epitácio Pessoa. Remo, a propósito, parecia quase que um *alter ego* de José Américo, a julgar pela maneira como nosso autor se percebia: “O brasileiro só aspirava uma vida de ação. Queria salvar, quando nada, o sertão sacrificado. Descobrir-lhe a alma; curá-lo do mal de amor; criar-lhe a alegria providencial”, e então concluía que, para isso, “bastava educar as condições naturais. Educava-se, desse modo, o homem que elas moldavam. Na terra seca o ambiente físico era a própria vida. Era o regulador de todos os ritmos do bem e do mal” (ALMEIDA, 1995[1935], p.80/105).

O texto aparecia assim como um instrumento, embora disfarçado na cronologia e na maquiagem da ficção, para construir uma imagem, conseqüentemente uma memória, positiva na opinião pública a respeito de sua trajetória no ministério – focando naquilo que considerava seu principal feito que teriam sido as obras contra as secas. Mas vale notar que, se valendo desse artifício, ele se resguardava com o pacto ficcional das críticas quanto a sua trajetória e deixava o material escrito ao olhar da crítica literária. Agregava com isso o seu capital de escritor à representação da trajetória de ministro, se valendo das ferramentas literárias, um enredo cheio de nuances que afetam o público leitor em seu universo de afetos – dando cara às personagens – para disseminar uma narrativa sobre o problema das secas e a política nacional. Enquanto isso, não deixava de usar seu prestígio de homem público como experiência e *status* que enriqueciam seu olhar como escritor e preparavam terreno eufórico para a recepção da crítica.

A ficção, contudo, nem sempre é expressão exclusiva dos pensamentos de seu autor. A estrutura dos gêneros literários, os repertórios disponíveis a cada época, os propósitos dos movimentos artísticos, o diálogo com a realidade e as possibilidades que cada situação abre para o enredo são ingredientes que interferem na condução da trama. Desse modo, nosso biografado dispôs de um novo problema para a sua história. Essa transformação moral não era de todo positiva. Havia uma transgressão de valores imersa nesse catálogo de mudanças que a modernização sugeria. O sertanejo já não seria mais um forte – como a figura épica descrita em *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Ao invés disso, “viviam como estrangeiros na terra transformada”, o que o levava a questionar quais seriam de fato os benefícios dessa modernidade, sobretudo em se considerando os valores daquela gente do campo (ALMEIDA, 1995[1935], p.103).

Esse ponto, que contradizia o seu argumento de literato e homem público, funcionava como uma espécie de retorno a uma retórica cara para a literatura regionalista – o elogio do arcaico como sentido e grandeza dessa gente nordestina e sertaneja – que andava tomando corpo à época com as publicações Rachel de Queiroz,

Graciliano Ramos, Jorge Amado, Gilberto Freyre etc. A relação com esses escritores, apesar do seu afastamento da vida literária, foi se fortalecendo. José Lins do Rego escreveu a ele dizendo de sua felicidade quando soube de retorno do amigo à literatura, oportunidade na qual rememorou os “bons tempos” em que ambos haviam vivido na então cidade da Paraíba, quando podiam compartilhar as intimidades de seus processos de escrita³¹. O fato é que, entre literatura e política, o texto se tornou instrumento de elaboração da ação política. Ainda que ele não falasse isso, havia uma relação entre os programas de modernização e a questão social que precisaria ser mais bem explorada.

Coiteiros contava a história de Vilarim, um pequeno proprietário de terra do sertão nordestino que costumava dar guarida aos cangaceiros do bando de Sexta-Feira. Era dessa forma que garantia que a sua família não fosse vítima dos saques, estupros e outros tipos de violências que os bandidos costumavam provocar. A sua filha Dorita, todavia, estava de casamento marcado com o ex-seminarista Roberto dos Anjos – esse perdera o pai assassinado pelos malfeitores e prometera vingar sua família. Junto ao seu ódio dos cangaceiros também tinha raiva daqueles fazendeiros que lhes davam abrigo. Mas ser coiteiro, dizia o autor, não era uma opção (ALMEIDA, 1995[1935]).

A seca – personagem importante na literatura do nosso biografado – abateu-se no sertão e essa gente ficou mais vulnerável. Nesse tempo de desordens, os cangaceiros tomaram a menina de refém e obrigaram-na a atirar em seu noivo. Ela não cumpriu a ordem e foi assassinada. O escritor voltava mais uma vez ao ponto de sua atuação como “ministro das secas” – de nada valia perseguir os bandidos pelos sertões, eles conheciam a geografia da região como as forças policiais jamais poderiam. O mundo rural tinha seus mistérios – grutas, vales e outros disfarces: “A repressão morosa, sem a celeridade das estradas feitas, era um nunca acabar”, por isso que, na primeira oportunidade, atrapalhavam obras públicas, destruíam estradas de ferro, toravam linhas de telégrafo. O caminho para combatê-los era modernizar o campo (ALMEIDA, 1995[1935], p.228).

Ao longo desse semestre, outras chamadas na imprensa davam notícia de que José Américo estava trabalhando em um livro de memórias que deveria se intitular *Notas do meu retiro*³². Era mais uma resposta que ele pretendia dar às críticas que envolviam sua imagem pública. Esse livro, contudo, não se concretizou na conformação prometida de uma autobiografia. Ao invés disso, ele publicou outro relatório intitulado

³¹Carta de 21 jan. 1935, de José Lins do Rego a José Américo (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).

³²A *União*, 7 dez. 1934, p.1.

*O ciclo revolucionário do Ministério de Viação*³³. O conteúdo não era de toda novidade, posto que compilava muito do anterior *O Ministério de Viação no Governo Provisório*, publicado um ano antes. Mas o objetivo era mais preciso, tratava-se de petrificar um legado na pasta e inscrever as bases do que seria ser uma administração revolucionária das obras públicas, indicando caminhos aos seus sucessores na pasta.

Era nesse tom que ele revisitava a sua trajetória, dessa vez tendo em mente o arco temporal fechado – do início ao fim da sua gestão. O novo relatório ganhava mais texto, dessa vez eram 462 páginas. A ideia de que havia um dever de transparência a ser cumprido assumia um tom mais explícito do que fora outrora. E tentou, como no outro, dispor de um panorama geral a respeito da gestão. O tempo das críticas também se fazia imprimir no material, o autor se justificava mais, falou da burocracia, das resistências dos funcionários, limitações financeiras e outras condicionantes que teriam impedido a execução do programa por completo. Era esse, afinal, o possível diante das condições que tinha, mas estava ciente, e apontava, o que ainda estava por ser feito: no plano das estradas de ferro e rodagem, portos, as questões da aviação e navegação, o serviço dos correios e dos telégrafos, as obras contra as secas e inúmeras outras questões: “Muitas dessas realizações poderiam ser consideradas, por si sós, um programa de governo. E ainda repito: não fiz o que quis, mas o que pude” (ALMEIDA, 1982[1934], p.XX).

De um relatório para o outro, algumas exclusões são interessantes, como a referência a Benedito Mussolini. Também pegou mais leve nas críticas aos funcionários públicos. Em todo caso, essa nova versão do texto teria uma circulação mais abrangente – a julgar pelas notícias na imprensa e pela reedição posterior – do que o relatório anterior e do que essas publicações administrativas usualmente costumam ter. Isso se devia tanto à polêmica construída no entorno do texto como ao fato de se tratar da produção de um intelectual reconhecido no campo literário. Lançado no mesmo ano que os dois livros ambientados do sertão nordestino, esse material encorpava as investidas do nosso personagem sobre a narrativa do combate às secas, mas dessa vez por um gênero textual de não ficção, tomado de descrições de dados e argumentos. Entre os livros prometidos para aquele ano, o título *Mulher de Ninguém*, que deveria elaborar os contornos morais e sociais de uma personagem desquitada – não se sabe se para defender ou condenar o divórcio, pauta discutida à época – jamais foi a público.

Desde janeiro de 1935, corriam boatos nos circuitos políticos que José Américo

³³*Diário de Notícias*, 4 ago. 1934, p.4.

seria candidato à presidência do Senado. Nas entrevistas à imprensa, ele negava que fosse sua intenção, “já tenho manifestado a vários amigos que não quero ser candidato à presidência do Senado”, mas também dava entender que não descartava a possibilidade, “o presidente do Senado só deve ter uma atitude, que é dilatada pela responsabilidade dessa alta investidura. Eu, se for eleito para o mandato, terei todas as atitudes que a consciência me inspirar”³⁴. Em todo caso, o seu nome foi motivo de movimentações por parte de várias lideranças políticas, destacadamente os tenentes e o Bloco do Norte. Nessa ocasião, antigas disputas entre essas figuras voltavam à cena. Juraci Magalhães, seu amigo e governador da Bahia, declarou apoio, mas Carlos de Lima Cavalcanti, governador de Pernambuco e com quem rompera, rejeitava veementemente o seu nome para a mesa diretora da casa³⁵. Foi a primeira vez nesse ano que ele ameaçava renunciar à política, o que não fez por pressão dos aliados. Argemiro de Figueiredo telegrafou a Getúlio Vargas, no dia 3 de fevereiro, solicitando interferência nessa decisão:

As ligações históricas [de] Vossência com o estado que tenho a honra de governar animam-me tomar liberdade [de] solicitar interferência [do] grande benfeitor [e] leal amigo [da] Paraíba [no] sentido [de] evitar afastamento [de] José Américo de Almeida [das] atividades públicas. Incalculáveis prejuízos [à] nação [e] particularmente [ao] estado decorrentes [do] alheamento [da] vida pública [do] eminente brasileiro inspiraram apelo [que] lhe está sendo dirigido [no] mesmo fim por todos [os] elementos governo [e do] povo paraibano. Queira Vossência aceitar [esse] protesto [de] firme solidariedade e sincero reconhecimento (*apud* CAMARGO *et. al.* 1984, p.493).

O ex-ministro fez uma visita ao presidente em princípios do mês de fevereiro. Getúlio Vargas (1995a, p.358), a propósito, registrou em seu diário o desconforto do nosso biografado: “retirado temporariamente da política, um tanto magoado, mais pelas aparências que pela realidade”. Não escreveu sobre o que conversaram, mas deu certo. Iniciados os trabalhos do Senado Federal, José Américo estava lá, e foi assíduo. Os dois continuaram tratando da possibilidade de que fosse ele o chefe da câmara alta do país, discutiram isso no almoço de 25 de fevereiro e depois no dia 25 de março. Nessa última oportunidade, com uma decisão de José Américo, “que veio agradecer o desejo por mim manifestado de fazê-lo presidente do Senado, que já julgava vitoriosa a sua candidatura, e que isso o satisfazia, desistindo da mesma para não me criar dificuldades” e seguia considerando a alternativa que fora proposta pelo presidente da Câmara, o mineiro Antonio Carlos: “o futuro presidente do Senado deveria ser o Medeiros Neto, para que

³⁴A *União*, 18 jan. 1935, p.1.

³⁵Conforme registro do diário de Getúlio Vargas (1995a, p.360).

essa alta função fosse dada a um representante do Norte” (VARGAS, 1995a, p.386).

Assim aconteceu. Nas primeiras sessões da casa, procedeu-se a escolha do presidente com apenas 22 dos 42 eleitos pelos estados e Distrito Federal. Nessa ocasião, foi agraciado Medeiros Neto, do Partido Social Democrático da Bahia, com 21 votos. Um único voto destoante foi dado a José Américo, provavelmente de algum senador descontente com aquela fórmula e que já se sabia minoria. O mesmo aconteceu com a vice-presidência, que perdeu para Antônio Simões Lopes. No mês seguinte, tomaria a palavra pela primeira vez no salão principal do Palácio Monroe³⁶. As manchetes do jornal noticiariam “O Brasil é um país por organizar”³⁷. Ele clamava aos senadores e deputados por esforço conjunto, de oposição e situação, para que deixassem de elevar os possíveis equívocos do Governo Provisório e se unissem no entorno da causa política maior de empreender as reformas necessárias para a modernização do país. Esse projeto, mais do que tudo, exigiria integração de todas as partes, sobretudo dos ministérios – coisa que, dizia ele, faltara na gestão dos anos anteriores³⁸.

José Américo seguiu seus trabalhos no Senado. Foi particularmente conturbada a sessão de 19 de julho de 1935. A discussão começou com a votação do deputado baiano Artur Ferreira da Costa quanto ao projeto do também baiano João Pacheco de Oliveira, vetado pelo presidente da República. Tratava-se da abertura de crédito especial para o combate ao banditismo no Nordeste. O argumento do veto, nas palavras do presidente: “Não é guerra civil (para se tratar de intervenção), nem invasão de um estado pelo outro, nenhum caso que se afigure de intervenção federal, de que, aliás, o projeto não cogita, restrito como ficou ao auxílio financeiro para a campanha contra o banditismo”. Era um impasse para os baianos, sobretudo se considerado o empenho do governador Juraci Magalhães no combate ao cangaço. José Américo pediu a palavra em desacordo com o palestrante. Ele entendia que esses recursos sairiam das obras contra as secas, uma perturbação no orçamento. O combate ao banditismo deveria ser feito com obras de interconexão, dinamizando a economia e ampliando o poder do Estado. Daí teve início uma longa querela envolvendo outros parlamentares vinculados ou não ao projeto³⁹.

Juarez Távora decidira retornar à sua carreira militar na patente de capitão, a mesma de antes do movimento tenentista de 1922. Foi nomeado fiscal administrativo do Batalhão e Primeiro Engenheiro de Estradas e Rodagens do Paraná de Santa Catarina

³⁶Anais do Senado Federal (1935, Livro I).

³⁷*Diário de Notícias*, 19 mai. 1935, p.1.

³⁸Anais do Senado Federal (1935, Livro I, p.177-188).

³⁹Anais do Senado Federal (1935, Livro III, p.71).

(CER-PR/SC). Nesse posto, ficou encarregado de informar as autoridades competentes do andamento das obras que estavam sendo realizadas pelo governo federal naquelas localidades e assim o fez, apurando que os gastos andavam ultrapassando em muito o crédito especial destinado a elas. Ele teria escrito, então, ao comandante do Batalhão, Tenente-Coronel Manuel Tibúrcio, dando notícias do que encontrara e pedindo que repassasse as informações ao diretor de Engenharia do Exército e ao ministro de Viação e Obras Públicas Marques dos Reis. Assim ele o fez e esses, tomando conhecimento, falaram ao ministro da Guerra e ao presidente da República, “que determinou a abertura de inquérito administrativo, para apurar a situação em que encontrava a CER e individualizar responsabilidades pela mesma” (TÁVORA, 1974, p.127).

A notícia foi recebida com indignação por algumas figuras e, particularmente, pelo Coronel Luís Afonseca, que fora até então comandante do Batalhão. A imprensa tomou partido condenando Juarez Távora. José Eduardo de Macedo Soares, diretor do *Diário Carioca*, que o acusava de por em xeque a honorabilidade de seus camaradas. Mais do que isso, associaria aquele inquérito a um propósito pessoal do capitão-tenente de atingir o ex-ministro de Viação e Obras Públicas José Américo, “que, na verdade, nada tinha a ver com o caso”. Essa polêmica decerto se nutria muito dos conflitos entre os dois personagens e mostrava a fragilidade que se afetava a unidade daqueles estados outrora entendidos como Bloco do Norte, então marcados por uma série de rachaduras – José Américo colecionava pelo menos dois, Juarez Távora e Carlos de Lima Cavalcanti – implicando em deslocamentos para as suas lideranças e outra configuração para os acordos políticos em âmbito local e nacional (TÁVORA, 1974, p.128).

Ainda em meados de 1935, outro estranhamento afetou as relações do nosso personagem com Argemiro de Figueiredo. Em seu pouco tempo de eleito, no momento da organização do governo, esse deu espaço a opositores do grupo político que o elegeu – a grita maior eram os chefes sertanejos outrora inimigos de João Pessoa. Conforme Martha Falcão Santana (2000, p.156), teria sido estabelecida uma “correlação de forças entre o urbano e o rural, entre os bacharéis e profissionais liberais da cidade e os coronéis do campo” que constituiriam uma base política – o “argemirismo” – que viria a sobrepor a chefia política outrora exercida pelo “americismo”. A autora então explica, “O fato é que, apesar de sua posição conciliadora de outrora, José Américo discordava dessa fórmula política e se afastou, cada vez mais, do governador eleito”. Eu penso que os motivos da ruptura ultrapassam o limiar das nomeações, sobre as quais pesavam críticas semelhantes às outrora feitas ao próprio José Américo.

Duas cartas dão a medida de como as coisas aconteceram. No dia 1º de agosto, José Américo escreveu a Argemiro de Figueiredo transmitindo a ele a chefia do partido. Não fazia sentido, dizia ele, continuar conduzindo aquela instituição de longe. E seguia tratando da formação do governo de seu interlocutor. Teria ele mantido distância, mas bem sabia que amigos transmitiram algumas de suas opiniões, que foram parcialmente acatadas e que teria ele relevado a escolha de outras contraindicadas. Mas não podia admitir a escolha de alguns nomes e era por isso que anunciava seu rompimento e sua renúncia do Senado⁴⁰. A resposta foi uma longa carta explicando os sentidos de cada nomeação, como estavam relacionadas a pactos firmados durante as eleições e, em tom de respeito, dizia-se harmônico com as orientações do ex-ministro: “Estou convicto e seguro que não pequei em minha lealdade de correligionário, não diminuí o sentimento da gratidão que devo ao sr., nenhuma vez me descuidei de seus direitos de chefe, nem depreciei por atos de voluntário desacerto aos meus deveres com o estado”⁴¹.

A decisão do ex-ministro de renunciar ao posto de senador já estava sendo pensada fazia algum tempo. Getúlio Vargas registrou em seu diário, entre os dias 25 e 26 de junho daquele ano, um pedido do nosso personagem para que ele o nomeasse ministro do Tribunal de Contas da União. Em resposta, o presidente prometeu o cargo, submetendo a indicação ao Senado Federal. José Américo deixava o posto de senador, em meio aos conflitos políticos de seu estado e na esfera nacional, com apenas três meses de serviços no Palácio Monroe. A intenção era se afastar da política profissional, ainda que recorresse a ela para alcançar o posto que ora pleiteava. Na revista *Careta*, um desenho de Storni satirizava a retórica do então ex-senador em sua “abnegação” da vida política, jogava luz sobre as vantagens do novo cargo:

⁴⁰Carta de 1º abr. 1935, de José Américo a Argemiro de Figueiredo (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).

⁴¹Carta de 19 ago. 1935, de Argemiro de Figueiredo a José Américo (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).



Figura 42: Charge na revista *Careta* sobre a renúncia de José Américo do Senado
Fonte: *Careta*, 17 ago. 1935, p.27.

A nomeação saiu no dia 18 de julho. Os acontecimentos desse ano representavam também uma última pá de cal sobre o Bloco do Norte. Estariam afastados da linha de frente da política nacional as suas maiores lideranças – Juarez Távora em função secundária na ordem do Exército e José Américo “arquivado” no Tribunal de Contas da União, como anotaria o presidente Getúlio Vargas no diário em outra oportunidade⁴².

6.2 Do Tribunal de Contas da União à pauta da sucessão presidencial

A renúncia ao posto de senador era, em certa medida, consequência de uma série de desentendimentos do nosso personagem com a sua base de apoio político, sobretudo no chamado Bloco do Norte. Havia rompido relações com Carlos de Lima Cavalcanti, governador de Pernambuco, depois com Juarez Távora, o chamado “vice-rei do Norte” e importante liderança política no Ceará, e finalmente, com Argemiro de Figueiredo, governador da Paraíba. Inegavelmente, ele seguia como um nome forte na região, em razão dos altos postos em que estivera, de suas sociabilidades na Capital Federal e da simpatia que conquistara da população sertaneja em sua campanha no ministério, mas também dispunha de posição complicada com os quadros partidários. De toda maneira, entre os líderes da Revolução de 1930, Juraci Magalhães, governador da Bahia, foi um dos que seguiram fiéis ao seu lado. Na ocasião que soube de sua decisão de se afastar do Senado Federal, ele escreveu uma carta afetuosa ao seu amigo de alguns anos:

⁴²*Diário Oficial da União*, 26 jul. 1935, p.16274.

Meu caro José Américo:

Há dias estou para lhe escrever. Seria talvez desnecessário manifestar-lhe meu pesar pelo seu afastamento da atividade política, porém me permito significar-lhe a esperança de que essa resolução seja temporária e que você volte a participar ativamente da sorte dos destinos nacionais.

Entre nós não há lugar senão para a sinceridade. Homem de eleição como você não pode ficar como assistente de um drama perigoso, que tal o brasileiro. O país precisa de seus serviços. Aposente-se você embora, eu, de mim, não prescindirei de seus conselhos e orientação em todos os momentos difíceis de minha vida política⁴³.

Datada do dia 8 de agosto de 1935, a missiva decerto tinha o propósito de confortar o destinatário que a pouco tomara uma decisão difícil na sua trajetória política. Juraci Magalhães era habilidoso nessa tarefa. Escreveu a carta de próprio punho, tratou o interlocutor por “você” e não poupou intimidades ao longo do texto, falou da relação de amizade que construíram, disse da importância do ex-ministro como um conselheiro de sua atuação política – e nesse ponto exagerava no tom em um esforço para confortar o amigo – encerrou com recomendações para D. Alice. Era sinal de que o estreitamento de laços se estendera para as famílias. Além disso, não deixou de elogiar os últimos trabalhos como escritor – as duas novelas *Coiteiros* e *O Boqueirão* – cuja leitura lhe agradara bastante, e cobrava-lhe um novo romance.

No que tangia às esperanças de que não deixasse a política profissional, no entanto, seu argumento não parecia retórico. Apesar das dissidências, era José Américo um articulador político importante para a região, sobretudo depois do afastamento de Juarez Távora. Mais do que isso, talvez fosse um dos nomes mais apropriados para concorrer ao posto de presidente da República nas eleições de 1938. Tê-lo afastado da arena pública, nesse sentido, implicava em perder espaço no cenário nacional, como ele sugeria na passagem “homem de eleição como você não pode ficar como assistente de um drama perigoso”, provavelmente como referência aos conflitos com as oligarquias, aos desentendimentos entre os revolucionários e à sua posição ambígua em relação a Getúlio Vargas. Decerto o governador baiano, ao reivindicar a importância das ideias e da autonomia do amigo, se ressentia do desmoronamento do Bloco do Norte.

Ainda em 26 de junho de 1935, depois de receber a carta de Getúlio Vargas prometendo indicá-lo para o Tribunal de Contas da União, José Américo o advertiu das

⁴³Carta de 8 ago. 1935, de Juraci Magalhães a José Américo (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).

notícias de uma conspiração para um movimento subversivo que se planejava. Ele teria sido informado das conspirações por militares da Paraíba, onde se achava no momento. Não era a primeira pessoa que alertava o presidente. Flores da Cunha, em um telegrama, também já havia dito de suas desconfianças de uma possível conspiração generalizada em todo país⁴⁴. Acontecia que, naquele ano, duas frentes políticas tomaram fôlego em âmbito nacional. A primeira delas foi a Ação Integralista Brasileira, fundada por um grupo de intelectuais e políticos simpáticos aos ideais fascistas ainda em 1932, com destaque para Gustavo Barroso, Miguel Reale, mas principalmente Plínio Salgado. A organização ganhara novos adeptos nos últimos tempos (BERTONHA, 2018).

Em contraposição a essa escalada do pensamento autoritário, à qual o presidente e seus ministros – incluindo José Américo – também mostravam alguma simpatia, foi fundada em março de 1935 a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Na ocasião do seu lançamento oficial, por sugestão do jovem jornalista Carlos Lacerda – naquele tempo, ligado ao Partido Comunista – Luiz Carlos Prestes foi aclamado presidente de honra da instituição. Vendia-se a ideia, na época, de que o “Cavaleiro da Esperança” estava exilado em Barcelona, na Espanha. Todavia, àquela altura, já havia desembarcado no Brasil. Estava a serviço da União Soviética, clandestino, escondido no Rio de Janeiro, à espera de uma oportunidade para deflagrar a Revolução Comunista (REIS, 2014).

Em meio a esse contexto de polarização, o governo conseguiu a aprovação da Lei de Segurança Nacional no Congresso. Tratava-se de um corpo legal que definia e conferia penalidades especiais para os crimes considerados como atentados à ordem social no país. Enquanto isso, discursos e ações da ANL assumiam um tom mais radical. Em um manifesto, o líder comunista conclamou a população para combater o fascismo e o “governo odioso” de Getúlio Vargas. A resposta foi o fechamento da instituição e o impedimento de manifestações em julho de 1935. Apesar disso, os comunistas seguiram as articulações para um movimento revolucionário planejado para os meses seguintes. Em 23 de novembro, surpreendidos por uma insurreição popular que estourou em Natal, no Rio Grande do Norte, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) deflagrou a revolta que deveria ter adesão de setores das forças armadas. Mas o apoio não veio como esperado. Os revolucionários em ação ficaram isolados. No dia 27, a insurreição estava debelada, Luiz Carlos Prestes e outros restaram foragidos até que foram presos (REIS, 2014).

Ainda no dia 25 de novembro, usando o movimento comunista por argumento,

⁴⁴*Diário de Getúlio Vargas* (1995a, p.399).

Getúlio Vargas pediu autorização ao Congresso Nacional para decretar estado de sítio por trinta dias em todo o território nacional. Apesar das manifestações em desacordo por parte da oposição, a base governista conseguiu a sua aprovação em caráter de urgência, passando a vigorar já no dia seguinte. Entre 17 e 18 de dezembro, o estado de sítio foi revogado temporariamente para que fosse votada o Projeto de Emenda Constitucional que tornaria possível decreto de estado de guerra em caso de grave ameaça subversiva⁴⁵. No final daquele mês, o estado de sítio foi prorrogado por mais noventa dias, até que em 21 de março de 1936, foi votada e aprovada a autorização para que passasse a vigorar o estado de guerra⁴⁶. E assim, o presidente da República seguia governando sem respeito aos direitos civis e políticos. Também nesse cenário, se tornou mais forte na opinião pública a ideia de que se dependesse dele não haveria eleição presidencial em 1938.

No segundo semestre do ano de 1935, José Américo apareceu poucas vezes nos noticiários da imprensa. A julgar pelos jornais consultados nessa pesquisa – *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *A União* – ele não fez pronunciamentos, deu declarações ou concedeu entrevistas, salvo uma conferência proferida na rádio em companhia de Osvaldo Aranha, Pedro Ernesto e Gustavo Capanema no dia 29 de setembro, com o propósito de contar como se dera o movimento revolucionário de 1930 nas diferentes regiões do país, mas sem maiores considerações sobre os acontecimentos políticos do seu momento atual. Ao que tudo indica, nosso personagem havia mudado de estratégia. Se depois da sua renúncia do cargo de ministro de Viação e Obras Públicas, ele estivera empenhado na escrita de um relatório e de duas novelas, para além das declarações aos jornalistas, tudo com o propósito de dar notícia de seu trabalho de administrador público e de assistência às populações atingidas pelas estiagens, nesse novo momento, sua ideia parecia ser mesmo a de manter-se em silêncio.

Iniciadas as suas funções no Tribunal de Conta da União, uma de suas primeiras atribuições foi a relatoria do contrato firmado entre o governo federal e a Pan American Airways Inc. para a construção do Aeroporto do Rio de Janeiro. Não há informações quanto às razões da sua escolha para a elaboração do relatório, talvez o motivo seja de natureza técnica, recém-ingresso na instituição, certamente era o mais disponível para assumir essa tarefa, mas também é possível que esse caso tenha chegado às suas mãos

⁴⁵De acordo com a Constituição de 1934, o estado de sítio autorizava as seguintes medidas de exceção: desterro para outros pontos do território nacional; prisão em edifícios não destinados a crimes comuns; censura de correspondências e publicações; suspensão das liberdades de reunião e tribuna; busca e apreensão em domicílio. Quanto ao estado de guerra, todas as garantias constitucionais que atrapassem o conflito em questão são suspensas, o documento não as especifica (BRASIL, 1934, art. 161, 175).

⁴⁶Verbete “Estado de Sítio”, de autoria de Sérgio Lamarão (ABREU, 2010).

devido à sua trajetória política. Tendo sido titular da pasta de Viação e Obras Públicas, ele não só conhecia como devia ter particular interesse no caso. Em todo caso, no voto, defenderia que a competência dos ministros daquela instituição, como o seu caso, era de “cooperação das atividades governamentais”. Não competia a eles opinião de natureza política, que deveria ser deixada para o Congresso Nacional. A missão seria, portanto, avaliar a rentabilidade do negócio e as circunstâncias do contrato com o objetivo máximo de bem servir ao interesse público⁴⁷.

José Américo reafirmaria muitas vezes em suas declarações e em suas memórias a ideia de que assumir o posto de ministro do Tribunal de Contas da União significava deixar a política profissional de lado. Isso não era de todo verdade. Aquela instituição também atendia a propósitos políticos, tanto que a escolha de seus membros dependia de uma indicação do presidente e confirmação do Senado Federal. Mas decerto que essa não era uma função que tinha o envolvimento na política *stricto sensu* que havia nos postos eletivos e no cargo de ministro de Estado. Ficaria, dessa forma, a uma distância confortável da opinião pública, mas ainda assim, contando com uma função de prestígio que permitiria, se quisesse, seguir participando, nos bastidores, da vida política estadual e nacional. Contudo, pelo menos por enquanto, não parecia ser esse o seu desejo.

Outro discurso contundente em defesa da moralidade pública, como ele gostava de enfatizar, e que também ganhou alguma visibilidade na imprensa, se deu em um processo que envolvia os funcionários do TCU. Uma reforma administrativa havia sido realizada no ano anterior e dois funcionários que se sentiram lesados com o final dos seus contratos solicitaram intervenção da suprema corte. O tribunal, no entanto, reagiu a essa decisão. José Américo, relator do processo, alegava que, de acordo com o art. 100 da Constituição de 1934, aquela instituição era autônoma para estabelecer suas próprias regras de funcionamento. Mais uma vez, a ideia de que o bem público estaria acima dos interesses individuais era reafirmada pelo nosso personagem como um valor que lhe era caro⁴⁸. Ao longo do ano de 1936, José Américo participou do julgamento de 2.434 processos no tribunal, que deveria tomar muito de seu tempo⁴⁹. Apesar disso, jornalistas especulavam que ele estaria interessado em escrever um livro de memórias⁵⁰.

Mesmo com seu propalado afastamento da política profissional e recolhimento provisório da arena pública, o biografado continuou a ser citado na imprensa durante

⁴⁷Correio da Manhã, 1 set. 1935, p.2.

⁴⁸Correio da Manhã, 9 abr. 1936, p.2.

⁴⁹Correio da Manhã, 26 jan. 1937, p.13.

⁵⁰Correio da Manhã, 7 abr. 1936, p.6.

algum tempo. O seu tempo no Ministério de Viação e Obras Públicas era um assunto recorrente nos jornais, fosse como ponto de referência do que seria uma boa gestão da pasta ou como instrumento para condenar as arbitrariedades do Governo Provisório⁵¹. Outro motivo recorrente para a menção ao seu nome foi a eleição do seu sucessor no Senado – especulava-se qual seria o nome mais indicado, quem o partido situacionista iria escolher para concorrer ao pleito e se o ministro do TCU estaria mesmo alheio a qualquer decisão. Vários nomes foram cogitados na imprensa: Virgínio Veloso Borges, Otacílio de Albuquerque, João Pereira de Castro Pinto. Chegou-se a falar dos benefícios de uma candidatura de Epiácio Pessoa. Mas esse, afastado da política e do país fazia muito tempo, parecia muito pouco interessado no posto eletivo. As eleições ocorreram no dia 12 de janeiro de 1936, oportunidade na qual foi escolhido o advogado e jornalista Francisco Duarte Lima⁵².

No primeiro trimestre de 1936, houve um esforço de rearticulação política do Bloco do Norte. Juarez Távora (1974), em seu livro de memórias, transcreveu algumas das correspondências que trocou com Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti, governadores da Bahia e de Pernambuco, na tentativa de constituir uma agenda política comum da região, sobretudo no que concernia à sucessão presidencial. A esse respeito, avaliava o “Vice-Rei do Norte”:

Sente-se, hoje, no Brasil, a existência, embora ainda caótica, de fatos morais e psicológicos capazes de contrastar, em determinadas circunstâncias, com a vontade arbitrária dos governos. É questão de aparecer um líder com alguma inteligência e bastante audácia, para senti-los, coordená-los e impulsioná-los, num sentido objetivo.

Vivemos numa época de surpresas; e esse “Salvador do Brasil” poderá aparecer de um momento para outro, chamando à realidade todos aqueles a que repugnarem, por igual, o avanço, até a aventura dos “esquerdismos” e o recuo à estagnação do “reacionarismo” e do passado.

Isso é mera hipótese, baseada, entretanto, sobre uma premissa seguramente certa: teremos de avançar, de qualquer forma, se não quisermos desaparecer do mundo moderno, como nação democrática⁵³.

Os três seguiam, portanto, o imaginário do programa revolucionário como sinal do progresso nacional, mas falavam de uma “nação democrática”, o que sugere a urgência não só da escolha de um candidato, mas da certeza de que fosse um nome adequado à

⁵¹Conforme notícias que citaram José Américo no *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*.

⁵²*Correio da Manhã*, 15 jan. 1936, p.4.

⁵³Carta de 8 mar. 1936, de Juarez Távora a Carlos de Lima Cavalcanti e Juraci Magalhães (TÁVORA, 1974, p.142).

permanência do projeto político em vigência e, principalmente, do espaço conquistado pelos líderes nortistas no poder central.

Mais ou menos essa época, o jornalista Mariano Martins, no artigo de *A Gazeta*, um jornal do Ceará, sugeriu a candidatura de José Américo para a eleição de 1938. Essa possibilidade certamente não estava entre as opções consideradas por Juarez Távora e Carlos de Lima Cavalcanti – o ministro não foi mencionado nas cartas e era desafeto de ambos. Mas também não era um sujeito improvável, tratava-se de um dos líderes da Revolução de 1930, que mantinha boas relações com o presidente e outros nomes do governo e da oposição. Tanto foi assim que o *Correio da Manhã* deu visibilidade a esse “lançamento” em uma nota publicada no dia 3 de março⁵⁴. Em todo caso, a notícia da possível candidatura do intelectual paraibano mais parecia uma espécie de laboratório para avaliar o impacto que ela teria entre os quadros políticos e na opinião pública.

Em concomitância a isso, cresceram as especulações quanto às posturas do governador Argemiro de Figueiredo na Paraíba. A oposição acusava nosso personagem pelas decisões daquela gestão – nomeando para funções importantes os membros das mais antigas oligarquias do estado, opositores de João Pessoa e da Revolução de 1930. Corria o boato de que ele estaria, em silêncio, orquestrando tudo, arbitrando as decisões dos políticos daquela localidade. Em resposta a essas provocações, no final de abril, José Américo decidiu quebrar o silêncio no qual se mantinha e deu uma declaração ao *Correio da Manhã*. Ao final do expediente no tribunal, interpelado por um jornalista, ele declarou: “Não é verdade que me encontre à sombra da situação dominante (...) desde o dia de minha renúncia na vida partidária não tive mais nenhuma participação nos destinos públicos da Paraíba”. Além disso, dizia estar elaborando uma resposta conjunta a todos os seus difamadores⁵⁵.

A despeito disso, ele contava seguir conversando com o presidente da República e outras lideranças da arena nacional, como Juraci Magalhães, que insistia a necessidade dele para garantir a continuidade da ordem política revolucionária, mas não citou o tema que tinham em comum e nem explicou exatamente a razão dessa propalada importância. Mas ao que tudo indica, como era comum no início de 1936, essas conversas deviam circundar o combate ao comunismo e a vigência do estado de sítio. Em sua entrevista, nosso personagem mostrou-se preocupado antes com a “ordem política revolucionária” que com a permanência do regime constitucional. Isso não era de todo uma novidade e

⁵⁴*Correio da Manhã*, 3 mar. 1936, p.4.

⁵⁵*Correio da Manhã*, 1º mai. 1936, p.3.

não deixava de atestar a manutenção de um alinhamento com o presidente e com uma proposta para saída autoritária para a crise, mas isso só até certo ponto⁵⁶.

Desde que fora debelado o Levante Comunista e decretado o estado de sítio, constituiu-se um regime de perseguição e prisões políticas a figuras suspeitas de integrar o movimento. Foram criados o Tribunal de Segurança Nacional e a Comissão de Repressão ao Comunismo. Devido ao trabalho desses órgãos, além da perseguição dos efetivos líderes do movimento, foi decretada a prisão de quatro deputados federais e um senador no dia 23 de março de 1936. Em 3 de abril, foi a vez de Pedro Ernesto, prefeito do Distrito Federal. Pesava contra eles a acusação de participar do movimento. Na lista dos perseguidos, esse com maiores evidências de envolvimento no movimento, também estava Eliezer Magalhães, irmão do governador da Bahia (MOURELLE, 2019).

Flores da Cunha se preocupou com a circunstância da prisão de Pedro Ernesto. Thiago Mourelle (2019) conta de uma reunião que ele organizou no *Jockey Club* com lideranças como o deputado gaúcho João Carlos Machado e Batista Luzardo, na qual apareceram posteriormente José Américo e o ministro da Fazenda Artur de Sousa Costa. Ao final da reunião, a bancada gaúcha teria lançado uma nota apontando a preocupação em salvaguardar o poder legislativo, apesar de apoiarem o governo na perseguição dos revoltosos. Essa posição ambígua é ilustrativa de como as lideranças revolucionárias de outrora se deslocavam em relação à escalada autoritária do governo um ano depois de aprovada a Constituição de 1934. Seguiam ao lado do governo, mas desconfiavam da condução das prisões políticas e do estado de sítio. Talvez porque com a denúncia do prefeito carioca, um “tenente civil”, outrora presidente do Clube 3 de Outubro, apontava a subjetividade na ação policial, poderiam eles próprios serem vítimas de perseguições.

Aspásia Camargo *et al* (1989) interpretam a atitude do governador e deputados gaúchos como uma reação à sobreposição das forças militares sobre os poderes civis. Em todo caso, esse era um momento delicado para a organização política nacional. Conforme Rafael Lapuente (2017), depois de eleito governador, Flores da Cunha não só agia com maior autonomia como também passou a se desentender com o presidente. Essa carta certamente era produto do acordo que ele fizera com a Frente Única Gaúcha, até então na oposição, em princípios de 1936, antes do qual seria difícil pensar uma

⁵⁶Juraci Magalhães, nessa ocasião, escreveu uma carta de solidariedade ao presidente, em que tratou dos riscos dos extremismos na política brasileira – falava do comunismo e do fascismo. Até esse momento, portanto, ao que tudo indica, os três estavam alinhados em uma posição comum, mas isso mudaria com o tempo, ao passo em que a revolta foi tomando novos contornos. Carta de 26 jun. 1935, de Juraci Magalhães a Getúlio Vargas (Arquivo Pessoal Getúlio Vargas. CPDOC/FGV).

posição comum entre ele e Batista Luzardo. Essa união, conforme o autor, era um passo importante para garantir forças para a sucessão presidencial, porque enfraquecia o poder de controle sobre a cena pública no estado de origem de Getúlio Vargas. Mas também não era momento para enfrentamentos diretos com o presidente, o esforço era pressionar suas atitudes com o jogo de forças, no qual a bancada gaúcha tinha um peso enorme.

O que nos interessa entender, particularmente, é a presença de José Américo nesse encontro. O nosso personagem, ao que tudo indica, mantinha boas relações com Batista Luzardo, com quem convivera nos preparativos da Revolução de 1930. Também deve ter partilhado de algumas reuniões com Flores da Cunha, no tempo em que esse fora interventor e ele ministro. Nosso biografado diz, em suas memórias, que ao longo daquele ano, os dois se frequentaram bastante⁵⁷. Rafael Lapuente (2017) conta que esse foi um momento no qual o governador gaúcho e a FUG propunham uma conciliação com as oposições também nos demais estados, certamente visando um grande acordo para a sucessão presidencial. O autor de *A Bagaceira* decerto interessava na discussão na medida em que fora ele, anos antes, um dos defensores ferrenhos da proposta de um Partido Nacional. Era como se de alguma maneira as discussões estivessem articuladas, a defesa dos deputados e do prefeito preso e a pauta das eleições em janeiro de 1938.

José Américo, ainda assim, era uma figura que mantinha relação constante com o presidente. Em suas memórias, dizia “o grande amigo (...) não me perdia de vista”⁵⁸. Getúlio Vargas também registrava esses encontros em seu diário, mas escrevia que o interesse do encontro era do ministro. E a partir dessa posição, ele tentaria arbitrar as perseguições políticas em curso. A prisão de Pedro Ernesto havia sido solicitada pela Comissão de Repressão ao Comunismo ao Ministro da Justiça no início daquele ano. Naquela ocasião, Vicente Rao achou que essa uma ideia despropositada. Em resposta, no dia 6 de março, os membros da comissão ameaçaram pedir demissão. José Américo e Medeiros Neto, em acordo com Juraci Magalhães, tinham desde algum tempo as suas desconfianças com a postura que as forças armadas estavam tomando no caso. Tanto foi assim que os dois primeiros, no dia 19 de fevereiro, teriam enviado mensagens para Getúlio Vargas, por meio de pessoas de confiança, alertando que o General João Gomes Ribeiro Filho, ministro da Guerra, iria até ele exigir a exoneração de funcionários civis acusados de comunismo. Talvez tenham feito isso para preparar o presidente para a sua possível resposta ou apontar a sua comum posição contrária (VARGAS, 1995a, p.479).

⁵⁷Conforme entrevista concedida a Aspásia Camargo *et al* (1989, p.260).

⁵⁸Conforme José Américo registrou em *A Palavra e o Tempo* (1985[1965], p.10).

Poucos dias depois, dia 7 de março, Getúlio Vargas relatou em seu diário que José Américo, outra vez, o procurou: “Para prevenir-me que o pedido de demissão da Comissão de Repressão ao Comunismo era sinal de um movimento militarista, ou antes, pretexto para este, sob o fundamento de que o governo [não] agia”. Em decorrência desse alarde, o presidente seguia contando que teria mandado chamar o ministro da Justiça para uma conversa, e esse teria lhe contado do ocorrido em sua reunião com a comissão: “Disse-me que estava intransigente e mal-humorada, querendo impor seus pontos de vista e dirigir o governo, em vez de auxiliá-lo”. O autor, ao escrever o trecho, nesse momento, queria dar a entender que a ação da polícia política não estava sob o controle dele⁵⁹. Era como se a sua posição no caso estivesse mais próxima, e ele associa a notícia à atitude, de como pensava José Américo (VARGAS, 1995a, p. 493).

No diário, a sensação que o presidente quase sempre oferece é que ele estaria, todo o tempo, tentando equilibrar as atitudes e os interesses dos aliados. E dessa forma, ele se isentava da responsabilidade de escolha. Essa também deveria ser postura que ele apresentava para a maioria dos seus aliados nas cartas e audiências que tinha com eles. Essa imagem certamente foi acreditada por algumas pessoas, e mesmo entre os que não acreditavam, era preciso negociar sempre com a representação que ele construía de si mesmo. José Américo certamente teve de lidar bastante com essa postura dúbia do chefe da nação. Fosse por acreditar em suas boas intenções ou para pressioná-lo a tomar a atitude que julgava mais sensata, o fato é que o ministro sempre recorria ao chefe para alertá-lo dos excessos nas perseguições. De toda forma, no mês seguinte, Vicente Rao mudou de posição, passou a achar “conveniente, para o prestígio do governo na opinião pública, a prisão do prefeito Pedro Ernesto”. Getúlio Vargas concordou. Assumia assim, no texto do diário, sua chancela às posições da polícia política, o que o afastava de aliados históricos, sobretudo os tenentes. Esses nutriam desconfianças que o líder não pretendia deixar o cargo e não pouparia saídas autoritárias (VARGAS, 1995a, p. 484).

Pedro Ernesto havia se tornado um político com grande recepção popular em sua administração, primeiro enquanto interventor e depois como prefeito eleito, da cidade do Rio de Janeiro. O investimento em saúde, educação e assistência implicaram em uma mudança na qualidade de vida da população, em particular dos trabalhadores e das trabalhadoras. Àquela altura, a imprensa falava do seu nome, e de outros, como possível

⁵⁹Conforme caracterização da prática de escrever o diário por Philippe Lejeune (2005), o diário é um conjunto de escritos feitos a cada dia, via de regra, sem continuidade de sentido. Mas devemos ter em mente que, em se tratando de autor político como Getúlio Vargas, havia intenções na produção desse texto, como a sua provável publicização posterior, que precisa ser levada em conta (D’ARAÚJO, 1996).

candidato à Presidência da República. A perseguição política e consequente prisão desse personagem, portanto, poderia ser considerada uma estratégia para queimar a possível candidatura. Mas não era tudo. Thiago Mourelle (2019) argumenta que a perseguição ao comunismo era usada pelos órgãos de polícia para destituir do cargo e da cena pública figuras importantes do país que ameaçassem o poder pessoal do presidente, bem como os desafetos de Góis Monteiro e Filinto Müller, como era o caso do prefeito carioca.

Em meados de 1936, o tema da sucessão presidencial passou a ocupar a agenda política nacional de maneira mais constante. Flores da Cunha foi dos primeiros a pautar o assunto com insistência nos bastidores da política nacional. Rafael Lapuente (2017) conta que a aposta inicial do gaúcho seria o líder mineiro Antonio Carlos, mas não era sua única opção. Entre os dias 6 e 8 de setembro, o presidente fez registro em seu diário dos “acordos e conspirações” que o governador do Rio Grande do Sul andava fazendo: “O Flores [da Cunha], depois de tentar as candidaturas Armando Sales, Medeiros Neto, José Américo e outras, e nada conseguir, aliou-se aos adversários mais odientos do governo – perrepistas, [Artur] Bernardes, [Otávio] Mangabeira etc.”. Essa oposição no interior do seu estado natal ameaçava não só uma possível continuação do presidente no cargo, também seu poder de decisão quanto ao nome que iria sucedê-lo. E mais, o momento em que essa escolha deveria ser feita (VARGAS, 1995a, p.541).

Essas articulações foram, assim, entendidas pelo presidente como tentativa de conspiração. Getúlio Vargas e Góis Monteiro, em reação a esses movimentos, fizeram investidas para desarticular o poderio militar do governador. O general tinham desafetos com ele de longa data, pelo menos desde os tempos do Clube 3 de Outubro. Mas tudo ficou mais sério depois que Flores da Cunha denunciou a tentativa do então ministro da Guerra de concorrer à Presidência da República em 1934. A polêmica rendeu um pedido de demissão do militar daquele cargo. Nesse momento, portanto, a estratégia era retirar figuras próximas do governador gaúcho dos cargos mais importantes do Exército. Essas investidas foram entendidas como uma ameaça de uma possível ação militar que o tirasse do posto – como uma intervenção militar no estado – de forma que, em reação, também ele foi se munindo de homens e armas (LAPUENTE, 2019).

Mas não seria o único a insistir na pauta. Os governadores de São Paulo e da Bahia, assim como outros políticos, também andavam fazendo articulações por nomes de suas regiões. Até aquele momento, a proposta prioritária circulava a possibilidade de um candidato único, que não desse margem para acordos com opositores do ideário da Revolução de 1930. Na contramão desse esforço, no final de junho, Getúlio Vargas

incumbiu Vicente Rao, ministro da Justiça, e Agamenon Magalhães, do Trabalho, de sondarem os líderes dos maiores estados quanto à possibilidade de adiar as eleições, prorrogando os mandatos dos governadores e do presidente. O argumento era que os propósitos revolucionários não estavam seguros. Quando procurado, Juraci Magalhães, segundo disse em suas memórias, não teria dado qualquer resposta e marcou audiência com o presidente. Getúlio Vargas, para despistá-lo, teria dito “essa é uma ideia que eu só poderia desenvolver com o consenso dos amigos do teu porte. Se pensas em vetá-la, já a considero afastada” (MAGALHÃES, 1996, p.179).

A consulta, conforme Aspásia Camargo *et al* (1989), também teve negativas de Carlos de Lima Cavalcanti, de Pernambuco, Protógenes Guimarães do Rio de Janeiro, Armando Sales de São Paulo e Flores da Cunha do Rio Grande do Sul. Enquanto isso, uma parcela significativa da elite paulista fazia seus encaminhamentos para lançar a candidatura de Armando de Sales Oliveira, tivesse ou não o apoio do Palácio do Catete. Eram oferecidos jantares e reuniões com políticos no propósito de angariar apoio para a campanha. Getúlio Vargas, todavia, não confiava no governador e nem na elite paulista. Ele registrou as desconfianças em várias passagens do diário. Em 25 de janeiro de 1936, nas comemorações da fundação de São Paulo, “Armando Sales fez um bom discurso”, contudo, “notei que não houve referências ao presidente da República”. A vitória de um candidato paulista poderia ameaçar o projeto revolucionário de 1930, na medida em que permitiria, mais uma vez, que cafeicultores e comerciantes daquele estado tomassem o poder em favor de seus próprios interesses (VARGAS, 1995a, p.472).

O presidente adiou um posicionamento quanto à sucessão presidencial o quanto foi possível. Em carta a Osvaldo Aranha, declarou que não se posicionaria até janeiro, seria o tempo dos governadores desarranjarem seus acordos e era o prazo final para que os efetivos interessados se desligassem dos postos políticos que ocupavam, isso “simplificará muito a solução, reduzindo o número dos candidatos. Desta atitude já assente, e da corrente de ideias coordenada em tal sentido, apenas fazem exceção os dirigentes do Rio Grande do Sul”, e continuava, “querem precipitar a discussão, abrir demasiado cedo os debates. Inquietos como macacos, sentindo cocegas na língua e forcejando para iniciar uma luta que não interessa ao resto do país”⁶⁰. O remetente usava, outra vez, a estratégia de deixar o tempo correr para tomar decisão com as discussões amadurecidas pelos aliados e opinião pública. Carlos de Lima Cavalcanti,

⁶⁰Carta de 6 ago. 1936, de Getúlio Vargas a Osvaldo Aranha (Arquivo Pessoal Getúlio Vargas. CPDOC/FGV).

Juraci Magalhães e Benedito Valadares concordaram com a fórmula, embora seguissem as articulações dos possíveis candidatos nos bastidores.

Por essa época, passou a circular na imprensa a notícia de uma Comissão Mista. Os deputados da maioria e da minoria deveriam eleger dois representantes cada para compor um grupo de trabalho que deveria ser presidido por Getúlio Vargas. A ideia foi lançada por João Neves da Fontoura, em nome da Frente Única Gaúcha e com apoio do Diretório das Oposições Coligadas, na tribuna da Câmara. Ele teria composto um minucioso relatório a ser apreciado por oposicionistas e situacionistas. Mas a proposta não vingou. O *Jornal do Brasil* dizia que o plenário ficou em silêncio e que, em meio às negociações com as bancadas, sequer os parlamentares queriam ocupar as vagas nessa comissão. Em meio a esse processo, faleceu a mãe do presidente, D. Cândida Dornelles, o luto na família travou as discussões que não voltaram a se fazer posteriormente⁶¹.

Juraci Magalhães marcou para o dia 20 de novembro de 1936 a inauguração do Instituto do Cacau na Bahia. Semana antes, Medeiros Neto fizera um convite insistente para que o presidente participasse do evento. Depois de algumas tentativas, ele aceitou. Tratava-se de uma oportunidade para reunir lideranças governistas. Compareceram ao evento figuras como Osvaldo Aranha, Benedito Valadares, Carlos de Lima Cavalcanti, Vicente Rao, Odilon Braga, Gustavo Capanema etc. Era a circunstância ideal para que fosse discutida a pauta da sucessão presidencial. O anfitrião registrou em suas memórias que tinha isso em mente e o convidado de honra certamente imaginava isso. De toda maneira, ele conseguiu se esquivar do tema, defendendo, outra vez, que se aguardasse o momento mais oportuno. Os governadores da Bahia e de Pernambuco, de caso pensado, em reposta, lembraram as eleições: “pronunciei um discurso entusiasmado, descrevendo as características do seu possível sucessor” (MAGALHÃES, 1996, p.175).

Em sua coluna na página dois do *Correio da Manhã*, Costa Rego publicou a sua cobertura da viagem presidencial à Bahia. O jornalista viajou de carona no avião oficial em companhia de Getúlio Vargas. Os dois se conheciam de longa desde antes de 1930, e apesar das críticas ferrenhas publicadas todos os dias, conforme relatou nas memórias Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1960), mantinham-se amigos. Em um texto intitulado “Apenas governadores”, duas semanas depois, o escritor apontava o pouco poder que mesmo os homens do alto escalão da política nacional possuíam no governo autoritário fundado pela Revolução de 1930. E ironizava: “Ele não se recusou a tratar do assunto

⁶¹*Jornal do Brasil*, 31 out. 1936, p.8.

(cesteiro que faz um cesto faz cem cestos), mas impôs como condição que isso só acontecesse em janeiro”⁶². O provérbio entre parênteses falava da possibilidade de quem já cometeu um erro – ou uma traição – fazê-lo outra vez.

A despeito da postura adotada pelos governadores da Bahia e de Pernambuco, que pressionavam o presidente para que tomasse posição em favor de algum candidato; do Rio Grande do Sul, que fazia acordos por conta própria; e de São Paulo, que estava prestes a lançar a própria candidatura; Benedito Valadares, governador de Minas Gerais, encaminhava o trabalho político em outra direção. Em 5 de agosto, Benedito Valadares escreveu a Getúlio Vargas dando notícias da estadia de Cristiano Machado, político influente no grupo de Virgílio de Melo Franco, em sua residência em Pará de Minas. Nessa oportunidade, os dois fizeram articulações para eleger seus deputados para a Assembleia Legislativa do Estado. O acordo tinha o objetivo de minar as redes de influência de Antonio Carlos, até então um dos nomes mais fortes na corrida à sucessão presidencial – fora ele um dos articuladores centrais da Revolução de 1930.

Benedito Valadares, em acordo com Getúlio Vargas, decidiu apoiar um nome diferente daquele indicado pelo chefe político mineiro e, assim, venceram em aliança com a oposição, na qual foram imprescindíveis as negociações com Cristiano Machado. Conforme Aspásia Camargo *et al* (1989), isso significava desautorizar o chefe político e revolucionário histórico dentro de seu próprio estado. Enfraquecido, Antonio Carlos reagiu com um pedido de renúncia à presidência da Câmara, mas voltou atrás com a aclamação do plenário para que permanecesse. De toda forma, as negociações do governador mineiro não pararam por aí, na carta ao presidente, tratou de possíveis desdobramentos dessa aliança para as decisões quanto ao tema da sucessão presidencial:

[Cristiano Machado] disse-me que a Frente Única [Gaúcha] e o PRM supõem que o senhor deseja continuar no governo e que, caso encontre dificuldades, terá, então, um candidato do Rio Grande do Sul ou de Minas [Gerais].

Perguntei-lhe qual seria a atitude do PRM, se acaso os acontecimentos se encaminhassem no sentido da primeira hipótese.

Respondeu-me que, pelo menos, uma parte estava disposta a acompanhar-me francamente na política getulista, indo até ao máximo, que seria a continuação do atual Presidente. Acredita que o próprio [Artur] Bernardes acabe tomando essa direção⁶³.

A carta, que explicitava a intimidade entre remetente e destinatário, pelo menos

⁶²*Correio da Manhã*, 12 nov. 1936, p.2.

⁶³Carta de 5 ago. 1935, de Benedito Valadares a Getúlio Vargas (Arquivo Pessoal Getúlio Vargas, CPDOC).

no que tangia a questões políticas, também denunciava um interesse comum dos dois personagens no que tangia à permanência do destinatário na Presidência da República, bem como o fortalecimento do remetente como liderança política em Minas Gerais. Enquanto as negociações corriam de ambos os lados, Getúlio Vargas escreveu em seu diário as simpatias e das antipatias que lhe perseguiram nos últimos meses do ano: “Continuam as articulações políticas feitas por Benedito Valadares, de um lado, para fortalecer o governo, e de outro, o Flores [da Cunha], politicando e conspirando para enfraquecê-lo”. Em todo caso, as tentativas para encurralar o presidente, naquele ano, não deram certo e o assunto foi adiado para o início do ano seguinte. O prazo encurtava, prejudicando a organização da campanha governista (VARGAS, 1995a, p.537).

Na segunda quinzena de outubro, Armando Sales proferiu mais um discurso, esse seria explorado na imprensa por alguns dias. A visibilidade do possível candidato paulista assustava Getúlio Vargas. Em 21 de dezembro, de passagem no Rio de Janeiro, o governador esteve em audiência com ele. Entre os assuntos, discutiram a possibilidade de um candidato perrepista, decerto numa última tentativa de que aquele apoiasse a sua candidatura. O presidente, por sua vez, tentou dissuadi-lo dessa ideia, alegava que os conflitos armados de 1930 e 1932 ainda estavam muito vivos na memória e seria difícil para as lideranças revolucionárias apoiar um nome paulista. Ainda assim, pressionado pelos políticos da região, ele renunciaria à chefia do estado, no dia 29 daquele mês, devido ao prazo final para o desligamento de governadores e ministros que almejassem serem candidatos. Ficava escancarada, assim, sua decisão de concorrer à presidência⁶⁴.

Carlos de Lima Cavalcanti e Juraci Magalhães, governadores dos chamados estados maiores do Bloco do Norte, enquanto isso, seguiam suas tentativas de constituir uma posição comum da região. Em missiva remetida aos dois, Juarez Távora avaliava: (1) Qualquer que fosse a decisão, era indispensável que os estados nortistas fossem considerados em conjunto; (2) O Norte não deveria pleitear, de início, a indicação de um candidato à sucessão; (3) O candidato apoiado deveria atender algumas exigências: manter um programa social-democrático; dar continuidade aos recursos remetidos para a região; e reservar dois ministérios – preferência às pastas de Viação e Obras Públicas e da Agricultura. O capitão tenente terminava a sua carta consultando os dois amigos da

⁶⁴Informações do diário de Getúlio Vargas (1995a) e do verbete “Armando Sales”, de Vilma Keller (ABREU, 2010).

possibilidade dos estados nortistas apoiarem a candidatura de Armando Sales⁶⁵.

A resposta do pernambucano foi positiva, dizia fazer alto conceito do paulista, mas não se posicionaria publicamente antes de janeiro, como prometera ao presidente⁶⁶. Essa saída minava o poder de arbítrio de Getúlio Vargas, na medida em que implicaria uma reunião de forças de quatro dos maiores estados – São Paulo, Bahia, Pernambuco e, certamente, Rio Grande do Sul – no entorno de um nome. Ficaria de fora Minas Gerais. Além disso, congregaria uma parcela significativa de outras lideranças revolucionárias. Isso abria a possibilidade para uma candidatura, forte o suficiente para vencer o pleito, ser decidida sem a chancela do governo e das figuras mais próximas do chefe de Estado. Tanto foi assim que, no diário, ele registrou com desconfiança e alguma preocupação no deslocamento do Bloco do Norte: “O ministro do Trabalho [Agamenon Magalhães], regressando do Norte, descobriu o trabalho do Juarez [Távora] nos estados da Bahia e Pernambuco, também pela candidatura de Armando Sales” (VARGAS, 1995a, p.557).

Em suas memórias, o vice-rei do Norte disse não ter encontrado a resposta do governador da Bahia para a sua indagação, mas que deveria ter sido semelhante à de Carlos de Lima Cavalcanti. Quer me parecer, contudo, que Juraci Magalhães não estava satisfeito com a fórmula – lançar o nome de Armando Sales sem considerar a posição de Getúlio Vargas – e seguiria pressionando o presidente, decerto na esperança de que vingasse um nome nortista – preferencialmente Medeiros Neto. É interessante nota a que ponto chegava essa engenharia política. Cinco anos passados da Guerra Paulista, os tenentes nortistas estavam inclinados a apoiar um paulista apoiado pelo PRP. Ainda no final do ano, José Carlos de Macedo Soares, ministro de Relações Exteriores, podendo ser candidato, pediu o desligamento da pasta às vésperas do prazo final. A candidatura, sendo paulista, atrapalharia a escalada de Armando Sales. A demissão, no entanto, só sairia no *Diário Oficial* no dia seguinte, por ordens do Palácio do Catete, criando dúvidas quanto à legalidade da candidatura (CAMARGO *et al.*, 1989).

Enquanto isso, por onde andava José Américo? O seu nome já havia sido cotado para as eleições de 1934 e mais uma vez circulava nos quadros políticos e na imprensa. No primeiro trimestre de 1936, foi cogitado por um jornalista em *A Gazeta*, do Ceará⁶⁷. Flores da Cunha, de acordo com um registro do presidente em seu diário, também falara seu nome em uma certa ocasião. Apesar disso, ele não se mostrava, naquele fim de ano,

⁶⁵Carta de 22 out. 1936, de Juarez Távora a Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti (TÁVORA, 1974, p.143).

⁶⁶Carta de 29 nov. 1936, de Carlos de Lima Cavalcanti a Juarez Távora (TÁVORA, 1974, p.144).

⁶⁷*Correio da Manhã*, 3 mar. 1936, p.4.

quando a discussão ficou mais acirrada, entre os nomes mais fortes. O *Jornal do Brasil*, em 20 de novembro, conjecturava Osvaldo Aranha, Armando Sales, Benedito Valadares e Medeiros Neto⁶⁸. José Américo não foi citado. Em todo caso, diferente dos demais, ele não estava se movimentando para isso. Não sendo o preferido de ninguém, ele às vezes aparecia como um possível nome de consenso, que agradaria uma parcela dos políticos nortistas, mas também tinha relações com outros líderes importantes.

É muito provável que, àquela altura, José Américo tivesse conhecimento dessa possibilidade. A informação deve ter chegado muitas vezes e por diferentes caminhos aos seus ouvidos. Assim sendo, como era próprio de seu comportamento em situações como essa, e tendo a possibilidade, com o posto não diretamente político que ocupava, de não precisar lidar com o problema, preferiu não participar das discussões. Mas não ficou livre da exposição. Aspásia Camargo *et al* (1989) encontrou, no arquivo do chefe de polícia Filinto Müller, cartas interceptadas do ministro do TCU com seu filho tenente Reinado Melo de Almeida. Tendo ciência disso, José Américo interpelou o presidente:

Eu nada quero, nem mesmo da consideração devida a um passado de ontem. Mas tenho direito, senão ao acatamento ao alto cargo que exerço – que devolverei a V. S.^a se não me forem dadas explicações que me convençam de não estar sob a vigilância da polícia – ao respeito que, fora alguns maus elementos que escorracei, todos me devotam com solicitude recrescente (*apud* CAMARGO *et al*, 1989, p.128).

O tom da mensagem mostrava certo estranhamento em relação ao presidente. Segundo os registros do diário deste, também é possível notar uma frequência cada vez menor de visitas e trocas de mensagens. Em todo caso, esse era mais um movimento da polícia política de fechar o cerco quando aos possíveis candidatos à presidência e aos articuladores que poderiam mobilizar parcelas importantes dos quadros partidários e do eleitorado. Carlos de Lima Cavalcanti havia sido denunciado por Eurico de Sousa Leão, deputado pernambucano, e seguia em julgamento no Tribunal de Segurança Nacional. Juraci Magalhães teve correspondências interceptadas – sobretudo aquelas trocadas com Flores da Cunha, de acordo com Rafael Lapuente (2019) – e era por vezes acusado de cúmplice do comunismo, decerto devido à prisão de seu irmão no Levante Comunista de 1935. De toda maneira, no dia 27 de dezembro, José Américo se operou da miopia e, por causa do pós-operatório, teria de ficar em repouso no mês de janeiro⁶⁹.

⁶⁸*Jornal do Brasil*, 20 nov. 1936, p.10.

⁶⁹*Correio da Manhã*, 27 dez. 1936, p.2.

O ano de 1937 começou em meio a esse clima de incertezas. Getúlio Vargas registrou em seu diário a recorrência com que os governadores, ministros, senadores e outras personalidades políticas chegavam até ele para discutir a pauta da sucessão presidencial. Em uma audiência com Carlos de Lima Cavalcanti no dia 16 de janeiro, por exemplo, os dois discutiram a proliferação de candidatos, e citava “Armando Sales, Osvaldo [Aranha], Macedo [Soares], José Américo etc.”. Mas ele concluía o registro dizendo que as suas maiores desconfianças voltavam-se, de fato, para Juraci Magalhães, que andava fazendo articulações políticas com outros governadores e, dessa forma, pressionava-o a tomar posição (VARGAS, 1995a, p.13).

O governador da Bahia falava em uma candidatura única, que resultasse em um acordo entre as lideranças revolucionárias e com o aval do presidente. Tratava-se de uma solução segura, diante do momento de instabilidade democrática, marcada pelos sucessivos decretos de estado de sítio e estado de guerra em voga. Era uma maneira de preservar o processo legal, mas sem prejuízo da unidade política que asseguraria a continuidade do projeto revolucionário. Dessa maneira, não seria preciso fazer acordos com as antigas oligarquias, que conseqüentemente, teriam menos brechas para recobrar um espaço maior na cena política nacional. Essa também era uma forma de exigir uma posição de Getúlio Vargas e não ceder às pretensões da candidatura de Armando Sales, em busca de uma saída mais próxima da coalizão que permitiu a Revolução de 1930.

Juraci Magalhães (1996) contou em suas memórias que a ideia fora sinalizada, em um primeiro momento, ao presidente, que não teria oferecido qualquer resistência. Em sendo assim, foi a São Paulo, onde pretendia tentar um acordo com o governador Armando Sales. No meio da conversa, no entanto, Pisa Sobrinho entrou no gabinete portando um recado de Valder Sarmanho, assessor direto do presidente, desautorizando o governador baiano a falar em seu nome. Getúlio Vargas teria justificado no seu diário o motivo de sua decisão, mas parecia antes preocupado com a imagem que deixaria para a posteridade: “não me parece que só São Paulo ou São Paulo e Bahia possam indicar os nomes entre os quais deva ser escolhido o candidato” (VARGAS, 1995b, p.15).

Apesar das barganhas pela candidatura única, Juraci Magalhães não escondia as suas preferências pelos candidatos nortistas e, no começo de janeiro, parece ter tomado uma posição dúbia a respeito. Em suas conversas com o presidente, atentava para o seu favorito, o senador Medeiros Neto. Mas ele devia saber que só por um ato de vontade do chefe da nação seria possível segurar a candidatura dele nas negociações com os estados maiores. Tanto foi assim que, nas demais negociações, defendeu com convicção

o nome de José Américo, uma figura mais próxima do chefe da nação e mais conhecido entre as demais lideranças revolucionárias. Acontecia que essa opção desagradava, pelo menos a princípio, Juarez Távora e Carlos de Lima Cavalcanti. Em todo caso, o nosso biografado estava se recuperando bem da cirurgia, tanto que mandou rezar uma missa de agradecimento, que celebrou junto da família e dos amigos, no dia 10 de janeiro, oportunidade em que completou 50 anos de vida. Compareceram à Igreja da Candelária figuras como Epitácio Pessoa, Góis Monteiro e Eduardo Campos⁷⁰.

Nesse cenário, passada a primeira quinzena de janeiro, a imprensa passou a dar cada vez maior ênfase ao nome de José Américo como o possível candidato governista. O movimento começou no *Correio da Manhã* por meio das especulações do jornalista Assis Chateaubriand. A breve nota falava do afastamento do ministro no TCU e da aparição do seu nome nas rodas de discussão política: “é dos mais falados, por muitos motivos, inclusive pela circunstância de haver sido uma das principais figuras da Revolução e do governo provisório, com a circunstância de ter ao seu lado o Norte do país”⁷¹. No livro *A palavra e o tempo* (1985), nosso personagem contou que o jornalista, de volta depois de uma viagem aos estados do Norte, fora antes a ele comunicar das impressões que tivera – sobretudo na Bahia e em Pernambuco – de suas conversas com os tenentes, provavelmente Juarez Távora e Juraci Magalhães, e disse que havia uma expectativa quanto ao nome do ministro. Apenas Carlos de Lima Cavalcanti resistia.

Na conversa, segundo o próprio biografado, ele teria se mostrado mais uma vez desinteressado na candidatura, mas com o andar da conversa, foi se deixando dobrar por seu interlocutor. Tanto foi assim que o autorizou a negociar um possível acordo:

Procure o Armando [Sales] em meu nome e diga a ele o que você me disse, que minha vitória é fora de dúvidas. Eleito presidente, nomearei o Armando ministro da Fazenda, oficialmente, mas oficiosamente ele será o meu primeiro-ministro. Quem irá administrar é ele, e minha missão será a de buscar um ambiente político calmo para executarmos o programa de governo que o Brasil reclama (MORAIS, 1994, p.372).

Nos dias seguintes, segundo Fernando Morais (1994), o comunicador tomou destino de São Paulo, onde teve um encontro demorado com Armando Sales. No entremeio, saiu em *O Globo*, no dia 19 de janeiro, uma entrevista com o ministro:

O Brasil, como todas as nações, tem a sua elite de homens representativos. Há, pelo menos, vinte brasileiros, dentro e fora dos

⁷⁰*Correio da Manhã*, 12 jan. 1937, p.2.

⁷¹*Correio da Manhã*, 16 jan.1937, p.4.

*quadros partidários, capazes de assumir vantajosamente essa investidura, num momento em que são mais instantes as exigências dos valores humanos. No entanto, não prevalecer esse critério de seleção cumpre a cada um de nós intervir para evitar o mal, que, logo em seguida, se tornaria um mal maior, comprometendo insanavelmente as nossas condições gerais*⁷².

A entrevista foi longa e abordou muitos pontos que tangiam à pauta da sucessão presidencial. Afirmava claramente “não sou, por conseguinte, candidato”. Ainda assim, ele deixava no ar uma possibilidade ao dizer “nutro apenas o desejo de ver o Brasil governado para que se possa organizar ao nível das grandes civilizações, dotadas de recursos e possibilidades muito menos favoráveis”. Não era a toa falava nas condições das possibilidades para se tornar uma grande civilização, esse fora seu argumento para a construção das obras contra as secas. Perguntado quanto à estratégia do presidente de queimar candidaturas, desconversava, dizia não saber nada a respeito, mas ironizava “só poderia ser queimado, se andasse aceso”. Finalmente, dizia que o presidente muito lhe devia e também ele devia alguma coisa ao chefe da nação, e citava a mobilização que fizera para a sua eleição indireta no ano de 1934. Nota-se, mais uma vez, dessa forma, um estranhamento, embora não um rompimento, entre ele e o presidente.

Ele concedeu, em seguida, uma entrevista para o *Diário de Notícias*, e repetiu muitos dos tópicos previamente assumidos, dessa vez ousando em alguns pontos. Para *O Globo*, ele respondera que só aceitaria a candidatura “para atender a uma solução mais ou menos pacífica” entre os interesses das muitas lideranças envolvidas. Na outra, sinalizou um retorno à política profissional, “se ocorrer uma hora perigosa para o Brasil, para cumprir meu dever de patriota”. Em ambos os casos, tratavam-se de argumentos retóricos, lugares comuns no vocabulário dos políticos e recorrente em seu repertório, mas no segundo caso, a maneira como estava dito sugeria que era esse o momento que o país estava vivendo e, portanto, em que ele se fazia necessário. Ainda assim, dizia não ter ciência do lançamento do seu nome, eram muitos os boatos⁷³.

José Américo oscilava em sua posição, como as entrevistas deixavam entrever. Embora não assumisse o desejo de se candidatar, ele não negava essa possibilidade e enumerava vantagens nessa escolha. O fato é essas reportagens colocaram o seu nome em evidência e rapidamente uma série de políticos, jornalistas e intelectuais passaram a frequentar cada vez mais a sua casa. Ao longo dos meses seguintes, a sala foi enchendo: “A Rua Getúlio das Neves povoou-se de procissões solidárias, os camaradas de sempre

⁷²*O Globo*, 19 jan. 1937, p.4. Edição matutina – Grifos meus.

⁷³*Diário de Notícias*, 21 jan.1937, p.5.

e caras que eu nunca vira, com o mesmo entusiasmo”, continuava o ministro, um garoto certa vez estampara uma faixa na esquina com a chamada “Rua dos Chaleiras”, também Afonso Arinos rememorara, em outra oportunidade, que eram tantos carros que ele não conseguia entrar com o seu (ALMEIDA, 1986[1965], p.12).

Mas para além da notícia, havia outra razão para que a casa do ministro do TCU estivesse tomada por visitas tão ilustres. Benedito Valadares, não tenho como precisar se antes ou depois das entrevistas, andava discutindo com o presidente a possibilidade da escolha do nosso personagem. Há passagens no diário que sugerem essas conversas, como o registro de 22 de janeiro de 1937, “recebi o governador de Minas e o ministro do Trabalho. Disseram-me que o Juraci [Magalhães], após entendimentos com o [Assis] Chateaubriand e os paulistas, pretendia tentar e estava fazendo esforços pela candidatura de José Américo”. O cenário dos acordos entre as lideranças, portanto, se redesenhava para tirar a centralidade de Armando Sales (VARGAS, 1995b, p.14).

Era um jogo complicado. O Bloco do Norte ainda estava muito marcado pelos desentendimentos de Juarez Távora e Carlos de Lima Cavalcanti com José Américo, mas em vias da necessidade de unir forças no entorno de um nome, de preferência que fosse um nortista, ele se colocava como uma possibilidade, embora ainda exigisse muita negociação para apaziguar as relações outrora estremecidas. A vantagem dessa escolha seria tentar conquistar outros líderes revolucionários, talvez o caso de Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Macedo Soares e o próprio Getúlio Vargas, de quem o ministro tinha respeito e certa amizade. Além disso, seria a alternativa à campanha de Armando Sales, impedindo uma aliança entre São Paulo, o Rio Grande do Sul e os estados do Norte. Essa era uma saída, portanto, que interessava, ao mesmo tempo, a Juraci Magalhães, Benedito Valadares e Getúlio Vargas.

7. Candidato

Estava tratando com um homem surpreendente, de caráter insondável, que, talvez, um dia me convidasse para *uma dança sobre o abismo*. Minha intuição não falhou. Alguns meses mais tarde, naquele mesmo salão do Palácio do Catete, pouco antes do começo de 1937, Getúlio [Vargas] me chamaria a participar do golpe.

Juraci Magalhães (1996, p.18, grifo meu).

Foi em princípios de janeiro de 1937 que o nome de José Américo de Almeida passou a aparecer com constância como possível candidato na sucessão presidencial. Durante o ano anterior, a pauta ocupou a agenda dos políticos, que tentaram constituir os seus acordos, e da imprensa com suas especulações. Getúlio Vargas, por sua vez, adiou o quanto pode a discussão. O presidente havia tentado um artifício legal que prorrogasse o prazo constitucional do mandato, mas na impossibilidade, tinha quem desconfiasse que ele tramava um golpe de estado com apoio dos setores militares. Acontecera que, nesse momento, na aparente impossibilidade da escolha de um nortista, os governadores de Pernambuco e da Bahia cogitaram apoiar o paulista Armando Sales, que já contava com o aval do governador do Rio Grande do Sul. A coalisão minava o poder de ação do Palácio de Catete, que decidiu fazer suas movimentações.

Partiria de Benedito Valadares, uma das figuras mais próximas ao presidente, portanto, a indicação do ministro paraibano. Era uma forma de desarticular a conjunção das forças revolucionárias em favor de São Paulo. A opção, afinal de contas, agradaria os governadores da Bahia, apesar da preferência por Medeiros Neto, e de Pernambuco, embora tivessem seus desentendimentos pessoais. Além disso, as relações cordiais do nosso personagem com Flores da Cunha poderia render o apoio do Rio Grande do Sul. Foi uma grande cartada para Getúlio Vargas. Também se somava a isso tudo o fato de José Américo ser um político com quem ele mantinha boas relações desde os tempos da Revolução de 1930, com o qual partilhava muitas de suas posições na vida política e que certamente estaria mais próximo de suas redes de influência do que muitos outros nomes possíveis para concorrer ao posto.

A questão que se apresentava para as lideranças do redivivo Bloco do Norte, entretanto, soava como uma dança sobre o abismo. Por um lado, era uma oportunidade dos nortistas alçarem, mais uma vez, o posto mais alto da nação, o que não acontecia desde o término do mandato de Epitácio Pessoa. Os ganhos de uma representação como essa para a região eram inúmeros, sobretudo na atenção aos interesses locais e

subsequente condução dos investimentos públicos. Para além disso, a experiência dos processos eleitorais apontavam as maiores chances de vitória do candidato governista. Todavia, a suspeita quanto às atitudes do presidente deixou algumas de suas lideranças reticentes. Nesse aspecto, a saída mais segura seria garantir o apoio a Armando Sales – ainda que isso implicasse na volta de um paulista ao poder há tão pouco tempo da Revolução de 1930 e da Guerra de 1932. Em todo caso, o cenário não estava dado, tudo dependia do curso dos acordos que seriam feitos e da campanha. Era preciso apostar.

Alzira Vargas do Amaral Peixoto, em *Getúlio Vargas, meu pai* (1960, p.287), justificou o golpe de estado como um ato de patriotismo do presidente diante da falta de capacidade dos candidatos em oferecerem um programa de governo digno do Brasil. Em se tratando de José Américo, dizia que, depois da passagem medíocre por diversas instituições, ele teria se tornado o representante oficial sabia-se lá como, flertara com o integralismo, mas no comunismo encontrara melhores presas: “entrou em desabalada demagogia, assustando todo o clero, o grande eleitorado mineiro, e fazendo com que seus principais propagandistas recusassem”. Nosso personagem não deixou por menos, algum tempo depois, publicou um texto em sua defesa, na qual usou a carta que o presidente lhe remetera na ocasião da saída do Ministério de Viação e Obras Públicas como atestado de sua competência e moral: “o ‘patrão’, como chamava a senhora, sempre me deu notas altas, sem se chocar com os meus modos, com a minha independência e as minhas franquezas” (ALMEIDA, 1978[1970], p.57).

O certo é que, para além dos sentidos para o passado que a passagem do tempo nos leva a construir, havia uma série de variáveis no jogo político – atores e cenários, conjunturas e eventos, projetos e coincidências – que não podem se perder de vista no entendimento das atitudes dos personagens a cada circunstância nesse ano de 1937. Nesse aspecto, eu discordo da interpretação que Aspásia Camargo *et al* (1989), no livro *O golpe silencioso*, um clássico indispensável para a compreensão da movimentação das forças políticas, militares e civis que antecedem esse desfecho, conferem ao papel dos candidatos no cenário que estava posto. Apesar de um “populismo embrionário” com o qual as autoras e os autores se referem à candidatura de José Américo, me parece que o ministro e seus aliados mobilizaram as ferramentas que tinham à sua disposição em meio à maneira como o mundo social estava organizado na ocasião.

Tornar-se candidato, segundo Michel Offerlé (2002[1987]), implica em inventar ou reativar tecnologias de luta política, ainda que cada posto e cada momento em disputa tenham suas especificidades. José Américo, que ascendera na cena pública

como um burocrata, em um regime de exceção, precisava então se reelaborar no cenário competitivo que se desenhava. E fazia isso, a despeito da população dos estados nortistas, em particular a sertaneja, que fora então seu principal público, como um exercício de pensar um projeto político mais amplo e democrático do que tudo que ele havia ensaiado até então.

O objetivo desse capítulo é apreender as relações e as circunstâncias que possibilitaram, articularam e desarticularam a candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República em 1937. Isso implica em perceber a sua trajetória ao longo desse ano cheio de reviravoltas, em que nosso personagem se tornou uma figura central da opinião pública nacional, revistou seus desafetos e suas amizades. Nesse momento, ele completou seus cinquenta anos e se fazia representar como um político experiente, com larga bagagem no exercício da vida pública, e que por isso dispunha do *savoir-faire* que os postos políticos exigiam. Mais do que isso, em se tratando de um revolucionário de primeira hora, ele seria – para o bem ou para o mal – um desses sujeitos que teria autoridade para falar dos propósitos daquele movimento, o qual havia se tornado mito de fundação do regime político em vigência.

A documentação consultada para a construção do capítulo incluiu dois jornais, *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*, ambos em circulação no Distrito Federal, respectivamente entusiasta e opositor da campanha de José Américo. Outros periódicos foram acessados apenas circunstancialmente. As cartas e os telegramas disponíveis nos arquivos pessoais de várias pessoas – José Américo, Juraci Magalhães, Artur Neiva, Benedito Valadares, Getúlio Vargas entre outros – assim como o diário do presidente, tiveram importância para o entendimento dos acordos e das informações que corriam por fora da cena pública, em que as relações de afeto e confiança se mostravam mais. Também foram observadas as memórias do biografado e seus discursos publicados em *A palavra e o tempo* (1986[1965]), bem como os relatos de Juraci Magalhães (1996), Juarez Távora (1974), Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1960). As novas edições de seus livros, o volume *Reflexões de um bode* de Gustavo Barroso (1937) e exemplares presentes em sua biblioteca nos permitiram conhecer mais de como a sua identidade de intelectual foi explorada ao longo da campanha.

Esse capítulo, intitulado *Candidato* para elaborar as mudanças que uma posição como essa, em um momento particularmente delicado da história nacional, exigiu de seu projeto político, nas suas relações e no seu cotidiano, foi organizado em três tópicos: A primeira parte, *A escolha do candidato à corrida presidencial*, discute as negociações

que levaram à escolha de José Américo como candidato governista à presidência da República. O segundo momento, *A campanha presidencial de 1937*, compreende as articulações políticas, as construções e desconstruções do projeto de governo propagado pelo nosso personagem em seus discursos em meio às críticas da opinião pública e da base aliada. O terceiro ponto, *O golpe de estado*, apresenta os desafios do biografado em seguir a campanha em meio às ameaças constantes de ruptura constitucional que ganharam espaço a partir de setembro, bem como os seus desapontamentos depois que o Estado Novo se tornou um fato consumado.

7.1 A escolha do candidato à corrida presidencial

Ainda em janeiro de 1937, algumas das lideranças revolucionárias, por iniciativa de Juraci Magalhães, passaram a discutir a composição de uma lista tríplice, construída consensualmente, que deveria ser levada ao presidente para que esse escolhesse um candidato. No final de janeiro, foi organizado um encontro dos governadores da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina e suas bancadas no congresso, na cidade do Rio de Janeiro. Feito isso, teriam ido ao encontro de Cardoso de Melo Neto, então novo governador de São Paulo. De lá, Juraci Magalhães e Benedito Valadares seguiram para Poços de Caldas, onde pretendiam continuar as negociações. A viagem gerou boatos de todos os tipos, dizia-se que a proposta era fazer o candidato paulista recuar em favor de José Américo¹. Nesse meio tempo, penso ser importante tomar nota que o governador de Minas Gerais seguia se correspondendo diretamente com o presidente, em paralelo às negociações que fazia. Em 29 de janeiro, deu notícia das conversas com Armando Sales e registrou a impressão de que nada demoveria o pré-candidato de suas pretensões².

Em 31 de janeiro de 1937, discutia-se a viagem de Getúlio Vargas de Petrópolis – residência de verão dos chefes da nação desde a instauração do regime republicano – para Poços de Caldas, onde encontraria os correligionários³. Essa viagem, no entanto, só aconteceu no final do outro mês. Mais uma vez, não houve uma decisão conclusiva. As negociações seguiriam, dessa forma, na esperança de uma nova convenção com os governadores. O tempo se passava, enquanto isso, três personagens passaram a aparecer com maior recorrência na imprensa: Macedo Soares, Osvaldo Aranha e José Américo.

¹*Diário de Notícias*, 28 jan. 1937, p.4.

²Carta de 29 jan. 1937, de Benedito Valadares a Getúlio Vargas (Arquivo Pessoal Getúlio Vargas, CPDOC).

³*Diário de Notícias*, 31 jan.1937, p.5.

Tratava-se de três sujeitos que ameaçavam a candidatura de Armando de Sales Oliveira. Também datou desse momento a associação cada vez maior do nome do ex-ministro de Viação e Obras Públicas à influência do governador da Bahia. Em uma nota do diário, Getúlio Vargas (1995, p.23) registrou: “O Juraci [Magalhães] começou a fazer consultas sobre a candidatura José Américo à Presidência da República”. Ao que tudo indica, ele parecia estar convencido que o ministro tinha mais chances que Medeiros Neto.

A lista tríplice era discutida na opinião pública e movimentada pelas lideranças governistas. Em correspondência a Juraci Magalhães, o deputado baiano Artur Neiva citava Medeiros Neto, José Américo e Armando Sales⁴. Não por acaso, foram os três que estavam no escopo das escolhas dele e do governador da Bahia. Osvaldo Aranha, por sua vez, falava em pelo menos dez nomes habilitados para concorrer na campanha presidencial⁵. As notícias corriam com imprecisão. Em meio a esse cenário, um boato difundia a ideia, que não seria improvável, de que Argemiro de Figueiredo não apoiaria uma possível candidatura José Américo⁶. Os deputados paraibanos saíram em sua defesa. Virgínio Veloso Borges fez longo discurso na tribuna do Palácio Tiradentes exaltando as qualidades do seu conterrâneo e o valor dos homens de sua terra⁷.

O padre Mathias Freire, já no final do mês, em declaração ao *Correio da Manhã*, não poupou elogios ao conhecido de longa data, dizia que “ninguém aponta um deslize na sua vida pública nem na sua vida particular”, e apelava para um argumento máximo de autoridade, “a resistência moral desse homem constitui uma verdadeira reserva da nacionalidade, como já ouvi da boca do cardeal Sebastião Leme”, não se podia esquecer os benefícios aos humildes da sua gestão no ministério, a admiração e popularidade que assemelhava à de João Pessoa. Estava certo que apesar das incompatibilidades pessoais, nenhum paraibano deixaria de apoiá-lo⁸. Mais ou menos nessa época, Alcides Carneiro, genro de José Américo, a pedido de Juraci Magalhães, inquiriu o governador da Paraíba de sua posição na possível candidatura do sogro:

Sr. Alcides Carneiro, Rio – Acabo de receber seu telegrama, que prontamente respondo. Não é real a oposição da Paraíba ao nome do sr. José Américo, nem a qualquer outro dos que vem sendo lembrados no caso da sucessão. Daqui, o que temos reafirmado sempre são os protestos de decidida solidariedade ao presidente Getúlio Vargas a quem o nosso Estado não pode esquecer por motivo de gratidão e

⁴Carta de 24 abr. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

⁵*Diário de Notícias*, 9 abr. 1937, p.4.

⁶*Diário de Notícias*, 26 fev. 1937, p.4.

⁷*Correio da Manhã*, 2 fev. 1937, p.6.

⁸*Correio da Manhã*, 28 fev. 1937, p.2.

fidelidade aos compromissos decorrentes do movimento revolucionário de 30. A Paraíba só poderia sentir-se feliz e orgulhosa se, dos patrióticos entendimentos que se promovem no sentido da escolha de um candidato que consulte aos interesses nacionais para a sucessão presidencial da República, resultar a indicação do nome do nosso benemérito coetaduano na suprema investidura da Nação. Cordial abraço, (a). Argemiro⁹.

O telegrama é um bom indicador da posição do governador quanto ao assunto da sucessão presidencial. A sua fidelidade era, antes de tudo, ao presidente Getúlio Vargas, provavelmente apoiaria qualquer um dos políticos que esse propusesse, como sugeria a equiparar o nosso personagem aos demais nomes sondados na candidatura governista. Mas encerrava com uma gentileza, elaborada em meio à retórica que compõe o texto da correspondência, que muito orgulharia ao seu estado ter um candidato no cargo máximo do Executivo Nacional. Em todo caso, é interessante perceber que, se no ano anterior, uma possível associação com o governador paraibano era rejeitada com veemência pelo ministro do TCU, nesse momento, os seus aliados se esforçavam para aproximá-lo do chefe paraibano, passo que seria importante – devido ao cálculo político, mas sobretudo pelo valor simbólico, afinal, era o seu estado natal – para garantir a unidade da região.

Em meio a todas essas negociações e à falta de perspectivas de uma resolução definitiva, Costa Rego publicou o texto “A Demora”, na coluna do *Correio da Manhã*, no final de abril daquele ano, no qual apontava o impasse em que se encontravam as lideranças governistas. Seriam cinco os nomes que, no momento, figuravam como os possíveis candidatos: Armando Sales, Macedo Soares, Medeiros Neto, José Américo e Osvaldo Aranha. O jornalista, assim, apresentou uma pequena observação a respeito de cada um deles, ressaltando aspectos psicológicos ou morais. Sobre o nosso biografado, ele dizia: “herdou e conserva da religião as práticas ascéticas. Sua moral, formada no desprezo do corpo e avessa às sensações físicas, arma-o de bastante indiferença em relação a si mesmo, para que ele seja um candidato capaz de enfrentar três inimigos d’alma: mundo, diabo e carne”¹⁰. A sua marca seria, nessa esteira, o conservadorismo político, sobretudo se comparado aos demais concorrentes.

Esses desencontros dos governadores e a má vontade do presidente na escolha do candidato não demorou muito para virar motivo de chacota na imprensa e no teatro. No dia 30 de janeiro de 1937, foi publicada na capa da revista *Careta* uma charge com a assinatura de J. Carlos, denominada “Lá no Palácio das Águias”. A imagem retratava o

⁹*Diário de Notícias*, 26 fev. 1937, p.4.

¹⁰*Correio da Manhã*, 20 fev. 1937, p.2.

presidente atrapalhando a entrada de seu sucessor no Palácio do Catete. Na legenda, uma pretensa fala: “Para que arame farpado? Bastam as habituais cascas de banana”.

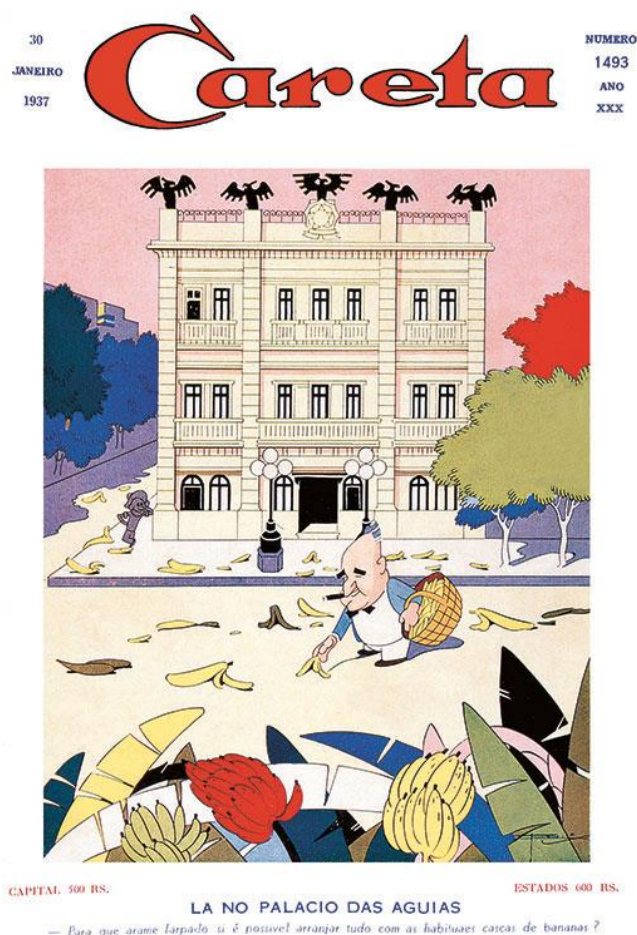


Figura 43: Charge "Lá no palácio das águias" de J. Carlos
Fonte: *Caretta*, 30 jan. 1937, capa.

Alguns meses mais tarde, estreava a peça *Quem vem lá* no Teatro Carlos Gomes na Praça Tiradentes. Tratava-se de uma revista política. Em um dos quadros, os artistas satirizavam a maneira como a sucessão presidencial estava sendo tratada. A lista dos personagens contava com figuras capitais no governo. Havia os nortistas, como os governadores Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti, assim como o possível candidato José Américo. Os mineiros eram representados por Antonio Carlos. Entre os gaúchos, apareciam Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha e Flores da Cunha, bem como os paulistas Armando Sales e Macedo Soares. A querela era posta, assim, em meio aos embates políticos regionais. Ao passo em que José Américo representaria as forças políticas do Norte e Osvaldo Aranha do Sul, Macedo Soares era uma alternativa a

Armando Sales em São Paulo, que também não era de todo opositor do governo¹¹.

Apesar dos “vinte brasileiros” que ambicionavam a Presidência da República, como José Américo ironizou em sua entrevista no *Diário de Notícias*, era ele um dos únicos que aparecia em todas as listas que, naquele ano, foram citadas pelos políticos e pela imprensa. O nome ficava mais forte na medida em que se observava a constância com a qual ele era discutido entre os políticos e nos meios de comunicação. Ele tinha certa proximidade do presidente e seu programa político, fora um líder revolucionário de primeira hora e dispunha de articulações importantes nos maiores estados – tinha a preferência de Benedito Valadares, era o segundo nome de Juraci Magalhães, depois de Medeiros Neto, dava-se bem com Flores da Cunha, tinha uma relação de amizade com o embaixador Osvaldo Aranha e podia conseguir a aproximação de Juarez Távora e Carlos de Lima Cavalcanti. Ainda assim, garantir todo esse apoio – o que impactaria a campanha de Armando Sales – exigia ainda muito trabalho, em parte por causa dos seus desafetos, em parte por causa dos desafetos de Getúlio Vargas.

O certo é que, no final do mês de fevereiro, mesmo sem que houvesse qualquer anúncio oficial a respeito, a imprensa passou a falar quase que exclusivamente do seu nome enquanto provável candidato governista. As pautas passavam a circundar, então, as articulações políticas que estavam sendo feitas no entorno de sua candidatura e não mais quem, em meio a uma lista de possíveis lideranças, seria escolhida para encabeçar a campanha. Ainda no final de fevereiro, uma nota publicada no *Correio da Manhã* informava que o governador de Pernambuco recebeu um grupo de oficiais do Exército, entre eles o major Juarez Távora, que tinham o propósito de tratar da candidatura de José Américo. Na ocasião, ele teria dito que não ofereceria resistência à escolha de uma das maiores forças políticas da nação¹².

Mas em finais de abril, um desafio importante da candidatura era conquistar o apoio de Flores da Cunha. Chegou-se a cogitar na imprensa, inclusive, alguém com quem ele tivesse laços de amizade mais profundos, dificultando a sua permanência na oposição. Era o caso de José Carlos de Macedo Soares e do próprio Osvaldo Aranha. Em todo caso, era um esforço em vão, posto que o governador do Rio Grande do Sul parecia muito decidido a engrossar as fileiras da oposição em apoio a Armando Sales¹³. O estranhamento com o presidente o impedia de apoiar uma candidatura governista,

¹¹*Diário de Notícias*, 17 abr. 1937, p.8

¹²*Correio da Manhã*, 26 fev. 1937, p.2.

¹³*Correio da Manhã*, 21 abr. 1937, p.4.

sobre a qual esse teria maior poder de arbítrio¹⁴. Deve-se ter em mente que, em meio ao cálculo político dos possíveis candidatos e às forças políticas que cada um conseguiria arregimentar, também estavam sendo discutidos os espaços que os políticos de cada uma dessas regiões, em particular os grandes estados, teriam no governo depois das eleições. O líder gaúcho era um articulador importante nesse sentido.

Getúlio Vargas não se pronunciava diretamente a favor de nenhum dos nomes, mas um dos políticos mais alinhados a ele no momento, o governador de Minas Gerais, passou a sinalizar de forma mais contundente, por meio da conversa com os aliados e outras atitudes, um interesse na candidatura de José Américo. Era o começo de março. Juraci Magalhães incumbiu o senador Medeiros Neto, então residente no Rio de Janeiro, de transmitir um recado ao ministro e conversar com ele as possíveis consequências dessa aproximação. Em seguida, mandaria um telegrama com breves informações dos apoios que conseguiriam: “Benedito [Valadares] comunicou-me [a] fórmula sugerida, sendo objeto [de] estudo”, e então continuava, “[Carlos de] Lima Cavalcanti [está] bem disposto”. Mas entre um e outro, o remetente usou um termo que soava como hesitação “pronto conversar”¹⁵. O governador da Bahia certamente não confiava na palavra do mineiro, poderia ser um teste ou uma cilada para desarticular outros acordos paralelos.

No dia 21 de abril, José Américo escreveu uma longa carta a Juraci Magalhães. Iniciou o texto explicando um longo silêncio: “É de propósito. Deixei de escrever-lhe, há muito tempo, para que você ficasse à vontade, sem se preocupar com o meu nome nesta delicada conjuntura em que deveria guiar-se pelo seu próprio tato político”. Mas o assunto que tomava toda a página fora mesmo as articulações que ele conseguira fazer nos últimos dias. Depois dos muitos meses em que o assunto da sucessão presidencial e o seu nome como alternativa correram entre as lideranças nacionais sem que chegasse a uma definição, nosso personagem começou a se movimentar para formar uma base de apoio. Estivera com Carlos de Lima Cavalcanti, em reunião promovida por “oficiais do Exército”, na tentativa de construir a conciliação geral dos revolucionários no entorno do seu próprio nome e dizia trazer boas notícias:

Manifestou-me ele nessa ocasião, com um admirável senso de solidariedade revolucionária, de quem se sobrepõe aos próprios

¹⁴Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1960), em seu livro *Getúlio Vargas, meu pai* reforça essa ideia, embora no caso dela, o deslocamento temporal e o esforço de justificar o golpe de estado tenham deixado certos posicionamentos no cenário político mais fechados que eles de fato estavam em meados de 1937.

¹⁵Telegrama de 10 mar. 1937, de Juraci Magalhães a José Américo (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).

ressentimentos pessoais, que estaria pronto a colaborar com os grandes estados numa fórmula de reintegração dos princípios democráticos para o bom encaminhamento da sucessão presidencial, ainda que fosse pela minha candidatura. Estaria mesmo inclinado a apoiar, desde logo, qualquer iniciativa tomada nesse sentido pelos estados da Bahia, São Paulo e Rio Grande [do Sul]¹⁶.

O governador de Pernambuco, apesar do encontro, dava a entender que o apoio só aconteceria em caso de consenso geral com os demais estados. Depois dessa ocasião, o ministro foi procurado pelo deputado gaúcho João Carlos Machado, a quem transmitiu o acordo para que esse tratasse com Flores da Cunha. Esse se mantinha rompido com o presidente, mas autorizou nosso biografado a tentar uma aproximação. As negociações, contudo, travaram mais uma vez em São Paulo. Teve notícias de que Armando Sales concordara com a articulação, mas essa possibilidade não passaria no PRP. Avaliando as circunstâncias favoráveis, José Américo dizia concordar com a recomendação de seu nome pelos grandes estados a Getúlio Vargas. O chefe da nação, afinal de contas, “não teria motivos para recusar tal indicação”, o que sabia pelos amigos, mas sobretudo pelos “deveres que tem comigo, por uma conduta de coerência e lealdade a que ainda não falhei”. Dizia mais do que isso, haveria um peso simbólico na escolha de um paraibano, seguidor de uma figura histórica como João Pessoa.

Decerto foi com muito custo que o pré-candidato se despiu da sua imagem de desinteresse para participar das negociações, tanto que não poupou justificativas para todos com quem se encontrou ao longo desse processo. Na casa com Juraci Magalhães, ele insistia: “Você bem sabe com que desambição tenho me portado”, e continuava, com certa cota de charme, “mas, se considerarem útil essa solução, para o lançamento imediato (...) não terei outro remédio senão pôr-me às ordens dos amigos”. Finalmente, era com o tom de confissão a um amigo que se abria daquela forma: “Falo sem interesse pessoal, mas sem hipocrisia. Eu seria assim a bandeira de paz. E só lhe falo assim por ter sido o seu candidato”¹⁷.

José Américo entrou na disputa porque bem sabia, pelos amigos e pela imprensa, das muitas chances de que seu nome fosse o escolhido como candidato governista à sucessão presidencial. Mas para que isso se desse muita estrada ainda era preciso seguir, para pacificar os ânimos das muitas figuras envolvidas e conseguir a aprovação de Getúlio Vargas. Mais difícil ainda seria articular o seu nome como o único candidato, sobretudo devido à resistência de São Paulo, que tinha grandes chances de conquistar

¹⁶Carta de 21 abr. 1937, de José Américo a Juraci Magalhães (CAMARGO *et al*, 1984, p.503).

¹⁷Carta de 21 abr. 1937, de José Américo a Juraci Magalhães (CAMARGO *et al*, 1984, p.503).

Flores da Cunha e Carlos de Lima Cavalcanti. Em todo caso, as amizades e os desafetos tinham um lugar importante nessas negociações políticas, nossa personagem confiava no governador da Bahia, o que era imprescindível para que seguisse com as suas negociações. Depois que ele preparou o terreno, seu correspondente que deveria entrar em cena, discutindo com os chefes dos maiores estados a possível indicação comum. Essa carta, aliás, deve ter seguido por algum portador, dada a rapidez com que as coisas se deram depois dela e do teor confidencial de suas linhas.

Acontecia que, para além das negociações e dos cálculos políticos que tomavam essas lideranças, não era estranha à maior parte delas a possibilidade de que as eleições não se realizassem. Em carta a Juraci Magalhães de 24 de abril, Artur Neiva avaliava o cenário: “Até hoje, o Getúlio [Vargas] não conseguiu dissipar totalmente a impressão de que deseja continuar. Os desmentidos surgem da gente que o rodeia”¹⁸. O medo de que o presidente permanecesse no poder depois do término do período constitucional do seu governo era constante na opinião pública. Motivos para isso não faltavam, mesmo tendo passado quase dois anos do Levante Comunista, o presidente continuava governando em estado de guerra. Mais do que isso, nos últimos meses, havia decretado intervenção federal em alguns estados. Os primeiros foram Maranhão e Mato Grosso, o que causou alguma comoção entre os políticos e na opinião pública (CAMARGO *et al*, 1989).

O maior impacto, no entanto, aconteceu com a intervenção no Distrito Federal no dia 15 de março de 1937, às vésperas do julgamento do prefeito eleito Pedro Ernesto no Tribunal de Segurança Nacional. Essa medida, conforme Thiago Mourelle (2019), impedia o possível retorno ao poder caso ele fosse solto. Mas seu efeito prático imediato foi a desarticulação do poder da Câmara, na medida em que o padre Olímpio de Melo, vice-prefeito eleito, seguia no cargo como interventor. De toda forma, pegou muito mal na opinião pública, de forma que o próprio presidente, dias mais tarde, daria declarações públicas chamando de “grande infâmia” as acusações de que quisesse seguir no poder¹⁹. Aspásia Camargo *et al* (1989) apontam que essa investida alarmou oposição e situação, de maneira que alguns dos maiores estados – Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia – firmaram um pacto de não-intervenção, na liderança de Flores da Cunha. A premissa era que cada unidade tivesse liberdade para escolher seu candidato à sucessão presidencial.

Artur Neiva tinha desconfianças de Agamenon Magalhães, “que está liderando a agitação do país” e da estranha proximidade do presidente com o integralismo. Ele bem

¹⁸Carta de 24 abr. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva. CPDOC).

¹⁹*Diário de Notícias*, 1 abr. 1937, p.1.

sabia que a bancada baiana não estava de todo homogênea, uma parte dela apoiaria o presidente incondicionalmente. Ele dizia ainda que Getúlio Vargas simpatizava com o nome de Medeiros Neto, mas que não sabia bem se era sinal de sua vontade legítima. Por todas as informações que consultamos, deve ter sido um alarme falso das fontes do remetente, uma tentativa de rearticulação ou um sinal trocado do presidente. Falava-se, naquele momento, cada vez menos do senador baiano. Outra observação perspicaz que endereçava ao governador da Bahia dizia respeito à dificuldade de entender que atitude esperar das forças armadas no caso de um possível golpe:

De há muito tenho a impressão de que no Brasil não há verdadeiramente um Exército, há qualquer coisa parecida com uma organização chinesa, de tal forma vamos decaindo. Existem vários exércitos, o do General Góis [Monteiro], o do General Waldomiro [Lima], do General [Eurico] Dutra, Pantaleão [da Silva Pessoa] etc. etc. Uma confederação de forças, plena China²⁰.

Artur Neiva era médico por formação, com passagem pelas instituições científicas mais destacadas do país. Havia sido interventor da Bahia por cinco meses e líder da bancada baiana na Assembleia Constituinte de 1934. Naquele momento, exercia o mandato de deputado federal, mas não era nem de longe um dos mais votados, como expressou certa vez em uma de suas correspondências: “acho-me colocado em 12º lugar, em 2º turno, como acima de mim já se encontram eleitos no 1º turno, o [Manoel] Novais, o Altamirando [Requião] e o [Régis] Pacheco, estou de fato no 15º”, continuou, “nas próximas eleições suplementares, o Clemente [Mariano] e o Lauro [de Freitas] atingirão o 1º turno, passarei para 17º”, arriscando não ser eleito, se a oposição tivesse melhor êxito²¹. A despeito disso, dispunha de conhecimentos intelectuais e políticos, que conferiam acesso a informações privilegiadas dos bastidores da política partidária na Capital Federal. De toda forma, essa carta só seria recebida por Juraci Magalhães uma semana depois. Talvez antes, se tivesse um portador direto e não o serviço de postagem convencional. Nesse tempo, muita coisa poderia acontecer.

Enquanto isso, naquele mesmo dia, 24 de abril, José Américo foi a Petrópolis, onde teve uma longa conversa com o presidente no Palácio Rio Negro²². Getúlio Vargas contou em seu diário que o ministro tratou da sua provável candidatura:

Disse-lhe que nenhuma oposição faria ao seu nome, considerava-o até

²⁰Carta de 24 abr. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

²¹Carta de 27 nov. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

²²*Diário de Notícias*, 25 abr. 1937, p.8.

uma reserva para a qual poderia eventualmente apelar no sentido de resolver o caso da sucessão. A palestra foi longa. Ele retirou-se satisfeito, e eu, informado de muita coisa que os meus auxiliares ignoravam, inclusive os seus encontros e entendimentos políticos com o governador [Carlos de] Lima Cavalcanti à revelia do ministro Agamenon [Magalhães] (VARGAS, 1995b, p.37).

José Américo tinha prestígio com Getúlio Vargas. No último ano, a julgar pelos registros de seus arquivos pessoais, os dois não se corresponderam, mas estiveram juntos algumas vezes, como há registros nos diários e livros de memórias de um e de outro. O ministro, ao que indicam as fontes, preferia sempre que possível tratar com o presidente *tête à tête* e este não se negava a recebê-lo. Se era um sinal de proximidade, também parecia ser uma estratégia política, uma forma de estreitar laços com o chefe da nação e, na intimidade, entender melhor o que ele estava pensando a respeito do momento político em questão. Por outro lado, era um tipo de comunicação que, *a priori*, não deixava rastros, que poderiam servir depois como prova. Em todo caso, no registro do dia em seu diário, o presidente parecia pouco disposto a apoiá-lo e usou a reunião para saber das movimentações que estariam fazendo o ministro e Juraci Magalhães. Em todo caso, nas páginas do *Correio da Manhã*, o episódio foi tido como uma “nova fase de articulação”, dessa vez, protagonizada por nosso biografado: o subtítulo “entra em marcha a candidatura José Américo” aparecia com constância nas notícias de política²³.

A ida a Petrópolis fazia parte de uma agenda de negociações que começara na reunião com Carlos de Lima Cavalcanti. Mas também nos indica que o biografado nada tinha de ingênuo quanto às intenções do presidente. Ao contrário do que seu anfitrião registrara, talvez tenha saído desse encontro desconfiado de suas atitudes. Até aquele momento, parecia não acreditar que sua vontade de continuar no poder fosse maior que o respeito que ambos mantiveram entre si desde a Revolução de 1930. Encerrada a audiência, segundo nota do *Diário de Notícias*, ele teria usado o Telégrafo Nacional para longa conferência com Juraci Magalhães²⁴. Por meio dos telegramas expedidos e recebidos quase que imediatamente por um e outro, era possível estabelecer uma comunicação mais rápida, ainda que suscetível à interceptação de qualquer um que, dispondo de instrumento e captando a frequência certa, pudesse registrar a mensagem. José Américo e Juraci Magalhães continuavam, portanto, muito articulados nos cálculos políticos que andavam construindo junto à base aliada.

Em suas memórias, o biografado insistia que não era inocente nas tentativas de

²³*Correio da Manhã*, 29 abr. 1937, p.2; 25 abr. 1937, p.3.

²⁴*Diário de Notícias*, 27 abr. 1937, p.10.

golpe, “começava de olhos bem abertos, se bem que confiante”. O seu argumento é que não acreditou, naquele momento, que o presidente tivesse condições de levar à frente o seu projeto de golpe, nem entre os políticos, nem entre os militares: “Eu não via razões para descreer da imparcialidade do Ministro de Guerra, general Eurico Gaspar Dutra”²⁵. Eu acredito que José Américo e Juraci Magalhães desconfiavam de Benedito Valadares e Getúlio Vargas na escolha do candidato, mas também acho que, sendo o acordo com esses dois sujeitos a possibilidade que melhor os colocava em evidência, um como candidato, outro como importante articulador político, apostaram nisso. Em um cenário tão marcado pela possibilidade de uma ruptura institucional, mesmo que os personagens em questão estivessem em oposição a ela, uma negociação como essa também soava como uma “dança sobre o abismo”, implicava em dividir as forças revolucionárias em duas candidaturas e enfraquecer a saída democrática para a crise política.

Enquanto isso, o caricaturista Théó, em publicação da revista ilustrada *Careta*, acentuava o perfil difuso do nome procurado pelo presidente e aliados mais próximos, que tinham suas assinaturas reveladas – Benedito Valadares e Agamenon Magalhães. Mais uma vez, o objeto que representava José Américo eram os óculos:



Figura 44: Charge dos aliados de Getúlio Vargas escolhendo o candidato à sua sucessão
Fonte: *Careta*, 29 mai. 1937, p.23.

Acontecia que, em meio aos impasses da sucessão presidencial, também era importante lidar, naquele momento, com as eleições próximas para a presidência da Câmara. Esse era um assunto de primeira ordem não só no que tangia à política nacional, mas também nas disputas internas entre as elites políticas mineiras. Em sendo

²⁵Essa defesa aparece nas primeiras páginas do livro *A palavra e o tempo* (ALMEIDA, 1986[1965], p.5).

o estado mais populoso e com uma participação fundamental na Revolução de 1930, esse posto tradicionalmente era reservado aos mineiros, ou melhor, até aquele momento, havia sido ocupado por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. A votação se deu no dia 3 de maio e o presidente decidiu apoiar a candidatura do também mineiro Pedro Aleixo, que venceu o pleito. Foi uma disputa acirrada, mas o seu resultado serviu de símbolo do poder político de Benedito Valadares sobre Minas Gerais, a despeito do chefe político que por muito tempo tivera algum predomínio sobre a região (CAMARGO *et al*, 1989).

A questão da sucessão presidencial foi decidida, dessa forma, depois da vitória de Pedro Aleixo na Câmara e consequente reafirmação do poder de articulação política de Benedito Valadares. O governador mineiro chegou ao Rio de Janeiro dia 6 de maio, uma comitiva de políticos e jornalistas foi recebê-lo no aeroporto, a expectativa é que o motivo da viagem fosse o lançamento da candidatura de José Américo. Mas fugiu das perguntas, disse que nada sabia, fora rever os amigos em uma estadia breve²⁶. Àquela altura, no *Correio da Manhã*, a leitura era que “a futura presidência está nas mãos do sr. José Américo”²⁷. Ao que tudo indica, tratava-se mesmo de uma viagem para fechar os últimos acordos. Entre os muitos encontros que teve ter tido nesse momento, viajou a Petrópolis para um almoço privado com Getúlio Vargas no Palácio Rio Negro²⁸. Em seu diário, o presidente diz ter se encontrado, em seguida, o general Góis Monteiro²⁹.

Não tenho mais informações quanto ao conteúdo dos dois encontros, entretanto, esperava-se alguma definição antes que se fechasse a posição do presidente e do líder mineiro quanto à candidatura em questão. Em todo caso, há registro que Góis Monteiro esteve numa longa palestra, no dia seguinte, domingo, na residência de José Américo³⁰. O general era figura capital nas relações de Getúlio Vargas, renunciara ao Ministério da Guerra em 1935, mas seguia como seu articulador nas forças armadas. No ano anterior, atuara na vigilância e perseguição da polícia política aos possíveis candidatos, de forma que não é estranho que em um momento tão decisivo, o presidente o tenha consultado. O *Correio da Manhã*, com ironia, publicou uma sequência de nomes, sem explicações, na coluna “Misture e mande”. Era uma lista de outrora possíveis candidatos, num tempo que situação e oposição já estavam mais ou menos definidas. Ao final da ordem, depois de uma linha de pontos, o nome do general – fora da ordem alfabética proposta – e uma

²⁶*Correio da Manhã*, 7 mai. 1937, p.2.

²⁷*Correio da Manhã*, 1 mai. 1937, p.4.

²⁸*Diário de Notícias*, 8 mai. 1937, p.4.

²⁹*Diário de Getúlio Vargas* (1995b, p.42).

³⁰*Correio da Manhã*, 11 mai. 1937, p.2.

interrogação deixavam no ar a ideia de uma conspiração que traísse o movimento que perfazia o campo político *stricto sensu* e a opinião pública de maneira geral:

Misture e mande
 Por ordem alfabética:
 Carlos Maximiliano
 José Américo
 Leonardo Truda
 Macedo Soares
 Medeiros Neto

 Góis Monteiro?³¹

O Rio Grande do Sul, no dia 11 de maio, lançou a candidatura de Armando Sales à presidência da República. O deputado João Carlos Machado³², como representante do Partido Liberal, leu o manifesto na Câmara. Flores da Cunha disse, em suas declarações, que tentara os acordos possíveis para a escolha do nome de consenso – José Américo – mas que diante dos atropelos governistas em efetuar o lançamento, ficara impraticável aguardar mais: “se houvesse necessidade de um fato concreto para caracterizar a atual situação política brasileira, evocamos este: estamos a menos de oito meses da data prefixada legalmente para a eleição”, contudo, “o cidadão não conhece ainda o nome do cidadão que, porventura, tivesse merecido a adesão das organizações partidárias para o elevado encargo”³³. Alguns políticos remeteram mensagens felicitando a decisão.

Finalmente, em 18 de maio, o governador de Minas Gerais enviou um telegrama cifrado para Getúlio Vargas. Consultava “se fica[ria] satisfeito que eu tente reunir todas as forças políticas do país em torno do nome do dr. José Américo para [a] sucessão presidencial”. E teve uma resposta rápida, condizente com um assunto que tinha sido bastante debatido pelos dois: “nenhuma objeção tenho ao nome do dr. José Américo, meu ex-ministro, meu amigo e a quem reconheço altas e nobres qualidades”³⁴. Assim, no dia 20, Benedito Valadares recebeu delegados de vários estados – entre deputados e senadores já previamente acordados com as lideranças regionais – para uma reunião em Belo Horizonte, na qual foi acordada uma “Convenção Nacional”, como denominaram, leia-se convenção dos partidos situacionistas. Também ficara acertado que a maioria apoiaria o lançamento do nome do nosso biografado na ocasião daquele evento. Mário

³¹*Correio da Manhã*, 16 mai. 1937, p.4.

³²*Diário de Notícias*, 11 mai. 1937, p.1.

³³Trecho do manifesto do Partido Liberal do Rio Grande do Sul. *Diário de Notícias*, 12 mai. 1937, p.4.

³⁴Telegramas de 18 mai. 1937, de Benedito Valadares a Getúlio Vargas (Arquivo Pessoal Benedito Valadares, CPDOC).

Matos fez a última fala, em que propôs um brinde a Getúlio Vargas³⁵. No mesmo dia, o presidente recebeu o pré-candidato no Palácio Guanabara e disse que, em conversa com Benedito Valadares, havia confirmado que aceitara a sua candidatura³⁶.

A reunião dos delegados governistas rendeu discussões na Câmara e no Senado. O *Correio da Manhã* tratou das conversas de uma possível retirada da candidatura de Armando Sales. Decidido o candidato governista, mediante as forças que se uniam no seu entorno, dizia-se não haver motivo para manter a competição e o nome do paulista. Talvez fosse uma tentativa, pelo menos por parte dos mais entusiasmados defensores de José Américo, de reconquistar o apoio de Flores da Cunha. Batista Luzardo entrou no Palácio Tiradentes empolgado e soltou pilhérias com seus adversários circunstanciais. Paulo de Moraes Barros, senador paulista, porém, afirmou na tribuna do Palácio Monroe que o nome do paulista não sairia de cartaz³⁷. Esse número traçava uma avaliação da trajetória do provável candidato, que não seria o mesmo de anos atrás:

Segredo de político, ou de polichinelo, logo se conhece. Há dois dias o sr. José Américo vem sendo discutido, decantado, e discretamente homenageado, como o futuro candidato. Sua força é grande, e grande a sua responsabilidade. Nas classes mais modestas, sobretudo no Norte e nesta capital, formou-se uma verdadeira mística em torno do ex-ministro da Viação, que é para elas o homem da abolição da cláusula ouro e o bem-feitor dos flagelados. Sua nomeada honradez, que ninguém contesta, lhe cria um ambiente de estima que lhe atrairia todas as simpatias, se também ao seu nome não se houvesse ligado um ambiente de estima, e lhe atrairia todas as simpatias, se também ao seu nome não se houvesse ligado um caráter de intransigência que pode ir até à rispidez.

A intransigência em determinados assuntos, desde que não seja um traço dominante, e quando acompanhada por um largo espírito de justiça e iniciativa, não é um mal sem compensações. É, em todo caso, tão estranha em nossos meios políticos, que foi ela a responsável pela queda violenta de um presidente – também honrado. O que prova que, tão pouco, é a honestidade um bem sem inconvenientes...

Mas, entre a figura outubrista e a de hoje, passaram sete anos de experiência, de ação e prática de negócios públicos. Há um mundo entre a atmosfera do Ministério de Viação em 1930, onde cada papel a despachar podia esconder uma cilada e cada proposta um apetite, e o ambiente do Tribunal de Contas, calmo e impregnado de cifras que são o termômetro e a medida de todas as atividades nacionais. Para aqueles que ainda veem no sr. José Américo um romancista da política provinciana, está certamente reservada uma surpresa – e desde as suas primeiras palavras o futuro candidato poderá justificar o nosso prognóstico.

Esperamos que a surpresa seja feliz como a causada pelo tato e

³⁵*Correio da Manhã*, 20 mai. 1937, p.3.

³⁶*Diário de Getúlio Vargas* (1995b, p.47).

³⁷*Correio da Manhã*, 21 mai. 1937, p.2.

a elegância política do sr. Benedito Valadares, em suas recentes negociações³⁸.

O texto destacava os valores do pré-candidato, acumulados ao longo dos anos de sua trajetória política – destacava as obras contra as secas e uma honradez intransigente, da qual ele tanto se orgulhava. O jornal também tratava das mudanças em seu caminho, sobretudo por sua experiência na administração pública, fundamental para desvendar as ciladas e os apetites da vida política. Isso tinha assim suas vantagens, ele não era mais “um romancista da política provinciana”, mas nessa mesma medida, havia seus riscos. Desconfiava-se do que planejava Benedito Valadares, “em suas recentes negociações”. Nesse quesito, o título da nota não poderia ser mais sugestivo. “Prognóstico” discutia não apenas o perfil do ministro, mas também das forças políticas que o acompanhavam. Muito poderia surpreender o jogo de forças que se organizava em volta da candidatura, por parte da experiência do ministro no dribble das intenções escusas ou do governador com suas negociações obtusas – assim avaliava parte da opinião pública.

A “Convenção Nacional”, depois das tentativas do governador de Minas Gerais de sediá-la em Belo Horizonte, aconteceu na noite de 25 de maio no Palácio Monroe, sede do Senado, no Rio de Janeiro. Benedito Valadares assumiu a presidência da sessão, em seu discurso, falou da importância das eleições no regime democrático, mas exaltou também a importância do período ditatorial na elaboração das leis que garantiriam ao “povo brasileiro a plenitude do exercício de seus direitos”. Seguiram-se à sua as falas do deputado baiano Clemente Mariani, representando forças políticas aliadas da Bahia, e chamando atenção para as articulações de Juraci Magalhães, o qual propôs na plenária o nome de José Américo. João Neves da Fontoura, em nome da Frente Única Gaúcha, fez elogios e declarou apoio à escolha do ministro. Outros oradores tomaram a palavra, os representantes dos partidos lançaram um manifesto e aclamaram a candidatura de José Américo. Duas comissões foram então montadas para dar notícia, nas residências, ao nosso biografado e ao presidente da República³⁹.

Comunicado da escolha do seu nome, como já era esperado, nosso personagem fez um discurso divulgado no dia seguinte na imprensa. Aparentava ter convicção que a sua candidatura era resultado de uma coalisão de forças para enfrentar a crise política na qual a nação estivera: “Não bati às vossas portas nem viestes até mim. Encontramo-nos

³⁸*Correio da Manhã*, 21 mai. 1937, p.4.

³⁹*Correio da Manhã*, 25 mai. 1937, p.1; 26 mai. 1937, p.1,3; *Diário de Notícias*, 26 mai. 1937, p.1,7.

numa encruzilhada e tomamos o caminho juntos”⁴⁰. Não foi bem assim. Essa escolha, como pudemos acompanhar, exigiu o trabalho político de muita gente, inclusive o dele. Interessa notar, todavia, como esse deslocava esse esforço para construir a imagem de uma unanimidade que, naquele momento, não correspondia à realidade. A elite paulista estava muito pouco simpática à ideia de abdicar da candidatura de Armando Sales.

A escolha, contudo, fora eficiente quanto ao propósito de Benedito Valadares e Getúlio Vargas de evitar que o Bloco do Norte apoiasse o ex-governador de São Paulo. Juraci Magalhães decerto era dos mais entusiasmados com a candidatura do ministro. Carlos de Lima Cavalcanti e Juarez Távora, apesar dos desafetos, tinham acordado que apoiariam o candidato nortista ainda no ano anterior. Mas as circunstâncias políticas não facilitavam as boas relações com o governo. Naquela semana, fora aberto o processo contra o governador pernambucano no Tribunal de Segurança Nacional, com solicitação de prisão preventiva do Ministério da Justiça. Estava sendo acusado de envolvimento com o comunismo. Tratava-se de uma retaliação pelo apoio que o nortista havia dado a Antonio Carlos nas eleições na Câmara, entendido pelo presidente como uma traição⁴¹. Esse cenário rendeu seu rompimento Agamenon Magalhães⁴². Ainda assim, ele declarou apoio à candidatura de José Américo:

Diante do resultado da Convenção, indicando o nome de v. ex. como candidato à presidência da República, quero exprimir-lhe a sincera satisfação que, por vários motivos, me causa essa escolha. Pessoalmente honro-me do acerto com que, desde a primeira sugestão do seu nome, fazendo justiça às suas qualidades, assegurei a simpatia com que o iria acompanhar. Como revolucionário, vejo mantida a união dos companheiros de 1930, em torno da sua candidatura e da ideologia por que lutamos naquela época e de cuja efetivação o seu governo garantirá a continuidade. É desnecessário dizer o sentido patriótico do meu jubilo, dadas as qualidades que v. ex. porá a serviço do país e que explicam o entusiasmo que cerca a sua candidatura.

Congratulo-me com v. ex. pela confiança das forças políticas nacionais em seu nome e manifesto a certeza da vitória da sua candidatura. Cordiais saudações⁴³.

O telegrama foi publicado na imprensa, como o remetente já deveria imaginar, que já era parte das estratégias de campanha. Apesar disso, surpreende perceber o tom afetuoso da mensagem, diferente das missivas anteriores, talvez como um sinal de que o tempo dos estranhamentos tivesse passado. Carlos de Lima Cavalcanti decerto notara

⁴⁰*Correio da Manhã*, 26 mai. 1937, p.3.

⁴¹*Diário de Getúlio Vargas* (1995b, p.41).

⁴²*Diário de Notícias*, 12 mai. 1937, p.4.

⁴³*Diário de Notícias*, 27 mai. 1937, p.5.

que José Américo e Juraci Magalhães não ocupavam a mesma posição no jogo político que Getúlio Vargas e Benedito Valadares. É possível inferir que não foi despropositado o lançamento da candidatura de José Américo apenas depois de decidida a candidatura de Armando Sales. O presidente e o governador mineiro, dessa forma, desarticulavam as forças que outrora gravitavam o nome paulista, mas sem conferir demasiado poder ao candidato governista. Estando ambos enfraquecidos, abria-se a possibilidade para uma terceira margem – fórmula política ou militar que permitisse continuidade do mandato.

Mas lançar uma candidatura própria também não significava para os políticos do Norte cair nas armadilhas do presidente. O jogo era mais complexo de isso. A saída por uma candidatura única paulista envolvia os riscos de perder espaço nos investimentos e nos cargos públicos conquistado com a Revolução de 1930. Além disso, a vitória de um candidato nortista, nas primeiras eleições diretas depois do movimento revolucionário, seria uma grande conquista para a região e para suas carreiras como homens públicos. A candidatura oficial, afinal de contas, tinha chances na corrida presidencial. As cartas estavam na mesa e, até o dia das eleições, muito trabalho político ainda precisaria ser feito. Em todo caso, Juarez Távora preferiu ficar ausente, dizia em suas memórias que, não tendo cargo público, também não precisava se posicionar (TÁVORA, 1974).

7.2 A campanha presidencial de 1937

Vou lhe dar, com a franqueza habitual, as minhas impressões. Achei o nosso candidato excessivamente otimista, e me parece que não gosta de analisar os fatos quando estes não são inteiramente agradáveis. Aliás, no meu modo de observar, que pode ser falso, esta maneira de encarar as coisas é muito da mentalidade do nortista.

Artur Neiva⁴⁴.

A despeito do que dizia Artur Neiva nas cartas ao governador Juraci Magalhães, José Américo insistiria, em suas memórias, que nunca esteve desatento às investidas autoritárias do presidente e dos generais mais próximos a ele. Quer me parecer, porém, que entre as crenças e as descrenças que contornavam a possibilidade das eleições e de um golpe de estado, havia um conjunto de outras variáveis que fizeram não só que o personagem, mas também outros líderes envolvidos – incluindo o deputado e o chefe do estado da Bahia – apostassem ou não na candidatura em vigência. Em uma semana, às vezes por todo um mês, em outras no curso de um dia, o cenário político foi mudando e colocando novos desafios em cena. Via de regra, o cenário inóspito dividia opiniões,

⁴⁴Carta de 15 jun. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

havia quem apostasse na vitória do candidato paulista, os que preferiam o nortista e aqueles que acreditavam no golpe de estado como um destino inevitável. As cartas estavam na mesa – “*sur de roulette*”, para usar a expressão de Artur Neiva⁴⁵ – e muita coisa poderia acontecer nesses longos meses de campanha.

Decidida a candidatura, era hora de organizar a campanha. O primeiro discurso do ministro como titular da chapa governista foi no almoço oferecido pelos aliados a Benedito Valadares no Jockey Club antes do regresso a Belo Horizonte. Nessa ocasião, José Américo falou pouco, tratava da mudança no cenário geográfico e social do sertão nordestino que o governo revolucionário proporcionara, o que era uma forma de exaltar a sua própria gestão ministerial – “A fugitiva quimera de ontem transmudou-se na feliz realidade de hoje” – e prometeu fazer o mesmo em todo Brasil⁴⁶. Usava essa passagem marcante de sua trajetória como símbolo de suas intenções, mas não foi muito além. Para isso, era urgente construir uma plataforma de governo, com estratégia eleitoral e método para elaborar os discursos e práticas para angariar apoio dos quadros partidários e a simpatia do eleitorado, o que não seria tarefa fácil, exigia acomodar propostas para uma maioria de grupos influentes em âmbito nacional. Uma nota do *Correio da Manhã*, por exemplo, dizia que o ministro andava estudando os problemas do café, decerto tentativa de aproximação de uma parcela dissidente da elite paulista⁴⁷.

O lançamento das duas candidaturas rendeu discussões e posicionamentos na imprensa e no âmbito da cultura de maneira geral. O *Correio da Manhã* se tornou um dos veículos mais entusiasmados com a campanha de José Américo. As atividades do ministro tinham os espaços mais destacados na folha e narrativas que amplificavam o seu apoio e os seus feitos. Costa Rego, em sua coluna, tomava partido do candidato em várias pautas. Às acusações de que se tratava de um regionalista, defendia que não era mais do que Armando Sales por São Paulo⁴⁸. Em outra ocasião, negou que os outrora opositores da Revolução de 1930 fossem incoerentes em apoiá-lo, o momento era outro. No texto “A lógica do peru”, animal que só é capaz de ver dentro do círculo, ele mostrou que política não é matemática: “Não se pode remontar a campanha de 1937 ao ambiente que marcou a de 1930”⁴⁹. E assim seguiu ao longo dos meses seguintes.

O *Diário de Notícias* tomou partido pela candidatura de Armando Sales e pegou

⁴⁵Carta de 9 jul. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

⁴⁶*Correio da Manhã*, 30 mai. 1937, p.3.

⁴⁷*Correio da Manhã*, 9 mai. 1937, p.4.

⁴⁸*Correio da Manhã*, 28 mai. 1937, p.2.

⁴⁹*Correio da Manhã*, 30 mai. 1937, p.2.

pesado nas críticas a José Américo. Em certo momento, chegou a compará-lo ao coronel José Pereira, “caudilho de Princesa” e “caudilho de Areia”, fazendo analogia às práticas que resultaram no assassinato de João Pessoa⁵⁰. O periódico não deixou de criticar a postura do jornalista Costa Rego, do *Correio da Manhã*. No editorial “O amigo urso”, remetia-se à fábula para dizer dos prejuízos das amizades mal intencionadas, chamava-o “jagunço de pena”, que enredava a campanha de mentiras⁵¹. As críticas mais pesadas, no entanto, contornavam a posição ambígua do presidente – que não disfarçava suas intenções autoritárias – com o candidato oficial. Ao aproximar esses dois personagens, como na manchete: “José Américo, pseudônimo de Getúlio Vargas”, nosso biografado era associado às crises do governo, como o estado de guerra, as perseguições políticas, as intervenções nos estados⁵². A trajetória de ex-ministro de Viação e Obras Públicas no Governo Provisório também contribuía com a imagem pouco afeita à democracia, mas da qual o paraibano se esforçaria para se distanciar:

O grande interessado no *status quo* da treva é, entretanto, o [Palácio do] Catete, principalmente porque, tendo chamado a si a direção ostensiva da campanha política, depois que reoficializou a candidatura José Américo de Almeida, necessita da escuridão, do arbítrio para tentar destruir por toda parte, mui especialmente no extremo sul, as formações partidárias que sustentam a candidatura independente e, no dia 19 de janeiro, nacional do sr. Armando de Sales Oliveira⁵³.

Assis Chateaubriand, dono dos *Diários Associados* e redator constante de seus periódicos, embora tivesse sido dos primeiros entusiastas da candidatura José Américo, tomou partido por Armando Sales. Conforme o seu biógrafo Fernando Morais (1994), as incertezas que permeavam a chapa governista pesou na decisão. Mas quer me parecer que a sua verve de empresário tenha pesado, talvez seu conterrâneo não tenha podido – por razões práticas, devido ao tempo em que seu nome foi escolhido, bem como morais, sua ideia de sobrepor os interesses públicos sobre os individuais – oferecer as mesmas vantagens ao comunicador que o paulista oferecia. Essa seria uma baixa importante, devido ao peso dos meios de comunicação na discussão pública. E sendo um homem de grande prestígio político, Assis Chateaubriand também se empenharia pessoalmente no trabalho de campanha, viajando pelas cidades do Norte.

Mas a imagem do nosso personagem também foi explorada por outros caminhos,

⁵⁰*Diário de Notícias*, 3 jul. 1937, p.4.

⁵¹*Diário de Notícias*, 2 jun. 1937, p.3.

⁵²*Diário de Notícias*, 16 jun. 1937, p.1.

⁵³*Diário de Notícias*, 11 jun. 1937, p.1.

que ultrapassavam os assuntos propriamente políticos e o tema da sucessão presidencial. Em mais de uma oportunidade, os jornais publicaram reportagens sobre as estiagens e relataram o impacto dos investimentos nas obras contra as secas na vida da população, com destaque para sua gestão no Ministério de Viação e Obras Públicas. A literatura foi outro assunto debatido com certa constância. A visibilidade se tornou um terreno fértil para nova recepção de *A Bagaceira*, a 6ª edição fora publicada em setembro de 1936, mas decerto já estava com as vendas aceleradas, tanto foi que a editora José Olympio tratou de preparar nova tiragem às pressas – embora só fosse ficar pronta em novembro. No que tangia à campanha, o romance serviu tanto de vitrine como de vitraço do autor. José Lins do Rego escreveu uma resenha, ainda em fevereiro, para o *Diário de Notícias*, com o seu olhar generoso de amigo de longa data⁵⁴. O *Correio da Manhã* também usou o livro para promover a campanha, seria ele um intelectual e homem de ação, nas suas páginas haveria “mais que uma esperança”, “um estandarte e programa nacional”⁵⁵.

Um grupo de intelectuais renomados se mobilizou em favor de sua candidatura. Aspásia Camargo *et al* (1989) citam o manifesto, com mais de cem assinaturas, em que se encontravam Ciro dos Anjos, Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Monteiro Lobato, Pedro Nava etc. Interessa perceber a presença de figuras de diferentes posturas políticas e filosóficas. Desde os corporativistas como Oliveira Viana, até os mais simpáticos ao comunismo como Graciliano Ramos. O periódico *O Radical*, por sua vez, publicou uma entrevista com o astrólogo Ullo Getzel, que tendo posse dos seus dados de nascimento, por um conhecido de nosso biografado não identificado, garantia “raramente um homem possui desde o seu nascimento, a designação para a carreira política como no seu caso acontece”, a conexão do Sol no signo de Capricórnio e do Ascendente em Sagitário, segundo ele, caracterizava um homem de caráter honesto, sincero, temperamento vivo, com amor à verdade. Os trânsitos favoráveis da Lua com Netuno e da Lua com Vênus significavam um bom desempenho na arena pública nos próximos meses e, continuava, seu mapa natal se identificava de tal como o regime político vigente que bem se poderia dizê-lo “irmão gêmeo mais velho da República”⁵⁶.

⁵⁴*Diário de Notícias*, 21 fev. 1937, p.17.

⁵⁵*Correio da Manhã*, 30 jun. 1937, p.4.

⁵⁶*O Radical*, 21 mai. 1937, p.1,2.

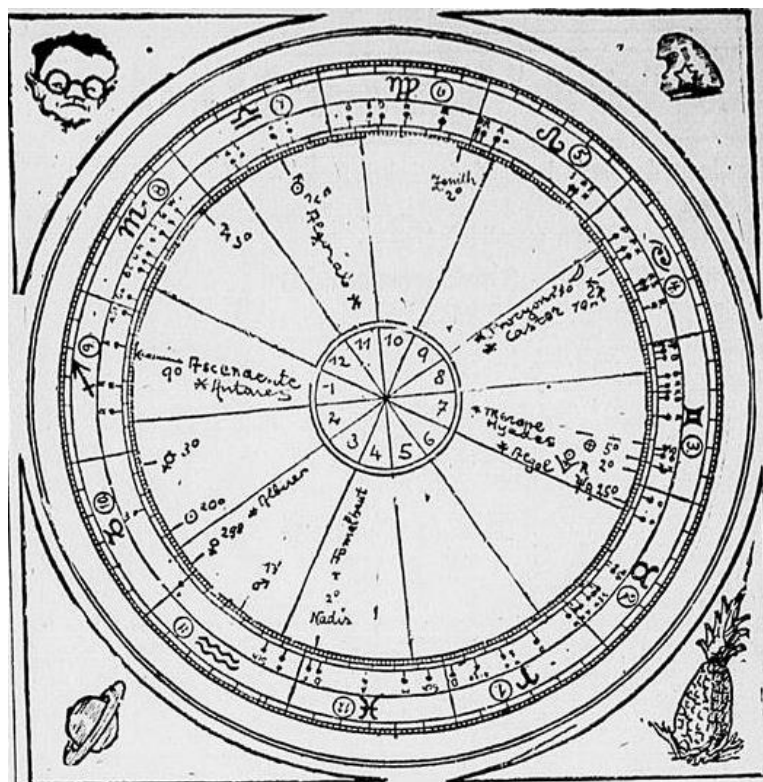


Figura 45: Mapa natal de José Américo pelo astrólogo Ullo Getzel

Fonte: *O Radical*, 21 mai. 1937, p.1

A rotina de visitas à residência do nosso biografado cresceu bastante. Seu filho Reinaldo Melo de Almeida recorda que pouco via o pai: “eu entrava pela porta dos fundos, subia para o meu apartamento que era no terceiro andar e fugia dos políticos. Era o clima pré-eleitoral. Minha mãe também fugia”⁵⁷. Na primeira quinzena de junho, nosso biografado e seus aliados preparavam a montagem do comitê oficial. Artur Neiva, deputado pela bancada da Bahia e amigo epistolar de Juraci Magalhães, escreveu para ele contando das impressões de sua visita à casa de José Américo. O candidato achava imprescindível a presença dos governadores dos estados maiores que o apoiavam na Capital Federal, era uma forma de pensar as estratégias e viabilizar os recursos que usariam nos meses seguintes. O próprio remetente, entretanto, desencorajava a atitude: “No meu modo de entender, e o digo fraternamente, não lhe iria bem, como governador da Bahia, chefiar aqui no Rio [de Janeiro] a propaganda”, haveria, afinal, um conjunto de outras demandas a cumprir no seu estado. Os pernambucanos, dizia ele, teriam sugerido a mesma coisa a Carlos de Lima Cavalcanti⁵⁸.

Uma posição diferente dessa foi adotada por Benedito Valadares, que se arvorou coordenador de campanha e, nessa esteira, convidou o candidato a iniciar os trabalhos

⁵⁷Entrevista concedida a Aspásia Camargo *et al.* (1984, p.370).

⁵⁸Carta de 15 mai. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

oficiais em Belo Horizonte. José Américo justificou, nas memórias, que o governador mineiro temia um possível insucesso se começassem no Rio de Janeiro. Era melhor que o primeiro impacto fosse em um espaço onde a liderança política estivesse controlada a seu favor. O ministro viajou em trem de linha, em vagão especial, na noite do dia 19, em companhia de Medeiros Neto⁵⁹. Foram duas as atividades oficiais da campanha, primeiro a sessão solene no Teatro Municipal e, logo em seguida, um comício popular.

José Américo fez dois discursos. Aos quadros do Partido Nacionalista de Minas, ele se apresentou como homem do *hinterland*, como a maioria dos políticos presentes, capaz por isso de representar seus valores e anseios. Nada seria mais sagrado, portanto, que a liberdade, essa que custou o sangue de muitos heróis: “juremos todos, pelas cinzas repatriadas dos vossos mártires, que não se destruirá a liberdade dos brasileiros, com falsos regimes de autoridade, que não passariam de regimes de submissão”. Tratava-se de uma referência à Inconfidência Mineira, mas não era uma fala meramente retórica no cenário da sucessão presidencial. Ele condenou o que chamava “caricaturas totalitárias” – numa alusão ao comunismo e ao integralismo, talvez também fosse uma resposta às críticas que sofria na imprensa quanto à escalada autoritária de Getúlio Vargas.



Figura 46: Benedito Valadares e José Américo na Feira de Amostras de Belo Horizonte



Figura 47: Multidão no momento da chegada de José Américo

Fonte: *Correio da Manhã*, 22 jun. 1937, p.3.

Nesse ponto, ele justificava a Revolução de 1930 e o regime ditatorial que a precedeu como um movimento em prol da justiça social, pela qual ele teria trabalhado como ministro nas obras contra as secas. Porém, no novo tempo, o que se precisava era da prática honesta da democracia, em que ninguém padecesse na miséria e nem tivesse

⁵⁹*Correio da Manhã*, 19 jun. 1937, p.2.

sua propriedade ameaçada. O caminho seria oferecer serviços que faltavam no interior – “o médico, a escola, a justiça, a igreja” – bem como a infraestrutura de estradas de ferro, trens elétricos – “a civilização limpa-trilhos”, citava Euclides da Cunha – e estradas de rodagem, que interligassem o interior do país⁶⁰. Em seu enredo, nota-se como elaborar um discurso, sobretudo na concepção do biografado, era um trabalho não só político, mas também intelectual, com referências culturais do público para o qual falava.

Às seis horas da noite, Gustavo Capanema assumiu a presidência da convenção, foi selada a ata e o programa do partido, Benedito Valadares fez um pronunciamento, em que dentre outras coisas, agradeceu a presença do candidato governista à sucessão presidencial. Mais tarde, foram à rua, para um comício popular. O discurso do ministro, então, tomou outros contornos. Falou aos pobres, como homem de um estado humilde, que tivera o privilégio de ser alçado candidato por Minas Gerais. “Isso é brasileirismo”, explicava, descobrir “um homem perdido na sombra, longe das ambições tumultuárias, da terra tão obscura quanto ele, fazê-lo do Brasil inteiro, fazê-lo maior que todos”. Em ambos os casos, não se tratavam de discursos propositivos, era antes uma apresentação de si e de suas intenções. Mostrava-se defensor da democracia, crítico aos excessos de liberalismo, e nesse ponto, favorável aos programas de justiça social. Mas seguia sem anunciar o que pretendia fazer. Faltava-lhe o programa de governo.

Ainda assim, os discursos foram transmitidos no rádio e publicados na imprensa, sendo importante pensar no seu impacto para além do público mineiro, como uma carta de intenções aos seus ouvintes e leitores. Costa Rego comentou a largada da candidatura em sua coluna na página dois do *Correio da Manhã*, “não eram os pontos do programa, assim expostos, mais do que o efeito singelo da experiência adquirida” e destacou o valor da democracia⁶¹. Outra nota publicada no mesmo jornal, assinada apenas com as iniciais “M. M.”, dizia que os discursos empolgaram a opinião pública em São Paulo⁶². Carlos de Lima Cavalcanti remeteu uma mensagem: “quero felicitá-lo pelo caloroso entusiasmo com que o nobre povo mineiro o recebeu, refletindo com perfeita fidelidade os sentimentos e aspirações da grande maioria da nação”⁶³. A publicação desses comentários, como os seus autores – desde o jornalista ao remetente – bem sabiam, fazia parte do trabalho de campanha. Os jornais, afinal, eram espaços privilegiados para a elaboração e disseminação de ideias na opinião pública.

⁶⁰*Correio da Manhã*, 22 jun. 1937, p.1.

⁶¹*Correio da Manhã*, 22 jun. 1937, p.2.

⁶²*Correio da Manhã*, 25 jun. 1937, p.2.

⁶³*Correio da Manhã*, 25 jun. 1937, p.4.

O escritório de propaganda foi finalmente inaugurado dia 23 de junho de 1937. Tratava-se de um conjunto de três salas em um prédio novo no quarto andar da antiga Rua do Ouvidor com a Uruguaiana. Realizou-se uma cerimônia rápida, com discurso do candidato e os aplausos dos seus articuladores mais entusiasmados⁶⁴. O programa ainda não estava pronto, o que também dificultava a elaboração dos discursos e coordenação das atividades. A quantidade de demandas do candidato, que se esforçava para fazer do texto um trabalho intelectual – falava em se retirar por uns dias para se dedicar a ele, talvez fizesse uma viagem com esse fim, que o afastasse das visitas constantes e dos compromissos cotidianos – bem como a pluralidade de sua base de apoio, com os seus interesses específicos, dificultavam bastante a sua conclusão. Costa Rego, no começo de julho, sugeriu que a cartilha incluísse investimentos em petróleo⁶⁵. Mas àquela altura, era improvável que essa plataforma de fato fosse sair.

Juraci Magalhães, por sua vez, do seu gabinete no palácio do governo da Bahia, mobilizava apoio para o candidato governista não só no interior do seu estado, mas nos municípios de outras regiões do país. A sua estratégia consistia em estabelecer uma rede de correspondentes nas mais variadas localidades. O governador, desde a última semana de maio, enviou centenas de cartas e telegramas. Em poucos dias, como pudemos ver no seu arquivo pessoal, recebeu uma multidão de respostas. As mais entusiasmadas davam notícia das estratégias que usaram para divulgar o nome e as propostas de José Américo. Aníbal Duarte, governador do Pará, em carta de 29 de maio, dizia ter marcado para o dia seguinte o primeiro grande comício da capital, pretendendo estender a campanha por todo o Norte. Em anexo, remetia um impresso direcionado às mulheres, cujo direito ao voto havia sido regulamentado em território nacional desde 1932. Avelino Pereira, editor de *A Tarde*, que circulava em Manaus, remeteu recortes de jornais oposicionistas e disse pretender, na folha diária, reverter a discussão a favor do situacionista⁶⁶.

O Dr. Plácido Rocha, médico e cirurgião em Araçatuba, São Paulo, enviava cartas ao eleitorado local e distribuía cartões, nos quais se oferecia para dar informações sobre o processo de alistamento eleitoral. Além deles, teve respostas de João Caruso, advogado em Boa Vista do Erechim, Rio Grande do Sul; Francisco Abdoral de Lacerda, agrimensor em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Em meio a esse movimento entusiasmado, soube de pelo menos dois comitês montados fora da capital federal.

⁶⁴*Correio da Manhã*, 24 jun. 1937, p.2.

⁶⁵*Correio da Manhã*, 8 jul. 1937, p.2.

⁶⁶Carta 29 mai. 1937, de Aníbal Duarte; de 7 jul. 1937, de Avelino Pereira a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Juraci Magalhães, CPDOC).

Aníbal Duarte criou a Coligação Pró-José Américo, que tinha a sede em Belém do Pará, e Luiz Djalma de Siqueira Granja, comerciante, fundou o Comitê Independente Pró-José Américo, no Recife⁶⁷. Uma parcela importante dos apoiadores, portanto, não eram proprietários de terra ou figuras de proa da elite local, mas profissionais liberais de certa projeção na cidade e subsequente poder para disseminar ideias na opinião pública.

Um registro particularmente interessante desse esforço foi registrado na missiva de um autor e editor de folhetos em Campina Grande, na Paraíba. Zélo Materno remeteu a Juraci Magalhães uma cópia do impresso *A Redenção do Brasil*, uma biografia em versos de José Américo, de sua autoria, com oito páginas e miolo em folhas de jornal. Tratava-se de um suporte que, desde a virada do século, havia se popularizado pelos sertões nordestinos, servindo à circulação escrita de notícias por aquelas regiões onde a oralidade imperava:



Em vista de termos tido
Um bom chefe da nação
Graças o bem que nos trouxe
A grande revolução,
José Américo é o único
Capaz para a sucessão
(MATERNO, 1937, p.8).

Figura 48: Capa de *A Redenção do Brasil*.

Fonte: Zélo Materno (1937, capa).

A primeira página, única escrita em prosa, trazia um convite para que os leitores votassem em José Américo na eleição do dia 3 de janeiro de 1938. O texto exaltava a imagem pública do político, dito principal articulador da Revolução de 1930 no Norte, bem como sua atuação redentora no Ministério de Viação e Obras Públicas. Fazia mais, apresentava-o como patriota cristão, único capaz de vencer o dito “negro comunismo”. A capa cor de laranja, com um desenho do seu protagonista e o título escrito em formas geométricas de inspiração futurista também contribuía na construção dessa imagem do político que representaria o progresso econômico e social. Na carta a Juraci Magalhães,

⁶⁷Carta de 2 jun. 1937, de Plácido Rocha; de 24 jul. 1937, de Aníbal Duarte; 27 jul. 1937, de Luiz Djalma Siqueira Granja; 31 jul. 1937, de João Caruso; 2 ago. 1937, de Francisco Lacerda a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Juraci Magalhães, CPDOC).

um curto parágrafo datilografado com letra azul em papel pautado, Zélo Materno dizia que o material resultava de um desejo íntimo de fazer a biografia completa do ilustre candidato, e solicitava recursos para levar a efeito o resto da campanha.

Não temos maiores informações de como o escritor de folhetos e o governador da Bahia foram apresentados um ao outro, mas certamente essa era uma relação que tinha potencial nessa eleição que se planejava. Em uma correspondência a Artur Neiva, o tenente explicava a sua estratégia: “Tenho ativado o alistamento. Trabalho sem cessar no preparo de um terreno desfavorável aos adversários. Desejo prevenir os ‘milagres do dinheiro’... A antecipação do trabalho eleitoral facilitará a nossa vitória. Luto por elevar a 350 mil o nosso eleitorado de 217 mil”⁶⁸. Nesse último caso, devia estar se referindo ao alistamento eleitoral na Bahia. Essa estratégia de, por meio das cartas, procurar lideranças locais que não necessariamente fossem os tradicionais chefes políticos do município havia dado certo nas eleições da Bahia em 1933 e 1934 (PINHO, 2010).

Em paralelo a isso, voltou a ser discutida entre os políticos e na imprensa uma possível intervenção federal no Rio Grande do Sul. Artur Neiva, na missiva datada de 25 de junho, alertava que o deputado gaúcho Adalberto Correia consultaria os estados quanto da possibilidade e contava de sua repercussão: “Entre muita gente se fala que o Getúlio [Vargas] não perdeu as esperanças ainda, e continua a lutar”⁶⁹. Os generais Góis Monteiro, Eurico Dutra e o presidente Getúlio Vargas seguiam as suas articulações para assegurar o poderio militar da região. Essas movimentações, diga-se de passagem, causaram estranhamentos entre as lideranças do Exército⁷⁰. Em mensagem ao primeiro, Frederico Buys avaliava que a posição do chefe da nação ao apoiar a candidatura do nosso personagem – que ele julgava um erro – fora deixar que os dois se enfrentassem para depois se apresentar como mediador. Entre as possibilidades que estavam em jogo, dessa forma, esperava-se talvez uma guerra (MOURELLE, 2019).

Ainda no final de maio, dias depois de decidida a candidatura de José Américo, José Carlos de Macedo Soares, que havia deixado o Ministério das Relações Exteriores no ano anterior para estar apto para a sucessão presidencial, esteve em audiência com Getúlio Vargas para definir seu retorno ao quadro do governo. Ambicionava a pasta do Trabalho, mas o presidente não pretendia mover Agamenon Magalhães de suas funções.

⁶⁸Carta de 12 jun. 1937, de Juraci Magalhães a Artur Neiva (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

⁶⁹Carta de 25 jun. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

⁷⁰*Diário de Notícias*, 17 jun. 1937, p.1.

Ficou com o Ministério da Justiça⁷¹. A posse aconteceu no dia 3 de junho, o biografado esteve presente⁷². Em suas primeiras medidas, o novo ministro liberou presos políticos, foram 308 em 11 de junho e 100 no dia seguinte – era a assim chamada “Macedada”. Pedro Ernesto, que fora condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, seguia preso, embora com maior esperança de que fosse liberado em breve (MOURELLE, 2019).

O presidente tinha ciência da medida, como ele registrou em seu diário na nota do dia 7, a mesma em que anotou as suspeitas: “Parece que o capitão Juraci [Magalhães] é contrário à prorrogação do estado de guerra, havendo nesse sentido dado instruções às suas hostes. Isso informou-me o ministro da Justiça, que [está] agindo no caso”. Dois dias mais tarde, o próprio Macedo Soares teria se declarado contrário à prorrogação do estado de guerra. Depois de discutir o caso com o ministro da Guerra, Getúlio Vargas decidiu acatar a proposta. A partir de 17 de junho, o país voltava a funcionar na vigência dos direitos políticos. Em suas anotações, o presidente se isentou das responsabilidades sobre a medida autoritária de até então: “Quem a solicitava era o presidente do Tribunal de Segurança e o chefe de Polícia”. Mas o tom e a sequência das notas sugere que ele acatou o término dela contrariado (VARGAS, 1995b, p.52).

Quer me parecer que a provável negativa do governador da Bahia, decerto em prévia articulação com o titular da Justiça, foi crucial para que as coisas caminhassem dessa forma. O governo perdera espaço na Câmara nos últimos tempos. A vitória de Pedro Aleixo sobre Antonio Carlos na disputa da presidência da casa fora apertada, sobretudo devido ao desacordo de Flores da Cunha e Carlos de Lima Cavalcanti. Assim, Juraci Magalhães era uma peça fundamental para a manutenção da maioria, da qual ele não poderia abrir mão. Talvez a articulação do tenente nortista e do empresário paulista tivesse entre seus propósitos alavancar a candidatura de José Américo, constantemente atacada na imprensa em razão das atitudes autoritárias do presidente. De toda maneira, no dia 10 de junho, foi o próprio candidato quem esteve em reunião com Getúlio Vargas no Palácio Guanabara, falaram do “assunto referente ao estado de guerra e outros de menor importância”. Não há dúvidas, porém, de que essa medida implicaria em uma virada no curso da campanha do nosso personagem (VARGAS, 1995b, p.53).

No dia 3 de julho, um novo interventor tomou posse na cidade do Rio de Janeiro. Henrique Dodsworth, de acordo com Thiago Mourelle (2019), aparecia como um nome pacificador no Partido Autonomista, isso em substituição ao padre Olímpio de Melo,

⁷¹*Diário de Getúlio Vargas* (1995b, p.49).

⁷²*Diário de Notícias*, 4 jun. 1937, p.1.

impopular e rejeitado por uma parcela da elite política local. A cerimônia se deu no gabinete do ministro da Justiça, mas as comemorações se estenderam pela cidade, com vivas ao ex-prefeito Pedro Ernesto, que ainda estava preso. José Américo acompanhou as celebrações ao longo do dia e apareceu ao seu lado na primeira fotografia publicada no *Diário de Notícias*⁷³. Havia um esforço por parte dos seus aliados de associar esse evento às suas atividades de campanha. O fato é que a nomeação do novo interventor foi importante para congregar os esforços das forças políticas da Capital Federal no entorno da campanha do candidato governista⁷⁴.

Em uma de suas charges convencionais, Storni, da revista *Careta*, dava o tom da mudança no ritmo da campanha, com o novo impulso do candidato governista:

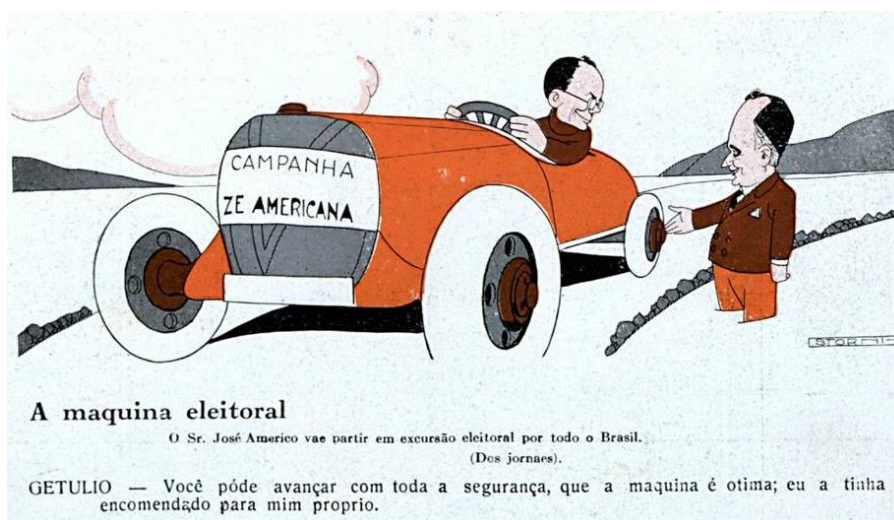


Figura 49: Charge da revista *Careta* sobre a campanha presidencial de José Américo

Fonte: *Careta*, 3 jul. 1937, p.31.

O biografado também esteve na inauguração dos trens elétricos, dia 10 de julho, na Central do Brasil, oportunidade em que foi exaltada a sua atuação como ministro de Viação e Obras Públicas, gestão que, diziam os políticos presentes, teria impulsionado a modernização do sistema ferroviário no município⁷⁵. No dia 16, foi inaugurado o busto de Siqueira Campos na praia de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. José Américo e Juarez Távora estiveram presentes, em sinal de reconhecimento da importância desse símbolo para o movimento tenentista e a Revolução de 1930, mas também no esforço para capitalizar sua memória coletiva a favor da candidatura, que prezava pela imagem da continuidade dos propósitos revolucionários. Não por acaso, no dia 31, também foi inaugurada a estátua de João Pessoa na praia de Botafogo. Mais uma vez, o candidato

⁷³*Diário de Notícias*, 4 jul. 1937, p.5.

⁷⁴Verbete “Henrique Dodsworth”, de Robert Pachman (ABREU, 2010).

⁷⁵*Correio da Manhã*, 11 jul. 1937, p.3.

apareceu, assim como Eptácio Pessoa e Antonio Carlos⁷⁶. Nesse meio tempo, houve comícios em Vitória, no Espírito Santo; Juiz de Fora, Minas Gerais; etc.

Em 24 de junho de 1937, a Ação Integralista Brasileira lançou a candidatura de Plínio Salgado à presidência da República. A possibilidade de o grupo concorrer com uma chapa própria era cogitada fazia tempo. João Fábio Bertonha (2018) nos conta que, ainda no ano anterior, esse havia se convertido em partido, e nas entrevistas concedidas desde janeiro, suas lideranças deixavam no ar essa possibilidade. Mas a proposta tomou forma no final de maio, quando um plebiscito interno escolheu o nome do candidato. Em 14 de junho, uma comissão levou a notícia para Getúlio Vargas, na esperança de conquistar seu apoio ou por mera formalidade. Entre os políticos e os jornalistas, havia a desconfiança das simpatias do presidente pelo movimento, apostando em uma possível associação no caso de um golpe de estado⁷⁷.

A despeito disso, foi se construindo a imagem de uma forte oposição entre o integralismo e a campanha de José Américo. Em seus discursos, o nosso personagem fez críticas aos projetos políticos ditatoriais, nomeadamente o comunismo e o fascismo – o que é interessante de se registrar, aliás, na medida em que fora ele não só o ministro mais perene do Governo Provisório, como também um dos maiores defensores da sua prorrogação para além do ano de 1934. Mas em tempos em que a “ameaça comunista” e a escalada fascista se tornaram pautas tão presentes na opinião pública, essa era uma bandeira importante. A imprensa, inclusive, deu visibilidade a essa posição. O *Correio da Manhã*, por exemplo, avaliava que o governo do político paraibano seria prejudicial ao Sigma⁷⁸. No mais, também é importante registrar que Juraci Magalhães, seu principal articulador político, perseguia os integralistas na Bahia.

Armando Sales fez um grande comício às 20 horas do dia 16 de junho no estádio do América Futebol Clube, no Rio de Janeiro. Esse era um lugar estratégico em razão da facilidade de acesso dos meios de transporte em um momento no qual trabalhadores urbanos voltavam para casa. O *Diário de Notícias* falou na reunião de 50 mil pessoas, um dos maiores eventos dessa natureza já organizados no país. Nessa mesma semana, os jornais davam notícia do *meeting* do candidato governista, que aconteceria no dia 24 na Esplanada do Castelo, no centro da Capital Federal⁷⁹. Nesse propósito, seus aliados

⁷⁶*Correio da Manhã*, 31 jul. 1937, p.3.

⁷⁷*Diário de Notícias*, 16 jun. 1937, p.4.

⁷⁸*Correio da Manhã*, 27 jun.1937, p.4.

⁷⁹*Correio da Manhã*, 17 jul. 1937, p.1,2.

circularam cartazes e faixas convidando os transeuntes para participar do evento⁸⁰. Um temporal, porém, impediu a realização da atividade, que foi adiada para o outro sábado: “à medida que se aproximava a hora do comício, conquanto chovesse torrencialmente, na avenida Rio Branco e nas imediações da Esplanada do Castelo grupos numerosos de adeptos do sr. José Américo esperavam que uma estiada sobreviesse”⁸¹.

O comício foi remarcado para 31 de julho, às 17h, quando trabalhadores urbanos encerravam suas jornadas de trabalho. Também haveria uma passeata, iniciada às 14h, com saída na Rua Marechal Floriano. À hora marcada, pelo menos segundo notícias do *Correio da Manhã*, uma multidão de pessoas se aglomerava de uma ponta a outra no grande largo do centro do Rio de Janeiro. José Américo teria chegado à hora marcada “erguido por dezenas de braços, conduzido assim suspenso pelos universitários paulistas até o palanque” e foi aplaudido pelo eleitorado presente. Tiveram início os discursos. João Neves da Fontoura foi o primeiro e não deixou de exaltar os tempos da campanha da Aliança Liberal, que também reunira milhares de pessoas naquele lugar anos antes. Depois dele, falou Sales Neto, em nome do Partido Autonomista do Distrito Federal, seguido de Carlos Luz, líder da maioria na Câmara, entre outros políticos e sindicalistas. O candidato tomou a palavra nesse entremeio, no momento mais esperado na noite:

Já conquistei a convenção solene dos partidos. Só me faltava esta, ao ar livre, sem luxo, sem fogos de artifício, sem artifício nenhum. O povo que não vai às festas e vem de roupa de trabalho não quer outro cenário. Fica satisfeito debaixo do céu, revendo os quadros eternos e sempre novos da terra miraculosa e a cidade inquieta que sobe e desce, nos seus contrastes humanos. Tudo natural, tudo de graça, tudo dado por Deus para os que podem ter fantasmagorias suntuosas.

Outro dia fugiu-nos o sol, que teria sido a única pompa de nossa parada vespertina. E caiu a chuva que sempre foi minha esperança de domador das secas. O que mais desejei, o que mais pedi, o que mais criei foi a água milagrosa para a salvação da terra esquecida do céu. Ela será sempre bem-vinda, ainda que venha contra mim. E, naquela tarde de mau tempo, matou a sede dos jardins e das hortas e a sede mais sensível dos bairros ressequidos que esperam de torneiras escassas como esguichos de felicidade (ALMEIDA, 1986[1965], p.47/48).

Naquela altura da campanha e mediante as movimentações de seus opositores, era preciso apresentar alguma definição mais bem acabada do que seria o programa de governo. José Américo não fugiu ao assunto e, de início, explicou o motivo da demora: “a plataforma ideal não sairia feita dos livros alheios e, sim, do espírito que formei.

⁸⁰*Correio da Manhã*, 24 jul. 1937, p.1.

⁸¹*Correio da Manhã*, 25 jul. 1937, p.1.

Seria a tessitura de um pensamento político: cada palavra, uma convicção; cada princípio, uma profissão de fé; cada promessa, um ponto de honra”. Tratar-se-ia, afinal, de um projeto que se realizaria em coletividade, de forma que, dizia, mais que uma enumeração, era preciso fazer dele “um golpe de vista”. Em sendo assim, teria decidido apresentar aquilo que julgava mais apropriado, falar de sua trajetória política e, assim, apontar o que era preciso ser feito: “minha plataforma é um passado que exprime um futuro e autoriza a confiança no que farei” (ALMEIDA, 1986[1975], p.51/52).

O discurso da Esplanada do Castelo, mesmo que também estivesse estruturado a partir da trajetória e das posições políticas do nosso personagem, teve um caráter mais propositivo do que ele havia feito na capital mineira. Ao tratar dos problemas da nação, José Américo citou a importância de valorizar as possibilidades do homem e da terra; investir em recursos naturais – como ferro, petróleo, carvão de pedra, água, trigo etc.; abrir estradas de ferro e de rodagem; fazer boa propaganda do país; fornecer recursos para a indústria de guerra. Foi então que ele rememorou os feitos de sua gestão como ministro para lançar outras propostas. Nos tempos do Governo Provisório, ele fora responsável pela redução do preço dos bilhetes de bondes e trens, barateamento das tarifas de energia e gás, reformas em prédios públicos, sobretudo nas agências dos Correios e Telégrafos, e construção do Aeroporto Santos Dummont, no Rio de Janeiro.

Dotado desse mesmo espírito de justiça e caridade, dizia, pretendia dar habitação aos mais pobres e pavimentar os subúrbios – e citava o caso da Baixada Fluminense. Nesse ponto, ousou no argumento com a expressão que ficaria marcada pela polêmica na imprensa e na memória, “eu sei onde está o dinheiro, em vez de um arranha-céu, serão duzentas casas”. Outro ponto seria vencer o analfabetismo – “a inteligência será a guardiã da Democracia” – o que deveria se dar por meio do ensino técnico-profissional. Seria preciso, portanto, investir em melhores condições de vida para os mais pobres, evitando a fome e as doenças, como teria feito no sertão nordestino no início da década. Em meio a isso, o biografado falou diretamente aos funcionários públicos, com os quais tinha as relações estremecidas devido às polêmicas demissões na Central do Brasil:

Eu iniciava minha missão com uma exaltada mística do bem público, procurando alvar os serviços para depois salvar seu pessoal [...]. Já me penitenciei, publicamente, dessa severidade da conduta pública [...]. Não direi aqui como me amargurava o erro de previsão em que incorri de poder readmitir, em curto prazo, dentro o mais tardar de um ano, todos os dispensados (ALMEIDA, 1986[1965], p.53/54).

E citou trechos das entrevistas concedidas na época, em que se justificava das

decisões tomadas. Encerrou esse trecho tratando do melhoramento na gestão do órgão, bem como da eletrificação dos trens, que assim se modernizavam. Não só o discurso, mas a própria dinâmica do comício, apontam que esse foi um evento que tinha como público alvo o eleitorado carioca, em particular os trabalhadores urbanos. Importava que fosse assim. Tratava-se de um número importante de votantes e com o qual o ministro tinha um contato de longo prazo. Apesar disso, a sua recepção foi bem mais ampla. Transmitidas no rádio e nos jornais, suas palavras ressoaram amplamente na imprensa e entre os políticos. Costa Rego faria eco às notícias que tomaram as primeiras páginas do *Correio da Manhã* com elogios à oratória do candidato, cujo valor estaria não só na elocução, postura e demais critérios estéticos de expressão, mas na “autoridade de homem”, que teria sido capaz de mobilizar uma multidão eclética na Capital Federal⁸². O *Diário de Notícias*, por sua vez, só deu notícia do evento na quarta página e, mesmo assim, como uma reunião “sem entusiasmo”, decepcionante, incapaz de empolgar: “uma claque mal treinada [...] organizada à última hora pelo sr. [Henrique] Dodsworth”⁸³.

O ministro Macedo Soares, segundo Costa Rego, ao tecer seus comentários do discurso, teria observado que “o orador, antes de discutir os outros, abriu debate sobre si mesmo”⁸⁴. Artur Neiva iniciou a carta de 3 de agosto escrevendo a Juraci Magalhães do sucesso do comício: “o êxito [...] foi verdadeiramente extraordinário e desorientador para os nossos adversários que vivem agora a explorar as ideias defendidas com tanto brilho e elevação pelo nosso candidato”. Na Câmara, teria ficado a ideia de que se pretendia fazer uma “revolução social”, assim o deputado avaliava “essa é a corda que vai ser tangida e explorada”. De toda maneira, interessa perceber que, em seu discurso, José Américo só tratou das obras contra as secas, que era uma marca importante de sua trajetória política, de forma rápida e em segundo plano. Decerto essa era uma concessão ao seu público imediato, mas talvez também fosse uma forma de abranger um programa mais universal, que o afastasse da pecha de regionalista.

Artur Neiva, em sua carta, seguiu tratando dos planos para o próximo comício em Salvador, na Bahia, no que tangia às articulações da presença de lideranças paulistas como Cincinato Braga e Manoel Pedro Vilaboim⁸⁵. Mas essa empolgação não durou muito tempo. Três dias depois, outra correspondência seguiu para o Palácio Rio Branco, dessa vez tratando das negociações que corriam no cenário político nacional quanto à

⁸²*Correio da Manhã*, 1º ago. 1937, p.2.

⁸³*Diário de Notícias*, 1º ago. 1937, p.5.

⁸⁴*Correio da Manhã*, 6 ago. 1937, p.2.

⁸⁵Carta de 3 ago. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

possível intervenção federal no Rio Grande do Sul.

Há qualquer coisa, meu bom amigo, na política mineira que eu não estou entendendo.

Realizou-se ontem um banquete ao Pedro Aleixo. Grande comparecimento da maioria, alguns armandistas, como por exemplo o Levi Carneiro com quem conversei longamente pois nos sentamos juntos; poucos senadores, dois discursos: um do João Neves [da Fontoura] que começou recordando o movimento de 30, quando pela primeira vez viu o [Pedro] Aleixo, e em resposta o do [Pedro] Aleixo que, por coincidência – será? – também começou o discurso recordando as palavras do João Neves [da Fontoura] em Belo Horizonte, quando se preparava o movimento que deu origem à Revolução de 30.

Ministros não foram convidados, a não ser o [Gustavo] Capanema e numa festa eminentemente política, não houve o brinde de honra do Chefe da Nação. Não é esquisito?

Tenho a impressão, senão certeza, de que Minas [Gerais] se achar meios, modos ou protesto para permitir uma intervenção no Rio Grande [do Sul] deixará que ela se faça porventura se puder dar um rótulo de legalidade e constitucionalidade⁸⁶.

O encontro reuniu deputados da maioria, portanto, com grande presença de políticos mineiros que moravam na Capital Federal – exemplo do presidente da Câmara Pedro Aleixo e do ministro Gustavo Capanema. Tratava-se de um grupo que se unira a Benedito Valadares e Getúlio Vargas para desmontar o prestígio de Antonio Carlos. Era estranho, portanto, nesse momento, que eles estivessem próximos do deputado gaúcho João Neves da Fontoura. Ao que tudo indica, haveria posição conjunta entre os mineiros e a Frente Única Gaúcha, e talvez essa posição não fosse de acordo com Getúlio Vargas. O certo é que, em se tratando de lideranças importantes na base de apoio da candidatura de José Américo, uma posição nesse entorno, que bem poderia resultar em uma guerra, poderia ter consequências sérias na sucessão presidencial: “Tudo me leva a crer que o Governo fará o impossível para intervir no Rio Grande [do Sul]. Minas [Gerais] acabará concordando e arrastando, talvez, quem sabe, se o próprio José Américo”.

Artur Neiva, nesse sentido, desaconselhava seu destinatário a tomar partido pela provável tentativa de intervenção – “O amigo é muito moço, tem prestado dos mais assinalados serviços à Bahia” – entendia que, em nenhum cenário possível, essa disputa poderia render bons frutos para a candidatura governista ou para o Bloco do Norte:

Se porventura o Flores [da Cunha] for vencedor, a situação será para ele e seus amigos, se for o Getúlio [Vargas] o triunfador, ele não entregará a ninguém os frutos da vitória que será para ele ou para o

⁸⁶Carta de 6 ago. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

Exército, única força que poderá arrebatar-lhe os resultados do triunfo.
Acho a situação grave, não sei porque o banquete de ontem, para mim e para muita gente, apresentava alguma analogia com o baile da Ilha Fiscal⁸⁷.

José Américo tentou uma saída pacífica para o problema. Em audiência com o presidente, ainda no dia 5 de agosto, ele falou das *démarches* que, através do jornalista Edmundo Bittencourt, pretendia fazer para conseguir a renúncia de Flores da Cunha. Getúlio Vargas registrou, no diário, que estaria de acordo, desde que o seu nome não aparecesse nas negociações. Na mesma oportunidade, o candidato teria apontado para o chefe da nação que bem sabia da possibilidade de golpe militar: “informou-me, a título de justificação, que [...] o próprio Góis [Monteiro] lhe ponderara que, se os políticos não se entendessem, o Exército tomaria posição”, e acrescentou, “pediu-me reserva sobre essas informações, bem como sobre a concordância do [João] Neves [da Fontoura] e do [Batista] Luzardo sobre o plano da renúncia”. Mais uma vez, mediante a possibilidade de uma investida autoritária que ameaçava a sucessão presidencial, a saída encontrada pelo nosso personagem foi negociar com o presidente, talvez porque entendesse que o sucesso de sua candidatura dependia do apoio do governo (VARGAS, 1995b, p.63).

Alguns dias antes, o biografado tivera encontro reservado com Macedo Soares, ministro da Justiça, que talvez o tenha apoiado na construção dessa possibilidade para a questão gaúcha⁸⁸. Em todo caso, na sessão de quinta-feira na Câmara, ao passo em que o deputado classista José do Patrocínio, representante dos profissionais do transporte, elogiava o discurso de José Américo na Esplanada do Castelo, João Carlos Machado denunciou as investidas do governo e militares no Rio Grande do Sul. Em seu discurso, apontou para “o crime monstruoso para inutilizar, na frase que ouvi um dia, o honrado candidato à presidência da República, sr. José Américo de Almeida”. Nessa ocasião, o *Diário de Notícias* anunciou, em um editorial na página de capa, que Getúlio Vargas pretendia tentar um novo estado de sítio⁸⁹. No dia 13 de agosto, foi o próprio candidato o foco das acusações de João Carlos Machado, dessa vez corrigindo suas declarações no comício do centro do Rio de Janeiro quanto aos motivos que levaram Flores da Cunha a preferir o concorrente governismo em favor do perrepista Armando Sales⁹⁰.

Ainda no dia 5 de agosto, uma fatalidade ocupou a rotina e abateu a imagem do nosso biografado. Em uma reunião na sua casa, por volta das 23 horas, Murilo Lemos,

⁸⁷Carta de 6 ago. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

⁸⁸*Diário de Notícias*, 3 ago. 1937, p.5.

⁸⁹*Diário de Notícias*, 6 ago. 1937, p.1,2.

⁹⁰*Diário de Notícias*, 14 ago. 1937, p.3.

ex-secretário de João Pessoa, sofreu um ataque súbito. Foi chamada uma ambulância, mas esse faleceu a caminho do Hospital Miguel Couto. O lamentável incidente rendeu notícias nos periódicos, sobretudo no *Diário de Notícias*, que não deixou de aproveitar o acontecido para alimentar o mito dos maus agouros que circundariam a companhia de José Américo, pelo menos desde os tempos do acidente aéreo na Bahia, que vitimara Antenor Navarro em 1932. Ricardo Pinto, no artigo “Fulminante...”, provocava:

O caso, que é deveras lamentável, sem duvida, pode ser resumido desta maneira rigorosamente exata: o dr. Murilo Lemos, que era idoso, realmente, ainda estava, porém, bastante forte. Tão forte e sadio, de resto, que fez a viagem, da Paraíba para cá, num desses calhambeques costeiros que teimam em desmoralizar todas as leis de equilíbrio, se o mar se encrespa ligeiramente, desempenado e saudável. Como prova de resistência orgânica, não conheço outra melhor. Uma vez aqui, sentiu, todavia, o sinistro desejo de ir pessoalmente abraçar o terrível Zé, amigalhão velho. Confiou demasiado na invulnerabilidade da sua velhice sadia. Ou então desprezou, com funesta superioridade, a superstição corrente. E o certo, infelizmente, é que, ao entrar na casa “do candidato das forças majoritárias”, do chamado incorruptível, de repente empalideceu, os olhos rolaram nas órbitas, as pernas vergaram e tombou ao chão morto. Morto fulminantemente, só intimatoros que ainda duvidam. Da casa do sr. Américo, casa macabra, positivamente, o que saiu foi um cadáver...

...

N. do A. – Noutro dia, passeando pelo centro da cidade, o sr. Américo entrou num café. Vinte e quatro horas depois foi devorado pelo fogo. Exclamação do proprietário desesperado, assistindo ao trabalho inútil dos bombeiros: “Foi aquele homem, que ontem lembrou de entrar justamente no meu estabelecimento. E eu que não acreditava...”. Já era tarde para recorrer à imunização de um bom par de figas...⁹¹.



O recurso de explorar o pretenso mau agouro que circundaria a figura de José Américo foi usado outras vezes pelo mesmo colunista Ricardo Pinto, sempre acompanhado dessa imagem da figa, ao final do texto, como uma licença para falar de uma figura que não traria boa sorte e como apelo gráfico para chamar atenção do leitor.

Na segunda semana de agosto de 1937, finalmente foi decidida a comissão que organizaria os trabalhos oficiais do comitê. Batista Luzardo, depois de muita discussão, foi escolhido presidente, o deputado pernambucano Ernesto Pereira Carneiro seu vice e Negrão de Lima secretário-geral⁹². Artur Neiva, por influência de Juraci Magalhães, como delegado do estado da Bahia, compôs a propaganda. Numa carta de 13 de agosto, ele contou da reunião: “No fim, o [Batista] Luzardo fez a exposição da necessidade de

⁹¹*Diário de Notícias*, 8 ago. 1937, p.9.

⁹²*Diário de Notícias*, 13 ago. 1937, p.4.

recursos, tendo informado que o Benedito [Valadares] estará disposto a entrar com 300 contos para a Caixa, na primeira mobilização, e que a Bahia e Pernambuco deveriam dar 200 contos, e outros estados, quantias menores”, e avaliava “não tenho dúvidas sobre a vitória do José Américo, mas também estou certo que o caso do Rio Grande [do Sul] não está liquidado”. E concluiu, como quem tinha ciência da instabilidade do momento e da possibilidade do jogo virar a qualquer hora: “Eis o que me ocorre, por hoje”⁹³.

O mês de agosto de 1937, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2002), representou uma retomada da campanha anticomunista no Brasil. Macedo Soares foi o primeiro alvo dos ataques devido à libertação dos presos políticos no bojo da chamada “Macedada”. Plínio Salgado, nesse entremeio, fez revelações sensacionalistas em jornais integralistas, nos quais dizia antever uma nova investida comunista no país. Dizia mais que isso, haveria gente na organização das candidaturas de José Américo e Armando Sales com vínculos diretos com o Partido de Moscou. O alerta tomou fôlego ainda maior com a divulgação da Carta Pastoral e Mandamento do Episcopado Brasileiro a respeito do “Comunismo Ateu”, o qual condenava o que chamava de materialismo exacerbado, seguia assinado por bispos e arcebispos de várias regiões do país, tendo como primeiro o cardeal Sebastião Leme. Nesse escopo, ainda que as acusações não se dirigissem ao nosso biografado, nota-se uma confluência do tema da justiça social – a preocupação com as condições materiais da população mais pobre – como parte do repertório que retomaria com cada vez mais fôlego, nas semanas seguintes, o anticomunismo.

Foi em meio a tudo isso que Gustavo Barroso, importante liderança integralista, escreveu o livro *Reflexões de um bode*, no qual fez suas críticas ao candidato governista, que teria espírito de esquerda, “antirreligioso, anticlerical, maçônico e imoralíssimo”. Pretendia, no livro, mostrar que desde a sua obra literária, a pretensão de José Américo era “destruir o prestígio das forças armadas, a formação do clero, a crença dos fieis e a própria literatura nacional”⁹⁴, o que fez apresentando trechos de seus livros, sobretudo da novela não por acaso intitulada *Reflexões de uma cabra*, publicada em 1922. No jogo de palavras, trocou o animal representado por outro caprino, porque fazia o trocadilho “bode expiatório”. Ao longo do livro, fez uma análise minuciosa, página por página, condenando os trechos em que o candidato desconstruía a língua culta como um acinte à gramática e à literatura pátria e distorceu alguns trechos em que o paraibano fazia alusão aos militares e aos párocos, como se estivesse desqualificando as categorias:

⁹³Carta de 6 ago. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

⁹⁴Ambos os trechos estão no livro de Gustavo Barroso (1937, p.9).

Logo à pág.1 diz o sr. José Américo: “Contou-a (a história) vai por dois anos um capitão de artilharia, homem sabedor e sensibilíssimo, que, por sinal, não come cadáveres. Reputa ele menos ofensivo o DEVER PATRIÓTICO DE MATAR GENTE, do que a necessidade visceral de devorar bichos sangrentos.

Eis aí como o sr. José Américo considera os militares e o dever militar: comedores de cadáveres e matadores patrióticos de gente. Que o Exército tome nota do conceito sibilamente afrontoso aos seus brios (BARROSO, 1937, p.11).

Apontou as passagens em apareceriam obscenidades e heresias, assim concluía, “perguntamos com toda a sinceridade: haverá no Brasil um pai de família honesto que permita a entrada de tal livro no seu lar e que confie sua defesa a esse recalcado bodesco se ele subir à suprema magistratura da nação?”⁹⁵. No capítulo seguinte, criticou o livro *A Bagaceira*, “elogiadíssimo pela crítica judaico-marxista” e apresentou as “provas” de que o autor fazia apologia aos regimes de extrema esquerda:

Por isso, a ideia do comunismo bimbaha sempre na cachola do romancista, hoje candidato protegido por Moscou e auxiliado pelos judeus.

Pg. 59: “Solidarizavam-se essas árvores familiares no COMUNISMO DOS FRUTOS...”.

Pg. 246: “Era um bando de anuns no mesmo ninho com a alegria desse COMUNISMO AMOROSO”.

Comunismo de frutos e comunismo de amor! Só os imbecis não compreenderão aonde quis chegar o sr. José Américo através do seu romance. Comunismo de produção e comunismo da família! As rodinhas vermelhas de fundo de livraria logo compreenderam a senha e fizeram uma claque que preparou o êxito da “A Bagaceira”. Portanto, desde 1928, o candidato majoritário já trazia água no bico...

Por isso, o fecho absolutamente comunista do romance. Leiamos-lo:

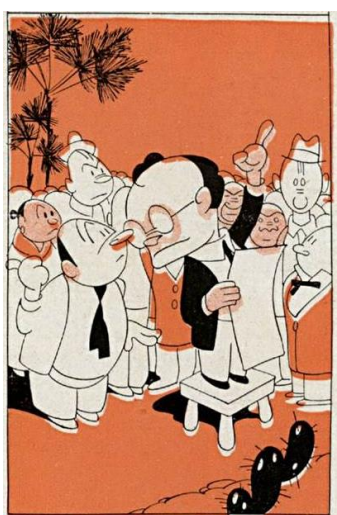
Pgs. 330-331: “A vossa submissão (da massa trabalhadora) era filha da ignorância e da miséria. Eu vos dei uma consciência e um braço forte para que pudésseis ser livres (?). Relanceou a vista pela paisagem do trabalho organizado (?). Só a terra era dócil e fiel. Só ela se afeiçoou ao seu sonho de bem estar e de beleza (?). Só havia ordem nessa nova face da natureza (?) educada por sua sensibilidade construtiva. E recolheu-se com um travo (?) de criador desiludido: – Eu criei o meu mundo; mas nem Deus pode fazer o homem à sua imagem e semelhança...” (BARROSO, 1937, p.47/48).

O autor limitava o uso do termo comunismo dos anos 1920 à ideologia política marxista e à Revolução Russa de 1917, não permitindo que se percebesse o sentido comunitário do termo ao qual o literato paraibano se referia. Além disso, limitava toda a crítica social da década – cujas referências eram figuras como Euclides da Cunha e

⁹⁵Conforme Gustavo Barroso (1937, p.33).

Oliveira Viana – a um movimento revolucionário. Mas não parou por aí, os capítulos seguintes mostravam críticas que aliados atuais fizeram a ele outrora – Lima Cavalcanti e Macedo Soares – e nos seguintes, dizia provar seus vínculos com os judeus e maçons. Apropriava-se, em alguns casos, de críticas que saíram nos jornais⁹⁶. Na segunda parte, dizia de suas ideias a respeito de todos esses temas, bem como o que de fato, para ele, significava democracia. Não tenho informações do mês em que esse livro foi publicado, mas não encontrei notícias a seu respeito na grande imprensa, o que me leva a crer que, pelo menos nesse momento, teve uma publicação tardia e impacto reduzido.

No dia 21 de agosto, o *Diário de Notícias* publicou duas notas em que ironizava uma passagem do discurso da Esplanada do Castelo em que, para fazer suas obras de justiça social, nosso personagem afirmava “Eu sei onde está o dinheiro”. As chamadas do jornal oposicionista lembrava o governo Epitácio Pessoa. “Certo dia, num momento de aflição de tesouraria, S. Ex. perguntou: – Onde está o dinheiro?”. E continuava, “Dezoito anos depois, outro paraibano, eminentemente mágico, flertando com o Catete, afirma: – Eu sei onde está o dinheiro”. Na coluna ao lado, em tom mais sério, criticou a postura do candidato, sendo ele um membro do governo, por que razão esse dinheiro não estaria sendo corretamente utilizado?⁹⁷. A máxima também se tornou tema para mais uma charge da revista *Careta*, que lançava luz sobre os discursos do candidato e a sua relação com os homens que o cercavam, com atenção para o cacto e a palmeira que compunham o cenário, um na frente e outro atrás. Era como uma ordem de prioridades, o candidato olharia para o Norte enquanto esquecia o Brasil.



Comícios

— Parece melhor o senhor não falar mais sobre o dinheiro dos outros. É mais seguro tomar cuidado com o próprio. Isso por aí está cheio de bate-dores de carteira.

Figura 50: Charge em *Careta* problematizando o discurso da Esplanada do Castelo
Fonte: *Careta*, 25 set. 1937, p.18.

⁹⁶*Diário de Notícias*, 22 jul. 1937, p.4.

⁹⁷*Diário de Notícias*, 21 ago. 1937, p.5.

A oposição se apropriava, mais uma vez, da posição de candidato governista para questionar os projetos políticos. José Américo conta em suas memórias que, nessa época, andava desconfiado. Em uma oportunidade, na casa de um amigo comum, questionara o general Góis Monteiro pelas pretensões autoritárias do governo, mas esse desconversara. Então, foi ao encontro do presidente, que bem ao seu modo, dizendo o que seu interlocutor queria ouvir, lhe teria garantido: “– Vá descansado. Ative sua campanha. Isso é intriga dos outros, dos seus adversários”. Mais uma vez, foi logo dar notícias a Juraci Magalhães (ALMEIDA, 1986[1965], p.21).

7.3 O golpe de estado

O lançamento do Comitê Nacional de Propaganda da Candidatura José Américo ocorreu na noite do dia 21 de agosto, algumas horas depois de sua conversa com o presidente, no Teatro João Caetano. A solenidade foi presidida por Batista Luzardo, que proferiu um longo discurso. Carlos de Lima Cavalcanti esteve presente⁹⁸. O governador de Pernambuco estava na cidade desde o dia 17, quando foi recebido pelo biografado no aeroporto⁹⁹. Depois disso, teve oportunidade de encontrar várias lideranças e pensar estratégias políticas, os deputados da maioria na Câmara ofereceram um almoço, Getúlio Vargas o recebeu em audiência¹⁰⁰. O nosso personagem fez um longo discurso, em que falou aos correligionários, reforçando mais uma vez seu pacto pela democracia e associando esse regime à pauta da justiça social, assim, se defendia de quem associava seu programa de possíveis saídas autoritárias:

Desgraçadamente, por vários motivos, num país de quarenta milhões de habitantes, que não conta um por cento de comunistas nem um por cento de integralistas, num país que possui todas as resistências ao sentimento de pátria, da família, da religião e da liberdade aos extremismos dissolventes, a democracia corre perigo. E tem que ser programa de uma causa, como se não fosse um programa do Brasil.

Sejamos sentinelas avançadas contra os golpes de mão, porque a um povo desse temperamento liberal pode-se tirar tudo, até o dinheiro do bolso, mas a liberdade só se estiver dormindo. E, despertando, ou a reconquistará ou perecerá com tudo o que o Brasil tem de brasileiro.

Eu desejaria ver fundado um partido nacional que, além desse pensamento político, vinculasse as bases de nossa organização.

⁹⁸*Correio da Manhã*, 22 ago. 1937, p.3.

⁹⁹*Diário de Notícias*, 17 ago. 1937, p.10.

¹⁰⁰*Correio da Manhã*, 22 ago. 1937, p.2.

Desejaria que o compromisso partidário fosse também um compromisso de salvação pública. Um partido de todos os estados, acima de todos os estados, que fixasse os interesses gerais, acima dos interesses regionais, mesmo quando as soluções econômicas, peculiares a determinadas zonas, assumissem um caráter nacional.

Falo em soluções econômicas, falando em política, porque é essa a política que nos convém, como condição de todas as outras, até dos problemas do espírito. Se nem só do pão vive o homem, não passa sem ele¹⁰¹.

Na tarde do dia 22 de agosto, uma comitiva de aliados embarcou para a Bahia, onde aconteceria o próximo comício de José Américo. Apenas o senador Medeiros Neto deixou para viajar a noite¹⁰². Esse seria um evento importante para reafirmar as bases políticas da candidatura em sua região de origem, no estado governado por seu principal articulador Juraci Magalhães. Também por esses motivos, era provável que aquele fosse um espaço de maior adesão popular. No dia 24, correspondentes do *Correio da Manhã* falavam de 50 mil pessoas que estariam aguardando a chegada da comitiva no porto e outras 50 mil lotando a Praça Rio Branco. A sequência dos discursos começou com o vereador Durval Fraga, a quem sucedeu o senador Medeiros Neto, o deputado classista Oscar Noblat, a deputada Maria Bittencourt. José Américo agradeceu a acolhida na terra do Senhor do Bonfim, tratou das suas maravilhas, onde fora celebrada a Primeira Missa, e recordou o acidente de avião em 1932, quando ficou ali alguns meses se tratando na Santa Casa de Misericórdia. Juraci Magalhães, depois, falou da satisfação de recebê-lo. O candidato ficou hospedado no Palácio da Aclamação, residência do governador¹⁰³.

Ao longo do dia seguinte, os dois visitaram obras públicas. A convenção do PSD aconteceu no Teatro Guarani, Praça Castro Alves, por volta das 20 horas. José Américo falou logo depois do deputado Altamirano Requião e do governador Juraci Magalhães. Mais tarde, foi a vez de João Neves da Fontoura, entre muitas outros políticos do país. O nosso biografado voltou, mais uma vez, ao tema da defesa democrática, com longa crítica ao comunismo e ao integralismo, mas dessa vez tratou do assunto mais às claras, dando nome aos personagens e garantindo ao seu público – “Haverá sucessão!”:

Está prestes a encerrar-se o período presidencial e há ainda quem boateje: – “Não haverá sucessão!”. Trocam-se túnicas e blusas pelas camisas verdes dos inimigos do regime e está vivo o olho de Moscou. Quem não é integralista é comunista, segundo o dilema capcioso. O chefe de uma conjuração grita no meio da rua que derrubará a democracia à mão armada e continua em boa paz com todos.

¹⁰¹*Correio da Manhã*, 22 ago. 1937, p.1.

¹⁰²*Correio da Manhã*, 22 ago. 1937, p.2.

¹⁰³*Correio da Manhã*, 25 ago. 1937, p.2.

[...] Se tivéssemos consciência pública formada, não correriam versões, como esta, na forma anônima de sua irresponsabilidade – “Não haverá sucessão”.

Então construímos uma democracia, elaboramos uma Constituição, consagramos o princípio da temporalidade dos governos, aperfeiçoamos nossa cultura política, num sonho delirante, o sacrifício de tantas conquistas, para satisfação do personalismo do gosto do mando, da usurpação caprichosa?

Essas coisas não se passam mais na América. Houve uma época em que se reproduziam os golpes de força para que governos de períodos esgotados se incrustassem no poder. O Brasil escapou dessas demonstrações de primitivismo caudilhesco. E fazemos justiça ao sr. Getúlio Vargas. Não lhe passaria pela mente semelhante aberração. Prossigamos nossa campanha – nós e nossos adversários – na certeza de que não estamos perdendo o tempo. Haverá sucessão. Aconteça o que acontecer, haverá sucessão. Ainda que o atual Presidente da República pensasse em perpetuar-se, a Nação cumpriria o seu dever. Correria às urnas para votar, até debaixo de bala (ALMEIDA, 1986[1965], p.71).

O candidato seguiu seu discurso tecendo críticas ao comunismo, mas sobretudo ao integralismo, chamava de “fascismo indígena”, qual professaria a teoria da violência e aticaria os maus instintos com uma propaganda agressiva e arrogante. Mas também desmentiu o mito do militarismo político no Brasil. As Forças Armadas, explicava ele, seriam as corporações mais bem organizadas do país. Encerrou sua fala tratando da necessidade de reorganização econômica nacional – nesse ponto citou Alberto Torres, quando esse criticava a política que se fazia de cima para baixo – e usou o exemplo da Bahia, como forma de homenagem a Juraci Magalhães, “um homem que, por não ser baiano, se viu na obrigação de ser o mais do que filho”, e assim teria mudado a sua paisagem social, destituindo o mandonismo que Euclides da Cunha vira em Canudos: “O chefe local é detentor do prestígio com que vence nas urnas e não da milícia com que vencia em correrias” (ALMEIDA, 1985[1965], p.77).

Mas o discurso foi além. Tomou posição em defesa do presidente da República, garantindo que as eleições próximas seriam a continuação do projeto político iniciado na Revolução de 1930 e que teria amadurecido com a Constituição. Getúlio Vargas, aliás, estaria trabalhando nesse propósito. Segundo o ministro, não haveria razões para acreditar em um desfecho diferente desse. Era uma aposta arriscada, talvez na tentativa de reorganizar a sua base de apoio no entorno de uma pauta comum, mas ele não tinha controle sobre as ações dessas pessoas. Em todo caso, interessa notar seu deslocamento. Ao invés de uma plataforma de governo propriamente dita, que pensasse as realizações, ele usou a maior parte de sua fala para combater o autoritarismo, uma reação ao que à

forma como a disputa presidencial estava sendo conduzida na imprensa e pelos próprios políticos governistas. Nos próximos dias, José Américo viajou pelo interior da Bahia, visitou Cachoeira, São Félix, Feira de Santana, Ilhéus etc. Em cada localidade, teve uma recepção popular, encontrou políticos e fez discursos.

O *Diário de Notícias* fez críticas severas ao candidato governista. A manchete “Padre Cícero ou Antonio Conselheiro” era uma ironia para o lide que vinha em seguida “deslumbrado com a própria candidatura, o senhor José Américo delira com promessas milagrosas”. Aproximavam-no, assim, das figuras cheias “de um secreto fascínio para as ingênuas e primitivas populações do sertão cearense”, que recorreriam às promessas fáceis, mas que conheceria pouco do Brasil – porque lhe faltaria o repertório político de outros lugares para comparar, como os Estados Unidos e a Europa. Isso o impedia de ver como seria irreal a sucessão presidencial na qual ele tanto apostava, sobretudo à véspera da tão ameaçada intervenção no Rio Grande do Sul: “O sr. Getúlio Vargas tranquilamente se fará ditador e o povo não poderá votar debaixo de bala, porque não haverá urnas para receber os seus votos”. E concluía: “O sr. José Américo, que é todo cioso de civilismo, deveria ter as pregações de Rui Barbosa e deixar dessa demagogia barata, que não interessa ao sentimento de dever das classes armadas”¹⁰⁴. A crítica, assim, não era destinada apenas a ele, mas ao grupo governista, que o candidato tentava equilibrar sobre a imagem de uma legalidade que não se sustentaria mais.

Em meio a esse cenário, outras acusações o perseguiram, ainda mais sérias e vindas do próprio grupo aliado. Foi justamente depois do discurso da Bahia, por mais contraditório que pudesse parecer, devido à contundência com que ele defendeu a democracia e condenou os autoritarismos, que ficou mais forte em certo grupo político a desconfiança de que José Américo teria na sua mente um projeto de governo comunista. A partir do dia 27, Getúlio Vargas fez registros consecutivos em seu diário dos informes que lhe chegavam: “Começo a receber impressões um tanto alarmadas dos políticos a respeito dos discursos do José Américo. Como já conheço seu cabotismo e sei que nessas atitudes há muito de postiço, de pose do candidato, não tenho os mesmos receios”. Notas posteriores apontavam uma preocupação maior: “os bestialógicos do sr. José Américo estão alarmando seus companheiros” (VARGAS, 1995b, p.68).

Oswaldo Aranha era uma dessas figuras que, tendo outrora apoiado o lançamento da candidatura de José Américo, mostrava-se insatisfeito com o rumo de seus discursos.

¹⁰⁴*Diário de Notícias*, 27 ago. 1937, p.4.

Em carta ao presidente, que deve ter chegado nesse dia, a julgar pelos termos utilizados, o embaixador do Brasil em Washington, nos Estados Unidos, que havia participado de uma leitura coletiva de um discurso do biografado, escreveu: “Getúlio, entre nós, a coisa é de arrepiar... com mais um desses discursos, custa crer que possa ganhar as eleições!”, e duvidou de seu bom senso e valor intelectual “Chego a supor que alguém escreveu esse bestialógico, egocêntrico e megalomaniaco discurso, e ele leu pela primeira vez na tribuna da Esplanada [do Castelo]”. O que mais o incomodava seria a falta de habilidade política para definir o que pretendia fazer sem criticar o governo, que afinal o apoiava: “Confesso-te que estou perplexo e aturdido e que essa peça oratória produziu o efeito de uma pancada no cérebro, dessas que deixam chocado e seu sentido”¹⁰⁵. Vale lembrar, porém, que o candidato usou esses termos em meio às investidas autoritárias.

Essas notícias também tomaram os órgãos de imprensa, sobretudo de oposição, que estampavam manchetes como “Arrependimento progressivo”, em que diziam que o candidato governista, a cada novo discurso, espantava mais aliados: “E lá vai o bloco embora”¹⁰⁶. Mas essa crise na candidatura governista decerto tinha muito da construção do presidente e das figuras mais próximas a ele nesse momento. O interesse em insistir nesse tema em seu diário, documento que ele bem sabia que seria lido no futuro¹⁰⁷, é um bom indicador de sua intenção de manter a narrativa da incapacidade do candidato em mobilizar o seu eleitorado. Essa insatisfação, afinal de contas, vinha também da parte de Benedito Valadares: “o próprio governador de Minas [Gerais], que veio a essa capital, está nesse estado de espírito”. Tratava-se de uma figura com a qual Getúlio Vargas havia elaborado seus passos nas querelas da sucessão presidencial desde o ano anterior, da escolha do nome do candidato e o momento de declará-la. Nos dias subsequentes, esses dois teriam vários encontros, alguns partilhados com o general Góis Monteiro.

Aconteceu que, mais ou menos nessa época, José Américo e Juraci Magalhães chegaram à Capital Federal. Ricardo Pinto, colunista do *Diário de Notícias*, ironizou a recepção que receberam no porto: “Nem percebeu, o maluco, que os companheiros de viagem estavam desaparecendo sorrateiramente”¹⁰⁸. O jornalista exagerava na narrativa. O *Correio da Manhã* deu outra versão dos fatos, com mais pessoas esperando no cais. Ainda assim, o assunto não fugiu, na manchete, anunciou a declaração do candidato:

¹⁰⁵Carta 24 ago. 1937, de Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas (Arquivo Pessoal Getúlio Vargas, CPDOC).

¹⁰⁶*Diário de Notícias*, 1º set. 1937, p.4.

¹⁰⁷Maria Celina D’Araújo (1996) aponta essa particularidade do diário de Getúlio Vargas, que iniciado no dia da Revolução de 1930, guardava por característica uma escrita que não era de todo para si mesmo, como outros textos desse gênero, mas demarcava a intenção de representação pública para a posteridade.

¹⁰⁸*Diário de Notícias*, 8 set. 1937, p.9.

“Vamos caminhar com a mesma convicção com que viemos até aqui”¹⁰⁹. Perguntado, disse que faria em breve uma incursão pelo interior de São Paulo. Os nortistas, portanto, devem ter estranhado o clima em que encontraram uma parcela da base aliada depois da campanha na Bahia. Em audiência com o presidente, discutiram o assunto. Ainda no início de setembro, os governadores de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco se reuniram com o objetivo de pensar novos rumos para a campanha José Américo. Batista Luzardo tentou mudar a perspectiva de Getúlio Vargas: “informando-me (...) das explicações que o candidato dava aos seus discursos, seu apreço e lealdade por mim, reconhecendo que a mim devia a indicação do seu nome” (VARGAS, 1995b, p.69).

O presidente deu notícia, em seu diário, de como os acordos estariam se dando. Chegou-se a cogitar a escolha de um novo nome, mas para isso voltava-se à condição de Rio Grande do Sul e São Paulo também abdicassem da candidatura de Armando Sales. Era a posição de Benedito Valadares. Juraci Magalhães, como era esperado, discordava, defendia o paraibano das acusações imputadas a ele e tentava argumentar a necessidade de manter a campanha. A intenção do governador de Minas Gerais, como explicitou em encontro com Getúlio Vargas, no entanto, parecia ser mesmo encontrar uma saída autoritária para a crise política: “não podendo afastar essa candidatura pela impossibilidade da escolha de um terceiro e o fracasso da prorrogação do mandato, opina pela solução revolucionária”. E o autor do diário seguia: “O ministro da Guerra, com quem conversei, também é favorável a essa solução” (VARGAS, 1995b, p.70).



Figura 51: Aspecto da Praça Senador Florêncio com a chegada de Armando Sales na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Fonte: *Diário de Notícias*, 15 set. 1937, p.5.

¹⁰⁹*Correio da Manhã*, 7 set. 1937, p.1.

Aconteceu que, pelo menos por enquanto, alguns revezes atrapalharam os planos autoritários do presidente, do governador mineiro e dos generais Dutra e Góis Monteiro. No dia 13 de setembro, Pedro Ernesto foi inocentado pelo Supremo Tribunal Militar, decisão que foi comemorada pela população da cidade. Mais tarde, ele declararia apoio à candidatura de Armando Sales¹¹⁰. Isso implicava em uma perda importante para nosso personagem em relação à população da Capital Federal. Getúlio Vargas (1995b, p.70) lamentou em seu diário, “questão de ponto de vista”. Além disso, com a renúncia de Alexandre Rosas, Flores da Cunha assumiria o controle da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul¹¹¹. O candidato paulista, finalmente, viajou pelo estado gaúcho e conseguiu reunir multidões nas praças públicas¹¹². O abalo na campanha governista, portanto, acumulava saldos negativos que era preciso reverter. Em todo caso, falava-se de uma nova convenção para reorientar a candidatura. Jornais de oposição avaliavam: “O sr. José Américo será provavelmente escolhido pela segunda vez, mas só receberá o batismo sob severas condições de obediência”¹¹³.

Em sua coluna do *Diário de Notícias*, Ricardo Pinto contava de uma pretensa entrevista de Juraci Magalhães a um amigo jornalista, em que o governador confessava: “Esse desassossego existiu de fato. Não se pode negá-lo”, e justificava, “Tudo, porém, gerado pela boataria”. Em todo caso, já seria coisa resolvida. O colunista aproveitou a oportunidade para lembrar aos leitores que, se não fosse a escolha de José Américo, articulada por Benedito Valadares a mando de Getúlio Vargas, a Bahia teria apoiado Armando Sales. Carlos de Lima Cavalcanti, aliás, só o teria aceitado para não ser preso: “Preferiu ficar com o governo, engolindo o Américo inteiro”, ironizava, “É possível que tenha sentido alguns engulhos. Não se engole com facilidade criatura tão espinhenta”¹¹⁴. Para além desses comentários, o certo é que o governador e tenente fez declaração ao *Correio da Manhã*, dois dias mais tarde, desmentindo as possibilidades de extensão do mandato presidencial ou de um *tertius* – seria tudo boataria da oposição – e garantindo a continuidade da campanha: “manteremos a candidatura popular do sr. José Américo com redobrado entusiasmo e o povo brasileiro há de leva-la à vitória”¹¹⁵.

Getúlio Vargas, apesar dos acordos com os generais Dutra e Góis Monteiro, assim como Benedito Valadares, deu sinal que deixaria o cargo na data constitucional.

¹¹⁰*Diário de Notícias*, 30 set. 1937, p.14.

¹¹¹*Diário de Notícias*, 2 set. 1937, p.2.

¹¹²*Diário de Notícias*, 15 set. 1937, p.5.

¹¹³*Diário de Notícias*, 10 set. 1937, p.4.

¹¹⁴*Diário de Notícias*, 15 set. 1937, p.9.

¹¹⁵*Correio da Manhã*, 18 set. 1937, p.1.

Em discurso na rádio, nas comemorações de 7 de setembro, o presidente se despedia, “pela última vez, com as responsabilidades de chefe da Nação, vos dirijo a palavra nesta data magna” e usou a oportunidade para enumerar os feitos de sua gestão, tratou dos seus esforços em prol da justiça social. O *Diário de Notícias*, porém, deu a entender que seria uma resposta ao pouco caso que José Américo teria feito do governo nos discursos que pronunciara¹¹⁶. Em todo caso, deixava pública a sua intenção de entregar o posto ao seu sucessor eleito. Lira Neto conta que o candidato teria, na ocasião, ido ao encontro do presidente e esse o acalmara: “Tire essa ideia da cabeça”, teria dito ele, “Ative sua campanha. Isto é intriga dos outros, dos seus adversários” (LIRA NETO, 2013, p.300).

José Américo concedeu entrevista ao *Correio da Manhã*, publicada na edição de 17 de setembro. Os redatores apresentaram a reportagem em defesa da sua candidatura: “em todas as campanhas presidenciais do Brasil o candidato popular sempre foi vítima de intrigas” e falavam de Rui Barbosa, Nilo Peçanha e até mesmo de Floriano Peixoto. O ministro apontou os trechos que os opositores usaram para acusá-lo e reafirmou suas posturas de campanha, dizia não ser homem de direita nem de esquerda, mas de centro, como todo democrata. No meio da conversa com o jornalista, parou para atender uma ligação de Juraci Magalhães, mas voltou minutos depois. Perguntado sobre a expressão de que votaria mesmo que debaixo de bala, recuou da postura beligerante, colocando a ordem social como valor primeiro:

Devagar. Note bem o que eu disse. Afirmei que a nação cumpriria de qualquer forma seu dever e “correria às urnas, votaria até debaixo de bala!”. Repare que a atitude que eu empresto ao povo é *defensiva* e não *ofensiva*. Não quero revoluções. Nesse meu discurso, proclamei que o eleito nas urnas deveria ser empossado, mesmo “se pela força bruta se tentasse contraria esse princípio democrático”. E prossegui: “Eu o ajudaria (ao Exército) nessa missão de moralidade pública, ainda que fosse contra mim, contra os meus próprios correligionários que vissem na minha pessoa sua salvação”. E mais: “Só preciso de ordem”. O fato de ter me metido numa revolução é uma garantia – pode crer – de que não me meterei em outra. Foi o que asseverei em Minas [Gerais]. O Brasil necessita de ordem para produzir¹¹⁷.

O tom mais ameno era uma reação às críticas, principalmente de sua base aliada, de que os discursos de outrora teriam soado agressivos ao governo e à ordem social. Mas também usou a oportunidade para mostrar as distorções que incorreram das suas proposições, que seriam culpa dos adversários, mas não deu nomes. Não era apenas,

¹¹⁶*Diário de Notícias*, 9 set. 1937, p.1.

¹¹⁷*Correio da Manhã*, 17 set. 1937, p.1.

tinha ciência disso, dos armandistas, dos integralistas e dos comunistas que se estava falando, mas uma parcela das pessoas que apareciam como seus aliados. De todo modo, no dia 18 de setembro, aconteceu a inauguração do Conselho Nacional de Propaganda, que contou com a presença de líderes políticos de muitas regiões do país que apoiavam a sua candidatura. O *Correio da Manhã* deu notícia da sequência com a qual chegaram. Batista Luzardo, como presidente, abriu o salão, a quem seguiram os também gaúchos João Neves da Fontoura e Borges de Medeiros. Além deles, o paulista Cincinato Barata, o mineiro Negrão de Lima e o alagoano Costa Rego, entre outros políticos e jornalistas. Benedito Valadares e Carlos de Lima Cavalcanti chegaram juntos, no mesmo carro. Alguns minutos depois, José Américo e Juraci Magalhães desceram do automóvel em meio a uma multidão de pessoas, dizia o jornal, entusiasmadas:

Quando o sr. José Américo ia começar a subir as escadas do Conselho de Propaganda, foi abordado, no meio da multidão, por um pequenino jornalista, limpo mas mal vestido, que disse:

– Eu, se fosse grande, votaria no senhor. Mas, como não tenho idade, e como prova da minha admiração, quero oferecer-lhe este presente.

E, estendendo a mão, entregou ao candidato do povo três jornais tirados do maço que tinha debaixo do braço.

Foi um gesto singelo, que impressionou a todos quanto o presenciaram¹¹⁸.

Batista Luzardo iniciou a sessão, cinco minutos depois da chegada do candidato, com um discurso no qual explicava o motivo da reunião de tantas figuras relevantes da base de apoio do candidato naquele evento, seria uma “reafirmação categórica de que não passa de uma inoperante exploração dos nossos adversários a notícia veiculada de que pretendíamos substituir por outro o nome do homem, que nesses quatro meses de luta só tem engrandecido aos nossos olhos” – o que não era de todo verdade, dadas as conversas com aliados descontentes de que participaram o presidente e alguns líderes. Mas era a imagem que se precisava construir, e o evento tinha essa finalidade, para que a campanha recobrasse o seu fôlego. Em seguida, falou o governador de Minas Gerais, que afirmou o apoio, “trabalhemos, com ardor, pela vitória do candidato José Américo”, mas não sem antes falar que o melhor para o país seria uma chapa única, mas da qual São Paulo e Rio Grande do Sul teriam discrepado. No ensejo do discurso, não deixou de fazer uma homenagem ao presidente Getúlio Vargas.

¹¹⁸*Correio da Manhã*, 19 set. 1937, p.1.



Figura 52: Carlos de Lima Cavalcanti, Benedito Valadares, José Américo e Juraci Magalhães na inauguração do Conselho Nacional de Propaganda
Fonte: *Correio da Manhã*, 19 set. 1937, p.1.

Carlos de Lima Cavalcanti, em uma fala breve e improvisada, disse que políticos pernambucanos “são homens de uma só palavra e de uma só atitude”, então saudou o candidato e o Brasil. Juraci Magalhães demarcou a sua defesa do regime democrático, Henrique Dodsworth se dirigiu ao povo carioca e, então, foi a vez do nosso personagem. A circunstância não poderia ser mais simbólica. Depois das polêmicas falas anteriores, quando a imprensa oposicionista especulava que haveria censura nas expressões que se fariam dali por diante, ele discursava na frente – nesse caso, ao lado – dos governadores que chancelavam sua candidatura. A posição dos três – com diferentes relações com ele e com a campanha – à sua volta na fotografia impressa na capa do *Correio da Manhã* era como um escudo que garantiria seu nome, mas também sua disciplina diante das circunstâncias políticas que estariam postas.

Agradeço vosso resolutivo apoio que corresponde à firmeza dos compromissos que assumi, espontaneamente, com as forças políticas que me escolheram, como candidato da Convenção Nacional, sem qualquer entendimento prévio, sem me imporem nenhuma condição.

[...] Rebatendo, porém, o boato da deserção dos onze governadores, que visava amortecer as extraordinárias homenagens com que fui recebido, exclamei, num tom de serena dignidade: “Se as forças políticas me abandonassem, nesta altura, eu prosseguiria só. Só, não! Iria com o povo brasileiro que não deixaria, com as esperanças perdidas, que seria pior do que perder a causa”. Mas, logo depois, desfiz essa impressão: “Pensemos, sem sustos, no governo que vamos construir, com a mais expressiva vitória democrática, nesse plano em que os políticos se confundem com o povo”.

Os adversários fingiram tomar essa disposição de sacrifício como uma apóstrofe rebelde, como um grito de guerra contra os políticos.

José Américo aproveitava a oportunidade para reafirmar sua lealdade aos líderes governistas, apontando que essa fora sua postura desde o princípio. Mediante as críticas, dizia que chegou mesmo a cogitar abrir mão de sua candidatura se aparecesse um nome que congregasse todas as forças em volta de uma chapa única, “ai estão os governadores Benedito Valadares e Juraci Magalhães para testemunharem esse meu sentimento de abnegação”. Mas também aproveitou o ensejo para pedir desculpas por expressões que usou, sobretudo no discurso da Bahia:

Eu dissera na Bahia que se fosse abandonado pelos políticos, marcharia com o povo; mas se surgisse um candidato melhor eu mesmo o levaria ao povo, como fiador de suas qualidades de governo. Iríamos todos juntos.

Prontifiquei-me, desse jeito, a renunciar à estupenda vitória que os partidos e o povo me asseguram.

Mas assim não estendestes.

O que vos prometo, agora, em troca dessa generosa reafirmação de confiança, é nunca mais falar nisso. Nunca mais admitir, sequer, por hipótese, como fiz na Bahia, a possibilidade de que viésseis a abandonar-me.

Disse, finalmente, que teve o aval de Getúlio Vargas, em encontro com ele antes de embarcar para a Bahia, para desmentir os boatos de possível prorrogação do mandato presidencial e garantir que haveria sucessão. E riu das acusações de comunismo, afinal, teria ele próprio informado ao presidente dos levantes que se pretendia fazer em 1935, garantindo que o governo estivesse preparado para combatê-los. Ao término da seção, foi inaugurado o retrato do candidato estampado em um quadro na parede do comitê. Benedito Valadares ficou responsável por puxar a bandeira que o cobria, que deu início simbólico a uma rearticulação das estratégias de campanha.

É interessante lembrar que as passagens dos discursos pelas quais o biografado estava sendo acusado – muitas das quais tiradas de contexto – haviam sido construídas em contextos políticos que mudavam a cada momento e sem garantias da base aliada de que seguiriam com ele até o final da campanha. As ameaças de intervenção nos estados, as prisões políticas, as prorrogações do estado de guerra, entre outras coisas, deixavam a candidatura incerta em meio às investidas autoritárias. Nesse quesito, havia diferenças importantes entre os discursos de Belo Horizonte, ainda incerto no início da campanha; da Capital Federal, mais propositivo, sobretudo no quesito da justiça social; e da Bahia, construído em meio às discussões de uma possível ação militar no Rio Grande do Sul, ao risco de guerra civil ou golpe de estado.

Em sendo assim, devemos pensar nesse esforço de um grupo de políticos aliados

para responsabilizá-lo por ter defendido a saída democrática, como possível insinuação de que o presidente não estivesse comprometido com essa causa, enquanto estratégia para controlar as suas atitudes, mas também sem fazer demasiado alarde ou tirar apoio, na medida em que era preciso manter o combate, na arena pública, à candidatura de Armando Sales. Em outras palavras, os discursos nos apontam que José Américo reagiu, em cada ocasião, da forma como pode, com informações e horizontes de possibilidades de que dispunha, pela manutenção da candidatura – sobretudo se ponderada a difícil circunstância de correligionário do presidente e demais governistas. Fez isso ora pelo caminho da diplomacia ora com expressões mais combativas.

Em meio ao cenário, também foram reorganizadas as estratégias da candidatura. O candidato compareceu à inauguração de um ramal da Estrada de Ferro de Cabo Frio, no Rio de Janeiro¹¹⁹. Às vésperas da inauguração oficial do Conselho de Propaganda, Batista Luzardo reuniu os cabos eleitorais fluminenses¹²⁰. Além disso, houve um novo empenho por parte dos governadores e outros políticos aliados em recobrar o fôlego da campanha nos estados¹²¹. Nesse tempo, padre Manoel Gomes, pároco de São Cristóvão, na Capital Federal, que dizia conhecê-lo desde a sua juventude, dos tempos em que fora promotor público em Sousa, na Paraíba, fez uma declaração em defesa de José Américo, garantindo que ele era, desde sempre, católico apostólico romano¹²². Essa construção da imagem de homem religioso fazia parte do esforço de mobilização de eleitores e eleitoras não só por associar a sua imagem à fé de muita gente, mas também por servir de resposta às acusações de que seria comunista – em um tempo no qual o comunismo e o cristianismo eram entendidos em oposição.

O *Diário de Notícias*, periódico oposicionista, avaliou todo esse movimento de maneira positiva, assim usou o título “depois da crise, a ressurreição”¹²³ e comemorou:

Não precisamos repetir que só temos a nos felicitar pelo desenlace da crise que tanto ameaçou a candidatura do [Palácio do] Catete. E o fazemos sem o menor intuito de perversidade com o sr. José Américo, por motivos muito mais sérios. O afastamento da sua candidatura não traria nenhum bem para a situação política em conjunto. Seria apenas um meio de colocar novamente em foco as incontidas ambições do sr. Getúlio Vargas de se perpetuar no poder. Seria uma brecha pela qual poderiam entrar todos esses germens de perturbação da ordem, de supressão do regime constitucional e de ditadura, que andam se

¹¹⁹*Correio da Manhã*, 14 set. 1937, p.3.

¹²⁰*Correio da Manhã*, 17 set. 1937, p.3.

¹²¹*Correio da Manhã*, 28 set. 1937, p.3.

¹²²*Correio da Manhã*, 24 set. 1937, p.2.

¹²³*Diário de Notícias*, 19 set. 1937, p.3.

concentrando por ai em pequenas colônias, à espera de um caldo de cultura propício ao seu desenvolvimento. Seria uma quebra do ritmo da campanha presidencial que acabaria prejudicando a própria campanha e fazendo tábua rasa das mais legítimas aspirações do povo brasileiro. O que o país deseja, é apenas que tudo corra normalmente até a eleição. Mais nada. Queremos a eleição. Queremos sair dessa atmosfera de ameaças, de dúvidas, de incertezas quanto ao dia seguinte, de messianismo delirante e de apreensões que o sr. Getúlio Vargas nos precipitos com a sua política estéril e nefasta de ambicioso do poder¹²⁴.

No dia 25 de setembro, foi organizado um comício em Niterói, cidade vizinha da Capital Federal e capital do estado do Rio de Janeiro. Esperava-se conseguir reunir, mais uma vez, uma multidão, dando novo impulso ao seu nome na corrida presidencial. José Américo elaborou um discurso mais contido, no qual voltou às mesmas pautas, tratou com mais parcimônia a justiça social, sem abordar os problemas gerais ou o que pretendia fazer, mas usando o que fizera como ministro – as obras contra as secas e o saneamento da Baixada Fluminense. Prometeu seguir a constituição e respeitar a divisão dos poderes, entendendo o Executivo como um coordenador das atividades de um governo que dependia do Legislativo e do Judiciário. Mas se comprometia, sobretudo, com o eleitorado, que segundo ele entendia, estava mudando de perfil desde as reformas proporcionadas pelo Código Eleitoral de 1932 e pela Constituição de 1934:

O voto secreto transformou a fisionomia dos pleitos. Urge organizar a opinião para formar a consciência da escolha. Não falo em vão; preciso firmar entre o governo e o povo um pacto de interesse comum que é o compromisso do bem público, com o pensamento em Deus, na Pátria, na família, na ordem, na liberdade, no trabalho (ALMEIDA, 1986[1965]).

Em duas cartas a Juraci Magalhães, remetidas em dias seguidos, Artur Neiva contou sua impressão dos últimos fatos. Benedito Valadares, dizia ele, teria feito um discurso controverso no lançamento do Conselho de Propaganda. Um sinal disso é que as coisas no comitê não iam bem, “a escassez de dinheiro é total”, e sem recursos não há como se organizar a campanha. Batista Luzardo tenta conseguir verba com o presidente, que dera essa incumbência ao Ministro de Justiça. Minas Gerais também prometeu remeter alguma quantia, mas de nenhuma dessas fontes o dinheiro apareceu. A sensação era de terra arrasada. Contava: “ouvi comentários a propósito do ambiente em relação à candidatura de José Américo, em que se dizia que quando todos se encontram reunidos, sem discrepância, apoiam o nosso candidato, quando se encontram isolados, à exceção

¹²⁴*Diário de Notícias*, 19 set. 1934, p.4.

do amigo, as críticas surgem”¹²⁵.

A intervenção do Rio Grande do Sul deveria estar por dias. Em um churrasco organizado para comemorar o 20 de setembro, data de início da Guerra dos Farrapos, com a presença de Getúlio Vargas e bênçãos do padre Inácio de Almeida, irmão mais velho de nosso biografado, se falava em retirar um tirano do poder – tratar-se-ia de Flores da Cunha. Artur Neiva contava isso assustado, prevendo um golpe de estado:

Cada vez se avoluma mais o surdo rumor de que as eleições não se realizarão, e de que virá uma revolução. Ninguém sabe como ela surgirá exatamente, se dos Pampas [Gaúchos], se organizada pelo Exército, ou pelo próprio Getúlio [Vargas]. Por mais que se inquiria, não se pega em qualquer coisa de consistente; mas não se sabe porque, têm-se a sensação igual àquela que previne a presença de alguém num compartimento às escuras ou de uns passos que está às nossas costas a nos olhar.

Qualquer coisa como aqueles dias que antecederam a revolução de 1930, e que o Governo de São Paulo negava a existência, quase ferozmente aos amigos mais íntimos, sem entanto dissipar a sensação tão bem dada pelos argentinos quando dizem “*hay algo nel aire*”¹²⁶.

Alguns dias depois, em 23 de setembro, outro evento também intrigou o autor da missiva. Tratava-se da cerimônia cívica em homenagem aos militares mortos na ocasião do Levante Comunista de 1935, sediada no Cemitério São João Batista. Vários políticos compareceram, incluindo o presidente. Esse episódio, construído para causar impacto, de acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2002), alimentou a memória dos conflitos e do alarde construído na opinião pública nos anos anteriores. Na última correspondência, por uma notícia que só chegou depois de postada a mensagem anterior, e remetida no dia seguinte apenas por esse motivo, o deputado baiano escreveu que suspeitava que Getúlio Vargas solicitaria novo decreto de estado de guerra e pedia que o governador o orientasse em como deveria proceder caso ocorresse.

O remetente tinha razão em suas suspeitas. Em 27 de setembro, o general Dutra convocou uma reunião com generais para tratar da pretensa ameaça de um novo levante comunista do qual tivera notícia por meio de um documento apreendido pelo Exército – o Plano Cohen. O material detalhava as instruções do *Komintern* com detalhes de como se pretendia articular um golpe que impediria a realização das eleições, com fechamento do Legislativo e tomada do poder pelos comunistas. O alarde teria sido o motivo para que os militares de alta patente solicitassem ao presidente o decreto de estado de guerra.

¹²⁵Carta de 28 set. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

¹²⁶Carta de 26 set. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

Getúlio Vargas, em seu diário, na nota referente aos dias 29 e 30, registrou que andava trabalhando, junto aos militares, ministro da Justiça, governadores e deputados para a solicitação do instrumento na Câmara. Na noite do dia 30, o general Góis Monteiro falou no programa de rádio oficial *Hora do Brasil*, dando notícia do plano comunista e de suas consequências para a segurança nacional¹²⁷.

A medida foi votada no dia 1º de outubro na Câmara. A sessão teve início com a leitura da solicitação do presidente, que vinha acompanhada de um texto assinado pelo ministro da Justiça, sem qualquer outro documento empírico que acompanhasse o texto, o que foi bastante questionado pela oposição, em particular pelo potiguar Café Filho e pelo oposicionista baiano Otávio Mangabeira. Carlos Luz, líder da maioria, fez a defesa do governo, bem como João Neves da Fontoura, em nome da Frente Única Gaúcha¹²⁸. Depois de longa discussão, o decreto foi aprovado por 138 votos contra 58, seguindo para o senado onde teve 23 votos contra 5. Encurralados pela circunstância de aliados, Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti sinalizaram pelo apoio de suas bancadas. O *Correio da Manhã* registrou que, ainda antes da solicitação na Câmara, José Américo esteve ciente e teria concordado com o governo¹²⁹. A ideia de que o estado de guerra garantiria as eleições, conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2002), servia de isca para aquietar os candidatos, a princípio ameaçados pela medida. Mas o fato é que não havia, pelo menos diante da imprensa, outro espaço de articulação para o candidato governista. Nas memórias, ele se diria preocupado com essa desarticulação da cena política.

Anos mais tarde, de acordo com Hélio Silva (1980b), o general Góis Monteiro assumiu a falsidade do documento. Dizia ter descoberto mais tarde que o seu autor fora o coronel Olímpio Mourão Filho. Esse militar, depois disso, também confessou a sua responsabilidade no episódio, dizendo ter preparado o texto a pedido de Plínio Salgado, dentro da própria sede da Ação Integralista Brasileira, tendo entre os seus redatores o escritor Gustavo Barroso. O material teria sido rejeitado pelo candidato integralista por parecer demasiadamente fantasioso, mas chegando às mãos de Góis Monteiro e Dutra, deu-se sequência ao projeto de divulgação para justificar o estado de guerra e demais medidas autoritárias que o governo tomou a partir de então. Ainda no mês de setembro, Francisco Campos começou a redação de uma nova constituição, para a qual também contou com o apoio dos líderes integralistas (GONÇALVES, 2014).

¹²⁷Verbete “Plano Cohen”, de autoria de Paulo Brandi (ABREU, 2010).

¹²⁸*Diário de Notícias*, 2 out. 1937, p.1.

¹²⁹*Correio da Manhã*, 1º out. 1937, p.1.

O Conselho de Propaganda Pró-José Américo, em meio a isso, até tentou manter a imagem de que a campanha continuava. O *Correio da Manhã* divulgou notícias das reuniões que realizaram, das estratégias que estavam sendo mobilizadas, das caravanas pelos estados que deveriam acontecer até o final do ano. Mas a verdade é que o trabalho fora abalado pela escalada autoritária do governo federal¹³⁰. O *Diário de Notícias* falava em uma debandada de aliados do candidato, dentre os quais o icônico governador de Minas Gerais¹³¹. O comício de Campos dos Goytacazes, município no Rio de Janeiro, precisou ser adiado mais de uma vez¹³². Artur Neiva, em missiva a Juraci Magalhães, reclamava a falta de dinheiro, a ausência absurda de Benedito Valadares e o crescimento do espaço que integralistas estavam tomando entre aliados do governo. Plínio Salgado fizera um comício no Teatro João Caetano, com chancela do Estado¹³³. Em meio a isso, deu-se o casamento do primogênito do biografado, o primeiro-tenente Reinaldo Melo de Almeida, com Lastênia Tourinho, filha do deputado Plínio Tourinho. A cerimônia civil aconteceu na casa do ministro, contando com a presença de poucas pessoas, e a religiosa na Igreja Nossa Senhora Auxiliadora¹³⁴.

Em Minas Gerais e São Paulo, a coordenação do estado de guerra não ficou a cargo dos governadores, mas dos comandantes militares das regiões. Em 14 de outubro, o ministro de Guerra decretou a remoção das forças policiais do governo do estado, essas passavam a responder, portanto, diretamente ao governo federal. Flores da Cunha tentou negociar a sua renúncia, desde que não precisasse submeter as tropas estaduais, mas não teve sucesso. Três dias depois, ele deixou o cargo e seguiu para Montevideu, no Uruguai, onde ficaria exilado por cinco anos¹³⁵. Nesse entremeio, deputados e outros políticos opositores foram presos. O caso mais emblemático, no entanto, certamente foi o de Pedro Ernesto, ex-prefeito do Distrito Federal e do seu filho Odilon Batista, encarcerados antes que tivessem chance de sair do país (MOURELLE, 2019).

Em entrevista ao jornal *A Noite*, publicada no dia 23 de outubro, José Américo reafirmou que o propósito do estado de guerra era garantir as eleições e que continuava sua campanha apesar dos boatos¹³⁶. Apesar disso, ele contaria em suas memórias, que esses foram dias de instabilidade. Junto com Batista Luzardo, ambos mãos atadas

¹³⁰*Correio da Manhã*, 5 out. 1937, p.3.

¹³¹*Diário de Notícias*, 3 out. 1937, p.4.

¹³²*Correio da Manhã*, 30 set. 1937, p.2.

¹³³Carta de 13 out. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

¹³⁴*Correio da Manhã*, 6 out. 1937, p.6.

¹³⁵Verbete “José Antônio Flores da Cunha”, de autoria de Vilma Keller (ABREU, 2010).

¹³⁶*A Noite*, 23 out. 1937, p.1.

diante da impossibilidade de seguir com a candidatura em meio à escalada autoritária do governo, foram à casa do general Dutra, para tentar entender o que estaria se passando. O seu objetivo, dizia nosso biografado, era conseguir uma confissão dos planos que estariam em curso. Assim, ele tentou negociar uma saída para a sucessão presidencial: “– Não será por minha causa que se perca a democracia no Brasil. Se depender de mim, não há questão. Abro mão de tudo. Desisto da candidatura e irei em pessoa a Armando de Sales, com quem já não estou bem, pedir-lhe que faça a mesma coisa”, e os militares que escolhessem um terceiro nome. O ministro de Guerra, desconsertado, teria deixado entrever que haveria, como se suspeitava, um golpe de estado: “– Agora, só o presidente resolve. Já estou comprometido com ele” (ALMEIDA, 1986[1965], p.26).

Os passos seguintes envolveram conversas com vários políticos de diferentes margens eleitorais – a essa altura, já não era propriamente a vitória dos americanistas ou armandistas que importava, mas assegurar que as eleições acontecessem. Esteve com João Neves da Fontoura, na tentativa de que esse intercedesse a negociação do *tertius* junto ao presidente, mas também encontrou líderes da oposição como o deputado baiano Otávio Mangabeira, e contou para ele as informações de que dispunha. Numa outra vez, foi à residência do tenente-coronel Eduardo Gomes, um partidário de Armando Sales. Enquanto discutiam os rumos da política nacional, esse recebeu um telefonema de um oficial da Aeronáutica dizendo da viagem de Negrão de Lima ao Norte: “Sendo ele Secretário do Comitê de Propaganda de minha candidatura, não poderia ter nenhuma missão sem meu conhecimento”, concluía José Américo, “tratei de retirar-me para me por em campo” e escreveu um bilhete ao *Correio da Manhã* para espalhar a notícia. Tratava-se de uma missão do político mineiro para conquistar o apoio dos governadores para o golpe de estado que estava sendo articulado (ALMEIDA, 1986[1965], p.27).

O *Correio da Manhã* publicou, no dia 30 de outubro, uma nota em que expunha a movimentação de Negrão de Lima em desacordo com José Américo:

Nos meios políticos era ontem corrente que a missão do sr. Negrão de Lima, depois de já sabida por oito ou nove governadores para sugerir-lhes a retirada da candidatura do sr. José Américo, dizendo-se autorizado a isso pelo próprio candidato.

Interpelado pelo “*Correio da Manhã*” sobre o fundamento que teria essa notícia, eis o que nos respondeu o sr. José Américo:

– “O sr. Negrão de Lima, secretário do Conselho Nacional de Propaganda de minha candidatura, não levou ao Norte nenhuma missão de minha parte. Fui dos últimos a ter conhecimento de sua misteriosa excursão. Não poderia autorizá-lo a promover o afastamento de meu nome, porque mantenho a orientação definida na

entrevista concedida à Imprensa. Só os partidos poderiam adotar essa iniciativa, contra minha vontade – é de bem ver – tanto que exigi que, nesse caso, me dessem as razões de sua atitude, reservando-me eu ainda o direito de discuti-las¹³⁷.

No dia seguinte, esse mesmo jornal publicou um editorial em que falou dos erros do candidato que até então apoiaram sem restrições, apontou os atropelos dos discursos, mas principalmente sua omissão ante as medidas autoritárias do presidente e aliados. Exigia, assim, uma atitude:

Nesses últimos oito dias o sr. José Américo tem repetido que mantém a sua candidatura. Não basta.

É preciso que ele trabalhe para conservar e aumentar o seu eleitorado, e que corresponda à confiança daqueles que não limitaram a uma formalidade fácil o apoio à sua candidatura.

Nós, no *Correio da Manhã* – e não havemos e ser os únicos – estamos prontos a retomar com ele uma campanha sadia e impessoal pelos princípios que há trinta e seus anos defendemos. É o convite que lhe fazemos.

E esperamos que o nome do sr. José Américo não venha enriquecer a lista considerável onde inscrevemos nossas decepções com políticos...¹³⁸.

A iniciativa do jornal talvez fosse um apelo para o ministro apostasse em uma resistência de sua candidatura por meio da opinião pública, abrindo franca crítica às atitudes do governo. Dias mais tarde, o periódico voltou a tratar do caso da viagem de Negrão de Lima, mas dessa vez apresentando detalhes que expunham Getúlio Vargas, dizia que a proposta era a prorrogação do mandato presidencial sem prazo determinado, bem como o dos governadores, exceto Carlos de Lima Cavalcanti e Juraci Magalhães¹³⁹. O presidente, ao ler a reportagem, ficou possesso: “Como a censura deixara publicar? Quem [fora] o responsável pela nota e pela publicação? Tomavam-se providências a respeito em resultado!”. Àquela altura, o chefe da nação, os militares e demais políticos articulados com ele planejaram o golpe de estado para a data aniversária da República, 15 de novembro, pelo seu valor simbólico (VARGAS, 1995b, p.81).

Aconteceu que, uma movimentação por parte do candidato opositor exigiu uma mudança imediata nos planos. João Carlos Machado, ainda no dia 8 de novembro, leu na tribuna da Câmara, ao passo em que Paulo de Moraes Barros fez isso no Senado, a carta aberta de Armando de Sales Oliveira intitulada *Aos Chefes Militares do Brasil*:

¹³⁷*Correio da Manhã*, 30 out. 1937, p.14.

¹³⁸*Correio da Manhã*, 31 out. 1937, p.4.

¹³⁹*Correio da Manhã*, 5 nov. 1937, p.14.

Está em marcha a execução de um plano longamente preparado, que um pequeno grupo de homens, tão pequeno que se os podem contar nos dedos de uma mão, ideou para escravizar o Brasil. (...) Ao Exército e à Marinha cumprirá manter guarda às armas e velar para que o país obtenha nelas um governo de autoridade – de irrecusável autoridade moral – ao qual darão depois o seu firme apoio, não só para a luta contra o comunismo, como para a obra de organização do Brasil. A Nação está voltada para os seus chefes militares – suspensa, espera o gesto que mata ou a palavra que salva (*apud* SILVA, 1980a, p.144/145).

A carta foi impressa e se espalhou entre os militares. Ao tomar conhecimento, Getúlio Vargas convocou uma reunião imediata com o general Dutra, o chefe de polícia Filinto Muller e Raul Pilla, seu novo ministro da Justiça. E planejaram a antecipação do golpe para o dia seguinte. Em 10 de novembro, os palácios da Câmara e do Senado amanheceram cercados pela polícia, as duas instituições legislativas ficariam fechadas e os partidos políticos foram extintos. Por volta das 10 horas, os ministros se reuniram no Palácio Guanabara e, junto a ele, assinaram a nova Constituição, exceto Odilon Braga, que renunciou à pasta da Agricultura. Depois de despachar com ministros, às 20 horas, o presidente proferiu na rádio o seu *Manifesto à Nação*, no qual sugeria que a campanha eleitoral estaria dando oportunidade para que caudilhos, em diferentes regiões do país, estabelecessem seus planos para retornar ao poder, sendo aquela medida necessária para garantir a ordem e a permanência do programa revolucionário de 1930¹⁴⁰.

José Américo, naquele dia, foi desperto com a notícia dos movimentos militares. Essa já não era para ele, nessa altura, uma surpresa. E tentou aparentar normalidade. “Era dia de sessão no Tribunal de Contas. Como se nada tivesse sucedido, saí para meu trabalho, com um carro de polícia atrás, a vigiar-me”. E não deixou de fazer análise. “Nenhuma novidade na rua. O povo de 1889 e 1937 estava ausente. Não se mexeu”. Pensou em seguir para São Paulo e de lá tentar organizar algum alarde, mas acontecia que o governador Cardoso de Melo Neto havia se debandado para o lado do presidente. Mais tarde, recebeu amigos e aliados que seguiam ao seu lado, como Afonso Arinos e José Lins do Rego. Monteiro Lobato preferiu escrever, essa foi uma das poucas cartas do momento que guardou em seu arquivo. Muito sinceramente, o amigo dizia achar que, apesar das qualidades do amigo, aquele desfecho teria sido o melhor, evitara as disputas com Armando Sales e Flores da Cunha. Mas garantia que os amigos não faltariam¹⁴¹.

O ministro contou em uma entrevista que, tendo chegado ao Tribunal de Contas,

¹⁴⁰*Diário de Notícias*, 11 nov. 1937, p.1.

¹⁴¹Carta de 17 nov. 1937, de Monteiro Lobato a José Américo (Arquivo Pessoal José Américo, CPDOC).

começou a escrever uma carta de renúncia para o presidente:

Sr. Presidente Getúlio Vargas:

Vossa Excelência apelou, ontem, para o meu patriotismo, por intermédio do ex-deputado Batista Luzardo, encarcerando-me que me comportasse, nesta emergência, como um bom brasileiro. É, porém, como patriota e bom brasileiro que quero continuar a ser que lhe peço complementar meu sacrifício, demitindo-me do cargo de ministro do Tribunal de Contas, lugar que conquistei pelo concurso prestado à revolução que o levou ao poder e pelos serviços consagrados ao país, com a benemerência que Vossa Excelência foi o primeiro a reconhecer e exaltar, calorosamente, em documentos públicos.

Perco tudo, até a casa adquirida, parte com o legado deixado por um ilustre magistrado que não chegara a conhecer, premiando minha conduta no Ministério de Viação, parte com o produto do empréstimo feito sob hipoteca na Caixa Econômica, pelo prazo de 15 anos, mediante a consignação dos meus vencimentos. Mas salvo com esta atitude, já que me é tolhida a palavra pública para um desagravo de mais ampla repercussão, minha dignidade cívica perante aqueles que se empenharam pelo meu nome na mais poderosa e pacífica campanha eleitoral que o Brasil já testemunhou.

Abandonado pelos que me tiraram de casa, quase à força, para me fazerem candidato, no momento em que meu prestígio, mais moral que popular, servia para ser oposto a meu competidor, das mais vantajosas condições e êxito, não fiz, sequer, causa comum com adversários, no plano superior da defesa da democracia, porque, além de outros entendimentos, meu sentimento de lealdade me manteve fiel aos partidos que me escolheram, espontaneamente ou a conselho de V. Excia., na convenção de maio, ainda ativando a propaganda. Fiquei à espera de que se positivasse a ruptura eu já vinha sentindo latente para assumir atitude indicada pela minha consciência de cidadão...

Mas é tarde para me dirigir à nação, que já não pode ouvir-me.

Resta-me apenas curtir o sacrifício de que não tenho culpa. Demita-me V. Excia, por conveniência do regime, decretado ontem, por um golpe de Estado (*apud* CAMARGO *et al*, 1984, p.518).

O texto do rascunho era catártico. Antes de qualquer dilema moral quanto aos prejuízos políticos da suspensão das eleições e de uma nova ditadura, dos quais sequer tratou em seus longos parágrafos, era ao amigo e correligionário de longa data que ele reclamava a desfeita. Ao presidente pelo qual ele lutara para alçar ao poder durante a Revolução de 1930, negociara as emendas e a votação que mantiveram no cargo na Assembleia Constituinte de 1934. Mais que isso. Ao chefe que lhe garantira a eleição, tanto na ocasião de seu lançamento como nas inúmeras vezes em que esteve em seu gabinete ao longo da campanha. Era ele que ora desconsiderava seu esforço de homem público que nada teria ganhado diante do muito que houvera feito – levaria uma vida modesta, com uma casa financiada pela Caixa Econômica Federal. No entanto, apesar da honestidade dos sentimentos, ele preferiu deixar o texto de lado e começou outra

missiva, mais racional e entendendo sua candidatura como uma instituição coletiva:

Senhor Presidente da República:

Apelou V. Excia. para meu patriotismo, por intermédio do ex-deputado Batista Luzardo, pedindo-me que me comportasse, nessa emergência, como um bom brasileiro.

É, pois, como bom brasileiro, digno e altivo, que venho perante Vossa Excia. levar a testada das graves acusações que irrogou a campanha e documentos que passarão à posteridade numa hora em que a transformação do regime me priva de toda a possibilidade de uma explicação pública.

Sentindo-me abandonado pelos que me haviam tirado de casa, quase à força, para jogar-me na campanha para consagrar-me candidato nacional, muitos deles a conselho de V. Excia., no momento em que só meu prestígio, mais moral que político, poderia ser oposto às forças partidárias que apoiavam Armando Sales de Oliveira, esperei que se positivasse a ruptura pressentida para um desagravo de mais ampla divulgação, perante aqueles que se haviam empenhado pelo meu nome na hora mais poderosa e pacífica da campanha eleitoral (*apud* CAMARGO *et al*, 1984, p.519).

Nem uma nem outra, contudo, foi remetida. José Américo foi desencorajado a fazê-lo por seus colegas de trabalho, que sabiamente avaliavam as consequências em sua vida prática de uma reação precipitada. Um tempo depois, disse ele na entrevista, tentou remeter um telegrama, mas sendo recusado pela agência do Correio e Telégrafos, pediu que Batista Luzardo entregasse ao presidente. Getúlio Vargas teria respondido: “Volte, eu não recebo o telegrama. Diga a José Américo que ele há de compreender a minha situação”. De toda forma, nosso personagem permaneceu no Tribunal de Contas, mas cortou relações com o ditador por muitos anos¹⁴². Os governadores foram mantidos no posto máximo da administração estadual, mas não mais como governadores eleitos e sim como interventores submetidos ao presidente da República. A exceção a isso foram Carlos de Lima Cavalcanti e Juraci Magalhães, não por acaso aliados de José Américo, líderes dos maiores estados no Norte. Minava-se o poder político da região construído e reconstruído com muitos acordos ao longo daquela década.

Costa Rego, na tentativa de não deixar os amigos desamparados, fez articulações e conseguiu uma embaixada para cada um. Carlos de Lima Cavalcanti aceitou o convite e se tornou representante brasileiro no México. Juraci Magalhães se negou a compactuar com o governo e regressou às suas funções como militar. Em suas memórias, o tenente avaliava: “Aquele era bem o estilo getuliano. Nunca deixar um velho correligionário ao sol e à chuva, não fazer inimigos que um dia não pudessem voltar a ser seus amigos”.

¹⁴²Entrevista concedida a Aspásia Camargo *et al* (1984, p.282).

Alguns deputados e senadores baianos se aliaram ao presidente, o que ele dizia tê-lo decepcionado, dentre os quais Medeiros Neto. O ex-governador ficou alguns dias na Bahia e depois embarcou para o Rio de Janeiro. José Américo o esperava no aeroporto, com outros amigos, e os jornais não deixaram de estampar a notícia, embora sem muitas explicações, com uma fotografia dos nortistas juntos (MAGALHÃES, 1996, p.188).

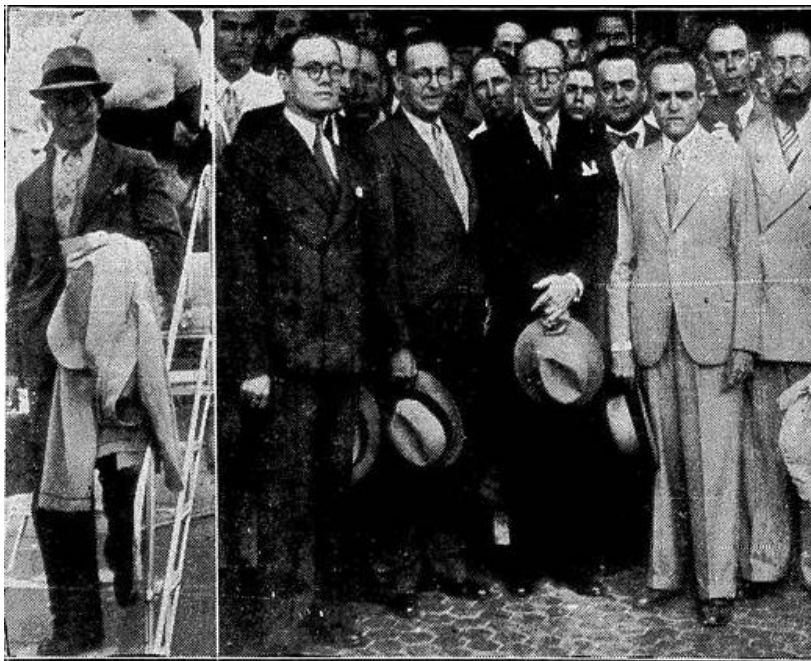


Figura 53: A chegada de Juraci Magalhães e os amigos que o aguardavam, da esquerda para a direita, José Américo, Costa Rego, Jurandir Magalhães e Medeiros Neto.

Fonte: *Correio da Manhã*, 18 nov. 1937, p.14.

No dia 27 de novembro de 1937, o cardeal Sebastião Leme celebrou uma missa em homenagem à bandeira nacional, estendida por trás de um altar católico a céu aberto na esplanada da praia do Russel, no Rio de Janeiro. Estiveram presentes o presidente e a primeira-dama, além dos ministros e vários outros políticos simpáticos do novo regime. Após a cerimônia religiosa, as bandas militares presentes executaram o Hino Nacional, acompanhadas de um coral infantil regido por Heitor Villa-Lobos. Os fogos de artifício explodiram no mar logo em seguida. O ponto alto da festa, no entanto, foi a queima das vinte e duas bandeiras estaduais, levadas uma a uma à pira acesa no meio da praça por vinte e duas jovens trajadas de branco. Era a consagração da unidade nacional em lugar dos regionalismos. O evento marcava simbolicamente o início do Estado Novo.

Os óculos de José Américo

Nada mais pitoresco do que surpreender o pensamento do objeto precioso que, corrigindo o trabalho de Deus, ajuda publicamente o Dr. Américo a pensar, enquanto, nos soalhos, ringe e range o solado duplo de seus borzequins brunidos, lustrosos, com enfiadores roliços caídos em laço caprichado.

(...) Aos óculos, deixara-os o Dr. Américo sobre a mesa. Estaria dormindo, naturalmente. Porque o ex-ministro escritor, ao contrário daquele personagem da anedota, enxerga, no sonho, todas as coisas, sem o auxílio generoso das lunetas.

Os óculos, com as hastes voltadas sobre si mesmas, têm uma atitude imoral (...). Por isso, levantamos as hastes e colocamos a mais célebre das lunetas brasileiras de frente para nós, na posição recomendável para as palestras maliciosas.

Houve um resmungo. Um começo tenebroso de estrilo. Controlamos os nossos nervos, à lembrança de que as lunetas, por maiores que sejam, não manejam uma arma de fogo. Nem mesmo as caçorolas...

(...) – Para falar a verdade, vejo tudo sombrio (...) Prevejo tumultos, desastres, revoluções.

(...) Ouvimos, partidas do quarto onde o ex-ministro escritor dormia a sono solto, umas frases confusas, das quais percebemos apenas estes vocábulos terríveis e inexplicáveis:

– A presidência da República! Eu prometo ao país...

Amarrolámos o chapéu, medrosos.

E os óculos:

– Não tenha medo, moço. Isso às vezes acontece. E o Dr. Américo, há dias, se queixa de pesadelos.

Revista *Careta* (15 mai. 1937, p.17,20).

Aos cinquenta anos, apesar da cirurgia que dirimiu a gravidade de sua miopia, José Américo continuava usando os óculos. O grau bem mais moderado, no entanto, tirou a impressão aguda que as lentes grossas davam à sua feição. Ainda assim, era esse o objeto que certamente melhor o representava. Estava aparente em todos os desenhos, exagerado nas caricaturas, e fazia falta nas fotografias sempre que ele decidia retirá-los – o que aconteceu poucas vezes. Não me estranha, portanto, que os editores da revista *Careta* tenham decidido entrevistar esse tão famoso objeto às vésperas da campanha presidencial de 1937. Ele certamente tinha muito a contar. Partilhava de sua intimidade, os processos de leitura e escrita de um intelectual reconhecido pela sua capacidade de literato, mas também corrigia o foco com que observava os interlocutores nas conversas políticas mais sérias. Esse era certamente o melhor intermediário para os que almejavam alcançar seus pensamentos e as suas aspirações.

Quando eu comecei a biografia de José Américo, eu não me dei conta de que, como ele, também eu sou miope. Talvez porque fazia tempo que eu havia abandonado

os óculos de grau pelo par de lentes de contato, que me acompanhava desde cedo até a hora de dormir. As semelhanças vieram depois. Também eu descobri minha miopia na alfabetização e vivi longo tempo tendo as lunetas como anexo de mim. Mas depois de muitos anos afastado delas, reivindicação da adolescência, foi justamente no início do doutorado que voltei a usá-las. Estranha coincidência. Mais estranho ainda é dar-me conta que, na reta final da tese, comprei uma armação parecida com as que ele usava na juventude. Dizem que biografia é assim mesmo. Vamos ficando cada vez mais parecidos biógrafo e biografado. Lilia Schwarcz (2013) conta que, ao escrever as vidas de homens como D. Pedro II, Nicolas Antoine-Taunay e Lima Barreto, passava a tê-los como amigos íntimos, por vezes se flagrava cobrando atitudes que ela julgava mais coerentes e se decepcionava com um ou outro passo que acreditava equivocado.

A presença de José Américo na minha vida, como de muitos outros paraibanos, precede os esforços de pesquisa. Eu lembro de encontrar vários volumes de *A Bagaceira* nas bibliotecas das escolas onde estudei, em maior número que qualquer outro clássico da literatura nacional ou estrangeira. O político eu descobri depois, já na universidade, quando iniciei as pesquisas e cursei a disciplina de História da Paraíba na República. Mas também não era raro topar com ele pela cidade, primeiro como nome de rua, bairro, escola. Levei algum tempo para perceber que uma das avenidas que liga o centro da cidade à praia, caminho da casa de minha avó, tinha o seu nome, embora usualmente a tratásse-mos pela circunstância geográfica de “Beira-Rio”, devido à sua proximidade do Rio Jaguaribe. A outra rota, não por acaso, denomina-se “Avenida Epitácio Pessoa”. Além disso, ele alterna-se entre outros artistas paraibanos, como um retrato em uma plaqueta afixada nas esquinas, ao lado da frase emblemática – “Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã”.

Os caminhos que trilhei ao longo da elaboração da tese também me levaram a lugares que ele havia percorrido. Ainda no início do doutorado, para cursar disciplinas, me mudei de João Pessoa para o Rio de Janeiro, onde ele viveu uma parte considerável de sua vida, trânsito que me favoreceu o acesso aos arquivos e aos prédios onde circulou, além da sensação de deslocamento de um nordestino, no meu caso, para a “Velha Capital da República”. Um ano depois, fiz caminho oposto, me tornei docente do Centro de Formação de Professores de Cajazeiras, no sertão da Paraíba, e não deixei de me dar conta que, a despeito dos oito dias de viagem a cavalo que nosso biografado, depois de formado, enfrentou para assumir a promotoria em Sousa, a mim bastavam oito horas em um ônibus com ar-condicionado sobre uma estrada asfaltada.

Na vida de um miope, de tempos em tempos, convém trocar as lentes. Os casos mais graves evoluem com os anos, a vista fica mais desgastada, é preciso ajustar o foco. Em um sentido menos literal, é certo que o correr das idades e os novos espaços em que nos encaixamos no percurso exigem outras atitudes e golpes de vista. As maneiras de se portar de um candidato à presidência da República, em um ano conturbado como 1937, marcado pelo trato constitucional, carecem uma postura, um discurso e um traquejo para constituir acordos muito distintos dos que marcaram a sua agenda enquanto ministro do Governo Provisório. Essas dinâmicas do campo político mudam a depender das regras do regime em vigência, das redes de sociabilidade e das circunstâncias da arena pública, e de certa maneira condicionam que personagens – com suas experiências na bagagem – se tornam mais ou menos interessantes para assumir posições na cena nacional.

Aos cinquenta anos, o quinto rebento de Inácio Augusto e Josefa Leopoldina, outrora confuso entre o sacerdócio e o bacharelado, tornava-se candidato à presidência da República. Mas antes de perguntar o que havia daquele “menino de engenho” no político revolucionário, julguei que seria mais profíquo saber como ele se apropriou e significou essa origem, e demais momentos do seu passado, nesses muitos episódios que compõem a sua vida. Trata-se de um caminho do meio entre essencializar a origem como razão exclusiva de suas atitudes e desconsiderar o papel de sua trajetória como indicador de suas visões de mundo e comportamentos decorrentes dela. De acordo com Michel de Certeau (2013[1980]), nos deslocamos pelos espaços que compõem o mundo a partir do nosso lugar na sociedade – qual reúne as experiências e marcadores sociais que constituem nossa existência. Mas como seres humanos, capazes de pensar e sentir empatia, temos a faculdade de estranhar/agenciar esse repertório de muitas maneiras.

José Américo era herdeiro dos capitais políticos e econômicos de uma família de senhores de terra e comerciantes, cujos proceres ocuparam postos destacados do poder estadual no início da República. Tendo dois tios clérigos de grande influência no estado, ele e seu irmão mais velho Inácio foram educados para o sacerdócio. Era parte de um projeto familiar de poder, em tempo no qual essa instituição – família – era uma moeda fundamental para a inserção dos jovens no mundo. O garoto se movimentou como pode em meio à articulação da parentela. Por um lado, era simpático às letras, aprendia com certa facilidade e dava-se bem com os exames, mas por outro, o regime disciplinar severo que a carreira exigia foi se tornando cada vez mais incômodo. Ao contrário do irmão e de tantos outros seminaristas que se viram nesse dilema, porém, bateu o pé pela escolha de um outro caminho e foi estudar direito na cidade do Recife.

O biografado voltou ainda mais insubmisso da Faculdade de Direito do Recife. As ideias liberais, que pregavam as liberdades dos indivíduos sobre os seus destinos e posições políticas, impactaram sua forma de pensar a relação com o poder da família. Aliado ao seu primo Antonio Simeão Leal, se opôs ao tio monsenhor Walfredo Leal, então chefe da oligarquia estadual. A consequência dessa decisão foi o desamparo na hora de conseguir um cargo para exercer suas funções. Foi nomeado promotor público em Sousa, no interior do estado. Mas as relações se redefiniram nos anos seguintes e, com provável influência do mesmo tio, se tornou procurador geral, posição destacada para um jovem bacharel recém formado. Em um tempo ainda tão tomado de influências políticas na decisão dos caminhos pelos quais os moços construiriam as suas carreiras, José Américo oscilava entre as críticas e as benesses do capital político familiar.

O jovem bacharel se esforçou para mostrar trabalho e o fez tendo em vista suas concepções do que seria uma boa interpretação da legislação. No cotidiano do tribunal, ele se empenharia, junto aos desembargadores, para unificar entendimentos e práticas dos magistrados das comarcas do estado e não deixou de fazer críticas aos usos políticos da justiça. Esse também foi um tempo no qual constituiu relações entre intelectuais e políticos na cidade da Paraíba, e passou a escrever na imprensa, em prosa e poesia. As amizades, a princípio restritas ao universo cultural, foram pouco a pouco se tornando alianças políticas, na medida em que interferiam nas opiniões emitidas na arena pública. Era o caso dos “jovens turcos”, grupo com o qual fundaria a revista ilustrada *Era Nova* e a partir do qual foi se tornando um intelectual vinculado às bases de Epitácio Pessoa – a ponto de ser convidado pelo presidente de estado Solon de Lucena para escrever o relatório a respeito dos bons resultados das obras contra as secas de seu governo na vida da população sertaneja, o que resultaria em *A Paraíba e seus problemas* (1923).

Os anos 1920 impactaram a arena cultural do país pela ascensão de uma nova geração de intelectuais e políticos que pretendia transformar o modo como a sociedade e o regime republicano estavam organizados. Há uma tradição historiográfica que afirma que a entrada do modernismo no Nordeste se deu com a viagem de Joaquim Inojosa para o Rio de Janeiro e São Paulo. A despeito dessa interpretação, o que as definições das vertentes teóricas sobre os assunto às quais me vinculo e o conteúdo das revistas consultadas sugere é que já havia um esforço modernista na Paraíba desde 1921, com o lançamento de *Era Nova*, na qual José Américo tinha papel destacado com sua coluna na primeira página, tratando de assuntos como a velocidade dos meios de transporte, possibilidades dos usos da linguagem, questões sociais e políticas etc.

A novela *Reflexões de uma cabra* (1922) foi simbólica desse esforço, na medida em que desconstruía a linguagem culta a partir de uma estética do texto que propunha uma releitura das tradições de uma região. Ainda nessa esteira, quer me parecer que o nosso escritor ocupou um espaço exterior no debate entre modernistas – nesse caso, seguidores do Modernismo Paulista liderados por Joaquim Inojosa – e regionalistas – dentre os quais Gilberto Freyre. Embora tenha sido influenciado por ambas as correntes, não se incorporou a nenhuma das duas naquele momento. As referências que pautaram *A Bagaceira* (1928), portanto, foram tão variadas quando se podia e partiam de uma forma de elaborar a escrita que ele já ensaiava pelo menos desde 1921. Apesar de sua relativa autonomia desses dois outros movimentos – ou talvez por causa dela, na medida em que inovava em suas referências – o romance foi um sucesso e se tornou material importante para pensar as tradições de uma região.

Essa agenda de mudanças que os modernismos abriram no início dos anos 1920 foram oportunidade para que os intelectuais pautassem os problemas da nacionalidade, como se falava à época, dentre os quais os investimentos destinados à região Norte – conforme divisão oitocentista do país em Norte e Sul. Esse tema ganhou fôlego com o mandato de Epitácio Pessoa na presidência da República, oportunidade em que tomou também uma direção – as políticas públicas contra as secas – o que dava ao debate uma espacialidade, concentrava recursos nos estados que eram considerados os mais afetados pelas estiagens, e que não deixou de gerar disputas dentro e fora da região. Vale lembrar que foi nesse momento que uma nova territorialidade – o Nordeste – tomou corpo na arena pública. Os regionalistas de Pernambuco se empenharam em desenvolver esse novo conceito. José Américo o fez mais tarde, embora nas reflexões essas subdi-visões, na esteira de Pierre Bourdieu (1989), do que seria o Norte já estivessem em questão.

Esse foi o momento em que uma geração de homens formados já sob égide da República assumia espaços no poder estatal. De acordo com Cláudia Viscardi (2001), eram sujeitos que não tinham experimentado as dificuldades de consolidar o regime e, dessa forma, se empenhavam em reformá-lo. O movimento tenentista apontou críticas ao *modus operandi* do sistema representativo e políticos mais jovens se esforçaram para empreender reformas administrativas nos estados – exemplo de João Pessoa na Paraíba. Interessa perceber que, nesse esforço de renovação, José Américo foi chamado para ocupar o posto de secretário geral – marco de seu ingresso na política profissional. De certa forma, todo esse caldo cultural de mudanças, agenciadas por figuras originárias desse mesmo sistema oligárquico, mas cujas ideias distoavam dele, fortaleciam esse

desejo de transformação que se espalhava pelo país.

Uma série de contingências tornaram nosso personagem uma figura interessante para ocupar a secretaria no governo João Pessoa e, posteriormente, para arquitetar o movimento revolucionário de 1930 na Paraíba. Além de sua origem em uma família que ocupou por muitos anos a chefia do estado, o que também lhe proporcionava o capital cultural e as sociabilidades que uma posição de liderança exigia, ele havia sido um autor de proa na construção de uma estética modernista que repensaria o passado e o futuro dessa gente paraibana. Mas sobretudo, estudou as secas e o governo Epitácio Pessoa, exatamente quando o tema e a representação política em questão se tornaram uma pauta para repensar o pacto federativo e os destinos da República no Brasil. Mas nessa onda não podemos esquecer a sua personalidade ora combativa ora conciliadora, medida importante para produzir acordos e acertar o *timing* da política e da guerra.

Ainda na campanha da Aliança Liberal, quando tiveram início as negociações com os tenentes e políticos, José Américo foi constituindo relações na cena política nacional, muitas das quais para além do próprio João Pessoa, que não estava tão certo de sua posição em caso de revolução. Esses esforços se tornaram ainda mais presentes depois de sua viagem ao Rio de Janeiro, para defender os deputados da chapa aliancista que haviam sido degolados e do assassinato do presidente de estado. A sua articulação com Juarez Távora e Juraci Magalhães foi fundamental para o sucesso do movimento na região, tanto que ele se tornaria seu líder civil, e posteriormente, seu representante no ministério do Governo Provisório, na pasta dos negócios da Viação e Obras Públicas. Era uma posição estratégica, em um momento no qual as elites locais tinham prestígio como base de apoio do novo regime e mobilizado por um sentimento revolucionário, para pautar temas caros a elas e repensar o destino dos recursos públicos federais.

Foi no Ministério de Viação e Obras Públicas que José Américo de Almeida construiu um projeto político pessoal a partir de sua leitura dos principais interesses que mobilizavam uma região – o Norte – e se colocavam como entraves à nacionalidade. Esse projeto envolvia um complexo de investimentos na modernização e expansão dos meios de comunicação e transporte, mas sobretudo políticas públicas contra as secas. Digo “pessoal” porque ele partia de um repertório bastante assentado em suas próprias vivências como alguém que nasceu e cresceu na região, trabalhou nas terras sertanejas, estudou e interpretou o fenômeno das estiagens – e não por acaso inscreveu um novo território para ele privilegiando os estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Mas também era “pessoal” porque seria o conjunto de posturas que se prenderiam em

sua imagem pública, embora envolvesse ganhos políticos e econômicos para muito mais pessoas, uns grupos mais – senhores de terras nos estados em questão – outros menos.

Juarez da Gama Batista (1979, p.13), um amigo do nosso biografado que construiu um perfil biográfico a partir das memórias que esse compartilhara com ele, tem uma interpretação da sua trajetória política que, sem a mesma elaboração teórica, também alcança esse ponto. José Américo “sendo de várias épocas, fez a sua (...) fazendo um nome e uma legenda, transtornando o calendário”. Agenciar o tempo é uma tarefa complexa, que exige um amplo trato discursivo, mas também considerável poder político. No caso em questão, assentado em base de apoio sólida, o grupo dos tenentes, mas sobretudo o Bloco do Norte. Essa coalizão de forças que reunia líderes dos estados do Amazonas ao Espírito Santo, mas dentro do qual outras territorialidades estavam em jogo – primeiro uma ideia de área mais afetada pelas secas do ministro a partir dos estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, depois a noção de Nordeste.

Ao passo em que a constitucionalização ganhava destaque na opinião pública, tornava-se mais urgente para os tenentes empreender uma articulação política nacional que garantisse a maioria revolucionária entre os deputados da Assembleia Constituinte, bem como posterior vitória nas eleições estaduais entre 1933 e 1934. O propósito de constituir um partido único não deu certo no primeiro momento, apesar dos esforços que envolveram a União Cívica Nacional. Em cada estado foram adotadas estratégias para garantir a vitória. José Américo, Gratuliano de Brito e Argemiro de Figueiredo se empenharam, então, para tecer as negociações com os chefes políticos nos municípios. Mas isso não significava que seu propósito fosse constituir uma “oligarquia americista”, antes disso, havia um trabalho político de acomodar interesses e perspectivas a partir de uma agenda partidária que deveria conduzir o estado em tempos democráticos.

O Bloco do Norte, em meio a tudo isso, foi perdendo a sua força. Em anos anteriores, o “ministro das secas” havia se desentendido com Carlos de Lima Cavalcanti devido à condução dos recursos destinados ao enfrentamento dessa calamidade pública. José Américo e Juarez Távora deixaram os ministérios da Viação e Obras Públicas e da Agricultura às vésperas da promulgação da Constituição de 1934, em meio às críticas das posturas autoritárias do Governo Provisório. O nosso personagem foi convidado para assumir a embaixada do Brasil no Vaticano, mas de última hora se candidatou a uma vaga no Senado, devido às exigências das elites políticas na Paraíba. Acabaria renunciando também desse posto meses depois. Getúlio Vargas então o nomearia ministro do Tribunal de Contas da União. Em todos os momentos foi alvo de críticas.

Devido às discordâncias nos rumos dos acordos com as oligarquias no Ceará, Juarez Távora rompeu com José Américo e Getúlio Vargas. Juraci Magalhães foi o único que se manteve forte, à frente do governo da Bahia, tentando equilibrar conflitos. Os desentendimentos eram provocados pelas diferentes maneiras de entender o projeto político revolucionário, a maneira de executá-lo e pelos afetos, o sentimento de traição pesava entre esses homens que até então se julgavam amigos e haviam lutado juntos na mesma trincheira. Também por essa razão, tão logo tiveram início as discussões sobre a sucessão presidencial, era difícil chegar a uma posição de consenso que representasse os interesses da região na cena pública nacional. Juarez Távora, Carlos de Lima Cavalcanti e Juraci Magalhães cogitaram apoiar o nome de Amando de Sales Oliveira, enquanto José Américo mantinha-se afastado das discussões políticas.

Getúlio Vargas tardava em escolher um sucessor a quem apoiar. Tanto o fez que um grupo de líderes revolucionários foi se arquitetando à sua revelia no entorno do candidato paulista Armando Sales. Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, prometia apoiá-lo e havia a possibilidade de que o Bloco do Norte, representado pelos maiores estados Pernambuco e Bahia, também o fizesse. Em sendo assim, a vitória se daria mesmo sem a participação do presidente. Foi nesse ínterim que o chefe da nação e Benedito Valadares deram uma cartada que bagunçava os acordos – sugeriram o nome de José Américo. Era um nortista, que apesar dos desafetos agradaria Juarez Távora, Carlos de Lima Cavalcanti e principalmente Juraci Magalhães, podendo aí conquistar Flores da Cunha. Tratava-se de oportunidade ímpar para que um “Homem do Norte” assumisse o cargo máximo da nação – um triunfo do grupo de combatentes.

A aposta era arriscada. Abria espaço para uma competição eleitoral, enfraquecia o grupo revolucionário e abria flanco para uma saída anti-constitucional. Mas o nome do paulista também não agradava de todo aos nortistas, que temiam uma volta dos perrepostas ao poder. Em meio às negociações, José Américo se tornou candidato. As cartas estavam na mesa e o desenrolar da campanha seria decisivo para pensar os rumos do regime em vigência. Mas o grupo não fechava um acordo. Benedito Valadares, num determinado momento, passou a jogar contra, os recursos que chegavam ao comitê eram ínfimos e as investidas autoritárias do presidente deixavam a campanha governista incoerente – intervenção nos estados, estado de guerra, ameaças de censura. Havia pouca margem para construir um programa de governo.

O nosso personagem bem tentou seguir adiante. Nos seus primeiros discursos, falou de sua trajetória política. Na Esplanada do Castelo, foi mais propositivo, fez um

discurso social que arrebatou um espaço na opinião da população, imprensa e políticos. Passados alguns dias, no entanto, algumas expressões se tornaram alvo de críticas mais duras vindas dos próprios “aliados” – uns chamavam-no de comunista, outros diziam que estava criticando o presidente. Tentou se defender. Na Bahia, criticou os excessos do comunismo e do integralismo, justificou Getúlio Vargas e afirmou com todas as palavras – “haverá sucessão”. Foi pior. Começou-se a falar em substituí-lo por um *tertius*. Mas diante do enfraquecimento que isso provocaria, desistiram da possibilidade. Ainda assim, as atividades de campanha de setembro a novembro não emplacavam.

Deu-se o golpe. José Américo e Armando Sales desistiram da candidatura pouco tempo antes, Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti foram destituídos dos cargos de governador para o qual tinham sido eleitos. Juarez Távora já não tinha função. O Bloco do Norte naufragava junto com suas principais lideranças. Nesse quesito, o episódio da queima das bandeiras estaduais, que é considerado um mito de fundação do Estado Novo, é simbólico. A discussão sobre os marcadores de região na República, divisão dos recursos e pacto federativo saíam da cena principal. Montava-se um novo regime a partir de uma outra base de apoio, distinta daquela que marcou o período de 1930 a 1937. O “Norte” estava fora. Depois disso, diga-se de passagem, esse nome também vai saindo de cena. A ideia de “Nordeste” toma fôlego, corporificada de um alicerce cultural mais firme, mas com força menor que tivera a espacilidade anterior.

Eu argumento que a ascensão política e intelectual de José Américo de Almeida se deveu à sua subjetividade de homem que nasceu, se formou e constituiu relações em e a partir de uma região – o Norte. Mas que de maneira alguma foi passivo ao projeto familiar de poder ou a uma simples manutenção do *status quo* que envolvia a origem. Antes disso, empreendeu um projeto de modernização, lançando uma plano de futuro para a sua gente e fazendo disso o cartaz que mobilizava a sua imagem pública. O Norte aparecia enquanto repertório de suas experiências de intelectual e político, era a partir de onde ele observava as questões que mobilizavam a nacionalidade. Também inscrevia as relações sociais com as quais formou os seus valores e treinou sua forma de ver o mundo. E finalmente, constituiu a base política com a qual construiu seu programa ministerial e na qual se apoiou em sua candidatura à presidência da República.

Mas para além dessa releitura dos propósitos da ação política de José Américo, que outras coisas sua trajetória, entre os anos de 1887 e 1937, têm a nos ensinar sobre o mundo em que vivemos? Um primeiro ponto é que os temas de cultura e política não estão de todo separados em nossa sociedade. As pautas que envolvem os intelectuais,

com o passar dos anos, se tornam motivo de disputa política, com efeitos na forma como o mundo social está organizado. José Américo foi um sujeito que transitou nesses dois universos, ainda que, no momento em que produziu os seus livros e constituiu a sua vida política, esses dois campos estivessem mais embricados do que estão agora. Mas do que isso, ele promoveu uma reforma do regime republicano – à qual dera-se o nome de Revolução de 1930 – alicerçado nas ideias que a sua geração defendeu na imprensa, ainda que possamos, e devamos, questionar alguns de seus métodos e resultados.

A ascensão política do nosso personagem, cuja marca principal foi a nomeação como ministro de estado, também nos conta que as alianças de grupos com interesses em comum têm poder para pautar temas e conquistar políticas públicas que os tornem possíveis. O Bloco do Norte, afinal de contas, foi imprescindível para a articulação do programa de assistência e obras contra as secas, demanda das elites locais desde muito tempo. Esse marcador de região, diga-se de passagem, não serve apenas para beneficiar os proprietários de terras e chefes políticos. A agenda de modernização, considerando as ideias correntes à época e suas possibilidades de execução, também tinham em vista beneficiar a população mais pobre com a assistência do poder público, embora os ganhos envolvidos por elas favorecesse mais a uns que a outros.

Uma outra lição importante é que não se faz política sem negociação das ideias e dos ganhos envolvidos – sejam eles públicos, privados ou públicos divisíveis, segundo Michel Offerlé (2002[1987]). Esses acordos não podem ser assim entendidos, por si só, como uma tentativa de reestabelecer um regime oligárquico sob novo comando ou como um mero populismo. Nesse quesito, diga-se de passagem, me parece que pesam mais na trajetória de nosso personagem os momentos em que ele agiu de forma autoritária, sobretudo a demissão em massa de funcionários no momento do seu ingresso na pasta de Viação e Obras Públicas, que os projetos políticos que partiam de uma reflexão mais ampla e coletiva, como o caso das obras contra as secas, que eram tema de discussão corrente na arena pública fazia décadas. O ponto em questão me parece ser a intenção que envolve esses acordos e os valores dos quais não se abre mão em nome deles.

Essa tese se propôs a ser uma biografia, de modo que não poderia deixar de refletir sobre aquilo que tornava o nosso personagem humano. As oscilações, dores, incongruências, afetos e desafetos, medos e ambições ocuparam essas páginas, assim como envolveram o seu cotidiano e as suas decisões. José Américo teve medo quando sofreu o acidente de avião em 1932, ambicionou uma carreira de sucesso como escritor e postos destacados na política, embora não confessasse. Carlos de Lima Cavalcanti e



Juarez Távora se magoaram com as posturas dele no ministério e nas eleições de 1934. E quando veio o golpe do Estado Novo, foi a vez dele de reclamar a Getúlio Vargas, como amigo, pela derrocada de sua campanha. Os seres humanos, afinal de contas, funcionam assim, e tudo isso, de alguma forma, influenciou não só em sua trajetória, mas também os destinos da nação. “A presidência da República! Eu prometo ao país...”. O ministro andava aflito, contavam os óculos, e tinha lá seus motivos.

Bibliografia de José Américo de Almeida

Livros de José Américo de Almeida

ALMEIDA, José Américo de. *Reflexões de uma cabra*. Parahyba, PB: A União, 1922.

ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. Parahyba, PB: A União, 1923.

ALMEIDA, José Américo de. *A Bagaceira*. Parahyba, PB: A União, 1928.

ALMEIDA, José Américo de. *O Ministério de Viação no Governo Provisório*. Rio de Janeiro, RJ: Oficina dos Correios e Telégrafos, 1933.

ALMEIDA, José Américo de. *O ciclo revolucionário no Ministério de Viação*. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Oficial, 1934.

ALMEIDA, José Américo de. *O Boqueirão*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1935.

ALMEIDA, José Américo de. *Coiteiros*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1935.

ALMEIDA, José Américo de. *Discursos do seu tempo*. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 1964. 2v.

ALMEIDA, José Américo de. *A palavra e o tempo (1937-1945-1950)*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1965.

ALMEIDA, José Américo de. *Ad Imortalitatem*. João Pessoa, PB: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1967.

ALMEIDA, José Américo de. *O ano do Nego: memórias*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1968.

ALMEIDA, José Américo de. *Eu e eles*. Rio de Janeiro, RJ: Nosso Tempo; Instituto Nacional do Livro, 1970.

ALMEIDA, José Américo de. *Quarto minguante*. João Pessoa, PB: Interplan, 1975.

ALMEIDA, José Américo de. *Memórias: antes que me esqueça*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1976.

Produções sobre José Américo de Almeida

Documentário *O Homem de Areia*. Direção e roteiro de Vladimir Carvalho. Embrapa, Secretaria de Cultura do Estado da Paraíba, 1982.

ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão (org.). *Catálogo de correspondência de José Américo de Almeida: cartas 1915-1952*. João Pessoa, PB: Fundação Casa de José Américo, 1983.

ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão (org.). *O arquivo José Américo e a Revolução de 1930*. João Pessoa, PB: Fundação Casa de José Américo, 1985.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; SANTOS, Neide Medeiros; ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão. *José Américo: uma fotografia*. João Pessoa, PB: Ideia, 2014.

ASSIS, Guaracy Medeiros de. 196f. “*A Paraíba pequenina e doida*”: José Américo e a Revolução de 30. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História. Recife, 2005.

ATAÍDE, Tristão de. Uma revelação. In: ALMEIDA, José Américo de. *A Bagaceira*. 14 ed. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio, 1978[1930], p.LXVIII-LXXV.

BARBOSA, Jivago Correia. *Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956)*. 320f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em História. João Pessoa, 2012.

BARBOSA, Jivago Correia. *A integração dos “Brasis”*: José Américo de Almeida e o Ministério de Viação e Obras Públicas durante o governo provisório (1930-1934). 170p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2019.

BARBOSA, Jivago Correia. A integração dos “Brasis”: José Américo de Almeida e o Ministério de Viação e Obras Públicas durante o governo provisório (1930-1934). In: SANTOS NETO, Martinho Guedes; SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida (orgs). *Regime de interventorias: política e sociedade na Paraíba da Era Vargas (1930-1945)*. João Pessoa, PB: UFPB, 2020. p.187-218.

BARROSO, Gustavo. *Reflexões de um bode*. Rio de Janeiro, RJ: Gráfica Educadora Ltda., 1937.

BATISTA, Juarez da Gama. *José Américo: retratos e perfis*. João Pessoa, PB: A União, 1979.

BRANDÃO, Nilvanda Dantas. *Trajetória intelectual de José Américo: contribuições para o pensamento social brasileiro*. 232 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. João Pessoa, 2012.

CAMARGO, Aspásia; RAPOSO, Eduardo; FLAKESMAN, Sergio. *O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1984[1976].

CASTRO, Ângela Maria Bezerra de. *Releitura de A Bagaceira: uma aprendizagem de desaprender*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1987.

FERREIRA, Samara (org.). *José Américo de Almeida: aspectos registrados*. João Pessoa, PB: A União, 2004.

FIGUEIREDO, Ofélia Gondim Pessoa de; LUNA, Maria de Lourdes Lemos; RABELLO, Adylla Rocha; CARTAXO, Rosilda. *Ana Alice de Mello Almeida*. João Pessoa, PB: Fundação Casa de José Américo, 2007.

HAI DUKE, Alessandro Andrade. *Chão partido: conceitos de espaço nos romances O quinze de Rachel de Queiroz e A bagaceira de José Américo de Almeida*. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, 2008.

LEITE, Norma Lins. *Bibliografia comentada de José Américo de Almeida*. João Pessoa, PB: Fundação Casa de José Américo; UFPB, 1998.

LIMA, Elaine Aparecida. *A Bagaceira: marco móvel e literário*. 201f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós-Graduação em Letras. Londrina, 2007.

LIMA, Elaine Aparecida. *Perseu contra Medusa: uma desconstrução do olhar petrificante sobre A Bagaceira*. 397f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós-Graduação em Letras. Londrina, 2011.

LOPES, Carlos André Martins. *Entre a política e a literatura: José Américo e a construção de representações de masculinidades em A Bagaceira (1928)*. 163f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em História. Campina Grande, 2016.

LUCCHESI, Fernanda. *O feijão de Zé Américo: terra, trabalho e deslocamentos nas obras contra as secas, o caso de Coremas*. 397f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. São Paulo, 2017.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. *Rastros na Areia: solidão e glória de José Américo*. João Pessoa, PB: A União, 1987.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. *Sucessões governamentais paraibanas indiretas*. João Pessoa, PB: Fundação Casa de José Américo, 1995.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. *José Américo de Almeida*. João Pessoa, PB: A União, 2000 (Coleção Paraíba: nomes do século, 17).

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. *Revelações e perfis*. João Pessoa, PB: Ideia, 2003.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. *Na varanda do Cabo Branco: revelações sobre as eleições indiretas dos governadores da Paraíba no período 1971/1978*. João Pessoa, PB: Fundação Casa de José Américo, 2013.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. *José Américo de Almeida em quadrinhos*. Ilustrações de Val Fonseca. João Pessoa, PB: Patmos, 2015. (Coleção Primeira Leitura, 7).

MATERNAL, Zélo. *A Redenção do Brasil*. Campina Grande, PB: 1937.

MENEZES, José Rafael de. *José Américo: um homem do bem comum*. Rio de Janeiro, GB: Tempos Brasileiro, 1967.

NASCIMENTO, Pávula Maria Sales. *Espelhos de mim: entre as utopias e as heterotopias da memória em José Américo de Almeida e José Lins do Rego*. 119f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em História. João Pessoa, 2009.

NÓBREGA, Leandro Bráulio Nascimento. *Da esperança de vida à vida em bagaço, um estudo de A Bagaceira, romance de José Américo de Almeida*. 91f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade). Universidade Estadual da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em História. João Pessoa, 2018.

PEREIRA, Joacil Brito. *José Américo de Almeida: a saga de uma vida*. 2 ed. João Pessoa, PB: Ideia, 2010[1987].

PROENÇA, Manoel Cavalcanti. A Bagaceira. In: ALMEIDA, José Américo de. *A Bagaceira*. 14 ed. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio, 1978[1930], p.X-LXVII.

RABELLO, Adylla Rocha. *José Américo de Almeida: exposição comemorativa do centenário de seu nascimento*. João Pessoa, PB: Fundação Casa de José Américo, 1987.

RABELLO, Adylla Rocha. *Sessenta anos de A Bagaceira: catálogo da exposição*. João Pessoa, PB: Fundação Casa de José Américo, 1988.

RABELLO, Adylla Rocha. *José Américo de Almeida nos bastidores*. Brasília, DF: Senado Federal, 1994.

RAMOS, Adauto. *José Américo e seus descendentes*. João Pessoa, PB: Fundação Casa de José Américo, 2007.

REGO, José Lins do. Sobre o romance de José Américo de Almeida. In: SOBREIRA, Ivan Bichara et. al. *José Américo: o escritor e o homem público*. João Pessoa, PB: A União, 1977. p.54-61.

SILVA, Bárbara Siqueira. *O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935)*. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2015.

SOBREIRA, Ivan Bichara et. al. *José Américo: o escritor e o homem público*. João Pessoa, PB: A União, 1977.

VELOSO, Wilton. *José Américo de Almeida: uma interpretação e outros 20 ensaios de circunstância*. João Pessoa, PB: A União, 1990.

VIANA, Helder do Nascimento. *Tragédia e desilusão: a representação do Nordeste na obra de José Américo de Almeida*. 102f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. João Pessoa, 1995.

Fontes documentais

Arquivos Pessoais

José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo.

- Correspondências
- Documentos pessoais
- Fotografias
- Manuscritos
- Petições e decretos
- Recortes de jornal

Artur Neiva. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas.

- Correspondências

Benedito Valadares. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas.

- Correspondências

Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas.

- Correspondências

Juarez Távora. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas.

- Correspondências
- Fotografias

Juraci Magalhães. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas.

- Correspondências

Anais Legislativos

Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1933 e 1934. Rio de Janeiro, DF: Imprensa Oficial, 1935. 22v.

Anais do Senado Federal. Rio de Janeiro, DF: Imprensa Oficial, 1935. 6v.

Mensagens dos presidentes do estado da Paraíba. Cidade da Paraíba, PB: Imprensa oficial, 1905-1930.

Mensagens dos interventores federais da Paraíba. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1930-1935.

Mensagens dos governadores da Paraíba. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1935-1937.

Autobiografias

CARVALHO, Álvaro de. *Nas vésperas da Revolução: 70 dias na presidência do estado da Paraíba, de 26 de julho a 4 de outubro de 1930*. 2 ed. João Pessoa, PB: Acauã, 1978[1932].

MAGALHÃES, Juraci. *O último tenente*. Depoimento a J. A. Gueiros. Rio de Janeiro: Record, 1996.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre, RS: Globo, 1960.

PESSOA, Epitácio. *Na política da Paraíba (2ª fase, 1912-1935)*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Nacional do Livro, 1962 (Obras Completas de Epitácio Pessoa, v.XV).

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: 1. Da planície à borda do altiplano*. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio, 1973.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: 2. A caminhada no planalto*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio, 1974.

VIDAL, Ademar. *João pessoa e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1978.

Diários

ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Brasília, DF: Iphan, 2015.

VARGAS, Getúlio. *Diário (1930-1936)*. Rio de Janeiro, RJ: Siciliano, 1995a.

VARGAS, Getúlio. *Diário (1937-1945)*. Rio de Janeiro, RJ: Siciliano, 1995b.

Documentos de matrículas e exames

Livros de matrícula e exames do Seminário Nossa Senhora da Conceição. Consultadas no Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

Documentos de matrícula e resultados da Faculdade de Direito do Recife. Consultadas no Arquivo da Faculdade de Direito do Recife.

Legislação

Constituição Federal do Brasil de 1891.

Constituição Federal do Brasil de 1934.

Coleção de Leis e Decretos do Brasil, 1889-1937.

Coleção de Leis e Decretos da Paraíba, 1889-1937.

Periódicos

Almanak da Parahyba. Cidade da Parahyba, 1899. Consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Novela. Cidade da Paraíba, 1922. Consultado na Hemeroteca da Fundação Casa de José Américo.

A União. Cidade da Paraíba; João Pessoa, 1906-1937. Consultado no Arquivo Pessoal Maurílio de Almeida e na Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional; Arquivo Digital do Portal “A União”.

A Verdade. Areia, 1888-1895. Consultado no Arquivo Pessoal de José Américo.

Cidade de Areia. Areia, 1899-1900. Consultado no Arquivo Pessoal de José Américo.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1930-1945. Consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 1930-1945. Consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Era Nova. Cidade da Paraíba, 1921-1925. Consultado na Coleção Paraibana da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.

O Norte. Cidade da Paraíba, 1912-1921. Consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife. Recife, 1904-1912. Consultado na Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife.

Revista do Foro. Cidade da Paraíba, 1907-1930. Consultado na Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional.

Números de diferentes periódicos consultados pelas palavras-chave “José d’Almeida”; “J. Américo de Almeida” e “José Américo” no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional entre 1900 e 1930.

Processos de ordenação

Processo de ordenação de Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque. Seminário de Olinda, 1875-1877 Consultado no Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

Processo de ordenação de Walfredo Soares dos Santos Leal. Seminário de Olinda, 1880-1881. Consultado no Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

Processo de ordenação de Inácio d’Almeida. Diocese da Paraíba, 1900. Consultado no Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

Referências bibliográficas

Dicionários

ABREU, Alzira Alves de. *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro, RJ: CPDOC, 2010.

BOBBIO, Norberto (coord.). *Dicionário de Política*. Tradução de Carmen Varriale. Brasília: UNB, 1998.

Livros e artigos

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1988.

AIRES, José Luciano de Queiroz. *A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)*. João Pessoa, PB: EDUFPG, 2013[2006].

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011[1994].

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Epílogo. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil v.2: Império, a corte e a modernidade nacional*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997. p. 439-440.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo, SP: Companhia das letras, 2015.

ALMEIDA, Elpidio de. *Areia e a Abolição da Escravatura: o apostolado de Manoel da Silva*. Recife, PE: Jornal do Comércio, 1946.

ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. *A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil*. 329 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

ALMEIDA, Horácio de. *Brejo de Areia*. 2 ed. João Pessoa, PB: UFPB, 1980[1958].

ANTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Dossiê Escrita de si/escrita da História. *Estudos Históricos*. v.11, n.21, 1998. p.9-34.

ARIÈS, Phillippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2011[1973].

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa, PB: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *A formação de padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)*. 341 f. Tese (Doutorado em Educação). Natal, RN: Universidade

Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

BASTOS, Sebastião de Azevedo. *No roteiro dos Azevedo e outras famílias do Nordeste*. João Pessoa, PB: Gráfica Comercial Ltda., 1954.

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Tradução de João Barreto. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2015[1938].

BERTONHA, João Fábio. *Plínio Salgado: biografia política (1895-1975)*. São Paulo, SP: Edusp, 2018.

BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 2 ed. Brasília: IHL, 1977[1923].

BOTELHO, André. *De olho em Mário de Andrade: uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil*. São Paulo, SP: Claro Enigma, 2012.

BOTELHO, André. Brasil caixa postal: por uma educação estética modernista. In: ANDRADE, Mário de Andrade. *A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.

BOURDIEU, Pierre ; PASSERON, Jean-Claude. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. 2 ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2018[1964].

BOURDIEU, Pierre ; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Beirão. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014[1968].

BOURDIEU, Pierre. Gênese e Estrutura do Campo Religioso. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo, SP: Perspectiva, 2004[1971]. p.3-71.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre, RS: Zouk, 2015[1979].

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996[1986]. p.74-82.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996[1989]. p.13-33.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2 ed. Lisboa: Edições 70, 2018[1989].

BOURDIEU, Pierre. Espírito de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996[1991]. p.91-135.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.5, jan./jun. 2011[1999]. p.193-216.

BURITY, Luiz Mário Dantas. *Tempos misteriosos: uma história da população rural*

pelas estradas do mundo moderno. 409 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2010[2001].

CAMARGO, Aspásia; PANDOLFI, Dulce; GOMES, Eduardo; D'ARAÚJO, Maria Celina; GRYNSZPAN, Mário. *O golpe silencioso: as origens da República corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAMARGOS, Marcia. *Entre a vanguarda e a tradição: os artistas brasileiros na Europa (1912-1930)*. São Paulo, SP: Alameda, 2011.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 3 ed. São Paulo, SP: Edusp, 2000[1989].

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro das sombras: a política imperial*. 8 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileiro, 2013[1975].

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v.40, n.2, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de historia e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013[1980].

CHARTIER, Roger. O homem de letras. In: VOVELLE, Michel (dir.). *O homem do iluminismo*. Tradução de Maria Georgina Segurado. Lisboa: Editorial Presença, 1997. p.117-153.

CITTADINO, Monique. As paixões movem a política: a Paraíba entre a morte de João Pessoa e a vitória do Movimento de 30. In: SANTOS NETO, Martinho Guedes; SILVA, Waniéry Loyvia (orgs). *Regime de interventorias: política e sociedade na Paraíba da Era Vargas (1930-1945)*. João Pessoa, PB: UFPB, 2020. p. 19-50.

CLOT, Yves. La otra ilusion biografica. *Historia y Fuente Oral*, n.2, Barcelona, 1989.

CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*. Organizado por Paulo Roberto Pereira. 2 ed. São Paulo, SP: Nova Aguilar, 2009. 2v.

D'ARAÚJO, Maria Celina. O fio da meada no Diário de Vargas. *Estudos Históricos*, v.9, n.17, 1996.

DIAZ, Brigitte. *L'épistolaire ou la pensée nomade: formes et fonctions de la correspondance dans quelques parcours d'écrivains au XIXe siècle*. Paris: PUF, 2002.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. 2 ed. São Paulo, SP: Unesp, 2015[2005].

EISENSTADT, Shmuel Noah. *De geração a geração*. Tradução de Sérgio P. O. Pomerancblum. São Paulo, SP: Perspectiva, 1976[1956]. (Coleção Estudos).

ESPINOLA, Maíra Lewtchuk. *Primeira república, intelectuais e educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1886-1915)*. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB: 2012.

ESPINOLA, Maíra Lewtchuk. *As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1824-1922)*. 266f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB: 2017.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. São Paulo, SP: Globo, 2012[1957].

FAQUIN, Giovanni Stroppa. *“Políticos da nova raça”*: o jardim de infância e a experiência do poder na Primeira República. 165f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

FARIA, Daniel. *O mito modernista*. Uberlândia: UFU, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de Educação no Brasil*. 5 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011[2000]. p.135-150.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. 13 ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1991[1970].

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14 ed. São Paulo, SP: Edusp, 2015[2006].

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. *Comércio e subordinação: a Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional (1889-1930)*. João Pessoa, PB: UFPB, 1999[1988].

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*. João Pessoa, PB: UFPB, 1993.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Igreja e romanização: a implementação da diocese da Paraíba (1894-1910)*. João Pessoa, PB: UFPB, 2016[1994].

FITZPATRICK, Sheila. *A Revolução Russa*. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo, SP: Todavia, 2017.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 52 ed. São Paulo, SP: Global, 2013[1933].

FREYRE, Gilberto. *Sobrados & Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14 ed. São Paulo, SP: Global, 2003[1936].

GALVÍNCIO, Amanda Sousa. *Atuação educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913-1925): jornalismo, literatura e conferências*. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB: UFPB, 2013.

GAY, Peter. *Modernismo: o fascínio da heresia – de Baudelaire a Beckett e mais um pouco*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo, SP: Companhia das Letras,

2009[2007].

GOMES, Álvaro Cardoso. O conceito de símbolo na estética simbolista. *Lumen et Virtus*, v.5, 2015. p. 79-114.

GOMES, Angela de Castro. Introdução. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980a. p.23-39.

GOMES, Angela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980b. p.427-487.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2005[1988].

GOMES, Angela de Castro. Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.6, n.11, 1993, p.62-77.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. Dossiê Escrita de si/escrita da História. *Estudos Históricos*. v.11, n.21, 1998. p.121-127.

GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1999.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2004. p.7-24.

GOMES, Angela de Castro. Oliveira Vianna: um *statemaker* na Alameda São Boaventura. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009. p.144-159.

GOMES, Angela de Castro. Rascunhos de uma história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.41-77.

GOMES, Angela de Castro. Azevedo Amaral e o Século do Corporativismo, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas. *Sociologia e Antropologia*, v.2, n.4., out./dez. 2012, p.185-209.

GOMES, Angela de Castro. A República dos bombardeios. In: ESPADA, Heloísa; ALONSO, Angela (orgs.). *Conflitos: fotografia e violência política no Brasil, 1889-1964*. São Paulo, SP: IMS, 2017.

GOMES, Oásis. Quem foi Carlos Dias Fernandes. In: SANTOS, Idelette Fonseca dos (org.). *A literatura na Paraíba ontem e hoje*. João Pessoa, Fundação Casa de José Américo, 1989.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2018.

GONDRA, José Gonçalves. *Homo hygienicus*: educação, higiene e reinvenção do homem. *Cad. Cedes*, v.23, n.59, abr.2003. p.25-38.

GUIMARÃES, Domingos de Leers. *Caminhos imaginativos*: do simbolismo ao modernismo e além. 182f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.

GURJÃO, Eliete. *Morte e vida das oligarquias*: Paraíba, 1889-1945. João Pessoa, PB: UFPB, 1994.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens*: uma breve história da humanidade. Tradução de Janaína Marcoantonio. 24 ed. Porto Alegre, RS: LP&M, 2017[2012].

HOBSBAWM, Eric. Introdução, a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2012[1983]. p.7-25.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*: o breve século XX (1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995[1994].

JOFFILY, José. *Revolta e Revolução*: cinquenta anos depois. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.

KOUTSOUKOS, Sandra. “Amas mercenárias”: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, v.16, n.2, abr./jun. 2009. p.305-324.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *Com a espada de Dâmocles*: o Rio Grande do Sul e a política brasileira no governo Flores da Cunha. Curitiba, PR: Prismas, 2017.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. 7 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012[1948].

LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico. In: LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*: de Rousseau à Internet. 2 ed. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2014[1975]. p.15-55.

LEJEUNE, Philippe. O diário: gênese de uma prática. Tradução de Vanise Dresch. In: GUTFREIND, Cristiane (org.). *Narrar o biográfico*: a comunidade e a diversidade da escrita. Porto Alegre, RS: Sulina, 2005. p.10-40.

LESSA, Renato. *A invenção republicana*: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks, 1988.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim et al. 8 ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006[1989]. p.167-182.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1993.

LIMA, Janilson. “A Liga Eleitoral Católica é Partido Político?”: a LEC e as eleições no Ceará. 329f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2020.

LIRA NETO. *Padre Cícero: poder, fé e guerra no Sertão*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

LIRA NETO. *Getúlio (1882-1930): dos anos de formação à conquista do poder*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.

LIRA NETO. *Getúlio (1930-1945): do governo provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

LOPES, Raimundo Hélio. *Um vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. 319f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2014.

LOPES, Raimundo Hélio. O poder discricionário: ditadura e constitucionalização no Governo Provisório. In: RICCI, Paolo (org.). *O autoritarismo eleitoral: dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932*. Curitiba, PR: Appris, 2019. p.19-40.

MACHADO, Maximiano Lopes. *Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba*. 2 ed. João Pessoa, PB: UFPB/FURNE, 1983[1851].

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. *Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)*. João Pessoa, PB: Ideia, 2015.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro; OLIVEIRA, Bernardina Juvenal Freire de. Entre memória, história e informação: o compêndio *O livro do povo* e a construção de um modelo hígido de educação escolar na Parahyba do Norte. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. João Pessoa, PB, 2015.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Signos em confronto: o arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920*. João Pessoa, PB: UFPB, 2010.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Gente opulenta e de boa linguagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824)*. João Pessoa, PB: UFPB, 2013.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. A Paraíba e as (inter)conexões provinciais: elites, poder e redes familiares (1825-1840). In: MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *A Paraíba no século XIX: sociedade e culturas políticas*. João Pessoa, PB: UFPB, 2014[2010].

MARTINS, Eduardo. *A União: Jornal e História da Paraíba, sua evolução gráfica e editorial*. João Pessoa, PB: A União, 1977.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Revolução em Família*. In: MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo, SP: Editora 34, 2002. p.163-170.

MILZA, Pierre. *Mussolini*. Tradução de Alessandra Bonrruquer e Gleuber Vieira. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2011[1999].

MIRANDA, Itacyara Viana. *Tradição gloriosa: Lyceu Parahybano, uma história de protagonismos (1886-1923)*. 205f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB: 2017.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e drogas na República Velha: estudo clínico dos*

anatolianos. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001[1977]. p.13-68.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009[1988].

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2020[2000].

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2002.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. *O Brasil a caminho do Estado Novo: as cartas de Pedro Ernesto e a trama política que antecede o golpe (1936-1937)*. Rio de Janeiro, RJ: 7 letras, 2019.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na Era Vargas. *Revista Brasileira de História*, v.21, n.40, 2001.

OFFERLÉ, Michel. *Les partis politiques*. 4 ed. Paris : PUF, 2002[1987].

OFFERLÉ, Michel. A nacionalização da cidadania cívica. Tradução de Guilherme Teixeira. In: CANÊDO, Leticia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 2005. p.343-361.

OLIVEIRA, Giuseppe Ponde de Leon. *Correspondência de Luís da Câmara Cascudo: arquivos da criação e redes de sociabilidade intelectual*. 286f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP: 2016.

PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.339-425.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991[1987]. p.121-186.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. *Tempos Acadêmicos*, v. 1, 2005, p. 127-134.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas á era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, SP: Universidade São Francisco, 2002 (Coleção educação contemporânea).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Um roteiro histórico-educacional na cidade de João Pessoa*. João Pessoa, PB: UFPB, 2008.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia. As primeiras letras e a instrução secundária na província da Parahyba do Norte: ordenamentos e a construção da nação: 1836-1884. *Revista HISTEDBR Online*, n.37,

mar.2010, p.238-252.

PINHO, Ana Luiza Caribé de Araújo. *De Forasteiro a Unanimidade: a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934)*. 153f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim et al. 8 ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006[1996]. p.103-130.

PRIORE, Mary Del. Apresentação. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 7 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2016[1999]. p.7-17.

REDE, Marcelo. História e Cultura Material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012. p.133-150.

REGO, José Lins do. *Menino de Engenho/Doidinho/Banguê*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1961.

REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2014.

RICCI, Paolo. O Código Eleitoral de 1932 e os anos Trinta. In: RICCI, Paolo (org.). *O autoritarismo eleitoral: dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932*. Curitiba, PR: Appris, 2019. p.13-18.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da justiça eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*, v.21, n.45, mar.2013. p.91-105.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *Dados*, v.57, n.2, 2014.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline. Nem só á base do cacete, nem apenas com presentes: sobre como se garantiam votos na Primeira República. In: VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, José Almino de (orgs.). *A República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2016. p.197-227.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tradução de Constança Marcondes César. Campinas, SP: Papirus, 1994[1983]. 3v.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo, SP: Unesp, 2009[2007].

RIBEIRO, Genes Duarte. *Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa*. 141f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

RODRIGUES, Helenice. O intelectual no “campo” cultural francês: do “Caso Dreyfus” aos tempos atuais. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v.21, n.34, jul.2005. p.395-413.

- RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A Revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930)*. 259f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, SP: 1976.
- ROSA, Maria Nilza. *Usos, costumes e encantamentos: a cultura popular em Ademar Vidal*. João Pessoa, JP: F&A, 2012.
- SANTANA, Martha Falcão. *Poder e intervenção estatal – Paraíba: 1930-1940*. João Pessoa, PB: UFPB. 2000.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *O sistema oligárquico representativo da Primeira República*. *Dados*, v.56, n.1, jan./mar.2013.
- SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. *Os Domínios do Estado: a interventoria de Anthonor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)*. 160f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB: 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Biografia como gênero e problema*. *História Social*, n. 24, primeiro semestre de 2013. p.51-73.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2017.
- SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1988[1961].
- SETTE, Mário. *Senhora de Engenho*. 5 ed. São Paulo, SP: J. Fagundes, 1937[1921].
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003[1983].
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático da metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, Antonio Carlos Pacheco. *Armando de Sales Oliveira*. São Paulo, SP: Edusp, 1980a.
- SILVA, Antonio Henrique Ferreira da. *Os juristas do crime: a Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, seus redatores e suas ideias (1891-1910)*. 131f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2016a.
- SILVA, Hélio. *A ameaça vermelha: o Plano Cohen*. Porto Alegre, RS: L&PM, 1980b.
- SILVA, Laércio Teodoro da. *O Homem Literário: Virgínius Figueiredo da Gama e Melo e o campo de produção cultural*. 324 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE: 2019.
- SILVA, Lucian Souza da. *Nada mais sublime que a liberdade: o processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888)*. 171f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 2016b.

- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1996. p.231-269.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010[1967].
- SOUSA NETO, Bento Correia de. *Governo interventorial e relações de poder na Paraíba Pós-1930: a administração de Gratuliano Brito (1932-1934)*. 241f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB: 2016.
- SOUZA, Laura de Mello. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil v.1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997. p.41-81.
- SOUZA, Rivaldo Amador. *Encantos e desencantos das cidades: sensibilidades e sociabilidades em Sousa-PB (1922-1960)*. 149f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-PB: 2011.
- STONE, Lawrence. O retorno da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério (orgs.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo, SP: Cosacnaify, p.8-36.
- SWINDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. *American Sociological Review*, v.51, 1986.
- TEJO, William. *Argemiro: confidências de um líder*. João Pessoa, PB: Gráfica Offset, 2001.
- TIGUEIRO, Oswaldo. *A Paraíba na Primeira República*. 2 ed. João Pessoa, PB: A União, 1980.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *História e modernismo*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010 (Coleção História & Reflexões).
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. 2 ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 1982[1977].
- VENÂNCIO, Gisele. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2015. (Coleção História e Historiografia).
- VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha: esboço biográfico*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.
- VIGOTSKI, Lev Semenovitch. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução de Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2009[1934].
- VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte, MG: C/Arte, 2001.
- VISCARDI, Cláudia; FIGUEIREDO, Vitor. Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular. *Locus: revista de história*, v.25,

n.2, 2019.

VIVIANI, Fabrícia Carla. *A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932)*.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 13 ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2005[1919].

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Tradução de Régis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília, DF: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999[1919]. 2v.

WILLIAMS, Raymond. *Política do modernismo: contra os novos conformistas*. Tradução de André Glaser. Bauru: Unesp, 2011[1989].

ZULINI, Jaqueline. Por além do discurso moralizador: os interesses políticos e o impacto da criação da justiça eleitoral em 1932. In: RICCI, Paolo (org.). *O autoritarismo eleitoral: dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932*. Curitiba, PR: Appris, 2019. p.163-198.